

INTRODUÇÃO À
TEOLOGIA CRISTÃ

PL1128050

EURO



025970

INTRODUÇÃO À TEOLOGIA CRISTÃ

**INTRODUÇÃO
À
TEOLOGIA CRISTÃ**

AUTORES

**H. Orton Wiley, S.T.D.
e
Paul T. Culbertson, Ph.D.**

**Tradução Revista Por
Gary W. Bunch**

**EDITOR
Jorge M. S. Barros**

CASA NAZARENA DE PUBLICAÇÕES

C.P. 4121

01031 São Paulo SP - BRASIL

Este livro foi publicado em inglês sob o título
Introduction to Christian Theology.

Edição em português autorizada pela
BEACON HILL PRESS DE KANSAS CITY

Direitos reservados, 1990

Impresso no Brasil

PLTD 3060

DEDICATÓRIA

Este livro é afetuosamente dedicado a todos os que se preparam para o ministério cristão ou para o serviço missionário, e aos leigos que desejem observar a admoestação de São Pedro: “Santificai a Cristo, como Senhor, em vossos corações, estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós” (I Pedro 3:15).

PREFÁCIO

O material neste volume, extraído primordialmente de *Christian Theology (Teologia Cristã)* por H. Orton Wiley, foi coordenado e adaptado por Paul T. Culbertson. O propósito essencial dos autores é o de prover um texto para cursos introdutórios de Teologia e apresentar a doutrina cristã numa forma resumida, mas substancial, para uso geral dos leigos da Igreja. Espera-se, portanto, que esta obra seja útil não apenas aos que desejam seguir um curso adiantado de Teologia, mas a estudantes em escolas de treinamento para missionários e, de modo geral, a todos os cristãos que desejem uma preparação adequada que lhes ajude a dar uma resposta pronta e acertada da esperança que há neles.

O material foi cuidadosamente organizado em sete partes gerais, contendo cada uma de dois a cinco capítulos. Antes de cada uma destas partes há uma sinopse seguida de um esboço que se desenvolve ordenadamente no texto. Achar-se-á com facilidade qualquer tópico, mediante simples consulta ao índice geral e à parte correspondente do esboço.

A ênfase doutrinal deste volume é *Arminiana* e *Wesleyana*. O nosso objetivo tem sido o de apresentar a doutrina cristã em forma positiva e equilibrada, apoiada por suficiente evidência na forma de citações bíblicas. Buscou-se manter através de toda a exposição um tom devocional e uma ênfase prática.

Àqueles que porventura desejem consideração mais exaustiva de qualquer dos vários tópicos delineados neste trabalho se oferece uma bibliografia comentada de obras seletas, no final da Parte VII.

H. Orton Wiley
Paul T. Culbertson

CONTEÚDO

	Página
Dedicatória	5
Prefácio	7
Introdução	11
PARTE I. INTRODUÇÃO	
Capítulo	
I. Natureza e Escopo do Assunto	17
II. Fontes e Métodos da Teologia	30
III. A Revelação Cristã	45
IV. O Cânon das Sagradas Escrituras	67
PARTE II. A DOUTRINA DE DEUS	
V. A Existência e a Natureza de Deus	88
VI. Os Atributos de Deus	103
VII. A Trindade	129
PARTE III. A DOUTRINA DO HOMEM E O PROBLEMA DO PECADO	
VIII. A Cosmologia	152
IX. A Antropologia	173
X. A Doutrina do Pecado	185
PARTE IV. A DOUTRINA DE JESUS CRISTO	
XI. A Pessoa de Cristo	213
XII. Os Estados e Offícios de Cristo	235
XIII. A Expição	250

PARTE V. A DOCTRINA DA SALVAÇÃO

XIV.	A Pessoa e Obra do Espírito Santo	280
XV.	Os Estados Preliminares da Graça	292
XVI.	A Justificação, a Regeneração e a Adoção	314
XVII.	A Inteira Santificação ou a Perfeição Cristã	339
XVIII.	A Inteira Santificação ou a Perfeição Cristã (Continuação)	365

PARTE VI. A ÉTICA CRISTÃ E AS INSTITUIÇÕES

XIX.	A Vida de Santidade	385
XX.	A Igreja Cristã	416

PARTE VII. A DOCTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS

XXI.	A Segunda Vinda de Cristo	459
XXII.	A Ressurreição, o Juízo e a Consumação Final	484
	Índice Geral	505

INTRODUÇÃO

O sujeito e o objeto da teologia é Deus. O seu escopo não só inclui o estudo de Deus, mas também da criação, do homem, da queda, da redenção e do destino final, bem como muitos outros pontos implicados.

O conceito que alguém tem de Deus e a sua atitude para com Ele são os fatores determinantes na formação da vida e do carácter. Torna-se óbvio, pois, que o estudo da teologia é não só um privilégio supremo, mas um dever inevitável. Nesta espécie de estudo descansa a esperança de se adquirir um conhecimento acertado de Deus. A atitude correta para com Deus pode-se encontrar na mente desperta, no coração anelante e na vontade obediente. Tanto o privilégio como o dever de estudar a teologia aplicam-se igualmente ao ministro e ao leigo.

Esta *Introdução à Teologia Cristã* pelo doutor H. Orton Wiley vem satisfazer uma necessidade distinta na literatura da igreja. Todos os jovens ministros e muitos dos mais idosos que não tiveram a oportunidade de estudar teologia sob a orientação de mestres competentes em reconhecidas instituições teológicas, reconhecerão o valor ilimitado deste volume. Os tópicos estão claramente ordenados em forma de esboço; a linguagem é simples e de fácil compreensão. Adapta-se especialmente aos ministros jovens no seu primeiro ano do Curso de Estudo. Este tratado sobre a teologia adapta-se particularmente às necessidades dos leigos, tanto pela sua simplicidade como pela sua meticulosidade. Deve-se procurar por todos os meios possíveis que cada leigo cristão leia e estude esta *Introdução à Teologia*. Não será tão importante que os leigos possuam uma doutrina sã tanto quanto os ministros?

O doutor Wiley é suficientemente capacitado, em todo o sentido, para dar à igreja e ao mundo cristão o

tipo de estudo concernente à teologia necessário aos nossos tempos. *Primeiro*, porque é um homem de caráter irrepreensível e de experiência cristã rica, tendo passado muitos anos no laboratório da preparação acadêmica. *Segundo*, a sua erudição, aliada à sua teologia sã, dá-lhe direito à confiança do leitor. É uma grande satisfação participar-se de alimento, seja este físico ou mental, quando se sabe não haver nele qualquer vestígio de veneno.

É meu desejo sincero que este volume chegue às mãos de todos os ministros, especialmente o grupo mais jovem e aqueles que não têm tido a oportunidade de passar anos na sala de aula para um estudo exaustivo. Permita Deus que caia nas mãos de todos os leigos cristãos para que cada um adquira melhor conhecimento de Deus e da Sua obra, que todos possam ser sãos em doutrina, ricos em experiência e úteis no serviço.

Roy T. Williams

PARTE I

INTRODUÇÃO

Sinopse

Os fundamentos são importantes! Todos sabemos que existe uma relação lógica entre a espécie de fundamento que preparamos e o tipo de superestrutura que esperamos construir. Uma simples limpeza da superfície do terreno será suficiente para se armar uma tenda, mas precisamos atingir a rocha a fim de levantar um arranha-céu. Quanto mais altos os edifícios de uma cidade, mais profundos devem ser os seus alicerces. Os fundamentos *são importantes*.

O que é tão obviamente verdade no reino físico não é menos válido na área de pensamento e crença. Portanto, nesta parte introdutória pretendemos descrever o fundamento firme sobre o qual se baseia a estrutura da doutrina cristã. Para fazer isto começamos com um estudo da natureza e do escopo da Teologia Cristã. Achamo-la ser um estudo sistemático das grandes *realidades* da fé cristã.

No Capítulo II chegamos ao centro da nossa introdução, ao descobrir que o fundamento básico da verdade cristã se encontra na Palavra pessoal e escrita de Deus. Focalizamos, a seguir, a nossa atenção sobre a natureza exata desta revelação especial de Deus em e através da Palavra. Em particular, estudamos a inspiração das Escrituras e examinamos o desenvolvimento e a integridade do Cânon do Antigo e Novo Testamentos.

Um estudo diligente e cuidadoso desta parte pagará ricos dividendos, à medida que principiamos e continuamos a levantar o nosso templo da verdade cristã. Cuidado com os fundamentos!

PARTE I

INTRODUÇÃO

Capítulo I. *Natureza e Escopo do Assunto*

- I. A NATUREZA DA TEOLOGIA CRISTÃ
 - A. Razões para o Estudo da Doutrina Cristã.
 - B. Terminologia.
 - C. Definições de Teologia.
 - D. Natureza e Escopo da Teologia.
 - E. A Teologia Cristã, Um Estudo da Realidade.
 - F. Sistemas de Teologia.
 - G. Requisitos Qualitativos para o Estudo da Teologia.

- II. A TEOLOGIA: SUAS RELAÇÕES E DIVISÕES
 - A. Relações da Teologia.
 - 1. Relação com a Religião.
 - 2. Relação com a Revelação.
 - 3. Relação com a Igreja.
 - B. As Divisões Principais da Teologia.
 - 1. Teologia Natural.
 - 2. Teologia Exegética.
 - 3. Teologia Histórica.
 - 4. Teologia Sistemática.
 - 5. Teologia Prática.

Capítulo II. *Fontes e Métodos da Teologia*

- I. A CIÊNCIA DA TEOLOGIA
 - A. A Natureza Científica da Teologia.
 - B. Métodos de Organização e Apresentação.

- II. A FONTE PRIMÁRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ
 - A. A Bíblia como Fonte Primária da Teologia Cristã.
 - B. Pontos de Vista Católico e Protestante com Respeito à Bíblia: Um Contraste.

- III. FONTES SECUNDÁRIAS DA TEOLOGIA CRISTÃ
 - A. A Natureza como Fonte da Teologia.

- B. A Experiência como Fonte da Teologia.
- C. Os Credos como Fontes da Teologia.
 1. O Credo Apostólico.
 2. O Credo Niceno.
 3. O Credo Atanasiano.

IV. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA TEOLOGIA CRISTÃ

- A. O Período Primitivo.
- B. O Período Medieval.
- C. O Período da Reforma.
- D. O Período Confessional.
- E. O Período Moderno.

Capítulo III. *A Revelação Cristã*

- I. A NATUREZA DA REVELAÇÃO GERAL
 - A. Definição da Revelação Geral.
 - B. A Revelação Através da Natureza.
 - C. A Revelação na Natureza e Constituição do Homem.
 - D. A Revelação de Deus na História.
- II. A NATUREZA DA REVELAÇÃO ESPECIAL
 - A. Definição da Revelação Especial.
 - B. O Livro Cristão.
 - C. A Fé Cristã.
 - D. Credenciais da Revelação.
 1. A Evidência dos Milagres.
 2. A Profecia como Credencial da Revelação.
 3. A Personalidade Singular de Cristo.
 4. O Testemunho do Espírito Santo.
- III. A INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS
 - A. Definições de Inspiração.
 - B. Inspiração e Revelação.
 - C. A Possibilidade e Necessidade da Inspiração.
 - D. Teorias da Inspiração.
 1. A Teoria Mecânica ou Ditacional.

2. As Teorias da Intuição e da Iluminação.
 3. A Teoria Dinâmica ou Mediatória.
- E. Provas Bíblicas da Inspiração Divina.
1. O Testemunho do Antigo Testamento.
 2. As Declarações do Nosso Senhor.
 3. O Testemunho dos Apóstolos.
- F. Homens Santos e Bíblia Santa.

Capítulo IV. *O Cânon das Sagradas Escrituras*

- I. O CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO
 - A. Divisões do Antigo Testamento.
 - B. Desenvolvimento do Cânon do Antigo Testamento.
 - C. Testemunhas do Cânon do Antigo Testamento.
- II. O CÂNON DO NOVO TESTAMENTO
 - A. História Primitiva do Cânon do Novo Testamento.
 - B. Cânones e Catálogos Primitivos.
 - C. Ação dos Concílios.
 - D. Os Apócrifos.
- III. O CÂNON COMO NORMA DE FÉ
 - A. A Norma de Fé.
 - B. A Relação do Antigo com o Novo Testamento.
 - C. Evidências da Norma de Fé.
 1. Genuinidade e Autenticidade do Antigo Testamento.
 2. Genuinidade e Autenticidade do Novo Testamento.
 3. A Integridade das Escrituras.

Introdução à Teologia Cristã

CAPÍTULO I

NATUREZA E ESCOPO DO ASSUNTO

“O estudo da Teologia Cristã não só é instrutivo, mas agradável e estimulante. Não há matéria de estudo no pensamento humano que se lhe compare. Como ciência, sobrepassa a todas as demais. E, quando propriamente compreendida, torna-se a base de toda ciência... Ao estudar a Teologia entramos em contacto com as mais nobres e apuradas mentes dos séculos. Estabelecemos contacto e, se tal quisermos, real comunhão com Cristo... Que outro estudo pode ser mais interessante e fascinante que a Teologia Cristã? Especialmente porque achamos nele o que não podemos encontrar em outra parte; e verificamos que satisfaz as necessidades da alma como nem a razão humana nem a filosofia conseguiram fazer, nem jamais o conseguirão.”

—Bispo Jonathan Weaver

I. A NATUREZA DA TEOLOGIA CRISTÃ

A. *Razões para o Estudo da Doutrina Cristã.*

Nestes últimos anos tem-se notado nos círculos religiosos liberais a tendência de minimizar a importância de estudos doutrinários. Frequentemente, tem-se dado a impressão de que a sinceridade de atitude é mais importante do que o conteúdo da crença. Ainda que não se despreze a relevância da sinceridade, nenhuma pessoa sensata crê que a sinceridade possa ou deva substituir o conhecimento da verdade. Torna-se desastroso crer numa falsidade, por mais sincero que se seja e, assim, quanto mais intensa for a sinceridade, mais terríveis são as consequências. Só o conhecimento da verdade liberta e oferece segurança ao homem. Se isto é verdade, como de facto o é, no plano físico e material da vida, quanto mais importante será no plano dos valores espirituais com as suas consequências eternas!

Um escritor anónimo expressou corretamente e desta forma a íntima relação entre crença, atividade, carácter e destino:

*Semeia um pensamento e colherás um acto;
Semeia um acto e colherás um hábito;
Semeia um hábito e colherás um carácter;
Semeia um carácter e colherás um destino.*

Exatamente! As ideias são motrizes. Traduzem-se em actos. Os actos, repetidos, formam os hábitos, donde surge o carácter. É assim que as Sagradas Escrituras afirmam que do coração saem as decisões da vida e, “como o homem pensa, assim o é”. Existe uma cadeia de continuidade ininterrupta entre o que se crê aqui e agora e o que se será amanhã, e o lugar que se lhe reservará após esta vida. É claro, então, que a crença é vital na determinação da atividade pessoal, do carácter moral e do destino eterno!

O que o homem crê também se relaciona diretamente com a influência exercida sobre outros. Por isso Paulo aconselhou a Timóteo, numa passagem bem conhecida: *Procura apresentar-te a Deus, aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade* (II Tim. 2:15). Advertiu-o também, dizendo: *Medita estas cousas, e nelas sê diligente, para que o teu progresso a todos seja manifesto. Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina. Continua nestes deveres; porque, fazendo assim, salvarás tanto a ti mesmo como aos teus ouvintes* (I Tim. 4:15-16). Esta é a obrigação de leigos e ministros. Aconselha-se a todo o cristão a estar *sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós* (I Pedro 3:15).

Portanto, o estudo da doutrina cristã é obrigatório a todo o cristão. Não é alguma coisa separada da vida. Nem é o palco em que se exibem a negligência, a indiferença, especulações vazias ou discussão de trivialidades. A salvação pessoal, o carácter sadio, e a influência santa dependem da aquisição de doutrinas certas. Cada indivíduo é responsável, dentro dos limites da sua

capacidade e oportunidade, pela descoberta e aceitação da doutrina cristã.

Não obstante, o estudo da teologia cristã não é apenas uma obrigação. É também fonte de inspiração e prazer. Não se lhe pode comparar matéria alguma ao alcance do pensamento humano. Ao estudar as grandes verdades da Bíblia, desfrutamos convívio com algumas das mentes mais puras e argutas de todos os tempos—São Paulo, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, João Calvino, João Wesley—para mencionar apenas alguns. Mas o melhor de tudo, no dizer do Bispo Weaver, “fruímos contacto e, se tal quisermos, real comunhão com Jesus Cristo”. Que estudo, pois, encerra maior gozo ou profundo interesse do que o da teologia cristã?

B. *Terminologia*

Cada ciência desenvolve o seu próprio vocabulário a fim de alcançar maior grau de exatidão. A teologia, “A Rainha das Ciências”, não foge à regra. Para começar, torna-se necessário definir claramente alguns dos termos chaves. Portanto, examinaremos o significado de certos vocábulos e conceitos básicos.

A doutrina cristã apresenta-se, comumente, sob o título mais amplo de Teologia Cristã, ou, em termos mais técnicos, Dogmática Cristã. Neste tratado, atribuímos-lhe o conceito de estudo analítico daquele grande corpo da verdade que fornece o material da teologia e que é geralmente conhecido pelo nome de fé cristã. Às vezes faz-se distinção entre doutrina e dogma—aplicando-se aquele ao ensino sistematizado das Escrituras em referência a qualquer elemento teológico, e esta à forma assumida pela doutrina em consequência desse desenvolvimento. Assim, por exemplo, a Bíblia apresenta certos factos com relação ao batismo com água, mas através dos séculos apareceram dogmas referentes ao modo, aos requisitos do candidato e ao significado exato do rito. São os dogmas que deram origem à Teologia Dogmática,

marcando assim muitas diferenças nas várias denominações da igreja.

Deriva-se o termo *teologia* de duas palavras gregas — *theos* (θεός), Deus, e *logos* (λόγος), discurso ou tratado. Originalmente, referia-se a um discurso acerca de Deus. Os gregos antigos usaram-no em sentido literal, aplicado aos que escreviam a história dos deuses e das suas façanhas. Crê-se que Ferécides foi o primeiro homem conhecido pela designação de teólogo e a sua obra foi intitulada *Theologia*, ou Teologia. Aristóteles aplicou o termo teologia à sua filosofia primária ou mais elevada. Também neste sentido Homero, Hesíodo e Orfeu, “que, com inspiração poética, cantaram acerca dos deuses e das coisas divinas”, foram conhecidos como teólogos. Portanto, em seu sentido geral, o termo teologia pode aplicar-se às investigações científicas de pessoas sagradas, coisas ou relações, quer sejam reais ou imaginárias. Ainda que o conteúdo dos tratados seja um tanto rude, o uso permite chamá-los *teologia*, se a matéria de estudo de que tratam se considera sagrada. O vocábulo é, pois, elástico e um tanto vago. Deve fazer-se mais definido e específico com a ajuda de qualificativos, designando-se, então, de Teologia Cristã ou Teologia Étnica (não cristã).

C. *Definições de Teologia.*

Uma das definições mais simples de teologia é a que se implica nos parágrafos anteriores, nomeadamente: “a Teologia Cristã é a apresentação sistemática das doutrinas da fé cristã”. O doutor Samuel Wakefield, que editou *As Institutas* de Watson, acrescentando-lhes material próprio de muito valor, define a teologia como “aquela ciência que trata da existência, do caráter e dos atributos de Deus; Suas leis e governo; das doutrinas que temos de crer, da transformação moral que devemos experimentar, e dos deveres que temos a cumprir”. A definição do doutor Carlos Hodge é a seguinte: “Teo-

logia é a apresentação dos factos da Escritura na sua ordem própria e em relação com os princípios ou verdades gerais envolvidas nos mesmos factos que impregnam e harmonizam o todo”. Mas talvez nenhuma definição sobrepasse à de William Burton Pope, o eminente teólogo metodista, por ser adequada e compreensiva, que vê a teologia como “a ciência de Deus e das coisas divinas, baseada na revelação feita ao homem por meio de Jesus Cristo e sistematizada em seus vários aspectos no âmbito da Igreja Cristã”.

D. *Natureza e Escopo da Teologia.*

A teologia cristã abrange em seu escopo um círculo amplo de investigação, com ênfase particular sobre certas esferas bem definidas do pensamento. Se se analisassem cuidadosamente as definições anteriores, notar-se-ia que abrangem as seguintes matérias de estudo: (1) Deus—a matéria, fonte e fim de toda a teologia; (2) Religião—dando a consciência básica do sobrenatural, sem o que o homem estaria incapacitado de receber as revelações da verdade divina; (3) Revelação—como a fonte primária dos factos sobre os quais se estrutura a teologia sistemática; (4) Jesus Cristo—o Verbo Pessoal e Eterno, no qual toda a verdade encontra o seu centro e circunferência; (5) A Igreja—em que a verdade tem sido sistematizada e desenvolvida sob a assistência e direção do Espírito Santo.

E. *A Teologia Cristã, Um Estudo da Realidade.*

Não podemos insistir demais em que a Teologia Cristã é uma exposição dos *factos* e *realidades* da revelação divina. Assim como o estudante da natureza se interessa pela realidade objetiva em que se baseia a mesma natureza, o teólogo cristão interessa-se pelas grandes realidades objetivas do reino de Deus. Quando a teologia se afasta desta base, transforma-se em mero sistema filosófico, ético ou psicológico. A Bíblia não

especula, nem discute—a Bíblia revela e anuncia a verdade divina com segurança e certeza.

O doutor Henry B. Smith fez uma excelente declaração da realidade que forma o fundamento da teologia cristã. Escreve: “Tendo-se o devido cuidado com a expressão, será conveniente dizer-se que há um realismo cristão absolutamente fundamental na teologia cristã. Isto é, há uma grande série de factos que constituem a própria vida do sistema cristão, que têm valor e realidade objetiva e sem os quais toda a teologia cristã será, em princípio, reduzida a mero sistema filosófico.

“A revelação cristã recebe um imenso poder prático no repousar, mansa e calmamente, com bastante solidez, nestes factos centrais e íntegros, os maiores nos anais da raça humana—que Deus estabeleceu um reino real neste mundo, centralizado na Pessoa e obra do nosso Senhor Jesus Cristo que se fez carne, sofreu e morreu por nós; que mandou o Seu Santo Espírito para renovar, ensinar e santificar os Seus escolhidos; que o Seu reinado há de persistir em ação até que os Seus eleitos estejam todos reunidos; e que aqui, nesta terra, apenas dá ao homem uma sombra daquela plenitude de bênção e glória que marcará a consumação do mesmo reinado pelos séculos intermináveis da eternidade. Diz-se que o volume da revelação divina é um “livro popular”. Mas é um livro real—um livro de realidades divinas, e faz que os homens sintam e conheçam a sua força” (Smith, *Introduction to Christian Theology*, pp. 5-7). É nestas gloriosas realidades que está interessada a teologia cristã.

F. *Sistemas de Teologia.*

Apesar da objetiva realidade em que se apoia a base da teologia cristã, desenvolveram-se vários sistemas por indivíduos e grupos dentro da igreja. Estes sistemas teológicos, por serem criações da mente humana, diferem no que se refere a certas posições fundamentais e a muitos detalhes. Isto não causa surpresa ao atentar-

mos para os muitos aspectos da verdade bíblica, à inteligência finita do homem, à deficiência da linguagem humana em exprimir as realidades espirituais, ao nosso conhecimento incompleto das Escrituras e ao facto de que o pecado obscureceu a mente do homem. Mas se reconhecemos que os sistemas humanos da teologia cristã diferem em muitos pontos, devemos-nos lembrar também de que têm igual ou maior sentido os pontos essenciais em que estão de acordo. Por exemplo, dentro dos sistemas teológicos do protestantismo há acordo geral no que se refere à importância fundamental de factos como a existência de Deus, a Santíssima Trindade, a Deidade do nosso Senhor Jesus Cristo, a necessidade de redenção do pecado por meio do sacrifício de Cristo, e assim sucessivamente. Muitas vezes, as diferenças são, simples ou principalmente, questão de ênfase que, para o conhecimento, exigem um exame claro, estudo demorado, e juízo bem meditado da parte do estudante. Isto leva-nos à consideração dos requisitos intelectuais ou outros quaisquer para um estudo mais proveitoso da teologia.

G. *Requisitos Qualitativos para o Estudo da Teologia.*

Na sua *Introduction to Christian Theology*, páginas 25-33, o doutor Henry B. Smith faz excelentes considerações a respeito do “espírito que deve animar o verdadeiro estudante de teologia”. A *primeira* de tais qualidades necessárias é que o estudante deve ter inclinação espiritual. Isto não quer dizer mero conhecimento abstrato *acerca das* coisas espirituais, nem mero sentimento geral de boa vontade, mas disposição ou inclinação espiritual que, na sua natureza mais íntima, é uma expressão da realidade do reino de Deus centralizada na pessoa e obra de Jesus Cristo. É uma inclinação espiritual resultante do contacto pessoal e vital com Deus.

A *segunda* das características que deve possuir o estudante sincero de teologia é o espírito de humildade

reverente. “Tal humildade”, diz Smith, “não deve confundir-se com a subserviência ao dogmatismo; isto não é sinal de espírito humilde, mas de acomodaticio. É, sem dúvida, o oposto da suficiência própria. Não pode ser verdadeiro estudioso de teologia quem não seja possuído de humildade e reverência, quem não seja um investigador humilde diante dos mistérios da encarnação e da expiação, quem não sinta e saiba que, nestes grandes factos, há alguma coisa que o compele a tirar os sapatos, quem não tenha a convicção de que está pisando terreno santo”.

A *terceira* característica do investigador teológico deve ser amor sincero à verdade, em si mesma. “O que se diz da virtude, diga-se também da verdade; ambas são boas em si e por si, devendo ser amadas e buscadas por seu próprio mérito. Muitos amam a verdade por causa do seu interesse, outros por causa da Igreja; a maior parte da humanidade, talvez, por ambição pessoal; outros porque não podem ou não querem renunciar ao que aprenderam; mas o pregador deve amar e pregar a verdade porque é a verdade”.

Uma *quarta* qualidade que o estudante de teologia deve possuir é o espírito de confiança. Isto é, a crença de que, sob a iluminação do Espírito de Deus, pode encontrar-se a verdade, que é a substância da teologia. “E como a iluminação desse Espírito é prometida e concedida a todos os que se entregam à Sua direção, devem ter confiança de que chegarão a saber, se são fiéis, tudo o que for preciso para que possam realizar a obra do seu Mestre aqui na terra”.

O estudante de teologia deve também ter zelo profissional pelo seu trabalho. Isto é particularmente verdadeiro daqueles que são chamados ao ministério cristão. Tal estudante “deve sentir e viver, dia após dia, semana após semana, como se a teologia fosse o seu próprio e mais precioso trabalho, dando-lhe o melhor do seu tempo, das suas faculdades, e do seu labor paciente”.

Aos requisitos acima mencionados, tão habilmente apresentados pelo doutor Smith, podem ser acrescentados os seguintes: *Primeiro*, um conhecimento adequado da Bíblia, a Palavra de Deus. “A exegese precede a teologia e a obra da teologia sistemática deve ser precedida pelo estudo da teologia bíblica, ou o estudo sistemático dos conteúdos doutrinários da Bíblia” (Clarke, *Outlines of Christian Theology*, páginas 5-6). Nada pode substituir o conhecimento adequado e pessoal do que a própria Bíblia ensina com relação à doutrina. A fim de certificar-se do significado das Escrituras, o conhecimento dos idiomas originais é de muito valor, especialmente do grego. *Segundo*, ampla compreensão de outros campos do conhecimento oferece muita ajuda no estudo da teologia cristã. Isto é particularmente verdadeiro no que se refere à filosofia, à história, à religião e à psicologia, que estão mais intimamente ligadas ao estudo da teologia. *Terceiro*, aquelas características mentais que podem resumir-se no conceito de uma “mente disciplinada” são de inestimável valor para o estudante de teologia. Referindo-se a esta classe de mente o doutor A. H. Strong, eminente teólogo batista, diz: “Só uma mente como esta pode reunir pacientemente os factos, manter em foco simultaneamente a muitos, deduzir os princípios que os ligam por meio do raciocínio contínuo e deter o juízo até que as suas conclusões sejam provadas pela Escritura e pela experiência” (Strong, *Systematic Theology*, Vol. I, p. 38). Tal espécie de mente distingue-se pela firmeza e decisão em rejeitar preconceitos quando a sua verdadeira natureza se torna evidente. *Prova todas as coisas e retém o que é bom*; abraça as verdades intuitivas assim como as que se adquirem pela lógica e pela razão. É uma mente que não está escravizada ao processo racional, mas que possui intuição espiritual assim como entendimento mental.

II. A TEOLOGIA: SUAS RELAÇÕES E DIVISÕES

A. *As Relações da Teologia.*

Além da fonte divina da teologia, há três relações importantes que ela mantém—à religião, à revelação e à igreja. Pelo termo relação queremos expressar interrelação estreita ou íntima e dependência mútua.

1. *Relação com a Religião.* A teologia está intimamente relacionada à religião, no sentido de que esta dá ao homem a consciência básica sem a qual a natureza humana não poderia receber a revelação de Deus. É a consciência de que o homem existe para coisas mais elevadas, tendo afinidade com o Poder Invisível do qual é dependente. Aliado está o sentimento humano de necessidade que se expressa na consciência do pecado e no desejo de comunhão com um poder espiritual mais alto. A obra da teologia consiste em reunir e sistematizar estas necessidades e desejos humanos.

A religião é um fenômeno, a um tempo, social e individual. Os que chegam a ter comunhão com Deus sentem a necessidade de transmitir este conhecimento a outros, donde surgem as várias sociedades religiosas. Estas, por sua vez, cristalizam-se em instituições permanentes, destinadas a transmitir à posteridade os conhecimentos religiosos do passado. Deus, que é a matéria, a fonte e o objeto da teologia cristã, é também a figura central deste fenômeno pessoal e coletivo—a religião. A teologia e a religião estão, portanto, relacionadas entre si, “como efeitos em diferentes esferas da mesma causa”.

2. *Relação com a Revelação.* A teologia também depende de um tipo de experiência mais elevado—o Verbo feito carne em Jesus Cristo—conhecido como a Revelação Cristã. A fé cristã não é, portanto, algo subjetivo e auto-gerado. Tem a sua fonte e validade numa revelação escrita e objetiva—a Palavra de Deus.

O mesmo Espírito Santo que comunica o conhecimento interno ou subjetivo de Deus na experiência religiosa, fez disto um relato externo. Isto torna possível a transmissão da verdade religiosa a outras pessoas, além daquelas que a receberam primeiro. Tanto a revelação interna como a sua interpretação externa, fornecem os factos objetivos necessários que se consideram como material de uma verdadeira ciência.

3. *Relação com a Igreja.* Foi à Igreja que Deus outorgou as Sagradas Escrituras e elas constituíram-se-lhe a regra de fé e prática. Assim como o oráculo primitivo teve a sua arca, a Igreja Cristã tornou-se receptáculo do novo oráculo—*a fé que foi uma vez entregue aos santos* (Judas 4). Com a vinda do Verbo Encarnado e do dom do Espírito Santo no dia do Pentecostes, ergueu-se o fundamento da Igreja. Com o crescimento da sua missão, foi necessário também que os seus oráculos fossem aumentados, daí, e por inspiração divina, temos o Novo Testamento. Sendo a depositária de uma nova verdade dispensacional, a Igreja tinha e tem a obrigação, como mestra e defensora da fé, de criar uma teologia pela qual pudesse, sistematicamente, apresentar a verdade em forma doutrinal.

B. *As Divisões Principais da Teologia*

Os eruditos organizaram e sistematizaram de várias maneiras os elementos da teologia para facilitar-lhe o estudo. Mencionaremos aqui apenas alguns dos principais termos usados para designar as diversas partes desta “ciência de Deus e das coisas divinas”.

1. *Teologia Natural.* Este ramo da teologia trata da existência, dos atributos e da vontade de Deus tal como se revelam nos diferentes fenómenos da natureza: *Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos.* No grandioso livro da natureza encontramos evidência respeitante à existência

de Deus, ao Seu poder e propósitos. No universo material e na constituição do homem Deus revela-Se numa forma um tanto velada mas certíssima. Cabe à teologia natural coligir e sistematizar esta evidência.

2. *Teologia Exegética.* Este é um estudo cuidadoso e analítico das Escrituras, classificado de acordo com as doutrinas. Compreende um extenso campo de investigação que inclui a época, a origem, o conteúdo e o caráter dos escritos sagrados; a integridade do texto original; a autenticidade dos diferentes livros; e os princípios da interpretação, exposição e aplicação bíblicas.

3. *Teologia Histórica.* Trata do desenvolvimento histórico da doutrina. Contém duas partes principais: o estudo do desenvolvimento progressivo das doutrinas da Bíblia e o exame do desenvolvimento histórico da doutrina da Igreja desde a era apostólica. Destaca a importância da história secular, bíblica e eclesiástica, dada a contribuição que podem oferecer à compreensão do desenvolvimento doutrinário.

4. *Teologia Sistemática.* Encarrega-se do material fornecido pelas teologias anteriores, com o fim de ordená-lo em forma lógica e metódica para facilitar a compreensão e promover a aplicação prática do mesmo. Por meio da apresentação e da ordem sistemática, pode perceber-se e apreciar-se a relação vital e simétrica de toda a verdade cristã. É assim que se pode ver a teologia como um todo, coesa e segura. A teologia sistemática subdivide-se, comumente, em ética, dogmática e polêmica.

5. *Teologia Prática.* Esta divisão da teologia relaciona-se com a aplicação prática dos resultados da investigação teológica, particularmente no que se refere à obra do ministério cristão. São incluídos neste estudo tópicos como a homilética, que trata da composição e apresentação dos sermões; a catequética, que trata da instrução

da juventude na preparação para membros da igreja; e a litúrgica, estudo das formas de adoração e devoção.

QUESTIONÁRIO

1. Que é a teologia? A que chamamos teologia cristã? Dê três definições autorizadas de teologia cristã.
2. Por que é importante o estudo da doutrina cristã?
3. Defina os seguintes termos: doutrina, dogma, fé cristã, teologia étnica.
4. Quais são os mais importantes temas considerados na Teologia Cristã?
5. Que significa a declaração: "A teologia cristã é o estudo da realidade"?
6. Que é um sistema de teologia? Como explicaremos os diferentes sistemas de teologia dentro da Igreja Cristã?
7. Que preparação e características pessoais são necessárias ao estudante para tirar grande proveito do estudo da teologia?
8. Explique, cuidadosamente, a relação entre a teologia cristã, a religião, a revelação e a Igreja.
9. Indique e descreva as principais divisões da teologia cristã.

CAPÍTULO II

FONTES E MÉTODOS DA TEOLOGIA

“Da mesma forma que os factos da natureza se encontram relacionados e dirigidos por leis físicas, os factos da Bíblia relacionam-se e dirigem-se pela natureza de Deus e as Suas criaturas. Assim como Deus quer que o homem estude as Suas obras e lhes descubra a maravilhosa relação orgânica e combinação harmoniosa, assim deseja que estudemos a Sua Palavra e aprendamos que, como no caso das estrelas, as Suas verdades não estão isoladas, mas formam sistemas, ciclos e epiciclos numa grandeza e harmonia interminável”.

—Dr. Carlos Hodge

I. A CIÊNCIA DA TEOLOGIA

A. *A Natureza Científica da Teologia*

É comum entre os teólogos falar do seu estudo como uma ciência. Esta tendência é evidente nas definições de teologia estudadas no capítulo primeiro. Pope fala da teologia como “a ciência de Deus e das coisas divinas”. Hodge salienta a importância da ordem e da apresentação sistemática assim como do desenvolvimento das verdades e princípios gerais.

Outros estão longe de admitir que a teologia seja uma verdadeira ciência, em comparação com a física, a biologia, a história ou a psicologia. Argumentam que a teologia recebe os seus factos da revelação ou da experiência pessoal, que não se comparam aos que provêm do laboratório, do estudo dos casos, ou que resultam da informação introspectiva de um sujeito com relação aos seus estados mentais.

A questão de que a teologia seja ou não uma ciência não é de tanta importância que mereça discussão prolongada, mas algumas observações serão de valor para que seja mais evidente a natureza exata da teologia. Há considerável divergência de opinião no que respeita ao estudo de disciplinas como a história, que baseia as suas conclusões no testemunho e na evidência, e a psicologia que, em sua maior parte, trata da consci-

ência humana, se, de facto, já alcançaram o estágio de ciências. Nestes dois aspectos, a teologia é semelhante à história e à psicologia.

A ciência caracteriza-se por dois fatores principais: o seu método e o seu espírito. O método da ciência exige investigação sistemática da verdade e apresentação ordenada dos factos descobertos, revelando relações causais e verdades gerais ou leis específicas. O espírito ou atitude da ciência é o de investigar sem prejuízos e com a mente aberta todos os factos relevantes, sejam estes objetivos ou subjetivos. Karl Pearson pondera com acerto que esta atitude científica, em vez da natureza exata ou da fonte de factos, constitui o elemento comum a todas as ciências.

Como no caso da psicologia ou da história, a teologia é uma ciência na medida em que os factos são sistematizados, revelando relações e leis, e na medida em que o seu espírito é o da investigação franca e despreconcebida. A ciência da teologia procura descobrir por todos os meios legítimos, tanto objetivos como subjetivos, toda a verdade e nada que não seja a verdade.

Se a isto se objeta que a fé não faz parte da ciência, não temos mais do que lembrar que mesmo as ciências físicas se fundamentam num princípio de fé: fé num universo integrado, fé no testemunho dos sentidos, fé na nossa própria existência.

Poder-se-ia até dizer que toda a ciência tem o seu fim na teologia que, deste modo, vem a ser "A Rainha das Ciências". Esta conclusão baseia-se em que a teologia se interessa, sobretudo, pelo estudo de Deus—a fonte última de toda a verdade e realidade. Assim todas as ciências, na sua investigação da verdade, encontram o seu fim último em Deus e na relação pessoal de Deus com o universo.

B. *Métodos de Organização e Apresentação.*

Há numerosos argumentos válidos em favor do arranjo sistemático das verdades da Bíblia. Como afirma Hodge: "Esta é, evidentemente, a vontade de Deus. Deus não ensina aos homens a astronomia ou a química, mas dá-lhes os factos nos quais se baseiam tais ciências. Tão pouco nos ensina a teologia sistemática, mas dá-nos, na Bíblia, as verdades que, entendidas e propriamente ordenadas, constituem a ciência da teologia". Por meio de tal organização revelam-se ricas e fascinantes harmonias que lavram entre as doutrinas cristãs. Ao delinarem-se as suas relações mútuas, as verdades adquirem maior significado. A apresentação coerente e ordenada da doutrina feita desta forma não só apela para a própria constituição da mente humana, como capacita o indivíduo a ensinar a outros de maneira eficiente. Assim, pois, quando se organizam os grandes postulados da fé cristã, se apresentam sistematicamente e se retêm com firmeza, o resultado é um carácter cristão forte e útil.

Com tão fortes razões favorecendo a sistematização da doutrina bíblica, não é de surpreender que se tenham utilizado vários planos na organização da teologia cristã. No período primitivo da Igreja, foi proeminente o *método trinitário* de organização. Apresentavam-se as doutrinas na sua relação com o Pai, o Filho, e o Espírito Santo. Este foi seguido pelo *método federal* em que a ideia de dois pactos, o da lei e o da graça, constituiu o factor central na organização. Usou-se também o *método cristocêntrico*, do qual Cristo e a redenção formam o âmago do pensamento. Talvez o método mais comumente utilizado seja o *shintético*. Hagenbach descreve-o como aquele que "começa do conceito mais elevado, Deus, continua com o homem, Cristo, a redenção e, por último, o fim de todas as coisas". O princípio básico de organização é ordem lógica de causa e efeito. Este método foi usado com eficiência por teólogos notáveis como Pope,

Strong, Miley, Ralston e outros mais. Apesar do seu uso frequente, nunca perdeu a atração e a novidade. Serve-se o presente estudo duma modificação deste método de organização.

II. A FONTE PRIMÁRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ

A. *A Bíblia como Fonte Primária da Teologia Cristã.*

A teologia cristã, como a ciência da única religião verdadeira e perfeita, baseia-se nos registros documentais da revelação de Deus em Jesus Cristo. Assim, a Bíblia é a regra divina de fé e prática e a única fonte primária e autorizada da teologia cristã. As Sagradas Escrituras constituem o depósito de que se extraem as verdades gloriosas utilizadas na construção do edifício da doutrina cristã. Este conceito da Bíblia como fundamento e centro da teologia cristã é um dos elementos básicos e matéria de ênfase no Protestantismo.

Sem dúvida, num sentido mais profundo, Jesus Cristo, o nosso Senhor Eterno, é, em Si mesmo, a revelação plena de Deus. Ele é o Verbo de Deus—o pensamento exteriorizado e expresso do Eterno. Assim, pois, ainda que honremos as Sagradas Escrituras, dando-lhes um lugar central como fonte primária da teologia, não discutamos o facto de que a *letra mata e o espírito é que vivifica*. Cristo, o Verbo vivo, deve ser visto sempre em adequada relação com a Bíblia, a revelação escrita. Para que esta seja vital e dinâmica importa estarmos sempre, através do Espírito Santo, sintonizados com o Senhor vivo, cujas palavras excelsas, cujas obras incomparáveis e cuja morte por nós constituem o grande tema do Livro dos Livros.

B. *Pontos de Vista Católico e Protestante com Respeito à Bíblia: Um Contraste.*

Em contraste com a doutrina protestante das Escrituras, que acabamos de mencionar, encontra-se a

da Igreja Católica Romana. Esta organização não quer conceder à Bíblia um lugar exclusivo e central como norma última de fé e prática. Os católicos romanos sustentam que só a Vulgata, a versão latina das Escrituras, que inclui a maior parte dos livros apócrifos, tem autoridade. Aceita-se como também tendo autoridade a tradição—que é a prática da Igreja de geração em geração. Na realidade, em contínuo crescendo a autoridade da própria igreja, expressa em pronunciamentos formais do papa, faz-se o supremo *critério* de interpretação da Bíblia e da tradição. Desta maneira, a Igreja colocou-se numa posição anormal com respeito a Cristo, enquanto a revelação direta de Deus nas Sagradas Escrituras era suplantada pelos decretos da Igreja. Os protestantes não podem nem jamais poderão apoiar esta especiosa doutrina.

III. FONTES SECUNDÁRIAS DA TEOLOGIA CRISTÃ

A. *A Natureza como Fonte da Teologia.*

Numerosas passagens das Sagradas Escrituras ensinam que a natureza revela algo acerca de Deus e das coisas divinas. São familiares as palavras do salmista: *Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos. Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite. Não há linguagem, nem há palavras, e deles não se ouve nenhum som; no entanto, por toda a terra se faz ouvir a sua voz, e as suas palavras até aos confins do mundo* (Salmo 19:1-4). A natureza fala do poder e da glória de Deus com uma linguagem universal.

De várias declarações do apóstolo Paulo concluímos que a natureza revela o suficiente de Deus para fazer que os homens O busquem e O adorem (Actos 14:15-17; 17:22-34). Contudo, esta revelação é vaga e imperfeita. Ainda que nos mostre algo do poder e capacidade de Deus, a natureza nada diz dos Seus atributos morais,

nem nos certifica dos meios que a graça providenciou para a salvação do homem. A natureza, portanto, como fonte da teologia cristã, é subsidiária, secundária e incidental.

B. *A Experiência como Fonte da Teologia.*

Não se deve esquecer, ao estudar a teologia cristã, o facto de que a verdadeira experiência cristã implica uma relação vital, íntima e pessoal entre Deus e o homem. É mais do que apreensão ou aceitação intelectual da verdade. Em sua natureza última, a verdade é pessoal e o nosso Senhor mesmo declarou: *Eu sou a verdade*. Conhecê-Lo não é mera aderência a um credo mas recebê-Lo de todo o coração e amá-Lo com toda a devoção. Aos que assim O recebem, Ele dá o glorioso direito e a capacidade graciosa de se tornarem filhos de Deus. Esta relação filial entre Jesus Cristo e o homem tem a sua raiz na semelhança de carácter. É uma relação originada e alimentada pelo Espírito Santo. Este conhecimento espiritual, baseado num contacto pessoal e vital com Deus através do Espírito, constitui fonte subsidiária da teologia um tanto rudimentar, mas verdadeira.

Contactos espirituais, relações éticas e espirituais apropriadas, assim como obediência pessoal à vontade divina, levam-nos a um verdadeiro conhecimento de Deus. Pode ser que este conhecimento não seja elaborado, mas caracteriza-se pela certeza e pela segurança. Até o indouto, o “qualquer um”, pode possuí-lo, se assim quiser: *Se alguém quiser fazer a vontade dele, conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus ou se eu falo por mim mesmo* (João 7:17). E deste conhecimento, prometido pelo Mestre ao que Lhe obedece, podem-se formular, intelectualmente, conceitos válidos sobre Deus e desenvolver conhecimento sistemático.

C. *Os Credos como Fontes da Teologia.*

Um credo é uma confissão de fé, um grupo de doutrinas compreendidas para aceitação, ou artigos de fé. Os credos podem ser individuais ou coletivos, escritos ou não, válidos ou sem valor algum. As grandes formulações doutrinárias da Igreja de aceitação geral brotaram da própria Igreja. Apresentam em epítome a experiência coletiva da Igreja, provada por muitos crentes durante longo espaço de tempo e formulada em declarações concisas e claras. Representam o produto da experiência religiosa da Igreja que deve a sua existência a Jesus Cristo por meio do Espírito Santo. Sendo assim, podem aceitar-se como fontes subsidiárias da teologia. São de valor enquanto representam verdadeiras convicções baseadas na experiência cristã. Quando as pessoas ou grupos deixam de ter relação vital com Jesus Cristo, os credos tendem a ser elaborados, formais e de menos valor como fontes da teologia cristã. Deve-se ter em mente que toda formulação doutrinária, pelo menos entre os protestantes, jamais se considera como substituto das Sagradas Escrituras. Os credos, suposta ou realmente, baseiam-se na Bíblia. Desta maneira os credos são fontes derivadas ou secundárias, não primárias.

Os três grandes Credos Ecumênicos da Igreja Primitiva, antes da sua divisão, são de particular valor em revelar a substância da crença daqueles dias. São eles: o Credo Apostólico, o Credo Niceno e o Credo Atanasiano.

1. *O Credo Apostólico.* Este bem conhecido credo não foi escrito pelos apóstolos mas recebeu tal nome porque representa um resumo dos seus ensinamentos. Acredita-se geralmente que foi escrito nos primórdios do segundo século da era cristã e tinha já então, substancialmente, a mesma forma que hoje apresenta. Este

credo deve aninhar-se no coração e na mente de todos os crentes e ser recitado com frequência. Eis o seu teor:

Creio em Deus Pai Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra. E em Jesus Cristo Seu único Filho, nosso Senhor, o Qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, sofreu sob o poder de Póncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno, ao terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu ao Céu, está sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso, donde há de vir julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Universal, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

2. *O Credo Niceno.* Este credo foi formulado e adotado no Primeiro Concílio Ecumênico celebrado em Nicéia da Bitínia no verão do ano de 325 d.C. O Concílio foi convocado pelo imperador Constantino que ainda não era cristão batizado. Teve a presença de um bom número de Bispos—318, conforme a tradição, embora haja quem não aceite este número. Representavam um grupo glorioso de próceres cristãos, muitos dos quais exibiam evidências de haverem padecido pela fé. Eusébio, o pai da História da Igreja, esteve presente. Ele pinta em cores vivas este grupo heróico. Reuniram-se para tratar de assuntos muito sérios. A heresia ariana estava pervadindo a Igreja, ameaçando muito daquilo que para tantos valia mais que a própria vida. Ario tinha procurado outorgar a Jesus Cristo um lugar acima de todas as criaturas, mas fora da Divindade. O efeito desse ponto de vista era que Cristo e o Espírito Santo seriam também seres criados. Tal doutrina vibrava golpe mortal sobre a consciência devocional dos seguidores de Cristo. Se Cristo não fosse Deus, o adorá-Lo seria idolatria. Se não fosse nem Deus nem homem, não poderia ser Mediador e, assim, o arianismo destruiria a base da redenção em Cristo.

Liderados pelo grande Atanásio, que durante toda a vida lutou contra esta heresia, os que formularam o Credo de Nicéia ergueram uma barreira poderosa contra a insidiosa onda do mal. O texto foi subsequentemente modificado e, abaixo, transcreve-se na sua forma alterada.

Creio em um Deus, o Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis.

Creio em um Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, nascido do Pai antes de todos os mundos, Deus de Deus, Luz de Luz, o verdadeiro Deus do verdadeiro Deus, gerado, não feito; sendo de uma mesma substância com o Pai; por quem todas as coisas foram feitas; que, por nós e para a nossa salvação, desceu do céu e se encarnou por obra do Espírito Santo na Virgem Maria, e se fez homem; foi crucificado também por nós, sob o poder de Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos, conforme as Escrituras; subiu aos céus, está sentado à direita do Pai e virá outra vez com glória para julgar os vivos e os mortos; cujo reino não terá fim.

Creio no Espírito Santo, o Senhor e Doador da vida, que procede do Pai e do Filho; que é adorado e glorificado juntamente com o Pai e o Filho; que falou por meio dos profetas; e creio numa Igreja Católica e Apostólica; reconheço um batismo para a remissão dos pecados; espero a ressurreição dos mortos; e a vida eterna no mundo vindouro. Amém.

3. *O Credo Atanasiano.* Este credo é de data posterior e incerta, possivelmente do sétimo século depois de Cristo. Nunca foi oficialmente adotado por um concílio geral; todavia tem sido completamente aceito como fonte de valor para a fé cristã. Na sua doutrina concernente à Trindade e à encarnação é mais detalhado do que os acima mencionados. É demasiado longo para o uso comum no culto e minucioso demais, como também abstruso em algumas das suas distinções para que goze de maior apreciação ou alcance a compreensão plena.

IV. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA TEOLOGIA CRISTÃ

A. *O Período Primitivo.*

A história da teologia na Igreja é matéria muito extensa, da qual só podemos dar breve resumo neste tratado. Durante os primeiros sete séculos da era cristã os pais da Igreja coligiram com paciência e perseverança e, em muitas ocasiões, à custa do martírio, o material da teologia cristã. Tiveram que lutar contra o paganismo externo e contra as frequentes heresias dentro da própria Igreja. Na maioria dos casos eram homens de talento e de profunda devoção. A teologia era assunto do coração e da vida para estes defensores da fé. Este

período é notável porque seis dos sete Concílios Ecumênicos convocados foram celebrados com o fim de discutir questões de doutrina. Entre os escritores mais importantes deste período temos Orígenes, cuja obra *Princípios Introdutórios* é a primeira tentativa formal de teologia sistemática; Agostinho, cuja influência no pensamento teológico até hoje tem muito peso; e João de Damasco, cujo *Sumário de Fé Ortodoxa* é considerado por muitos como a primeira obra de valor no campo da teologia sistemática. João de Damasco é o grande teólogo da Igreja Católica Grega. Teófanos diz que era conhecido com o nome de Crisórroas, *Manancial de Ouro*—literalmente fluindo ouro—“Por causa daquela graça de espírito que brilha como ouro tanto na sua doutrina como na sua vida”.

B. O Período Medieval.

Esta fase cobre quase sete séculos, desde a morte de João de Damasco até o princípio da Reforma na primeira metade do século XVI. Este período distingue-se, acima de tudo, por nele doutores ou sábios se preocuparem ativamente com o desenvolvimento bem ordenado dos sistemas do pensamento teológico. Esta era escolástica atingiu sua culminância no século XIII, quando a teologia foi coordenada e sistematizada por meio dum novo princípio derivado da filosofia aristotélica. Entre os grandes nomes ligados a esta fase de desenvolvimento mencionaremos Anselmo, Abelardo, Pedro Lombardo e Tomás de Aquino. *Os Quatro Livros de Sentenças*, de Pedro Lombardo, incluem a coletânea em ordem sistemática de citações dos escritos de Agostinho e de outros pais da Igreja. Foi usado como livro texto de teologia por mais de 500 anos. *A Suma Teológica* de Tomás de Aquino representou o pináculo da obra teológica no período escolástico. Esta obra é considerada ainda como a norma da Igreja Católica Romana. Diz-se que Tomás de Aquino formulou dez mil objeções às suas próprias

ideias e as respondeu a todas—pelo menos ao seu próprio parecer. A sua obra nos campos da filosofia, teologia e exegese foi monumental, a despeito de ter morrido antes de completar os 50 anos de idade.

C. *O Período da Reforma.*

Foi este um período de controvérsias e formulações confessionais, marcando a transição do mundo medieval para o moderno. A separação da Igreja em duas grandes divisões, o Catolicismo Romano e o Protestantismo, originou dois tipos radicalmente diferentes de teologia. Ainda que haja vários elementos comuns, há também diferenças marcantes em quase cada ponto essencial da teologia. O Protestantismo adotou certas formulações doutrinárias que tinham já sido aceitas, como o Credo de Nicéia e a maior parte da doutrina de Agostinho referente ao pecado e à graça. Rejeitou a autoridade absoluta da tradição assim como as recomendações dos Concílios Eclesiásticos. Sustentou que as Sagradas Escrituras são a suprema autoridade no que se refere à fé e à moral, tendo-se firmado na doutrina da justificação pela fé.

A teologia do período da Reforma, com respeito ao pensamento protestante, classifica-se naturalmente em duas divisões principais—a teologia luterana e a teologia reformada. Pode-se dizer que a teologia luterana é mais profundamente sacramental, ao passo que a reformada é mais intelectual e doutrinária. Um dos teólogos luteranos de mais importância neste período foi Melancthon, amigo de Lutero. A sua obra, intitulada *Loci Communes*, foi primeiro publicada em 1521, seguida de oitenta edições ainda em vida do seu autor. Não obstante, a obra principal deste período foi, sem dúvida, a de João Calvino, chamada *Institutas da Religião Cristã*. Esta obra monumental apareceu em 1536 e consistiam-na quatro volumes, com um total de cento e quatro capítulos. A ordem é essencialmente trinitária e a idéia central

é a soberania absoluta de Deus. Poucos livros na história do pensamento cristão tiveram mais influência do que as *Institutas* de Calvino.

D. *O Período Confessional.*

Este período no desenvolvimento teológico abrange os séculos XVII e XVIII (1600-1800 d.C.). Durante estes anos as formulações doutrinárias das organizações maiores foram ordenadas em forma sistemática e entregues à Igreja como tipos variados de dogmática cristã. Os teólogos deste período foram chamados algumas vezes escolásticos protestantes, posto que sempre tendiam a seguir os mesmos ou semelhantes princípios de sistematização usados pelos doutores da escolástica do período medieval.

Não se presuma, porém, que essas teologias diversificadas originaram com os doutores do Período Confessional. É evidente que mesmo os escritores do Novo Testamento exibem diferentes tipos de teologia. Por exemplo, Pedro ressalta o lado prático da teologia; Paulo é o amigo do sistema e da lógica; e João, o vidente, proclama dogmaticamente o que viu por meio da intuição. Desenvolvimentos subsequentes no pensamento cristão revelam muitas variações interessantes, tanto com respeito à ênfase como ao conteúdo, dos quais só podemos mencionar algumas.

A teologia na Igreja Católica Grega foi marcada por uma tendência filosófica e especulativa. Em contraste com o pensamento católico romano, rejeitou a doutrina do Papado, modificou os sete sacramentos, negou a concepção imaculada da Virgem Maria, propagou a Bíblia em idioma vernáculo e afirmou a sua própria supremacia.

Os aspectos que distinguem o catolicismo romano e o protestantismo são numerosos e marcantes. A Igreja Católica Romana é sacramentalista, ensinando que a Igreja é o instrumento divinamente designado através do

qual as bênçãos espirituais se comunicam por meio dos sacramentos. A Igreja Protestante é evangélica, postulando que Deus salva os homens diretamente, estabelecendo com eles relações pessoais e espirituais. O protestantismo sustenta que a verdadeira Igreja é formada de todos os que são remidos por Jesus Cristo e deriva a sua autoridade da relação espiritual viva que existe entre os membros constitutivos e a Cabeça divina da Igreja, isto é, Jesus Cristo. A teologia católica romana praticamente identifica a Igreja com a organização visível que deriva a autoridade, não de relação alguma pessoal entre Cristo e qualquer dos seus membros, mas da comissão inicial dada por Cristo aos discípulos. Destes pontos de divergência com respeito à natureza da igreja podemos obter as seguintes diferenças entre a teologia católica e a protestante: (1) O Protestantismo ensina a universalidade do sacerdócio dos crentes, em contraste com a ordem especial pregada pelo catolicismo romano. (2) O Protestantismo afirma que a graça é comunicada por meio da verdade recebida pela fé, enquanto o catolicismo romano ensina que só se pode conseguí-la por meio dos sacramentos. (3) O Protestantismo exalta a pregação do evangelho sobre o ministério sacramental do altar. (4) O Protestantismo declara que se recebe a graça diretamente de Cristo por meio do Espírito e que isto confere filiação à Igreja como corpo espiritual de Cristo. Pelo outro lado, os católicos romanos afirmam que só por meio da Igreja se pode estabelecer relação espiritual com Cristo.

Deve-se notar também que o Período Confessional foi marcado pelo desenvolvimento de linhas divergentes de pensamento entre vários grupos protestantes. Estas diferenças patenteiam-se na formação do Sistema Luterano, do Reformado, do Arminiano e de outros menos importantes. O espaço não nos permite consideração mais demorada destes sistemas divergentes. No estudo seguinte daremos particular atenção ao Armini-

anismo, contrastando-o e comparando-o com outros tipos protestantes de pensamento.

E. *O Período Moderno.*

Neste breve tratado apenas se pode fazer ligeira menção dos consideráveis desenvolvimentos do pensamento teológico a partir do ano de 1800. Os teólogos desta época, principalmente os do século XIX, podem enquadrar-se em escolas definidas, a saber: (1) A Escola de Schleiermacher que deu ênfase à doutrina de que a fé cristã se fundamenta na consciência do homem. Concebeu-se a religião como “um sentimento de dependência” e Cristo e a Sua redenção fizeram-se o centro do sistema teológico. (2) A Escola Racionalista, na qual a teologia foi extensamente influenciada por certos filósofos alemães modernos. (3) A Escola de Mediação, abrangendo um grupo de teólogos importantes que tentavam sustentar os princípios evangélicos, combinando-os, ao mesmo tempo, com o melhor pensamento moderno. (4) A Escola de Ritschl que insistiu firmemente no reconhecimento do Cristo histórico e na aceitação das Escrituras como registro da revelação.

Os teólogos norte-americanos—arminianos, reformistas e luteranos—têm sido influenciados pelo pensamento europeu e, em certo sentido, dependem muito dele. Os teólogos da Igreja Reformada dos Estados Unidos são classificados geralmente em os que pertencem à Escola Antiga, que se apega mais à doutrina de Calvino e de Agostinho no que se refere à depravação humana e à graça, e os que se filiam à Escola Moderna, que modificou muitos dos postulados primitivos do Calvinismo na direção do Arminianismo. Jonathan Edwards foi o primeiro expoente notável desta última escola.

Os escritos de João Wesley constituem os elementos fundamentais das formulações doutrinárias do Metodismo. O piedoso João Fletcher, ainda que anglicano, em

alguns pontos constituiu-se apologista do Metodismo. Este "Arminiano dos Arminianos" escreveu convincente e categoricamente a obra *Objecções ao Antinomianismo*, que é ainda o melhor tratado sobre a matéria. As *Institutas de Teologia*, de Ricardo Watson (1823) são o primeiro sistema completo de doutrina formulado por um metodista. William Burton Pope, no seu *Compêndio de Teologia Cristã*, é o primeiro escritor inglês que se compara favoravelmente a Watson. Entre outras obras notáveis que representam o tipo arminiano de teologia, mencionaremos as seguintes: *Teologia Sistemática*, de Raymond, *Elementos de Divindade*, de Ralston, *Sistema de Doutrina Cristã*, de Sheldon, *Teologia Sistemática*, de Sumner, e *Teologia Sistemática*, de Miley.

QUESTIONÁRIO

1. Até que ponto é a teologia uma ciência? Em que sentido é considerada como "A Rainha das Ciências"?
2. Que razões podem ser dadas para a organização sistemática da doutrina cristã? Apontar alguns dos planos de organização que se usaram. Qual é o plano deste livro?
3. Qual é a fonte primária da teologia cristã?
4. Faça um contraste entre a doutrina Católica Romana e o Protestantismo, com referência à Bíblia.
5. Quais são as fontes secundárias da teologia cristã? Explique cuidadosamente porque são consideradas fontes secundárias.
6. Quais são as limitações dos credos como fontes da teologia cristã?
7. Que se entende por credo ecumênico? Quais são os três importantes credos da Igreja, antes da divisão? Em que sentido representam o desenvolvimento progressivo da formulação doutrinal da Igreja?
8. Explique o papel que representaram o Concílio de Nicéia e Atanásio na formação do Credo Niceno.
9. Trace a marcha do desenvolvimento da teologia na Igreja, por períodos, notando as características mais importantes de cada um.
10. Descreva com precisão o contributo das seguintes pessoas para a teologia cristã: João de Damasco, Tomás de Aquino, Melancthon, João Calvino, Schleiermacher, João Fletcher e William Burton Pope.
11. Faça uma lista em colunas paralelas das mais importantes diferenças doutrinárias entre os católicos romanos e os protestantes.
12. Em que pontos de doutrina difere a Igreja Católica Grega da Igreja Católica Romana?
13. Nomeie cinco representantes célebres da doutrina *arminiano-wesleyana* da teologia. Indique a obra teológica mais importante de cada um deles.

CAPÍTULO III

A REVELAÇÃO CRISTÃ

“A Bíblia contém a mente de Deus, o estado do homem, o caminho da salvação, a ruína dos pecadores, a felicidade dos crentes. As suas doutrinas são santas, os seus preceitos obrigatórios, as suas decisões imutáveis. Leia-a para crer, creia nela para a sua segurança, pratique-a para ser santo. Contém luz para o dirigir, alimento para o nutrir e consolo para o alegrar. É o mapa do viajante, o cajado do peregrino, a bússola do piloto, a espada do soldado, a carta régia do cristão. Aqui restaura-se o paraíso, abre-se o céu, revelam-se as portas do inferno. Cristo é o grande tópico dela, o nosso bem e desígnio, e a glória de Deus o fim. Deve pervadir a memória, governar o coração e guiar os passos. Leia-a lenta e diariamente e em atitude de oração. É mina de riqueza, um paraíso de glória, um rio de prazer. Oferece-se-lhe na vida, abrir-se-á no dia do juízo e perdurará lembrada para sempre. Involva a mais alta responsabilidade, recompensará o mais árduo labor e condenará aqueles que lhe minimizam o conteúdo.”
—Whitehead.

A teologia cristã baseia-se na revelação de Deus em Cristo, cujo registro se encontra em estados preliminares e perfeitos no Antigo e Novo Testamentos. Na discussão seguinte das Sagradas Escrituras, como regra de fé, a nossa matéria de estudo dividir-se-á em quatro tópicos principais: I. A Natureza da Revelação Geral; II. A Natureza da Revelação Especial; III. A Inspiração das Escrituras; e IV. O Cânon das Sagradas Escrituras. Os primeiros três tópicos serão considerados neste capítulo e o último no capítulo quarto.

I. A NATUREZA DA REVELAÇÃO GERAL

A. *Definição da Revelação Geral.*

É costume dividir-se a matéria de estudo da revelação em duas categorias principais: A Revelação Geral e a Revelação Especial—algumas vezes designadas como Natural e Sobrenatural, Externa e Interna. Como Revelação Geral entendemos o descortino que Deus faz de Si mesmo para todos os homens na natureza, na constituição da mente e no progresso da história humana.

B. *A Revelação Através da Natureza.*

A natureza está cheia do Espírito Divino e revela Deus da mesma maneira que a atmosfera, cheia de raios de luz, revela o sol. Mas a linguagem da natureza projeta-se sobre intelectos obscurecidos e sensibilidades embotadas e lê-se à luz mediana de uma natureza espiritual viciada. Não obstante, quando o indivíduo é espiritualmente renovado por meio da fé em Cristo, a revelação de Deus na natureza torna-se mais clara, mais completa e cheia de significado e de bênção.

A nossa percepção de Deus na natureza é também embotada por causa da nossa própria familiaridade com os seus fenómenos. Muitos pensam que se Deus Se revelasse de maneira repetida em factos milagrosos, de certo todos acreditariam Nele. Mas, frisa-o o doutor Samuel Harris, a repetição dos milagres, em razão da própria familiaridade estabelecida, cedo levaria muitos a minimizá-los ou a negar-lhes o milagroso ou seu carácter revelacional. Portanto, para apreciar adequadamente e aprender a revelação de Deus na natureza, precisamos de conhecê-Lo primeiro numa experiência cristã vital. A percepção—o que vemos—seja físico ou espiritual, é essencialmente uma experiência subjetiva ou interna e o horizonte do homem está sempre condicionado pela percepção interior.

C. *A Revelação na Natureza e Constituição do Homem.*

O próprio homem reconhece-se ser espiritual e pessoal e na unidade da sua personalidade encontra três aspectos principais: o intelecto, o sentimento e a vontade. O homem também reconhece que tem uma consciência donde emana um senso de dever para com um Mestre ou Senhor. A consciência é o eu apreendendo a Deus e Dele distinguindo-se, da mesma forma que o senso consciente é o eu distinguindo-se do meio ambiente natural. Carlyle definiu a consciência como “aquele Algo ou Alguém dentro de nós que se pronuncia com

respeito à retidão ou impropriedade de escolha de motivos”.

Aqui temos a voz do Eterno falando no mais recôndito da alma humana. Não vem da nossa natureza terrena. Em sua essência, não a limita o tempo, mas é eterna e pessoal—”uma Presença pessoal, concreta, vital”. Assim como o senso consciente é a qualidade do eu que se conhece a si mesmo em relação às coisas externas e não pode existir à parte do objeto na ordem temporal, tão pouco a consciência pode existir sem um Objeto Pessoal na ordem eterna e permanente.

Deus também Se dá a conhecer através das faculdades do raciocínio e da intuição que o homem possui. Dá-Se a conhecer direta e imediatamente no senso consciente e indiretamente através das evidências que de Deus percebe o homem no universo. Assim o homem torna-se consciente de Deus ao impacto de uma multidão de fontes que Lhe atestam a existência. O homem é, a um tempo, criatura da natureza e ser pessoal que transcende a natureza. Portanto, nota-se de que é um ser espiritual feito para ter comunhão com o Sobrenatural. Por meio destas capacidades espirituais que o distinguem de todos os demais seres orgânicos entre as criaturas de Deus, o homem tem contato com o seu ambiente espiritual ou sobrenatural. Não importa quão entorpecidas estejam estas sensibilidades espirituais por causa do pecado, mesmo assim podem perceber o espiritual.

D. *A Revelação de Deus na História.*

O progresso da história humana revela os planos de Deus de maneira mais sublime do que pode fazê-lo a constituição de um indivíduo em particular. A filosofia cristã da história tem como proposição básica o facto de que os planos e propósitos de Deus afinal de contas serão concluídos nas vidas humanas e nas nações. Isto não quer dizer que a atividade volitiva dos homens em

determinar o desenvolvimento histórico fique fora de consideração. Mas, em adição ao elemento humano, há a Presença Diretora, a Vontade Autorizada por detrás do cenário humano. Pode a história ser considerada como uma pirâmide cujo ápice representa a vinda de Jesus Cristo, Deus manifestado em carne. À luz da Sua vinda os séculos anteriores adquirem maior significado. À luz da Sua missão e do triunfo final da Sua Igreja, os séculos subsequentes também adquirem maior significação. Pela Sua presença o curso da história continua no seu desenvolvimento apesar da obscuridade e do antagonismo do pecado, até aquele glorioso dia em que todas as coisas serão reunidas numa só, tanto no céu, como na terra, em Si mesmo (Efésios 1:10).

II. A NATUREZA DA REVELAÇÃO ESPECIAL

A. *Definição de Revelação Especial.*

Quando falamos em revelação especial, referimo-nos ao propósito redentor de Deus manifestado em Cristo Jesus, em oposição à revelação mais geral do Seu poder e da Sua deidade no universo criado, na constituição da natureza humana e na história. Por meio da revelação especial o homem pode receber o conhecimento de Deus, não como uma simples força ou lei, mas como uma personalidade suprema que criou o homem especificamente para manter comunhão com Ele. Uma vez que o homem foi criado para comunhão pessoal, é justo supor-se que Deus faria revelações de Si mesmo à personalidade humana. O facto de que o pecado entrou no mundo subsequentemente à criação do homem, destruindo a relação íntima e pessoal entre Deus e o homem, sugere-nos que, para que esta comunhão fosse jamais restaurada, a atitude de Deus para com o pecado deveria ser entendida na sua plenitude e o Seu propósito redentor revelado com clareza. Assim, forçosa seria a revelação especial de Deus e da Sua vontade. Nela

encontramos o desenvolvimento do eterno conselho de Deus pelo que respeita à redenção do homem por Cristo.

Três observações preliminares podem ser feitas nesta introdução à revelação especial. *Primeira*, o propósito redentor de Deus revela-se em Cristo. É Ele a suma de toda a revelação, *o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as cousas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade nas alturas* (Heb. 1:3). Em Cristo, que é o nosso Profeta, Sacerdote e Rei, confluem todos os profetas com as suas lâmpadas, todos os sacerdotes com os seus altares e sacrificios, e todos os reis com os seus tronos e cetros.

Segunda, as Escrituras contêm e são a Palavra de Deus. E não somente as palavras de Cristo e os Seus actos, mas Ele mesmo era a revelação de Deus manifesto em Suas palavras e actos. O Seu testemunho é o espírito da profecia—a última palavra de revelação objetiva. Porquanto este testemunho se consuma nas Escrituras, vêm elas a ser a Palavra de Deus objetivada. Aqui encontramos o testemunho final de Jesus Cristo com referência ao pecador e aos meios pelos quais pode ser remido.

Terceira, a revelação de Deus dada ao homem nas Sagradas Escrituras dirige-se primeiramente ao princípio da fé no homem; e somente em forma secundária apresenta as suas credenciais ou evidências à razão.

B. *O Livro Cristão.*

Em qualquer estudo da revelação cristã o primeiro elemento a considerar-se será necessariamente o Livro Cristão, uma vez que é nele que se lhe encontra o registro histórico. A nossa primeira questão neste sentido trata da natureza e função das Escrituras como o Oráculo de Deus. A Bíblia ocupa uma posição intermediária entre a revelação parcial de Deus na natureza e a revelação perfeita de Deus em Cristo—a Palavra

Pessoal. Se colocamos no centro da revelação a ideia do Verbo Eterno e lhe traçamos ao redor uma série de círculos concêntricos, o primeiro e mais próximo representará o Verbo Encarnado, ou a revelação de Deus em Cristo, a Palavra Pessoal. O segundo círculo representará a Bíblia como Palavra Escrita. É neste sentido que a Bíblia é a Palavra de Deus, ao mesmo tempo que o registro permanente dessa Palavra. Mantém a mesma relação para com a Palavra Viva e Pessoal que as nossas palavras faladas e escritas têm com as nossas próprias pessoas. O terceiro círculo representará a revelação de Deus na natureza e no universo criado. Portanto, a fim de entender corretamente a Bíblia como Palavra Escrita, devemos considerá-la na sua relação com a natureza, por um lado, e com a Palavra Pessoal, por outro.

A revelação de Deus nas Sagradas Escrituras não visa a obliterar a revelação na natureza, mas a complementá-la. Por meio da observação do reino natural a mente pode apreender determinados conceitos espirituais. Jesus falou acerca dos lírios dos campos e ensinou uma lição quanto ao cuidado providencial do Pai. Referiu-se à videira e aos ramos e chamou a atenção à nossa dependência d'Ele no que respeita à nossa nutrição espiritual. A Terra e a Bíblia são os dois livros textos de Deus, cada um com o seu lugar, o seu tempo, a sua função na revelação progressiva. A natureza revela algo acerca de Deus e das coisas divinas, a Bíblia completa esta revelação. Aquela fala-nos algo do Seu poder eterno e da Sua divindade, esta proclama-nos a Sua misericórdia e o Seu amor. Sem a Bíblia o mundo seria um enigma; sem a natureza, a Bíblia careceria de significado.

Como ponderamos, a Bíblia deve ser sempre visualizada em apropriada relação à Palavra Pessoal para que não se substitua Cristo, a Palavra Viva, pela Palavra escrita. Quando isto acontece, somos regidos por laços legais em vez de espirituais. O conhecimento religioso

torna-se formal em vez de espiritual. Cristo tende a tornar-se mera figura histórica em vez de uma realidade viva. Dá-se maior atenção aos credos do que a Cristo. A experiência cristã pode reduzir-se a simples assentimento intelectual a um credo, em vez de contato pessoal vivo com a divindade. Divorciada da relação mística de que se reveste para com a Palavra pessoal, torna-se a Bíblia, em certo sentido, uma usurpadora, simples aspirante ao trono.

No século XIX organizou-se um movimento popularmente conhecido como “Crítica Destrutiva”, que procurava dar supremacia à Razão, separar a Bíblia da sua Fonte Viva e reduzi-la a um livro como os demais. Em protesto formou-se um grupo para a defesa da inspiração plena da Bíblia, da sua genuinidade, autenticidade e autoridade. A tendência destes defensores da fé era a de recorrer a uma defesa legalista, alicerçada na lógica, na razão e no debate. Homens e mulheres espirituais—os que estão cheios do Espírito Santo—não se preocupam em demasia com a crítica bíblica. Não se prendem apenas à letra que deve ser defendida por meio de argumento. A base mais excelente da sua fé encontra-se no Senhor ressuscitado, o Cristo glorificado. Sabem que a Bíblia é verdadeira, não por causa dos esforços dos apologetas, mas porque eles próprios estão familiarizados com o Autor. O Espírito que inspirou a Palavra habita neles e testifica da sua verdade.

C. *A Fé Cristã.*

Por fé cristã entendemos a aceitação por parte do homem da revelação de Deus dada por Cristo e escrita na Bíblia. É a verdade revelada integrada na vida pessoal e tornada dinâmica e vital por ser assim incorporada na personalidade humana.

O corpo da verdade cristã dirige-se primariamente à fé. A faculdade de crer é a maior expressão do homem como ser pessoal e faz que entrem em ação todas as

suas faculdades: inteligência, afetos, e vontade. A revelação de Deus ao homem é pessoal e dirige-se a toda a criatura humana. Se no nosso conhecimento de Deus se ressaltasse de maneira especial a sensação, chegaríamos ao misticismo. Se damos demasiada ênfase ao entendimento, o resultado será o racionalismo.

O misticismo leva ao erro de pretender-se inspiração igual à do Livro Sagrado e o racionalismo carece de um verdadeiro conhecimento de Deus. A todos aqueles que pela fé recebem a verdade, a revelação torna-se num todo orgânico. Para estes, torna-se em fé cristã, tanto objetiva quanto subjetivamente—objetivamente como um corpo de verdade revelada, subjetivamente porque se lhes torna própria em fé e certeza. É algo mais do que uma filosofia para a vida ou uma tradição rica. É a herança mais rica do Espírito Santo que lhes vivificou a fé numa segurança profunda de conhecimento pessoal e de experiência.

Enquanto a fé cristã se dirige primariamente ao princípio da crença, apela também à razão como subordinada à mesma fé. O aspecto experimental do conhecimento de Deus deve aferir-se a todo tempo pelo corpo da verdade cristã contido na Bíblia e pela voz da razão, submissa e purificada pelo Espírito de Deus. A fé honra a razão quando restaurada à integridade e dá-lhe perfeita autoridade naquelas coisas em que ela desfruta de legítima primazia. As Escrituras da revelação e a voz da razão sadia unem-se num todo perfeito e harmonioso.

D. *Credenciais da Revelação.*

Consideraremos agora a revelação cristã no seu esforço de proporcionar as suas evidências à razão. Exorta-se ao crente a estar pronto e preparado para justificar ou defender a esperança que nele existe (I Pedro 3:15). Não deve menosprezar o valor das credenciais da revelação como instrumento pelo qual se induz o incrédulo a ouvir-lhe a voz. Estas evidências externas

separadas da demonstração interna da verdade pelo Espírito Santo não podem ter a mesma força que tem a credencial combinada e, portanto, não se deve esperar demais desta espécie de evidência.

Não se deve esquecer que a revelação cristã torna evidente o seu valor em que apela diretamente para uma predisposição do espírito humano. Agostinho expressou uma verdade universal quando disse: “Criaste-nos para Ti mesmo, e nossos corações estarão inquietos até que descansem em Ti”. A voz do Criador fala diretamente às necessidades íntimas das Suas criaturas através de toda a Escritura. Não há uma só dúvida na natureza humana que não encontre resposta no Criador. E não só isto, mas o cristianismo representa a conclusão e resposta final às revelações prévias e menos completas de Deus. É a explicação de todas as revelações preparatórias e a consumação de todas elas. Nas palavras do Dr. Pope, “É a última palavra dentre muitas e nada deixa a desejar na presente condição da humanidade”.

1. *A Evidência dos Milagres.* Entende-se por milagre a intervenção divina no curso estabelecido da natureza, para além da compreensão humana; ao passo que a mesma intervenção divina no campo do conhecimento se denomina profecia. Os milagres não representam violação da lei natural, nem tão pouco suspensão dela. Deus é um Ser Pessoal livre e não está limitado pelas forças naturais que Ele mesmo criou. Deus pode prover uma causa suficiente para qualquer efeito que Ele deseja produzir, sem destruir a integridade da ordem natural.

Usa-se impressivo número de termos escriturísticos para descrever os milagres. Um destes termos é *poderes*. Expressa a força por meio da qual são produzidos os milagres—o poder de Deus. Outro termo é *maravilhas* e ressalta o efeito produzido sobre os espectadores. Uma outra palavra é *sinais*. Esta ressalta o significado dos milagres como sinais pelos quais Deus põe o selo da Sua aprovação sobre as pessoas que os efetuam. Estes três

termos: *maravilhas*, *sinais* e *poderes* ocorrem três vezes associados. Assim, na cura do paralítico (Marcos 2:1-12), este milagre foi uma *maravilha* porquanto *todos se admiraram*. Foi um *poder* porque Cristo falou e o homem tomou o leito e andou. Foi um *sinal* porque demonstrava que Um maior do que o homem estava entre eles. Um quarto termo, a palavra *obras*, ocorre somente no Evangelho de João (João 10:38 e 15:24). Considerado em relação com a divindade de Cristo, o termo sugere que o que o homem tomava por maravilha, exigindo o exercício de poder especial, era à vista do Senhor simples obra e não requeria maior força da Sua parte do que aquela que lhe era comum e ordinária como personalidade divina.

O principal valor dos milagres como evidência está no facto de que constituem uma autenticação dos mensageiros de Deus para os seus contemporâneos. Este facto foi expresso por Nicodemos quando se dirigiu a Cristo dizendo: *Rabi, sabemos que és Mestre vindo da parte de Deus; porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não estiver com ele* (João 3:2).

Os milagres narrados nas Sagradas Escrituras passam satisfatoriamente todas as provas ou critérios de legitimidade e, por isso, são importantes como credenciais da revelação. São sempre fiéis ao carácter de Deus, revelando seja o Seu poder, a Sua sabedoria, a Sua misericórdia, ou a Sua justiça. São dignos de Deus. Estão confirmados como factos históricos por muitas provas infalíveis. Isto é especialmente verdadeiro com respeito à ressurreição de Cristo, o milagre central da Bíblia. Nela creram muitas pessoas mentalmente íntegras e conscienciosas, não poucas das quais por ela viriam a morrer.

2. *A Profecia como Credencial da Revelação.* A profecia difere dos milagres uma vez que é cumulativa no seu valor evidencial, cada predição realizada tornando-se base para outra que se segue. É credencial da

mais elevada ordem. A profecia é uma declaração, uma descrição, uma representação, uma predição do que está além daquilo que a sabedoria e o poder humanos podem descobrir. É um milagre no campo do conhecimento. Como predição é a comunicação divina de conhecimento futuro. A profecia, neste sentido de comunicação prévia de facto futuro, foi pré-estabelecida como evidência permanente na Igreja. Foi assim que Jesus Cristo declarou: *Disse-vos agora, antes que aconteça, para que, quando acontecer, vós creiais* (João 14:29).

A profecia segue alguns princípios bem definidos. O doutor Pope, no seu estudo da matéria, chama atenção para quatro leis da profissão profética. (1) Cristo é o sujeito Supremo da mesma. É Dele que todos os profetas deram testemunho. (2) A lei de progressão, de acordo com a qual todo o período está debaixo da influência de alguma profecia dominante, cuja realização introduz nova ordem de esperança profética. (3) A lei de reserva, segundo a qual Deus assim estabeleceu que, em cada predição e em cada ciclo de predições, aconteça o suficiente para estimular a esperança e a expectativa e se retenha o bastante para restringir a previsão da fé. (4) A profecia constitui-se num sinal para toda a geração futura. Os livros dos profetas proporcionam inesgotável fonte de informação e instrução à parte dos elementos de predição, e isto demonstra claramente que a profecia seria uma credencial permanente através de todos os séculos.

3. *A Personalidade Única de Cristo.* A credencial suprema do cristianismo é Cristo. Ele é o Grande Cumprimento de toda a profecia. A Ele é dado todo o poder no céu e na terra (Mat. 28:18). Na Sua presença sagrada amplia-se imediatamente a esfera dos milagres. A Sua vinda foi um milagre e as Suas palavras, a Sua vida, a Sua morte, a Sua ressurreição e a Sua ascensão nada mais foram do que a continuação de um grandioso milagre.

A profecia assume também um novo aspecto quando considerada em relação direta com a personalidade única de Cristo. Nenhuma biografia terrena foi jamais precedida por prefácio tal como o que proporcionaram ao nosso Senhor Jesus Cristo as profecias messiânicas. Durante mil anos veio delineando-se gradativamente o retrato daquele que viria a ser o Filho do Homem e o Filho de Deus. Daquela que na Sua personalidade única manifestaria a gama completa dos atributos divinos e humanos numa harmonia gloriosa.

A inescrutável riqueza da personalidade de Cristo, contudo, ultrapassa ainda as predições mais exalçadas da profecia. Que o próprio Deus criasse um ser vivo à Sua imagem, reflexo de Si mesmo e glorioso; mas que Deus mesmo, na pessoa do Seu Filho, aparecesse em carne e assumisse Nele a imagem do homem, transcende em glória a qualquer outra manifestação humana ou divina. Quando consideramos o facto de que a encarnação foi em si mesma redentora por representar uma nova ordem de criação, e provisional na sua relação à crucificação, à ressurreição e à ascensão; e, além disto, que a este glorioso Ser foi dado o poder de transformar a criatura humana de tal maneira a levá-la à posse da santidade divina, e de exaltar um verme degradado e abjeto, rastejante no pó, de sorte que haja de com Ele assentar-se no trono da Sua majestade; isto é não só indescritível, mas também inconcebível! E, todavia, aqui a glória de Deus e do homem se combinam. Nele não somente encontramos a gloriosa esperança da nossa vocação, mas também nos tornamos o louvor da Sua glória.

4. *O Testemunho do Espírito Santo.* A última evidência da revelação encontra-se na presença do Espírito Santo na Igreja e no Seu testemunho da adoção no coração do indivíduo. O Espírito Santo não foi dado para obliterar a Cristo, mas para ampliar e tornar mais efetiva a obra iniciada na encarnação (João 16:7, 14;

15:26). A Igreja primitiva reconheceu claramente a importância do testemunho do Espírito Santo. É assim que Pedro, falando ao Sinédrio, declarou: *Ora, nós somos testemunhas destes factos, e bem assim o Espírito Santo, que Deus outorgou aos que lhe obedecem* (Actos 5:32; cf. 2:32-33). O apóstolo Paulo firma um argumento poderoso no testemunho do Espírito Santo, afirmando que a presença de incredulidade com referência à revelação cristã se deve diretamente à rejeição do Espírito (I Cor. 12:3). O autor da epístola aos Hebreus exprime a ideia de que o Espírito Santo atesta a verdade da expiação e obra intercessora de Jesus Cristo (Hebreus 10:12-15). Somos advertidos, portanto, e avisados a que estejamos atentos para que não nos façamos surdos Àquele que agora fala dos céus (Heb. 12:25-26).

III. A INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS

A teologia cristã, como ciência do cristianismo, baseia-se nos relatos documentários da revelação que Deus faz de Si mesmo em Cristo Jesus. As Sagradas Escrituras, que contêm estes registros, constituem a fonte primária e verdadeira. É necessário e próprio, portanto, que a nossa investigação se dirija para a natureza e autoridade da Bíblia. Esta autoridade está no facto de que as Escrituras constituem uma revelação inspirada de Deus ao homem.

A. *Definições da Inspiração.*

Em geral, inspiração significa a operação do Espírito Santo sobre os escritores dos livros da Bíblia, de tal maneira que as suas produções se tornaram a expressão da vontade de Deus. O termo "inspiração" deriva de uma palavra grega que significa literalmente "o respirar de Deus" ou "o soprar em". Como o expressa o doutor Hannah: "É essa ação extraordinária do Espírito Santo sobre a mente, em consequência da qual a pessoa que dela participa pode abraçar e comunicar a verdade de

Deus sem erro, engano ou perda”. Isto aplica-se aos elementos da comunicação, quer consistam do que foi imediatamente revelado aos escritores, quer daquilo com que eles já estavam previamente familiarizados. O doutor Strong muda a ênfase da inspiração da forma de ação divina ao corpo de verdade que é o produto desta mesma ação; e, além disso, sustenta que a inspiração se aplica somente às Escrituras quando são tomadas como um todo, cada parte considerada em ligação com o que a precede e o que se segue. A sua definição é a seguinte: “Inspiração é aquela influência do Espírito de Deus sobre a mente dos escritores da Bíblia que fez dos seus escritos o registro de uma revelação divina progressiva, suficientes, quando tomados no seu todo e interpretados pelo mesmo Espírito que os inspirou, para guiar todo o inquiridor honesto a Cristo e à Salvação”. Embora o conceito da Igreja com respeito às teorias da inspiração tenha variado amplamente, não há assunto sobre o qual tenha havido maior acordo do que o facto da inspiração. Resumindo: a inspiração é a energia atuante do Espírito Santo por meio da qual homens escolhidos de Deus proclamaram oficialmente a Sua vontade tal como se nos revela nas Sagradas Escrituras.

B. *Inspiração e Revelação.*

Como *revelação* entendemos a comunicação direta que Deus faz ao homem de conhecimento que foge ao alcance da razão humana ou que, por alguma causa, era desconhecida à pessoa que o recebeu. Por *inspiração* entendemos a energia atuante do Espírito Santo por meio da qual homens santos foram qualificados para receber a verdade religiosa e comunicá-la sem erro a outros. A revelação fez mais sábios os escritores; a inspiração capacitou-os a comunicar sem erro a revelação. O descortino da mente de Deus é revelação quando visto da perspectiva da verdade desvelada; é inspiração

quando visto em relação ao método da sua comunicação e transmissão.

C. *A Possibilidade e Necessidade da Inspiração.*

Sem dúvida Deus, que criou os homens, pode atuar sobre as mentes de Suas criaturas; e esta ação pode estender-se a qualquer grau necessário a fim de obter o cumprimento dos Seus propósitos. Se os homens podem comunicar entre si os seus pensamentos por meio da linguagem e podem ser entendidos pelos outros, de certo que o Autor do nosso ser pode revelar-Se aos homens se resolver fazê-lo. A nossa incapacidade de explicar esta ação extraordinária de Deus na mente humana não é objeção válida contra a doutrina da inspiração. Não é razoável supor que Deus, "Pai dos espíritos", não tenha a faculdade de comunicar a verdade à mente humana ou de instruir os homens naquelas coisas concernentes ao seu bem estar eterno.

A necessidade da inspiração decorre da natureza dos assuntos que as Escrituras revelam. Há verdades, como as que se referem à criação e aos tempos anteriores ao dilúvio, que se não poderiam conhecer exceto por meio de uma inspiração especial. Mesmo concebendo-se a possibilidade de que, de tempos anteriores, fossem transmitidos certos relatos escritos e tradições orais, a inspiração seria necessária a fim de que se desse um relato verdadeiro e inequívoco destes acontecimentos. Além disso, a linguagem dogmática das Escrituras requer a necessidade da inspiração. Os escritores dos livros da Bíblia não nos apresentam os seus próprios pensamentos, mas introduzem as suas declarações com afirmações como estas: "Assim diz o Senhor", ou "A Palavra do Senhor veio". Diz-se que, no Antigo Testamento, expressões como estas e outras semelhantes ocorrem três mil oitocentos e oito vezes. Segue-se, portanto, que ou os escritores sagrados falaram movidos pelo Espírito Santo, ou foram uns impostores—e esta

última conclusão perde a sua força dados o carácter perpétuo e a qualidade da obra desses autores e porque há também outras evidências. A nossa conclusão é que as Escrituras foram dadas por inspiração plenária em grau tal que vieram a ser a Palavra infalível de Deus, a regra autorizada de fé e prática da Igreja.

D. *Teorias da Inspiração.*

Têm aparecido várias teorias tentando harmonizar e explicar a relação dos elementos divino e humano na inspiração das Escrituras. O cristianismo, contudo, baseia-se sobre o facto da inspiração e não depende de nenhuma teoria particular quanto à origem dos escritos sagrados. As teorias da inspiração podem classificar-se convenientemente como se segue: (1) A Teoria Mecânica ou Ditacional, que dá ênfase ao elemento sobrenatural; (2) As Teorias da Intuição e Iluminação, que ressaltam o elemento humano; e (3) A Teoria Dinâmica ou Mediatória.

1. *A Teoria Mecânica ou Ditacional.* Esta teoria dá tanta importância ao elemento sobrenatural que deixa de lado a pessoa do escritor e ele torna-se, sob a direcção do Espírito Santo, simples amanuense ou secretário. Certo escritor expressa da seguinte maneira esta doutrina extrema: “Não falaram, nem escreveram nada de si mesmos; somente pronunciaram sílaba por sílaba daquilo que o Espírito Santo lhes pôs na boca”. Os que aceitam esta teoria se defrontam com inegável dificuldade em explicar as peculiaridades de expressão individual tão evidentes nos livros da Bíblia. Além disso, esta teoria deixa a desejar porque nega a inspiração das pessoas e aceita somente a inspiração dos escritos; ao passo que as Escrituras ensinam claramente que *homens santos de Deus falaram sendo inspirados pelo Espírito Santo* (II Ped. 1:21). Por outro lado, esta Teoria Mecânica não está de acordo com todos os factos. É evidente, se tomamos como base as próprias Escrituras, que os escritores

foram movidos a ação de diferentes maneiras, embora pela inspiração do mesmo Espírito. Algumas revelações da verdade foram feitas com palavras audíveis (Núm. 7:89; Actos 9:5). Mas os escritores em avultado número de casos referem-se às fontes, ou usaram o seu próprio conhecimento da história, ou relataram as suas próprias experiências. Este é, sem dúvida, o caso do Evangelho de Lucas e dos Actos dos Apóstolos. Finalmente, a Inspiração Mecânica está em desarmonia com a maneira conhecida pela qual Deus atua na alma humana. Quanto mais elevadas e sublimes as comunicações divinas, maior é a iluminação da alma humana e com maior plenitudes exerce o homem as suas próprias faculdades naturais e espirituais.

2. *As Teorias da Intuição e da Iluminação.* De acordo com a Teoria da Intuição, a inspiração é apenas o conhecimento natural do homem elevado a um plano mais alto de desenvolvimento. É racionalista em extremo e virtualmente nega o elemento sobrenatural nas Escrituras. A Bíblia é rebaixada ao plano das obras literárias criadas pelo mero engenho humano. A grande fraqueza desta teoria é que a apreensão humana da verdade se torna precária e desvirtuada, mercê de um intelecto entenebrecido e de afetos impróprios (I Cor. 2:14).

A Teoria da Iluminação difere da precedente porque aceita uma elevação das percepções religiosas em lugar das faculdades naturais. Tem-se comparado à iluminação espiritual que do Espírito Santo recebe todo crente na experiência cristã. A inspiração dos escritores da Sagrada Escritura, de acordo com esta teoria, diferiu apenas em grau, não em qualidade, daquela que pertence a todos os crentes. Ainda que a iluminação por meio da intensificação da experiência possa preparar a mente para a recepção e apreciação da verdade já revelada nas Escrituras, não é em si mesma comunicação dessa verdade.

3. *A Teoria Dinâmica ou Mediatória.* Esta é uma teoria mediatória que explica e conserva a harmonia própria entre fatores divinos e humanos referente à inspiração da Bíblia. Sustenta que aos escritores sagrados foi dada ajuda extraordinária sem interferência de espécie alguma nas suas características ou atividades pessoais. Deus falou através dos homens, mas estes não foram reduzidos a meros instrumentos passivos. Em oposição à Teoria da Intuição, a teoria dinâmica sustenta que há um elemento sobrenatural na inspiração. Em harmonia com a Teoria da Iluminação, admite que houve especial preparação espiritual do coração e da mente para a recepção desta mensagem, mas, em adição, insiste em que deve haver uma comunicação divina da verdade. Contra a teoria dinâmica bem poucas objeções podem ser feitas.

E. *Provas Bíblicas da Inspiração Divina.*

As Escrituras pretendem-se ser divinamente inspiradas. A nossa consideração deste testemunho da Bíblia pode ser condensada nos seguintes tópicos: (1) o Testemunho do Antigo Testamento; (2) as Declarações de Jesus Cristo; e (3) o Testemunho dos Apóstolos.

1. *O Testemunho do Antigo Testamento.* Em várias ocasiões e de diversas maneiras fizeram-se aos escritores do Antigo Testamento comunicações da verdade divina. O privilégio especial de criar o primeiro corpo de literatura conhecida como a Escritura Sagrada foi dado a Moisés, de quem se diz que *nunca mais se levantou em Israel profeta algum como Moisés, com quem o Senhor houvesse tratado face a face* (Deut. 34:10). As suas mensagens foram dadas por autoridade divina e não há frase que apareça com mais frequência do que esta: *O Senhor Deus falou a Moisés.*

Davi, rei poeta de Israel, presumiu-se ter recebido uma inspiração divina quando declarou: *O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a sua palavra está na*

minha língua (II Sam. 23:2). Os profetas subsequentes deram as suas mensagens não somente no nome do Senhor, mas deram-nas como imediatamente inspirados pelo Espírito. Assim Isaías, Jeremias, Ezequiel e alguns profetas menores reiteraram clara e definidamente que as palavras que proclamavam eram inspiradas pelo Espírito de Deus.

2. *As Declarações do Nosso Senhor.* Jesus Cristo declarou de maneira enfática que o Antigo Testamento possuía autoridade divina e o Seu testemunho deve ser a palavra final no que respeita à natureza e aos resultados da inspiração. Considerava o Antigo Testamento como cânon completo e disse de maneira expressa que um mandamento ou ordenança, por menor que fosse, deveria ser cumprido. Jesus fez citações de quatro dos cinco livros de Moisés, dos Salmos, de Isaías, Zacarias e Malaquias. Reconheceu a divisão tripartida das Escrituras, comum na tradição judaica: a Lei, os Profetas e os Salmos (Lucas 24:44-45). Declarou que estes livros davam testemunho acerca Dele mesmo. Disse ainda que o Antigo Testamento era a Palavra de Deus (Mateus 15:3, 6), e que as Santas Escrituras, a Palavra de Deus, não podiam ser quebradas (João 10:35). Reconheceu o conteúdo completo das Escrituras na sua unidade e afirmou significativamente que faziam referência à Sua própria pessoa e obra (Lucas 24:27). Este é um testemunho de força indiscutível porque vem de Um que tem autoridade suprema: *Pois o enviado de Deus fala as palavras dele, porque Deus não dá o Espírito por medida* (João 3:34).

3. *O Testemunho dos Apóstolos.* Em muitas ocasiões os apóstolos deram testemunho referente à inspiração das Escrituras. O apóstolo Paulo, que frequentemente faz citações do Antigo Testamento nas suas cartas, declara em II Timóteo 3:16-17 que: *Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a re-*

preensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra. Quando estavam os apóstolos e discípulos de Jesus reunidos imediatamente antes do Pentecostes, Pedro declarou: *Irmãos: Convinha que se cumprisse a Escritura que o Espírito Santo proferiu anteriormente por boca de Davi, acerca de Judas, que foi o guia daqueles que prenderam a Jesus (Actos 1:16).* A natureza da epístola aos Hebreus é tal que quase toda a sua composição depende do Antigo Testamento como Escritura Sagrada, havida como os Oráculos de Deus, proclamada pelo Espírito Santo e preservada para a Igreja Cristã num livro citado como autorizado e infalível.

Os apóstolos também estavam seguros de que as suas próprias mensagens eram do Senhor Jesus Cristo e dadas pelo Espírito Santo. Em todos os seus escritos pressupõem os autores implícita inspiração e assim admitem-no aqueles que os receberam. A revelação feita pelos profetas do Antigo Testamento e pelos apóstolos do Novo Testamento coloca-se no mesmo nível de autoridade (II Pedro 3:2). Os escritos de Paulo são classificados com as “demais Escrituras” pelo apóstolo Pedro (II Pedro 3:16). Paulo mesmo disse que as suas revelações eram de Cristo, mas que a sua inspiração era do Espírito Santo (Compare-se Gálatas 1:16; Efésios 3:3; I Cor. 2:12-13). João fala de uma “unção do Santo” (I João 2:20), e declara que estava “no Espírito” (Apoc. 1:10) quando recebeu revelações da parte de Deus. Comparando-se isto com Apocalipse 22:6, faz-se claro que João usou esta expressão no sentido que foi usado no Antigo Testamento pelos que falaram por inspiração. Concluimos, pois, este breve sumário de evidências sobre a inspiração do Novo Testamento com as palavras do apóstolo Paulo: *Ora, nós não temos recebido o espírito do mundo, e, sim, o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente.*

Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito, conferindo cousas espirituais com espirituais (I Cor. 2:12-13).

F. *Homens Santos e Bíblia Santa.*

Ao terminar o estudo da inspiração das Escrituras, devemos fazer algumas observações. *Primeiro*, o Espírito Santo, procedendo do Pai e do Filho, é a base única de comunicação entre Deus e o homem. O Espírito Santo é, só, o autor da inspiração. Concluimos, portanto, “que embora as Escrituras sejam inspiradas por Deus, só o Espírito é o Deus inspirador”. *Segundo*, a Bíblia tem um elemento humano. Não apenas falou o Espírito Santo através de Davi, mas o mesmo Davi também falou. Ouvimos que “homens santos de Deus falaram sendo inspirados pelo Espírito Santo”. Da mesma forma em que o Verbo Pessoal de Deus foi humano e, ao mesmo tempo, divino, também a Palavra Escrita de Deus deve ser humana e divina. A Bíblia possui como resultado da combinação dos elementos humano e divino tanto autoridade divina, como expressão humana. Os homens santos inspirados por Deus que escreveram a Bíblia possuíam tanto o caráter como a preparação necessária. Eram santos no coração e na conduta, pois somente assim poderiam apreender a verdade espiritual sob a inspiração divina. Eram homens possuídos da plenitude das suas faculdades naturais, mas estas preparadas pela influência imediata do Espírito inspirador, a fim de que pudessem escrever o que nós conhecemos com o nome de Escrituras Sagradas. *Finalmente*, as palavras destes homens santos pelos quais Deus falou constituem um corpo de verdade divina, as Sagradas Escrituras. Como tal, professamos que a Bíblia nos foi dada por inspiração plenária. Com isto queremos dizer que é divinamente inspirada no todo e em cada parte. É, portanto, a Regra de Fé final e absoluta na Igreja.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a diferença entre a revelação geral e especial?
2. Quais são as fontes da revelação geral?
3. Explique a relação que a Palavra de Deus Escrita tem com Cristo e com a natureza. Por que é importante serem estas relações perfeitamente compreendidas?
4. Que queremos dizer com a expressão "Fé Cristã"?
5. Explique e aprecie quatro evidências da revelação.
6. Discuta os vários termos escriturísticos usados para significar milagres e indique o valor particular de cada um.
7. Aprecie, criticamente, as leis de predição profética do Dr. Pope.
8. Explique que entendemos por inspiração. Como se distinguem inspiração e revelação? Que queremos dizer com a palavra "plena" quando nos referimos à inspiração?
9. Descreva com clareza as três teorias principais da inspiração. Qual é o problema de maior importância que se encontra neste ponto? Que teoria resolve melhor o problema?
10. Cite e faça avaliação de provas bíblicas da inspiração divina.
11. Num pequeno parágrafo resuma a posição ortodoxa em relação à inspiração da Bíblia.

CAPÍTULO IV

O CÂNON DAS SAGRADAS ESCRITURAS

“Quando se fez a coleção e seleção dos livros sagrados, os do Antigo Testamento seguidos dos do Novo, não o foi em virtude de um mandamento direto ou por autoridade divina, nem de um convênio formal entre alguns homens ou de decretos da Igreja. A Igreja reuniu numa coleção sagrada e completa dos livros tidos por sagrados separadamente e aceitou-os como sagrados, em parte por causa do seu conteúdo e em parte por terem sido escritos por homens honrados e inspirados de maneira especial. O processo foi gradativo, porque era genuíno e natural. Algumas vezes pensa-se que o cânon foi fixado por obra de concílios. Na realidade, os concílios nada mais fizeram que reconhecer e confirmar o julgamento da Cristandade. O cânon foi o resultado da vida religiosa que surgiu da revelação divina, isto é, a revelação produziu primeiro a vida divina nos homens e, por esse meio, formou, colecionou e organizou os seus registros e outros produtos literários. O arbítrio que guiou a formação do cânon foi o juízo religioso da comunidade crente.”

—William Newton Clarke.

No terceiro capítulo examinámos a matéria da revelação como a comunicação divina da verdade e como a fé cristã recebida pelo homem. Descrevemos também a maneira humano-divina em que essa revelação foi escrita através da inspiração do Espírito Santo. No presente capítulo terminaremos o nosso estudo da revelação considerando, com mais detalhes, o carácter específico da Bíblia como o livro que contém os documentos divinamente autorizados da fé cristã. Isto leva-nos a estudar o cânon das Sagradas Escrituras.

A canonicidade de um livro é o seu direito de ser contado como parte da coleção dos livros sagrados do Cristianismo. A palavra “cânon” significa, etimologicamente, uma vareta ou régua para medir. Alguns eruditos crêem que a palavra foi inicialmente usada para designar um catálogo ou lista das coisas próprias da Igreja.

Aplicava-se particularmente à lista de livros publicamente aprovados que poderiam ser lidos na Igreja para edificação ou para instrução. Neste último sentido fazia diferença entre os livros *canônicos*, que podiam ser lidos como tendo autoridade, e os livros *apócrifos*, que podiam

ser lidos apenas para instrução, jamais como normas ou regras de fé. De qualquer maneira, a palavra “cânon” veio a ser usada comumente em duplo sentido—como padrão ou norma de medida e como aquilo que se mede. Os livros canônicos são, portanto, os que se conformaram com os padrões regulativos. Usou-se a palavra neste sentido duplo desde o quarto século depois de Cristo. Mais adiante na nossa exposição da matéria, mostraremos algumas das provas ou normas pelas quais se pode determinar a cononicidade de um livro. A falta de espaço requer, entretanto, que seja um tanto sumária a nossa investigação deste tema importante.

I. O CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO

A. *Divisões do Antigo Testamento.*

As Escrituras do Antigo Testamento estão divididas em três grupos principais: A Lei, Os Profetas e Os Escritos ou “Salmos”. A primeira divisão incluiu o Pentateuco, que são os cinco primeiros livros de Moisés. A segunda parte dividiu-se entre os Profetas Antigos ou Primitivos, que incluíram os livros históricos de Josué, Juízes, Samuel e Reis; e os Profetas Posteriores: Isaías, Jeremias, Ezequiel e os Doze (conhecidos como os Profetas Menores). A terceira divisão incluía os Salmos, Provérbios, Jó, Daniel, Esdras, Neemias, Crônicas, Cantares de Salomão, Rute, Lamentações, Eclesiastes e Ester. Sendo os Salmos o primeiro dos livros desta divisão, fazem-se referência às Escrituras algumas vezes como A Lei, Os Profetas e Os Salmos (Mat. 11:13; Lucas 16:16).

B. *Desenvolvimento do Cânon do Antigo Testamento.*

As origens do cânon do Antigo Testamento estão envolvidas em profundo mistério. Diz-se que Moisés, antes de morrer, escreveu um livro da lei e mandou que os levitas o pusessem ao lado da arca *para que ali esteja*

por testemunha contra ti (Deut. 31:26). Neste livro da lei ordenava-se que todo rei futuro *quando se assentar no trono do seu reino, escreverá para si um traslado desta lei num livro, do que está diante dos levitas sacerdotes. E o terá consigo, e nele lerá todos os dias da sua vida* (Deut. 17:18-19). Mais tarde ouvimos que Josué fez um pacto com o povo e escreveu estas palavras no livro da lei de Deus (Josué 24:26). Depois, o profeta Samuel escreveu *num livro, e o pôs perante o Senhor* (I Sam. 10:25). Sob as reformas de Josafá, o povo foi ensinado de acordo com *o livro da lei do Senhor* (II Crón. 17:9).

Um dos factos decisivos na formação do cânon do Antigo Testamento ocorreu no ano de 621 a.C. Foi então que Hilquias, o sumo sacerdote, descobriu o livro da lei no templo. Isto aconteceu durante a primeira parte do reinado de Josias (II Reis 22:8, 10). Depois que o livro foi lido diante do Rei, este convocou uma reunião composta dos anciãos, sacerdotes, profetas e todo o povo de Judá e de Jerusalém. O relato informa-nos que o rei *leu diante deles todas as palavras do livro da aliança que fora encontrado na casa do Senhor. ...cumprindo as palavras desta aliança, que estavam escritas naquele livro; e todo o povo anuiu a esta aliança* (II Reis 23:1-3). O incidente é considerado com justiça como acontecimento marcante na história do cânon. Aqui, num acto religioso solene, tanto o rei como o povo aceitaram o livro que foi lido diante deles como expressando a vontade divina e impondo-se-lhes obediência obrigatória.

No século V a.C. verificaram-se dois factos significativos no desenvolvimento do cânon do Antigo Testamento. O primeiro foi no tempo de Esdras e Neemias em que a lei de Moisés foi lida diante do povo e se fez um acordo firmado por príncipes, levitas e sacerdotes (Neemias 9:38; 10:1ss.). Durante este mesmo século foi redigido o Pentateuco Samaritano. Este constava dos cinco livros de Moisés. Os Samaritanos tinham adotado

sofregamente estes livros a fim de dar cobertura à pretensão de serem descendentes do antigo Israel. Destes dois factos principais concluimos que a Lei, a primeira divisão das Escrituras Hebraicas, foi aceita como canônica desde o ano 440 a.C.

A segunda divisão do cânon do Antigo Testamento, chamada comumente "Profetas", foi também gradativa no seu desenvolvimento. É provável que o cânon desta divisão estivesse a terminar no mesmo século que marcou o término do cânon da Lei. Possivelmente, isto explica porque os livros de Esdras e Neemias não estão contidos na coleção intitulada "Os Profetas". De acordo com a melhor evidência existente, o cânon desta segunda divisão do Antigo Testamento foi, no mínimo, concluído no ano 200 a.C.

A terceira divisão, os Escritos ou Salmos, contém livros de caráter diverso. A primeira referência que temos com relação a estes "outros escritos" como grupo ocorre pelo ano 130 a.C. A melhor evidência que encontramos demonstra que esta terceira divisão do cânon do Antigo Testamento foi terminada pelo ano 100 a.C.

C. *Testemunhas do Cânon do Antigo Testamento.*

As autoridades judaicas reconheciam o presente cânon do Antigo Testamento como já existindo no tempo de Cristo. Josefo, o grande historiador hebreu, faz a seguinte declaração a respeito das Escrituras Hebraicas: "Temos somente vinte e dois livros em que devemos confiar como portadores de autoridade divina, dos quais cinco são os livros de Moisés. Desde a sua morte (Moisés) até o reinado de Artaxerxes, o rei da Pérsia, os profetas, que foram os sucessores de Moisés, escreveram treze livros. Os outros quatro contêm hinos de louvor a Deus e documentários para a edificação humana". A nossa Bíblia em português contém trinta e nove livros, considerados os profetas menores como doze livros em vez de um só e feitas certas outras divisões que não se

encontram na Bíblia Hebraica. A resolução tomada pelo Concílio de Jâmnia, em 90 d.C., pode considerar-se como estágio final na fixação do cânon judaico. Esta resolução aprovou todos os livros do nosso Antigo Testamento e rejeitou todos os demais.

O testemunho mais importante com respeito ao cânon do Antigo Testamento como divinamente inspirado encontra-se no facto de que foi confirmado pelo nosso Senhor e pelos Seus apóstolos. Dificilmente seria abusiva a importância que se pode atribuir a este supremo testemunho ao afirmar-se o Antigo Testamento como o Oráculo infalível de Deus. É este facto que sela o cânon judaico como Escritura Cristã. Acerca desta evidência o doutor Pope escreve que a sua origem divina está firmada para a Igreja no facto de “que o Salvador lhe deu o Seu testemunho autenticando do todo na sua integridade. Esta sanção, em primeiro lugar, faz do Antigo Testamento a revelação de Cristo. E se ele testificou de Cristo, Cristo dele testifica. Tomou-o nas mãos e abençoou-o, santificando-o para sempre como Seu. Da mesma forma que a revelação é Cristo e Cristo é a matéria do Antigo Testamento, este é, necessariamente, a revelação de Deus. Conhecendo os seus mistérios internos melhor do que qualquer crítico humano possa conhecê-los, selou-o, não obstante, para que fosse reverenciado pelo Seu povo. O cânon dos oráculos antigos, tal como os temos hoje, nem mais nem menos, foi santificado por Ele e dado à Igreja como os elementos preparatórios prévios do Seu próprio evangelho e do Seu reino. Esta sanção, em segundo lugar, assegura-nos que o Novo Testamento é a Sua própria consumação autorizada das Escrituras da revelação” (Pope, *Compêndio da Teologia Cristã*, pp. 39, 40).

II. O CÂNON DO NOVO TESTAMENTO.

A. *História Primitiva do Cânon do Novo Testamento.*

A formação do cânon do Novo Testamento também se processou gradualmente, estendendo-se por um considerável período de tempo--os primeiros quatro séculos da era cristã. Já pelo ano 400 toda a dúvida sobre os livros do Novo Testamento havia desaparecido por completo. Em II Pedro 3:16, encontramos evidências de uma coleção primitiva das Epístolas Paulinas nas quais Pedro admite que *há algumas coisas difíceis de entender*. Paulo requer em Colossenses 4:16 que *uma vez lida esta epístola perante vós, providenciai por que seja também lida na igreja dos laodicenses; e a dos de Laodicéia lede-a igualmente perante vós*. Há certa evidência que as epístolas aos Efésios e aos Romanos foram originalmente escritas em forma de cartas circulares. É fácil de compreender que as igrejas primitivas preservariam as epístolas que lhes foram dirigidas e teriam em alto apreço as cartas circulares que lhes integravam as próprias coleções. Foi assim, de maneira inconsciente, que começou o crescimento do Novo Testamento.

B. *Cânones e Catálogos Primitivos.*

A primeira vez que se menciona um cânon definido do Novo Testamento é pelo ano 140 d.C. Entretanto, o Cânon Muratório (200 d.C.) é muito mais significativo. Este continha uma lista de livros considerados em Roma como autorizados. Nele encontram-se todos os livros do nosso Novo Testamento com exceção de Hebreus, Tiago, e da Terceira Epístola de João. Considera-se como duvidosa a Segunda Epístola de Pedro. É provável que já se reconhecesse nesse tempo o conceito do Novo Testamento como o complemento escriturístico do Antigo.

Durante os séculos terceiro e quarto vários pais da igreja formaram listas de livros do Novo Testamento. Estas listas variam em certo grau, embora algumas delas, como o catálogo de Atanásio, o de Rufino e o de Agostinho, contenham a lista completa dos livros do Novo Testamento tal como o temos hoje. A lista de Eusébio (315 d.C.) é de particular interesse porque menciona todos os livros aceitos pelos seus contemporâneos, que ele dividiu em dois grupos, a saber: os reconhecidos e os discutidos. Além disso, ajunta uma terceira classe de livros espúrios ou rejeitados. Na lista dos livros reconhecidos inclui os Quatro Evangelhos, Actos, as Epístolas de Paulo, a Primeira Epístola de Pedro e a Primeira Epístola de João e, com certa vacilação, menciona o Apocalipse. Na lista de livros discutidos inclui a Epístola de Tiago, Judas, a Segunda e Terceira Epístolas de João, a Segunda Epístola de Pedro e, novamente, menciona o Apocalipse. Hebreus inclui-se provavelmente entre as Epístolas Paulinas, embora admita que a questão de autoria deste livro é matéria controversa na Igreja Católica. Deve-se insistir que estes livros são apenas discutidos, não rejeitados. Ficou em suspenso uma decisão final ou porque o seu autor era considerado ainda como incerto ou porque alguns deles foram escritos para a igreja em geral e não estavam sob a proteção de nenhuma igreja particular. Outros foram dirigidos a pessoas individuais e, por isso, não foram logo aceitos. O grupo dos livros rejeitados incluía os Actos de Paulo, Hermas, o Apocalipse de Pedro, a Epístola de Barnabé e o "Ensino dos Apóstolos". Estes livros espúrios não foram postos nesta categoria porque fossem considerados inconformes à verdade, mas somente pelo facto de que não tinham bastante base para serem incluídos no cânon. Está claro, pois, que o Apocalipse não tinha sido ainda classificado.

C. *Ação dos Concílios*

O Sínodo de Cartago (397 ou 419 d.C.) foi o primeiro concílio eclesiástico que ratificou formalmente o cânon tal como temos atualmente. A ação deste concílio, como de outros que se seguiram, não conferia ao cânon escriturístico *o caráter de autoridade*. Apenas confirmava o que tinha sido aceito pelo uso geral. "Assim podemos concluir dizendo que a história do cânon é uma obra gradativa da consciência coletiva da Igreja, dirigida pelo Espírito Santo. Não consistiu na tarefa de colecionar somente, mas de selecionar... Foi uma tarefa na qual todos os membros do Corpo de Cristo tiveram parte importante. O espírito devocional da multidão foi guiado e retificado pela cultura e pela iluminação espiritual dos líderes. As suas decisões receberam a aprovação completa da mente e da consciência da Igreja como um todo" (Bicknell, *Os Trinta e Nove Artigos*, p. 182).

D. *Os Apócrifos*.

Como temos mencionado, o cânon judaico do Antigo Testamento foi completado por volta do ano 100 d.C. Todavia, continuaram escrevendo-se livros de edificação que eram usados e citados largamente, embora não considerados no mesmo plano que as Sagradas Escrituras canônicas. Isto, entretanto, só era verdadeiro no que se refere à Palestina. Os judeus helenistas, particularmente os de Alexandria, tomaram atitude diferente. Não só adotaram uma ordem diferente dos livros do cânon, mas também incluíram em sua maior parte os hoje considerados como apócrifos.

Ao ampliar a Igreja Cristã Primitiva as fronteiras além da Palestina, confrontavam-se-lhe um cânon maior e outro menor. A maior parte da Igreja seguia e usava a Bíblia Grega e o cânon alexandrino. Mas Jerônimo e outros eruditos que conheciam a língua hebraica reconheceram que havia um cânon mais restrito, por assim dizer, com maiores sinais de veracidade. Este facto foi

aceito por Jerônimo e defendido a todo custo. Recebeu a oposição de Agostinho, por cuja influência os livros apócrifos foram declarados como parte da Escritura Canônica pelos concílios da Igreja nos fins do quarto século.

A palavra “apócrifo”, como a aplica Jerônimo a estes livros e no sentido que nós lhe damos hoje, significa simplesmente algo que não pertence ao cânon. O Protestantismo rejeitou os Apócrifos, aceitando o cânon judaico em vez do alexandrino, as Escrituras Judaicas, de preferência à Versão dos Setenta. O que se conhece comumente como Apócrifos do Novo Testamento é uma coleção de livros espúrios que nunca foram publicados em ligação com as Escrituras canônicas. Não há evidências que se possam invocar para que sejam considerados como livros inspirados.

III. O CÂNON COMO NORMA DE FÉ

A. *A Norma de Fé.*

Os livros canônicos do Antigo e Novo Testamentos, excluídos os Apócrifos, constituem a Norma de Fé na sua aplicação à Igreja Cristã. A declaração do nosso *Manual* a este respeito diz assim: “Cremos na inspiração plena das Escrituras Sagradas, pelas quais entendemos os sessenta e seis livros do Antigo e Novo Testamentos, dados por inspiração divina, revelando sem erros a vontade de Deus a nosso respeito em tudo que é necessário à nossa salvação, de maneira que o que não se encontra nelas não pode ser imposto como artigo de fé”.

O Novo Testamento representa a consumação das Escrituras, completando ou terminando a revelação feita no Antigo Testamento. Isto leva-nos à consideração do problema tão interessante e tão importante da relação entre o Antigo e o Novo Testamentos.

B. *A Relação do Antigo com o Novo Testamento.*

Um dos primeiros problemas suscitados na Igreja Primitiva era o que se referia à relação desta mesma Igreja com a lei judaica. Os cristãos judeus tiveram relutância em rejeitar qualquer parte das suas leis e os gentios não queriam aceitar todas elas. O problema agravou-se quando Paulo declarou que não era necessário que os gentios se fizessem judeus para poderem receber o título de cristãos.

A Epístola de Paulo aos Gálatas é a sua declaração de independência com respeito ao judaísmo. Tão séria foi a controvérsia que se convocou um concílio de anciãos em Jerusalém pelo ano de 51 d.C. Os fariseus exigiam que os gentios fossem circuncidados e que guardassem a lei de Moisés. Pedro, Paulo e Barnabé contaram as suas experiências. Falaram sobre as maravilhas e os milagres que Deus tinha realizado entre os gentios. Então Tiago, o presidente daquele concílio, deu o seu veredito final com estas palavras: *Pelo que julgo eu, não devemos perturbar aqueles que, dentre os gentios, se convertem a Deus, mas escrever-lhes que se abstenham das contaminações dos ídolos, bem como das relações sexuais ilícitas, da carne de animais sufocados e do sangue* (Actos 15:19-20). Esta foi uma vitória para o partido liberal, mas o problema persiste na Igreja Cristã através de todos os tempos.

No começo do Período da Reforma a questão tornou-se novamente aguda. De um lado houve esforço para se desprestigiar o Antigo Testamento e, por outro lado, a tentativa de reimpor todos os cerimoniais ali prescritos. O atual Artigo VII da Confissão Anglicana representa não somente as conclusões do protestantismo inglês na matéria, mas as de todo o protestantismo. A solução tomou a forma das três declarações seguintes: *Primeira*, o Antigo Testamento não deveria considerar-se contrário ao Novo, mas sim, como precursor e preparador do Cristianismo. O Antigo Testamento

desenvolve de maneira progressiva a vontade de Deus. Em cada estágio os homens devem ser julgados, com as suas ações, de acordo com as normas estabelecidas no seu tempo e em harmonia com a quantidade de luz divina que possuem. *Segunda*, as promessas de Deus aos judeus incluíam não somente promessas de bênçãos materiais, mas de salvação e de luz espiritual. Devem ser consideradas, portanto, como revelações em vários níveis e diferentes graus da esperança messiânica que encontrou a sua realização perfeita em Cristo (veja-se Heb. 1:1). *Terceira*, a relação da Igreja com a lei judaica foi resolvida em fazer-se distinção entre a lei civil e cerimonial, de um lado, e a lei moral, do outro. Temos que admitir que esta é uma distinção radical, pois para o judeu qualquer parte da lei era igualmente sagrada. Nem tampouco poderia fazer-se, não fosse porque o nosso Senhor mesmo abrogou aquela parte que pertencia somente ao regime judaico. De maneira que tudo o que havia no judaísmo como complemento necessário e essencial para a sua expressão primitiva tinha que ser superado por outras formas mais espirituais, embora haja em tudo isto uma verdade eterna. A superioridade de Cristo sobre a Lei e os Seus propósitos com respeito a ela expressam-se em várias ocasiões tanto em palavra como em facto (veja-se Mat. 5:38, 39, 43, 44; Marcos 2:28). Deve juntar-se ao testemunho de Cristo a decisão do Concílio de Jerusalém, que pretendia direcção específica do Espírito Santo, e as Epístolas de Paulo aos Gálatas e aos Romanos. Tudo isto prova que a lei ritual e a lei cerimonial tinham que ser abolidas por Aquele que possuía para isso toda a autoridade.

A relação da Igreja Cristã para com a lei judaica pode presumir-se como se segue: As partes civis da lei pertenciam a Israel como nação. Estas restrições civis de maneira alguma poderiam ser aplicáveis à Igreja. Este Israel novo e espiritual exigia leis novas e universais porque em Cristo *não pode haver judeu nem grego; nem*

escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus (Gál. 3:28). Esta nova lei deve ser aplicável a todas as nações, a todos os povos, a todos os graus de civilização e de cultura, sem distinção de sexo. Não pode ser nada menos do que a lei da fé (Rom. 3:21-28).

Da mesma sorte os ritos cerimoniais também realizaram o seu fim na instrução própria daqueles que os observaram. Todos eles apontavam para Cristo como o seu perfeito cumprimento (Gál. 4:3-5; 3:24-25). Pelo que respeita à lei moral, Cristo não a aboliu, pelo contrário, declarou a Sua intenção de aprofundá-la e vitalizá-la. A lei moral é a vontade de Deus para todos os homens e não se conjunge necessariamente com os acidentes das cerimônias religiosas ou obrigações civis. Não somente isso, mas o cristão é inspirado pela nova lei do amor como por um poder impulsivo interno e, portanto, excedendo a tudo que se considera como obediência forçada a uma lei externamente imposta.

C. *Evidências da Norma de Fé.*

Mencionaremos apenas em resumo as evidências em favor das Escrituras como a norma autorizada de fé e prática na Igreja. Estas evidências pertencem ao campo extenso do estudo conhecido com o nome de Apologética. A matéria é em extremo difícil e consideração adequada exige a atenção não somente por parte de estudantes maduros e bem preparados, mas especialmente daqueles que têm acesso à literatura moderna de investigação.

O desenvolvimento da investigação histórica moderna e os descobrimentos recentes na filologia e na arqueologia têm servido, em cada caso, para fortalecer e confirmar a fé da Igreja com referência à autenticidade das Sagradas Escrituras. Mas em acréscimo a esta evidência, o cristão também possui o *testimonium Spiritus Sancti*, o testemunho do Espírito Santo. Este, habitando dentro do coração dos verdadeiros crentes por

meio da obra expiatória de Jesus Cristo, é o mesmo que inspira as páginas das Escrituras. Daí se conclui que a maior evidência da autoridade da Bíblia se encontra no facto de que o Inspirador, a quem somos devedores como o Autor da Bíblia, é o Testificador divino da sua genuinidade e autenticidade.

1. *Genuinidade e autenticidade do Antigo Testamento.* Um livro é genuíno quando é o produto do autor cujo nome traz. O termo *genuinidade* prende-se somente ao que se refere à autoria. Frequentemente confunde-se com o termo *autenticidade* que não se prende à autoria do livro mas, sim, à verdade que contém. Neste sentido um livro pode ser genuíno sem ser necessariamente autêntico, ou pode ser autêntico sem ser genuíno. Na prática, sem dúvida, os termos são usados com diversas formas de significado e é por regra difícil distinguir perfeitamente entre os dois quando se discutem as evidências cristãs. Se determinado livro não é escrito pelo autor a que se atribui, então não somente se encontra aí a questão da sua genuinidade, como também da sua autenticidade. Por isso é prática comum tratar dos dois assuntos sob um só título, como fazemos agora.

Em abono aos títulos de genuinidade e autenticidade do Antigo Testamento mencionaremos: (1) O cabedal de evidências dos historiadores seculares antigos com referência à antiguidade do Antigo Testamento e o facto de que Moisés foi o fundador e líder do estado judeu. (2) A Tradução dos Setenta do Antigo Testamento, que foi feita do hebraico para o grego para uso dos judeus alexandrinos, cerca de 287 a.D., é também uma prova positiva de que o Pentateuco existia nessa época e forte evidência de que existia nos dias de Esdras, pois que as circunstâncias dos judeus no cativeiro foram tais que obstam a autoria das Escrituras no período que medeia entre essas datas. (3) O Pentateuco Samaritano, uma das duas cópias existentes da lei de Moisés, claramente indica que esta última existia antes que fosse

dividido o reino judaico. Essas, assim como outras evidências, não deixam base sólida para negar-se que Moisés escreveu o Pentateuco. (4) Descobertas arqueológicas estão aumentando constantemente o número de evidências que confirmam a genuinidade e autenticidade do Antigo Testamento.

O Código de Hammurabi, que data do ano 2250 a.C. apresenta as condições do Egito precisamente como se lê no Gênesis e no Êxodo. Até recentemente os críticos não estavam prontos a aceitar as declarações bíblicas com relação ao povo poderoso e antigo conhecido com o nome de Hititas, mas a arqueologia confirmou as afirmações bíblicas e acrescentou mais uma prova da autenticidade das Escrituras. Assim o testemunho da arqueologia continua confirmando o valor do Antigo Testamento.

2. *Genuinidade e Autenticidade do Novo Testamento.* Entre as várias evidências que servem para confirmar a autenticidade do Novo Testamento, apontaremos as seguintes: (1) As numerosas citações do Novo Testamento que se encontram nas obras dos pais da Igreja. Algumas destas datam do primeiro século. (2) Os testemunhos dos adversários do Cristianismo nos primeiros dias da Igreja Primitiva, todos os quais mostram a existência do Novo Testamento na sua época. (3) Os catálogos primitivos dos livros do Novo Testamento. (4) Os historiadores romanos Tácito e Suetônio que mencionam Cristo como o fundador do Cristianismo. (5) O estilo dos livros em cada caso está de acordo com a época e as circunstâncias do escritor; e as diferenças características são evidência de que a obra não foi produzida por uma só pessoa, mas por diversas. (6) O caráter dos escritores é prova da autenticidade dos seus livros. Foram homens santos e dignos de confiança. Os seus escritos têm uma simplicidade, franqueza e clareza tais que revelam o seu verdadeiro caráter. (7) Os escritores referem-se a incidentes, nomes de pessoas e

lugares que facilmente podem ser confirmados pela história e pela geografia, o que um impostor trataria sempre de ocultar. Já se disse que no Novo Testamento temos prova de maior força da genuinidade e autenticidade dos livros que o compõem do que se pode encontrar em qualquer outros, quer sejam sagrados ou profanos.

3. *A Integridade das Escrituras.* Mesmo que os livros sagrados tenham sido divinamente inspirados, será que nos foram transmitidos conservando a sua pureza? Quando nos referimos à integridade das Escrituras queremos dizer que foram conservadas intactas e livres de todo o erro essencial, de maneira que se nos possa assegurar que contêm a verdade originariamente escrita pelos autores inspirados. Aqui só poderemos apresentar breve resumo das evidências. (1) Não há indício algum de que as Sagradas Escrituras tenham sido adulteradas. Não há prova alguma de que houvesse alterações essenciais, e a obrigação da prova cabe sempre aos que objetam. (2) Os judeus tinham suficientes motivos para conservar o Antigo Testamento. Não somente veneravam os seus livros sagrados mas na realidade eles continham os artigos da sua fé religiosa e as leis do seu país. (3) A infinidade de exemplares, a sua distribuição ampla, e a leitura pública nas sinagogas todos os sábados, tudo isto levava a evitar qualquer alteração e a conservar a sua pureza. Tão zelosos eram os judeus das suas escrituras que aprovaram uma lei declarando qualquer alteração, por pequena que fosse, como pecado imperdoável. (4) O excessivo cuidado dos escribas judeus que faziam as cópias das Escrituras reduzia ao mínimo os erros de transcrição. Enoque Pond, abordando este assunto, escreve o seguinte: "Os copistas judeus foram, em certos períodos, excessivamente, eu quase disse supersticiosamente, exatos... Trataram de verificar qual a letra que se encontrava no meio do Pentateuco, a cláusula e a letra que se achavam no meio

de cada um dos livros, e também quantas vezes se repetia uma letra do alfabeto em todas as Escrituras Hebraicas. É assim que nos dizem que das letras hebraicas, *Álef* ocorre 42.377 vezes; *Bet*, 32.218 vezes. Menciono estes factos para demonstrar o excessivo cuidado desses copistas e assim provar que não seria provável haver alteração enquanto as Escrituras estiveram nas suas mãos". (5) No caso do Novo Testamento encontramos de acordo os manuscritos. O Doutor Kennicott, que examinou seiscentos e quinze manuscritos, declarou: "Encontrei muitas variações e alguns erros gramaticais, mas nenhum deles afetava, no mínimo grau, qualquer artigo de fé e prática". (6) As numerosas citações do Novo Testamento encontradas nas obras dos pais da Igreja Primitiva não somente provam a autenticidade das Escrituras, mas também a integridade do texto. (7) Os diversos comentários e obras de estudo têm servido para conservar o texto original. Para o Antigo Testamento temos os Targuns, o Talmud e a Septuaginta. Para o Novo Testamento temos as diferentes traduções, como a Versão Siríaca (150 d.C.), a Antiga Versão Latina (160 d.C.), a Vulgata traduzida por Jerônimo (última parte do século IV), as Versões Coptica, Etíope e Gótica do século IV, e a tradução Armênia do V século. O doutor Philip Schaff diz que "Em falta dos originais temos de depender de cópias ou fontes secundárias. Mas estas fontes secundárias são, afortunadamente, mais numerosas e dignas de confiança para o Novo Testamento em grego do que para qualquer outro clássico antigo". Está claro, portanto, que a evidência com respeito à integridade das Escrituras é suficientemente ampla e adequada para convencer a qualquer investigador sincero.

QUESTIONÁRIO

1. Que queremos dizer quando falamos da canonicidade de um livro da Bíblia?
2. Faça a distinção entre um livro canônico e um apócrifo.
3. Assinale as passagens principais no desenvolvimento do cânon do Antigo Testamento.
4. Indique as três principais divisões do Antigo Testamento, descrevendo ligeiramente cada uma.
5. Dê uma lista, começando com os de maior importância, dos testemunhos do cânon do Antigo Testamento. Diga porque os ordena deste modo.
6. Cite as passagens pelas quais começou a existir o cânon do Novo Testamento.
7. Explique porque os Protestantes se recusaram a incluir os livros apócrifos no Cânon das Santas Escrituras.
8. Quais os princípios básicos necessários para uma verdadeira compreensão da relação que o Antigo Testamento tem com o Novo?
9. Faça a distinção entre os termos "genuíno" e "autêntico", com referência aos livros da Bíblia.
10. Aprecie a evidência que apoia a genuinidade e a autenticidade do Antigo e Novo Testamentos.
11. Que significa a expressão "integridade das Escrituras"? Que prova temos de que a Bíblia se conservou intacta e livre de todo o erro essencial?

PARTE II

A DOCTRINA DE DEUS

Sinopse

Posto o fundamento da teologia cristã na Palavra de Deus eterna e imutável, a nossa tarefa agora consiste em começar a construção do nosso templo da verdade cristã. A doutrina de Deus pode muito bem chamar-se a pedra angular deste edifício, visto que muita coisa dela depende. Isto reflete-se no próprio significado da palavra teologia—“estudo de Deus”.

A doutrina de Deus não só é de importância fundamental mas também é singularmente difícil. Deus é infinito. Nós somos finitos. Somente o Infinito pode compreender o Infinito. A mente humana, finita, jamais pode conceber adequadamente o Deus infinito. Não obstante, Deus resolveu revelar-Se a Si próprio. E mesmo que a apreensão desta revelação seja imperfeita por causa das nossas limitações, podemos ter uma revelação veraz e satisfatória pelo que Lhe respeita. Quando às limitações finitas agregamos o inadequado da linguagem para exprimir as nossas experiências mais preciosas com respeito a Deus, as dificuldades aumentam.

No nosso estudo desta doutrina, consideraremos primeiro as diferentes linhas de evidências com respeito à existência deste Ser divino. As Escrituras são então examinadas para que Lhe conheçamos a natureza gloriosa. Faremos depois uma análise dos Seus atributos, considerando-os sob uma tríplice divisão: absolutos, relativos e morais. Finalmente, focalizaremos a doutrina da Santa Trindade, com ênfase sobre a divindade do nosso Senhor Jesus Cristo e a personalidade e divindade do Espírito Santo.

Quando estudarmos esta parte não nos esqueçamos de que “o temor do Senhor é o princípio da sabedoria”. Deus não é algo que deva ser conhecido primariamente através do intelecto, mas Algo que deva ser adorado e amado. Apenas a semelhança moral nos pode levar ao conhecimento verdadeiro do Eterno. Só os que são limpos do coração verão a Deus.

PARTE II

A DOCTRINA DE DEUS

Capítulo V. *A Existência e Natureza de Deus*

- I. A EXISTÊNCIA DE DEUS
 - A. A Ideia de Deus é Intuitiva.
 - B. O Testemunho das Escrituras.
 - C. Os Argumentos Confirmatórios.
 - 1. O Argumento Cosmológico.
 - 2. O Argumento Teleológico.
 - 3. O Argumento Ontológico.
 - 4. O Argumento Moral.
 - 5. O Argumento Histórico.
 - 6. O Argumento Religioso.
- II. A NATUREZA DE DEUS
 - A. Definições de Deus.
 - B. Os Nomes de Deus.
 - C. O Conceito Cristão de Deus.
 - 1. Deus é Espírito.
 - 2. Deus como Espírito é Vida.
 - 3. Deus como Espírito é Luz.
 - 4. Deus como Espírito é Amor.

Capítulo VI. *Os Atributos de Deus*

- I. CLASSIFICAÇÕES DOS ATRIBUTOS DIVINOS
 - A. Os Atributos, Perfeições e Predicados Divinos.
 - B. Erros que Devem Ser Evitados ao Considerarmos os Atributos Divinos.
 - C. Classificação dos Atributos de Deus.
- II. OS ATRIBUTOS ABSOLUTOS DE DEUS
 - A. A Espiritualidade como Atributo de Deus.
 - B. A Infinitude como Atributo de Deus.

- C. A Eternidade como Atributo de Deus.
- D. A Imensidade como Atributo de Deus.
- E. A Imutabilidade como Atributo de Deus.
- F. A Perfeição como Atributo de Deus.

III. OS ATRIBUTOS RELATIVOS DE DEUS

- A. A Onipresença de Deus.
- B. A Onipotência de Deus.
- C. A Onisciência de Deus.
- D. A Sabedoria de Deus.
- E. A Bondade de Deus.

IV. OS ATRIBUTOS MORAIS DE DEUS

- A. A Santidade de Deus.
- B. O Amor de Deus.
- C. A Justiça e a Rectidão de Deus.
- D. A Verdade como Atributo de Deus.
- E. A Graça e os Seus Correlatos.

Capítulo VII. *A Trindade*

I. A UNIDADE E A TRIUNIDADE DE DEUS

- A. A Unidade de Deus.
- B. A Triunidade de Deus.
 1. Prefigurações da Trindade no Antigo Testamento.
 2. O Filho e o Espírito Santo no Novo Testamento.

II. A DIVINDADE DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

- A. A Preexistência de Cristo.
- B. Os Nomes e Títulos Divinos de Jesus Cristo.
- C. Os Atributos Divinos de Jesus Cristo.
- D. As Obras Divinas de Cristo.
- E. Cristo é o Recebedor de Adoração e de Homenagem Próprias da Divindade.
- F. O Significado da Doutrina da Divindade de Cristo.

III. A PERSONALIDADE E A DIVINDADE DO ESPÍRITO SANTO

- A. A Personalidade do Espírito Santo.
 - 1. Nomes e Pronomes Pessoais que se Referem ao Espírito Santo.
 - 2. Actos Pessoais Adscritos ao Espírito Santo.
 - 3. O Espírito Santo Recebe Tratamento Pessoal.
- B. A Divindade do Espírito Santo.

IV. AS TEORIAS ANTITRINITÁRIAS

- A. O Sabelianismo.
- B. O Arianismo.

V. A DOUTRINA EVANGÉLICA DA TRINDADE

- A. A Unidade da Substância ou Essência.
- B. A Trindade de Pessoas.
- C. Conclusão Respeitante à Doutrina Evangélica da Trindade.

CAPÍTULO V

A EXISTÊNCIA E NATUREZA DE DEUS

“Do conceito que se tenha de Deus depende a qualidade da religião de uma alma ou de uma raça, e de acordo com a ideia que se nutra de Deus, da Sua natureza, do Seu caráter e da Sua relação com os demais seres, determina-se o espírito e a substância da sua teologia. Quase se pode dizer que quando alguém expressa o conceito que nutre de Deus, formulada está a sua teologia. Todo sistema de teologia é fraco se não está firmado num claro e satisfatório conceito de Deus; e às transformações que o pensamento humano possa sofrer, ou os conceitos de uma época a Seu respeito, seguirá brusca modificação no campo da teologia. Portanto, é aqui que necessitamos de todas as boas qualificações para descobrir a verdade. A humildade, a devoção e a diligência devem ser os nossos companheiros de toda hora.”

—William Newton Clarke.

Um estudante de teologia: “Bispo, acerca de que deve pregar o jovem ministro?”

O Bispo Stubbs: “Meu jovem, pregue a respeito de Deus—e pregue cerca de vinte minutos”.

Basta ao homem olhar à volta, para a maravilhosa ordem e harmonia do universo, a magnificência dos céus, a beleza da terra, e toda a variedade encantadora das plantas e dos animais para chegar à conclusão de que todas estas coisas não se fizeram por si mesmas. O universo deve ter tido um Criador. Esta foi a conclusão do salmista quando disse: *Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos* (Salmo 19:1). Todas as nações, desde a antiguidade remota, creram no que o salmista declara. Esta ideia jamais se perdeu; ao contrário, em cada época a crença em Deus tornou-se o fundamento sobre o qual se baseia toda a religião, quer seja revelada, quer natural. Desde o tempo dos antigos atenienses até aos incas do Peru, levantaram-se altares e rendeu-se culto “Àquele que anima o universo: desconhecido, invisível, sem forma, a Causa das causas”.

Há duas questões que surgem imediatamente: Como explicaremos esta crença universal num ser sobrenatural? Que podemos saber com respeito a este Ser? Reduzidas a formulação teológica, temos diante dos

olhos duas considerações teológicas fundamentais: (1) A Existência de Deus; e (2) A Natureza e Os Atributos de Deus. A primeira é um conceito fundamental e, portanto, um factor determinante no pensamento teológico; enquanto que a segunda proporciona cor a todo o sistema de pensamento e vida religiosos.

I. A EXISTÊNCIA DE DEUS

Somente Deus pode revelar-Se ao homem. Isto o fez em primeiro lugar na revelação através das obras da natureza e na constituição total do homem; em segundo lugar, através de uma revelação mais elevada por meio do Espírito Santo à consciência do homem. A primeira encontra o seu ápice no Verbo Encarnado, a segunda tem a sua origem no Cristo glorificado por meio do Espírito Santo.

A. *A Ideia de Deus é Intuitiva.*

Como explicaremos a crença universal na existência de Deus? Não haverá senão uma resposta satisfatória: o conhecimento de Deus é intuitivo. Isto é o que o doutor Miley chama “a faculdade de conhecimento imediato da verdade”. É a revelação primária de Deus—uma verdade suprema inscrita indelevelmente na própria constituição da natureza humana pelo seu Criador. É uma verdade primária que precede e influencia toda a observação e raciocínio. Quando dizemos que a ideia de Deus é intuitiva, não queremos dizer que seja um conceito escrito na alma anterior ao senso consciente; um conhecimento atual que a alma já possui ao nascer, ou uma ideia impressa na mente de tal maneira que se desenvolve necessariamente sem precisar da observação e do raciocínio. O que queremos dizer é que a natureza humana é tal que necessariamente desenvolve a ideia de Deus por meio da revelação, da mesma forma em que a mente desenvolve o conhecimento do mundo externo através da informação que lhe propor-

cionam os sentidos. Há três factores importantes neste conhecimento de Deus, a saber: a razão intuitiva, ou a faculdade de compreensão imediata que torna os homens capazes de conhecer a Deus; a revelação, ou apresentação da verdade à razão intuitiva como a “luz que ilumina a todo o homem que vem a este mundo”; e, como consequência da união dos dois factores já mencionados, a ideia universal e necessária de Deus.

B. *O Testemunho das Escrituras.*

É um facto de grande significado que a revelação escrita principie com as palavras: “No princípio criou Deus”. A Sua existência é pressuposta sem qualquer tentativa de prová-la. Além disso, as Escrituras afirmam que há na natureza do homem consciência do Ser Supremo e, em consequência, apelam para a “lei escrita em seus corações”. A Palavra Santa declara que é em Deus que *vivemos, e nos movemos, e existimos* e que *dele também somos geração* (Actos 17:27-28). Portanto, devemos declarar enfaticamente, firmados na autoridade da Escritura Sagrada, que “os atributos invisíveis de Deus, assim o Seu eterno poder como também a Sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das cousas que foram criadas”. Não somente isto, mas esta revelação intuitiva primária é de tal qualidade e força que o apóstolo declara que os homens se encontram sem desculpa alguma (Romanos 1:20). O único ateísmo reconhecido nas Sagradas Escrituras é o ateísmo prático a brotar de uma vontade obstinada ou de qualquer mente réproba. É o insensato que diz no coração *Não há Deus*—isto é—*para mim Deus não existe* (veja-se Rom. 1:28; Salmo 14:1; Efé. 2:12).

C. *Os Argumentos Confirmatórios.*

Ainda que as verdades intuitivas sejam de si mesmas evidentes e geralmente sejam reconhecidas acima

de qualquer prova lógica, há algumas que são intuitivas em certo sentido e, contudo, se adquirem por meio da experiência ou por meio da lógica. Assim é o caso da existência de Deus. Este facto é intuitivo como um *datum* imediato da consciência moral e religiosa; não obstante, é também uma verdade que precisa de ser demonstrada pela razão. As provas filosóficas da existência de Deus não pertencem propriamente à esfera dogmática cristã. Entretanto, não devem ser desprezadas de todo, tendo-se em conta pelo menos três razões: *Primeira*, porque a afirmação de que a existência de Deus não precisa de provas, algumas vezes é mal interpretada, tendendo a promover o ceticismo e a incredulidade; *segunda*, porque quando estas provas se reúnem, proporcionam uma defesa científica para a fé em Deus, bastante para fazer que a incredulidade seja considerada como insensatez e pecado; *terceira*, porque estas provas filosóficas ilustram as sendas sobre as quais a mente viaja para confirmar a crença na existência de Deus.

Os argumentos confirmatórios estão geralmente ordenados sob duas classificações diferentes como: os que se deduzem da contemplação do mundo e os que são tirados do estudo do ser humano. Sob a primeira divisão estão classificados os argumentos Cosmológico, Teleológico e Histórico; na segunda encontram-se os argumentos Ontológico, Moral e Religioso. Estes argumentos algumas vezes reduzem-se a quatro, classificando-se com os outros os argumentos Histórico e Religioso.

1. *O Argumento Cosmológico.* Este é um argumento da mudança ou do efeito para a causa. Pode ser formulado logicamente da seguinte maneira: (1) Todo o acontecimento ou transformação deve ter uma causa suficiente e preexistente; (2) o universo consiste num sistema de transformações; (3) logo, deve haver necessariamente um Ser que exista por si mesmo como a Causa destes acontecimentos ou transformações. Este argumento

encontra-se nas Escrituras Sagradas em tais passagens como *Pois toda casa é estabelecida por alguém, mas aquele que estabeleceu todas as cousas é Deus* (Heb. 3:4). *No princípio, Senhor, lançaste os fundamentos da terra, e os céus são obras das tuas mãos* (Heb. 1:10). *Antes que os montes nascessem e se formassem a terra e o mundo, de eternidade a eternidade, tu és Deus* (Salmo 90:2).

A natureza básica da mente é tal que deve crer em causas adequadas. Até a criança inteligente, nós o sabemos, atribui os factos à causa primeira e então pergunta: "Quem fez Deus?" Esta maneira de raciocinar da criança torna-se hábito confirmado na mente do homem ciente de que deve aceitar a existência de uma Primeira Causa que não seja efeito de nenhuma outra; ou aceitar, doutra sorte, o princípio de todas as coisas sem nenhuma causa originativa.

Tomemos o argumento negativo e assumamos que o Criador não existe. O mundo, então, deve ser explicado por si mesmo. Mas não importa quão simples seja a forma de existência que concebamos como origem, é inconcebível que a admitamos como sendo absolutamente nada. Alguns filósofos tentaram explicar o mundo por meio da matéria ou da força. Ora, é claro que não haveria movimento se não houvesse matéria que deve, portanto, ser mais original. Mas se aceitamos que a matéria é eterna, como explicaremos a inteligência que lhe é superior e que, em si mesma, tem o poder de criar o movimento? Neste caso teríamos um efeito maior do que a causa. Mas toda a matéria é mutável, sujeita a transformação, donde se conclui, pela própria natureza das coisas, que ela não pode ser eterna. Se não é eterna, não pode ser uma Causa Primeira. Somente Deus é imutável e eterno, portanto Ele é a Causa Primeira de tudo o que existe.

A teoria da evolução também não pode explicar a origem do mundo porque a evolução, como o movimento

e a força, deve ser explicada por sua vez. A afirmação de que o mundo se vai desenvolvendo de um nível baixo para um ponto mais elevado por meio de um processo lento e em grandes períodos de tempo não constitui explicação real. Além disso, pelo que respeita ao movimento, este tende a diminuir cada vez mais, isto é, desce do mais alto para o mais baixo, ao passo que a evolução, pelo contrário, é alguma coisa que presumidamente marcha do mais baixo para o alto. Isto também reclama explicação. Na realidade isto exige mais explicação do que o simples movimento. Portanto, a teoria da evolução que por algum tempo se pensou tornaria Deus desnecessário, na realidade exige com maior força a existência de Deus porque O pressupõe não somente no princípio do processo da criação, mas também como operando constantemente através desse processo, sendo bem adequado para cada período ou estágio. Portanto, não importa o que nos digam os seguidores da teoria da evolução porque não podem estabelecer como facto a proposição de que o mundo evoluiu do nada. As Sagradas Escrituras dizem-nos que o mundo existiu pela palavra e sem a palavra de Deus (o Verbo) *nada do que foi feito se fez* (João 1:3).

2. *O Argumento Teleológico.* Este argumento conhece-se comumente com o nome de "Argumento do Desígnio". Oferece uma das provas mais antigas e simples e nunca deixa de apelar à mente popular. Este argumento indica, de maneira especial, que há adaptações dos meios aos fins no universo e que exibem propósito ou desígnio, donde se conclui a necessidade da existência de uma mente inteligente ou articuladora deste desígnio. A expressão mais antiga de propósito no mundo encontra-se em Gênesis, onde se diz que os astros são feitos para proporcionar luz e que o fruto foi feito com o fim de alimentar. Expressa-se de maneira mais clara no Salmo 94:9-10: *O que fez o ouvido, acaso não ouvirá? e o que formou os olhos, será que não*

enxerga? Porventura quem repreende as nações, não há de punir? aquele que aos homens dá conhecimento (não conhecerá)? J. Stuart Mill diz: “Isto considero-o eu como uma inferência indutiva legítima. A vista, sendo um facto subsequente e não precedente à composição da estrutura orgânica do olho, só pode ligar-se com a produção dessa estrutura no carácter de uma causa final, não de uma causa eficiente. Isto é, não a vista em si mesma, mas a ideia a preceder deve ser a causa eficiente. Mas isto revela imediatamente que a origem se encontra numa vontade inteligente”. Há na natureza muitos sinais de um propósito inteligente. Estas adaptações no universo estendem-se desde as órbitas dos sóis até ao ajustamento do olho de um inseto. Negar que são resultados de um Desígnio inteligente é supor que todas estas coisas se devem a uma lei cega e sem causa. Recusar crer em Deus, portanto, é reduzir o mundo a um caos completo. Por isso, podemos afirmar que enquanto o argumento cosmológico nos dá uma ideia de Deus como poder, o teleológico avança mais um passo e dá-nos a ideia de Deus como Pessoa com liberdade, inteligência e propósito.

3. *O Argumento Ontológico.* O termo “Ontológico” origina-se de duas palavras que significam “a ciência da existência”. Consiste no intento de estabelecer o facto de “uma existência real, ou uma existência na sua realidade absoluta, como algo distinto dos fenómenos ou das coisas tal como aparecem à nossa vista”. Os germes do argumento ontológico aparecem em Platão e Aristóteles, como em Agostinho e Atanásio; o argumento, como tal, pertence realmente a época mais recente. Anselmo (1033-1109 d.C.) foi o primeiro a usar este argumento em forma de silogismo: “Todo o homem tem a ideia de Deus, que é a de um Ser absolutamente perfeito, alguém que não podemos imaginar ter um superior. Tal ideia implica necessariamente a existência, do contrário nós imaginaríamos um ser ainda maior”. O doutor Banks

dá-nos uma formulação mais simples deste argumento: “Possuimos ideias de uma bondade infinita, de uma verdade e de uma santidade infinitas. São meramente ideias? Ou há um ser ao qual elas se aplicam? Se são meras ideias, como explicar-lhes a existência? Assim, há algo de verdade no que diz Anselmo, que a própria ideia de um ser absolutamente perfeito inclui a existência desse ser; pelo menos até este ponto; que a existência da ideia se explica melhor na suposição de que se origina dos factos. De outro modo as ideias mais nobres conhecidas pelo homem tornar-se-iam em meras ilusões” (Banks, *Manual de Doutrina Cristã*). Este argumento leva-nos um passo adiante no nosso conhecimento confirmatório da existência de Deus e acrescenta à ideia de um Ser pessoal as perfeições incomunicáveis de Deus.

4. *O Argumento Moral*. Este argumento baseia-se na revelação de Deus como justo, e outra coisa não é senão a aplicação do princípio de causalidade ao plano moral em vez de natural. O argumento apresenta-se frequentemente de duas maneiras: *Primeira*, há uma consciência no homem que estabelece a distinção entre o bem e o mal e que lhe dá o senso de responsabilidade. O facto da existência de uma consciência, termo que significa, etimologicamente, “conhecer com” outrem, é prova em si mesmo de que existe um Juiz ou Legislador Supremo a quem o homem tem que prestar contas. Ninguém pode fugir da conclusão de que a mente humana está sempre consciente de um Ser superior a todo o pensamento, por mais elevado que seja. Mais do que simples criação do pensamento humano, deve ser algo tão elevado que não poderá ser concebido pelo homem. O ser humano, portanto, tem um senso de dever, de responsabilidade para com um Amo ou Senhor e isto seria inexplicável sem a existência de um Deus pessoal. A *segunda* forma está no facto de que neste mundo a virtude, em muitas ocasiões, não recebe recompensa, nem o vício tem o castigo. Isto exige a existência de outro mundo no qual

se façam os ajustes necessários. A consciência do homem não tem explicação sem se aceitar esta lei moral suprema e torna necessária a presença de um Juiz ou Governador recto. Assim, a nossa própria natureza moral obriga-nos a crer num Deus pessoal.

5. *O Argumento Histórico.* Está bem relacionado com o Argumento Teleológico por um lado e com o Argumento Moral por outro. Postula que há provas da existência de um propósito no curso moral, da mesma forma que no curso natural da história e aceita também que isto prova a existência de um Governador ou Administrador moral do universo. A ideia do governo divino da história foi reconhecida, primeiramente, pelo cristianismo e elaborada de maneira ampla pelo apóstolo Paulo no livro dos Actos e nas Epístolas.

6. *O Argumento Religioso.* Este argumento não é senão uma forma especializada do Argumento Moral e tira as suas provas das experiências religiosas pessoais dos cristãos. Em alguns aspectos pode ser aplicado mais facilmente do que qualquer um dos outros argumentos, pois para aquele que experimentou a graça de Deus em Cristo não pode haver argumento mais valioso. O testemunho do Espírito Santo deve sempre ser considerado como a mais elevada forma de testemunho. Não obstante, por esta mesma razão esta prova é apenas aceita por aqueles que experimentaram a boa Palavra de Deus.

Estreitamente relacionado com o Argumento Religioso encontra-se outro que algumas vezes é formulado à base de referência direta às Escrituras. É assim que o Bispo Weaver deduz da Palavra de Deus as seguintes provas: (1) o cumprimento exato da profecia, porque ninguém, a não ser uma inteligência infinita, pode predizer acontecimentos futuros que dependam das decisões humanas; (2) os milagres, que só podem ser explicados tendo como base o poder e a vontade de

Deus; (3) a unidade das Escrituras, que só se pode compreender aceitando-se um Autor divino que inspirou as quarenta ou mais diferentes pessoas que, por um espaço de cerca de 1.600 anos, escreveram a Santa Bíblia; (4) a conservação quase milagrosa das Escrituras que revela uma Providência sábia e divina; e (5) a adaptação completa das Escrituras às necessidades da humanidade, prova inequívoca de que o Autor foi a Mente Suprema, o Pai Eterno.

Ao concluir este estudo das evidências referentes à existência de Deus, é bom insistir uma vez mais em que a tarefa da Palavra de Deus e da teologia cristã não consiste em responder, por meio da razão ou de argumento, à pergunta: "Existe Deus?" Pelo contrário, a questão central das Escrituras, que é principal no ensinamento dos profetas, dos apóstolos, e do próprio Jesus Cristo, é: *Que Deus escolhereis?* Elias exclamou no Monte Carmelo: *Até quando coxeareis entre dois pensamentos? Se o Senhor é Deus, segui-o; se é Baal, segui-o* (I Reis 18:21). O Mestre de Galiléia afirmou solenemente: *Não podeis servir a Deus e às riquezas.* Assim, a alternativa de suprema importância para cada indivíduo não consiste em escolher a Deus ou deixar de escolhê-Lo, mas sim em declarar ou não, como Josué: *Eu e a minha casa serviremos ao Senhor* (Josué 24:15).

II. A NATUREZA DE DEUS

Já se tem declarado em algumas ocasiões que o que se discute não é a existência de Deus, mas sim a Sua natureza; o que se discute não é se Deus existe, mas o que Ele é. Tendo em vista que a mente humana só pode definir limitando o objeto do pensamento, é evidente que a mente humana, finita, jamais poderá conceber em forma adequada o Deus infinito e, neste sentido, não pode definir apropriadamente a natureza do Ser Divino. Só o Infinito pode compreender o Infinito. Isto é o que, de maneira explícita, se declara no Novo Testamento

quando se fala de Deus como o *que habita em luz inacessível, a quem homem algum jamais viu, nem é capaz de ver* (I Tim. 6:16). Deus, portanto, só pode ser conhecido mediante a revelação que Ele faz de Si próprio; e ainda que estas manifestações sejam imperfeitas, dadas as limitações humanas, não obstante, até onde podem ser entendidas, devem ser consideradas como canais pelos quais nos chega o conhecimento de Deus, verídico e genuíno.

A. *Definições de Deus.*

Tendo em vista as limitações acima referidas, estudaremos algumas das declarações credais mais importantes como proporcionando as definições de Deus mais largamente aceitas. A nossa própria declaração de crença é a seguinte: “Cremos num só Deus infinito, eternamente existente, Soberano do universo; que somente Ele é Deus, criador e administrador, santo na Sua natureza, atributos e propósitos; que Ele, como Deus, é trino no Seu Ser, revelado como Pai, Filho e Espírito Santo” (*Manual*, Igreja do Nazareno). *Os Trinta e Nove Artigos* da Igreja Anglicana dão-nos a seguinte definição: “Só há um Deus, vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo, partes ou paixões; de poder, sabedoria e bondade infinitas; o Criador e Conservador de todas as coisas tanto visíveis como invisíveis. E na unidade da sua Divindade existem três pessoas, de uma só substância, poder e eternidade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo” (Artigo I). *Os Vinte e Cinco Artigos do Metodismo* são os mesmos da Igreja Anglicana, com exceção da palavra “paixões”, que é omitida. O *Catecismo de Westminster* define Deus como “um Espírito infinito, eterno, imutável em seu ser, poder, santidade, justiça, bondade e verdade”. Todas estas definições são apenas resumos das verdades que se encontram na Palavra de Deus.

B. *Os Nomes de Deus.*

A natureza de Deus, tal como se ensina nas Sagradas Escrituras, foi revelada ao homem de maneira progressiva por meio do uso de nomes divinos. Estes comunicam em diversos graus um conhecimento da natureza divina e indicam algo do inescrutável mistério que cerca a Sua existência. O primeiro nome pelo qual Deus Se revelou foi o termo genérico *Eloim* que se origina de uma raiz simples com o significado de “poder”. Quer dizer que Deus é o possuidor de toda a forma de poder. Por isso, a palavra usa-se geralmente no plural para expressar a plenitude e glória dos poderes divinos e a majestade deste Ser a quem se atribuem tais poderes. O segundo nome é o de *Jeová* ou *Javé*. Não se trata de um termo genérico; é um nome próprio que foi interpretado por Moisés como “Eu sou o que Sou”. Donde se conclui que o termo une em um conceito único o que Ele é para o homem presente, passado e futuro, revelando assim a relação pessoal e espiritual que existe entre Deus e os homens.

Visto *Jeová* significar a fidelidade de Deus para com o Seu povo, estabeleceu-se o costume entre os judeus de formar nomes compostos que expressavam triunfos pessoais ou de caráter nacional. É assim que temos os nomes *Jeová-jireh*, “Deus proverá”; *Jeová-nissi*, “o Senhor é minha bandeira”; *Jeová-shalom*, “o Senhor envia paz”; *Jeová-shammah*, “o Senhor está ali”; *Jeová-tsidkenu*, “o Senhor, nossa justiça”. Os nomes *Eloim* e *Jeová* unem-se com frequência como *Eloim-Jeová* e aplicam-se a Deus como Criador e Redentor. Outro termo usado para a Divindade é *El Shaddai*, da raiz “shad” que significa seio. Neste caso indica o “Alimentador” ou “o que dá força”—o que Se dá de Si mesmo na vida dos crentes. No processo da revelação o termo passou a significar o Espírito de Amor ou o Consolador. A palavra *Adonai* significa Senhor e usa-se com as duas palavras originais *Eloim* e *Jeová*, uma vez que exprime

domínio em moldes que superam o alcance do termo *Jeová*. Sendo a palavra *Jeová* um nome incomunicável, os judeus tinham-lhe reverência supersticiosa e recusavam pronunciá-la substituindo-a sempre por *Adonai* ou Senhor. *Adonai* usa-se com *Eloim* em expressões tais: *Meu Senhor e meu Deus* (João 20:28).

C. *O Conceito Cristão de Deus.*

Em acréscimo aos nomes divinos pelos quais Deus Se revelou no Antigo Testamento, há certos predicados usados por Cristo e os Seus apóstolos no Novo Testamento que expressam a natureza de Deus, de acordo com o conceito cristão. Estes predicados são: (1) Deus é Espírito; (2) Deus é Vida; (3) Deus é Luz; e (4) Deus é Amor.

1. *Deus é Espírito.* João transmite-nos as palavras com que o nosso Senhor Jesus Cristo declarou que *Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e em verdade* (João 4:24). Com o uso do termo “Espírito” deseja-se afirmar a personalidade de Deus, significando assim uma relação comum entre Deus e o homem. Esta relação comum na qual “o Espírito de Deus se une com o espírito do homem” torna-se no fundamento da comunhão espiritual e na base de toda a verdadeira adoração. Christlieb afirma que temos aqui “a definição mais profunda que as Escrituras proporcionam com respeito à natureza de Deus, uma definição cuja sublimidade os pressentimentos e aspirações dos pagãos jamais atingiram...; o homem tem espírito, Deus é espírito. Nele o Espírito não apenas constitui parte da existência mas toda a substância da Sua natureza, o Seu eu peculiar é Espírito. Aqui temos a ideia de Deus na Sua perfeição interna, da mesma forma que os nomes *Eloim* e *Jeová* nos falam principalmente da posição externa. Como Espírito, Deus é o eterno esplendor e verdade autônomos, conhecimento absoluto, o princípio inteligente de todas as forças cujo olhar penetra todas as

coisas e produz luz e verdade em todas as direções”. Basta considerarmos o Ser divino como Espírito, tendo o mesmo domínio sobre o universo invisível que a nossa mente ou espírito exerce sobre cada parte do nosso organismo, para que percebamos, pelo menos em certo grau, a fonte de todo o poder tão visível no universo.

2. *Deus como Espírito é Vida.* Jesus declarou que *assim como o Pai tem vida em si mesmo, também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo* (João 5:26); disse além disso: *Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida* (João 14:6). O termo “vida”, tal como se usa nestes casos, não significa mera existência, mas vida organizada, isto é, um organismo que inclui a plenitude da verdade, ordem, proporção, harmonia e beleza. Como Vida Absoluta, Deus está acima de toda a passividade, diminuição e transitoriedade, assim como sobre todo o aumento e desenvolvimento. A vida é, em certo sentido, o substrato em que os atributos inerem. É possível que, neste sentido, não possa ser definida, mas é conhecida na consciência como pensamento, sentimento e vontade; e, portanto, a fonte de toda a razão, emoção e atividade auto-dirigida.

3. *Deus como Espírito é Luz.* João usa este termo no sentido mais geral, não como “uma luz”, mas como “luz”. *Deus é luz, e não há nele treva nenhuma* (I João 1:5). Tal como se emprega neste caso, o contraste entre a luz natural e as trevas é o símbolo de um contraste muito mais profundo entre a santidade e o pecado. A luz é a efulgência da natureza intrinsecamente santa do Pai. As trevas são a consequência da depravação moral e do pecado. Deste conceito da vida nascem duas doutrinas importantes. (1) Há a ideia da depravação moral como a ausência de luz. As Escrituras consideram isto como obscuridade ética, isto é, a consequência da rejeição voluntária da luz. É uma contradição para com Deus e para com a nossa própria natureza superior. Por trás

desta oposição voluntária a Deus, Paulo afirma que se encontra Satanás, *o deus deste século (que) cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo* (II Cor. 4:4). (2) Existe também a ideia de um conteúdo positivo da luz que emana da santidade de Deus. "E não há nele treva alguma." Isto quer dizer que no mais recôndito da profundidade infinita do Seu Ser não há trevas, nada que não seja descoberto, nada escondido, nada que necessite de aperfeiçoamento.

4. *Deus como Espírito é Amor.* A terceira propriedade fundamental do Espírito é o Amor. João é explícito quando afirma: "Deus é Amor". E repete: *Deus é amor, e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus, nele* (I João 4:8, 16). O amor exige tanto o sujeito como o objeto, assim como relação recíproca e livre entre os dois. O amor, portanto, torna-se no vínculo da perfeição na divindade e também no laço de união entre Deus e o homem. A santidade pertence à essência de Deus como a propriedade que O distingue dos demais; o amor pertence à expressão própria da Sua natureza. A vida é primordialmente do Pai; a luz do Filho; o amor do Espírito Santo.

QUESTIONÁRIO

1. Indique a posição determinativa da doutrina de Deus no sistema da teologia cristã.
2. Que prova se pode citar a favor da declaração de que a ideia de Deus é intuitiva?
3. Que razões podem ser dadas a favor do estudo dos argumentos confirmatórios com respeito à existência de Deus?
4. Explique, por palavras suas, cada um dos argumentos confirmatórios da existência de Deus. Onde e em que sentido cada argumento sugere alguma coisa respeitante à natureza de Deus?
5. Que provas da existência de Deus aponta o Bispo Weaver nas Escrituras?
6. Escolha uma definição do credo sobre Deus e analise-a nas suas partes mais importantes.
7. Indique algumas das ideias com referência a Deus que possam derivar-se dos nomes que recebe nas Sagradas Escrituras.
8. Quais as quatro ideias básicas incluídas no conceito cristão de Deus? Dê um resumo com suas próprias palavras.

CAPÍTULO VI

OS ATRIBUTOS DE DEUS

“Não se deve pensar nos atributos divinos como se fossem simples perfeições passivas inerentes à natureza divina; estão sempre e continuamente activos, particularmente os que se relacionam com o governo moral de Deus. Quem contemplará todos estes atributos ao mesmo tempo inerentes a uma só Pessoa e a cada uma das Pessoas da Trindade, sem sentir-se profundamente impressionado com a Sua grandeza? *Porque grande é o Senhor e mui digno de ser louvado, temvel mais que todos os deuses* (Sal. 96:4). Não importa quão grande e incompreensível seja Deus, o cristão devoto pode olhar para cima com fé simples e dizer: *Pai nosso que estás nos céus*, enquanto que no fundo da alma sente que *este Deus é o nosso Deus de eternidade a eternidade*. Não há cena mais sublime na terra do que a que representa o homem fraco, pobre e errante, adorando de joelhos a este Deus sublime, o único Deus verdadeiro.”

—Bispo Weaver.

I. CLASSIFICAÇÕES DOS ATRIBUTOS DIVINOS

A. *Os Atributos, Perfeições e Predicados Divinos.*

Os atributos de Deus são aquelas qualidades e perfeições que pertencem somente à natureza divina. Estritamente falando, há uma distinção entre atributos e perfeições. *Atributos* são as qualidades que os homens atribuem a Deus de acordo com a ideia que têm a Seu respeito. *Perfeições* são as qualidades que pertencem à essência divina, aplicadas a Deus por Ele mesmo. Não obstante, na linguagem comum os termos empregam-se alternativamente. Recomenda-se sempre que se faça distinção cuidadosa entre os atributos divinos e os predicados. *Predicado* é tudo aquilo que se afirma com respeito a Deus, tal como a Sua soberania ou a Sua criatividade que, porém, não atribui a Deus nenhuma característica ou qualidade essencial. Predicado é um termo mais amplo do que atributo e inclui este no seu sentido. Não obstante, os atributos não incluem os predicados.

B. *Erros que Devem Ser Evitados ao Considerar os Atributos Divinos.*

Há dois erros com respeito aos quais nos devemos sempre acautelar ao considerar os atributos divinos. *Primeiro*, precisamos de pôr-nos em atitude de defesa contra uma simplificação extrema dos atributos, com o fim de conservar a unidade divina. Pode-se admitir que a lista extensa de atributos que se encontra em muitas obras de teologia sistemática não está de acordo com a simplicidade do conceito cristão de Deus. Mas reduzir demasiadamente o número de atributos é enfraquecer o nosso conceito sobre as perfeições divinas. É nosso dever procurar conhecer tanto quanto nos seja possível com respeito a Deus, assim como também dar atenção ao quadro completo de perfeições, tal como se revela nas Sagradas Escrituras. *Segundo*, não devemos cair no erro de considerar Deus como a simples soma total de atributos ordenados e classificados de acordo com algum princípio de unidade. Estudando os atributos divinos em separado, não estamos sugerindo que a natureza divina seja dividida em partes. Ao contrário, estamos de acordo em que todos os atributos são inerentes a uma essência única. Nenhum atributo procede do outro, nem o precede. Todas as perfeições de Deus são eternas.

C. *Classificação dos Atributos de Deus.*

É de grande valor uma classificação adequada em que ressaltam as características distintivas da natureza divina. Uma das formas mais simples de classificação é a divisão em dois grupos: atributos naturais e atributos morais. De acordo com esta classificação, os atributos naturais são os essenciais à natureza de Deus e não incluem o exercício da Sua vontade. Entre estes encontram-se a Sua originalidade, a Sua infinitude, a Sua eternidade, a Sua imensidade, a Sua imutabilidade, e outros semelhantes. Os atributos morais são qualidades do Seu caráter e incluem o exercício da Sua vontade.

Estão nesta categoria: a justiça, a misericórdia, o amor, a bondade e a verdade. A fraqueza desta classificação está no facto de que reúnem em um grupo os atributos relativos de Deus na Sua relação com a criação, como também os que se aplicam a Deus à parte da Sua relação com o mundo.

Uma segunda classificação coloca os atributos numa tríplice divisão: (1) os absolutos, qualidades que pertencem à essência divina, à parte da obra criadora; (2) os relativos, ou sejam aqueles que resultam da relação existente entre o Criador e a criatura que, por necessidade, requerem a existência da criatura para se manifestarem; e (3) os morais, ou sejam aqueles que pertencem à relação que há entre Deus e os seres morais que se encontram sob o Seu governo—especialmente o homem. Esta é a classificação que adotamos. É o método mais simples de classificá-los e, ao mesmo tempo, a mais translúcida forma de apresentação.

II. OS ATRIBUTOS ABSOLUTOS DE DEUS

Por atributos absolutos entendemos aquelas qualidades que se relacionam ao modo da *existência* de Deus, em oposição aos que se referem ao Seu modo de *operar* ou a Sua *atividade*. Devem ser concebidos, até onde for possível, sem nenhuma relação com as coisas criadas. São absolutos no sentido de que não estão limitados pelo tempo ou pelo espaço; são independentes de qualquer outra existência e perfeitos em si mesmos. Têm o fundamento no facto de que Deus é, em Si mesmo, um Ser absoluto. São inerentes porque pertencem ao Espírito e essenciais a qualquer conceito adequado da natureza divina. São atributos de um Ser pessoal e podem enumerar-se como se segue: espiritualidade, infinitude, eternidade, imensidade, imutabilidade e perfeição.

A. *A Espiritualidade como Atributo de Deus.*

O nosso Senhor Jesus Cristo declarou que *Deus é espírito* (João 4:24). Sendo Espírito, segue-se, necessariamente, que é uma Pessoa real, vivente e incorpórea. É distinto daquilo que Ele criou, é consciente de Si mesmo, inteligente, agente voluntário. Ademais, segue-se da natureza de Espírito que Deus é um Ser moral bem como intelectual. A espiritualidade como atributo está estreitamente ligada ao espírito como essência; desta maneira, dá-se àquela o primeiro lugar na nossa consideração das perfeições divinas. O termo espiritualidade usa-se aqui no sentido de originalidade, ou substância em si mesma, que algumas vezes inclui tanto a unidade como a simplicidade. Por originalidade queremos dizer a substância de Si mesmo ou a posse da vida em Si mesmo. Indica o facto de que Deus tem em Si mesmo o fundamento de toda a existência. *O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe, sendo ele Senhor do céu e da terra, não habita em santuários feitos por mãos humanas. Nem é servido por mãos humanas, como se de alguma cousa precisasse; pois ele mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais* (Actos 17:24-25).

O termo simplicidade é aplicado ao espírito puro, isento de toda a composição. Diz Watson: “Deus é Espírito, não corpo; mente, não matéria. É Espírito puro, desligado mesmo de qualquer forma ou órgão corpóreo”. Este conceito encontra-se também no credo revisado por João Wesley, que declara que “há só um Deus vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo, partes ou paixões”. Com respeito à espiritualidade, Paley declara que “exprime uma ideia feita de partes negativas e positivas. A parte negativa consiste na exclusão de algumas das propriedades bem conhecidas da matéria, especialmente a solidez, a inércia, a divisibilidade e a gravidade. A parte positiva inclui o pensamento perceptivo, o poder da vontade e da ação, ou a originação de movimento; a qualidade talvez em que reside a superior-

ridade essencial do espírito sobre a matéria—que não pode mover-se sem que seja movida e que não pode fazer outra coisa senão mover-se quando assim é impulsionada”.

Sendo o Espírito simples e desprovido de composição, temos a ideia de unidade pelo que respeita a Deus. A unidade é considerada, com frequência, como um atributo isolado. O termo é usado para exprimir que só há um Deus e que a Sua unidade é implícita na existência própria. Um ser de existência própria prescinde para sempre a necessidade de outro, pela razão de que se acha implicada a posse de todas as perfeições. *Não há senão um só Deus* (I Cor. 8:4). É o atributo da existência própria que estabelece esta posição, fortalecida e sustentada, adicionalmente, pelo atributo de eternidade.

A Palavra Santa ensina tanto no Antigo como no Novo Testamento a unidade e a espiritualidade de Deus. *Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor* (Deut. 6:4). *Só tu és Deus* (Sal. 86:10). *Há outro Deus além de mim? Não, não há outra Rocha que eu conheça* (Isa. 44:8). *Eu sou Deus, e não há outro* (Isa. 45:22). *O Senhor nosso Deus é o único Senhor!* (Marcos 12:29). *E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste* (João 17:3). *Todavia, para nós há um só Deus* (I Cor. 8:6). *Um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos* (Efé. 4:6). *Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem* (I Tim. 2:5). Rejeitar a unidade divina tão claramente apresentada nestas passagens mencionadas é cair no erro do paganismo. Ainda que a espiritualidade de Deus possa ser em grande parte incompreensível para nós, vista do prisma da Sua originalidade, simplicidade, e unidade, mesmo assim é um atributo essencial. A ideia de Deus como Espírito Pessoal é conceito único do credo religioso consistente com o homem como ser dependente e responsável.

Alguém disse que “esta é uma das verdades maiores, mais sublimes e necessárias na esfera da natureza: existe um Deus, Causa de todas as coisas, fonte de toda a perfeição, que não tem partes nem dimensões, porque é eterno, enchendo os céus e a terra, penetra, governa e sustenta todas as coisas porque é um Espírito infinito”.

B. *A Infinitude como Atributo de Deus.*

Quando se diz infinitude quer-se significar o facto de que para a natureza divina não há barreira nem limite. É um termo que se aplica somente a Deus e, como tal, atribui-se de maneira peculiar aos atributos pessoais do Seu poder, sabedoria e bondade. Daí a força da declaração do credo que diz ser Deus “de um poder, sabedoria e bondade infinitas”. O doutor Foster considera este atributo como a base dos atributos de eternidade e imensidade. Usando as palavras de Santo Agostinho: “Ele sabe como estar presente em qualquer lugar no Seu ser inteiro sem ficar limitado por nenhum lugar em particular. Ele sabe como chegar sem sair do lugar onde estava; sabe sair sem deixar o lugar para onde veio... Ele está em toda parte no Seu Ser inteiro e completo, não se encontra contido em lugar algum, não conhece limites, não é divisível, é imutável em todos os sentidos, e enche os céus e a terra com a presença do Seu poder”. O termo “infinito” atribui-se somente ao Espírito Pessoal e deve ser usado na sua íntegra para expressar o facto de que não admite limitação de espécie alguma.

C. *A Eternidade como Atributo de Deus.*

Quando declaramos que Deus possui o atributo da eternidade, queremos dizer que Ele está acima de todo o tempo, livre de toda a distinção temporal do passado ou do futuro, vida em que não pode haver sucessão. Isto exprime-se principalmente no nome *Eu Sou o que Sou* (Êx. 3:14); ou pela caracterização joanina: *Aquele que é, que era e que há de vir, o Todo-poderoso* (Apoc. 1:8).

Aqui declara-se não somente a auto-suficiência de Deus, mas também a Sua eternidade. Esta doutrina é ainda acentuada pelas Sagradas Escrituras nas passagens seguintes: *O Deus eterno é a tua habitação, e por baixo de ti estende os braços eternos* (Deut. 33:27). *De eternidade a eternidade, tu és Deus* (Sal. 90:2). *Tu, porém, és sempre o mesmo, e os teus anos jamais terão fim* (Sal. 102:27). *Porque assim diz o Alto, o Sublime, que habita a eternidade, o qual tem o nome de Santo* (Isa. 57:15). *Cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade* (Miq. 5:2). *Assim, ao Rei eterno, imortal, invisível, Deus único, honra e glória pelos séculos dos séculos. Amém* (I Tim. 1:17). *Não têm descanso nem de dia nem de noite, proclamando: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-poderoso, aquele que era, que é e que há de vir* (Apoc. 4:8). O facto de que Deus sempre existiu e existirá por toda a eternidade está fora de toda a faculdade de compreensão humana. O Bispo Weaver diz: “Estes factos revelam que há em Deus um modo de ser inteiramente diferente do nosso; que tudo o que é, o que foi, ou o que será, é parte da Sua consciência serena e sempre presente; que Deus é para o que nós chamamos de tempo o mesmo que Ele é com relação ao espaço; que O que habita a imensidade também habita a eternidade” (Weaver, *A Teologia Cristã*).

D. *A Imensidade como Atributo de Deus.*

Como atributo, a imensidade exprime o contraste entre o mundo do espaço e o modo da existência de Deus, de forma semelhante a que a eternidade expressa o contraste temporal. Assim como o tempo nasce da eternidade, o espaço nasce da imensidade. Menciona-se apenas uma vez este atributo, de maneira direta, na Bíblia em duas passagens paralelas que se encontram em II Crónicas 6:18 e I Reis 8:27, *Eis que os céus, e até o céu dos céus, não te podem conter, quanto menos esta casa que eu edifiquei*. Há, entretanto, outras passagens

que ensinam a mesma verdade, ainda que de maneira indireta. *Assim diz o Senhor: O céu é o meu trono, a terra o estrado dos meus pés* (Isa. 66:1). *Ocultar-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja? diz o Senhor; porventura não encho eu os céus e a terra? diz o Senhor* (Jer. 23:24). É claro que o propósito das Escrituras nestes casos é acima de tudo devocional e se apresenta com a finalidade de fazer que quantos adorem evitem o perigo de localizar indevidamente o seu pensamento de Deus.

E. *A Imutabilidade como Atributo de Deus.*

Este atributo exprime o facto de que Deus não varia, quer na Sua essência, quer em atributo, em propósito ou em consciência. Não obstante, isto não quer dizer identidade rígida de ser. Procura demonstrar, de maneira clara, que a Sua essência e os Seus atributos estão sempre em harmonia com as Suas operações na criação e na providência. Deus ama a justiça e aborrece a iniquidade, donde se conclui que o Seu governo moral sempre está em harmonia com a Sua natureza de amor santo. Às vezes vê com favor determinadas pessoas, outras vezes com reprovação, conforme encontre nessa pessoa rectidão ou desobediência. A imutabilidade divina é importante, tanto para a religião como para a moralidade. Nisto também estamos apoiados em ensinamentos das Sagradas Escrituras. *Tu, porém, és sempre o mesmo, e os teus anos jamais terão fim* (Sal. 102:27). *Porque eu, o Senhor, não mudo* (Mal. 3:6). *Toda boa dádiva e todo dom perfeito é lá do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não pode existir variação, ou sombra de mudança* (Tiago 1:17). Diz o doutor Blair: "Esta é a perfeição que talvez mais do que qualquer outra distinga a natureza divina da humana, dê energia completa a todos os Seus atributos, como também o direito de receber a mais elevada adoração. Daí derivam-se a ordem regular da natureza e a firmeza do universo. O

Deus Eterno que Se revelou como o “Eu Sou” a Moisés é o mesmo “Eu Sou” de hoje, infinito, eterno, imutável no Seu ser, na Sua sabedoria, no Seu poder, na Sua santidade, na Sua justiça, na Sua bondade e na Sua verdade”.

F. *A Perfeição como Atributo de Deus.*

Este é o atributo que completa e harmoniza todas as demais perfeições. O Ser divino de nada carece essencial à própria bem-aventurança. Este atributo é uma unidade. É único. É absoluto. Em vez de ser uma combinação de perfeições individuais ou a culminância de um processo para a perfeição, este atributo é a própria origem de toda e qualquer perfeição. Exclui toda a possibilidade de defeito. Quando o nosso Senhor Jesus Cristo disse: *Sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste* (Mat. 5:48), apresentou o Pai como o *Summum Bonum* de todo o dom espiritual e como o objetivo principal de toda a devoção e gozo humano. Como Deus perfeito, o Pai contém no Seu próprio ser tudo de que se necessita para a eterna bem-aventurança.

III. OS ATRIBUTOS RELATIVOS DE DEUS

Não devem ser considerados os atributos relativos de Deus como algo essencialmente diferente dos absolutos, mas como se fossem as mesmas perfeições, apenas em outro aspecto. A única modificação é o ponto de vista. É assim que a auto-suficiência divina encontra expressão na onipotência, ou no conceito de Deus todo-poderoso; da mesma forma, a imensidade divina considerada em relação com o espaço, e a eternidade em relação com o tempo, com a qualidade intimamente relacionada da imutabilidade, encontra expressão na onipresença de Deus. Não obstante, a onisciência parece não estar estritamente relacionada com os atributos absolutos tal como consideramos. Refere-se de maneira mais especial à personalidade e torna-se o ponto de

transição lógica entre os atributos metafísicos e os éticos ou morais.

A. *A Onipresença de Deus*

A base do atributo da onipresença encontra-se na imensidade divina. O doutor Dick faz a seguinte distinção: “Quando dizemos que a Sua essência é imensa, queremos dizer que não tem limites; quando dizemos que é onipresente, desejamos afirmar que se encontra em qualquer parte onde estiverem as Suas criaturas” (Dick, *Teologia*). Mas embora Deus seja onipresente, encontra-Se em relações diferentes com as criaturas. “Deus está presente na natureza de uma certa maneira”, diz o bispo Martensen, “na história de outra maneira; na igreja de um modo, no mundo de outro; não Se encontra presente no mesmo sentido no coração dos santos como no coração dos pagãos; no céu, da mesma forma que na terra” (Martensen, *A Dogmática Cristã*).

À luz do nosso estudo anterior sobre a unidade de Deus, compreendemos também que Ele sempre está presente em qualquer parte com o Seu ser inteiro e total. É neste sentido que a alma piedosa sempre O adora como auxílio bem presente no tempo de necessidade. *Porque assim diz o Alto, o Sublime, que habita a eternidade, o qual tem o nome de Santo: Habito no alto e santo lugar, mas habito também com o contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos abatidos, e vivificar o coração dos contritos* (Isa. 57:15). *Acaso sou Deus apenas de perto, diz o Senhor, e não também de longe? Ocultar-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja? diz o Senhor; porventura não encho eu os céus e a terra? diz o Senhor* (Jer. 23:23-24). Quão transcendentemente grande é Deus! *O Senhor olha dos céus; vê todos os filhos dos homens* (Sal. 33:13). Ele não somente é uma ajuda presente em tempo de necessidade, mas uma presença restritiva do pecado. Não se pode cometer pecado onde Ele não esteja. Ele conhece não

somente todo acto praticado e cada palavra pronunciada, mas também cada pensamento, ou motivo, e cada sentimento da alma humana.

*Devo para sempre recordar
Quer na terra quer no mar;
Que não devo o mal fazer
Pois Deus sempre me há de ver.*

B. *A Onipotência de Deus.*

A onipotência de Deus relaciona-se com o atributo absoluto da Sua originalidade e independência como personalidade expressa na vontade. Sendo expressão da vontade divina, está também direta e vitalmente relacionada com os atributos morais de Deus. A onipotência define-se como aquela perfeição de Deus em virtude da qual Ele pode fazer tudo o que Lhe apraz. Esta é a definição da Escritura: *Cousa alguma te é demasiadamente maravilhosa* (Jer. 32:17). *No céu está o nosso Deus; e tudo faz como lhe agrada* (Sal. 115:3). O que quer que Lhe seja impossível, não o é por causa de limitação de poder, mas somente porque a Sua natureza assim o dita, no mesmo sentido em que a Sua santidade é incompatível com o pecado.

As Sagradas Escrituras estão repletas de expressões respeitantes ao poder de Deus. *Uma vez falou Deus, duas vezes ouvi isto: Que o poder pertence a Deus* (Sal. 62:11). *Tema ao Senhor toda a terra, temam-no todos os habitantes do mundo. Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou e tudo passou a existir* (Sal. 33:8-9). *Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra* (Mat. 28:18). *Reina o Senhor nosso Deus, o Todo-poderoso* (Apoc. 19:6). Nenhuma doutrina é mais importante do ponto de vista do valor religioso do que a doutrina da onipotência divina. É a base para a adoração religiosa profunda e constante para com Deus e é o fundamento e sustentáculo para a segurança e confiança. Levou o Senhor corajosamente à cruz, certo de que por meio da oni-

potência de Deus a Sua causa triunfaria sobre a morte, o último inimigo. Este é também o atributo que deu força aos santos de todos os tempos e, apesar de desânimo e de fracasso aparentes, os fez mais que vencedores. Na verdade, *Ele é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos, ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a ele seja a glória, na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém* (Ef. 3:20-21).

C. A Onisciência de Deus.

Por onisciência compreendemos o perfeito conhecimento que Deus tem de Si mesmo e de todas as coisas. É a perfeição infinita do que em nós se chama conhecimento. Em consequência lemos que *o seu entendimento não se pode medir* (Sal. 147:5). *Até as próprias trevas não te serão escuras: as trevas e a luz são a mesma cousa* (Sal. 139:12). *Eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer, e desde a antiguidade as cousas que ainda não sucederam* (Isa. 46:9-10). *Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos* (Rom. 11:33). *Todas as cousas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos de prestar contas* (Heb. 4:13). *Pois, se o nosso coração nos acusar, certamente Deus é maior do que o nosso coração, e conhece todas as cousas* (I João 3:20). *E todas as igrejas conhecerão que eu sou aquele que sonda mente e corações* (Apoc. 2:23).

O atributo da onisciência ocupa um lugar importante e crítico na teologia por causa da sua relação estreita com o governo moral de Deus. Há alguma coisa sobre este atributo que nos mantém perplexos. Tem ligação íntima com a Personalidade única e divina. O primeiro problema em relação a este atributo é a questão de conhecimento divino de factos contingentes, designado

comumente de presciência. Factos contingentes são os que podem ocorrer, mas não se tem certeza de que ocorrerão, aqueles que estão sujeitos à incerteza ou a condições não previstas, e aqueles que dependem do livre arbítrio do homem.

A respeito da presciência divina, tanto os teólogos arminianos como os calvinistas afirmam a *scientia necessaria*, ou seja o conhecimento eterno necessário que Deus tem de Si mesmo. A personalidade infinita implica consciência ou conhecimento infinito de Si mesmo. Ademais, os teólogos arminianos e calvinistas crêem na *scientia libera*, ou o conhecimento livre que Deus tem de pessoas ou coisas que existem fora de Si. Entretanto, divergem no tocante ao fundamento desta presciência. Em termos gerais, os arminianos sustentam que Deus tem conhecimento de pura contingência. Por outro lado, os calvinistas ligam esta presciência aos decretos que Deus propôs em Si mesmo. Há uma posição mediadora comumente conhecida como a *scientia media*, ou conhecimento do hipotético. Este é o conhecimento condicional por meio do qual Deus sabe exatamente não só o que sucederá, mas o que sucederia ou deixaria de suceder sob certas condições não existentes. Sobre se o conhecimento é livre ou condicional, achamos melhor afirmar, como Van Oosterzee, que “absolutamente nada se exclui ao conhecimento divino”. O segundo problema difícil associado com a onisciência é a relação existente entre a presciência e a predestinação. A posição calvinista identifica estes dois termos, sustentando que os decretos divinos são a base de todos os acontecimentos que ocorrem, incluindo-se aqui as ações voluntárias do homem. Diz Calvino: “Deus conhece os acontecimentos futuros apenas em consequência do Seu próprio decreto que estabelece que há de acontecer assim”. Os arminianos argumentam que esta doutrina está diametralmente oposta ao livre arbítrio do homem, sendo, pois, inaceitável.

A teoria arminiana ensina que o poder de escolha contrária é elemento constitutivo da liberdade humana e que a presciência divina deve referir-se, portanto, a actos livres, àqueles puramente contingentes. É digna de cuidadosa consideração a afirmação do doutor Pope: “Não é a presciência divina o que condiciona os acontecimentos mas, pelo contrário, os acontecimentos condicionam a presciência de Deus... A predestinação deve ter os seus direitos; tudo o que Deus quer fazer está predestinado. Mas o que a liberdade humana faz só pode ser conhecido por Deus e não predestinado ou não haveria mais liberdade” (Pope, *Compêndio de Teologia Cristã*). Da relação existente entre a onisciência divina e a liberdade humana, o doutor Hills observa: “Alguns negam que haja liberdade porque pensam que ela contradiz a onisciência de Deus. Mas o mero conhecimento de Deus nada influencia, nem de maneira alguma transforma a natureza da escolha humana, pela simples razão de que é conhecimento e não influência ou causa. Deus sabia, há mais de um milhão de anos, como o Sr. A. B. ia escolher nesta tarde. Sabe que o Sr. A. B. é livre para escolher e que poderia agir de outra maneira. Mas se isto acontecesse, Deus também o saberia. A presciência de Deus toma forma na escolha livre do homem e não a livre escolha na presciência de Deus. O que se fez nesta tarde levou os vizinhos a *verem* o que se fazia e Deus *já sabia* o que se faria. Claro que é um mistério como Deus conhece as decisões livres e futuras do homem, mas isto não nos surpreende porque há muitos factos infinitos na Sua natureza que também não conseguimos compreender” (Hills, *Rudimentos da Teologia Cristã*).

Para concluir o nosso estudo sobre a relação existente entre a presciência divina e a predestinação, notemos a declaração de William Newton Clarke: “Na realidade, ninguém crê praticamente que o conhecimento que Deus tem dos factos seja a causa real destes

mesmos factos ou destrua a realidade de outras causas. Todos os homens sabem que na prática não é assim. Deus deve estar em posição de saber se as flores de certa macieira em determinado ano vão cumprir o seu propósito; mas ninguém está disposto a afirmar que o Seu conhecimento toma o lugar das forças naturais que produzem os frutos ou lhes impedem a produção. Assim também acontece no campo das ações livres... Estaríamos contra a opinião de toda a experiência e do senso comum da humanidade se afirmássemos que o conhecimento de Deus a respeito das nossas ações destrói a liberdade destas mesmas ações. Dizer que o conhecimento de Deus destrói a eficiência das forças cuja operação Ele prevê, especialmente quando estas mesmas forças são vontades humanas, é assegurar que só há uma vontade no universo, a vontade de Deus, e assim envolver a humanidade em autêntico fatalismo. Algumas vezes afirmou-se isto e, outras, tem sido implícito em argumentos a favor da soberania de Deus, quando, na realidade, não se tentou dar forma a esta doutrina. Mas nenhuma doutrina que invalide a vontade humana pode ser verdadeira” (Clarke, *Esboço de Teologia Cristã*).

D. *A Sabedoria de Deus.*

Como atributo divino a sabedoria está estreitamente ligada à onisciência e, de certo modo, dependente dela. Não obstante, consideram-na frequentemente em separado os teólogos arminianos. Tal como Wakefield a definiu: “É o atributo da natureza de Deus por meio do qual Ele conhece e ordena todas as coisas para a promoção da Sua glória e para o bem-estar das Suas criaturas”. Embora a sabedoria e o conhecimento tenham íntima relação, é clara a distinção. O conhecimento é a apreensão das coisas tais como são, enquanto a sabedoria é a adaptação deste conhecimento a certos fins. Da mesma forma que o conhecimento é necessário para a sabedoria, a onisciência é necessária para a

sabedoria infinita. Tanto o Antigo como o Novo Testamentos contêm muitas referências a este atributo. *Com Deus está a sabedoria e a força; ele tem conselho e entendimento* (Jó 12:13). *Que variedade, Senhor, nas tuas obras! todas com sabedoria as fizeste* (Sal. 104:24). *Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus* (I Cor. 1:24). *Assim, ao Rei eterno, imortal, invisível, Deus único, honra e glória pelos séculos dos séculos* (I Tim. 1:17; <algumas versões têm “único Deus sábio”>).

E. *A Bondade de Deus.*

A bondade de Deus é o atributo pelo qual Deus deseja a felicidade das Suas criaturas. É aquela excelência que impele Deus a conferir o ser e a vida às coisas finitas e a comunicar-lhes tantos dons conforme possam receber. A bondade de Deus é voluntária. Refere-se, primariamente, à Sua benevolência ou àquela atitude que cuida, para promover a felicidade das criaturas. Está relacionada com o amor, mas este está limitado a pessoas que correspondem, que podem reciprocamente este amor, ao passo que a bondade se aplica a toda criatura. Nem mesmo um pardal “está em esquecimento diante de Deus” (Lucas 12:6). Parece que o salmista se deleitava em meditar sobre a bondade de Deus. *Bondade e misericórdia certamente me seguirão todos os dias da minha vida; e habitarei na casa do Senhor para todo o sempre* (Sal. 23:6). *A bondade de Deus dura para sempre* (Sal. 52:1). *Como é grande a tua bondade, que reservaste aos que te temem* (Sal. 31:19). Paulo fala no Novo Testamento acerca da bondade de Deus como algo que leva ao arrependimento (Rom. 2:4) e em Gálatas 5:22 e Efésios 5:9, menciona a bondade como fruto do Espírito.

IV. OS ATRIBUTOS MORAIS DE DEUS

Os atributos morais de Deus referem-se ao Seu governo sobre as criaturas livres e inteligentes. Visto

serem essenciais para a existência e continuação da sociedade os vínculos morais, o conhecimento de Deus sempre será um fator determinante na vida do homem em comunidade. Há grande diferença entre os atributos metafísicos (absolutos e relativos) e os éticos ou morais. Tanto os metafísicos como os éticos podem, em certa medida, ser compreendidos pela inteligência finita do homem. Entretanto, os éticos dependem mais particularmente duma experiência comum no que lhes respeita a compreensão. O homem é feito à imagem de Deus e, como ser racional, pode, dentro dos limites da sua finitude, compreender os atributos naturais de Deus. Mas o homem caiu no pecado e, assim, carece da base pessoal para a compreensão do caráter moral e espiritual de Deus. Somente os limpos de coração vêem a Deus. A santidade de Deus é uma barreira para o pecador. Não pode haver entre eles qualquer lugar de encontro, nenhuma base comum de compreensão. Somente através da mediação de Jesus Cristo pode o homem tornar-se participante da natureza divina e, desta maneira, conhecer a Deus no sentido mais verdadeiro e profundo. Só assim podem ser verdadeiramente compreendidos a santidade e o amor de Deus. Os atributos morais de Deus podem ser analisados de várias maneiras. Podem resumir-se em dois: santidade e amor. Ou podem distribuir-se em três grupos principais: santidade, amor, graça. Para o nosso propósito é preferível considerá-los separadamente e na seguinte ordem: santidade, amor, justiça, rectidão, verdade e graça.

A. *A Santidade de Deus.*

Os teólogos têm tomado três posições respeitantes à santidade de Deus: (1) pode ser considerada como um atributo paralelo e coordenado a outros; (2) pode ser considerada como a soma de todos os demais, e (3) pode ser considerada como a natureza de Deus da qual os atributos são apenas expressão. Wakefield diz: "Consi-

dera-se geralmente a Santidade de Deus como atributo distinto das demais perfeições divinas; mas é um erro. Santidade é um termo complexo e denota não tanto um atributo em particular, mas antes o caráter geral de Deus que resulta de todas as Suas perfeições morais... A santidade de Deus não é, nem pode ser, algo diferente das perfeições morais da Sua natureza, mas é um termo geral sob o qual se compreendem todas as perfeições". O doutor Dick toma posição semelhante quando diz: "A santidade não é um atributo particular, mas o caráter geral de Deus resultante dos Seus atributos morais". O doutor Wardlaw define santidade como "a união de todos os atributos, da mesma forma que a pura luz branca é a união de todos os raios de cor do espectro". O doutor Pope afirma que as duas perfeições divinas, santidade e amor, podem ser consideradas como a natureza moral de Deus, "Duas ascendências na sua harmonia e união ainda não explicadas perfeitamente". Indica-nos que estes são os únicos dois termos que unem ambos, a essência e os atributos de Deus. Como essência, constituem a natureza moral de Deus; como atributos, são a revelação desta natureza através da economia da graça divina.

Uma das melhores definições da santidade é a que nos dá o doutor William Newton Clarke: "A santidade é a plenitude gloriosa da excelência moral de Deus considerada como o princípio da Sua própria ação como a norma das Suas criaturas" (Clarke, *Esboço da Teologia Cristã*). Encontramos aqui *caráter, consistência e requisito*. *Primeiro*, a santidade em Deus é a perfeição da excelência moral que Nele existe, sem ser originada ou derivada de alguém. *Ó Senhor, quem é como tu entre os deuses? Quem é como tu glorificado em santidade, terrível em feitos gloriosos, que operas maravilhas?* (Êx. 15:11). *Santo, santo, santo é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória* (Isa. 6:3). *Cantar-te-ei salmos na harpa, ó Santo de Israel* (Sal. 71:22).

Não têm descanso nem de dia nem de noite, proclamando: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-poderoso, aquele que era, que é e que há de vir (Apoc. 4:8). Quem não temerá e não glorificará o teu nome, ó Senhor? pois só tu és santo (Apoc. 15:4).

Segundo, a santidade é o princípio da própria atividade de Deus: *Tu és tão puro de olhos, que não podes ver o mal, e a opressão não podes contemplar (Hab. 1:13). Justo é o Senhor em todos os seus caminhos, benigno em todas as suas obras (Sal. 145:17).* O escritor bíblico fala a respeito de Cristo dizendo, *Amaste a justiça e odiaste a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, te ungiu com o óleo de alegria como a nenhum dos teus companheiros (Heb. 1:9).* A santidade de Deus é tanto positiva como negativa e implica a posse de toda a bondade e a ausência de toda a maldade.

Terceiro, a santidade é a norma para as criaturas de Deus. *Eu sou o Senhor vosso Deus: portanto vós vos consagrareis, e sereis santos, porque eu sou santo (Lev. 11:44). De conceder-nos que, livres da mão de inimigos, o adorássemos sem temor, em santidade e justiça perante ele, todos os nossos dias (Lucas 1:74-75). Como é santo aquele que vos chamou, tornai-vos santos também vós mesmos em todo vosso procedimento, porque escrito está: Sede santos, porque eu sou santo (I Ped. 1:15-16).* O homem, portanto, deve ser santo, não no sentido absoluto que só pertence a Deus, mas de maneira relativa, com aquela santidade que Deus comunica aos anjos e aos homens. Mas como pode o pecador ser santo? Torna-se isto possível unicamente pela expiação de Cristo que, a um tempo, protege a santidade de Deus e a restaura ao homem fazendo-o participante da natureza divina.

Na Trindade, a vida é propriedade peculiar do Pai, a luz do Filho, e o amor do Espírito Santo. Mas a cada um deles, como questão básica e fundamental, é atribuída uma natureza santa, tal como se demonstra na

adoração e louvor que se rende a Deus mencionando três vezes a palavra *santo*: “Santo, santo, santo, Senhor dos Exércitos”. Notemos que isto não tem o seu fundamento na vida ou na luz ou no amor, mas na santidade. Podemos dizer, então, que a santidade no Pai é o mistério da vida separada, distinta, e não originada; a santidade no Filho é luz, que no mais profundo do Seu ser infinito não revela trevas, nada que não seja descoberto, que não seja realizado, que necessite de ser aperfeiçoado; a santidade no Espírito é a revelação do amor que existe entre o Pai e o Filho, a que Paulo chama “vínculo da perfeição”. No Pai a santidade é original e não derivada, a base da reverência e adoração e a norma de todo o bem moral. No Filho a santidade é revelada, e através do Seu sacrifício expiatório e propiciatório o homem pode-se tornar santo e entrar em comunhão com o Pai. No Espírito Santo a santidade distribui-se ou torna-se acessível aos homens. É por meio do Espírito que nos é possível ser participantes da natureza divina. Logo, a expressão “Espírito Santo” indica não só a Sua própria natureza santa mas também declara o Seu ofício em relação aos homens, que é o de fazê-los santos.

B. *O Amor de Deus.*

João declara uma verdade profunda quando diz: *Deus é amor, e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus, nele* (I João 4:16). A natureza de Deus é o amor santo. Tanto a santidade como o amor fazem parte da essência de Deus. A santidade descreve a pureza, o caráter moral e a excelência do amor de Deus. A santidade de Deus requer sempre que Ele atue motivado por amor puro e o amor sempre deve fazer que o objeto dele receba a santidade. O amor de Deus é, de facto, o desejo de conferir a santidade, e este desejo satisfaz-se somente quando os seres que ele procura se tornam santos. Em consequência lemos: *Deus prova o*

seu próprio amor para conosco, pelo facto de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores (Rom. 5:8); e Nisto consiste o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou, e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados (I João 4:10).

O amor de Deus é, portanto, a própria natureza de Deus no sentido da comunicação que faz de Si mesmo aos homens. Schleiermacher define o amor como “aquele atributo em virtude do qual Deus Se comunica a Si mesmo”. O doutor F. J. Hall define-o assim: “O atributo pelo qual Deus deseja comunhão pessoal Consigo mesmo por parte daqueles que são santos ou capazes de se tornarem santos”. William Newton Clarke combina ambos os fatores e define o amor de Deus como “o Seu desejo de outorgar-se a Si próprio e todo o bem às demais criaturas e possuí-las para a Sua própria comunhão espiritual”. Nestas definições é evidente que se acham três princípios essenciais no amor: a comunicação de si mesmo, a comunhão e o desejo de possuir o objeto amado. O amor de Deus deve expressar-se no duplo desejo de possuir outros para Si mesmo e de conceder-lhes não só o benefício das coisas boas mas até o benefício de Si próprio.

Já se disse com frequência que a mãe que se sacrifica e se entrega para que o filho viva é aquela cujo anseio pelo amor responsivo do filho é mais profundo e inextinguível. Por maior que seja o amor que se entrega e sacrifica a si mesmo, acompanha-o sempre o desejo de reciprocidade. Mas na própria dedicação que a mãe tem para com o filho, está ela a afirmar a própria personalidade. O sacrificio pessoal e a afirmação própria devem ser iguais. Um não pode aumentar sem o outro, se é que se pretende manter íntegro o amor. Se a afirmação própria não vai acompanhada da entrega equivalente, não teremos amor, mas egoísmo sob o disfarce de amor; e se a entrega de si mesmo não está equilibrada pela

afirmação do eu, não teremos amor, mas fraqueza. Assim também em Deus encontramos o impulso duplo que perfaz o amor—o desejo de possuir outros e o de Se dar a si próprio. Quanto mais se desenvolve este amor, mais rico se torna com respeito ao sacrifício de si mesmo e aumenta o desejo de posse do objeto amado. O amor de Deus é de tal maneira perfeito que lemos no texto tão conhecido: *Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito* (João 3:16). Portanto, quando João declara que *nós amamos porque ele nos amou primeiro* (I João 4:19), está falando desse amor recíproco que deleita o coração de Deus.

O amor considera-se comumente representado de duas formas principais—o amor de benevolência e o amor de complacência. “O amor de benevolência”, diz o doutor Henry B. Smith, “é aquela disposição de Deus ou aquela forma ou modificação do amor divino que faz que Deus deseje participar ou comunicar felicidade a todas as Suas criaturas sencientes, o que faz que Se deleite na Sua própria felicidade. O amor de complacência é aquele elemento no amor divino que faz que Deus se comunique e se deleite na santidade das criaturas. O amor de benevolência tem ligação com a felicidade, o amor de complacência relaciona-se com a santidade; mas ambos formam o amor divino, ambos entrelaçados, não isolados. A complacência consiste em agradecer-se de alguma coisa. A benevolência é o desejo de fazer o bem a todos” (H. B. Smith, *Sistema de Teologia Cristã*).

Há outros dois assuntos intimamente relacionados com este conceito do amor divino—a ideia de bem-aventurança e a de ira. O Bispo Martensen definiu a bem-aventurança como um termo que “expressa a existência de uma vida que é completa em si mesma”, ou “a reflexão dos raios do amor sobre Deus depois de ter passado através do Seu reino”. A palavra traduz-se frequentemente por felicidade, mas este termo está muito aquém de encerrar todo o significado da palavra

original. Têm-se tomado duas posições diferentes com referência à ira de Deus; nomeadamente, que não é incompatível com o amor divino e que é somente um modo de expressão humana, sem qualquer realidade no tocante à natureza de Deus. A primeira é a posição cristã que sustenta que a ira é o reverso do amor, necessária à Personalidade Divina e ainda ao próprio amor. A ira divina deve, portanto, ser considerada como ódio para com a iniquidade e é, num sentido próprio, a mesma emoção que se exercita para com a rectidão e que se conhece como amor divino.

C. *A Justiça e a Rectidão de Deus.*

Os atributos de justiça e rectidão estão estritamente relacionados à santidade. O doutor Strong considera-os como santidade transitiva e com isto se refere a que o tratamento de Deus para com as criaturas sempre está em harmonia com a santidade da Sua natureza. Embora intimamente relacionadas entre si, a justiça e a rectidão distinguem-se uma da outra e ambas, por sua vez, são diferentes da santidade. O termo santidade refere-se à natureza ou essência de Deus como tal, ao passo que a rectidão é a Sua norma de atividade de acordo com essa natureza. A rectidão é o fundamento da lei divina, a justiça é a administração dessa lei. Quando consideramos Deus como Autor da nossa natureza moral, consideramo-Lo como santo. Quando pensamos na Sua natureza santa como a norma de ação divina, nós concebemo-Lo como recto. Se olhamos para Ele como administrador da Sua lei na concessão de recompensas ou castigos, estamos pensando Nele como justo.

O atributo da justiça divide-se comumente em *justiça legislativa* que *determina* o dever moral do homem e define as consequências em recompensas e penas ou castigos; e a *justiça judicial*, algumas vezes conhecida como justiça distributiva, por meio da qual Deus *dá* a todos os homens recompensas e castigos de

acordo com as suas obras. A justiça por meio da qual Ele recompensa os obedientes é chamada algumas vezes *justiça remunerativa*, ao passo que aquela pela qual castiga o culpado se chama *justiça retributiva* ou *vindicativa*. Mas quer consideremos Deus como legislador, quer como juiz, Ele é eterno e absolutamente justo. Quanto a isto não resta a menor dúvida.

Muitas das referências das Escrituras não fazem distinção entre os termos justiça e rectidão. Entretanto, o estudante cuidadoso será impressionado com os vários sentidos em que se combinam estes atributos. *Os juízos do Senhor são verdadeiros e todos igualmente justos* (Sal. 19:9). *Justiça e direito são o fundamento do teu trono* (Sal. 89:14). *Pois não há outro Deus senão eu, Deus justo e Salvador* (Isa. 45:21). *O Senhor é justo, no meio dela; ele não comete iniquidade* (Sof. 3:5). *Que retribuirá a cada um segundo o seu procedimento* (Rom. 2:6). *Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor Deus, Todo-poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos* (Apoc. 15:3).

D. A Verdade como Atributo de Deus.

Como a justiça e a rectidão, a verdade está intimamente ligada à santidade. Trata-se geralmente como veracidade e fidelidade. Por veracidade queremos dizer que todas as manifestações de Deus para com as criaturas estão em perfeita conformidade com a Sua própria natureza divina. Quando as Escrituras falam acerca do Deus de verdade, querem apresentar a ideia da Sua veracidade. Por fidelidade compreendemos o cumprimento de Deus respeitante às Suas promessas, quer sejam elas feitas diretamente na Sua Palavra ou estejam indiretamente implícitas na natureza e constituição do homem. A Bíblia está cheia de referências à veracidade de Deus. *Tu me remiste, Senhor, Deus da verdade* (Sal. 31:5). *As tuas palavras são em tudo verdade* (Sal. 119:160). *Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida* (João

14:6). As referências à Sua fidelidade também são definidas e numerosas. *Deus é fidelidade, e não há nele injustiça: é justo e reto* (Deut. 32:4). *A palavra de nosso Deus permanece eternamente* (Isa. 40:8). *Fiel é o que vos chama, o qual também o fará* (I Tess. 5:24). *Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça* (I João 1:9).

E. A Graça e Os Seus Correlatos.

João refere-se a Cristo como “cheio de graça e de verdade”, fazendo delas perfeições coordenadas da natureza divina. A *graça* pode ser definida como “favor imerecido” e todas as “graças” nada mais são do que formas variadas da bondade e do amor de Deus. A *misericórdia* é o amor que se exerce para com os miseráveis e inclui tanto a piedade como a compaixão (Mateus 9:36). A *paciência* é o amor retardando ou reduzindo o castigo. *Ou desprezas a riqueza da sua bondade, e tolerância, e longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?* (Rom. 2:4). O amor de Deus manifestado para com os homens em geral conhece-se como *bondade* ou *benevolência*. *Quando, porém, se manifestou a benignidade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor para com os homens* (Tito 3:4). A palavra traduzida como *justiça* é frequentemente usada no sentido de *benevolência*, e é por Paulo incluída nos frutos do Espírito (Gálatas 5:22). A *graça* de Deus é universal e imparcial. Dá às Suas criaturas tanto bem quanto sejam capazes de receber. *O Senhor é bom para todos, e as suas ternas misericórdias permeiam todas as suas obras* (Sal. 145:9). *Pois quanto o céu se alteia acima da terra, assim é grande a sua misericórdia para com os que o temem* (Sal. 103:11). *Mas tu, Senhor, és Deus compassivo e cheio de graça, paciente e grande em misericórdia e em verdade* (Sal. 86:15).

Damos aos atributos este tratamento extensivo por duas razões principais: *Primeiro*, porque a delineação destas perfeições na sua harmonia e proporção é a glória da teologia; e *segundo*, porque as heresias que originaram as maiores dissensões na Igreja Cristã nasceram de noções pervertidas e indignas respeitantes aos atributos divinos. Portanto, é essencial que todo o seguidor de Cristo seja corretamente instruído sobre a existência e a natureza de Deus.

QUESTIONÁRIO

1. Faça distinção entre os atributos, as perfeições e os predicados divinos.
2. Que erros devem ser evitados no estudo dos atributos divinos?
3. Estabeleça distinção entre os atributos absolutos, relativos e morais de Deus.
4. Resuma por palavras próprias os atributos absolutos de Deus, dando pelo menos duas referências das Escrituras a favor de cada um.
5. Em forma de esboço mencione os atributos relativos de Deus, explicando cada um. Indique as referências de cada um sobre as nossas relações para com Deus.
6. Que problemas especiais se relacionam com a onisciência de Deus? Explique a teoria arminiana concernente à predestinação divina e a liberdade humana.
7. Examine cuidadosamente o que sobre a santidade diz William Newton Clarke. Quais são as três idéias básicas incluídas na definição?
8. Que pontos de vista variados têm tomado os teólogos sobre a santidade de Deus? Qual a posição adotada neste livro?
9. Explique a declaração seguinte: "O amor de Deus é a Sua natureza no que se refere à comunicação que de Si mesmo faz ao homem".
10. Explique os elementos de renúncia do *eu* e da afirmação própria encontrados no amor de Deus.
11. Explique em poucas palavras o que queremos dizer quando mencionamos os seguintes atributos morais de Deus: Justiça, Rectidão, Verdade, Graça.

CAPÍTULO VII

A TRINDADE

“Oh, que Deus Pai me adote como Seu filho. Que Deus Filho more no meu coração pela fé. Que Deus Espírito Santo expurgue a minha consciência de todas as obras mortas e purifique a minha alma de toda a injustiça. Que a Trindade Santa, bendita e gloriosa, me tome a mim e aos meus, guardando-nos como Seus, agora e por toda a eternidade!

“Oh, incompreensível Jeová, Tu és o Verbo Eterno, és o Eterno Espírito, que em tudo penetras; Pai, Filho e Espírito Santo, na plenitude da Tua divindade eterna, na Tua luz, posso, até certo ponto, ver-Te; na Tua condescendente aproximação da minha natureza posso amar-Te, porque Tu me amaste primeiro. Possa eu, na Tua fortaleza, principiar, continuar e terminar todo desígnio e toda a obra, de maneira a glorificar-Te por meio da demonstração do muito que amas ao homem e do muito que o homem pode ser aprimorado e enobrecido por meio do seu amor para Contigo. É aqui que para sempre ficarei, perdendo-me a mim mesmo, encontrando-me com Deus e comigo mesmo.”

—Doutor Adam Clarke.

A doutrina da Trindade, que afirma haver três pessoas em um só Deus, é uma das verdades mais sagradas da Igreja Cristã. Não é mera doutrina especulativa ou teórica; é, antes, uma doutrina diretamente associada à nossa própria salvação eterna. Deus Pai mandou o Filho ao mundo para que nos remisse. Deus Espírito Santo aplica às almas a obra redentora. A Trindade, portanto, está vitalmente envolvida na obra da salvação e é neste aspecto prático e religioso da doutrina que se deve buscar a verdade.

Os cristãos primitivos convenceram-se de que se Cristo não fosse divino não poderiam adorá-Lo sem cair na idolatria. Por outro lado, Ele tinha-os salvo e por meio Dele tinha vindo o dom do Espírito Santo. Reconheceram, assim, que Cristo tinha de ser divino. Isto deu origem à questão da divindade de Cristo e as Suas relações na Trindade, desde os primeiros tempos da Igreja. Estas e outras questões vitais concernentes à Trindade não foram resultado de especulação filosófica e não podem decidir-se desta maneira. São verdades da revelação divina e devemos apelar para as Escrituras,

pois elas são as únicas que nos dão elementos autorizados acerca deste assunto importante.

I. A UNIDADE E A TRIUNIDADE DE DEUS

A. *A Unidade de Deus.*

Quando dizemos “unidade de Deus” entendemos que só há um Deus no universo e que existe como ser com existência própria, infinito e eterno. Esta é uma verdade que se afirma e se encontra em todas as Sagradas Escrituras. No Antigo Testamento os israelitas confessavam a fé nestes termos: *Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor* (Deut. 6:4). A fim de evitar que o povo aceitasse o politeísmo pagão, Deus lhe deu o primeiro e fundamental mandamento: *Não terás outros deuses diante de mim* (Êx. 20:3); e a este foi adicionada a admoestação: *Por isso hoje saberás, e refletirás no teu coração, que só o Senhor é Deus em cima no céu, e embaixo na terra; nenhum outro há* (Deut. 4:39).

Também no Novo Testamento encontramos declarações explícitas concernentes à unidade de Deus: “Respondeu Jesus: O principal é: *Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor!* (Marcos 12:29). *E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste* (João 17:3). *Não há senão um só Deus. Porque, ainda que haja também alguns que se chamem deuses, quer no céu, ou sobre a terra, como há muitos deuses e muitos senhores, todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as cousas e para quem existimos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as cousas, e nós também por ele* (I Cor. 8:4-6). *Ora, o mediador não é de um, mas Deus é um* (Gál. 3:20).

B. *A Trindade de Deus.*

Embora unitários e trinitários aceitem a unidade de Deus, existe vasta diferença nas posições de cada um. Os

unitários reservam todas as perfeições de Deus para o Pai, como a única divindade, enquanto os trinitários afirmam que “na unidade de Deus há três pessoas da mesma substância, poder e eternidade—o Pai, o Filho e o Espírito Santo”. Não obstante, isto não significa que há já três deuses. O doutor Gill diz: “Não há senão uma só essência divina, embora haja modos diferentes de subsistência nela, chamadas pessoas, e cada uma possui a essência divina, completa e indivisível. Esta unidade não é unidade de partes que formam um composto, como acontece no caso da alma e do corpo no homem, pois Deus é Espírito simples, carecendo de toda a espécie de composição”.

1. *Prefigurações da Trindade no Antigo Testamento.* A doutrina da Trindade pressupõe-se no Antigo Testamento, mas como acontece com outras verdades do Novo Testamento, apenas em forma embrionária. Só poderia ser plenamente desenvolvida ante a revelação plena de Deus em Cristo. Vejamos algumas dessas verdades embrionárias. O uso de nomes plurais para designar a divindade sempre foi considerado como prefiguração da Trindade. *No princípio criou Deus (Eloim, ou os deuses) os céus e a terra* (Gên. 1:1). *Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança* (Gên. 1:26). *Então disse o Senhor Deus: Eis que o homem se tornou como um de nós* (Gên. 3:22). Wakefield mostra que a forma plural é preferida, mesmo para designar de maneira mais solene a unidade de Deus. Ilustra-se isto na chamada ao Israel antigo: *Ouve, Israel, o Senhor (Elohaynu, nossos Deuses) é o único Senhor* (Deut. 6:4). O conceito da Trindade também está implicitamente contido nas referências do Antigo Testamento ao “Anjo de Jeová”. *Eis que eu envio um Anjo diante de ti, para que te guarde pelo caminho, e te leve ao lugar que tenho preparado... pois nele está o meu nome* (Êx. 23:20-21). Aqui menciona-se Jeová; depois menciona-se o Anjo ou

Mensageiro (a Palavra); e, finalmente, o Espírito Santo (nele está o meu nome). A bênção de Arão usa a palavra Jeová em triplo sentido. *Jeová te abençoe e te guarde; Jeová faça resplandecer o seu rosto sobre ti; Jeová sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz* (Núm. 6:24-27). As três partes desta bênção podem muito bem corresponder ao amor do Pai, à graça do Senhor Jesus Cristo e à comunhão do Espírito Santo (veja-se II Cor. 13:14). Estritamente relacionado com isto encontra-se o trisagion, ou seja o uso triplo da palavra *santo* por Isaías, *Santo, santo, santo é o Senhor dos exércitos* (Isa. 6:3). É um acto de devoção no qual o termo “santo” se usa, igual e adequadamente, em referência a cada uma das pessoas da adorável Trindade. Finalmente, há numerosas referências com respeito ao Messias, das quais apenas citaremos uma. *Agora o Senhor Deus me enviou a mim e o seu Espírito* (Isa. 48:16). Aqui o Messias declara-Se manifestamente enviado pelo Senhor Deus e pelo Seu Espírito.

2. *O Filho e o Espírito Santo no Novo Testamento.* Não se faz no Antigo Testamento anúncio antecipado direto e imediato do Filho porque a Paternidade de Deus não se tinha revelado na sua totalidade. Tanto a Paternidade como a Filiação são revelações do Novo Testamento e uma esperou pela outra. Mas a ideia de Filiação permeia o Antigo Testamento e se encontra especialmente nos termos “Palavra” e “Sabedoria” que expressam de maneira mais clara o Logos Divino, ou “o Verbo” que se encarnaria. *E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai* (João 1:14). Devemo-nos, portanto, voltar para o Novo Testamento a fim de receber a revelação total do Filho como a Segunda Pessoa da Trindade e compreender a Personalidade e a Divindade do Espírito Santo como a Terceira Pessoa Adorável.

II. A DIVINDADE DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

As Sagradas Escrituras estão repletas de ensinamentos acerca da divindade de Cristo. Tão extenso é o campo deste ensinamento que somos obrigados a limitar o nosso estudo a alguns textos de prova mais importantes. A divindade de Cristo é sustentada por aquelas passagens que se referem a (1) Sua preexistência; (2) Seus nomes e títulos divinos; (3) Seus atributos divinos; (4) Suas obras divinas; e (5) os que O apresentam como recipiente de adoração e de homenagem próprias da divindade.

A. *A Preexistência de Cristo.*

O que vem depois de mim tem, contudo, a primazia, porquanto já existia antes de mim (João 1:15). Tal é o testemunho de João Batista com respeito a Jesus Cristo. O nosso próprio Senhor declarou: *Eu sou o pão vivo que desce do céu* (João 6:51). *Agora, glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo* (João 17:5). Estes textos demonstram com suficiente clareza que Cristo não só existia antes da encarnação, mas mesmo antes da formação do mundo.

B. *Os Nomes e Títulos Divinos de Jesus Cristo.*

A divindade de Cristo ensina-se claramente nos nomes e títulos que as Sagradas Escrituras Lhe dão. Chama-se Senhor. *Preparai o caminho do Senhor* (Mat. 3:3). Chama-se também Deus. *No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus* (João 1:1). *E também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém* (Rom. 9:5). *Aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus* (Tito 2:13).

C. *Os Atributos Divinos de Jesus Cristo.*

Aplica-se ao nosso Senhor Jesus Cristo uma série quase interminável de atributos divinos. Entre estes temos os seguintes: (1) Eternidade: *Mas, acerca do Filho: O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre* (Heb. 1:8). (2) Onipresença: *Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles* (Mat. 18:20). (3) Onisciência: *Em quem todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos* (Col. 2:3). (4) Onipotência: *Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra* (Mat. 28:18). (5) Imutabilidade: *Eles perecerão; tu, porém, permaneces; sim, todos eles envelhecerão qual vestido, também, qual manto, os enrolarás, como vestidos serão igualmente mudados; tu, porém és o mesmo* (Heb. 1:11-12). *Jesus Cristo ontem e hoje é o mesmo, e o será para sempre* (Heb. 13:8).

D. *As Obras Divinas de Cristo.*

As obras de Cristo descritas no Novo Testamento são de tal natureza que somente Deus pode fazê-las; “a evidência é esmagadoramente cumulativa de que o Cristo das Escrituras é Deus em essência, ser e atributos”. As obras de Cristo como Deus incluem (1) A criação: *Todas as cousas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez* (João 1:3). *Estava no mundo, o mundo foi feito por intermédio dele, mas o mundo não o conheceu* (João 1:10). Paulo afirmou que *nele foram criadas todas as cousas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele* (Col. 1:16). A evidência é, pois, clara e inequívoca que foi Cristo quem fez os mundos. (2) A preservação e a conservação: *Ele é antes de todas as cousas. Nele tudo subsiste* (mantêm-se juntas) (Col. 1:17). Em Hebreus 1:3, lemos: *Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as cousas pela palavra do seu poder,*

depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade nas alturas. (3) O perdão de pecados: *Vendo-lhes a fé, Jesus disse ao parálítico: Filho, os teus pecados estão perdoados... Ora, para que saibais que o Filho do homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados—disse ao parálítico: Eu te mando: Levanta-te, toma o teu leito, e vai para tua casa* (Marcos 2:5, 10-11). Assim Jesus defendeu a Sua autoridade como Deus de perdoar pecados por meio da cura que realizou naquele parálítico. Pedro afirma esta verdade na sua declaração sobre Cristo: *Deus, porém, com a sua destra, o exaltou a Príncipe e Salvador, a fim de conceder a Israel o arrependimento e a remissão de pecados* (Actos 5:31). (4) Finalmente, a divindade de Cristo atesta-se por meio do dom do Espírito Santo aos crentes: *Eis que envio sobre vós a promessa de meu Pai; permaneci, pois, na cidade, até que do alto sejais revestidos de poder* (Lucas 24:49). A vinda do Espírito Santo no dia do Pentecoste dá testemunho da divindade essencial do nosso Senhor Jesus Cristo.

E. *Cristo é Recebedor de Adoração e de Homenagem Próprias da Divindade.*

Só Deus é digno de que o homem O adore. Quando João, extasiado diante de uma visão gloriosa, se ajoelhou aos pés do anjo, o mandamento foi: “Adora a Deus”. Não obstante, o mesmo Jesus Cristo recebeu tal adoração sem vacilar e sem relutância: *O adoraram, dizendo: Verdaderamente és Filho de Deus!* (Mat. 14:33). O escritor aos Hebreus informa-nos que mesmo os anjos O adoram: *E, novamente, ao introduzir o Primogênito no mundo, diz: E todos os anjos de Deus o adorem* (Heb. 1:6). Estes factos testificam que Jesus Cristo, como Deus, é digno da nossa homenagem e adoração.

Por declaração expressa e por implicação o Novo Testamento ensina em várias ocasiões a unidade essencial e a igualdade de Jesus Cristo com o Pai. Os judeus

céticos que ouviram a Jesus Cristo falar compreenderam claramente que Ele pretendia ser igual ao Pai (João 5:18). A fórmula batismal (Mat. 28:19) em que se une o nome do Filho com o do Pai e o do Espírito Santo num plano de igualdade é testemunho ulterior da Sua divindade. Esta igualdade era Sua por direito inerente (Fil. 2:6). A impressão arrasadora que Jesus Cristo deixou sobre os contemporâneos e sobre multidões desde então é de que Ele era em verdade o próprio Filho de Deus.

F. *O Significado da Doutrina da Divindade de Cristo.*

Podemos aceitar que Cristo seja, real e verdadeiramente, Deus? Esta é uma pergunta muito profunda e de imenso alcance. O plano da salvação depende dela. É uma pergunta que somente a Palavra de Deus pode responder e, como vimos, a responde em sentido afirmativo. Os escritores sagrados fazem declarações concernentes ao nosso Senhor Jesus Cristo que só podem ser interpretadas no sentido de que Ele é verdadeira e propriamente Deus. Sobre o significado deste facto não temos senão que citar as palavras do bispo Weaver: "Todo o plano da redenção humana pelos méritos de Jesus Cristo apoia-se na doutrina da suprema divindade de Cristo, isto é, que Ele era verdadeira e propriamente Deus manifestado em carne. Removamos esta pedra angular do nosso cristianismo sagrado e a vida eterna tanto como a imortalidade desaparecerão imediatamente. Admitamos que Jesus Cristo é Deus e teremos uma rocha firme sobre a qual edificarmos a nossa esperança celestial. Neguemo-Lo e a nossa esperança desvanecer-se-á. A divindade de Cristo, a filiação divina, a divindade do Espírito Santo e a Trindade estão todas, em maior ou menor escala, envolvidas em mistério. Assim como acontece com a existência de Deus, o facto revela-se-nos mas quem pode compreender esta eternidade e espiritualidade? Nada sabemos referente ao modo da existência divina. Que haja três pessoas distintas e,

contudo, inseparáveis na deidade una e verdadeira é coisa que as Sagradas Escrituras ensinam com clareza. Se fosse requisito para a nossa plena salvação, compreensão cabal destas grandes verdades, jamais poderíamos ser salvos. Que bom que quando vimos a Deus Ele não exija que saibamos o que Ele é, mas sim que creiamos na Sua existência e que Ele é galardoador dos que O buscam diligentemente. Jesus Cristo, o Filho Divino, a segunda Pessoa da Santíssima Trindade, é Deus manifestado em carne, e por causa dessa condescendência tornou-se o único meio pelo qual podemos receber a vida eterna". "A ele a glória e o domínio pelos séculos dos séculos. Amém".

III. A PERSONALIDADE E A DIVINDADE DO ESPÍRITO SANTO

Este tema não exige estudo tão extenso como o que fizemos no tópico anterior porque muitos princípios comuns àquele estão incluídos neste. Não obstante, com respeito à adoração, faz muita diferença se cremos no Espírito Santo como poder impessoal ou influência emanada de Deus ou como Pessoa divina com Quem podemos ter comunhão e Que deseja manter comunhão conosco. Do ponto de vista prático faz muita diferença se o Espírito Santo é mero poder apropriável ou não para nos socorrer na nossa fraqueza, ou se é uma personalidade—sábia, santa, cheia de compaixão, toda-poderosa—que deseja apoderar-se de nós e usar-nos para a Sua glória.

A. *A Personalidade do Espírito Santo.*

Que o Espírito Santo é uma Pessoa distinta do Pai e do Filho é coisa que se ensina claramente nas Sagradas Escrituras. Notemos algumas passagens em relação a este assunto:

1. *Nomes e Pronomes Pessoais que se Referem ao Espírito Santo.* Em adição aos termos "o Espírito", "o

Espírito de Deus”, e “o Espírito de Glória”, o nosso Senhor refere-se ao Espírito Santo como “o Consolador” ou “outro Consolador”. Este não é um termo impessoal mas se aplica também ao próprio Cristo e se traduz como “Advogado” em I João 2:1. Tem o sentido de consolador, guia, instrutor, ou “o que fortalece por estar com”. Jesus Cristo, ao dar aos discípulos a mensagem de consolação, falou-lhes claramente assegurando-lhes uma vez mais que o Consolador, que tomaria o Seu lugar, continuaria a Sua obra e permaneceria para sempre. Vejamos algumas destas passagens: *Mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito* (João 14:26). *Mas eu vos digo a verdade: Convém-vos que eu vá, porque se eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se porém, eu for, eu vo-lo enviarei. Quando ele vier convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo* (João 16:7-8). *Quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará as cousas que hão de vir. Ele me glorificará porque há de receber do que é meu, e vo-lo há de anunciar. Tudo quanto o Pai tem é meu; por isso é que vos disse que há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar* (João 16:13-15). Note-se que nestas passagens se usa o pronome masculino e se aplica diretamente ao Espírito Santo cerca de 14 vezes. Isto torna-se mais significativo ainda ante o facto de que há no caso violação da sintaxe grega ordinária com o emprego do pronome masculino (por exemplo, no versículo 14), no qual *pneuma*, que é a palavra traduzida por Espírito, está no gênero *neutro* e ordinariamente requereria pronome também neutro. Este é exemplo significativo da maneira como a Bíblia ensina a personalidade do Espírito Santo, afetando a própria construção gramatical.

2. *Actos Pessoais Adscritos ao Espírito Santo.* Nas passagens acima citadas da Sagrada Escritura há, no mínimo, dez actos pessoais atribuídos ao Espírito Santo. Diz-se que o Espírito Santo (1) será enviado, (2) ensina, (3) há de vir, (4) reprová, (5) guia, (6) fala, (7) ouve, (8) mostra, (9) toma, e (10) recebe. A esta lista de actos pessoais, podiam-se acrescentar muitos outros de carácter semelhante, tais como: inspirar aos homens na expressão dos oráculos de Deus (I Pedro 1:11; II Pedro 1:21); ensinar e mandar (João 14:21; Actos 8:29); testificar de Cristo (João 15:26); dirigir os negócios da Igreja (Actos 13:2; 16:6-7); ser o agente na regeneração (João 3:6) e na inteira santificação (II Tessalonicenses 2:13). Se o Espírito Santo fosse apenas uma influência abstrata, uma qualidade, um atributo, ou energia, como poderíamos explicar estes actos pessoais que se Lhe atribuem?

3. *O Espírito Santo recebe tratamento pessoal.* Temos a linha final de evidência com respeito à personalidade do Espírito Santo no facto de que Ele é o recipiente de tratamento que somente uma Pessoa poderia receber. Os homens podem revoltar-se contra este Espírito: *Mas eles foram rebeldes, e contristaram o seu Espírito Santo pelo que se lhes tornou em inimigo, e ele mesmo pelejou contra eles* (Isa. 63:10). Os homens podem mentir-Lhe: *Então disse Pedro: Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, reservando parte do valor do campo?* (Actos 5:3). Os homens podem blasfemar contra o Espírito Santo: *Por isso vos declaro: Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens; mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada* (Mat. 12:31). Não é possível pensar que os homens se rebelem, mintam ou blasfemem contra uma força impessoal. Estes actos só podem referir-se a pessoas.

O doutor John Owen ilustrou muito bem o nosso pensamento com respeito à personalidade do Espírito Santo quando afirmou: "Se algum homem sábio e

honrado viesse e lhe dissesse que em certo país onde esteve há um governador excelente que cumpre todos os deveres do seu cargo, ouve as causas, que discerne os direitos, que distribui justiça, que ajuda os pobres e consola os tristes—não é verdade que você acreditaria que esta descrição só se aplicaria a uma pessoa justa, sábia, diligente e inteligente? Ou porventura imaginaria você que ele entendia que o sol ou o vento, por sua influência benigna, fariam que o país fosse frutífero e sóbrio e os habitantes predispostos à mútua bondade e benignidade; e que o governador era mera figura de linguagem? Pois isso é exatamente o que acontece no caso em foco. As Sagradas Escrituras dizem-nos que o Espírito Santo governa e dispõe todas as coisas de acordo com a Sua própria vontade. Como poderá o homem acreditar neste testemunho e conceber o Espírito Santo senão como uma pessoa inteligente, santa e sábia?”

B. *A Divindade do Espírito Santo.*

Assim como no caso da filiação divina, a divindade do Espírito Santo pode ser provada por meio de número considerável de passagens das Escrituras. O nome de Deus, os Seus atributos, as Suas obras e a Sua adoração aplicam-se ao Espírito Santo. Alguns poucos textos serão suficientes para demonstrar esta verdade. Entre os atributos que só pertencem a Deus e que também são atribuídos ao Espírito Santo encontram-se: (1) A eternidade. *Muito mais o sangue de Cristo que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas para servirmos ao Deus vivo!* (Heb. 9:14). (2) A onipotência. *Por força de sinais e prodígios, pelo poder do Espírito Santo* (Rom. 15:19). (3) A onipresença. *Para onde me ausentarei do teu Espírito? para onde fugirei da tua face?* (Sal. 139:7). (4) A onisciência. *O Espírito a todas as cousas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus.*

Porque, qual dos homens sabe as cousas do homem, senão o seu próprio espírito que nele está? assim também as cousas de Deus ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus (I Cor. 2:10-11).

Pedro acusou Ananias de mentir ao Espírito Santo, o que ele afirmou ser mentir ao próprio Deus, ensinando que o Espírito Santo é Deus: *Então disse Pedro: Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, reservando parte do valor do campo?... Não mentiste aos homens, mas a Deus (Actos 5:3-4).* Comparando João 1:13 a João 3:5-7, verificaremos que o novo nascimento—o ser nascido de Deus—se adscrive a Deus e ao Espírito Santo, revelando-se, assim, que o Espírito Santo é Deus. É interessante notar que bom número de referências se fazem no Novo Testamento com respeito a passagens do Antigo Testamento onde se usam os termos “Senhor” e “Jeová” em que, no Novo Testamento, a atividade ou ação se aplica especificamente ao Espírito Santo. Em Isaías 6:8-10 o profeta declara que ouviu a “voz do Senhor”. Referindo-se ao facto em Actos 28:25-27, Paulo declara: *Bem falou o Espírito Santo a vossos pais, por intermédio do profeta Isaías.* Em Êxodo 16:7 lê-se que os filhos de Israel murmuraram contra o Senhor. Em Hebreus 3:7-9 descrevem-se os israelitas tentando e provando o Espírito Santo. É evidente que o Espírito Santo ocupa o lugar da divindade no pensamento do Novo Testamento.

Além disso, o nome do Espírito Santo se associa ao do Filho e ao do Pai de tal maneira que implica estado de igualdade completa e total. Isto é particularmente certo na forma batismal e na bênção apostólica. *Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (Mat. 28:19). A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós (II Cor. 13:13).*

Finalmente, a ação ou a obra do Espírito Santo atesta a Sua própria divindade. A criação e conservação do universo inorgânico atribui-se ao Espírito de Deus (Gên. 1:2-3; Sal. 104:29-30; Jó 33:4). Dá testemunho da verdade com respeito ao nosso Senhor Jesus Cristo (Actos 5:30-32; João 15:26). Convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (João 16:8-11). Regenera os crentes (Tito 3:5). Habita em todos os crentes genuínos e fortalece-os (I Cor. 6:19; Efé. 3:16), dá testemunho de que os crentes são em verdade filhos de Deus (Rom. 8:16), torna-os capazes de possuir e demonstrar as graças do Seu caráter (Gál. 5:22-23), guia e ensina os crentes sinceros (João 16:13; I Cor. 2:9-15), capacita os crentes para comunicar com eficiência aos outros a verdade que receberam de Deus (Actos 1:8), fortalece a vida devocional (Judas 20; Efé. 6:18; Rom. 8:26), chama e guia os crentes no serviço cristão (Actos 13:2; 16:6-7; 8:29), e purifica pela fé (Actos 15:9-10). Estas e outras atividades do Espírito de Deus testificam da Sua divindade completa e da Sua igualdade com o Pai e o Filho.

IV. AS TEORIAS ANTITRINITÁRIAS

Há dois erros principais que apareceram com frequência na Igreja. Ambos são consequência do monarquismo¹ antigo que, através da compreensão errônea da natureza da unidade divina, sustentou que a doutrina da Trindade era irreconciliável com ela. Estes erros são o Sabelianismo e o Arianismo.

A. *O Sabelianismo.*

Esta forma do monarquismo deriva do nome de Sabélio (250-260 d.C.), que afirmava não haver três

¹ MONARQUISMO—Doutrina antitrinitária ou teoria corrente, de forma variada, na Igreja do segundo e terceiro séculos. O princípio comum é que Deus é uma só Pessoa assim como um só Ser.

Pessoas na Divindade mas, ao contrário, o Deus uno Se manifestava de três maneiras ou formas. Deus como Pai é o criador, o mesmo Deus como Filho manifestou-Se na Encarnação como Redentor; ao passo que o Espírito é o mesmo Deus manifestado na vida espiritual da Igreja. Pode verificar-se claramente que esta não é uma Trindade de Pessoas, mas somente uma trindade de manifestações. Basicamente não é trinitária mas unitária. O princípio é panteísta porque admite que Deus evolui, primeiro como Jeová, depois de maneira mais clara como o Filho e, por fim, de maneira mais completa e espiritual como o Espírito Santo. Esta doutrina é claramente contrária às Escrituras, pois nelas o Pai se dirige ao Filho e o Filho se dirige ao Pai constantemente. O cristianismo rejeitou, com justiça, este ensinamento.

B. *O Arianismo.*

O Arianismo é também uma forma do monarquismo, contudo, situa-se no outro extremo da posição. Deriva o nome do presbítero Ário (256-336 d.C.) que ocupava posição importante na Igreja de Alexandria. Foi, sem dúvida, um dos maiores inimigos do movimento trinitário. Ário esforçou-se por colocar Cristo em lugar mais elevado do que a criação e, não obstante, fora da divindade (veja-se o capítulo segundo, terceira secção). Sustentava que quando Deus determinou criar o mundo, achou necessário criar o "Verbo" ou Filho como o Seu agente. O Filho era, portanto, uma criatura e de essência diferente da do Pai. Em lugar de dizer que o Filho era Deus, dizia somente que era "como Deus". De acordo com Ário, Cristo tomou apenas um corpo humano na encarnação, não uma alma humana; e o Espírito Santo conserva para com o Filho a mesma relação que o Filho tem para com o Pai. Ambos eram criaturas de Deus. A Igreja, portanto, com razão, rejeitou esta doutrina como contrária ao verdadeiro ensino da

redenção. É claro também que uma doutrina errônea sobre a Pessoa de Cristo torna impossível uma teoria válida acerca da Trindade.

V. A DOCTRINA EVANGÉLICA DA TRINDADE

A doutrina evangélica da Trindade, tal como se aceita na Igreja em geral, expressa-se melhor nas palavras dos credos antigos e confissões de fé. O Credo Atanasiano exhibe a formulação mais explícita: “Adoramos a um só Deus em Trindade e a Trindade em Unidade, sem confundir as pessoas, nem dividir a substância. Posto que o Pai é uma Pessoa, o Filho é outra e o Espírito Santo é outra, mas a divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo é uma, a glória igual, a majestade coeterna”. *Os Trinta e Nove Artigos* revisados por João Wesley declaram que “na unidade desta Divindade há três Pessoas de uma só substância, poder e eternidade—o Pai, o Filho e o Espírito Santo”. Podemos dizer, portanto, que a doutrina evangélica afirma que a Divindade é de uma substância e que na unidade desta substância há três subsistências ou Pessoas; e, ademais, que isto se deve conceber de tal maneira que não se faça divisão de substância nem confusão de Pessoas.

A. *A Unidade da Substância ou Essência.*

O termo unidade aplica-se à substância ou essência de Deus, ao passo que o termo Trindade se aplica à Sua personalidade. A distinção encontra-se nas pessoas e não na substância. Não há três deuses em uma Pessoa, mas três Pessoas em um só Deus. A natureza de que participam não está dividida. A Igreja nunca ensinou que a unidade e a trindade se usam no mesmo sentido. O termo unidade aplica-se à substância e o termo trindade é usado com referência às Pessoas, ou às distinções contidas nessa substância una. A fórmula evangélica é: “Uma só substância; Três Pessoas”.

B. *A Trindade de Pessoas.*

O termo "pessoa" tal como se usa aqui é tradução da palavra grega *hypóstasis* e deve distinguir-se cuidadosamente do uso moderno da palavra em que se aplica ao ser individual na sua totalidade. Quando falamos de Deus como Pessoa estamos realmente usando o termo moderno para exprimir a natureza de uma substância. Mas quando falamos de "Pessoas" no sentido da Trindade, nós referimo-nos às *hypóstasis* ou distinções dentro daquela substância. É fácil surgir confusão do uso de uma palavra em sentidos diferentes e, por isso, precisamos ter muito cuidado para conservar uma definição própria destes dois termos. A Igreja sempre sustentou que há algo mais do que a trindade "econômica" de manifestações ensinada pelo Sabelianismo. Sustenta que a Trindade não apenas expressa a relação externa de Deus para com o homem, mas também a Sua relação interna para Consigo mesmo e, portanto, que há uma Trindade "essencial" tanto como uma trindade "econômica".

Wakefield faz a seguinte declaração com respeito ao tópico que estudamos: "A palavra *pessoa* significa em linguagem comum um ser inteligente. Duas ou mais pessoas, no sentido estritamente filosófico, seriam dois ou mais seres distintos inteligentes. Se o termo *pessoa* se aplicasse desta maneira à Trindade na Divindade, seguir-se-ia uma pluralidade de deuses; ao passo que se o tomarmos no que se costuma chamar sentido *político*, a personalidade não será mais do que uma *relação* resultante do ofício. A personalidade em Deus não deve ser entendida, portanto, em nenhum dos sentidos acima mencionados se é que queremos respeitar o testemunho das Sagradas Escrituras. Deus é *um ser*. Mas é mais que um ser em três *relações*, pois *actos pessoais* tais como os que se aplicam a pessoas distintas e que, de maneira inequívoca, caracterizam a personalidade, são atribuídos separadamente a cada uma das pessoas da Trindade. A

doutrina das Escrituras é, portanto, que as pessoas não são *separadas*, mas distintas, e que estão de tal maneira unidas que formam um só Deus. Noutras palavras, que a natureza divina existe sob a distinção pessoal de Pai, Filho e Espírito Santo e que estes três têm, igualmente, e em comum, a natureza e perfeições da divindade suprema” (Wakefield—*Teologia Cristã*. Veja-se também W. N. Clarke, *Esboço de Teologia Cristã*).

C. *Conclusão Respeitante à Doutrina Evangélica da Trindade.*

Tal como já indicamos, a doutrina da Trindade não é uma teoria meramente especulativa ou filosófica, mas um ensinamento prático, revelado a nós nas Sagradas Escrituras. Não se pode negar que se ensina na Bíblia (1) que há um só Deus verdadeiro; e (2) que tanto ao nosso Senhor Jesus Cristo como ao Espírito Santo se aplicam atributos, títulos e predicados que pertencem somente a esse único Deus verdadeiro. Mas não se deve esquecer que o Ser divino é considerado por Paulo como um *mistério* e que se nos manda *adorar* a “Unidade na Trindade e a Trindade na Unidade” sem que, por isto, seja necessário que compreendamos toda a Sua plenitude.

Diz Ralston: “A doutrina bíblica da Trindade é um daqueles mistérios sublimes e gloriosos que a mente humana jamais poderá compreender enquanto viver nesta terra. Podemos estudar e meditar até nos concentrarmos de maneira completa, mas nunca poderemos penetrar o modo e a natureza do ser divino”. O doutor Pope também afirma: “É bom estarmos familiarizados com os termos que expressam a relação do Uno para com o Trino. Nenhum estudante sensato desprezará ou diminuirá o valor destes vocábulos. A Divindade é a Essência ou Substância ou Natureza Divina; as Três são subsistências, *hypóstasis* e Pessoas... Um dos resultados do estudo reverente e cuidadoso será a disciplina que

fará que cada palavra seja fiel à honra igual de cada uma das Pessoas Adoráveis, na unidade das outras duas e na unidade da divindade, adorando e orando a cada uma delas com esta reserva sagrada”.

Não é surpresa, portanto, que a Igreja não só nos ofereça formulações doutrinárias explícitas com respeito a esta verdade importante, mas também, com o fim de adoração, a tenha vazado nas suas doxologias musicadas. Encontra-se aqui um resumo de todo o ensino sobre a Trindade, tal como deve ser usado no culto de adoração. É conveniente, pois, que digamos reverentemente:

“Glória ao Pai sempiterno;
Ao Filho e ao Santo Espírito.
Como era no princípio
E hoje e para sempre,
Eternamente, Amém.”
(*Louvor e Adoração*, 477)

QUESTIONÁRIO

1. Explique como da experiência cristã e da adoração veio a doutrina da Trindade.
2. Cite algumas passagens importantes que ensinam a unidade de Deus.
3. Que evidência encontramos no Antigo Testamento com referência à doutrina da Trindade?
4. Mostre em forma de esboço a doutrina bíblica sobre a divindade de Jesus Cristo. Por que é tão importante esta doutrina?
5. Por que é de tanta importância prática a doutrina da personalidade do Espírito Santo? Indique as mais importantes linhas de evidência da Bíblia que ensinam esta doutrina.
6. Que passagens do Antigo Testamento explicadas no Novo Testamento são de valor singular na revelação da divindade do Espírito Santo? Porquê?
7. Explique os erros em que incorrem o Sabelianismo e o Arianismo.
8. Defina com cuidado e por palavras suas as distinções encontradas entre a doutrina evangélica de Deus quanto à Unidade e à Trindade.

PARTE III

A DOCTRINA DO HOMEM E O PROBLEMA DO PECADO

Sinopse

Nesta parte deixamos o nosso estudo da natureza de Deus e começamos a considerar a Sua obra ou atividade. O primeiro aspecto desta atividade de que trataremos é a Criação. A obra criadora de Deus, tal como se lê no livro de Gênesis, tem sido objeto de muita controvérsia em anos recentes. Não obstante, é consolador observar-se que ao estudar a narração de Gênesis com cuidado e sem preconceito algum, chegaremos à conclusão de que está em admirável harmonia com os factos estabelecidos pela ciência moderna. A superioridade da narração bíblica referente aos princípios com relação a outras explicações semelhantes é evidente mesmo a um observador casual.

O estudo da criação provê uma transição natural da doutrina de Deus para o estudo do homem e a sua necessidade de redenção. O homem foi o ápice da atividade criadora de Deus. Nós, portanto, damos atenção especial à origem da raça humana, à natureza do homem e à santidade original ou à sua condição espiritual antes da entrada do pecado no mundo.

O nosso estudo do homem primitivo leva-nos por sua vez à consideração da doutrina do pecado. É difícil dar-se demasiada ênfase à necessidade de entender corretamente e conservar firmemente os pontos de vista da Escritura nesta matéria. O nosso conceito do pecado determinará em grande parte a nossa maneira de entender outras doutrinas cristãs, particularmente as que se referem à salvação.

A Criação, o homem e o pecado serão os temas do nosso estudo. Possam a diligência, a honestidade, bem como o próprio Espírito Santo, ser nossos companheiros constantes ao viajarmos através do caminho estabelecido nesta unidade.

PARTE III

A DOCTRINA DO HOMEM E O PROBLEMA DO PECADO

Capítulo VIII. *A Cosmologia*

- I. A NARRAÇÃO BÍBLICA DA CRIAÇÃO
 - A. A Natureza da Cosmologia.
 - B. Teorias da Criação.
 - 1. A Teoria Física ou Materialista.
 - 2. A Teoria da Emanação ou Panteísta.
 - 3. A Teoria da Evolução Natural.
 - 4. A Teoria da Criação Contínua.
 - C. A Relação de Deus com a Criação.
 - 1. A Criação e a Trindade.
 - 2. A Criação e os Atributos de Deus.
 - 3. A Criação e o Logos.
 - D. O Hino da Criação.
 - E. A Cosmogonia Mosaica.
 - 1. Tipos Variados de Interpretação.
 - 2. Os Dias da Criação.
 - 3. Criação Primária e Criação Secundária.
 - F. A Ordem da Criação.
 - 1. A Criação Primária ou Originação.
 - 2. A Criação Secundária ou Formação.
 - 3. Os Períodos da Criação.
 - 4. A Teoria da Restauração.
 - G. O Fim da Criação.
- II. OS ANJOS E OS ESPÍRITOS
 - A. Natureza, Atributos e Missão dos Anjos.
 - B. Satanás.
- III. A RELAÇÃO DE DEUS COM A CRIAÇÃO
 - A. Conservação.
 - B. Preservação.
 - C. Governo.

Capítulo IX. *Antropologia*

I. ORIGEM DO HOMEM

- A. A Natureza da Antropologia.
- B. As Duas Narrações Bíblicas da Criação do Homem.
 - 1. A Primeira Narração da Criação do Homem.
 - 2. A Segunda Narração da Criação do Homem.
- C. A Origem da Mulher.
- D. A Unidade da Raça e a Sua Origem Comum.

II. A NATUREZA DO HOMEM

- A. Os Elementos Constitutivos da Natureza Humana.
 - 1. A Teoria da Dicotomia.
 - 2. A Teoria da Tricotomia.
- B. O Estado Primitivo do Homem.
- C. A Origem da Alma.
 - 1. A Teoria da Preexistência das Almas.
 - 2. A Teoria do Criacionismo.
 - 3. A Teoria do Traducianismo.
- D. A Imagem de Deus no Homem.
 - 1. A Imagem Natural de Deus no Homem.
 - 2. A Imagem Moral de Deus no Homem.
- E. A Natureza da Santidade Primitiva.
 - 1. Não Foi Mera Possibilidade de Santidade.
 - 2. Não Foi Santidade Ética.
 - 3. A Presença do Espírito Santo.

Capítulo X. *A Doutrina do Pecado*

- I. A TENTAÇÃO E A QUEDA DO HOMEM
 - A. A Narração do Gênesis Sobre a Queda do Homem.
 - B. A Necessidade do Estado de Prova do Homem.
 - C. A Queda do Homem.
- II. SATANÁS E A ORIGEM DO PECADO
 - A. A Doutrina de Satanás.
 - 1. A Origem de Satanás.
 - 2. Satanás como o Anticristo.
 - 3. Satanás e a Obra Redentora de Cristo.
 - 4. O Reino de Satanás.
 - B. Sumário do Ensino Bíblico Sobre a Origem do Pecado.
- III. A NATUREZA E A PENA DO PECADO
 - A. A Terminologia Bíblica do Pecado.
 - B. Definições do Pecado.
 - C. As Consequências do Pecado.
 - 1. A Natureza da Culpa.
 - 2. A Natureza da Pena.
- IV. O PECADO ORIGINAL OU A DEPRAVAÇÃO HERDADA
 - A. Terminologia.
 - B. O Facto do Pecado Original.
 - C. O Facto da Depravação Herdada.
 - D. A Natureza da Depravação Herdada.
 - E. A Transmissão do Pecado Original.
 - F. A Depravação e a Fraqueza.

CAPÍTULO VIII

A COSMOLOGIA

“A glória da cosmogonia mosaica é precisamente o seu testemunho sobre Deus que, desde o princípio até o fim, nela reina supremo, quer como o *Eloim* do primeiro capítulo, quer como o *Jeová-Eloim* do segundo. Ele é o Criador Absoluto de um universo que com Ele não se confunde, formado de acordo com leis que aparecem nesta narração como sendo comunicadas em estágios, numa série de planos ou impulsos. Somente se marca, e nada mais, o princípio de cada desenvolvimento importante. Enquanto nos mantivermos leais a este princípio verificaremos que o documento original é inatacável.”

—William Burton Pope

I. A NARRAÇÃO BÍBLICA DA CRIAÇÃO

A. *A Natureza da Cosmologia.*

A Cosmologia é o estudo que trata da origem e da natureza do universo como um sistema ordenado, ou *cosmos*. Contudo, na teologia limita-se o termo geralmente à consideração da natureza à parte do homem. O estudo da origem e da natureza do homem é considerado sob categorias separadas como se segue: a antropologia, que trata do homem no seu estado original, e a hamartiologia, que trata do homem no seu estado pecaminoso e decaído.

Em tempos muito primitivos parece que os homens tiveram um conceito muito limitado sobre o mundo como tal. Mas quando principiaram a dar atenção ao mundo em que viviam e aos céus que os cobriam, usaram a expressão “os céus e a terra” para descrever o universo criado. Os povos que viviam perto das costas marítimas frequentemente se referiam a “os céus, a terra e o mar”.

Os antigos tiveram considerável dificuldade em explicar a origem do material básico ou primário do qual todas as coisas foram feitas. Comumente aceitavam o princípio de que “do nada, nada se tira” e, portanto, não podiam admitir que o mundo fosse criado do nada. Em consequência disso, geralmente acreditavam em dois

princípios eternos, Deus e a matéria auto-existente, sem que um dependesse do outro. É claro que o princípio “do nada, nada se tira”, parece ser de todo verdadeiro quando se aplica às causas puramente materiais, mas não é verdadeiro quando se refere a Deus como a Causa Eficiente. Regra geral, os antigos acreditavam que a matéria primitiva era da mesma natureza que o ar simples, ou um éter, fluido e móvel, do qual se formou a terra. Em contraste com estes conceitos encontramos a doutrina dos hebreus. Eles consideravam o universo mais em termos de um edifício do qual Deus era o Criador dos materiais bem como o Arquiteto da estrutura.

B. *Teorias da Criação*

A narração bíblica da Criação terá mais significado se vista contra o fundo de várias doutrinas não cristãs. No nosso estudo faremos ligeira menção às seguintes teorias: (1) A Teoria Física ou Materialista; (2) A Teoria da Emanação ou Panteísta; (3) A Teoria da Evolução Natural; e (4) A Teoria da Criação Contínua.

1. *A Teoria Física ou Materialista.* Esta teoria da Criação pressupõe a eternidade da matéria. A hipótese da geração espontânea substitui Deus como o Arquiteto do universo. É uma aplicação da filosofia materialista à ideia da Criação e desenvolveu-se como resultado do racionalismo do século XIX. Uma teoria como esta, que omite Deus como agente ativo e pessoal da Criação, não pode ser sustentada na teologia cristã.

2. *A Teoria da Emanação ou Panteísta.* Esta doutrina sustenta que o mundo não foi criado, nem feito de material preexistente, mas deve ser considerado como extensão da substância divina. Sai de Deus como o manancial de uma fonte, ou como os raios de luz do sol. A fraqueza desta teoria é a mesma do panteísmo, com a sua negação da personalidade de Deus, o seu desprezo

da liberdade e da imortalidade do homem, e a sua aceitação de conjecturas que não somente deixam de ser provadas, mas que, de facto, não se podem demonstrar.

3. *A Teoria da Evolução Natural.* Esta doutrina é semelhante, se não idêntica, à da geração espontânea. A evolução naturalista, em vez de resolver o problema da criação, apenas o faz retroceder mais e mais no tempo. A questão da origem permanece sem resposta alguma. A teoria demonstra a sua fragilidade, no mínimo, em três pontos vitais: (1) Não pode estabelecer ligação entre o animado e o inanimado. (2) Não pode passar da vida difusa do reino vegetal para a vida consciente, somática, do reino animal. (3) Não pode explicar o vácuo entre a vida somática dos animais e a vida racional, consciente, e espiritual do homem. Só a atividade criadora de Deus pode ter iniciado a vida vegetal, animal, e pessoal.

4. *A Teoria da Criação Contínua.* Este ponto de vista rejeita a ideia da Criação como um acto simples e completo, em favor da Criação como um processo contínuo. Esta teoria é sustentada o mais das vezes por evolucionistas teístas. Afirma que o desenvolvimento orgânico se deve não a forças materialistas, mas ao poder divino operando dentro deste organismo. Esta atividade divina identifica-se algumas vezes com o processo criativo contínuo e outras vezes limita-se a certos pontos cruciais em desenvolvimento.

C. *A Relação de Deus para com a Criação.*

A doutrina bíblica da Criação afirma que o universo teve um princípio; que não é eterno, nem quanto à matéria, nem quanto à forma; que não se produziu a si próprio; e que deve a sua origem ao poder onipotente e à vontade incondicional de Deus. Este é o conceito cristão. Inclui: (1) a crença em Deus todo-poderoso por meio do qual o mundo foi feito do nada, e só pela vontade divina; (2) o conceito de Deus na Trindade da

sua essência; (3) a manifestação dos atributos de Deus—onipotência, sabedoria e amor; e (4) a crença na Criação por meio da Palavra divina.

1. *A Criação e a Trindade.* As Sagradas Escrituras ensinam claramente que na obra da Criação o Filho e o Espírito Santo estavam associados ao Pai. Paulo fala sobre a relação do Pai com o Filho na Criação, como se segue: *Para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as cousas e para quem existimos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as cousas, e nós também por ele* (I Cor. 8:6). O salmista refere-se à participação do Espírito na Criação quando declara: *Envias o teu Espírito, eles são criados* (Sal. 104:30). Isto confirma a narração do Gênesis referente ao princípio da Criação. Apresenta-se aqui o Espírito movendo-Se sobre as águas—chocando-se com as águas—trazendo ordem e beleza onde antes havia caos (Gên. 1:2). Estas e muitas outras passagens bíblicas revelam que todas as pessoas da Trindade participaram na Criação.

2. *A Criação e os Atributos de Deus.* Muitos dos atributos de Deus revelam-se na Criação: assim é que podemos dizer que o mundo é o que é porque Deus é o que é. A própria existência de um universo tão vasto e complexo que nos confunde a imaginação revela o Seu poder infinito. A ordem e a perfeição das coisas criadas refletem a Sua onisciência imensurável. Na preparação de todas as coisas para a felicidade do homem revelam-se-Lhe a sabedoria e a bondade. A criação do próprio homem encontra a sua origem no grande amor de Deus ao buscar Ele novos objetos sobre os quais demonstre este amor. Em toda parte a natureza revela as perfeições de Deus. Bem fez o salmista em exclamar: *Que variedade, Senhor, nas tuas obras! todas com sabedoria as fizeste; cheia está a terra das tuas riquezas* (Sal. 104:24).

3. *A Criação e o Logos.* Que meios usou Deus para criar todas as coisas? A resposta das Escrituras é: *Os céus por sua palavra se fizeram, e pelo sopro de sua boca o exército deles* (Sal. 33:6). Mas esta palavra não deve ser considerada como impessoal. É Cristo como o *Logos* ou o Verbo. Ele é o mediador tanto na criação como na redenção. *No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus... Todas as cousas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez* (João 1:1, 3). *Pois nele foram criadas todas as cousas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as cousas. Nele tudo subsiste* (Col. 1:16-17). O Verbo, um tanto encoberto no Antigo Testamento onde se acham expressões como Deus “disse” e “haja”, é visto no Novo Testamento não apenas como Palavra falada, mas também como o Verbo falando, a saber, o nosso Senhor Jesus Cristo. É por meio dele que os desejos e os planos do Pai na Criação se tornam realidade. É porque o *Logos* ou o Verbo foi o mediador do propósito e da eficiência na obra da Criação que o Verbo encarnado, Jesus Cristo, se tornou o mediador tanto da graça reveladora como da graça potencializadora da Redenção.

D. *O Hino da Criação.*

O livro do Gênesis começa com um salmo inspirado, algumas vezes conhecido como o “Hino da Criação”, ou o “Poema da Aurora”. Com isto não queremos dizer que a narração seja ficção ou alegoria, mas descrição histórica, verdadeira, escrita em forma poética. Nada mais natural do que a harmonia da Criação, quando as estrelas da manhã cantaram em coro e todos os filhos de Deus alçaram a voz em júbilo, nos seja revelada nas harmonias da descrição poética. Aqui está o ritmo equilibrado, o movimento suave, os estribilhos recorrentes

tes e o toque de beleza e poder que caracterizam a grande poesia. Comentando isto, o doutor Thomas C. Porter diz: "Aquele que pudesse apreender a ideia imensa e contemplar toda esta mesma ideia numa só perspectiva, a Criação inteira seria semelhante a um hino solene, a um grande oratório começando com notas suaves e lentas, aumentando gradativamente em força e plenitude, tornando-se cada vez mais forte, passando de uma harmonia para outra mais elevada até alcançar o seu ponto culminante de expressão, o diapásão final que termina no homem".

E. *A Cosmogonia Mosaica.*

A narração cristã da origem e da ordem do universo apresenta-se no Hino da Criação. Estudando-o, dirigiremos a nossa atenção para três temas principais: (1) Os Tipos Variados de Interpretação; (2) Os Dias da Criação; e (3) A Criação Primária e a Criação Secundária.

1. *Tipos Variados de Interpretação.* A narração mosaica sobre a origem do universo, incluindo a terra e o homem, tem sido interpretada de várias maneiras. Alguns críticos modernos consideraram esta narração como algo mitológico, mas nem o seu conteúdo nem o seu tom permitem que seja assim considerada. Tanto Jesus como os apóstolos consideraram-na como história sagrada (veja-se Mat. 19:4). Um segundo tipo de interpretação, o método alegórico, veio como resultado da influência de eruditos do grande centro educativo grego de Alexandria. Um bom número de pais primitivos da Igreja adotou este método. As objeções aqui não são muito menos que ao método mitológico. Há ainda outro método de interpretação conhecido como "Hipótese de visão". Este considera a narração do Gênesis como resultante de uma série de visões dadas de tal maneira que a verdade exata se misturou com o conceito subjetivo do vidente. Esta explicação nunca foi aceita pela Igreja. A doutrina cristã é que a narração mosaica

representa a verdadeira história com respeito à origem do mundo. Jesus Cristo declarou-a santa e apelou para ela como divinamente inspirada. É, portanto, para nós final e incontestável, por mais que variem as interpretações, quer em detalhes, quer em ênfase.

2. *Os Dias da Criação.* A narração do Gênesis sobre a Criação é, antes de tudo um documento religioso. Não pode ser considerada como uma afirmação científica, como também não se pode afirmar que seja contraditória à ciência. A palavra *yom*, que se traduz por “dia”, ocorre não menos de 1.480 vezes no Antigo Testamento e se traduz por nada menos de cinquenta termos diferentes, incluindo “tempo”, “vida”, “hoje”, “idade”, “para sempre”, “continuamente” e “perpetuamente”. Flexível como é o uso do termo original, torna-se impossível dogmatizar ou exigir restrição absoluta a qualquer daqueles significados. A melhor exegese hebraica jamais considerou os dias do Gênesis como dias solares, mas antes como dias-períodos de duração indefinida. A doutrina de um tempo imenso anterior aos seis dias da criação foi ideia comum entre os mais antigos pais da Igreja e escolastas. Agostinho referiu-se aos períodos como “dias divididos por Deus”, em contraste com os dias solares ou “divididos pelo sol”. Afirma que a palavra dia não se aplica à duração de tempo, mas aos limites dos grandes períodos. Muitos outros pais da Igreja, eruditos doutores judeus e teólogos modernos afirmam esta mesma interpretação. Outros escritores, reconhecendo que a palavra hebraica “dia” pode significar período de tempo indefinido ou período definido, deixam a questão sem solução.

3. *Criação Primária e Criação Secundária.* A narração mosaica da Criação faz distinção entre a produção primária da matéria no sentido de origem e a criação secundária, ou seja a elaboração subsequente dessa matéria num universo ordenado. A criação primária é

direta e imediata. A criação secundária é sempre indireta e mediata. Naquela, Deus cria o material primário para a construção; nesta, dá-lhe forma e modela-o em objetos específicos. *Ambas são verdadeiramente actos da criação* de Deus; um direto; o outro indireto. Explicar-se-á isto mais detalhadamente na seção seguinte.

F. *A Ordem da Criação.*

Considerando a ordem da Criação tal como se encontra no livro do Gênesis, examinaremos vários tópicos: (1) A Criação Primária ou Originação; (2) A Criação Secundária ou Formação; (3) Os Períodos da Criação; e (4) A Teoria da Restauração.

1. *A Criação Primária ou Originação.* A palavra “criou” é usada três vezes na narração do Gênesis. É tradução da palavra hebraica *bara* que significa originação, ou criação *de novo*. A palavra ocorre nos versículos seguintes: *No princípio criou Deus os céus e a terra* (Gên. 1:1). *Criou, pois, Deus os grandes animais marinhos* (Gên. 1:21). *Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou* (Gên. 1:27). Parece evidente que a palavra “criou”, tal como usada aqui, se refere ao princípio da existência das coisas. Tudo aquilo que veio à existência não tinha existido anteriormente, em tempo algum, e de forma alguma.

O doutor Adam Clarke traduz Gênesis 1:1 da seguinte maneira: *Deus, no princípio, criou a substância do céu e a substância da terra*, isto é, a matéria prima, o primeiro elemento do qual os céus e a terra foram sucessivamente formados. O primeiro passo na Criação foi, portanto, trazer à existência a substância material ou matéria no seu estado caótico e não formado.

A segunda originação foi a da vida somática ou da alma, *criou, pois, Deus os grandes animais marinhos e todos os seres viventes que rastejam* (Gên. 1:21). Temos aqui outra vez a aparição de uma nova entidade. Foi chamada de vida somática (de *soma*, corpo). Esta nova

vida individualizada realiza-se num corpo distinto e separado da vida difusa que se encontra no reino vegetal. A palavra “alma”, tal como se usa neste caso, refere-se à entidade material, caracterizada por sensação, sentimento e vontade, que marcam esta nova ordem da Criação. A palavra não é sinónimo de “espírito”, que se usa para indicar a natureza imaterial do homem nas suas relações com a divindade e com a ordem moral.

O terceiro acto criador de Deus, no sentido de originação, terminou com a aparição de um ser pessoal. *Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou* (Gên. 1:27). Descreve-se aqui a criação de um homem consciente de si mesmo, de um que sabe e conhece que sabe. É um agente moral livre, responsável pelos seus actos. É alguém que traz a imagem de Deus.

2. *A Criação Secundária ou Formação.* Nos parágrafos anteriores discutimos a Criação no sentido de originação. Três novas entidades—matéria, alma, e espírito—começaram a existir. Mas Deus não é somente o Criador de materiais. É também o Moldador ou Arquitecto. Cria através de formação, usando materiais que já existem. Cria mediante a própria matéria por ele mesmo feita, embora o faça desta maneira por ordem criadora como no caso da matéria prima.

Na narração do Gênesis encontramos uma série de sete actos formativos pelos quais Deus transforma a matéria caótica e amorfa, embora preexistente e preparada, num universo harmoniosamente organizado. Estes sete decretos de Deus constituem a sua criação secundária. São eles: (1) *Haja luz* (Gên. 1:3). Esta é a formação da luz cósmica, considerada algumas vezes como o calor radiante e a própria luz. (2) *Haja firmamento* (Gên. 1:6). *Ajuntem-se as águas debaixo dos céus num só lugar, e apareça a porção seca* (Gên. 1:9). (3) *Produza a terra relva* (Gên. 1:11). Temos aqui a introdução de uma nova força dentro da matéria, um elemento vital a produzir matéria germinativa e a tornar possível o reino das

coisas vivas. Notemos que este novo elemento começa a existir por ordem divina, mas não à parte da terra preexistente. Notemos que não se diz *faça-se a relva*, mas sim, *produza a terra relva*. (4) *Haja luzeiros no firmamento dos céus* (Gên. 1:14). Em seu devido tempo estes luzeiros proporcionarão as condições necessárias para o desenvolvimento posterior no reino orgânico. (5) *Povoem-se as águas de enxames de seres viventes; e voem as aves sobre a terra, sob o firmamento dos céus* (Gên. 1:20). (6) *Produza a terra seres viventes, conforme a sua espécie* (Gên. 1:24). Nos actos formativos 5 e 6 faz-se referência somente à criação dos organismos materiais ou físicos que contêm as almas viventes criadas (no sentido de originação) neste ponto (Gên. 1:21) no plano criador. (7) *Façamos o homem* (Gên. 1:27). Mesmo o acto formativo, neste caso, não é exatamente paralelo aos precedentes. Em lugar de “produza a terra o homem”, diz-se, “façamos o homem”. A palavra formadora *façamos* refere-se ao corpo material do homem e correlaciona-o com o universo físico. Na palavra “criou” (Gên. 1:27), tal como se notou anteriormente, encontramos a origem do ser espiritual do homem à imagem e semelhança de Deus. Uma ordem natural e lógica é evidente nos vários períodos do desenvolvimento da formação dos seres. Cada passo prepara o caminho para outros passos seguintes. O todo atinge, com propriedade, o climax e a síntese no refrão final: *Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom* (Gên. 1:31).

3. *Os Períodos da Criação*. Talvez o aspecto mais saliente da narração mosaica da Criação seja o arranjo sistemático em períodos e estágios conhecidos como dias da Criação. No sentido de origem a Criação é instantânea, mas como elaboração é gradativa e acumulativa. Há uma revelação progressiva numa escala ascendente de actos criadores. Cada estágio é preparação para o que se segue, bem como profecia do que em seguida virá.

O estudo da narração do Gênesis revela certos factos que adquirem maior significado com cada novo descobrimento científico. *Primeiro*, há duas grandes eras mencionadas, cada uma com três dias—A Inorgânica e A Orgânica. *Segundo*, cada uma destas grandes eras começa com a aparição de luz—na primeira a criação da luz cósmica, na segunda a luz que emanou dos luzeiros criados. *Terceiro*, cada uma destas eras termina com um dia no qual se completa uma obra dupla. O primeiro é o acto de completar e consumir, ou seja o que precede, o segundo é uma profecia do que será. Esta ordem pode-se pôr em forma de esquema como se segue:

A Era Inorgânica

- | | |
|--------------|--|
| Primeiro Dia | —A Luz Cósmica. |
| Segundo Dia | —O Firmamento—a água e a atmosfera. |
| Terceiro Dia | —A Terra Seca (ou seja a divisão entre mar e terra).
A Criação da Vegetação (transicional e profética). |

A Era Orgânica

- | | |
|------------|---|
| Quarto Dia | —Os Luzeiros. |
| Quinto Dia | —Os Animais Inferiores—os peixes e as aves. |
| Sexto Dia | —Os Animais Terrestres.
A Criação do Homem (transicional e profética). |

A criação da vegetação, que dadas razões físicas pertence ao terceiro dia, é o ponto culminante da Era Inorgânica e a profecia da Era Orgânica, que a segue imediatamente. Podemos dizer também que o homem, culminância da obra do sexto dia, é, da mesma forma, profético de outro *aion*, a nova era em que a vontade de Deus será feita na terra como se faz no céu.

Com os frequentes descobrimentos da ciência, a narração do Gênesis foi logo posta em cheque por parte de figuras consideradas autoridades no seu campo de investigação. Mas personalidades crentes, eminentes também na ciência, depois de prolongado estudo e ampla investigação, declaram que não só não havia conflito entre Gênesis e a ciência moderna, mas até existia entre ambos, notável paralelo. Hugh Miller, eminente em geologia, nada encontrou fora da ordem no que se refere aos factos da narração do Gênesis. Os professores Winchell, Dana, Guyot e Dawson, entre os primeiros homens da ciência, sustentaram que a ordem dos acontecimentos na cosmogonia bíblica se conforma essencialmente aos descobrimentos da ciência moderna. Sir William Ramsay declarou: "Entre a verdade essencial do cristianismo e os factos estabelecidos pela ciência não há antagonismo real". Quando alguém se orienta com respeito ao primeiro dia da Criação, os demais dias seguem em ordem científica exata. Estes períodos de tempo nunca foram organizados pelos cientistas em maneira básica diferente da que se encontra no primeiro capítulo do Gênesis. A evidência paleontológica corrobora a ordem e a organização da vida como se lê na Bíblia. O acto criador, na sua tríplice expressão no primeiro capítulo do Gênesis, é suficiente explicação para o ser, tanto o vivente quanto o não vivente, e com os descobrimentos frequentes da ciência é comprovado cada dia pelos maiores eruditos da terra.

4. *A Teoria da Restauração.* No intuito de dar pleno destaque aos períodos geológicos, muitos eruditos cristãos interpretam o primeiro versículo da história da Criação como declaração introdutória sem referência à ordem do tempo. Acredita-se que se passou um imenso intervalo de tempo entre esta declaração e os factos que se encontram nos versículos seguintes. Desta maneira, se admitem os longos períodos criativos que a geologia

exige, sem considerar os dias do Gênesis diferentes dos dias solares de 24 horas.

Estreitamente relacionada com esse ponto de vista encontra-se a Teoria da Restauração, mais ou menos extensamente aceita na Igreja. De acordo com esta doutrina, a declaração introdutória, *No princípio criou Deus os céus e a terra*, representa uma criação inicial e perfeita. A declaração seguinte, *A terra, porém, era sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo*, considera-se como referência a uma grande catástrofe na qual tudo o que havia na terra foi destruído. Depois de um período de tempo indeterminado, Deus voltou a criar a terra, reavivando-a numa semana de seis dias solares. Em abono deste ponto de vista citam-se as palavras de Isaías: *O único Deus, que formou a terra, que a fez e a estabeleceu; que não a fez para ser um caos, mas para ser habitada* (Isaías 45:18).

G. O Fim da Criação.

O termo *aion* (“idade” ou “mundo”) usa-se para descrever a sucessão de épocas e períodos através das idades e inclui tanto os aspectos físicos como os éticos do mundo. O primeiro *aion* foi aquele período indefinido de formação que antecede aos céus e à terra atuais. Este período foi caracterizado pelo caos das idades geológicas e por uma confusão moral e espiritual resultante da apostasia de uma grande parte dos anjos do céu.

A segunda idade é a do regime presente. As Sagradas Escrituras ensinam claramente que no final desta era agências poderosas que agora se encontram cativas serão postas em liberdade. O resultado verificar-se-á em transformações drásticas e na aparição de uma nova terra e de um novo céu. Pedro descreve estas transformações catastróficas da seguinte maneira: *Virá, entretanto, como ladrão, o dia do Senhor, no qual os céus passarão com estrepitoso estrondo e os elementos se desfarão abrasados; também a terra e as obras que nela*

existem serão atingidas. Visto que todas essas cousas hão de ser assim desfeitas, deveis ser tais como os que vivem em santo procedimento e piedade, esperando e apressando a vinda do dia de Deus, por causa do qual os céus incendiados serão desfeitos e os elementos abrasados se derreterão. Nós, porém, segundo a sua promessa, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita justiça (II Ped. 3:10-13). Do ponto de vista espiritual e ético, a idade presente caracteriza-se por dois acontecimentos principais: a queda do homem no pecado e a encarnação gloriosa de Jesus Cristo a fim de que o homem possa ter um novo princípio espiritual.

O terceiro *aion* começará com a segunda vinda de Cristo, que será a introdutora da era vindoura. No aspecto físico a nova idade encontrará a sua expressão num novo céu e numa nova terra. No plano ético ou moral será uma era livre de pecado e de toda a desordem moral.

Assim a teologia encontra o fim último da Criação no reino de Deus. Este reino é, a um tempo, uma posse presente de *justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo* (Rom. 14:17), e uma esperança futura. O próprio Jesus Cristo foi a representação perfeita dos princípios sobre os quais se apoia o reino. Por meio da Sua obra redentora os homens podem agora ser libertados do pecado; com a posse completa desta obra o Seu povo será salvo das consequências do pecado. Na era vindoura o Seu reino estender-se-á como a realização completa dos ideais éticos e espirituais mais sublimes do homem. Em sentido último, portanto, a criação física encontra o seu significado nas aspirações éticas e espirituais e nas possibilidades do homem ao encontrarem elas a sua plena satisfação no reino de Deus totalmente estabelecido.

II. OS ANJOS E OS ESPÍRITOS

As Escrituras declaram claramente que há uma ordem de inteligência mais elevada do que a do homem. Afirmam, além disso, que estes seres estão relacionados com os homens tanto na providência como no regime de redenção. Chama-os *espíritos* para denotar a sua natureza específica e *anjos* para mostrar a sua missão. Relativamente pouco se sabe a respeito destes seres e o que se conhece está revelado nas Sagradas Escrituras. São espíritos criados, mas não se indica com clareza o tempo da sua criação.

A. *Natureza, Atributos e Missão dos Anjos.*

Os anjos são descritos frequentemente como espíritos puros, isto é, seres sem corpo e sem matéria. A opinião geral da Igreja é que os anjos não possuem corpos. O doutor Pope, entretanto, insiste em que somente Deus é espírito puro, espírito por essência, e que os anjos têm vestimentas etéreas, como as que Paulo descreve quando disse que *há um corpo espiritual* (I Cor. 15:44). Se não possuem corpo, as Escrituras ensinam que, em certas ocasiões, assumem corpos humanos, seja em aparência ou em realidade, a fim de entrar em contacto com os homens (Gênesis 18:2; 19:1, 10). São grandes em força e poder (II Pedro 2:11), excedem em poder (Salmo 103:20).

As Escrituras indicam que o homem goza de uma riqueza de experiência que é negada aos próprios anjos. Pedro fala daqueles que *pelo Espírito Santo enviado do céu, vos pregaram o evangelho, cousas essas que anjos anelam perscrutar* (I Ped. 1:12). Tanto João como Pedro se referem a limitação semelhante na experiência angélica. Eles são apenas testemunhas da glória redentora do homem, mas não podem participar de Cristo no mesmo sentido real. O hinólogo estava certo quando

observou que “os anjos nunca conheceram o gozo que a nossa salvação nos traz”.

Os atributos comumente conferidos aos anjos abrangem, em geral, indivisibilidade, imutabilidade, ilocabilidade e agilidade. Sendo indivisíveis e imutáveis, os anjos podem ser descritos como invisíveis, incorruptíveis e imortais. Não são onipresentes, mas estão sempre presentes em alguma parte. Movem-se rapidamente e com facilidade. Devem ser considerados como indivíduos, mas não têm ligação racial. Não são masculinos, nem femininos e não propagam a sua espécie (Mateus 22:30). Há graus e classes entre os anjos, tais como as de querubim, serafim, tronos, dominações, principados, potestades e arcanjos.

A missão mais sublime dos anjos consiste em estar à disposição de Deus para servi-Lo. Quando se diz que *rejubilavam todos os filhos de Deus* (Jó 38:7), faz-se referência aos anjos como filhos. O seu dever principal é o de servir aos herdeiros da salvação. Estiveram presentes na Criação, na promulgação da Lei, no nascimento de Cristo, depois da tentação de Cristo no deserto, no Getsêmane, na ressurreição e na ascensão. Donde o escritor da Epístola aos Hebreus exclama: *Não são todos eles espíritos ministradores enviados para serviço, a favor dos que hão de herdar a salvação?* (Hebreus 1:14).

Os anjos, no seu estado original, eram seres santos dotados de livre arbítrio e sujeitos a um período de prova. Foram feitos para escolher voluntariamente o serviço de Deus e preparar-se para espontâneo ministério aos herdeiros da salvação. Nem todos eles conservaram o seu primeiro estado, muitos caíram em pecado e rebelaram-se contra Deus (Judas 6). Daí, lemos com respeito à *condenação do diabo* (I Tim. 3:6), que, de acordo com a informação das Escrituras, estava à cabeça daquela porção de anjos que caiu em pecado. Por esta razão, Satanás é chamado *príncipe da potestade do ar*

(Efé. 2:2), e as suas hostes são conhecidas como *forças espirituais do mal* (Efé. 6:12). Podemos aceitar que depois do seu período de prova os anjos bons foram confirmados na santidade e admitidos a um estado de glória onde sempre contemplam o semblante de Deus (Mat. 18:10). A queda dos anjos maus pode ser considerada como uma apostasia voluntária e acredita-se que o seu pecado consistiu no orgulho (I Tim. 3:6). Como consequência do seu pecado, estão sob a condenação de Deus (II Ped. 2:4), e serão castigados eternamente (Mat. 25:41). A sua inclinação para com Deus é de inimizade, centralizando-se este propósito maligno em Satanás que está à frente desta horda rebelde.

B. *Satanás.*

Satanás é um ser pessoal, o chefe do reino dos espíritos maus. É o anticristo na sua essência. Aplicam-se-lhe, de maneira mais frequente, dois nomes que lhe exprimem o caráter. Ele é Satanás, o adversário; e diabo, o falso acusador. O nosso Senhor descreve-o como o semeador do erro e da dúvida na Igreja (Mat. 13:39), e como mentiroso e assassino (João 8:44). Pode-se transformar em anjo de luz. Consideraremos este assunto com maiores detalhes em relação com a origem do mal (veja-se o capítulo IX, seção II).

III. A RELAÇÃO DE DEUS COM A CRIAÇÃO

O Deus da Criação é também o Deus da Providência. É quem sustenta o mundo que criou e dele cuida e as Suas ternas misericórdias estendem-se sobre todas as Suas obras. A Sua Providência reflete a Sua bondade, a Sua sabedoria, o Seu poder e outros atributos. A providência é atribuída ao Pai (João 5:17), ao Filho (Col. 1:17; Heb. 1:3), e ao Espírito Santo (Sal. 104:30). Entretanto, convencionalmente atribui-se ao Pai.

A Providência pode ser definida como aquela atividade do Deus trino pela qual conserva, zela e governa o mundo que criou. O assunto pode ser dividido de modo geral em *Providência Geral*, por meio da qual Deus cuida do mundo como um todo e de tudo o que há nele; e *Providência Especial*, que se refere mais particularmente ao Seu cuidado pela raça humana. Outras vezes o estudo classifica-se em *Providência Ordinária*, pela qual se entende o exercício geral do cuidado de Deus por meio de princípios e leis estabelecidas; e a *Providência Extraordinária*, ou seja a intervenção milagrosa de Deus no curso ordinário da natureza ou da história. Estudaremos a matéria da providência sob as seguintes divisões principais: *Primeiro*, Conservação, referindo-se à natureza inanimada; *segundo*, Preservação, referindo-se à natureza animada e às necessidades das Criaturas dos reinos sub-humanos; e *terceiro*, Governo, com referência ao homem.

A. *Conservação.*

A Conservação é a providência preservadora de Deus no reino do universo físico. Refere-se à sua relação para com o mundo. As Escrituras ensinam claramente que Ele permanece ativo em sustentar todas as coisas com a palavra do Seu poder. *A todos dá vida, respiração e tudo mais* (Actos 17:25). *Pois nele vivemos, e nos movemos, e existimos* (Actos 17:28). *Ele é antes de todas as cousas. Nele tudo subsiste* (Col. 1:17). Charles Wesley condensa o credo evangélico sobre a conservação da seguinte maneira: "Deus é também o sustentador de todas as coisas que fez. Ele sustenta, retém e mantém todas as coisas criadas por meio da palavra do Seu poder; pela mesma poderosa palavra com que fez que estas mesmas coisas existissem. Da mesma forma que isto era absolutamente necessário para o princípio da sua existência, é também para a sua continuação; se a

Sua poderosa influência fosse retirada, as coisas não poderiam subsistir um só momento”.

Enquanto a Igreja tem professado geralmente a crença na presença imediata de Deus na conservação do universo material, tem, da mesma forma, considerado as leis da natureza como princípios observados da atividade divina. Não tem sido fácil de precisar a exata relação entre Deus e as Suas leis e os pensadores cristãos têm mantido diferentes opiniões. Embora a maioria reconheça leis, princípios e causas secundárias na conservação do mundo, não faz destas leis agências ativas a usurpar o lugar de Deus e a bani-Lo do universo.

B. *Preservação.*

A palavra Preservação é usada para designar a obra da Providência no reino animado, pessoal e impessoal. O cuidado providencial de Deus estende-se até às formas inferiores de vida. É Ele que governa as ordens inferiores do reino animal predominantemente por meio do apetite e do instinto. *As formigas, povo sem força, todavia no verão preparam a sua comida* (Prov. 30:25). *Em ti esperam os olhos de todos, e tu, a seu tempo, lhes dás o alimento. Abres a tua mão e satisfazes de benevolência a todo vivente* (Sal. 145:15-16). Este cuidado providencial estende-se também ao homem em geral como criatura de Deus. O nosso Senhor Jesus Cristo declarou que o Pai *faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos* (Mat. 5:45).

C. *Governo.*

Em virtude de o homem ser um agente moral com livre arbítrio, a relação de Deus com o homem no governo difere da Sua relação com o universo material na conservação e com o reino animal na preservação. Deus reconhece e respeita a liberdade do homem. Exerce influência sobre ele, mas não o obriga a ponto de anular-lhe a responsabilidade e a liberdade de agir. O

acto resultante não é propriamente a obra de Deus, mas da criatura a quem pertence o acto praticado. É costumeiro distinguirem-se quatro modos de governo divino.

(1) *Permissivo*. “Quando dizemos que Deus permite algum acontecimento”, diz Wakefield, “não devemos entender o termo como indicando que Ele o permite ou que o consente, mas sim que não exerce o Seu poder para impedi-lo. Deus permite o pecado, mas não o aprova porque, sendo Ele infinitamente santo, o pecado sempre deve ser objeto do Seu desagrado. Assim é que testifica contra os pecados nos quais permite que o homem caia, enunciando ameaças contra eles e, de facto, castigando-os pelos seus crimes” (Wakefield, *Teologia Cristã*, p. 266), (cf. II Crôn. 32:31; Sal. 81:12-13; Oséias 4:17; Actos 14:16; Rom. 1:24, 28).

(2) *Preventivo*. Este é o acto restritivo de Deus por meio do qual impede os homens de cometer pecado (cf. Gên. 20:6; 31:24; Sal. 19:13).

(3) *Diretivo*. Deus supera os actos maus do homem e faz que por meio deles venham consequências que não foram sequer contempladas pelas agências malignas. Isto é conhecido, por vezes, como a providência superadora. Recordemos o que José disse aos seus irmãos: *Vós, na verdade, intentastes o mal contra mim; porém Deus o tornou em bem, para fazer, como vedes agora, que se conserve muita gente em vida* (Gên. 50:20; cf. também Sal. 76:10; Isa. 10:5; João 13:27; Actos 4:27-28; Rom. 9:17-18).

(4) *Determinativo*. Com isto queremos dizer o controle que Deus exerce sobre os limites do pecado e da maldade. *Disse o Senhor a Satanás: Eis que tudo quanto ele tem está em teu poder; somente contra ele não estendas a tua mão* (Jó 1:12; cf. também Jó 2:6; Sal. 124:2; II Tess. 2:7). Uma das passagens mais conhecidas e citadas com maior frequência ilustra esta verdade: *Mas Deus é fiel, e não permitirá que sejais tentados além das vossas forças; pelo contrário, juntamente com a tentação, vos proverá*

livramento, de sorte que a possais suportar (I Cor. 10:13).

Em conclusão, devemos recordar que a ideia básica da doutrina cristã sobre a Providência Divina é que Deus governa tudo pelo amor. Isto encontra triunfante confirmação em Paulo quando declara: *Sabemos que todas as cousas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito* (Rom. 8:28).

QUESTIONÁRIO

1. Faça a distinção dos conceitos Cosmologia, Antropologia e Hamartiologia.
2. Explique e demonstre o valor crítico das seguintes teorias da Criação: materialista, pantefista, da evolução natural e da criação contínua.
3. Explique a relação entre a Trindade, o Logos e os Atributos de Deus.
4. Que significa a expressão "Hino da Criação?"
5. Quais as várias interpretações que se têm dado à narração mosaica da Criação? Qual é o verdadeiro método cristão?
6. Por que é impossível, e às vezes insensato, tomar uma posição dogmática sobre a duração exata dos períodos chamados "dias" na narração bíblica da Criação?
7. Faça uma distinção cuidadosa entre a criação primária e a secundária na narração mosaica, dando exemplos de cada uma delas.
8. Mostre com clareza a ordem lógica dos acontecimentos da Criação narrados no Gênesis. Cite várias provas que o demonstrem.
9. Que é a teoria da Restauração? Onde se encontra a base bíblica desta teoria?
10. Que significa o termo *aion*? Indique e caracterize, ligeiramente, as três idades na história do homem.
11. Onde encontra a Criação o seu fim último?
12. Resuma a doutrina bíblica sobre a natureza e funções dos anjos.
13. Faça distinção entre conservação, preservação e governo, como se usam a respeito da relação de Deus para com o mundo.

CAPÍTULO IX

ANTROPOLOGIA

Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem... Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou;... Então formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra, e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente (Gênesis 1:26, 27; 2:7).

Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembrares? e o filho do homem, que o visitas? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus, e de glória e de honra o coroaste. Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão, e sob seus pés tudo lhe puseste (Salmo 8:3-6).

I. ORIGEM DO HOMEM

A. A Natureza da Antropologia.

A Antropologia é a ciência do homem. Como ciência, trata de questões relacionadas com o homem primitivo, da distinção das raças e dos fatores que entram no desenvolvimento e progresso do homem. No sentido teológico, o termo limita-se ao estudo do homem nos seus aspectos moral e religioso, com ênfase particular no estado do homem antes da queda. Para compreender estes problemas, precisamos examinar certos temas que se relacionam mais especialmente com a antropologia na sua definição mais ampla como ciência. Entre os assuntos aos quais dedicaremos atenção encontram-se os seguintes: (1) a origem do homem; (2) os elementos constitutivos da natureza humana; (3) a unidade da raça humana e a sua origem comum; (4) a origem da alma; (5) a imagem de Deus no homem; e (6) a natureza da santidade primitiva.

B. As Duas Narrações Bíblicas da Criação do Homem.

Fora da revelação divina o homem só tem tido teorias mitológicas e vagas respeitantes à sua origem. Os homens consideram-se com frequência como nascidos da terra, emanados das rochas, das árvores, dos animais

silvestres, dos deuses, ou como evoluindo de alguma forma inferior de vida. A revelação encontrada na Santa Bíblia deve ser a nossa autoridade com relação à origem da humanidade. A única narração autorizada com respeito à origem do homem que possuímos é a que se encontra nos capítulos um e dois do Gênesis.

1. *A Primeira Narração da Criação do Homem.* Na primeira destas narrações bíblicas da origem do homem encontramos a ordem criadora de Deus, “façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança”. A criação do homem representa e é o ponto culminante de todos os actos criativos prévios. Liga-se, a um tempo, a esses actos precedentes, como coroa da criação, e deles se distingue como nova ordem de existência. A criação do homem foi o fim para o qual apontou toda a criação prévia. Deus tinha preparado providencialmente todas as coisas para o sustento e o bem-estar do homem. Tudo foi ordenado para o desenvolvimento perfeito do homem de acordo com o ideal divino.

2. *A Segunda Narração da Criação do Homem.* A segunda e mais elaborada descrição da origem do homem encontra-se em Gênesis 2:4-35. Visa a ser o ponto de partida para a consideração específica da história pessoal do homem. Encontramos aqui um duplo acto criador: *Então formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra, e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente* (Gênesis 2:7). O primeiro destes actos criadores consiste na formação do corpo humano do pó da terra e das substâncias químicas que o compõem. A palavra “formou” encerra a ideia da criação resultante de material preexistente. Não há nenhuma inferência que abone a doutrina evolucionista do desenvolvimento lento do homem do reino animal inferior. No momento em que o pó deixou de ser pó, passou a ser carne e osso a constituir o corpo humano. Todavia, esta narração ensina-nos que num aspecto do

seu ser o homem está relacionado com a natureza e que neste lado inferior ele é a obra prima do reino animal e representa a sua perfeição tanto em estrutura como em forma.

Mas a questão distintiva da criação do homem encontra-se na seguinte afirmação: *soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente*. Aqui encontramos uma criação única, nova, não mera formação. Deus fez do homem um espírito—uma pessoa, ser consciente e determinante de si mesmo. Pelo sopro divino o homem tornou-se num espírito imortal.

C. *A Origem da Mulher.*

Em Gênesis 2:21-23, temos uma descrição do processo por meio do qual o ser humano foi elaborado em dois sexos. Esta descrição tem sido uma fonte de perplexidade para muitos comentaristas, e daí surgiram muitas teorias à guisa de interpretação. Paulo diz-nos que primeiro foi formado Adão, depois Eva (I Tim. 2:13). Com isto quis dizer que o homem foi antes aperfeiçoado e dele Deus tomou aquilo com que fez a mulher. Este facto foi reconhecido por Adão quando disse: *Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada* (Gên. 2:23).

É infeliz a tradução dada à palavra hebraica apresentada como “costela” na narração do Gênesis. A palavra original encontra-se quarenta e duas vezes no Antigo Testamento e em nenhuma outra ocasião se traduz por “costela”. Traduz-se geralmente como “costado” ou “lados”. A narração bíblica ensina claramente que todo o indivíduo da raça, inclusive a primeira mãe, tem o seu antítipo no primeiro homem. Este aspecto genérico da criação do homem apresenta-se não só no plano físico como também formando a base da estrutura social na relação matrimonial. Paulo alonga-se em considerações sobre este aspecto da narração do Gênesis e dá-nos um dos

símbolos mais significativos e formosos da relação entre Cristo e a Sua Igreja (Efé. 5:23-32).

D. *A Unidade da Raça e A Sua Origem Comum.*

As Sagradas Escrituras afirmam tanto a unidade da raça como a sua origem comum. A palavra “Adão”, a um tempo, foi o nome de um indivíduo e de uma família—o nome pessoal do primeiro homem e o nome genérico da humanidade. Paulo declara que Deus *de um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra* (Actos 17:26). Com o estabelecimento do primeiro casal, a Bíblia ensina que dele descendem todas as raças da humanidade (Gênesis 3:20).

A evidência científica tende a sustentar a doutrina bíblica da unidade da raça e da sua origem comum. Entre os pontos de evidência que a sustentam encontram-se os seguintes: (1) semelhança de características físicas encontradas em todos os povos; (2) semelhanças de características mentais, tendências e capacidade; (3) princípios semelhantes, básicos, para todas as línguas; e (4) uma vida religiosa básica e comum, com tradições que indicam um habitáculo também comum e unidade de vida religiosa. Considera-se como conceito ditado pela ciência, baseado numa riqueza de evidências acumulativas, que as raças humanas tiveram um ponto comum de origem, em algum lugar determinado, em alguma parte do Próximo Oriente, provavelmente na Mesopotâmia.

II. A NATUREZA DO HOMEM

A. *Os Elementos Constitutivos da Natureza Humana.*

A dupla posição do homem, como parte da natureza ao mesmo tempo que espírito livre de natureza transcendental, origina certas questões intrincadas com referência aos elementos que constituem a sua personalidade. As principais teorias com respeito a este assunto

são a *Dicotomia* e a *Tricotomia*, que concebem o homem, respectivamente, como estrutura dúplice ou tríplice.

1. *A Teoria da Dicotomia.* Esta doutrina sustenta que o homem se compõe de duas espécies de essência—a parte material (o corpo) e a parte imaterial (a alma ou o espírito). O dicotomista insiste em que o homem se compõe de apenas dois elementos ou substâncias distintas: matéria e mente, ou seja, o material e o espiritual. Geralmente faz-se distinção entre alma e espírito. Quando considerada como a faculdade que anima o organismo físico ou que liga a personalidade com o mundo dos sentidos, a parte imaterial do homem se chama alma. Quando se considera como o agente moral ou racional ligando a personalidade com o mundo da fé, chama-se espírito. O doutor Strong compara a parte imaterial do homem à estrutura superior de uma casa, cujas venezianas se abrem para duas direções, para a terra e para o céu.

2. *A Teoria da Tricotomia.* Esta teoria sustenta que o homem consta de três elementos constitutivos principais: o espírito racional, a alma animal e o corpo. Grande número de passagens bíblicas, especialmente no Novo Testamento, parece indicar que a natureza do homem é tríplice. É assim que Paulo orou para que *o vosso espírito, alma e corpo, sejam conservados íntegros e irrepreensíveis* (I Tess. 5:23). Sustenta-se geralmente que tais expressões foram usadas para exprimir a totalidade do ser da natureza humana. Tal uso era comum na Igreja Primitiva, sendo derivado da filosofia platônica.

Enquanto as Escrituras parecem abonar a teoria dicotômica, é evidente uma tricotomia prática, tanto na conversação ordinária como no uso bíblico. Não obstante, deve-se ter sempre em mente que corpo, alma e espírito se unem geralmente para formar uma personalidade íntegra que funciona como unidade.

B. *O Estado Primitivo do Homem.*

As Escrituras não apoiam a doutrina evolucionista que ensina que o estado primitivo do homem era de barbaria, de que progrediu num processo lento de desenvolvimento até a civilização. Ao contrário, a Bíblia ensina que o homem foi criado desde o princípio num estado de maturidade e perfeição. Esta perfeição não foi tal que obstasse progresso ou desenvolvimento, mas deve entender-se no sentido de uma adaptação própria para o fim a que foi criado. Pelo que se refere à maturidade, as Escrituras se opõem de maneira inequívoca ao ensinamento que considera o homem primitivo como dotado de condição física um tanto rude e mentalidade inferior, a desenvolver lentamente linguagem própria e a despertar-se gradualmente para os conceitos morais e religiosos. Para os cristãos o ensino bíblico, neste sentido, é decisivo.

A narração bíblica desafia também a hipótese evolucionista no que se refere à antiguidade do homem. Enquanto o evolucionista pressupõe a necessidade de incontáveis milhões de anos, a fim de dar tempo para o desenvolvimento do homem, as Escrituras ensinam que foram suficientes apenas alguns milhares. Cronologias aceitas, por exemplo as de Usher e Hales, diferem um pouco porque são variáveis as genealogias nas quais se baseiam. Contudo, parece que a criação do homem nos milênios V ou VI antes de Cristo, tal como se pressupõe nestas cronologias, permitiria tempo suficiente para todos os desenvolvimentos raciais e linguísticos, assim como para o aumento da população até o nível presente.

C. *A Origem da Alma.*

Os indivíduos como “pessoas” são separados e distintos um do outro e assim devem ser sempre. Não obstante, cada um possui a natureza humana comum e juntos formam um organismo vivo que constitui a raça humana. O homem é tanto um indivíduo como um ser

racial. A relação de tais indivíduos para com a raça humana é um problema filosófico tanto quanto teológico. O corpo propaga-se pela raça por meio dos pais, mas que dizer com respeito à origem das almas? Esta questão não somente se relaciona com a natureza humana, mas também abrange a extensão em que Deus é imanente nos processos naturais da propagação da raça. Examinaremos sucintamente três teorias com respeito à origem da alma que têm dominado o pensamento da Igreja: (1) A Teoria da Preexistência das Almas; (2) A Teoria do Criacionismo; e (3) A Teoria do Traducianismo.

1. *A Teoria da Preexistência das Almas.* Esta doutrina foi herdada da filosofia platônica e produziu grande número de opiniões heréticas na Igreja Primitiva. Foi sustentada por certos teólogos que explicaram dessa maneira a posse de ideias pela alma que não se poderiam derivar do mundo dos sentidos. Orígenes, que é o maior representante desta teoria, parece preocupado com a disparidade de condições sob as quais os homens vêm a este mundo e procura explicá-la pela natureza dos pecados cometidos em existência prévia. Nos tempos modernos a teoria reapareceu como explicação da depravação inata. Sustentam alguns que só um acto auto-determinado num estado prévio de ser poderia resultar nesta condição inata.

2. *A Teoria do Criacionismo.* Esta teoria sustenta que Deus cria imediatamente cada alma humana e que o corpo é propagado pelos pais. Esta teoria parece intimamente relacionada com as tentativas de ressaltar a importância do indivíduo em oposição à ênfase à continuidade e à solidariedade raciais. Esta é a ênfase característica da Igreja Romana e da Igreja Reformada. O criacionismo associa-se algumas vezes à tricotomia e outras vezes à dicotomia. No primeiro caso, considera-se apenas o espírito como criação direta de Deus, propagando-se a alma juntamente com o corpo. No segundo

caso, ensina-se que o corpo é o que se propaga e o espírito ou alma é imediatamente criado por Deus.

3. *A Teoria do Traducianismo.* Afirma que as almas humanas, assim como os corpos, derivam dos pais. Sustenta que as novas almas se derivam da alma de Adão, da mesma forma que os ramos de uma videira e os rebentos de uma árvore. A teoria tem tido ampla aceitação nas igrejas protestantes. Implica em que a raça foi criada imediatamente em Adão, tanto com respeito ao corpo como quanto à alma e que ambos são propagados pela geração natural. Assim é que a expressão "Adão...gerou um filho à sua semelhança" se interpreta no sentido de que o homem considerado na sua totalidade é quem gera e é gerado. Esta teoria parece proporcionar a melhor explicação da transmissão do pecado original ou depravação. Entre os teólogos arminianos não se dá grande importância à questão da origem das almas.

D. *A Imagem de Deus no Homem.*

A nota distintiva na história bíblica da origem do homem é que foi criado à imagem de Deus. Isto distingue-o das ordens inferiores da Criação e, ao mesmo tempo, relaciona-o imediatamente com o mundo espiritual. Para compreender melhor o que significa a expressão *imagem de Deus*, dividiremos o nosso estudo em (1) a Imagem Natural de Deus; e (2) a Imagem Moral de Deus.

1. *A Imagem Natural de Deus no Homem.* Isto refere-se à condição original do homem com respeito à essência que o distingue dos outros seres de tipo inferior da criação. Resume-a, apropriadamente, o termo "personalidade". Em virtude da sua personalidade, o homem possui certos poderes, faculdades e características. Entre estas encontram-se, com significação especial, as três seguintes: espiritualidade, conhecimento e imortalidade.

A espiritualidade é o facto mais profundo na semelhança do homem com Deus. Tiago fala de *homens, feitos à semelhança de Deus* (Tiago 3:9), afirmando assim a indestrutibilidade da imagem natural de Deus no homem. O espírito no homem é como o espírito em Deus, um finito, o outro infinito. A natureza espiritual é a semelhança de Deus.

As faculdades cognoscitivas do homem pertencem também à natureza original na qual foi criado. O conhecimento, tanto no seu aspecto moral como intelectual, está incluído nesta imagem original. Entretanto, o conhecimento no seu sentido intelectual pertence à imagem natural, ao passo que o conhecimento como qualidade ética e espiritual pertence à imagem moral.

As Escrituras ensinam e a Igreja afirma que o homem foi criado imortal e que a morte entrou como consequência do pecado. Tem havido muitas teorias com respeito à imortalidade do corpo humano. Algumas têm sustentado que o corpo foi feito naturalmente mortal. Outras têm ensinado que o homem era imortal, mas que na sua constituição original se fizera provisão para que o corpo material adquirisse gradual ou pronta espiritualização. Com referência à imortalidade do espírito humano, a Igreja sempre sustentou que a imortalidade pertence à própria essência da alma. O espírito é em si a pessoa, e a personalidade humana não morre. O protestantismo tem sustentado de maneira uniforme que a vida eterna como dom de Cristo não se aplica à existência como tal, mas à qualidade dessa existência. A alma tem existência, não importa o estado ou qualidade dessa existência a que chamamos vida ou morte. Pode existir num estado de pecado e de morte, ou num estado de vida e de justiça, quer neste mundo, quer no outro.

2. *A Imagem Moral de Deus no Homem.* Enquanto a imagem natural de Deus no homem pode resumir-se na palavra “personalidade”, a imagem moral pode resumir-se em “santidade”. A primeira relaciona-se com

os poderes dados ao homem, a segunda com o uso ou a direção dada a estes poderes. A imagem natural jamais se perde em ninguém, a imagem moral é capaz de ser perdida. A imagem moral, a semelhança moral do homem para com Deus, refere-se às disposições de caráter e tendências intrínsecas do homem. Tem a ver com o caráter ou qualidade da personalidade—a rectidão ou falta de rectidão do uso dos poderes com que foi dotado o indivíduo. A imagem moral dá ao homem capacidade moral e torna possível um caráter santo. Está estreitamente relacionada com a ideia de santidade primitiva que será a seguir considerada.

E. *A Natureza da Santidade Primitiva.*

O homem foi criado santo. Esta santidade consistia na inclinação ou tendência espontânea para o bem—uma disposição interior que sempre respondia ao que é recto. Isto abrangia também um entendimento claro de Deus e das coisas espirituais. Podemos fazer três observações com respeito a este estado de santidade primitiva: (1) não foi mera possibilidade de santidade; (2) não foi santidade ética; e (3) foi um estado caracterizado pela presença contínua do Espírito Santo.

1. *Não foi Mera Possibilidade de Santidade.* Mera possibilidade de santidade teria sido um estado puramente negativo—uma natureza livre da virtude assim como do pecado. Tal conceito do estado original de Adão levar-nos-ia, naturalmente, à negação da depravação herdada nos seus descendentes. É melhor admitir, como já frisamos, que este estado de santidade primitiva foi uma atitude positiva da alma. Foi caracterizado pela tendência espontânea de obedecer ao bem e rejeitar o mal.

2. *Não foi Santidade Ética.* O estado original de Adão foi de santidade, mas à parte da qualidade ética verdadeira. Esta santidade primitiva não foi resultado

da escolha livre de Adão. Ele não era responsável por este estado e, portanto, não merecia qualquer recompensa ou prêmio. Foi uma santidade natural, em vez de santidade pessoalmente adquirida. Como declarou João Wesley: "Um homem pode ser justo antes de fazer o que é justo, santo de coração antes de ser considerado santo no viver". Tal foi o caso de Adão.

3. *A Presença do Espírito Santo.* Adão não somente possuía um estado interior que respondia espontaneamente ao recto, mas também o Espírito Santo estava sempre presente e operava na sua vida. Gozava da comunhão bendita e íntima com o Criador. O Espírito Divino revelou-lhe conhecimento de Deus e o impelia sempre à prática do bem. A presença do Espírito Santo era, portanto, um elemento original e permanente na santidade do homem. Somente assim, como assinala o doutor Miley, pode-se visualizar a verdadeira natureza da depravação humana. A queda do homem foi não apenas a perda do estado subjetivo de santidade, mas também a corrupção da natureza humana por causa da ação de influências que resultaram da retirada do Espírito Santo.

A narração bíblica da Criação termina com a declaração de aprovação divina: *Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom* (Gênesis 1:31). Isto exprime a divina aprovação da rectidão moral do homem conferida pela criação e não pode referir-se à conduta do homem depois desta criação.

QUESTIONÁRIO

1. Quais são os temas principais que se incluem no estudo da antropologia?
2. Quais são as narrações referentes à origem do homem, segundo o livro do Gênesis? Defina a finalidade de cada uma delas.
3. Explique cuidadosamente as teorias da dicotomia e da tricotomia referentes à natureza do homem. Que ensinam as Sagradas Escrituras neste sentido?
4. Quais são as teorias principais concernentes à origem da alma? Qual delas proporciona a melhor base para a transmissão da depravação ou pecado original?
5. Faça cuidadosamente a distinção da imagem natural e da imagem moral de Deus no homem.
6. Descreva amplamente os vários aspectos da santidade primitiva. Por que é importante definir-se claramente este ponto?

CAPÍTULO X

A DOCTRINA DO PECADO

“Em toda a religião há uma verdade ou um erro principal que, como o primeiro elo de uma cadeia, necessariamente leva consigo todas aquelas partes com as quais se encontra essencialmente ligado. Este princípio capital no Cristianismo... é a doutrina do nosso estado decaído e perdido; pois se o homem não está em desacordo com o Criador, para que precisaria de um Mediador? Se não é uma criatura depravada e indigna, que necessidade teria de um Restaurador e Precioso Salvador como o Filho de Deus? Se não se encontra escravizado pelo pecado, por que é remido por Jesus Cristo? Se não é imundo, por que tem de ser lavado no sangue do Cordeiro Imaculado? Se a sua alma não está enferma, por que há de precisar de um Médico Divino? Se não é um coitado e miserável, por que é convidado continuamente a assegurar-se da ajuda e consolação do Espírito Santo? Numa palavra: Se não é nascido em pecado, porque é o novo nascimento tão absolutamente necessário, a ponto de Cristo declarar em termos os mais solenes que sem ele ninguém poderá ver o Reino de Deus?”

—Fletcher de Madeley

A Hamartiologia, ou Doutrina do Pecado, é considerada frequentemente como ramo da Antropologia, a ciência do homem. Como tal, refere-se ao homem no seu estado decaído. A palavra “Hamartiologia” é derivada de um dos muitos termos gregos usados para expressar a ideia do pecado—*Hamartía* (ἁμαρτία). O termo é aplicável ao pecado, quer seja considerado como acto, quer como estado ou condição. Significa um desvio do fim ou da rota marcada por Deus.

O facto do pecado é fundamental na teologia cristã. Sendo o cristianismo uma religião de redenção, é grandemente influenciado por qualquer variação do ponto de vista bíblico concernente à natureza do pecado. Por exemplo, qualquer tendência a diminuir a seriedade do pecado tem as suas consequências num ponto de vista menos exaltado da Pessoa e Obra do Redentor. As três grandes verdades centrais da Bíblia—Deus, o pecado e a redenção—estão de tal maneira entrelaçadas que pontos de vista básicos sustentados em relação a uma influenciam profundamente as outras duas. Assim se revela e ilustra a relação vital e orgânica que existe entre as doutrinas cristãs.

I. A TENTACÃO E A QUEDA DO HOMEM

A. *A Narração do Gênesis Sobre a Queda do Homem.*

A narração da prova do homem e da sua queda que se encontra em Gênesis 3:1-24 é o registro inspirado de um facto histórico unido a um simbolismo profundo e rico. Todo o esforço para se demonstrar que consiste numa série de mitos, ou que é uma história alegórica, fracassa diante da evidência de que é parte integral de uma narração histórica e contínua. A narração é considerada histórica através do Antigo e do Novo Testamentos. O nosso Senhor referiu-se de maneira indireta à queda (Mat. 19:4-5; João 8:44), mas Paulo cita claramente a descrição do Gênesis como facto histórico (II Cor. 11:3; I Tim. 2:13-14). Há também no Antigo Testamento alusões inegáveis à queda (Jó 31:33; Oséias 6:7).

Sem dúvida esta descrição histórica da queda contém um elemento considerável de simbolismo. As condições históricas do homem no paraíso caracterizavam-se por um grau de unicidade provavelmente mais compreensível para os nossos primeiros pais do que para nós. Tais factos como o jardim resguardado, a árvore sacramental da vida, a árvore mística do conhecimento, o mandamento positivo representando toda a lei, a forma da serpente como o tentador e as espadas semelhantes a fogo que serviam para guardar o paraíso—eram emblemas que possuíam profundo significado espiritual bem como factos. Ao defender o carácter histórico da narração mosaica da queda, não devemos deixar de fazer justiça ao seu riquíssimo simbolismo.

A interpretação da história bíblica da tentação e queda do homem tem ocasionado na Igreja considerável controvérsia. Notemos ligeiramente as seguintes questões: (1) O Jardim do Éden. Diz-nos o texto que: *Plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, da banda do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado* (Gên.

2:8). Aqui temos um meio ambiente especial destinado como lugar próprio para o período de prova do primeiro casal. (2) A Árvore da Vida. Esta árvore não somente representa a comunicação da vida divina ao homem, mas também a sua perene dependência de Deus. Possivelmente, como sugere o doutor Adam Clarke, destinava-se a árvore da vida a ser um símbolo daquela vida que o homem deveria sempre ter enquanto persistisse em obediência a Deus. (3) A Árvore da Ciência do Bem e do Mal. Esta representava conhecimento referente ao mal, não conhecimento do mal numa experiência pessoal. O mandamento de Deus com relação ao seu fruto era uma recordação constante da posição do homem como servo e mordomo. Chamava a atenção para as obrigações morais que ele devia ao Criador. (4) A Serpente. Esta figura mística tem dado ocasião a muita especulação. A teoria mais geralmente aceita é que a serpente foi um dos animais criado num plano mais elevado, que Satanás usou como instrumento para prender a atenção de Eva e tornar possível a conversação com ela. Como quer que seja, duas coisas são evidentes: o homem foi tentado por um ser espiritual externo a ele mesmo; e a figura mística da serpente proporcionou a instrumentabilidade por meio da qual o Tentador conseguiu aproximar-se dos nossos primeiros pais.

B. *A Necessidade do Estado de Prova do Homem.*

Para que Deus fosse glorificado pelo serviço voluntário do homem, este deveria ser posto à prova, sujeito à tentação, ao risco do custo inevitável da possibilidade do pecado. A tentação foi permitida porque de nenhuma outra maneira poderia ser provada e aperfeiçoada a obediência humana. A questão que surge imediatamente é esta: como foi possível que um ser santo pudesse pecar? Adão foi feito santo, disto não há dúvida, mas também foi dotado da faculdade de escolher livremente

entre alternativas morais. Por meio deste livre arbítrio, o seu estado de santidade podia ser perdido. A posição bíblica neste aspecto está claramente exposta na Confissão de Westminster, como se segue: “Deus criou o homem em ambos os sexos, em rectidão e verdadeira santidade, tendo a lei de Deus escrita no coração e poder para cumpri-la; e, todavia, sob a possibilidade de transgredi-la, deixado à liberdade da sua própria vontade, que está sujeita à mudança”. A vontade de Adão era santa e estava inclinada para o bem. Contudo, ele tinha o poder de mudar de curso e de mover-se em direção oposta, e isto puramente mercê da sua própria determinação.

O homem, pela sua própria constituição, é um ser consciente de si mesmo e de determinação própria. É um agente moral livre e, daí, a capacidade para a ação moral. Esta, por sua vez, exige uma lei pela qual se determina o carácter—lei que pode ser obedecida ou desobedecida pelo indivíduo. De outra maneira não seria uma qualidade moral, uma vez que nem louvor nem censura se poderiam atribuir à obediência ou desobediência. Isto destruiria o carácter do agente moral. É evidente, portanto, que o poder para obedecer ou desobedecer é elemento essencial num ser moral, donde se conclui que Deus só poderia ter evitado a queda do homem pela destruição do livre arbítrio individual.

Apesar da santidade do homem, existiam nele certas susceptibilidades ao pecado. Primeiro, possuía certos desejos físicos que, embora lícitos em si mesmos, poderiam ser ocasião de pecado. Além disto, no plano mais elevado ou espiritual do seu ser, o homem tornou-se impaciente em relação ao lento processo da Providência divina, fazendo-se assim suscetível a sugestões que pareceriam apressar o cumprimento dos propósitos divinos. O uso de meios falsos para alcançar fins bons faz parte do engano do pecado.

A ocasião da tentação foi a árvore da ciência do bem e do mal que o Senhor Deus tinha colocado no meio do

jardim. O fruto desta árvore era proibido. Possivelmente, a árvore servia para lembrar ao homem que algumas coisas poderiam ser feitas, ao passo que outras eram proibidas e que o homem estava sob a necessidade de fazer constantemente decisões sábias.

O agente da tentação foi a serpente que, como espírito enganador, apresentou os dons de Deus à luz de um entendimento falso. Satanás nada tinha a oferecer. Assim é que só podia tentar o homem por meio do falso uso dos dons de Deus. O engano do pecado aparece imediatamente. À luz de cores falsas, a tentação tomou a forma de uma coisa boa, de um alimento agradável aos olhos, de algo que devia ser desejado para se chegar a ser sábio. Levado pelo desejo de pensar na possível satisfação, o bem parecia ser aquilo mesmo que Deus pretendia proporcionar e, visto que a sabedoria era algo desejável nos seres inteligentes, o seu aumento faria que o homem viesse a ser semelhante a Deus. Satanás injectou imediatamente a dúvida: “É assim que Deus disse?” No brilho falso do fruto fascinante a verdade ficou obscurecida—acaso Deus realmente proibía o uso desse fruto? Cumpriria Eu as Suas ameaças? Ou pretendia que as Suas advertências fossem realizadas ao proibir o seu uso? A consequência desponta numa pequena frase: *Tomou-lhe do fruto e comeu, e deu também ao marido, e ele comeu* (Gên. 3:6).

C. *A Queda do Homem.*

O pecado começou na distanciação da vontade do homem da de Deus. Quando esta dúvida, “É assim que Deus disse?” encontrou abrigo no pensamento do homem, o pecado teve a sua origem na humanidade. Com a injeção desta dúvida, o desejo de conhecimento legítimo tornou-se no desejo de conhecimento ilegítimo—o de ser sábios como deuses. Tal desejo proibido é pecado (Rom. 7:7). Com a distanciação entre o indivíduo e Deus, o acto externo era o olhar de desejo cobiçoso

para com a árvore. Isto tinha em si mesmo a culpa da participação e foi seguido pela participação como acto manifesto.

Surge frequentemente esta pergunta: “Porque permitiu Deus que o homem pecasse?” Ao considerar isto, precisamos conservar na mente dois fatores importantes. *Primeiro*, a permissão divina não pode em nenhum sentido ser considerada como consentimento à queda, nem como licença ou permissão para pecar. O único sentido em que se pode pensar é que Deus não interveio por meio do Seu poder soberano para impedi-lo. Isto leva-nos à posição bíblica de que o homem caiu somente pela sua própria determinação de cometer o pecado. A tentação foi permitida porque de nenhuma outra maneira o homem podia desenvolver-se nem ser aperfeiçoada nele a vida moral. O homem pecou contra a santidade da sua própria natureza e apesar de viver num meio ambiente perfeito, gozava de ampla liberdade e se comunicava livremente com o Criador. O pecado é culpa única do homem e, assim, é vindicada a bondade de Deus. *Segundo*, se Deus não tivesse colocado a árvore do conhecimento no jardim, o homem, não obstante, teria estado sob a necessidade de tomar decisões. Colocar a árvore foi, na realidade, um acto de bondade com o propósito de advertir o homem contra más escolhas e para que servisse como lembrança constante da obrigação de escolher sabiamente.

As consequências imediatas do pecado do homem foram o seu afastamento de Deus, a sua escravidão a Satanás e a perda da graça divina. Por esta perda, o homem tornou-se sujeito à corrupção moral e física. O homem já não possuía a glória da sua semelhança moral com Deus. Tendo perdido a presença permanente do Espírito Santo, começou uma vida de desacordo externo e de miséria interna. A própria terra foi maldita, e o homem forçado a ganhar o pão com o suor do seu rosto. Dentro do homem o pecado resultou no nascimento de

uma consciência má e num sentimento de vergonha e de degradação. Privado do Espírito Santo como o princípio organizador do ser, não poderia ter entrosamento harmonioso das suas faculdades e, daí, a desordem do seu todo. Deste estado de desordem vieram como consequência: a cegueira do coração ou a perda do discernimento espiritual; a concupiscência ou o desejo carnal sem restrições; e a incapacidade moral ou fraqueza na presença do pecado.

II. SATANÁS E A ORIGEM DO PECADO

A. *A Doutrina de Satanás.*

1. *A Origem de Satanás.* O homem foi tentado por um ser sobre-humano chamado nas Escrituras o Diabo ou Satanás. O mal, pois, já existia antes de começar a raça humana a sua existência, sendo-lhe algo externo. As Escrituras ensinam claramente que no plano do puramente espiritual houve anjos que não conservaram a sua integridade ou primeiro estado. Assim, houve uma queda no reino espiritual anterior à queda da raça humana. Houve entre os anjos um tentador que os induziu ao caminho do pecado. A doutrina cristã sobre o mal termina com esse tentador. Este Satanás, sobre-humano, todavia espírito criado, foi bom na origem mas caiu do seu estado elevado e da santidade e tornou-se inimigo de Deus. O mal é, portanto, pessoal na sua origem. A razão não pode alcançar para além do que já temos visto e a revelação permanece em silêncio.

2. *Satanás Como o Anticristo.* João torna claro o facto de que Satanás é aquele espírito do anticristo que haveria de vir e que agora está no mundo. O antagonismo essencial deste espírito contra Cristo encontra a sua expressão no facto de que não confessa que Jesus Cristo veio em carne (I João 4:1-3). Além disso, o pecado, no sentido do termo no Novo Testamento, deve ser interpretado pela atitude que os homens tomam com respeito

a Cristo (João 16:8-11). Assim é que a natureza de Satanás só pode ser adequadamente compreendida quando vista em contraste com a natureza de Cristo.

Foi por meio de Cristo, o Verbo, que Deus criou todas as coisas. Nele, como a imagem expressa do Pai, se vincularam todos os princípios da verdade, da ordem, da beleza, da bondade e da perfeição. Mas, em contraste com este Jesus Cristo perfeito, encontra-se Satanás, o anticristo. Este “filho da manhã”, parece ter-se sentido invejoso do Filho e procurou sentar-se no Seu trono. Arrebatado pelo seu orgulho, caiu em condenação. A isto referiu-se, sem dúvida, Jesus quando disse: *Eu via a Satanás caindo do céu como um relâmpago* (Lucas 10:18). Paulo fala de Satanás como o *príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência* (Efê. 2:2). Também refere-se a Satanás como o *deus deste século* (II Cor. 4:4). João escreve que “o mundo inteiro jaz no maligno”. Não que o mundo seja intrinsecamente mau, mas que se encontra por ele dominado e o verdadeiro fim da sua existência está pervertido. Este espírito mau como Satanás é o “adversário”, o “acusador”, e o “enganador”. Como diabo, é o “difamador”, o “caluniador”, o “destruidor da paz”. Como Belial, é o “baixo”, o “indigno” e o “abjeto”.

3. *Satanás e a Obra Redentora de Cristo.* Não tendo o poder de criação, Satanás está limitado no alcance da sua atividade à perversão daquelas coisas que são consequência da atividade criadora de Deus. Foi a respeito deste pervertedor do bem que Jesus declarou: *Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade, porque nele não há verdade. Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira* (João 8:44).

Na criação, o homem estava de tal maneira constituído que era uma criatura dependente do seu criador e, conseqüentemente, um servo de Deus. Todavia, no nível físico, o homem era a mais elevada de todas as criaturas

e, portanto, o senhor da Criação. Quando o homem, nesta posição intermediária, olhava para Deus, via-se como servo; quando se considerava com respeito à criação, via-se como senhor. Na tentação, Satanás fez que o seu caráter de senhor aparecesse muito mais atrativo que o de servo. Disse assim: *E como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal* (Gên 3:5). Mas o que Satanás não disse ao homem foi que o poder deste era delegado e que o tinha em virtude da sua administração fiel e leal. Assim é que quando o homem caiu, deixou de ser servo de Deus e passou a ser servo de Satanás. Por isso, o Senhor dizia com respeito aos judeus incrédulos: *Vós sois do diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe aos desejos* (João 8:44). Deus é o pai de todos os homens, porque sempre age como Pai; mas os homens nem sempre são filhos de Deus, porque, como tais, não agem sempre. Perdendo esta condição de servo, o homem perdeu o seu verdadeiro estado de senhor. Agora faz que todas as coisas o sirvam. Vê o mundo numa falsa perspectiva. As coisas que Deus pôs sob o seu cuidado como administrador são consideradas como se fossem suas. Como o seu pai Satanás, tornou-se o homem usurpador do trono. O homem, como filho de Satanás e servo do pecado, tornou-se indigno da confiança que Deus nele depositou.

Mas apesar do êxito temporário de Satanás em interferir com o plano de Deus para com o homem, a vitória final e eterna será do próprio Deus. Mandou o Seu próprio Filho, que foi feito à imagem da carne do pecado. Trouxe sobre Si mesmo a forma de servo e tornou-se *obediente até à morte, e morte de cruz* (Fil. 2:6-8). Em virtude do Seu caráter de verdadeiro servo, Cristo restaurou o homem à relação original para com Deus. Restabeleceu amizade e comunhão espiritual com o Pai. Como o Capitão da nossa salvação enfrentou os vagalhões do mundo e sofreu a cada instante. Mas nunca desanimou e venceu até o último inimigo, a

morte. Como servo não veio para ser servido mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos. Tendo cumprido as obrigações de um servo perfeito, tornou-Se o Senhor do Seu povo—neste caso, não pela Criação, pois este domínio nunca o perdeu, mas como Redentor, Salvador e Senhor. Tendo triunfado, recebeu a promessa do Espírito Santo, que agora como Senhor da Igreja Ele dá gratuitamente a todos os que crêem. Assim é que podemos dizer com os remidos: *Aquele que está sentado no trono, e ao Cordeiro, seja o louvor, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos* (Apoc. 5:13).

4. *O Reino de Satanás.* Vimos que a obra de Satanás consiste em perverter as coisas de Deus. Esta perversão estende-se também ao conceito do reino. Assim como há um reino de Deus e dos céus, há também um reino de Satanás e do mal. Por isso a Bíblia faz referência a principados, potestades e governadores das trevas que não podem significar outra coisa senão a organização de forças malignas. Estas estão sob a direção do *príncipe deste mundo*, a quem Jesus se refere como o que foi *expulso* (João 12:31), como não tendo nada Nele (João 14:30) e como alguém que já foi julgado (João 16:11). Paulo fala de Satanás como *o príncipe da potestade do ar* (Efé. 2:2). Fala também das *forças espirituais do mal* (Efé. 6:12). Que há um grande número de espíritos maus sob a direção de Satanás se indica em muitas passagens bíblicas, tais como *Legião é o meu nome* (Marcos 5:9), e o lago de fogo *preparado para o diabo e seus anjos* (Mat. 25:41). Este reino do mal não permanecerá para sempre *pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia, e de noite, diante do nosso Deus. Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho* (Apoc. 12:10-11).

B. *Sumário do Ensino Bíblico Sobre a Origem do Pecado.*

As Sagradas Escrituras sustentam que nem no sentido positivo, nem no negativo, pode ser Deus o autor do mal. Os dois fatores básicos que explicam a origem do pecado na família humana são a existência prévia do mal na pessoa de Satanás, que tentou o homem para o pecado, e a liberdade do homem na presença de alternativas morais. Um grande credo exprime concisamente esta posição cristã com relação à origem do pecado, nas seguintes palavras: *Vem do diabo e da vontade maligna do homem.* Este ponto de vista bíblico em referência ao *mistério da iniquidade* (II Tess. 2:7; Apoc. 17:5) constitui a resposta mais satisfatória dada à pergunta que através dos tempos tem deixado perplexos pensadores eruditos. Em última análise vemos que o pecado teve a sua origem no abuso da liberdade de criaturas responsáveis e inteligentes. Isto foi certo no caso de Satanás e, conseqüentemente, no caso do homem. O pecado na raça humana foi devido à separação voluntária do homem daquele que o criou, o seu Deus. O homem é, portanto, responsável pelas conseqüências trágicas que resultaram do pecado. A estas conseqüências dirigiremos agora a nossa atenção.

III. A NATUREZA E A PENA DO PECADO

A. *Terminologia Bíblica do Pecado.*

Um dos melhores métodos para se estudar a natureza do pecado é o da análise dos termos usados nas Escrituras para exprimir esta ideia. Já mencionamos a palavra *hamartia* (*ἁμαρτία*) donde se deriva o termo "Hamartiologia". Encerra a ideia de errar o alvo ou perder o caminho certo. A palavra sugere a noção de pecado como disposição ou estado assim como acto. Dá-nos a ideia de que o homem não encontra no pecado o que busca, mas um estado de ilusão e engano. Carlyle

surpreendia-se não com que os homens sofressem tanto, mas com que tanto perdessem. Tal é a tragédia do pecado.

Uma segunda palavra é *parábasis* (παράβασις), que significa pecado como um acto de transgressão. Esta indica que a ideia de pecado está limitada pela ideia de lei, porque *onde não há lei, também não há transgressão* (Rom. 4:15). Faz-se aqui referência à ordem moral eterna de Deus com as suas manifestações primitivas nos reclamos da própria consciência. O pecado como transgressão da lei é possível só aos seres morais e racionais. Mas quando um homem deliberadamente abdica os postulados da lei sob os quais ele existe, neste instante faz que o pecado apareça. Essa lei não é impessoal e a transgressão voluntária faz que o ofensor fique sujeito à ira do Promulgador pessoal da lei *porque a lei suscita a ira* (Rom. 4:15). A virtude reveste-se, portanto, da natureza de obediência e o pecado é desobediência a Deus. Isto é verdadeiro mesmo quando a ofensa é contra o próximo. O pecador que desta maneira viola a lei de Deus torna-se num rebelde no sentido moral.

João ajuda a nossa compreensão da natureza do pecado por meio de uma definição penetrante: *Toda injustiça é pecado* (I João 5:17). A palavra chave nesta passagem, *adikia* (ἀδικία) significa “tortuosidade” ou torcimento do que era recto. Não só se refere a actos pervertidos, mas ao estado de injustiça ou desordem resultante de tal perversão. O pecado é, portanto, auto-separação de Deus, no sentido de descentralização. O eu assume o lugar que deveria ser ocupado por Deus. A perfeição do amor tal como se manifesta em Cristo, encontra-se no facto de que Ele não cuidou de agradar a Si próprio (Mat. 22:37-40); e em que não buscou o que era Seu (I Cor. 13:5). Por outro lado, Paulo declarou que o cúmulo do pecado nos últimos dias se encontraria no facto de que seriam amantes de si mesmos (II Tim.

3:1-2). A ênfase de João é que o pecado é um estado ou condição em que o centro em torno de que giram os pensamentos do homem, os seus afetos e volições, está deslocado e assim se tornou no centro da injustiça. Por esta razão fala dos pecados como perdoados, mas da injustiça como purificada.

Um termo ainda mais enfático para o pecado, *anomia* (*ἀνομία*) é usado por João no texto, *Todo aquele que pratica o pecado, também transgredir a lei: porque o pecado é a transgressão da lei* (I João 3:4). Ressalta-se uma vez mais o estado do pecado em vez de o acto. É uma condição caracterizada pela “falta de conformidade com a lei”, ou a “ilegalidade”. O pecado representa não simplesmente um estado de desorganização mas um estado confuso de rebelião contra Deus.

A última palavra que apontaremos nesta análise da natureza do pecado é *asébeia* (*ἀσέβεια*) ou impiedade. Não só marca a separação da alma com relação a Deus, mas encerra o pensamento de um carácter dissimilar ao de Deus, um estado ou condição caracterizada pela ausência de Deus. É um termo forte. Paulo usa-o em Romanos 1:18, *A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça*. O termo encerra o pensamento de abeirar-se da perdição. É assim que declara Judas: *Eis que veio o Senhor entre suas santas miríades, para exercer juízo contra todos e para fazer convictos todos os ímpios, acerca de todas as obras ímpias que impiamente praticaram, e acerca de todas as palavras insolentes que ímpios pecadores proferiram contra ele* (Judas 14-15).

B. Definições do Pecado.

Cabem aqui algumas definições típicas do pecado. Os teólogos têm definido o pecado de várias maneiras, mas raramente passam por alto o facto de que o pecado existe como acto assim como estado ou condição. Isto é

importante em qualquer sistema de teologia em que o princípio da salvação pela fé recebe lugar de destaque especial. É ainda mais importante quando se deseja ressaltar a doutrina da inteira santificação como segunda obra definida da graça subsequente à regeneração.

Uma das definições mais familiares do pecado é a de João Wesley: "O pecado é a transgressão voluntária de uma lei conhecida". O doutor Raymond ressalta a natureza dupla do pecado quando diz: "A ideia primária designada pelo termo pecado nas Escrituras é falta de conformidade com a lei, a transgressão da lei, o fazer aquilo que é proibido, o deixar de fazer aquilo que é ordenado. Num sentido secundário, o termo aplica-se ao carácter, não ao que se faz mas ao que se é". Uma das definições mais inclusivas e claras do pecado é a do doutor A. H. Strong que afirma: "O pecado é a falta de conformidade com a lei moral de Deus, quer seja em acto, em carácter ou em estado".

C. *As Consequências do Pecado.*

As consequências do pecado são a culpa e a pena. A culpa é a imputabilidade pessoal que se segue ao acto pecaminoso. Abrange a ideia dupla de responsabilidade pelo acto e do merecimento de castigo por causa dele. A pena traz consigo a noção do castigo que se segue ao pecado. Este castigo pode vir como resultado de consequências naturais ou de ação direta de Deus.

1. *A Natureza da Culpa.* A culpa é o estado ou condição do que transgrediu a lei. Toma a forma de condenação baseada na desaprovação de Deus. Isto deve-se a que a oposição à lei de Deus significa oposição pessoal a um Deus pessoal, no grau e na extensão em que Ele se tem revelado ao ofensor.

A culpa como culpabilidade pessoal deve-se distinguir da consciência dessa culpa. O facto de que uma pessoa pecou implica num senso de culpa. Mas circunstâncias variadas podem aumentar ou diminuir a

consciência dessa culpa. O pecado não somente engana, mas endurece o coração. Geralmente um homem tem menos consciência do pecado quanto mais o comete. Mas a culpa permanece, não obstante, mesmo quando o homem não lhe tem consciência. A culpa também abrange o merecimento do castigo pessoal por causa do pecado. Assim relaciona-se à pena, mas deve-se fazer distinção entre o merecimento do castigo e o castigo em si.

2. *A Natureza da Pena.* A pena abrange as consequências de todos os males implícitos no pecado. Toda a forma de pecado tem a sua própria pena. Há pecados contra a lei, contra a luz e contra o amor—cada um deles tem a sua pena especial. Há pecados de ignorância e pecados de presunção. Assim pode haver graus nas culpas e graus nas penas, como no caso dos pecados de ignorância ou de fraqueza, em oposição aos pecados de conhecimento (cf. Mat. 10:15; 12:31; Marcos 3:29; Lucas 12:47; João 19:11; Rom. 2:12). A pena, portanto, é o castigo que se segue ao pecado, seja por meio das próprias leis naturais, morais ou espirituais, seja por decreto direto de Deus. Deve-se ressaltar que Deus não está limitado às Suas leis ordinárias no castigo de pecadores. É uma pessoa livre e pode por ação direta empregar vários meios para vindicar-Se a Si mesmo e ao Seu governo. Entretanto, a pena em todas as suas formas representa a reação de Deus contra o pecado e baseia-se, em última análise, na Sua santidade.

A principal pena do pecado é a morte (Gên. 2:7), mas a natureza desta pena tem sido interpretada de diferentes maneiras. Os teólogos arminianos geralmente interpretam a morte como o que chamamos a “plenitude de morte”, isto é, morte física, temporal, e eterna. Embora seja verdade que a morte física é consequência do pecado, a morte espiritual é o resultado mais trágico que se deve acentuar. A morte, em ambos os casos, é a consequência de retirar-se do homem o Espírito Santo.

Como Henry Drummond salientou, a morte é a falta de correspondência, a falta de relação mútua entre a pessoa e o seu meio ambiente. O ramo separado da videira está morto porque não está mais unido à fonte da sua vida. O momento da separação do homem de Deus fez surgir o reino da morte. Deve-se ao propósito redentor que Deus tinha o facto de não ter findado imediatamente a existência do homem.

O Espírito Santo foi o traço de união entre a alma humana e o Criador. Com a retirada do Espírito o homem perdeu imediatamente a comunhão com Deus. Negativamente, isto significava a perda da rectidão original do homem ou a sua santidade primitiva. Positivamente, representava a depravação dessas faculdades que na sua ação unida chamamos a natureza moral do homem. A esta natureza decaída chama-se “a carne”, um termo que se usa para indicar que o todo do homem—corpo, alma e espírito—ficou separado de Deus e sujeito à criatura. A consequência desta depravação das faculdades humanas pode-se verificar na sua idolatria, egoísmo, desejo desordenado e inclinação cada vez maior para a impiedade.

A morte eterna é o julgamento final de Deus sobre o pecado. É a separação permanente e irrevogável da alma da única Fonte de vida espiritual. É o castigo do pecado à parte das influências benignas da graça divina. É a consumação final daquela realidade trágica anunciada nas Sagradas Escrituras com estas palavras: *o salário do pecado é a morte* (Rom. 6:23).

IV. O PECADO ORIGINAL OU A DEPRAVAÇÃO HERDADA

Vimos que a pena do pecado é a morte. Notamos também que os efeitos do pecado não podem ser limitados ao indivíduo, mas que devem abranger também no seu alcance as consequências sociais e raciais. É a estas

consequências que se aplicam os termos Pecado Original e Depravação Herdada.

A. Terminologia.

O doutor Field indica que o termo “pecado original” não se encontra nas Escrituras, mas foi introduzido por Agostinho na sua controvérsia com os pelagianos. No uso ordinário, os termos “pecado original” e “depravação herdada” empregam-se frequentemente como sinônimos; isto é, aplicam-se geralmente à condição natural da vida espiritual do homem separada da graça divina. Este emprego comum aparece na seguinte definição do pecado original que se encontra nos Artigos de Fé da Igreja Anglicana: “O pecado original é o defeito e a corrupção de todo o homem por meio da qual o indivíduo está muito distanciado da rectidão original e é, por sua própria natureza, inclinado para o mal, de maneira que a carne sempre tem desejos contrários ao Espírito; e, portanto, em cada pessoa nascida neste mundo ele (o pecado original) merece a ira de Deus e a Sua condenação”.

Apesar do facto de os termos pecado original e depravação herdada serem usados frequentemente como sinônimos referindo-se à condição não regenerada do homem, podemos fazer certas distinções proveitosas no seu emprego. O termo pecado original implica os seguintes pontos: (1) a ideia das consequências raciais do pecado; (2) a questão do grau em que o pecado original é o resultado da transgressão de Adão; e (3) os aspectos em que o estado natural do homem é realmente *pecaminoso*. O termo depravação herdada pode ser reservado para descrever as condições morais do homem natural, sem referência particular à origem última desta condição, ou sem especial atenção ao sentido exato em que esta condição é pecaminosa. É evidente que os dois termos estão entrelaçados quanto ao sentido. As dis-

tinções que fazemos são principalmente para ajudar a clareza da análise e a descrição.

B. *O Facto do Pecado Original.*

As Escrituras ensinam que a presença da morte no mundo, com todas as suas más consequências, se deve ao pecado do homem. Talvez a passagem bíblica mais importante com respeito ao assunto seja a de Paulo: *Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram. Porque até ao regime da lei havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não há lei. Entretanto, reinou a morte desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual prefigurava aquele que havia de vir... Se pela ofensa de um, e por meio de um só, reinou a morte, muito mais os que recebem a abundância da graça e o dom da justiça, reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo. Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só acto de justiça veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida* (Rom. 5:12-14, 17-18). Ensina-se aqui claramente que antes da queda de Adão não havia nem pecado nem morte; depois da queda vieram ambos e foram considerados como consequência direta. O apóstolo declara, ademais, que a morte como consequência do pecado passou a *todos* os homens, isto é, por meio da propagação da raça humana. Daí serem na realidade idênticos o pecado original e a depravação herdada. A propagação da raça foi não somente na semelhança física de Adão, mas também na sua imagem moral decaída. Paulo também afirma que a morte reina mesmo sobre os que não pecaram à maneira de Adão por um acto externo de desobediência. Daí, a morte como pena para o pecado deve ter sido e ainda ser

uma consequência do pecado como natureza depravada, bem como acto de desobediência.

C. *O Facto da Depravação Herdada.*

Vimos que todos os homens nasceram sob a pena de morte como consequência do pecado de Adão e que nasceram também com a natureza depravada. Este último estado é considerado como o pecado inato, ou depravação herdada. As seguintes passagens bíblicas representativas revelam esta condição: *Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe* (Sal. 51:5). *Desviam-se os ímpios desde a sua concepção; nascem e já se desencaminham, proferindo mentiras* (Sal. 58:3). O primeiro destes versículos emprega a palavra “iniquidade” que implica a noção de uma natureza pervertida ou degenerada desde a inepção da vida. O segundo versículo implica uma noção ainda mais completa: alienação ou afastamento de Deus que é claramente herdado porque começa com o nascimento.

São numerosas as referências do Novo Testamento ao caráter moralmente depravado da raça humana. O nosso Senhor Jesus Cristo disse: *O que sai do homem, isso é o que o contamina. Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura: Ora, todos estes males vêm de dentro e contaminam o homem* (Marcos 7:20-23). Assim Cristo afirma que as más ações têm a sua origem no coração natural do homem. Paulo usa repetidamente o termo “carne” com referência à natureza depravada do homem. *Porque os que se inclinam para a carne cogitam das cousas da carne* (Rom. 8:5). *Portanto os que estão na carne não podem agradar a Deus* (Rom. 8:8). *Vós, porém não estais na carne, mas no Espírito* (Rom. 8:9). *Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; (Rom. 8:13). E os que*

são de Cristo Jesus crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências (Gál. 5:24). *Neste caso, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum* (Rom. 7:17-18). Todas estas passagens demonstram que a inclinação para o pecado pertence à natureza humana decaída.

D. *A Natureza da Depravação Herdada.*

A expressão depravação herdada aplica-se ao estado ou condição do homem por nascimento. Exprime a depravação moral do homem no seu estado natural. Esta condição pertence à pessoa *toda*, não simplesmente a uma parte do ser, como, por exemplo, a vontade. É um estado de desordem do próprio fundamento do ser humano donde saem as más tendências, os afetos desordenados e os impulsos viciosos.

A depravação humana é o resultado de uma privação. Quando o homem pecou, perdeu a imagem moral de Deus com a qual tinha sido criado. Isto significou que o Espírito Santo se retirou do seu ser e o homem perdeu o estado de santidade primitiva. A consequência desta privação ou perda foi que o pecado veio sobre ele e inundou toda a sua natureza. Uma vez perdido o poder dominante, capacitador e santificador do Espírito Santo, o homem ficou separado de Deus, tornou-se escravo dos seus impulsos irregulares e das suas paixões vis, e caiu sob a maldição da lei.

Ao falar da depravação total do homem não queremos dizer que ele seja de tal maneira depravado que não possa haver nele graus de maior maldade. Pelo contrário, usa-se o termo no sentido *amplo* e implica a ideia de que o pecado e o seu contágio se estendem através do seu ser total. Vicia a todo poder e faculdade do espírito, da alma e do corpo. Os afetos são desordenados, o intelecto obscurecido e a vontade pervertida: *Toda a cabeça está doente e todo o coração enfermo* (Isa. 1:5).

O homem natural está destituído de todo o bem positivo. Paulo afirma: *Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum* (Rom. 7:17-18).

À parte da capacidade graciosa estendida a todos os homens pelo Espírito Santo, a depravação faz que o homem fique completamente incapacitado para as coisas espirituais. Não obstante, Paulo declara: *Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só acto de justiça veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida. Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim também por meio da obediência de um só muitos se tornarão justos* (Rom. 5:18-19). Por esta graça que vem de Jesus Cristo evita-se que a humanidade desça além da possibilidade da redenção, apesar dos efeitos do pecado. O Espírito Santo foi restaurado à raça humana—não no sentido de espírito de vida na regeneração ou espírito de santidade na inteira santificação—mas como espírito de despertamento e de convicção. Assim, a ajuda graciosa do Espírito Santo é colocada em contraposição com a depravação total do homem e a sua incapacidade natural. Todos os que querem, portanto, podem ser restaurados ao estado de santidade por meio do nosso Senhor Jesus Cristo. Todos os que querem podem sair do pecado para a justiça, crer em Cristo para o perdão e a purificação dos pecados e fazer boas obras agradáveis e aceitáveis diante Dele. Deve-se lembrar, contudo, que esta liberdade que o homem goza não é mera capacidade natural, mas é uma graça, uma capacidade dada por Deus.

E. *A Transmissão do Pecado Original.*

Aceitando, pois, que o pecado original ou a depravação herdada teve a sua origem no pecado de Adão, devemos considerar, ainda que ligeiramente, a maneira como esta depravação se transmite a cada indivíduo da

raça humana. Têm surgido vários ensinamentos sobre este assunto, sendo o mais aceitável dentre eles “O Modo Genético”. Esta é simplesmente expressão ou aplicação da lei natural da hereditariedade. É lei da vida orgânica que todo o ser reproduz a própria espécie, não somente no que se refere à estrutura anatômica e a características físicas, mas também quanto à vida mental e ao caráter. A lei da transmissão genética determina a semelhança dos descendentes para com os pais. Basta isto para explicar a natureza depravada nata do homem.

Os descendentes de Adão nasceram debaixo da maldição da lei que privou a natureza humana do Espírito de Deus e que só pode ser restaurada em Jesus Cristo. A depravação hereditária, então, é apenas a lei da hereditariedade natural, mas é essa mesma lei operando sob as consequências do pecado de Adão.

O homem não é responsável pela natureza depravada com que nasce. Por isso, não tem nenhuma culpa. O homem não pode ser culpável pelo pecado inato com que vem a este mundo. Torna-se responsável somente depois que rejeita o remédio dado pelo sangue expiador. Desta maneira ratifica o pecado como seu.

F. *A Depravação e a Fraqueza.*

O termo “carne”, tal como é usado por Paulo, abrange tanto a natureza física como a natureza espiritual do homem sob o domínio do pecado. A corrupção estende-se ao corpo assim como à alma. A depravação da natureza espiritual pode ser removida pelo batismo com o Espírito Santo, mas as fraquezas da carne só podem ser removidas na ressurreição e glorificação do corpo. Em sentido geral o homem não tem dificuldade em distinguir a alma do corpo, mas a última linha de demarcação, a fronteira exata entre o espiritual e o físico não pode ser determinada. Se soubéssemos onde se encontra esta linha divisória, poderíamos facilmente

distinguir as manifestações carnis, que têm o seu fundamento totalmente na alma, e as fraquezas físicas, que são a expressão da constituição física do homem sujeito ainda ao pecado. A fadiga mental, com frequência, enfraquece o corpo; e a doença física, por sua vez, pode enfraquecer a mente e o espírito do homem. Há certas enfermidades que podem levar a predisposições emotivas anormais ou a formas especiais de expressão. A falta de descanso adequado, alimentação inadequada, distúrbios das glândulas endócrinas e outros fatores podem resultar em períodos de irritabilidade excessiva ou de depressão anormal. Conflitos mentais levam frequentemente a uma condição conhecida, de ordinário, como “esgotamento nervoso”, durante a qual pessoas inteiramente santificadas podem agir de modo anormal. Diante do facto que a linha divisória entre o físico e o espiritual não é precisa e clara em muitos casos, necessita-se sempre do espírito de amor para com todos. Ao mesmo tempo, toda a pessoa deve ser honesta com respeito à sua própria condição espiritual. Deve confrontar-se de maneira resoluta com os factos na vida e deixar de lado qualquer tentação de racionalizar as manifestações carnis e considerá-los como “fraquezas físicas”.

QUESTIONÁRIO

1. Explique com clareza porque na teologia cristã é fundamentalmente importante ter adequada noção do pecado.
2. Descreva o simbolismo bíblico incluso na narração da Escritura sobre a queda do homem. Porque é necessário levar isto em consideração?
3. Porque era necessário o estado de prova do homem?
4. Como explicar a queda do homem, apesar da sua condição de santidade original? Em que ponto preciso da tentação e da queda entrou no homem o pecado?
5. Explique o conceito de Satanás como o anticristo.
6. Qual é o ensinamento bíblico sobre a origem do pecado?
7. Cite cinco termos diferentes usados no original grego para representar o pecado no seu conceito. Note cuidadosamente o significado de cada um e apresente uma citação bíblica em que seja usado.
8. Seleccione as três mais importantes definições do pecado, dando as razões de cada uma.
9. Que significam as palavras *pena* e *culpa* com relação ao pecado? Que é que se inclui na ideia da morte como pena do pecado?
10. Faça a distinção entre o pecado original e depravação herdada.
11. Discuta amplamente a base bíblica para as doutrinas do pecado original e da depravação herdada.
12. Em que sentido é total a depravação? Em que sentido não é?
13. Que quer dizer a expressão "Dom gratuito"? Como se relaciona com a ideia da depravação total?
14. Como se transmite o pecado original de uma a outra geração?
15. Porque é necessária e desejável a distinção entre a depravação e a fraqueza? Que perigos se enfrentam ao fazer-se esta distinção?

PARTE IV

A DOCTRINA DE JESUS CRISTO

Sinopse

Os antigos estudantes da pseudociência da alquimia professaram um tríplice propósito: a descoberta da pedra do filósofo, o solvente universal e o elixir da vida. Com a pedra do filósofo esperavam poder transformar, fácil e rapidamente, metais como o ferro e o chumbo em metais de valor como o ouro e a prata. Com o solvente universal esperavam dissolver rapidamente todas as substâncias insolúveis. E com o elixir da vida pretendiam destruir as sementes de todas as doenças para que o indivíduo pudesse permanecer eternamente jovem.

No nível elevado da vida espiritual do homem o nosso Senhor Jesus Cristo satisfaz gloriosamente os três desejos do alquimista antigo. Ele é a Pedra do Filósofo da Graça. Através da Sua obra expiatória Ele é capaz de remover a escória, o terreno, o vil da nossa natureza e convertê-la de tal maneira que nos tornamos em “filhos de Deus”. Ele é o Solvente Universal. Os Seus ensinamentos incomparáveis proporcionam princípios eternos que solucionarão todo problema, seja pessoal ou social, por mais “insolúvel” que pareça ser. Ele é o Elixir da Vida. Por meio da Sua ressurreição dos mortos, nós que somos unicamente Seus, podemos esperar uma vida onde não há sombra nem tristeza.

É para a pessoa maravilhosa e única, os gloriosos ofícios e a morte vicária do nosso Senhor que voltamos a nossa atenção nesta parte. Na Sua pessoa encontramos o divino-humano, verdadeiro homem mas verdadeiro Deus. Nos Seus ofícios Ele é o nosso Profeta, Sacerdote e Rei. Na Sua obra expiatória do pecado encontramos o propósito central da Sua vinda e o fundamento da nossa redenção. Adoremos e louvemos ao nosso Cristo bendito—mesmo ao estudar.

PARTE IV

A DOCTRINA DE JESUS CRISTO

Capítulo XI. *A Pessoa de Cristo*

- I. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E BÍBLICOS
 - A. Acontecimentos na Vida de Jesus Cristo e o Seu Significado Teológico.
 1. A Conceção e O Nascimento Milagrosos.
 2. A Circuncisão.
 3. O Crescimento Normal de Jesus.
 4. O Batismo.
 5. A Tentação.
 6. A Obediência de Cristo.
 7. A Paixão e A Morte de Cristo.
 - B. O Desenvolvimento da Cristologia da Igreja.
 1. O Ebionismo.
 2. O Docetismo.
 3. O Sabelianismo.
 4. O Arianismo.
 5. O Apolinarianismo.
 6. O Nestorianismo.
 7. O Eutiquianismo.
 8. O Monofisitismo e o Monotelismo.
 9. O Adopcionismo.
 10. O Socinianismo.
 - C. A Declaração Autorizada com Respeito à Natureza de Cristo.
- II. A HUMANIDADE DE CRISTO
 - A. Características da Natureza Humana de Cristo.
 - B. O Cristo Sem Pecado.
 - C. Os Sofrimentos de Cristo.
- III. A DIVINDADE DE CRISTO
 - A. A Preexistência de Cristo.

- B. Cristo era o Jeová do Antigo Testamento.
 - C. Os Pressupostos Únicos de Jesus Acerca de Si Mesmo.
- IV. A PESSOA DIVINO-HUMANA
- A. A Natureza da Encarnação.
 - B. Uma Pessoa Única.
 - C. As Duas Naturezas.
 1. A Definição de Calcedônia.
 2. A Fé Ortodoxa.

Capítulo XII. *Os Estados e Ofícios de Cristo*

- I. O ESTADO DE HUMILHAÇÃO
- A. Os Estágios da Humilhação de Cristo.
 - B. *A Communicatio Idiomatum*.
 - C. As Teorias Primitivas da Depotenciação.
 - D. As Teorias Kenóticas Posteriores.
- II. A EXALTAÇÃO
- A. A Descida ao Hades.
 - B. A Ressurreição.
 - C. A Ascensão.
 - D. O Assentar-se à Destra.
- III. OS OFÍCIOS DE CRISTO
- A. Seu Ofício Como Profeta.
 - B. Seu Ofício Como Sacerdote.
 - C. Seu Ofício Como Rei.

Capítulo XIII. *A Expição*

- I. A NATUREZA E NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO
- A. Definições da Expição.
 - B. A Necessidade da Expição.
- II. A BASE BÍBLICA DA EXPIAÇÃO
- A. Prefigurações da Expição no Antigo Testamento.
 1. Os Sacrifícios Primitivos.

2. Os Sacrifícios da Lei.
 3. As Predições dos Profetas.
 - B. O Conceito de Sacrifício no Novo Testamento.
 - C. O Motivo ou Causa Originadora da Expição.
 - D. A Natureza Vicária da Expição.
 - E. Terminologia Bíblica.
- III. AS TEORIAS DA EXPIÇÃO
- A. A Doutrina Patrística.
 - B. A Teoria de Anselmo Sobre a Expição.
 - C. A Teoria de Abelardo.
 - D. As Teorias Escolásticas.
 - E. A Teoria Católica Romana ou Tridentina.
 - F. A Teoria da Satisfação Penal.
 - G. A Teoria Reitoral ou Governamental.
 - H. As Teorias da Influência Moral.
 1. O Socinianismo.
 2. As Teorias Místicas.
 3. A Teoria da Influência Moral de Bushnell.
 4. A Nova Teologia.
 - I. A Teoria Ética.
 - J. A Teoria Racial.
- IV. O ALCANCE E OS BENEFÍCIOS DA EXPIÇÃO
- A. O Alcance Universal da Expição.
 - B. Os Benefícios Incondicionais da Expição.
 1. A Existência Contínua da Raça Humana.
 2. A Restauração de Todos os Homens à Salvabilidade.
 3. A Salvação das Crianças.
 - C. Os Benefícios Condicionais da Expição.
 - D. A Intercessão de Cristo.

CAPÍTULO XI

A PESSOA DE CRISTO

“Ele é o vero Deus. Mas na revelação em Cristo a divindade nunca se separa da humanidade; as naturezas divina e humana nunca se separam, nem uma neutralizou a outra. Devemos ver em Cristo... a plenitude da divindade emoldurada no quadro da humanidade; não os atributos do divino na sua infinitude ilimitada, mas os próprios atributos divinos encorporados aos da natureza humana. Em lugar da onipresença temos a presença bendita, da qual testifica o Deus-homem, *Quem me vê a mim, vê o Pai* (João 14:9); em lugar da onisciência vem a sabedoria divinamente humana que revela aos pequeninos e às criancinhas os mistérios do reino dos céus; em lugar da onipotência criadora do universo, vem o poder que completa, restaura e refaz o mundo, o poder infinito e a plenitude do amor e da santidade em virtude de que o Deus-homem podia testificar: *Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra* (Mat. 28:18). Pois todos os poderes terrenos e celestes, todas as forças da natureza e da história encontram Nele o centro da liberdade e servem ao reino cuja cabeça é Cristo.”

—Bispo Martensen.

A Cristologia é a parte da teologia que trata da Pessoa de Cristo como o Redentor da humanidade. Amplia-se algumas vezes abrangendo tanto a Pessoa como a Obra de Cristo mas, em geral, aplica-se somente à Pessoa, sendo a Obra matéria estudada pela Soteriologia.

Ao estudar a Pessoa de Cristo chegamos ao centro do Cristianismo. Contudo, não nos interessam aqui tanto doutrinas acerca de Cristo, quanto a apresentação d’Ele à fé e à adoração como Deus manifestado em carne. A verdadeira cristologia está baseada na experiência objetiva de Cristo tal como foi conhecido pelos apóstolos, experiência que vem relatada nos Evangelhos e interpretada nos outros escritos apostólicos debaixo da iluminação e direção do prometido Espírito Santo. Os Evangelhos, portanto, proporcionam os factos fundamentais da cristologia, em que declaram que a encarnação do Verbo divino é o único meio pelo qual podemos ter um conhecimento de Deus. Além disso, os factos aqui apresentados podem ser provados por métodos históricos e proporcionam a base para o desenvolvimento dogmático posterior. Aprofundaremos melhor este assunto central e valioso, portanto, estudando os aconte-

cimentos principais da vida de Cristo e o significado teológico de que se revestem.

I. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E BÍBLICOS

A. *Acontecimentos na Vida de Cristo e o Seu Significado Teológico.*

Os acontecimentos na vida de Cristo que serão considerados no seu significado teológico são os seguintes: (1) A Conceção e o Nascimento Milagrosos; (2) A Circuncisão; (3) O Crescimento Normal de Jesus; (4) O Batismo; (5) A Tentação; (6) A Obediência de Cristo; (7) A Sua Paixão e Morte. A Descida, a Ressurreição, a Ascensão e o Assentar-se à Destra serão estudados melhor em ligação com o estado de exaltação (Veja-se o capítulo XII, seção II).

1. *A Conceção e o Nascimento Milagrosos.* Mateus menciona o nascimento virginal de Cristo como o cumprimento da profecia, enquanto Lucas o considera o facto fundamental da revelação histórica. Este facto tem sido, às vezes, impugnado violentamente, mas os que o negam ficam em maiores dificuldades do que os que o admitem como facto milagroso. Se Cristo tivesse nascido de forma ordinária, necessariamente teria que herdar a depravação e o pecado que são tão característicos na nossa natureza decaída. Por esta razão, a Igreja sempre sustentou que *Cristo foi concebido pelo Espírito Santo e nasceu da virgem Maria.* Mas afirmar o facto de que Cristo não tinha pecado é somente um aspecto do mistério da Sua pessoa. Na concepção e no nascimento milagrosos Ele assumiu a natureza humana—com exceção do pecado—como Filho preexistente e divino. Por isso as Escrituras falam do *santo* que havia de nascer, implicando que na própria constituição da natureza humana se efetuariam transformação completa. Não foi meramente a origem de outro ser dentro da raça, mas o Filho preexistente vindo dos céus à raça

humana; não foi meramente outra individualização da natureza humana, mas a união do divino com o humano em uma nova ordem de ser—uma Pessoa teantrópica. Em Jesus Cristo temos o nascimento de uma nova ordem de humanidade—um *novo homem criado segundo Deus, em justiça e rectidão procedentes da verdade* (Efé. 4:24). É aqui que se encontra o fundamento da Sua obra mediadora. No instante em que a natureza humana se uniu com Deus na pessoa de Jesus Cristo, neste mesmo instante foi remida; e esta redenção torna-se o fundamento da nossa regeneração e da nossa santificação.

2. *A Circuncisão.* O rito da circuncisão marcava a indução oficial de uma criança judaica às bênçãos do pacto de Abraão. Uma cristologia correta deve sustentar que para Jesus a circuncisão era algo mais do que um rito religioso vazio. Significava um pacto de graça em que a relação de Deus com o homem e a do homem com Deus foram elevadas a um nível mais alto e único. Era para Ele a comunhão de duas naturezas em uma só Pessoa—a divina e a humana. Enquanto a humanidade de Jesus era sem mancha e, em certo sentido, já remida na Pessoa de Cristo, a aplicação desta redenção à humanidade, à parte da encarnação, não se havia efetuado ainda. Isto somente se realizaria através da Sua paixão e da Sua morte, da Sua ressurreição e da Sua ascensão. O significado deste rito para a obra da salvação está precisamente em que a perfeição final não pode ser alcançada por meio do reino da natureza, mas pelo reino da graça.

3. *O Crescimento Normal de Jesus.* Pela Sua elevada comunhão com o Pai por meio do Espírito Santo, foi possível ao menino Jesus passar da pureza sem mácula da Sua infância para uma idade varonil incorrupta e sem pecado. Nele a inocência inconsciente foi transformada em obediência consciente e a santidade

da Sua natureza nunca teve a experiência ou a contaminação do pecado. A unicidade de Jesus com referência ao Seu crescimento e desenvolvimento está nisto, que foi a evolução de uma natureza humana normal e pura separada de toda a espécie de pecado. Na infância ordinária há a força desintegradora da depravação herdada ou a inclinação para o pecado e, por consequência, o crescimento não pode ser inteiramente normal. Mas Jesus não tinha qualquer destas consequências viciadas do pecado inato. Sob a direção do Espírito Santo e na comunhão espiritual com o Pai, o Seu crescimento foi preeminentemente perfeito. Nem fugiu a nenhuma condição da humanidade—a infância, a meninice, a juventude ou a idade madura, mas santificou cada uma destas fases da vida para que em todas as coisas tivesse a primazia.

4. *O Batismo.* O batismo de Jesus foi a Sua introdução oficial ao ofício como Messias ou Cristo. Não foi ungido com azeite, mas com o Espírito Santo que o azeite simbolizava. Na circuncisão Jesus Se havia submetido inconscientemente à imputação do pecado, agora torna-se conscientemente o representante de uma raça pecadora. Imagine o leitor uma grande fila de candidatos esperando o batismo pela mão de João—Jesus entre eles—e contemple o cumprimento da profecia antiga, *Foi contado com os transgressores, contudo levou sobre si o pecado de muitos, e pelos transgressores intercedeu* (Isa. 53:12). O batismo, portanto, marca o princípio oficial do ministério redentor de Cristo.

5. *A Tentação.* A tentação de Jesus foi uma necessidade no regime mediador e, como o Seu batismo, é de importe universal. Dois fatores são incluídos nela: (1) Jesus devia triunfar pessoalmente sobre o pecado por oposição voluntária, antes de ser o Autor da vida eterna para os demais; e (2) não somente teria de vencer por Si mesmo, mas deveria assegurar dignidade e fortaleza

para o Seu reino. A tentação foi ao mesmo tempo externa e interna. Foi externa no sentido de que se originou no exterior e à parte de Si mesmo. Jesus foi assediado por Satanás, que representava o reino do mal. A tentação não foi apenas a confusão de propósitos contrários na Sua própria mente, como sustentam alguns. Do ponto de vista interno a tentação foi uma pressão consciente para o mal. Devemos crer que Cristo experimentou a força completa das insinuações de Satanás e que as repeliu imediatamente.

6. *A Obediência de Cristo.* Durante o tempo do Seu ministério o nosso Senhor Jesus Cristo sempre esteve sob a unção do Espírito Santo e andou fazendo o bem. Não veio para ser servido, mas para servir e dar a Sua vida em resgate de muitos. Quando o primeiro Adão foi tentado, ele o foi por um apelo ao seu interesse próprio. Criado para ter autoridade na terra, quando olhava para Deus via-se a si mesmo como servo; quando olhava para a terra, via-se como senhor. Satanás disse-lhe, pois: "Sereis como deuses". O que não lhe disse foi que esse poder sobre a terra que o homem possuía era apenas delegado por Deus. Tendo perdido o estado de servo, perdeu também o direito de senhor. Cristo veio aperfeiçoar este estado de servo e, portanto, recuperar para o homem o senhorio. Consequentemente, vemos estranha reversão no ministério de Jesus. Durante o ministério terreno estava subordinado ao Espírito Santo, mas tendo aperfeiçoado o estado de servo, recebeu do Pai a promessa do Espírito Santo como um dom para a Igreja. Agora, do trono de intercessão, proporciona o Espírito e restaura o homem outra vez à soberania do seu ser antes perdido por causa do pecado.

7. *A Paixão e a Morte de Cristo.* A obediência perfeita encontra-se nas circunstâncias humilhantes da Sua morte—particularmente a morte de cruz. Enquanto os sofrimentos de Cristo podem distinguir-se da maneira

precisa da Sua morte, a morte em si mesma não pode ser separada da crucificação. Por isto a cruz era para o nosso Sumo Sacerdote simplesmente a forma terrível que o Seu altar assumia quando carregou *ele mesmo em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados* (I Ped. 2:24). *Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados* (Heb. 9:15).

B. *O Desenvolvimento da Cristologia na Igreja.*

Vimos que os factos respeitantes a Cristo tal como estão nos Evangelhos são altamente significativos. Estes factos, depois de muita controvérsia, foram agrupados finalmente pela Igreja numa declaração aceita e autorizada. O exame histórico, ainda que breve, dos diferentes erros que surgiram na Cristologia de vez em quando, e a maneira como a Igreja venceu a todos eles, é essencial para a compreensão clara deste assunto.

1. *O Ebionismo.* Um dos primeiros erros referentes à natureza de Cristo que apareceu na Igreja Primitiva foi o dos ebionitas. Esta seita judaica dentro da Igreja não podia reconciliar a divindade de Cristo com um monoteísmo estrito e, por isso, negava-a. Dizia que no batismo Cristo recebeu incomensurável plenitude do Espírito que O constituía o Messias.

2. *O Docetismo.* Os docetistas derivam o nome da palavra grega que significa “parecer” ou “aparecer”. Estavam intimamente relacionados com os gnósticos e, daí, afirmavam que o corpo de Cristo era mera aparência ou fantasma. Somente pela redução da vida terrena de Cristo à condição de prolongada teofania, podiam explicar a unidade da divindade e da humanidade em Jesus Cristo. O Ebionismo era consequência da influência judaica, o Docetismo era produto da filosofia pagã.

3. *O Sabelianismo.* Este erro é uma forma de monarquianismo e pertence, mais especificamente, às controvérsias trinitárias (veja-se o capítulo VII, Seção IV). Não obstante, uma vez que afeta também a Cristologia, devemos estudá-lo aqui, mesmo que seja sumariamente. Sabélio ensinou que havia somente um Deus que Se manifestou primeiro como Pai, depois como Filho e finalmente como Espírito Santo. Verifica-se claramente que não temos aqui uma trindade real—mas somente uma trindade de manifestações. Na sua base é panteísta porque ensina que o mesmo Deus evoluiu em diferentes formas ou manifestações. A Igreja condena esta teologia como herética.

4. *O Arianismo.* Como a anterior, esta heresia atinge mais a doutrina da Trindade. Ário era um presbítero de Alexandria no século IV e ensinava que Cristo era a encarnação do Logos ou Verbo preexistente, mas que este Verbo era uma criatura intermediária—a mais elevada de todas mas externa à divindade. Esta formulação foi a precursora do Socinianismo primitivo e do Unitarianismo mais moderno.

5. *O Apolinarianismo.* Apolinário, bispo de Laodicéia no século IV, parece ter ensinado que a natureza humana de Cristo era incompleta. Sustentando uma divisão tricotômica da natureza humana em corpo, alma e espírito, atribuía a Cristo corpo humano e alma animal de caráter inferior e não espírito humano ou alma racional. Dizia que esta última foi substituída pelo Logos ou Verbo divino, formando assim um ser divino-humano. Na divisão dicotômica da natureza humana em corpo e alma, isto era equivalente a ensinar que Cristo não tinha alma humana.

6. *O Nestorianismo.* Nestório, bispo de Constantinopla no IV século, ensinou o extremo oposto, afirmando que em Cristo havia duas pessoas, uma humana e outra

divina, destruindo assim a unidade e a unicidade da pessoa de Cristo.

7. *O Eutiquianismo.* Eutíquio, abade em Constantinopla no século V, caiu num erro semelhante ao de Apolinário. Sustentou que a natureza humana de Cristo foi convertida na natureza divina por absorção de maneira que, depois da união, havia uma só natureza. Por isso os que aceitaram as teorias de Eutíquio foram conhecidos mais tarde com o nome de monofisitas porque reduziram a uma só as duas naturezas.

8. *O Monofisitismo e o Monotelismo.* Embora o Concílio de Calcedônia (451 a.D.) tivesse terminado com as discussões cristológicas no Ocidente, continuavam as controvérsias todavia na Igreja Oriental. O monofisitismo, ou seja a doutrina de uma natureza, e o monotelismo, ou o ensino de uma só vontade em Cristo, outra coisa não foram que o desenvolvimento do Eutiquianismo. Ambas as posições eram errôneas porque não faziam justiça à natureza humana completa de Cristo.

9. *O Adopcionismo.* Este erro surgiu na Espanha na última parte do século VIII, sendo semelhante ao nestorianismo antigo. Cristo foi considerado como um homem comum cuja humanidade foi adotada pela divindade mediante um processo gradual. Portanto, negava a encarnação real.

10. *O Socinianismo.* Lélío Socínio e Fausto Socínio, tio e sobrinho respectivamente, ensinaram uma forma de unitarismo estreitamente relacionado com o arianismo primitivo. Cristo foi considerado como um homem comum, embora de nascimento milagroso, a quem Deus deu revelações extraordinárias e elevou aos céus depois da morte. Foi, portanto, um simples homem divinizado. O erro aqui consiste na negação da divindade de Cristo e, portanto, destroi efetivamente o fundamento da expiação.

C. *A Declaração Autorizada com Respeito à Natureza de Cristo.*

Nos Concílios de Nicéia (325 a.D.), de Constantinopla (381 a.D.) e de Calcedônia (451 a.D.), a Igreja tratou cuidadosamente de conservar o ensino ortodoxo com relação a Cristo, defendendo-o de toda classe de heresia e, por conseguinte, chegou a uma conclusão autorizada. A fé ortodoxa segundo o símbolo de Atanásio é: "Que nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, é Deus e Homem; Deus, da substância do Pai; gerado antes de todos os mundos; homem, da substância da Sua mãe, nascido no mundo; perfeito Deus e perfeito homem; de uma alma racional e de uma carne humana subsistente; igual ao Pai no que respeita à divindade; inferior ao Pai no que respeita à humanidade; que mesmo sendo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não é dois, mas um só Cristo; Um, não pela conversão da divindade em carne, mas por ter tomado a humanidade em Deus; um só, não pela confusão de substância, mas por unidade de Pessoa. Porque, assim como a alma racional e a carne são um só homem, assim também Deus e o homem são um só Cristo".

A doutrina de Cristo, portanto, abrange as seguintes verdades que devem receber atenção adequada antes de se considerar a Cristologia Calcedônia: (1) A Humanidade de Cristo; (2) A Divindade de Cristo; e (3) A Pessoa Divino-humana de Cristo.

II. A HUMANIDADE DE CRISTO

Cristo encarnou-se de tal maneira que foi verdadeiro homem. As Escrituras dizem-nos que *o Verbo se fez carne e habitou entre nós* (João 1:14); e que *visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou* (Heb. 2:14). Devemos, portanto, considerar a sua natureza humana como verdadeira e inteira, não admitindo qualquer

defeito em nenhum dos seus elementos essenciais, nem adquirindo qualquer acréscimo em virtude da sua união com a divindade. Além disso, a natureza humana do nosso Senhor Jesus Cristo foi assumida sob condições que propriamente pertencem ao homem e passou por um processo de crescimento comum a outros homens, com exceção do pecado. Por isso é chamado *Filho do Homem*, a realização perfeita da ideia eterna da humanidade.

A. *Características da Natureza Humana de Cristo.*

A encarnação não implicava somente a aceitação de um corpo humano, uma vez que a natureza humana não consiste apenas na posse de um corpo, mas na união de um corpo com uma alma. Portanto, a fim de estar de acordo com os ensinamentos das Escrituras sobre a natureza humana de Cristo, devemos afirmar consistentemente que a Sua natureza humana foi completa e total.

Cristo teve um corpo humano. Isto foi negado, a princípio, pelos Docetistas baseados em que a matéria é essencialmente má e que, por isso, não podia unir-se com a divindade. Consideraram o corpo de Cristo como uma teofania extensa ou aparição semelhante à aparição do Anjo do Senhor no Antigo Testamento. Esta heresia foi condenada pela Igreja e logo desapareceu. As Escrituras estão cheias de provas referentes à natureza humana de Cristo. Já discutimos o Seu nascimento sobrenatural, a Sua circuncisão, o Seu batismo e a tentação no deserto. Diz-nos a Bíblia que Jesus teve fome (Mat. 4:2); teve sede (João 19:28); que se cansou (João 4:6); que sofreu dor corporal no horto e na cruz e que morreu e foi sepultado (Mat. 27:33-66; Marcos 15:22-47; Lucas 22:44; 23:26; João 19:16-42;). Evidentemente João procurou refutar os oponentes da humanidade de Cristo quando escreveu: *O que era desde o princípio, o que temos ouvido, o que temos visto com os nossos próprios olhos,*

o que contemplamos e as nossas mãos apalparam, com respeito ao Verbo da vida (I João 1:1). Parece haver aqui uma espécie de gradação de provas do corpo humano de Cristo. Primeiro, temos ouvido, depois a vista que convence mais do que o ouvido; em seguida, a contemplação, como uma coisa que satisfaz mais do que o ver e o ouvir; finalmente, menciona o apalpar como prova completa. Jesus falou de Si mesmo como homem quando disse: *Mas agora procurais matar-me, a mim (homem) que vos tenho falado a verdade que ouvi de Deus* (João 8:40). Nada pode ser mais claro nas Escrituras do que o facto de que Cristo possuiu um corpo de “carne e sangue” como todos os demais indivíduos.

O nosso Senhor teve uma alma humana. Este facto foi posto em dúvida por Apolinário que substituiu nos seus ensinamentos a alma humana de Cristo pelo *Logos*—um erro que tem surgido esporadicamente na Igreja e que sempre foi condenado como heresia. Como antecipação à Sua paixão e morte, o nosso Senhor Jesus Cristo disse aos discípulos: *Agora está angustiada a minha alma* (João 12:27). E outra vez disse: *A minha alma está profundamente triste até à morte* (Mat. 26:38). Jesus disse de Si mesmo: *Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve* (Mat. 11:30), e *se regozijou em Espírito* quando os discípulos voltaram de missão evangelística. Negar que os actos, atributos e experiências naturais à alma humana são evidências de uma humanidade completa é lançar o fundamento para a negação da Sua divindade como alicerçada nos actos, atributos, nomes e títulos que se Lhe dão.

B. *O Cristo Sem Pecado.*

Na natureza humana de Cristo não houve pecado original. A depravação herdada é consequência da descendência natural de Adão, mas o nascimento de Cristo foi milagroso e, por isso, carecia da corrupção natural ou herdada que é parte da natureza humana

decaída. O pecado não pertence à natureza humana original e a natureza que Cristo adotou não estava manchada pelo pecado. Tendo a Deus como Pai, não nasceu Cristo da simples natureza pecaminosa, mas da união entre a natureza humana e a divindade, que no mesmo acto a santificou. O pecado é questão da pessoa e porque Cristo era o Verbo ou *Logos* preexistente, a segunda Pessoa da adorável Trindade, como tal era não somente livre do pecado mas até da possibilidade de pecar. Cristo foi isento também de todo o pecado real. *O qual não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca* (I Ped. 2:22). A Sua vida terrena foi livre de toda a falta e de todo o pecado. Como criança, foi submisso e obediente (Lucas 2:51); como jovem, foi respeitoso e dócil (Lucas 2:52); e como homem, *santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores, e feito mais alto do que os céus* (Heb. 7:26). O grande mistério consiste em que Cristo tomasse de tal maneira a nossa natureza que, embora tendo permanecido sem pecado, não obstante sofreu as consequências do nosso pecado.

C. *Os Sofrimentos de Cristo.*

A natureza humana de Cristo estava sujeita às fraquezas naturais próprias da humanidade, tais como a fome, a sede, o cansaço, a dor e o sofrimento. Isto, porém, não por necessidade da Sua natureza, mas por escolha livre da Sua Pessoa teantrópica. O facto de que Jesus Cristo era Deus encarnado, O elevava acima das fraquezas que são inerentes à natureza humana pecaminosa. Mas, por causa de nós “homens e de nossa salvação”, participou voluntariamente da fraqueza humana e em todas as coisas foi tentado e provado como nós. Por isso, o autor da Epístola aos Hebreus declara: *Tendo sido feito menor que os anjos, Jesus, por causa do sofrimento da morte, foi coroado de glória e de honra, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todo homem* (Heb. 2:9). Diz ainda: *Porque convinha que aquele, por cuja causa e por*

quem todas as cousas existem, conduzindo muitos filhos à glória, aperfeiçoasse por meio de sofrimentos o Autor da salvação deles (Heb. 2:10). O Sofredor foi, ao mesmo tempo, Deus e homem. Porque a mesma Pessoa estava unida às duas naturezas e porque essa Pessoa era o Filho de Deus, podemos afirmar que o Filho de Deus sofreu. Este sofrimento, entretanto, foi o de uma Pessoa divina e não da natureza divina—a Pessoa que é Deus, sendo também homem, sofreu na Sua natureza humana.

III. A DIVINDADE DE CRISTO

Há duas maneiras de estudar a divindade de Cristo—*textual* e *histórica*. O método textual focaliza numerosos textos da Bíblia referentes aos Seus nomes e títulos divinos, aos Seus actos e atributos divinos, e ao facto de que se Lhe atribui adoração como Pessoa divina. Com as suas múltiplas vantagens, este método tem uma desvantagem muito grande—os textos podem ser interpretados de maneira errada por pessoas que possuem algum preconceito. Portanto, o método *histórico* tem sido o mais usado para o homem se convencer do carácter sobrenatural de Cristo e ser por isso persuadido a crer que Cristo é verdadeiro Deus. Este é o método dos Evangelhos e qualquer leitor atencioso pode participar do arrebatamento dos discípulos, da sua compreensão e conclusões sobre a divindade do seu Senhor. Não trataremos, portanto, de oferecer um sistema elaborado de textos provas em conexão com este assunto; daremos somente ao leitor os que já foram mencionados na nossa discussão da Trindade (Capítulo VII, Seção II). Bastará estudar somente aqueles pontos que se referem à encarnação e a sua relação com a obra de Cristo.

A. *A Preexistência de Cristo.*

Através de todos os séculos a Igreja tem afirmado a preexistência de Cristo. Tem afirmado, portanto, a Sua

verdadeira divindade como o *Messias* do Antigo Testamento e o *Cristo* do Novo Testamento. O próprio Jesus disse: *Antes que Abraão existisse, eu sou* (João 8:58). E ainda: *Ora, ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do Homem* (João 3:13). O mero facto da preexistência, entretanto, não é em si mesmo prova suficiente da Sua divindade, uma vez que os arianos sustentaram que Ele era da mesma essência que o Pai, no entanto um ser criado. Outros afirmam que a Sua preexistência foi somente ideal, isto é, um princípio impessoal ou potência que se tornou pessoal somente em Jesus. Podemos, porém, perguntar: Existiu Ele como único Deus—uma unidade pessoal simples e absoluta, ou existiu como uma das pessoas essenciais e infinitas de uma deidade trina? As Sagradas Escrituras e as decisões conciliares da Igreja afirmam que Jesus de Nazaré foi o *Cristo, o Filho do Deus vivo*, e, portanto, a segunda Pessoa da adorável Trindade. (Compare-se João 1:1-5; Fil. 2:5; Heb. 5:6).

B. *Cristo era o Jeová do Antigo Testamento.*

A divindade de Cristo encontra provas suficientes nas Escrituras do Antigo Testamento, como foi assinalado na discussão da Trindade. Mas a fim de demonstrar a continuidade da missão redentora do Filho, será necessário apontar o cumprimento das duas profecias mais importantes com respeito ao Messias. (1) O Anjo de Jeová, no qual residia o nome ou a natureza divina, é uma profecia de Cristo. Moisés declarou: *O Senhor teu Deus te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, semelhante a mim: a ele ouvirás* (Deut. 18:15); e esta profecia foi declarada especificamente por Estêvão como cumprida em Cristo (Actos 7:37). (2) O Anjo (o mensageiro) do Pacto é mencionado por Malaquias como vindo de súbito ao Seu templo. Da mesma forma que o Senhor de um templo é a Divindade a cuja adoração é dedicada, o acto de entrada do nosso Senhor no templo

torna evidente o facto de que Ele era o Jeová do Antigo Testamento, a quem o templo foi consagrado. A ideia de um novo pacto é mencionada por Jeremias (Jer. 31:31-32), e por Ezequiel (Eze. 37:26)—um assunto que é tratado amplamente na Epístola aos Hebreus como a obra específica de Cristo.

C. *Os Pressupostos Únicos de Jesus Acerca de Si Mesmo.*

O maior e mais completo testemunho da Divindade de Cristo deve ser, necessariamente, o das Suas próprias pressuposições. Ao afirmar-se que as pretensões que o homem faz de si mesmo não são válidas, devemos responder que isto depende da classe da pessoa que alimenta tais pretensões. À objeção que os fariseus apresentaram, Jesus disse: *Posto que eu testifico de mim mesmo, o meu testemunho é verdadeiro, porque sei donde vim e para onde vou; mas vós não sabeis donde venho, nem para onde vou... Também na vossa lei está escrito que o testemunho de duas pessoas é verdadeiro. Eu testifico de mim mesmo, e o Pai, que me enviou, também testifica de mim* (João 8:14-18). É possível, contudo, enumerar aqui apenas algumas destas pretensões de Jesus—um dos assuntos mais profundos que a mente possa considerar. Jesus arrogou-Se (1) a posse de atributos divinos, tais como *eternidade* (João 8:58; 17:5), *onipotência* (Mat. 18:20; 28:20; João 3:13), *onisciência* (Mat. 11:27; João 2:23-25; 21:17) e *onipresença* (Mat. 18:20; João 3:13). (2) Arrogou-Se a posse, e demonstrou que realmente o possuía, o poder de fazer milagres, ou de delegar este poder a outras pessoas (Mat. 10:8; 11:5; 14:19-21; 15:30-31; Marcos 6:41-44; Lucas 8:41-56; 9:1-2). (3) Arrogou-Se a posse de prerrogativas divinas, tais como ser o Senhor do Sábado (Marcos 2:28); o poder de perdoar pecados e de falar *como Deus para Deus* (Mat. 9:2-6; Marcos 2:5-12; Lucas 5:20-26). (4) Arrogou-Se conhecimento do Pai de maneira direta e

perfeita como nenhum outro ser pode conhecê-Lo (Mat. 11:27; Lucas 10:22). E arrogou-Se o direito de ser o Filho de Deus de uma maneira única (Mat. 10:32-33; 16:17, 27). (5) Pronunciou palavras de sabedoria infinita, porque falou como *nenhum outro homem o fez*. (6) Aceitou a homenagem de culto e adoração (Mat. 14:33); e (7) Declarou-Se o Juiz final de todos os homens (Mat. 7:21-23; 13:41-43; 19:28; 25:31, 33; Marcos 14:62; Lucas 9:26; 26:69-70).

IV. A PESSOA DIVINO-HUMANA

Considerámos as provas bíblicas da divindade de Cristo, assim como as da Sua humanidade perfeita; agora devemos estudar a união destas duas naturezas em uma só pessoa. Esta união foi realizada pela encarnação e teve como consequência uma pessoa teantrópica ou um Deus-homem que une em Si mesmo todas as condições da existência divina e humana. Esta Pessoa é o *Logos* preexistente, ou o Verbo divino, que assumiu em Si mesmo a natureza humana, personalizando-a e redimindo-a.

A. *A Natureza da Encarnação.*

A encarnação não foi simplesmente um passo no ministério mediador de Cristo, mas foi o fundamento de tudo. Sem a encarnação não podia haver expiação, nem ministério intercessor. Devem ser observados certos factos de importância em todo o estudo deste assunto.

1. A encarnação não foi uma espécie de transmutação ou transubstanciação. As Escrituras não ensinam que a segunda Pessoa da Trindade tenha deixado de ser Deus quando se tornou homem. Quando se diz que “o Verbo se fez carne” é o mesmo que se dissesse que Cristo se tornou carne, assumindo por isto uma natureza humana a fim de que pudesse melhor alcançar uma

posição para participar redentivamente das experiências da humanidade.

2. Foi apenas o Verbo ou *Logos*, a segunda Pessoa da Trindade, que se encarnou e não toda a Trindade. Afirmar o contrário é cair no erro do patripassionismo que diz que “o Pai sofreu” ou que “o Pai morreu”. Uma pessoa da Trindade pode-se encarnar sem que seja necessária a encarnação de todas, porque a Divindade representa a essência divina ou natureza em três modos. Esta essência em três modos não foi a que se encarnou. Mas uma vez que toda a essência ou a natureza divina existe em cada um dos três modos como Pai, Filho e Espírito Santo, podemos afirmar que quando o Filho Se encarnou, habitou em toda a plenitude da Sua divindade no Seu corpo, mas somente como segunda Pessoa ou seja como Filho divino.

3. A encarnação foi a união da Pessoa divina com a natureza humana e não com uma pessoa humana. A natureza humana que a Pessoa divina assumiu adquiriu personalidade pela sua união com Ela. Diz-se, portanto, que o Redentor assumiu a *descendência de Abraão* (Heb. 2:16); e foi chamado a *descendência da mulher* (Gên. 3:15); e a *descendência de Davi* (Rom. 1:3). Estas expressões significam que a natureza humana assumida pelo nosso Senhor Jesus Cristo não estava ainda individualizada. A natureza humana de Cristo não foi impessoal, exceto neste sentido—não foi personalizada como consequência da humanidade por meio do nascimento natural, mas por ter sido um fator constitutivo da Pessoa teantrópica. O facto de que não possuía outra personalidade senão a que subsistia na natureza divina não faz de Jesus Cristo um homem impessoal. Apenas evita que caiamos no erro nestoriano de uma personalidade adicional e exclusiva na natureza humana. Cristo possuiu uma humanidade completa e total cuja consciên-

cia e vontade foram desenvolvidas somente em união com a personalidade do Logos.

4. A encarnação marcou o princípio da Pessoa teantrópica. O Deus-homem foi uma nova pessoa bem como uma pessoa única. Só houve o Deus-homem depois que se efetuou a união das duas naturezas. Deve-se situar o princípio preciso desta pessoa teantrópica no instante da concepção milagrosa. Antes, a única Pessoa existente era a do Filho Eterno. A natureza humana que existia na Virgem Maria ainda não tinha sido personalizada. Mesmo que, com relação ao tempo, tenha tido princípio, a Pessoa teantrópica do Redentor continuará para sempre. O termo "Cristo", portanto, não é o nome próprio da segunda Pessoa da Trindade não encarnada, mas somente da segunda Pessoa encarnada.

5. A encarnação foi necessária como base da obra redentora do nosso Senhor. Antes de assumir a natureza humana, o *Logos* não podia ter experimentado sentimentos humanos porque não possuía coração humano. Mas, depois, pôde entrar de cheio nas experiências da humanidade. Não era possível que Cristo tivesse uma percepção finita antes da encarnação porque não tinha um intelecto finito, mas, depois, tornou-se isso realizável. Podia pensar como os homens. Antes da encarnação a auto-consciência do *Logos* era somente eterna, isto é, sem sucessão quanto ao tempo, mas subseqüentemente era ao mesmo tempo eterna e temporal, com e sem sucessão de tempo. A união das duas naturezas, portanto, foi necessária a fim de que Cristo pudesse ser o nosso Sumo Sacerdote misericordioso e fiel.

B. *Uma Pessoa Única.*

A união das naturezas divina e humana em Cristo é uma união pessoal, isto é, a posse permanente de um Ego ou eu Comum—do *Logos* ou Verbo eterno. Na teologia chama-se a isto união hipostática. O termo

hypóstasis origina-se do grego (*ὑπόστασις*) e é o termo usado para significar a distinção entre as substâncias pessoais da divindade em oposição com a sua substância comum ou essência. As duas naturezas encontram-se e têm comunhão por meio do eu, que é comum a ambas.

1. A posse das duas naturezas não implica uma dupla personalidade, uma vez que o fundamento da pessoa é o *Logos* eterno e não a natureza humana. Cristo, portanto, uniformemente fala de Si mesmo no singular. O agente é sempre um só em qualquer parte. Não há alternância entre o “Eu” e o “Tu” como no caso da Trindade. Os variados modos de consciência passam rapidamente do divino para o humano, mas a Pessoa é sempre a mesma. Por isso Ele diz: *Eu e o Pai somos um* (João 10:30) e ainda, *tenho sede* (João 19:28).

2. Uma pessoa pode-se constituir de uma só, de duas, três ou mais naturezas. Uma Pessoa da Trindade, como a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo, só tem uma natureza, aquela da substância ou essência divina. Uma pessoa humana tem duas naturezas—um corpo material e uma alma imaterial. Como pessoa teantrópica, pode-se dizer que Cristo tem três naturezas—o *Logos* divino, ou o Verbo, uma alma humana e um corpo humano. Estas duas últimas estão combinadas no pensamento quando falamos de Cristo no sentido de que possui duas naturezas, a divina e a humana. É a pessoa, portanto, que une as naturezas, mas esta união não é mecânica ou externa. É uma união pessoal e, portanto, muito estreita e inseparável. Em Cristo a união entre a natureza divina e a natureza humana foi ainda mais estreita do que a existente entre a alma e o corpo do homem. No ser humano a alma e o corpo podem separar-se pela morte; em Cristo a natureza divina não se separou um só instante nem da alma nem do corpo.

3. Que a personalidade do Deus-homem dependia primeiramente da natureza divina demonstra-se pelo

facto de que não foi destruída pela morte. É verdade que na Sua morte houve separação temporária entre a alma e o corpo mas nem por um instante houve separação do *Logos* divino da alma ou do corpo. Mesmo no período entre a morte e a ressurreição a alma e o corpo humanos estavam unidos com o *Logos* divino ou Verbo eterno. É por isto que o corpo de Cristo nunca foi corrompido ou decomposto.

C. *As Duas Naturezas.*

A unidade da Pessoa de Cristo encontra a sua verdade complementar na diversidade das duas naturezas. Que a Divindade e a humanidade retenham as suas propriedades e funções respectivas, sem alteração de essência, nem interferência mútua, é tão necessário para o verdadeiro conceito da encarnação como o é a sua união hipostática em Jesus Cristo. Ainda que os actos e qualidades tanto da natureza divina como da humana de Cristo possam ser atribuídos à Pessoa teantrópica, não se pode dizer que possam atribuir-se a ambas as naturezas. As propriedades que pertencem a uma natureza, necessariamente se circunscrevem a esta mesma natureza. Uma substância material só pode ter propriedades materiais, ao passo que o imaterial só possui propriedades espirituais. Da mesma forma, a natureza humana apenas pode possuir propriedades humanas e a divina, propriedades divinas. As naturezas, sem dúvida, mesmo heterogêneas, podem perfeitamente pertencer à mesma pessoa.

1. *A Definição de Calcedônia.* É esta declaração preparada pelo Concílio de Calcedônia no ano de 451 d.C.: “Seguindo o conceito dos santos pais, ensinamos unanimemente que o Filho (de Deus) e nosso Senhor Jesus Cristo são uma só e a mesma (pessoa), que Ele é perfeito em divindade e perfeito em humanidade; verdadeiro Deus e verdadeiro homem, de uma alma racional e corpo (humano) consistente, consubstancial

com o Pai em relação à Sua deidade e consubstancial conosco em relação à Sua humanidade; feito em todas as coisas semelhante a nós, com exceção do pecado, gerado do Pai antes dos mundos, de acordo com a Sua divindade; mas nestes dias por nós homens e por nossa salvação, nascido (no mundo) da Virgem Maria, a Mãe de Deus de acordo com a Sua humanidade. Este único e mesmo Jesus Cristo, o Filho unigênito (de Deus) tem de ser confessado em duas naturezas inconfundíveis, imutáveis, indivisíveis, inseparáveis (unidas), e isso sem que a distinção das naturezas seja desfeita pela união, mas antes a propriedade peculiar sendo preservada e unida em uma Pessoa e Hipóstasis, não separada nem dividida em pessoas, mas um só e mesmo Filho unigênito, Deus o Verbo, nosso Senhor Jesus Cristo, conforme falaram os profetas e como o próprio Jesus declarou e o credo dos nossos pais transmitiu.”

2. *A Fé Ortodoxa.* O credo calcedônio proporcionou à Igreja uma base verdadeira para a sua Cristologia e foi aceito como ortodoxo pelos católicos romanos e pelos protestantes, com esta exceção—os protestantes rejeitam a palavra *theotókos* (Θεοτόκος) ou Mãe de Deus. Neste caso, não somente se afirmam as duas naturezas de Cristo, mas as suas relações mútuas se ajustam também em quatro pontos principais—sem *mistura* (ou confusão); sem *modificação* (ou conversão); sem *divisão* e sem *separação*. Deve-se admitir que estes termos não definem, mas proporcionam pontos diretivos para a preservação da verdadeira doutrina. Se, pois, mantivermos a verdadeira fé, devemos crer (1) que a união das naturezas em Cristo nem as confunde nem as mistura de maneira a destruir as suas propriedades distintivas. A divindade de Cristo é tão pura depois da encarnação como o era antes; e a natureza humana de Cristo é, por sua vez, a mesma, pura e simples, da Sua mãe ou de qualquer outro ser humano—com exceção do pecado. (2) Devemos rejeitar como heterodoxa qualquer teoria que

converta uma natureza em outra, quer seja por absorção da natureza humana pela divina, como no Eutiquianismo, quer seja reduzindo o divino ao humano, como sustentam algumas doutrinas kenóticas modernas. (3) Devemos ensinar as duas naturezas em tal união que não dividam a Pessoa de Cristo em dois *Eus*, como no Nestorianismo, nem que se misturem as duas naturezas num só composto que não seja nem Deus, nem homem, como no Apolinarianismo. O resultado da união não são duas pessoas, mas uma só pessoa que une em si mesma as condições da existência humana e da existência divina. (4) Devemos sustentar que a união das duas naturezas é inseparável. A união da humanidade com a divindade em Cristo é indissolúvel e eterna. É uma apropriação permanente da natureza humana pela segunda Pessoa da Trindade.

QUESTIONÁRIO

1. Porque ao estudarmos a personalidade de Cristo atingimos o próprio coração do cristianismo?
2. Porque é de especial significado doutrinal a concepção milagrosa e o nascimento virginal de Jesus Cristo?
3. Porque foi batizado Cristo? Onde se cumpriu a profecia?
4. Indique o sentido doutrinal da tentação de Jesus e a Sua obediência perfeita.
5. Cite cinco conceitos errôneos sobre a Pessoa de Cristo e demonstre como cada um deles deixa de se comparar à doutrina cristã ou é simplesmente uma perversão desta mesma doutrina.
6. Porque é importante ensinar que a natureza humana de Cristo é total e completa? Dê uma evidência bíblica que o prove.
7. Que se conclui do facto de que Cristo foi completamente isento de pecado?
8. Ao considerar os sofrimentos de Cristo, que distinções sobre a Sua natureza devem ser sustentadas com clareza? Porque?
9. A preexistência de Cristo prova necessariamente a Sua divindade?
10. Como foi revelado Cristo no Antigo Testamento?
11. Qual é o testemunho mais elevado que temos sobre a divindade de Cristo? Porque é de valor supremo?
12. Que é a encarnação? Porque foi necessária? Que significa a expressão "Pessoa teantrópica"?
13. Dê o significado da palavra *hipostática*, tal como se usa em relação à pessoa de Cristo. Quantas naturezas tinha Ele?
14. Que devemos crer sobre a Pessoa de Cristo se desejamos praticar uma fé ortodoxa?

CAPÍTULO XII

OS ESTADOS E OS OFÍCIOS DE CRISTO

“Só Cristo foi profeta, sacerdote e rei e exerceu e possuiu estes officios em grau tão elevado e eminente como nenhum ser humano o fez nem poderá fazer.

“Jesus é um profeta para revelar a vontade divina e nela instruir os homens. É um sacerdote para oferecer sacrificio e fazer expiação pelos pecados do mundo. É Senhor para governar e dominar nas almas humanas; numa palavra, é Jesus, o Salvador capaz de libertar do poder, da culpa e da imundície do pecado. É o nosso Mestre para vivificar e intensificar por meio do Seu Espirito as nossas almas; para nos conservar na posse da salvação que nos deu; para confirmar os crentes na herança da glória; e, finalmente, para recebê-los na plenitude da bem-aventurança da Sua glória eterna”.

—Dr. Adam Clarke.

Uma consideração dos estados e officios de Cristo forma transição natural entre a doutrina da Sua Pessoa e a da Sua obra consumada, conhecida como a Expição. São dois os estados de Cristo—o Estado de Humilhação e o Estado de Exaltação. Do ponto de vista teológico, representam ênfases variadas sobre as duas naturezas do Deus-homem. Com respeito aos limites da humilhação, há diversas opiniões. A Igreja Reformada afirma que se estende desde a concepção milagrosa até o fim da Descida ao Hades. A Igreja Luterana, por sua vez, ensina geralmente que terminou com as palavras “tudo está consumado”, ditas pelo nosso Senhor na cruz. Os Arminianos aceitam esta última doutrina. Os officios de Cristo são três—Profeta, Sacerdote e Rei. Esta tríplice classificação foi cuidadosamente desenvolvida por Eusébio no passado e forma um princípio de distribuição na maioria das teologias modernas.

I. O ESTADO DE HUMILHAÇÃO

As Sagradas Escrituras apresentam Cristo em marcantes posições de contraste. Os profetas viram-No sujeito às maiores indignidades e sentado no mais elevado trono. Impossibilitados de reconciliar estes contrastes, os exegetas judeus algumas vezes afirmavam a necessidade de dois Messias. A maior parte da opo-

sição a Jesus durante a Sua vida terrena foi baseada no Seu estado de humilhação e as razões dadas pelos Seus inimigos estão em correlação exata com a natureza da humilhação que os profetas tinham predito a Seu respeito. Se, à luz de estudos exegéticos modernos, investigamos a natureza da humilhação, verificamos que pertence em geral, ainda que não de maneira exclusiva, às limitações da Sua natureza humana e a Sua relação com a pena do pecado. A parte da Escritura que proporciona o fundamento para as numerosas teorias e divergências com referência à Cristologia encontra-se na Epístola de Paulo aos Filipenses: *Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz* (Fil. 2:5-8).

A. Os Estágios da Humilhação de Cristo.

Da passagem acima mencionada é evidente que os dois estados de Cristo—como *Logos* preexistente e o Verbo feito carne—necessitavam de uma renúncia dupla, isto é, do divino ao humano e do humano à cruz. Subsistindo na forma de Deus, havia (1) uma renúncia do eu. *Não julgou como usurpação o ser igual a Deus*, ou como é frequentemente traduzido, “não uma coisa a que devia apegar-se; (2) um despojamento do eu ou *kenosis*, “*a si mesmo se esvaziou*, e (3) *assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens*. Subsistindo em forma de homem, havia, da mesma maneira, três passos bem definidos na Sua humilhação terrena, paralelos aos que acima vimos: (1) Uma renúncia de si mesmo, *a si mesmo se humilhou*; (2) uma subordinação, *tornando-se obediente até à morte* e (3) uma perfeição até da Sua humilhação como representante dos pecado-

res, e morte de cruz. Depois da Reforma, as Igrejas Luterana e Reformada tomaram posições diferentes sobre a humilhação, especialmente a *kenosis* ou o *despojar-se de si mesmo*. As várias teorias podem ser classificadas da seguinte maneira: (1) *O Communicatio Idiomatum*; (2) As Teorias Primitivas da Depotenciação; (3) As Teorias Kenóticas Modernas e (4) As Teorias Místicas.

B. *A Communicatio Idiomatum.*

Esta teoria foi um desenvolvimento peculiar dentro da Igreja Luterana. Significa a comunicação a uma Pessoa dos atributos das duas naturezas de Cristo e, por meio daquela Pessoa, de uma natureza à outra. Não envolve a fusão de uma natureza com a outra, mas sustenta que todos os atributos, quer sejam os da natureza humana ou os da divina, podem ser considerados como atributos de uma só pessoa e de maneira alguma de qualquer das naturezas independente daquela Pessoa. Afirma também uma comunhão de naturezas tal que os atributos e faculdades da natureza divina são comunicados à natureza humana. Isto, contudo, não é recíproco, uma vez que a natureza humana não pode comunicar nada à divina, que é imutável e perfeita. Não se admite, além disso, confusão alguma das naturezas mas uma penetração do humano pelo divino, ou *pericorexis*, que se realiza por meio da Pessoa que é o vínculo de união entre as duas naturezas. Nas controvérsias sobre a Trindade a questão que mais interessava à Igreja era a da relação de Cristo com a Divindade. Nas controvérsias Cristológicas Primitivas, o problema era o da relação das duas naturezas para com uma só Pessoa; aqui o problema é a relação de uma natureza com a outra por meio da Pessoa. Os luteranos ensinaram que, através da Pessoa, os recursos da natureza divina foram postos à disposição do humano; e que um acto de qualquer das duas naturezas é o de uma

só Pessoa, logo um acto em que é participante também a outra natureza.

C. *As Teorias Primitivas da Depotenciação.*

O desenvolvimento do *Communicatio Idiomatum* trouxe, enfim, uma controvérsia dentro da própria Igreja Luterana. Principiando da *Communicatio* como base comum, ambas as escolas afirmaram que desde o momento da concepção Cristo possuiu os atributos de onipresença, onisciência, e onipotência. Mas interpretaram a humilhação de modos diferentes. (1) Os Kenotistas (de *kenó*, *κενόω* que significa “esvaziar”) foram assim designados porque ensinavam que houve uma *kenosis* ou despojamento dos atributos divinos durante a vida terrena de Cristo. Entretanto, fizeram distinção entre a posse e o uso dos atributos e asseguraram que a *kenosis* se aplicava a este último sentido. (2) Os *Criptistas* (de *Kriptós*, *κρυπτός* que significa “escondido” ou “segredo”) pregaram que Cristo possuía os atributos divinos, mas que durante a vida sobre a terra permaneceram escondidos. Assim é que os Criptistas consideraram a glorificação como a primeira demonstração dos atributos divinos, enquanto os Kenotistas os consideraram como reposição ou reapropriação. As teorias da depotenciação tomaram várias formas, mas havia um elemento comum em todas elas—criam que houve fusão literal da divindade de Cristo e do espírito humano de Jesus Cristo.

D. *As Teorias Kenóticas Posteriores.*

Durante a primeira parte do século dezenove foi feita uma tentativa de se unirem as Igrejas Luterana e Reformada sobre a base da Cristologia Kenótica. A substância desta nova posição era no sentido de que Cristo ao encarnar-Se se esvaziou de Si mesmo e, por isso, trouxe o *Logos* eternamente preexistente às limitações da personalidade humana. Mas aqui outra vez a

forma e o grau da *kenosis* fizeram-se ponto controverso. Quatro tipos diferentes de Teorias Kenóticas aparecem na literatura deste período.

1. Tomasius (1802-1876) afirmou que a doutrina luterana das duas naturezas exigia que o infinito fosse rebaixado ao finito ou que o finito fosse elevado ao infinito. Esta última, ou a teoria da *majestade*, ele declarava, deveria ser abandonada em favor da primeira, ou seja da teoria *Kenótica*. Ensinou que o Filho de Deus, durante a vida terrena, limitou-Se à forma e conteúdo da consciência que faziam parte da personalidade finita. Podemos dizer, portanto, que ele acreditava que Cristo Se tinha esvaziado a Si mesmo dos atributos relativos da onipresença, onisciência e onipotência, embora tenha retido os atributos imanescentes ou essenciais da divindade.

2. Gess (1819-1891) levou mais adiante a teoria *Kenótica* ensinando que o *Logos* não só Se esvaziou a Si mesmo dos Seus atributos relativos, mas também dos atributos essenciais. Houve, portanto, uma transformação real do *Logos* em alma humana.

3. Ebrard (1818-1888) estava de acordo com Gess no que se relacionava com o *Logos* encarnado substituindo a alma humana em Cristo, mas difere dele porque não aceita isto como depotenciação. Os atributos de onipresença, onisciência e onipotência são retidos e, portanto, a humilhação repousa sobre o facto de que foi disfarçada a Sua divindade.

4. Martensen (1808-1884), teólogo e bispo dinamarquês, avançou a teoria de uma *kenosis* "real, mas relativa" afirmando que a depotenciação, embora real, só pode ser aplicada à vida terrena de Cristo na carne e não aos atributos divinos. Também faz distinção entre a revelação do *Logos* e a revelação de Cristo e circunscreve a *kenosis* a esta última. Ainda que o *Logos* continue como Deus na Sua revelação geral ao mundo, entra ao mesmo tempo no seio da humanidade como

mente santa para que possa levantar-se no meio da raça humana como Mediador e Redentor. Como o *Logos* Ele opera numa presença onipervasiva através do reino da natureza; como Cristo opera no reino da graça; e indica a Sua consciência de identidade pessoal nas duas esferas referindo-se à Sua preexistência.

É evidente desta discussão das teorias kenóticas que algumas delas devem ser classificadas como simples humanismo, ao passo que outras se classificam de puro panteísmo. As teorias primitivas limitaram a depotenciação meramente ao uso ou manifestação dos predicados divinos; as teorias modernas aplicaram a *kenosis* diretamente ao *Logos*, sustentando algumas delas tal depotenciação que reduzia o *Logos* a um ser meramente finito. À pergunta: “De que se despojou o *Logos*?, devemos responder que foi da *glória* que tinha com o Pai antes da criação do mundo e que Ele desejou reaver, como o expressou na oração sacerdotal. Alford diz: “Esvaziou-se da (*μορφῆ Θεοῦ*) (ou forma de Deus), não da glória essencial, mas da sua posse manifesta... a glória que Ele tinha com o Pai antes que o mundo existisse e que foi reassumida durante a glorificação. Cessou enquanto esteve no estado de exinanição de refletir a glória que tinha com o Pai”. Podemos interpretar, sem temor de engano, o despojar-se da glória como o desprender-se do exercício independente dos Seus próprios atributos divinos durante o período da vida terrena. Podemos também crer: (1) que o *Logos* preexistente deixou a glória que tinha antes da criação do mundo, a fim de tomar sobre Si a forma de servo; (2) que durante a vida terrena estava subordinado em todas as coisas à vontade mediadora do Pai. Todavia, conhecendo a vontade do Pai, ofereceu-Se voluntariamente em obediência; (3) que o Seu ministério durante este período esteve sob o controle imediato do Espírito Santo, que Lhe preparou um corpo e O instruiu durante

o crescimento e O ungiu para a missão, capacitando-O até o fim para Se oferecer sem mácula diante de Deus.

II. A EXALTAÇÃO

A exaltação é aquele estado de Cristo no qual Ele deixou de lado as fraquezas da carne pertencentes à natureza humana e reassumiu a majestade divina. Da mesma forma que na humilhação houve estágios de rebaixamento, assim acontece também na exaltação: há estágios de ascensão. São eles (1) A Descida ao Hades; (2) a Ressurreição; (3) a Ascensão; e (4) o Sentar-se à Destra.

A. *A Descida ao Hades.*

O breve intervalo na história da redenção entre a morte de Cristo e a Sua ressurreição conhece-se como o *descensus ad inferos* ou seja a descida ao Hades. A expressão não se encontra nas Escrituras, mas nos Credos e expressa-se ali com as palavras “desceu ao inferno”. A doutrina, contudo, baseia-se nas Escrituras: *Pois não deixarás a minha alma na morte, nem permitirás que o teu Santo veja corrupção* (Sal. 16:10); e *prevendo isto, referiu-se à ressurreição de Cristo, que nem foi deixado na morte, nem o seu corpo experimentou corrupção* (Actos 2:27, 31). (Na tradução usada nos credos emprega-se “inferno” onde se encontra a palavra “morte” na tradução de Almeida. Nota do Tradutor.) Estreitamente relacionado com estes textos encontra-se outro que afirma: *No qual também foi e pregou aos espíritos em prisão, os quais noutro tempo foram desobedientes quando a longanimidade de Deus aguardava nos dias de Noé, enquanto se preparava a arca, na qual poucos, a saber, oito pessoas, foram salvos, através da água* (I Ped. 3:19-20). A palavra grega *hades* (Αἴδης) e o seu complemento hebraico, *Sheol*, significam o estado escondido ou invisível, isto é, o reino dos mortos. Não tem referência alguma ao castigo recebido durante

este estado. Foi neste reino dos mortos que o nosso Senhor Jesus Cristo entrou enquanto o Seu corpo se achava no sepulcro.

Podemos crer com segurança, então, que quando o nosso Senhor Jesus Cristo exclamou “Está consumado”, cessou a humilhação e começou a exaltação. A Sua morte foi o Seu triunfo sobre a morte, que consequentemente não teve poder sobre Ele (Rom. 6:8-9). Quando, portanto, entrou no lugar dos mortos, foi como Conquistador. Descendo às partes baixas da terra, *levou cativo o cativo, e concedeu dons aos homens* (Efé. 4:8-9). Como na encarnação o Filho de Deus tomou sobre Si carne e sangue, entrando por isto mesmo no estado da vida humana, sendo obediente até a morte humilhante da cruz, assim entra no lugar dos mortos—não para sofrer mais, mas como o seu Conquistador triunfante. Isto, portanto, marca o primeiro passo na Sua exaltação.

B. *A Ressurreição.*

O segundo passo na exaltação é a ressurreição ou aquele acto pelo qual o nosso Senhor saiu do sepulcro. Uma vez que a ascensão marca a transição do estado terreno ao estado celestial, a ressurreição é o evento final e culminante da missão terrena do nosso Senhor Jesus Cristo. Há duas fases da verdade que devem ser consideradas. *Primeira*, o facto histórico da ressurreição é intensamente significativo. É, portanto, atestado por muitas *provas incontestáveis* (Actos 1:3). O testemunho dos apóstolos e dos primeiros discípulos é de valor imenso. Cristo voltou à vida e apareceu-lhes em “carne e osso” tangíveis por meio dos quais reconheceram o Seu corpo como o daquele que havia sido crucificado. Além disto, também reconheceram que havia adquirido novas e misteriosas faculdades que transcendiam as manifestadas em carne durante a vida terrena. Contam-se muitas aparições durante os quarenta dias da permanência com os discípulos. Mas uma das evidências

mais completas da ressurreição foi a transformação instantânea e total que se efetuou nas mentes dos discípulos. De um estado de desilusão e de incredulidade transformaram-se, de repente, em crentes vibrantes de entusiasmo. A evidência suprema da ressurreição entretanto, sempre deve ser o dom do Espírito Santo nos discípulos, transformando-os em chamas radiantes do Evangelho de Jesus Cristo. *Segunda*, a ressurreição também deve ser considerada nas suas relações doutrinárias. Há cinco coisas que se ressaltam como básicas na sua importância.

1. A ressurreição de Cristo foi a própria comprovação das Suas pretensões. Foi o testemunho divino do ministério profético de Cristo pelo qual as Suas pretensões não só foram vindicadas, mas também a Sua missão foi interpretada aos apóstolos e aos evangelistas.

2. Sendo a nova humanidade de Jesus sem pecado, proporcionou a base do sacrifício expiatório. Na encarnação o nosso Senhor Jesus Cristo Se revestiu da carne e do sangue para que pudesse experimentar a morte por todos os homens; na ressurreição conseguiu vitória sobre a morte. É por esta razão que a ressurreição se chama nascimento (Col. 1:18; Apoc. 1:5). Foi, na realidade, um nascimento da morte e, conseqüentemente, a morte da morte. Tomando a nossa natureza, nela morrendo, depois reanimando-a ou vivificando-a, esta nova humanidade glorificada torna-se no fundamento de um sacerdócio eterno, sendo a Sua morte e ressurreição a base da consagração. É, portanto, um acontecimento progressivo no qual o Redentor passa de um plano inferior a outro mais elevado na nova criação. Não foi meramente um retorno da tumba à mesma condição natural de vida anterior, mas um evento transcendental.

3. A ressurreição proporcionou a base para a nossa justificação. Cristo *foi entregue por causa das nossas transgressões, e ressuscitou por causa da nossa justifica-*

ção (Rom. 4:25). Torna-se, portanto, não só vindicação da Sua obra profética, mas também do Seu sacerdócio. Morreu pelas transgressões que eram tais de acordo com o primeiro testamento; ressuscitou para ser o Executor do novo pacto—testamento ou pacto pelo qual *temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas* (Heb. 10:10).

4. A humanidade glorificada de Cristo também serve de base para uma nova comunhão. *Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação* (Col. 1:15ss); e esta nova humanidade em Cristo proporcionou o vínculo entre Ele e os que, por Ele, são adotados como filhos (Efé. 1:5). Esta nova humanidade é ética e espiritual (Efé. 4:22-24; Col. 3:9-10), e como fundamento desta nova e santa comunhão, torna-se o corpo de Cristo, ou seja, a Igreja.

5. A ressurreição de Cristo é a garantia da nossa futura ressurreição. Cristo é “as primícias dos que morreram”. É uma parte vital do propósito redentor de Deus em Cristo que o homem não somente seja libertado do pecado com relação ao campo espiritual, mas também das suas conseqüências no terreno físico.

C. A Ascensão.

A ascensão é o terceiro passo na exaltação do nosso Senhor Jesus Cristo e marca o fim da Sua vida terrestre. Esta transferência da terra para o céu não deve ser compreendida como simples remoção de uma parte do universo físico a outra, mas como recessão local ao que se conhece como “a presença de Deus”. A ascensão foi a transição para uma nova esfera de ação mediadora, a posse da presença de Deus por nós, e está, portanto, imediatamente associada à Sua intercessão Pontifical. *Aparece agora, por nós, diante de Deus* (Heb. 9:24). Consagrou-Se também por nós um caminho novo e vivo através do véu, *isto é, pela sua carne*; tornando-se o Seu

corpo glorificado a maneira de acesso pela qual o Seu povo tem *intrepidez para entrar no Santo dos Santos, pelo sangue de Jesus* (Heb. 10:19-20). Finalmente, a ascensão significa a recessão de Cristo na carne a fim de estabelecer as condições pelas quais o Espírito Santo seria dado à Igreja. Tendo recebido do Pai a promessa do Espírito, o dia do Pentecostes foi o testemunho da vinda do Consolador como presença permanente na Igreja.

D. *O Assentar-Se à Destra*

Chama-se ao quarto e último passo na exaltação o assentar-se à destra. Está estritamente relacionado com a ascensão e significa, primariamente, o lugar de Cristo à direita do Pai como presença intercessora. Da mesma forma que o ofício profético de Cristo incide na Sua obra como sacerdote por meio da Sua morte e ressurreição, assim também o Seu ofício sacerdotal está unido ao Seu caráter de rei por meio da ascensão e do assentar-se à destra. Assim como a ressurreição foi a prova divina do Seu ofício profético, o dom do Espírito Santo é a prova divina da ascensão e do assentar-se à destra. A presença de Cristo no trono nada mais é do que o princípio de uma autoridade suprema que só terminará quando *haja posto todos os inimigos debaixo dos seus pés* (I Cor. 15:25). Daí o nosso Senhor voltará à terra outra vez sem pecado para a salvação (Heb. 9:28); e a ascensão é o modelo do Seu regresso. A Sua exaltação só será completa quando todas as coisas Lhe estiverem sujeitas e quando Ele mesmo for coroado como Senhor de Tudo. *Então o próprio Filho também se sujeitará àquele que todas as cousas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos* (I Cor. 15:28).

III. OS OFÍCIOS DE CRISTO

O processo mediador que começou historicamente na encarnação e continuou através da humilhação e da

exaltação, atingiu a sua perfeição total no assentar-se à direita de Deus. Os estados e ofícios, portanto, formam a transição da consideração da Pessoa complexa de Cristo à da Sua obra consumada na expiação—aquela unindo a obra mediadora mais diretamente à Sua pessoa e esta mais imediatamente à obra consumada. Como Mediador a obra de Cristo é considerada sob três pontos: como Profeta, como Sacerdote e como Rei. Foi investido nestes ofícios no batismo e por uma unção especial do Espírito Santo tornou-se oficialmente o Mediador entre Deus e o homem.

A. *Seu Ofício como Profeta.*

Cristo como Profeta é o revelador perfeito da verdade divina. Como o *Logos* Ele era *a verdadeira luz que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem* (João 1:9). No Antigo Testamento falou por meio dos anjos, por meio de teofanias, por meio de tipos e por meio de profetas, aos quais comunicava o Espírito Santo. Como o Verbo encarnado, revelou fiel e completamente aos homens a vontade salvadora de Deus. Falou com autoridade inerente (Mat. 7:28-29) e foi reconhecido como Mestre vindo de Deus (João 3:2). Depois da ascensão continua o Seu trabalho por meio do Espírito Santo, que atualmente habita na Igreja como o Espírito da verdade. No mundo vindouro a Sua obra profética continuará, porque se diz que *a cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade, pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada* (Apoc. 21:23). Será por meio da Sua humanidade glorificada que veremos a presença visível de Deus por toda a eternidade.

B. *Seu Ofício como Sacerdote*

O ofício sacerdotal de Cristo relaciona-se à mediação objetiva e abrange tanto o sacrifício como a intercessão. *A si mesmo se ofereceu* (Heb. 7:27). Foi ao mesmo

tempo a vítima e o doador, aquela correspondendo à Sua morte, este à Sua ressurreição e ascensão, formando juntos a expiação. Baseado na Sua obra expiatória encontra-se o officio de intercessão e de bênção, e estas são relacionadas com a administração da redenção. Foi na véspera da crucificação que o nosso Senhor Jesus Cristo assumiu formalmente a função sacrificial—primeiro, pela instituição da Ceia do Senhor e depois pela oração sumo-sacerdotal de consagração (João 17:1-26). Depois do Pentecostes tornou-se mais proeminente o officio sacerdotal. Em consequência a cruz passou a ser o centro do Evangelho apostólico (I Cor. 1:23; 5:7); a Sua morte estabeleceu um novo pacto (I Cor. 10:16; 11:24-26); e o Seu sacrificio considera-se como um acto voluntário de expiação e de reconciliação (Efé. 5:2; I Ped. 2:24; Rom. 5:10; Col. 1:20). Depois do Pentecostes a obra sacerdotal de Cristo continua por meio do Espírito Santo como um dom do Salvador exaltado e ressuscitado; e no mundo futuro a nossa aproximação de Deus deve ser efetuada por meio d'Ele como a fonte permanente da nossa vida e da nossa glória.

C. *Seu Officio como Rei.*

O officio real de Cristo é aquella actividade do nosso Senhor sublimado à direita de Deus governando sobre todas as coisas na terra e no céu, para a extensão do Seu reino. Baseia-se na morte sacrificial e, portanto, encontra a maior expressão no derramamento das bênçãos asseguradas para a humanidade por meio da obra expiatória. Da mesma forma que o nosso Senhor Jesus Cristo assumiu formalmente a obra sacerdotal na véspera da crucificação, assim de maneira formal assumiu o officio como Rei no tempo da Sua Ascensão. Não devemos olvidar, contudo, o facto de que, por antecipação, Cristo assumiu em Si mesmo o officio de Rei durante a vida terrena, particularmente no período que antecedeu a Sua morte. Mas na ascensão disse: *Toda a*

autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século (Mat. 28:18-20). Tendo já proclamado o Seu governo sobre os mortos na descida; tendo-o declarado aos Seus irmãos sobre a terra, subiu ao trono para exercer o poder mediador até à vinda do juízo quando terminará o regime de mediação. Os esforços de Deus para salvar os homens estarão consumados então e o destino de todos, seja bom ou mau, fixar-se-á para sempre. É isto o que Paulo quis dizer quando afirmou: *E então virá o fim, quando ele entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder. Porque convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos seus pés* (I Cor. 15:24-25). É óbvio, portanto, que o ofício como Rei exercido pela redenção da humanidade é aplicado somente à era em que o reino se estende e se aperfeiçoa; e o ofício real neste sentido terminará quando aquela época estiver completa. Não significa tampouco que o Filho não continuará reinando como a segunda Pessoa da Trindade, nem que cessará a Sua Pessoa teantrópica. Reinará para sempre como o Deus-homem e para sempre exercerá o Seu poder para benefício dos remidos e para a glória do Seu reino.

QUESTIONÁRIO

1. Explique as duas fases básicas da humilhação de Cristo.
2. Que significa a expressão *Communicatio Idiomatum*? Que é *Kenosis*? Que são *Criptistas*?
3. Qual é o propósito das doutrinas da depotenciação?
4. Que deveremos crer com respeito à depotenciação de Cristo?
5. Onde se deve considerar a Descida: em ligação com a humilhação ou com a exaltação de Cristo? Porquê? A que se deve que alguns protestantes a põem em uma e outros em outra?
6. Indique as muitas "provas indubitáveis" que apoiam a ressurreição de Cristo.
7. Que implicações e verdades doutrinárias se encontram no ensinamento bíblico com respeito à ressurreição de Cristo?
8. Qual é o significado doutrinário da ascensão de Cristo?
9. Que quer dizer a expressão "assentar-se à destra"?
10. Enumere e explique os três ofícios do nosso Senhor Jesus Cristo. Como se relaciona cada um destes com a redenção do homem?

CAPÍTULO XIII

A EXPIAÇÃO

“Assim como a luz da aurora matutina é seguida de um fulgor que vai aumentando até que a terra se ilumina com as glórias plenas do meio dia, a grande doutrina da redenção pelo sangue do pacto eterno, que no começo brilhou fracamente pela promessa ilustre da *semente da mulher*, continuou brilhando com maior intensidade através do meio consagrado dos símbolos e das figuras, dos altares fumegantes e das vítimas sangrentas das dispensações mosaicas e patriarcais; até que enfim, debaixo da luz suprema e dos desenvolvimentos mais gloriosos do dia evangélico, vemos o cumprimento claro das predições antigas, o comentário infalível sobre os símbolos divinamente instituídos e a revelação mais explícita do grande mistério da salvação através dos méritos da oblação vicária e expiatória do Messias divino.”

—Doutor T. N. Ralston.

A palavra expiação ocorre apenas uma vez no Novo Testamento (Rom. 5:11). Entretanto, o termo grego *cataloguín* (*καταλλαγῆν*), donde deriva, aparece frequentemente, ainda que, em geral, se traduza pela palavra reconciliação. O termo do Antigo Testamento para expiação é *kafar*, que significa cobrir ou esconder. Quando se usa como substantivo tem o sentido de cobertura. Na teologia, usa-se para exprimir a ideia de satisfação ou de expiação. Na nossa língua, contudo, usa-se para expressar uma extensão larga de ideias. (1) Denota aquilo que une e reconcilia partes em litígio, fazendo que haja uma unidade de pontos de vista. (2) Denota também o estado de reconciliação, a unidade de pensamento que caracteriza as partes reconciliadas. (3) Algumas vezes é usado no sentido de apologia ou saída honrosa. Esta é uma confissão penitencial, como por exemplo o sofrimento ligado a seres queridos mortos porque não podemos fazer “expiação” pelas faltas que contra eles cometemos enquanto viviam. (4) A palavra usa-se mais frequentemente no sentido de um substituto para a pena—uma vítima oferecida como propiciação a Deus, o que seria uma expiação pelo pecado. (5) A ideia do Antigo Testamento, tal como acaba de ser indicada, é de uma cobertura e, portanto, aplica-se a tudo que cobre

os pecados do homem diante de Deus. (6) Alcança a sua mais alta expressão no Novo Testamento onde é usado para significar o sacrifício propiciatório de Cristo.

I. A NATUREZA E NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO

A. *Definições da Expição.*

Watson define a expiação como se segue: “A satisfação oferecida à justiça divina por meio da morte de Cristo pelos pecados da humanidade, em virtude do qual todos os verdadeiros penitentes que crêem em Cristo são pessoalmente reconciliados com Deus, livrados de toda a pena dos seus pecados e feitos merecedores da vida eterna” (Watson, *Dicionário*, p. 108). A definição do doutor Summers é semelhante no seu conteúdo, embora seja mais específica: “A expiação é aquela satisfação feita para com Deus pelos pecados de toda a humanidade, quer seja pelo pecado original ou pelos pecados atuais, pela mediação de Cristo e, especialmente pela Sua paixão e morte, de maneira que o perdão é garantido a todos, enquanto se mantêm em harmonia as perfeições divinas, a autoridade do Soberano não deixa de existir e se faz que os pecadores acudam ao arrependimento, à fé em Cristo, às condições necessárias do perdão e à vida de obediência, com a ajuda graciosa do Espírito Santo” (Summers, *Teologia Sistemática*, I, pp. 258-259). O doutor Miley dá-nos a seguinte definição: “Os sofrimentos vicários do nosso Senhor Jesus Cristo são a expiação para o pecado como substituição condicional da pena, cumprindo, no perdão do pecado, a obrigação da justiça e o ofício da pena no governo moral” (Miley, *A Expição em Cristo*, p. 23).

B. *A Necessidade da Expição.*

Quando falamos da necessidade de expiação o que queremos dizer é que foi indispensável para o exercício da misericórdia para com os pecadores condenados e,

por consequência, sem esta expiação não lhes seria possível a salvação. Entretanto, deve-se evitar cuidadosamente a ideia de que a expiação foi necessária a fim de estimular o amor de Deus em favor do homem, porque a expiação é o resultado ou o efeito do amor divino. Foi o amor antecedente em Deus a causa originadora da expiação. Segue-se, portanto, que a necessidade da expiação se originou nos obstáculos que a lei e a justiça interpuseram, porque a lei não contém em si provisão para o perdão. Tendo sido transgredida, a lei exigia que a pena fosse imposta ao pecador e a própria justiça confirmava esta exigência. Além disso, porquanto a lei fosse santa, justa e boa, a santidade, a justiça e a bondade exigiam, cada uma, que a pena fosse aplicada. A lei então levantou-se em terrível majestade, restringiu o exercício da misericórdia divina e pediu a execução da pena. Deus não podia, na Sua sabedoria, na Sua santidade e na Sua bondade, fixar uma pena à lei e, ao mesmo tempo, permitir que a desobediência ficasse sem castigo. Sem intervenção externa de espécie alguma a raça humana estaria eternamente perdida para além de toda a esperança.

De novo, a necessidade de expiação pode ser auferida da natureza do pecado à natureza de Deus. A natureza do pecado é tal que resulta em necessário demérito. O pecador é pessoalmente culpável. A exigência feita pela lei baseia-se no mal intrínseco do pecado e a sua culpabilidade. Se queremos saber porque, encontraremos a resposta na natureza de Deus. O pecado é antagônico à natureza divina. Aqui na Sua natureza—podemos dizer nos atributos de Deus—encontra-se a base dos argumentos a favor ou contra a necessidade da expiação. Toda a teoria da expiação que ensina ou apresenta somente o lado do homem e não o lado de Deus, em certo sentido nega tanto a santidade como a justiça divina. Além disso, a humilhação, o sofrimento e a

morte do Filho unigênito de Deus provam que havia alguma necessidade de tal expiação.

II. A BASE BÍBLICA DA EXPIAÇÃO

A nenhuma outra fonte que não sejam as Sagradas Escrituras devemos nós voltar a fim de estabelecer a ideia da expiação. Encontraremos aqui os estados ou condições preparatórios de desenvolvimento, tal como se deram no Antigo Testamento, e o conceito de sacrificio no Novo Testamento, tal como se revela nos sofrimentos vicários e na morte do nosso Senhor Jesus Cristo.

A. *Prefigurações da Expiação no Antigo Testamento.*

A doutrina da expiação foi revelada gradualmente ao mundo e está marcada por três passos principais: (1) Os Sacrifícios Primitivos; (2) Os Sacrifícios da Lei; e (3) As Predições dos Profetas.

1. *Os Sacrifícios Primitivos.* O Antigo Testamento não nos fornece narração da origem dos sacrificios primitivos, mas dá uma história da adoração sacrificial desde o princípio do mundo até o tempo em que os sacrificios foram substituídos pela obra expiatória de Jesus Cristo. A missão dos patriarcas consistia em manter vivo o senso de dependência de Deus, e o altar foi considerado como elemento essencial para qualquer aproximação à divindade. A história da adoração sacrificial que se encontra em Caim e Abel, Noé e Abraão, demonstram cabalmente que os sacrificios de sangue eram considerados, em caráter, como expiatórios.

2. *Os Sacrifícios da Lei.* A instituição de determinados sacrificios enumerados pela lei mosaica marcou um passo a mais no desenvolvimento da ideia da expiação. A dependência de Deus era interpretada agora como dependência da Sua vontade e, por isso, assumiu caráter moral. O facto de que a expiação estava ligada à comunidade religiosa é altamente significativo no sentido de

que indica uma depravação comum da qual resultou a transgressão pessoal e para a qual se precisava de uma expiação. A vítima sangrenta tinha também um significado duplo—era uma apresentação da vida pura que o pecador devia levar; e que a expiação só poderia ser tal por meio da morte. Além disso, os sacrifícios animais indicavam Cristo como o grande Antítipo—o Cordeiro de Deus cujo sangue podia tirar os pecados do mundo.

3. *As Predições dos Profetas.* Estas predições suplementaram os sacrifícios da Lei e desenvolveram a ideia messiânica de maneira mais ampla e com ela a ideia dos Seus sofrimentos e morte sacrificiais. Viram Nele uma totalidade de verdade vivente. Sendo o Deus-homem no qual a divindade e a humanidade se uniam, Jesus Cristo era consciente do alcance completo da verdade e podia falar deste total indivisível. Por esta razão manteve relacionamento essencial com todos os homens e pôde, portanto, oferecer um sacrifício expiatório por eles e em lugar deles. Talvez a sublimidade desta verdade espiritual no Antigo Testamento se encontre na profecia de Isaías com respeito aos sofrimentos do Servo de Jeová. *Certamente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus, e oprimido. Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados* (Isaías 53:4-5).

B. *O Conceito de Sacrifício no Novo Testamento.*

O conceito do sacrifício expiatório de Cristo tal como se encontra no Novo Testamento é simplesmente o complemento do que foi profetizado no Antigo. Por isto diz-se que Cristo morreu de acordo com as Escrituras. O nosso Senhor Jesus Cristo apresenta a Sua morte como resgate de todos os homens. Deu voluntariamente a vida, pois ninguém tinha poder para tirá-la. Por isso

é que devemos considerar a crucificação não apenas como um facto resultante das circunstâncias, mas como o grande fim para qual Jesus Cristo veio ao mundo. Ele não foi um simples mártir da verdade; a Sua morte foi sacrificial e propiciatória. Isto leva-nos à consideração do motivo que serve de base à expiação e da sua natureza vicária.

C. *O Motivo ou Causa Originadora da Expiação.*

O motivo da expiação encontra-se no amor de Deus. Designa-se isto algumas vezes como a causa motora ou originadora da redenção. O texto mais proeminente em conexão com este assunto é o epítome do evangelho que se encontra em João 3:16, *Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna;* e no versículo seguinte, *Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele* (João 3:17). Há muitíssimas passagens que demonstram esta mesma verdade. A expiação, quer seja considerada no seu motivo, no seu propósito, ou no seu alcance, deve ser entendida como a provisão e expressão do amor justo e santo de Deus. A vida e a morte de Cristo são a expressão do amor de Deus para conosco, não a causa produtora deste amor.

D. *A Natureza Vicária da Expiação.*

O termo “vicário”, em sentido geral, significa “em lugar de outro”. A expiação vicária, portanto, significa que o sofrimento e a morte de Cristo foram expiatórios. Nas palavras de Watson: “Cristo sofreu no nosso lugar, como o nosso substituto apropriado”. Demonstra-se isto nas passagens que declaram que Ele morreu pelos homens, ou que relacionam a Sua morte com o castigo que merecíamos pelas nossas ofensas. Há duas preposições no grego que se traduzem pela palavra “por” nas

Sagradas Escrituras. A primeira é *hyper* (ὕπερ) e encontra-se nos seguintes versículos: *Vos convém que morra um só homem pelo povo* (João 11:50); *Cristo... morreu a seu tempo pelos ímpios... Deus prova o seu próprio amor para conosco, pelo facto de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores* (Rom. 5:6, 8); *Um morreu por todos, logo todos morreram... E ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou... Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus* (II Cor. 5:14, 15, 21) (cf. também Gál. 1:4; 3:13; Efé. 5:2, 25; I Tess. 5:9, 10). A segunda preposição é *anti* (ἀντί) e encontra-se em versículos tais como Mat. 20:28 e Marcos 10:45, onde se diz que Cristo deu a sua vida em resgate por muitos. Algumas vezes objecta-se que estas preposições nem sempre significam substituição, isto é, que nem sempre têm o sentido de “em lugar de”, mas que algumas vezes são usadas no sentido de “em favor de” ou “por causa de”. Assim, temos a expressão “Cristo morreu pelos nossos pecados”, que neste caso não pode significar “em lugar de”. Entretanto, admite-se geralmente que estas preposições são, na maioria dos casos, usadas no sentido de substituição.

E. Terminologia Bíblica.

As Escrituras consideram os sofrimentos de Cristo como uma propiciação, uma redenção e uma reconciliação. Em virtude de se encontrar sob a maldição da lei, o pecador é culpável e está exposto à ira de Deus, mas em Cristo a sua culpabilidade foi expiada e a ira de Deus recebe propiciação. O pecador é escravo de Satanás e do pecado, mas através do preço redentor do sangue de Cristo é libertado da escravidão e torna-se inteiramente livre. O pecador está separado de Deus, mas se reconci-

lia pela morte na cruz. Estas passagens são peculiarmente ricas e satisfatórias.

1. Propiciação é um termo derivado do *Kapporeth* ou Propiciatório, tal como é usado no Antigo Testamento. Propiciar significa aplacar a ira de uma pessoa ofendida ou fazer expiação pelas ofensas. O termo *hilasmós* (ἱλασμός) é usado em três sentidos diferentes no Novo Testamento. (1) Cristo é o *hilasmós*, a um tempo o Propiciador e a virtude dessa propiciação. *Ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro* (I João 2:2); *ele nos amou, e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados* (I João 4:10). (2) Ele é o *hilasterion* (ἱλαστήριον) ou Propiciatório, como é usada a palavra na Septuaginta. *A quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé* (Rom. 3:25). (3) Quando é usado o adjetivo, compreende-se o termo *thuma* (θύμα) como em Hebreus 2:17, em que se diz que o Sumo Sacerdote faz expiação pelos pecados do povo. Neste caso o termo é *hiláskesthai* (ἱλάσκεισθαι) e o significado correto é “fazer propiciação ou expiação pelos pecados do povo”.

2. Redenção vem da palavra que significa literalmente “comprar de novo”. Os termos *lutroo* (λύτρωω) e *apolutrosis* (ἀπολύτρωσις), que significam redimir e redenção, respectivamente, foram usados pelos antigos gregos e também pelos escritores do Novo Testamento para significar o acto de livrar um cativo mediante o pagamento de um *lutron* (λύτρον) ou preço de redenção. O termo, portanto, veio a ser usado num sentido mais amplo da libertação de toda a espécie do mal, por meio de um preço pago por outro para resgate. Este é o verdadeiro significado espiritual dos seguintes textos: *sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus* (Rom. 3:24); *Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glori-*

ficai a Deus no vosso corpo (I Cor. 6:20); *Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar, porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro* (Gál. 3:13). (Cf. também Efê. 1:7; I Ped. 1:18, 19; Apoc. 5:9). A morte de Cristo é o preço da redenção—Ele deu a sua vida em resgate (*λύτρον*) por muitos (Mat. 20:28); e se deu em resgate por todos (I Tim. 2:6). Aqui está evidente a ideia de substituição—paga-se uma coisa por outra, o sangue de Cristo pela redenção de cativos ou de indivíduos condenados.

3. Reconciliação é um termo derivado dos verbos *katallasso* (*καταλλάσσω*) ou *apokatallasso* (*αποκαταλλάσσω*) os quais se traduzem por “reconciliar”. As palavras denotam primeiramente mera troca de um estado para outro, mas tal como são usados nas Escrituras é uma transformação de um estado de inimizade a um estado de reconciliação e amizade. O apóstolo Paulo usou o termo com frequência. *Porque se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida; e não isto apenas, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem acabamos agora de receber a reconciliação* (*καταλλαγῆν*) (Rom. 5:10-11). *E a vós outros também que outrora éreis estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas, agora, porém, vos reconciliou no corpo da sua carne, mediante a sua morte, para apresentar-vos perante ele santos, inculpáveis e irrepreensíveis* (Col. 1:21-22). Nestas e noutras passagens semelhantes evidencia-se de maneira clara que a reconciliação entre Deus e o homem se efetua por Cristo. Mas reconciliação significa mais do que o facto simples de pôr termo à nossa inimizade com Deus. A relação é judicial e é a esta divergência judicial entre Deus e o homem que se refere a ideia de reconciliação. Ademais, a reconciliação é

efetuada não pela obliteração da nossa inimizade, mas pela não imputação a nós das nossas transgressões. Esta reconciliação prévia do mundo pela morte do Seu Filho deve distinguir-se também da “palavra de reconciliação” que deve ser proclamada ao culpado e pela qual ele é exortado a reconciliar-se com Deus.

III. AS TEORIAS DA EXPIAÇÃO

Em qualquer consideração das teorias aventadas com o fim de explicar a expiação devemos conservar em mente duas coisas principais: *Primeira*, deve ser feita distinção clara entre o facto da expiação e a teoria que a explica. É possível que o indivíduo, por meio da fé, participe dos benefícios da expiação e todavia não espose teoria adequada com referência à sua explicação; por outro lado é possível ter uma doutrina correta com respeito à expiação sem, no entanto, ter experimentado a graça salvadora. *Segunda*, os erros encontrados na teoria da expiação são devidos, em grande parte, à ênfase exagerada aos seus elementos essenciais, diminuindo ou excluindo outros fatores igualmente importantes. Três elementos essenciais devem entrar em toda a teoria correta da expiação: (1) a ideia de propiciação ou satisfação; (2) a necessidade de manter a dignidade do governo divino; (3) o poder atraente do amor divino. É a ênfase sobre o primeiro aspecto que nos dá a Teoria da Satisfação Penal e outras teorias de propiciação; o destaque sobre o segundo resulta na Teoria Reitoral ou Governamental; o terceiro ponto fornece as diversas teorias da influência moral. Neste caso, consideraremos apenas as teorias mais importantes.

A. A Doutrina Patrística.

Os pais apostólicos ensinaram que Cristo Se entregou a Si mesmo pelos nossos pecados, mas não formularam teoria definida da expiação. A opinião popular, que

parece ter sido proposta por Irineu (pelo ano 200 d.C.), foi no sentido de que a expiação era uma vitória sobre Satanás. Orígenes (185-254) foi o que primeiro converteu esta ideia popular numa teoria dizendo que o preço do resgate foi pago a Satanás. Atanásio foi provavelmente o primeiro propagador da teoria de que a morte de Cristo foi o pagamento de uma dívida para com Deus. Além de Agostinho e seus seguidores, a crença geral foi que Cristo morreu por todos e que foi a vontade de Deus que todos os homens participassem desta salvação por meio da fé em Cristo. O próprio Agostinho ensinou isto até depois da controvérsia com Pelágio, quando adotou a posição monergística extrema da vocação eficaz (cf. Capítulo 15, Seção IV).

B. *A Teoria de Anselmo Sobre a Expição.*

Anselmo (1033-1109), na última parte do século XI, publicou o seu importante livro "Cur Deus Homo", em que dá a primeira declaração científica das opiniões acerca da expiação que desde o princípio foram implicitamente mantidas pelos pais da Igreja. Aqui a ideia de satisfação à justiça divina tornou-se a fórmula principal e a Teoria da Satisfação é ainda conhecida como a de Anselmo. Rejeitou a teoria do resgate pago a Satanás. A teoria de Anselmo pode resumir-se nas seguintes palavras: "O pecado viola a honra divina e merece castigo infinito, porquanto Deus é infinito. O pecado é culpa ou dívida e, sob o governo de Deus, esta dívida deve ser paga. O homem não pode pagá-la porque em virtude do pecado se encontra em estado de bancarrota. Por consequência, o Filho de Deus tomou a forma humana a fim de pagar por nós. Sendo divino, podia pagar a dívida infinita; e sendo humano e sem pecado, podia propriamente representar a humanidade. Mas, por ser sem mácula não estava obrigado a morrer e, como nada devesse no Seu próprio nome, recebeu como recompensa de mérito o perdão dos nossos pecados".

Isto faz que a obra redentora de Cristo se centralize na Sua própria morte voluntária. A fraqueza desta teoria está no seu conceito estreito e externo de satisfação. Por esta razão é referida algumas vezes como "Teoria Comercial". Anselmo afirmou que Cristo pagou a dívida na quantidade exata de sofrimento que devia cair sobre os pecadores por toda a eternidade, ressaltando assim a *quantidade* mais do que a *qualidade* ou a *dignidade* do sacrifício de Cristo.

C. *A Teoria de Abelardo.*

Abelardo (1079-1142) diferiu grandemente de Anselmo. Sustentou que foi a rebelião do homem que necessitava de ser subjugada e não a ira de Deus que precisava de receber propiciação. Em lugar de satisfação à justiça divina, pontificou que a expiação deve ser considerada como grandiosa exibição do amor divino. A posição de Abelardo tornou-se a base do socinianismo posterior e das teorias mais modernas da influência moral.

D. *As Teorias Escolásticas.*

O período escolástico é importante porque marca o princípio daquelas tendências que mais tarde se transformariam na soteriologia tridentina da Igreja Católica Romana ou a teoria estrita da Satisfação Penal dos reformadores protestantes primitivos. (1) Pedro Lombardo (1100-1164), no seu *Liber Sententiarum*, seguiu a Abelardo e afirmou que a obra de Cristo devia ser suplementada pelo batismo e pela penitência. (2) Tomás de Aquino acompanhou Anselmo mas foi responsável por vários novos desenvolvimentos. Sustentou que o mérito e o demérito são estritamente pessoais e, para consubstanciar a ideia da satisfação vicária, propôs uma união mística (*unio mystica*) existente entre Cristo e a Igreja. É assim que um pecador, unido pela fé ao Salvador, pode tornar-se a base e a causa da imposição

judicial da pena sobre o Substituto expiatório; e, por sua vez, o Verbo encarnado pode tornar-se a propiciação pelo pecador. A sua distinção entre mérito e satisfação desenvolveu-se mais tarde na doutrina da imputação da justiça ativa e passiva de Cristo; e o seu ensinamento sobre a superabundância do mérito de Cristo levou diretamente à teoria Católica Romana na Supererrogação, com um tesouro de méritos à disposição da Igreja. A sua doutrina de uma satisfação relativa em vez de absoluta transformou-se mais tarde numa teoria de justificação baseada em parte sobre a obra de Cristo e em parte nas obras penitenciais do indivíduo. (3) Duns Scotus acompanhou a Abelardo melhor do que a Anselmo. Daí surgiram na Igreja dois partidos opostos conhecidos como os Tomistas e os Scotistas. Scotus ensinou que a relação entre a expiação e o pecado era mais uma questão arbitrária. Deus agradava-Se em aceitar este sacrificio pessoal como um equivalente para a transgressão humana porque Ele se agradava disto e não por causa do seu valor intrínseco. Poderia ter aceito qualquer outro substituto, ou não ter exigido nenhum, fazendo do perdão simples questão da Sua autoridade divina.

E. *A Teoria Católica Romana ou Tridentina.*

A Teoria Católica Romana adotada pelo Concílio de Trento é consequência dos princípios de Boaventura e Tomás de Aquino. A *unio mystica* deste último identificou, em certo sentido, a encarnação e a expiação. Supõe-se que esta união santificou a humanidade pela transferência do mérito de Cristo para o pecador, e da culpa do pecador para Cristo. Os sacramentos foram considerados como extensão da encarnação e, portanto, ao participar do pão, o candidato entra em contato imediato com a humanidade de Cristo e, conseqüentemente, torna-se recipiente da graça divina. A *unio mystica*, entretanto, originou certos erros fundamentais:

(1) contradisse a universalidade da expiação no sentido de que a redenção se limitou ao crente configurado no seu Senhor Jesus Cristo; e (2) considerou a penitência pessoal como uma forma de expiação unida à de Cristo.

Oriundas do período da Reforma, temos certo número de teorias, especialmente a Teoria da Satisfação Penal; a Teoria Reitoral ou Governamental; e as Teorias da Influência Moral. Temos, também, em tempos modernos, a Teoria Ética do doutor A. H. Strong e a Teoria Racial do doutor O. A. Curtis. Daremos atenção a estas teorias.

F. *A Teoria da Satisfação Penal.*

Esta teoria sustentada geralmente pela Igreja Reformada é conhecida, frequentemente, como a Teoria Calvinista. O doutor A. A. Hodge condensa-a nos seguintes pontos essenciais: "(1) O pecado, de si mesmo, merece a ira e a maldição de Deus. (2) Deus está disposto, pela própria excelência da Sua natureza, a tratar as criaturas tal como merecem. (3) Para satisfazer o juízo recto de Deus, o Filho assumiu a nossa natureza, tornou-se sujeito à lei, cumpriu toda a justiça e sofreu o castigo dos nossos pecados. (4) Pela Sua justiça, os que crêem constituem-se justos, aplicando-se-lhes o mérito de Cristo de tal maneira que são considerados como justos diante dos olhos de Deus" (A. A. Hodge, *Esboço de Teologia*). Esta teoria ressalta a obra substitutiva de Cristo, ainda que de maneira mecânica e muito estreita. Os seus defensores afirmam com frequência que é a única que admite a substituição, mas a Teoria Governamental de Grócio e a Teoria Propiciatória modificada de Armínio e Wesley ensinam este facto tão integralmente e de maneira mais apropriada do que a Teoria da Satisfação Penal.

Esta forma de teoria de satisfação dá lugar a sérias objeções. (1) Se Cristo levou o castigo do pecador, como Substituto, então o pecador está incondicionalmente

livre dele, posto que nem o pecador, nem o Substituto podem ser castigados justamente pela mesma ofensa. A teoria, portanto, leva necessariamente ao universalismo, por um lado, ou à eleição incondicional, pelo outro. (2) Uma vez que a teoria penal da substituição nega que todos os homens sejam incondicionalmente salvos, como assegura o universalismo, conclui-se imediatamente que a expiação deve estar limitada aos escolhidos, enquanto as Escrituras declaram que Cristo morreu provisionalmente para a salvação de todos os homens. (3) A Teoria da Satisfação leva logicamente também ao antinomianismo, ou à desconsideração da lei. Sustenta que a obediência ativa de Cristo é imputada aos crentes de tal maneira que é estimada por Deus como se fosse realizada por eles. Num sentido, isto faz da obediência de Cristo algo supérfluo, posto que se Ele fez tudo que a lei requer, porque estaremos sob a necessidade de ser livres da morte? Também, se a obediência ativa de Cristo toma o lugar da obediência do crente, deixa de lado a necessidade da obediência pessoal a Deus. Finalmente, este tipo de *satisfação* não pode ser assim chamada, porque, em verdade, é mera execução de tudo o que a lei exige, por uma pessoa que substitui outra.

G. *A Teoria Reitoral ou Governamental.*

A Teoria Governamental da expiação nasceu como protesto contra a rigorosa Teoria da Substituição Penal que acabamos de mencionar. Foi apresentada primeiramente por Jaime Armínio (1560-1609) e seu seguidor Hugo Grócio (1583-1645), os quais sustentaram não a sanção da justiça divina na sua totalidade, nem sequer na sua maior parte como em Anselmo, mas também a vontade de Deus, justa e cheia de compaixão, como verdadeiro elemento na expiação. Mais tarde, Grócio afastou-se da sua profissão primitiva em alguns pontos, especialmente no que se refere a limitar a satisfação feita por Cristo à dignidade da lei, à honra do Doador da

lei e à proteção do Universo. Ao basear a sua ideia da expiação no método da lei civil, realmente transformou-a numa nova teoria, agora conhecida como Teoria Reitoral ou Governamental da expiação. A ideia central desta teoria é que Deus não deve ser considerado meramente como uma pessoa ofendida, mas como Governador Moral do Universo. Deve, portanto, manter a autoridade do Seu governo nos interesses do bem geral. Em consequência, os sofrimentos de Cristo devem ser considerados como o equivalente exato do nosso castigo, mas apenas no sentido de que a dignidade do governo foi desse modo mantida e vindicada tão efetivamente como o poderia ser se tivéssemos nós recebido o castigo merecido.

Ricardo Watson sustentou uma forma diversificada da Teoria Governamental, dando ainda maior ênfase à propiciação. Em tempos modernos o doutor João Miley é o expoente principal da Teoria Governamental, mas distintamente dos seus princípios fundamentais constroi uma doutrina que é sua. Podemos dizer que enquanto a responsabilidade moral é um elemento essencial na expiação, o mal vai além da mera transgressão da lei. Toca o mais profundo da natureza de Deus e, portanto, exige propiciação. Padece, pois, mais como teoria inadequada que errônea. O seu maior defeito parece ser a ênfase à conveniência mais do que à satisfação.

H. *As Teorias da Influência Moral.*

As Teorias da Influência Moral recebem o nome da pressuposição básica de que a salvação vem através da justiça divina. Essas teorias não consideram o sacrifício de Cristo como influenciando a mente de Deus, mas proporcionando um apelo ao pecador. A expiação não expia o pecado, nem aplaca pelo sofrimento a ira divina, nem de maneira alguma satisfaz a justiça divina. Sustentam que o único obstáculo para o perdão dos pecados deve ser encontrado na própria incredulidade do pecador

e na sua dureza de coração. A morte de Cristo, portanto, foi realizada com o fim de ser o apelo do amor antes que a manifestação da ira de Deus contra o pecado. Estas teorias são numerosas e só podem ser brevemente mencionadas no nosso estudo.

1. *O Socinianismo.* Esta teoria foi propagada por Lélío e Fausto Socino e representa o ataque do racionalismo do século XVII à teoria da Satisfação Penal. O doutor A. H. Strong chama-a “a Teoria Exemplar da Expição”, porque nega qualquer ideia de propiciação ou de satisfação. Sustenta que a morte de Cristo foi meramente a de um mártir nobre cuja lealdade à verdade e fidelidade ao dever nos proporcionam um incentivo ao progresso moral. Somos salvos, portanto, por seguir o Seu exemplo. Deus é livre para perdoar o pecado sem qualquer satisfação à justiça divina. O arrependimento é a única base do perdão, mesmo quando a morte de Cristo como uma exibição do amor divino se fez com o fim de remover a dureza do coração do pecador, sendo esta obstáculo ao arrependimento. É evidente que a teoria, em lugar de explicar, apenas nega a necessidade de expiação.

2. *As Teorias Místicas.* Estas representam o tipo de influência moral tal como era considerada por Schleiermacher, Ritschl, Maurice, Irving e outros de igual fé. O misticismo repousa na identificação de Cristo com a humanidade, no sentido de que Ele prestou a devoção e a obediência perfeitas que nós é que deveríamos prestar e que, em certo sentido, a humanidade Lhe rendeu. Uma vez que a expiação e a encarnação se identificam tão estreitamente, estas teorias são conhecidas algumas vezes como “Redenção por Modelo”. O Dr. Bruce fala delas como “Redenção por Amostra”. Como o socinianismo, negam a expiação vicária em que representam Cristo sofrendo com a humanidade em lugar de sofrer por ela. Também ressaltam o amor de Deus de tal

maneira que dispensam as exigências da Sua santidade. Estas teorias, portanto, devem ser consideradas como errôneas.

3. *A Teoria da Influência Moral de Bushnell.* Esta teoria é frequentemente conhecida como a declaração mais clara e melhor da influência moral com respeito à expiação. O doutor Miley chama-a a “Auto-Propiciação pelo Auto-Sacrifício”. Pertence à classe de teorias místicas porque identifica a raça humana com Cristo mas dá-lhe um tratamento separado porque tem um caráter distinto. O doutor Bushnell resolve o sacerdócio de Cristo numa espécie de “condolência”, isto é, que há certos sentimentos morais semelhantes em Deus e no homem, tais como a repulsão ao pecado e o ressentimento contra o mal, que não devem ser extirpados, mas dominados e permitidos a permanecer. Deus, portanto, perdoa da mesma forma que o homem. É assim que Deus deve fazer propiciação pelo preço e sofrimento pelo nosso próprio bem-estar. “Isto Ele fez no sacrifício da cruz, aquele sublime acto de custo em que Deus se humilhou a Si mesmo em profunda tristeza sob a rude exigência do pecado para dizer, e ao dizê-lo demonstrar a expressão “teus pecados te são perdoados” (Bushnell, *O Perdão e a Lei*). Aqui não há propiciação pela morte de Cristo mas só sofrimento com e nos pecados das Suas criaturas. A Teoria é estritamente sociniana e unitária, ainda que o próprio Bushnell fosse trinitário.

4. *A Nova Teologia.* Este é um termo aplicado às formas mais sistematizadas da teoria mística da expiação, tal como se encontra nos escritos de João McLeod Campbell (1800-1872) da Escócia e na Escola de Andover da Inglaterra. Aquele ensinou que Cristo fez por nós uma confissão perfeita e um arrependimento adequado do pecado. Por essa razão o doutor Dickie chama a esta doutrina “O Arrependimento Vicário”. Campbell afirmou também que Cristo foi a cabeça de uma nova

humanidade na qual vive como Espírito vivificador, dando-lhe a mesma atitude para com a santidade e o amor de Deus que foram alcançados na Sua própria vida. Cristo, portanto, descobriu no homem um valor inestimável permitindo que ela se manifestasse. Certo ou errado, isto foi interpretado no sentido de que o homem tem dentro de si um elemento divino e a diferença está mais em grau do que em qualidade. Por isso a Nova Teologia entrou em conflito imediato com as crenças ortodoxas mais antigas. Encontramos dois erros a respeito deste credo: (1) rebaixava o conceito da divindade de Cristo e levava imediatamente para o unitarianismo; e (2) obstava a ideia da depravação total, portanto diminuía o pecado e a redenção. A Escola de Andover manteve-se mais próxima da opinião cosmológica da obra de Cristo, considerando-O como um representante da humanidade no sofrimento pelo pecado e o arrependimento dele, mas nega qualquer propiciação ou expiação.

Além destas três teorias históricas da Satisfação, Governamental e da Influência Moral, há outras duas modernas que merecem menção especial. São a Teoria Ética do doutor A. H. Strong e a Racial do doutor O. A. Curtis.

I. *A Teoria Ética.*

A Teoria Ética confundiu-se às vezes inadvertidamente com as outras da influência moral, delas diferindo em grande parte. É, pelo contrário, uma reinterpretação da teoria da Satisfação Penal. O doutor A. H. Strong dispõe a matéria de acordo com dois princípios fundamentais: (1) *A Expição Como Relacionada à Santidade de Deus.* A Teoria Ética sustenta que a necessidade da expiação se fundamenta na Santidade de Deus da qual a consciência humana é um reflexo finito. O princípio ético exige que o pecado seja castigado. A expiação, assim, deve ser considerada como a satisfação de uma

exigência ética da natureza divina por meio da substituição dos sofrimentos penais de Cristo para o castigo da culpa. (2) *A Expição Como Relacionada à Humanidade de Cristo*. A Teoria Ética afirma que Cristo conserva tal ligação com a humanidade que o que a santidade de Deus exige Cristo está obrigado a pagar, quer pagar, e paga plenamente até satisfazer à justiça. A expiação da parte do homem, portanto, realiza-se por meio da solidariedade da humanidade, da qual Cristo era representante e fiador; e levou a sua culpa, a sua condenação e vergonha como se Lhe pertencessem, todavia, justa mas voluntariamente (cf. Strong, *Teologia Sistemática*, I, pp. 750-771).

J. *A Teoria Racial*.

Aqui também devemos-nos manter em guarda contra o erro de supor que o Dr. Curtis está ensinando a doutrina da salvação universal. Na sua excelente obra intitulada "A Fé Cristã", introduz a matéria de estudo, expondo a sua insatisfação com as três teorias históricas e a tentativa de combinar as qualidades essenciais de cada uma pelo método da síntese eclética. Os pontos principais da sua teoria podem ser assim definidos: (1) A nova raça, pela morte de Cristo, está tão perfeitamente relacionada com a humanidade adâmica do ponto de vista penal que deve expressar em perfeita continuidade a condenação que Deus faz do pecado. (2) O centro da nova humanidade é o próprio Filho de Deus com uma experiência racial que se completa com o sofrimento. (3) A nova humanidade está de tal maneira constituída que só se pode entrar nela mediante os mais rígidos termos ou bases morais. (4) A humanidade move-se através da história como servo de confiança no interesse moral de Deus. (5) Esta nova humanidade torna possível a cada ser humano encontrar santa realização própria nos seus irmãos e no seu Redentor, no serviço, no repouso e no gozo. (6) Esta nova raça humana será finalmente a

realização vitoriosa do desígnio original de Deus para a criação.

IV. O ALCANCE E OS BENEFÍCIOS DA EXPIAÇÃO

A. *O Alcance Universal da Expição.*

A expiação é universal. Isto não quer dizer que toda a humanidade se salvará incondicionalmente, mas apenas que a oferta sacrificial de Cristo satisfaz as pretensões da lei divina, de maneira que tornou a salvação possível para todos. A redenção, portanto, é universal ou geral no sentido de provisão, mas especial ou condicional na sua aplicação ao indivíduo. É por isso que o aspecto universal é conhecido algumas vezes como a suficiência da expiação. Sobressaem com distinção peculiar dois textos bíblicos tomados na sua relação mútua. O primeiro é a declaração do nosso Senhor Jesus Cristo de que o *Filho do homem...veio para...dar a sua vida em resgate de muitos* (Mat. 20:28). O segundo é geralmente considerado a última declaração de Paulo sobre este assunto e é na realidade uma citação da passagem já mencionada. *O qual a si mesmo se deu em resgate por todos* (I Tim. 2:6). Note-se que a cada uma das palavras principais se dá uma conotação mais definida: a vida torna-se o eu; o preço da compra, o Redentor Pessoal; e muitos, todos.

As passagens bíblicas que tratam deste assunto foram já apresentadas em sentido geral e não precisamos senão dar referências adicionais. Estão agrupadas de acordo com o seguinte esquema: (1) Passagens que falam da expiação em termos universais: (João 3:16, 17; Rom. 5:8, 18; II Cor. 5:14, 15; I Tim. 2:4; 4:10; Heb. 2:9; 10:29; II Ped. 2:1; I João 2:2; 4:14). (2) Passagens que se referem à proclamação universal do evangelho: (Mat. 24:14; 28:19; Marcos 16:15; Lucas 24:47; cf. também Marcos 1:15; 16:16; João 3:36; Actos 17:30). (3) As que declaram distintivamente que Cristo morreu pelos que

estavam para perecer: (Rom. 14:15; I Cor. 8:11; Heb. 10:29).

O arminianismo, com a sua ênfase à liberdade moral e à graça preveniente, tem sustentado sempre a universalidade da expiação; isto é, como uma provisão de salvação para todos os indivíduos, condicionada pela fé. O calvinismo, por outro lado, com a sua doutrina de decretos, a sua eleição incondicional e a sua teoria de satisfação penal, sempre tem estado sob a necessidade de aceitar a ideia de uma expiação limitada.

B. *Os Benefícios Incondicionais da Expiação.*

Estreitamente relacionados com a questão referente ao alcance da expiação, encontram-se os benefícios desta mesma expiação. Dentro do círculo ou alcance da obra redentora, tudo se inclui, tanto o espiritual como o físico. Toda a bênção conhecida pelo homem é o resultado do preço do resgate do nosso Senhor Jesus Cristo e vem do Pai das luzes. Estes benefícios podem resumir-se sob dois aspectos principais, Os Benefícios Incondicionais e Os Benefícios Condicionais.

Os benefícios incondicionais da expiação são aqueles que pertencem à raça humana como um todo e que são dados a todos os homens incondicionalmente. Nestes inclui-se a existência contínua da raça, a restauração de todos os indivíduos a um estado de salvabilidade e a salvação das crianças.

1. *A Existência Contínua da Raça.* É inconcebível que a humanidade tivesse a faculdade de multiplicar-se no seu pecado e depravação sem que fossem tomados os passos necessários para a sua salvação. Não obstante, se não fosse pela intervenção divina, a morte imediata dos primeiros pais teria sido inevitável e com ela terminaria a sua vida terrena.

2. *A Restauração de Todos os Homens à Salvabilidade.* A expiação proveu incondicionalmente para todos os

homens o dom gratuito da graça. Isto incluiu a restauração do Espírito Santo à raça humana como o Espírito de iluminação, de convicção e de ação. Neste sentido, não só se dá ao homem a capacidade para a provação adequada, mas também se proporciona a ajuda gratuita do Espírito Santo.

3. *A Salvação das Crianças.* Devemos considerar que a expiação provê a salvação presente para os que morrem na infância. Temos que admitir que isto não se declara de maneira explícita nas Escrituras e, assim, foi no passado causa de muita disputa. O teor geral das Escrituras, entretanto, quando se considera à luz do amor divino e da graça universal do Espírito, não permite outra conclusão. O doutor Miner Raymond condensa a posição arminiana geralmente aceita, da seguinte maneira: “A doutrina da depravação herdada inclui a ideia de desclassificação herdada para a vida eterna. A salvação das crianças, portanto, tem referência primária a uma preparação para as bênçãos do céu—pode referir-se a um título de posse para o céu; nem todos os seres recentemente criados, nem os que sustentam relações similares, são por direito natural aceitos para ter um lugar entre os anjos e entre os santos glorificados. A salvação das crianças não pode ser considerada como salvação do perigo da morte eterna. Elas não cometeram pecado, a única coisa que conduz a esse perigo. A ideia de que estão em perigo da morte eterna por causa da transgressão de Adão, quando muito, é nada mais que mera ideia de um teórico perigo de morte. Mas se se insiste em que “por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação” (uma condenação literal e presente), insistimos que todos os homens são salvos da condenação, quer seja teórica ou literal; porque “por um só acto de justiça veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida”, de maneira que as condições e relações do homem na infância diferem das dos seres criados recentemente,

apenas no sentido de que, pela lei natural da propagação se herda uma natureza corrupta. Uma vez que nenhuma coisa imunda ou impura pode ser admitida na presença de Deus e na sociedade dos santos anjos e santos glorificados, segue-se que se os infantes chegam ao céu, deve haver algum poder purificador, santificador das suas almas que lhes é concedido; a influência salvadora do Espírito Santo deve-lhes ser, por causa de Cristo, aplicada de maneira incondicional. Não apenas a sua preparação, mas também o seu título que lhes confere o direito ao gozo da bênção do céu vem, como no caso da sua existência, através do sangue derramado do nosso Senhor Jesus Cristo” (Raymond, *Teologia Sistemática*, II, pp. 311-312).

C. *Os Benefícios Condicionais da Expição.*

Os benefícios condicionais da expiação são: (1) A Justificação, (2) A Regeneração, (3) A Adoção, (4) O Testemunho do Espírito e (5) A Inteira Santificação. Todos estes proporcionam-nos o objeto da nossa discussão sobre os estados de salvação. Antes de começar este estudo, contudo, devemos dar primeiro atenção aos officios e à obra do Espírito Santo como Administrador da salvação graciosa, comprada pela expiação do nosso Senhor Jesus Cristo.

D. *A Intercessão de Cristo.*

Há outro ponto transicional que necessita ser mencionado, além dos benefícios condicionais da expiação acima citados. É o da intercessão de Cristo. O Novo Testamento não ensina que a obra de Cristo terminou com a vinda do Espírito Santo. Ensina que a Sua obra consumada de expiação foi apenas o fundamento para a obra da administração, que Ele mesmo tinha de continuar por meio do Espírito. Morreu pelos pecados do passado para que pudesse estabelecer um novo pacto; ressuscitou para que Se tornasse o executor da Sua

própria vontade. A Sua atividade contínua consiste em levar a efeito por meio do Espírito os méritos da Sua morte expiatória. Como consequência da intercessão de Cristo por nós, é dado o Espírito Santo como presença intercessora dentro do coração do indivíduo. A intercessão de Cristo à direita de Deus e a ajuda do Espírito Santo no interior estão em perfeita harmonia, uma vez que o Espírito toma as coisas de Cristo e no-las faz conhecidas.

QUESTIONÁRIO

1. Quais são as ideias básicas incluídas no conceito da expiação?
2. Onde se encontra o fundamento da necessidade da expiação?
3. Indique de que maneira e como foi predita no Antigo Testamento a expiação de Cristo. Que se quis dizer com a expressão de que morreu "segundo as Escrituras"?
4. Onde se encontra a causa originadora da expiação?
5. Que queremos dizer com a palavra "vicário" quando nos referimos à expiação de Cristo?
6. Condense por palavras suas o sentido dos termos bíblicos "propiciação", "redenção", "reconciliação", quando usadas em conexão com a expiação.
7. Que observações básicas preliminares devem ser recordadas sempre que se considerem as teorias da expiação?
8. Explique os conceitos de Anselmo referentes à expiação. Porque teve tanto significado nos anos seguintes este conjunto de ideias?
9. Dê um resumo cuidadoso da teoria católica romana da expiação.
10. Explique a teoria da Satisfação Penal da Expiação. Em que ponto deve ser rejeitada?
11. Em que sentido a Teoria Governamental da Expiação trata de retificar e corrigir a teoria da Satisfação Penal?
12. Em que sentido as teorias da influência moral da expiação são fracas e inexatas? Como se relacionam com as ideias de Abelardo sobre o assunto?
13. Condense em pequenos parágrafos as ideias essenciais sobre a expiação de Cristo nas teorias místicas, na nova teologia e na teoria ética de Strong.
14. Que benefícios da expiação podem ser classificados como incondicionais e porquê?
15. Em que sentido a obra de Cristo continua depois da vinda do Espírito Santo?

PARTE V

AS DOCTRINAS DA SALVAÇÃO

Sinopse

Salvação! Que palavra tão comovedora! “Cristo veio ao mundo para salvar os pecadores”. A Sua vinda não foi principalmente para ensinar aos homens ou demonstrar-lhes como deveriam viver por meio do Seu exemplo incomparável: *Ele lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles*. A finalidade desta quinta parte do nosso estudo dedicar-se-á à consideração das doutrinas relacionadas com esta gloriosa experiência da libertação do pecado.

Começamos com um exame da pessoa e obra do Espírito Santo, o “Executivo da Deidade”, por cujo ministério gracioso são-nos proporcionados todos os benefícios da expiação de Cristo. Quanto dependemos deste bendito Espírito de Deus, nesta Sua dispensação! Depois consideraremos os estados preliminares da graça com ênfase à chamada do Evangelho, ao arrependimento e à fé salvadora. Isto leva-nos à consideração da primeira grande crise da experiência cristã, o novo nascimento, ou o “nascimento do alto”. Examinaremos isto nos seus vários aspectos: a justificação diante de Deus, a regeneração ou a renovação espiritual interna e a adoção na família de Deus.

Depois estaremos prontos para considerar a segunda crise da experiência cristã, a santidade do coração—a ideia central e o propósito da redenção. Esta experiência graciosa é analisada nos capítulos finais sob os dois títulos “Inteira Santificação” e “Perfeição Cristã”. Uma boa parte da crítica que se faz contra este estado da graça fundamenta-se na ignorância ou no desejo voluntário de deturpar os factos. Aqui, portanto, precisaremos de ser humildes e diligentes e estar dispostos a saber toda a vontade de Deus—e a fazê-la. Que o próprio Espírito da Verdade seja o nosso companheiro e mestre.

PARTE V

AS DOCTRINAS DA SALVAÇÃO

Capítulo XIV. *A Pessoa e Obra do Espírito Santo*

- I. A REVELAÇÃO PROGRESSIVA DO ESPÍRITO SANTO
 - A. O Espírito Santo no Regime Preparatório.
 - B. O Espírito Santo e a Encarnação.
 - C. O Espírito Santo e o Ministério Terreno de Jesus.
- II. A DISPENSAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
 - A. O Espírito Santo e o Pentecostes.
 - B. Os Ofícios do Espírito Santo.
 1. O Fruto do Espírito.
 2. Os Dons do Espírito.
 3. O Espírito Santo e a Obra da Salvação.
 - C. O Espírito Santo e a Igreja.
 - D. O Espírito Santo e o Mundo.

Capítulo XV. *Os Estados Preliminares da Graça*

- I. A VOCAÇÃO OU A CHAMADA DO EVANGELHO
 - A. A Natureza Geral da Chamada Evangélica.
 - B. Eleição e Predestinação.
 1. O Ponto de Vista Calvinista da Predestinação e da Eleição.
 2. O Ponto de Vista Arminiano da Predestinação e da Eleição.
 - C. Elementos na Chamada Evangélica.
- II. A GRAÇA PREVENIENTE
 - A. A Graça e a Graça Preveniente.
 - B. A Natureza da Graça Preveniente.
- III. O ARREPENDIMENTO
 - A. A Importância do Arrependimento.
 - B. A Natureza do Arrependimento.

- C. Definições Representativas do Arrependimento.
 - D. Os Elementos Divino e Humano no Arrependimento.
 - E. O Estado de Penitência.
 - F. A Necessidade do Arrependimento.
- IV. A FÉ SALVADORA
- A. A Natureza da Fé em Geral.
 - B. A Natureza da Fé Salvadora.
 - C. A Fé como um Dom da Vida Cristã.
- V. A CONVERSÃO
- Capítulo XVI. *A Justificação, A Regeneração e A Adoção*

- I. A JUSTIFICAÇÃO
- A. Definições da Justificação.
 - B. A Natureza da Justificação.
 1. A Justificação Evangélica.
 2. A Justificação é Tanto Acto como Estado.
 3. A Justificação é uma Transformação Relativa.
 4. A Justificação e a Santificação.
 5. A Justificação é Tanto um Acto Judicial como Soberano.
 6. A Justificação é Pessoal, Inclusiva, e Instantânea.
 - C. A Base da Justificação.
- II. A REGENERAÇÃO
- A. A Natureza da Regeneração.
 - B. Definições da Regeneração.
 - C. As Operações de Deus na Regeneração.
 - D. Erros Com Respeito à Regeneração.
 - E. Sumário do Ensino Sobre a Regeneração.
- III. A ADOÇÃO
- A. O Significado de Adoção.

- B. Os Benefícios da Adoção.
 - C. A Evidência da Adoção.
- IV. O TESTEMUNHO DO ESPÍRITO
- A. A Base Bíblica da Doutrina.
 - B. O Testemunho Duplo do Espírito.
 1. O Testemunho do Espírito Divino.
 2. O Testemunho do Nosso Próprio Espírito.
 - C. O Privilégio Comum dos Crentes.

Capítulo XVII. *A Inteira Santificação ou Perfeição Cristã*

- I. TRATAMENTO HISTÓRICO DA DOCTRINA DA INTEIRA SANTIFICAÇÃO
- A. O Testemunho dos Pais Apostólicos.
 - B. O Ensino dos Pais Posteriores da Igreja.
 - C. A Doutrina dos Místicos.
 - D. A Doutrina Católica Romana.
 - E. Opiniões Calvinistas Sobre a Santificação.
 - F. A Doutrina do Arminianismo e do Wesleyanismo.
 - G. Outros Pontos de Vista Modernos Sobre a Santificação.
- II. A BASE BÍBLICA DA INTEIRA SANTIFICAÇÃO
- A. A Santidade é a Norma Neotestamentária da Experiência Cristã.
 1. É a Vontade de Deus que o Seu Povo Seja Santo.
 2. Deus Prometeu Santificar o Seu Povo.
 3. Deus Manda que o Seu Povo Seja Santo.
 - B. A Inteira Santificação como uma Segunda Obra da Graça.
 - C. Tempos Gramaticais no Novo Testamento Grego.

- III. O SIGNIFICADO E O ESCOPO DA SANTIFICAÇÃO
 - A. Definições da Inteira Santificação.
 - B. A Justificação e a Santificação.
 - C. A Existência do Pecado no Indivíduo Regenerado.
 - D. A Inteira Santificação é Subsequente à Regeneração.
 - E. Os Meios e Agências Divinamente Apontados na Santificação.
 - F. A Santificação Gradativa ou Progressiva.

Capítulo XVIII. *A Inteira Santificação ou a Perfeição Cristã—Continuação*

- I. A INTEIRA SANTIFICAÇÃO
 - A. A Inteira Santificação como Purificação do Pecado.
 - B. A Inteira Santificação como Consagração Positiva a Deus.
 - C. Os Elementos Divino e Humano na Inteira Santificação.
- II. A PERFEIÇÃO CRISTÃ
 - A. Conceitos Errôneos Respeitantes à Perfeição Cristã.
 - B. Implicações da Doutrina da Perfeição Cristã.
 - C. O Conceito Fundamental da Perfeição Cristã.
 - D. Distinções Importantes Sobre a Perfeição Cristã.
 - E. A Perfeição Cristã—Experiência Atual.
 - F. Evidências da Perfeição Cristã.

CAPÍTULO XIV

A PESSOA E A OBRA DO ESPÍRITO SANTO

“Quando o nosso Senhor Jesus Cristo exclamou: “Está consumado”, declarou terminada a obra da expiação. Este término, porém, foi apenas uma provisão para a salvação dos homens. Restava a aplicação do benefício pela administração do Espírito Santo descido do céu, cujo officio único e supremo consiste em levar a efeito todos os desígnios do regime ou economia da redenção. Assim como o Espírito do Cristo desde a criação do mundo administrou as preparações evangélicas, agora Ele opera em favor do Cristo plenamente revelado. É por meio do Espírito Santo que o nosso Senhor Jesus Cristo continua o Seu officio profético: o Espírito Santo é o inspirador das Novas Escrituras e o Mestre Supremo do Novo Regime. Por meio d’Ele perpetua-se o officio sacerdotal, embora com outro sentido; o ministério da reconciliação é a ministração do Espírito e, por meio d’Ele, Deus executa a Sua autoridade real.”

—Dr. William B. Pope.

O nosso propósito neste capítulo é o de discutir a Pessoa e a Obra do Espírito Santo sob dois temas gerais: a Sua revelação progressiva e a Sua obra administrativa. Observamos já que nas Sagradas Escrituras encontramos uma revelação detalhada do Filho. Também temos uma revelação correspondente e semelhante sobre o Espírito Santo. Mas só no Pentecostes é que foi revelado na Sua plenitude.

Assim como o Filho encarnado é o Redentor da humanidade em virtude da Sua obra expiatória, o Espírito Santo, o Executor da Divindade, é o administrador dessa redenção. É privilégio nosso viver na dispensação do Espírito Santo. Nesta época a revelação da Sua Pessoa e da Sua Obra é plena, clara e de alta significação pessoal. É importante, pois, que alcancemos compreensão exata destes factos na sua relação com o plano da redenção e com a nossa salvação pessoal.

I. A REVELAÇÃO PROGRESSIVA DO ESPÍRITO SANTO

No estudo sobre a Trindade (veja-se o capítulo VII, Seção III), verificamos a abundância de passagens bíblicas concernentes à personalidade do Espírito Santo. É algo mais do que uma influência sagrada. De facto Ele é a terceira Pessoa da adorável Trindade. São usados

pronomes pessoais a Seu respeito nas Sagradas Escrituras, são-Lhe atribuídas atividades pessoais, e é-Lhe dado tratamento pessoal. Uma vez que Ele é quem completa a divindade, a Sua revelação foi, por necessidade, a última a manifestar-se. Não podia vir como o Administrador da obra expiatória de Cristo enquanto não fosse consumado o ministério terreno do Mestre. Não podia revelar-Se plenamente senão depois da morte, ressurreição e glorificação de Jesus. Por isso é que só no Pentecostes o Espírito Santo pôde revelar-Se na Sua plenitude como Pessoa.

A. *O Espírito Santo no Regime Preparatório.*

Ainda que a dispensação plena do Espírito Santo não comece senão no Pentecostes, Ele mesmo na terceira Pessoa da Trindade estava operando desde o princípio da criação e na providência. Era o Espírito que se movia na superfície das águas, que trouxe ao caos beleza e ordem (Gên. 1:2); foi Ele que soprou no nariz do homem para transformá-lo em alma vivente (Gên. 2:7; Jó 33:4). Ele tem sido o Agente da produção de toda a vida e, portanto, por antecipação profética é o Senhor e Doador da vida.

A relação do Espírito Santo para com a humanidade depois da queda e anterior à vinda de Jesus Cristo assume quatro formas principais das quais Abel, Abraão, Moisés e os Profetas são tipos representativos. Primeiro, encontra-se a operação direta do Espírito nas consciências dos homens de maneira puramente pessoal e privada. Abel cedeu a esta operação, enquanto Caim não. A maldade dos homens aumentou até o tempo do dilúvio quando se externou a condenação de Deus nestes termos formidáveis: *O meu Espírito não agirá para sempre no homem, pois este é carnal* (Gên. 6:3). O segundo aspecto da operação do Espírito com o homem deu-se através da família. Foi feita a promessa a Abraão e à sua geração (Gál. 3:16). A família forma uma nova

ordem, um novo centro para as comunicações do Espírito. A família de Abraão, já separada, foi a Igreja em germe e, portanto, o primeiro princípio histórico de uma comunidade religiosa.

O terceiro estágio da operação do Espírito Santo encontra-se na promulgação da lei por meio de Moisés. À ação interna do espírito agregou-se um modo externo de apelo. Esta lei era moral, cerimonial e judiciária. A parte conhecida como os Dez Mandamentos diz-se ter sido dada pelo "dedo de Deus" (Mat. 12:28; Lucas 11:20). O quarto e último método da ação do Espírito no regime preparatório encontra-se na voz dos profetas, *homens (santos) falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo* (II Ped. 1:21). A lei serviu para dar permanência à ideia moral e a sua transgressão envolvia culpa (Rom. 3:20). Mas, porquanto a lei fosse um instrumento fixo, os homens logo começaram a dar mais atenção às suas formas externas do que ao seu espírito interno. Daí surgiram os profetas. Eles apelaram para as esperanças e temores dos homens e isto deu conteúdo interno às formas externas. Não só se fez apelo à lei, mas os profetas proporcionaram uma literatura devocional e dirigiram a atenção dos homens para o Redentor prometido.

B. *O Espírito Santo e a Encarnação.*

A Encarnação de Jesus Cristo foi consumada pelo Espírito Santo. Como o vínculo de união entre o Pai e o Filho, nada mais apropriado do que Ele efetuar a união elevada e singular entre as naturezas não criada e criada na Pessoa única de Cristo. A mensagem do anjo à Virgem Maria foi no sentido de que *Descerá sobre ti o Espírito Santo e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso também o ente santo que há de nascer, será chamado Filho de Deus* (Lucas 1:35).

É significativo o facto de que o mistério da encarnação tornou possível a revelação do Espírito Santo como

a terceira Pessoa da Trindade. Até a anunciação o Espírito Santo nunca Se revelara como um agente pessoal distinto. Nunca antes fora chamado pelo Seu próprio nome. Antes deste tempo sempre era mencionado em relação às outras pessoas divinas. No salmo penitencial diz-se não *me retires o teu Santo Espírito* (Sal. 51:11); e em Isaías, *eles foram rebeldes, e contristaram o seu Espírito Santo* (Isa. 63:10). Em consequência o termo é usado de maneira relativa e não no sentido absoluto. A revelação plena da Sua personalidade e das Suas perfeições não foi feita senão no tempo marcado para o início do Seu ministério.

C. *O Espírito Santo e o Ministério Terreno de Jesus.*

Durante o ministério terreno Jesus não operou sozinho através da Sua humanidade. Esta humanidade foi também o templo do Espírito Santo que Deus Lhe deu sem medida (João 3:34). Tudo que pertenceu ao Filho como o Representante do homem estava sob a direção imediata do Espírito Santo. Foi guiado e sustentado na vida terrena em todas as experiências pelo Espírito Santo que presidiu todo o Seu ministério. Esta subordinação do Filho ao Espírito Santo cessou quando o Redentor entregou livremente a vida. Depois da ascensão o Filho recebeu do Pai a promessa do Espírito e, por uma estranha reversão, o que tinha sido precedido pelo Espírito durante a humilhação, na Sua exaltação tornou-se o Doador desse mesmo Espírito à Igreja (Actos 2:33).

O Espírito Santo como o agente futuro do ministério de Cristo foi objeto de profecia durante a vida terrena do nosso Senhor. Isto manifesta-se primeiro nas palavras *quanto mais o Pai celestial dará o Espírito Santo àqueles que lho pedirem?* (Lucas 11:13). Aqui encontramos a aurora tênue do dia de Pentecostes. A segunda predição aconteceu no fim do grande dia da festa quando Jesus, de pé, exclamou: *Se alguém tem*

sede, venha a mim e beba (João 7:37). Numa expressão parentética João explica que o nosso Senhor se referia ao Espírito *que haviam de receber os que nele cressem; pois o Espírito até esse momento não fora dado, porque Jesus não havia sido ainda glorificado* (João 7:39). O completo e pleno anúncio precursor encontra-se no discurso de despedida de Jesus (João 14:16, 17, 26). Declara-se aqui que o Consolador como o Espírito que habitou em Cristo habitaria também no Seu povo. Este Consolador ou Paráclito é o Espírito da verdade e, como tal, é o Revelador da Pessoa de Cristo. Não falará de Si mesmo durante a era pentecostal, mas glorificará o Filho, tomando os seus ensinamentos e transmitindo-os à Igreja. Como o Filho veio revelar o Pai, assim o Espírito Santo vem para revelar o Filho. Os discursos de despedida de Jesus, portanto, num sentido muito peculiar proporcionam-nos uma revelação da Trindade—a unidade de um só Deus na distinção de três pessoas.

II. A DISPENSAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

A. *O Espírito Santo e o Pentecostes.*

O Pentecostes marca uma nova dispensação de graça—a do Espírito Santo. Não deve ser entendida como substituindo a obra de Cristo mas ministrando-a e completando-a. Jesus indicou que *Tudo quanto o Pai tem é meu; por isso é que vos disse que há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar* (João 16:15). Como o Filho revelou o Pai, assim o Espírito revela o Filho e glorifica-O. *Ninguém pode dizer: Senhor Jesus! senão pelo Espírito Santo* (I Cor. 12:3). A obra do Espírito Santo como terceira Pessoa da Trindade está em conexão com os Seus ofícios como o Representante do Salvador. É o Agente de Cristo, representando-O na salvação individual da alma, na formação da Igreja e no poder testemunhal da Igreja no mundo. Mas Ele não é

o Representante de um Salvador ausente. É o Outro Eu do nosso Senhor sempre presente. Este é o significado da promessa *Não vos deixarei órfãos, voltarei para vós outros* (João 14:18). É através do Espírito que o nosso Senhor entra no Seu ministério mais alto do Espírito. Por esta razão declarou: *Convém-vos que eu vá, porque se eu não for, o Consolador não virá para vós outros* (João 16:7).

O Pentecostes foi o dia da inauguração da ação do Espírito Santo e o dom pentecostal de uma pessoa—o Paracleto ou Consolador. Este dom Jesus prometeu aos Seus discípulos como o Agente por meio do qual continuaria o Seu ofício e obra, de maneira nova e mais eficiente. Como a vinda de Cristo foi acompanhada de sinais milagrosos, assim também a chegada do Espírito Santo teve sinais indicativos da Sua Pessoa e obra. Foram três estes sinais: *primeiro*, o som como de um vento forte; *segundo*, a aparição de línguas como de fogo sobre os discípulos e *terceiro*, o dom de outras línguas. O *primeiro* anunciava a Sua vinda; o *segundo* a Sua chegada e o *terceiro* marcava imediatamente a apropriação da Sua obra como Administrador e o princípio das Suas operações.

O primeiro sinal inaugural foi o vento forte que encheu toda a casa onde estavam reunidos (Actos 2:2). O som veio de repente e imediatamente alcançou o seu ápice. O som também veio do céu e foi ouvido não só pelos discípulos, mas por toda a cidade: *Quando, pois, se fez ouvir aquela voz, affluu a multidão* (Actos 2:6). Este sinal indica o poder interno, misterioso e espiritual do Espírito que iria caracterizar a Sua administração na Igreja e no mundo. Sugere também anseio intenso da parte do Espírito de efetuar a salvação grandiosa comprada pelo sangue de Cristo.

O segundo sinal foi a aparição das “línguas como de fogo” que pousaram sobre cada um deles (Actos 2:3). Crê-se geralmente que sobre cada um dos discípulos se

assentou uma língua repartida “como de fogo”. Estas *línguas repartidas* eram brilhantes e cintilantes que resplandeciam como uma auréola por sobre as cabeças do Israel espiritual, recordando os sinais do monte Sinai quando o Senhor desceu no meio de fogo e todo o monte estremeceu fortemente (Êx. 19:18). O significado deste símbolo deve ser encontrado no efeito purificador, penetrante, enérgico e transformador da administração do Espírito. As línguas repartidas significam os diversos dons comunicados pelo Espírito aos diferentes membros do corpo místico de Cristo.

O terceiro sinal inaugural ocupa uma posição única nos acontecimentos do dia. É descrito da seguinte maneira: *Todos ficaram cheios do Espírito Santo, e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem* (Actos 2:4). Este sinal não só indica a vinda do Espírito Santo, mas ainda o começo da Sua obra atual. Por meio de uma operação milagrosa tornou os discípulos aptos para declarar as maravilhas de Deus de tal maneira que os representantes das nações os ouviam nas suas próprias línguas. As palavras aqui traduzidas “outras línguas” só se verificam neste caso em todo o Novo Testamento e denotam a ideia de expressão racional ou idioma inteligível. Podem significar uma expressão extática mas nunca mero barulho de palavras incompreensíveis e sem coerência. Este fenômeno do Pentecostes foi, evidentemente, um dom milagroso de línguas inteligíveis.

B. *Os Offícios do Espírito Santo.*

O Espírito Santo é, a um tempo, o dom e o doador. É o dom do Cristo glorificado à Igreja e nela habita como Presença criadora e ativante. Este centro de vida, de luz e de amor é o Paracleto ou o Consolador permanente. Imediatamente depois da Sua inauguração no Pentecostes o Espírito Santo tornou-Se o Executor da Divindade sobre a terra. É agora o Agente do Pai e do

Filho no qual ambos mantêm residência (João 14:23) e através do qual, unicamente, os homens podem ter acesso a Deus. O Espírito Santo como Doador ou Administrador da redenção ministra em dois campos distintos, embora entre si relacionados—o dos frutos do Espírito e o dos dons do Espírito.

1. *O Fruto do Espírito.* O fruto do Espírito é a comunicação ao indivíduo das graças que emanam da natureza divina e faz referência mais ao caráter do que aos requisitos especiais para o serviço. Quando Paulo enumera as nove graças ou virtudes (Gál. 5:22-23) que constituem o fruto do Espírito, possivelmente recorda a parábola do nosso Senhor respeitante à videira e aos ramos (João 15:1-5). Na lista que o apóstolo faz das graças, há três que se relacionam com Deus—amor, alegria e paz; três que se relacionam com os outros—longanimidade, benignidade e bondade; e três que se relacionam conosco mesmo—fidelidade, mansidão e domínio próprio. Estas qualidades de caráter resultam de contato vital e contínuo com a videira. Estão em agudo contraste com as obras da carne (Gál. 5:19-23).

2. *Os Dons do Espírito.* Estes são dons da graça. São os meios ou faculdades divinamente ordenados com os quais Cristo torna a Igreja capaz de cumprir a Sua missão sobre a terra. O resumo que Paulo faz a respeito dos dons é o seguinte: *Ora, os dons são diversos, mas o Espírito é o mesmo. E também há diversidade nos serviços, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade nas realizações, mas o mesmo Deus é quem opera tudo em todos. A manifestação do Espírito é concedida a cada um, visando a um fim proveitoso. Porque a um é dada, mediante o Espírito, a palavra da sabedoria; e a outro, segundo o mesmo Espírito, a palavra do conhecimento; a outro, no mesmo Espírito, fé; e a outro, no mesmo Espírito, dons de curar; a outro, operações de milagres; a outro, profecia; a outro, discernimento de espíritos; a*

um variedade de línguas; e a outro, capacidade para interpretá-las. Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas cousas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente (I Cor. 12:4-11); (cf. também Efé. 4:11; Rom. 12:6-8).

Os dons do Espírito são capacidades sobrenaturais para o serviço e determinam-se pelo caráter do ministério que terão de realizar. São vitais para o cumprimento bem-sucedido da missão da Igreja. Estes dons são distribuídos à discreção do Espírito. São relacionados a, mas distintos de, dons e habilidades naturais. Nem todos os membros da Igreja recebem capacidades semelhantes. Há diversidade de dons na Igreja (I Cor. 12:29-30). Estes dons divinos sobre os membros individuais determinam as suas funções no corpo de Cristo (I Cor. 12:21-25), e constituem-se em fatores essenciais para o progresso espiritual da Igreja em todos os tempos.

3. *O Espírito Santo e a Obra da Salvação.* Os actos ou funções administrativas do Espírito Santo que pertencem especialmente à obra da salvação podem ser classificados em dois grupos gerais—o Espírito Santo como “o Doador da vida” e como “Presença santificadora”. Relacionado com o primeiro encontra-se o nascimento espiritual ou a experiência inicial da salvação. Liga-se com o último o batismo com o Espírito—obra subsequente pela qual a alma se purifica. Isto é conhecido como a inteira santificação que é “operada pelo batismo com o Espírito Santo e compreende, numa só experiência, a purificação do coração e a permanente presença íntima do Espírito Santo dando ao crente poder para uma vida santa e para serviço” (*Manual*, Artigo X).

O nascimento do Espírito é a comunicação de vida divina à alma. Não é meramente uma reconstrução ou remodelação da vida antiga; é a comunicação à alma ou a implantação dentro dela da nova vida do Espírito. É,

portanto, “um nascimento do alto”. O Espírito Santo infunde vida nas almas mortas nos seus delitos e pecados e, por este meio, fá-las indivíduos distintos no reino espiritual. Estes indivíduos são os filhos de Deus. É-lhes dado o Espírito de adoção pelo qual se constituem herdeiros de Deus e co-herdeiros de Jesus Cristo (Rom. 8:15-17).

Enquanto o filho de Deus como indivíduo possui a vida em Cristo, há também nele “a mente carnal” ou o pecado inato e isto impede que goze plenamente dos privilégios neotestamentários em Cristo. Jesus, como o cordeiro de Deus, veio para levar sobre Si “o PECADO do mundo”. Deve haver, portanto, uma purificação do pecado. Analisando esta experiência posterior da inteira santificação, do ponto de vista do Agente em vez da perspectiva da obra efetuada, notaremos uma tríplice operação do Espírito Santo nesta experiência do crente. Em primeiro lugar, o *batismo*, que no seu sentido restrito se refere ao acto de purificar ou de tornar santo; segundo, a *unção*, ou o Espírito ativo na Sua obra de capacitar para o serviço e para a vida; terceiro, o *selo*, ou seja a própria Presença permanente no Seu officio de dar testemunho. Quando, portanto, falamos do nascimento, do batismo, da unção e do selo, como de quatro actos ou funções administrativas do Espírito, referimo-nos apenas às duas obras da graça mas consideramos a segunda, a inteira santificação, sob um aspecto tríplice. Não se deve esquecer que estes quatro actos administrativos pertencem a Cristo tanto quanto ao Espírito Santo. É Cristo quem vivifica as almas mortas à vida pelo Espírito Santo; é Cristo também quem sela e unge o Seu povo com este mesmo Espírito. Teremos oportunidade de estudar cuidadosamente alguns pontos subsequentes desta matéria a fim de desenvolver mais definitivamente cada um destes aspectos da obra do Espírito Santo.

C. *O Espírito Santo e a Igreja.*

O Pentecostes foi o nascimento da Igreja Cristã. Da maneira que o Israel resgatado do Egito formou um estado-igreja por meio da promulgação da lei no Sinai, o Espírito Santo organizou a Igreja no Pentecostes com os indivíduos remidos por Cristo, a nossa Páscoa. Isto realizou-se pela promulgação de uma nova Lei escrita nos corações e nas mentes dos remidos. Assim como o corpo físico possui uma vida comum que une os membros num organismo também comum, o Espírito Santo dispõe os membros no corpo espiritual como Ele quer, unindo-os num organismo único sob Cristo como Cabeça espiritual e vivente. O propósito de Cristo não é só o de salvar o indivíduo, mas o de formar um organismo espiritual de pessoas interrelacionadas e remidas. Esta Igreja é uma *raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus*, e o fim desta organização é *proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz* (I Ped. 2:9). Nesta Igreja o Espírito Santo é o vínculo de união comum que une os membros uns aos outros e todos ao Cabeça vivente.

D. *O Espírito Santo e o Mundo.*

O Espírito representa Cristo perante o mundo. Mas uma vez que o mundo não O conhece e não pode recebê-Lo na plenitude da Sua verdade dispensacional, Cristo está, portanto, limitado nas Suas operações aos estados preliminares da graça. A natureza da obra do Espírito é descrita pelo nosso Senhor nas seguintes palavras: *Quando ele vier convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo: do pecado, porque não crêem em mim; da justiça, porque vou para o Pai, e não me vereis mais; do juízo, porque o príncipe deste mundo já está julgado* (João 16:8-11). O pecado a que se faz referência aqui é o desprezo formal de Jesus Cristo como Salvador; a justiça é a Sua obra de expiação

terminada ou consumada como a única base de aceitação diante de um Deus justo; ao passo que o juízo é o destronamento de Satanás como príncipe deste mundo, e assim a separação dos justos e maus no dia final. Se o príncipe está julgado, então todos os seus seguidores sofrerão a condenação. Nesta relação entre o Espírito Santo e o mundo, Aquele deve ser considerado principalmente como o Espírito da verdade e o Seu instrumento como a palavra de Deus. A relação da Igreja para com a eficiência do Espírito através da Palavra encontra a sua expressão mais elevada na Grande Comissão. Aqui o Evangelho é a proclamação da salvação e isto leva-nos diretamente ao nosso próximo tema: o chamamento gracioso do Espírito.

QUESTIONÁRIO

1. Verifique as ocasiões em que o Espírito esteve ativo antes do Pentecostes.
2. Indique a relação entre o Espírito Santo e a encarnação.
3. Explique o significado do dia de Pentecostes e a dispensação do Espírito Santo neste dia.
4. Explique a relação entre o Espírito Santo e o ministério terreno de Jesus Cristo.
5. Quais foram os sinais que anteciparam a vinda do Espírito Santo no Pentecostes? Qual o significado de cada um deles?
6. Estabeleça a diferença entre os frutos e os dons do Espírito Santo.
7. Descreva as funções particulares do Espírito Santo como "Doador de vida" e como "Presença santificadora".
8. Como se relaciona especialmente a obra do Espírito Santo com a Igreja como corpo de Cristo?
9. Dê um esboço da obra do Espírito Santo em relação ao mundo.
10. Que queremos dizer quando afirmamos que o Espírito Santo é o "Executor da Divindade"?

CAPÍTULO XV

OS ESTADOS PRELIMINARES DA GRAÇA

“Há dois factos centrais e universais na natureza humana: primeiro, uma corrupção universal da natureza humana através da queda de Adão; segundo, a ajuda universal compensadora do Espírito Santo que vem através de Cristo. *A verdadeira luz que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem* (João 1:9). Qual seria o estado moral da humanidade se se deixasse às expensas das consequências indomáveis e duras da queda é só questão de conjectura. Não sabemos até que ponto nos levaria a depravação total, até que profundidade de pecado e separação de Deus chegaríamos se não houvesse uma graça que evitasse pois disso nunca se fez experiência. A raça humana sempre teve a influência sanadora do Espírito Santo, atraindo-nos incessantemente para Deus.”

—Doutor A. M. Hills.

A expiação consumada do nosso Senhor Jesus Cristo torna-se efetiva na salvação dos homens apenas quando administrada aos crentes pelo Espírito Santo. A obra do Espírito *em* nós é tão necessária para a salvação como a provisão de Cristo *por* nós. A redenção provisoriamente provida no Calvário torna-se realidade viva na experiência pessoal apenas quando se efetua em nós por meio do bendito Espírito Santo. É, portanto, o Espírito o continuador da obra redentora de Cristo num plano mais novo e elevado.

Voltemos agora a atenção para estes benefícios da expiação de Cristo como atualizados na experiência humana através do ministério do Espírito. Os principais temas deste capítulo são: A Vocação ou a Chamada do Evangelho, A Graça Preveniente, O Arrependimento, A Fé Salvadora e a Conversão.

I. A VOCAÇÃO OU A CHAMADA DO EVANGELHO

A. *A Natureza Geral da Chamada Evangélica.*

O Espírito Santo como Agente de Cristo revela o Seu propósito divino para a salvação do mundo através do que se chama comumente na teologia a vocação ou a chamada do Evangelho. Faz-se também distinção entre a chamada universal do Espírito e a Sua chamada

imediate. A chamada universal do Espírito é aquela influência secreta exercida por Ele na consciência dos homens à parte das Sagradas Escrituras. Paulo afirma que a lei de Deus está escrita nos corações (Rom. 1:19; 2:15); e que Deus nunca ficou sem testemunhas (Actos 14:17). A chamada imediata refere-se à feita através da Palavra de Deus. No Antigo Testamento era limitada quase apenas ao povo de Israel, mas no Novo o seu alcance é universal.

B. *Eleição e Predestinação.*

A Chamada Evangélica está estreitamente ligada ao assunto da predestinação. Esta pode ser definida como o propósito de Deus de assegurar a salvação de alguns homens apenas e não de todos. No nosso esquema histórico do desenvolvimento teológico, mencionamos o facto de que durante o período da Reforma foram organizadas certas escolas divergentes do pensamento protestante. Uma das mais notáveis foi o Calvinismo. Entre outras doutrinas ressalta a soberania de Deus e a predestinação. Contra isto se revoltou a escola de pensamento teológico Arminiana ou Remonstrante.¹

1. *O Ponto de Vista Calvinista da Predestinação e da Eleição.* Tanto no Calvinismo como no Arminianismo os eleitos são os chamados escolhidos, mas os dois sistemas diferem amplamente na maneira da eleição. Os Calvinistas consideram a eleição como incondicional e dependente da predestinação, ou do exercício da graça soberana. “Chamamos predestinação”, diz Calvino, “ao decreto eterno de Deus pelo qual determinou por Si mesmo o que cada indivíduo da humanidade teria de

¹ Este termo é usado para designar o grupo de arminianos que, em 1610, dirigiu um protesto aos Estados de Holanda contendo Cinco Artigos, nos quais demonstravam as suas discordâncias com o Calvinismo extremo. Estes Artigos foram condenados pelo Sínodo de Dort em 1619.

ser, posto que nem todos são criados com um destino semelhante, mas a vida eterna se preordena para alguns, enquanto para outros é destinada a condenação eterna. Todo o homem, portanto, sendo criado para um fim ou outro, é predestinado para a vida ou para a morte... De acordo, portanto, com a doutrina clara das Escrituras, asseveramos que, por um conselho eterno e imutável, Deus determinou, de uma vez por todas, os que serão admitidos à salvação e os que serão levados à condenação” (Calvino, *Institutas da Religião Cristã*, III, Cap. 21).

Assim a eleição, no sentido Calvinista, refere-se à escolha que Deus, no exercício da Sua graça soberana, fez para que certos indivíduos gozassem a salvação por Jesus Cristo. Necessariamente inclui a reprovação incondicional de todo o resto da humanidade. Declara-se isto como se segue na Confissão de Westminster: “Quanto ao resto da humanidade aprouve a Deus, de acordo com o inescrutável conselho da Sua própria vontade, em virtude da qual estende ou detém a misericórdia como quer para a glória do Seu poder soberano sobre as criaturas, passar por alto, e elegê-las para a desonra e ira pelo seu pecado, para o louvor da Sua gloriosa justiça”.

2. *O Ponto de Vista Arminiano da Predestinação e da Eleição.* Em contraste com o Calvinismo acima estudado, o Arminianismo sustenta que a predestinação é o propósito gracioso de Deus de salvar da ruína completa toda a humanidade. Não é um acto arbitrário e indiscriminado de Deus para garantir a salvação a um número especial de pessoas e a ninguém mais. Inclui provisionalmente todos os homens e está condicionada somente pela fé em Cristo. *Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna* (João 3:16). A eleição difere da predestinação nisto, que a eleição implica uma escolha, enquanto a predestinação não. Em Efésios 1:4, 5, 11-13, lê-se:

Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele. Isto é eleição. O plano gracioso pelo qual se leva a cabo esta eleição chama-se predestinação, *nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade.* A predestinação é o plano gracioso e geral para salvar os homens por meio de uma adoção que faz deles Seus filhos por Jesus Cristo. A eleição pertence aos escolhidos que são santos e sem mancha diante d'Ele, em amor. As provas da eleição não residem nos conselhos secretos de Deus, mas nos frutos visíveis da santidade. A Igreja já é, ao mesmo tempo, predestinada e eleita. Dizemos que é predestinada quando nos referimos ao plano da redenção tal como se manifesta na chamada universal. Dizemos que é eleita porque se relaciona com os eleitos ou escolhidos que aceitaram as ofertas da misericórdia. Os eleitos são escolhidos, não por decreto absoluto, mas por *aceitação das condições da chamada.* E assim como o caráter dos eleitos consiste em santidade e pureza diante Dele em amor, a eleição é pelos meios que fazem os homens justos e santos. Daí o nosso Senhor ter dito: *Não sois do mundo, pelo contrário dele vos escolhi* (João 15:19). Paulo explica-o dizendo: *Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade* (II Tess. 2:13). O ensinamento de Pedro é o mesmo: *eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo* (I Ped. 1:2).

A teologia arminiana tem geralmente tratado o assunto da eleição sob três aspectos. *Primeiro*, a eleição de indivíduos para a execução de algum serviço particular. Assim é que Moisés foi escolhido para tirar Israel do Egito e Arão para ser o sacerdote do santuário. Ciro foi eleito para ajudar na reconstrução do templo, Cristo escolheu os doze apóstolos, e Paulo foi escolhido como o apóstolo dos gentios. Estes ofícios foram ordenados para

ajudar a outros e não para excluí-los da graça salvadora. *Segundo*, a eleição de nações ou outros grupos de homens para privilégios religiosos especiais. Assim Israel foi escolhido como o primeiro representante divino da Igreja visível sobre a terra. *Terceiro*, a eleição de indivíduos particulares para fazê-los filhos de Deus e herdeiros da vida eterna. Isto é considerado pelo Arminianismo, com justiça, condicionada pela fé em Cristo e abrange a *todos* os que crêem.

C. *Elementos na Chamada Evangélica.*

O primeiro passo para a salvação na experiência da alma começa com a chamada graciosa de Deus, que é direta através do Espírito e imediata através da Palavra. O Agente da chamada é o Espírito Santo e a Palavra é o instrumento das Suas operações. A chamada é universal em seu alcance e abrange a proclamação, as condições pelas quais se oferece a salvação e o mandamento para se submeter à autoridade de Cristo (Actos 5:32; 13:38-40).

Despertamento é o termo usado na teologia para denotar a operação do Espírito Santo por meio da qual as mentes humanas são vivificadas ao reconhecimento do seu estado de perdição. Nesse processo de despertar a influência do Espírito Santo é indireta através da Palavra de Deus. Mas, além desta, Ele exerce também uma ação direta nos corações dos homens. É o que vemos em Actos 16:14: *o Senhor lhe abriu o coração para atender às cousas que Paulo dizia.* Declara-se aqui, de maneira precisa, que o entendimento e o coração foram abertos pelo Senhor diretamente e não por meio das Escrituras.

Convicção é aquela operação do Espírito que produz nos homens o senso de culpabilidade e condenação por causa do pecado. À ideia do despertar une-se a de culpa pessoal. A convicção é declarada de maneira específica como sendo um dos ofícios do Espírito duran-

te a dispensação do Espírito. *Quando ele vier convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo* (João 16:8). Esta convicção aplica-se à consciência assim como à mente ou à razão e é mais de esperança do que de desalento. O Espírito não somente revela a iniquidade dos corações humanos, mas a plenitude e a gratuidade da salvação em Cristo. O Seu propósito consiste não só em fazer que os homens se convertam do pecado, mas ainda em levá-los a uma fé viva em Deus. A convicção do Espírito é de esperança para todos os que se arrependem verdadeiramente dos seus pecados e crêem no Senhor Jesus Cristo.

A chamada evangélica reflete a intenção divina de que todos os homens se certifiquem do seu privilégio tornado possível em Cristo Jesus pelo derramamento do Seu sangue. A chamada não é fictícia, mas genuína. Não é somente uma oferta externa de salvação, mas é acompanhada da graça interna do Espírito, suficiente para a sua aceitação. Não obstante, é possível que a chamada seja rejeitada; e mesmo depois de ter sido aceita, a obediência pode ser perdida. Em tal caso usa-se o termo reprovação, mas nunca no sentido de destino ou decreto arbitrário. Os réprobos são aqueles que não conservam o conhecimento de Deus ou que resistem finalmente à verdade. *Ou não reconheceis que Jesus Cristo está em vós? Se não é que já estais reprovados* (II Cor. 13:5). A palavra “réprobo” refere-se antes de tudo ao fracasso em resistir à prova.

II. A GRAÇA PREVENIENTE

A. *A Graça e a Graça Preveniente.*

A graça tem sido definida como o “amor de Deus considerado grátis e sem preço, advindo da Sua própria vontade para abençoar os que não o merecem”; ou simplesmente “o favor imerecido de Deus”. A graça de Deus é infinita. Não está limitada à Sua obra redentora,

embora a redenção seja inefavelmente grandiosa. Existiu no Seu amor sacrificial desde a fundação do mundo; foi revelada na beleza, ordem e utilidade da criação e será consumada na restauração final de todas as coisas.

Quando falamos de “graça preveniente” estamos pensando na que “precede”, que prepara a alma para a sua entrada no estado inicial da salvação. É a graça preparatória do Espírito Santo exercida para o homem enfraquecido pelo pecado. Pelo que se refere aos impotentes, é tida como força capacitadora. É aquela manifestação da influência divina que precede à vida de regeneração completa.

A ideia de graça é fundamental tanto no Antigo como no Novo Testamento. Assim o profeta Zacarias demonstrou a nossa dependência do favor de Deus quando disse: *Não por força nem por poder, mas pelo meu Espírito, diz o Senhor dos Exércitos* (Zac. 4:6). O nosso Senhor mesmo declarou: *Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer* (João 6:44), e *sem mim nada podeis fazer* (João 15:5). Para Paulo a ideia da graça era algo fundamental. Isto revela-se nas seguintes passagens: *Porque Cristo, quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios* (Rom. 5:6); *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus* (Efé. 2:8) e *Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos no presente século, sensata, justa e piedosamente* (Tito 2:11-12). Estas são apenas algumas referências que podem ser citadas como reveladoras da verdade fundamental da salvação por meio da graça.

B. A Natureza da Graça Preveniente.

Tendo mencionado a natureza geral da graça preveniente, é necessário que a analisemos mais cuidadosamente. Este é outro ponto na teologia em que há

diferenças marcantes entre o pensamento Calvinista e o Arminiano. Em geral as ideias de Calvino com respeito à graça são derivadas de Santo Agostinho. Este último fez do pecado original o próprio fundamento de todo o seu sistema de teologia. Tendo a queda tirado toda a capacidade do gênero humano para o bem, a salvação deve ser apenas questão da graça, à parte de qualquer cooperação humana. Santo Agostinho sustentou o livre arbítrio, mas só no sentido de liberdade para o mal. A graça, portanto, opera diretamente na vontade. Isto fazia necessária a crença nos decretos divinos que determinavam o número exato dos que deveriam ser salvos. A estes, como escolhidos, era aplicada a graça eficaz. Isto incluía a graça irresistível para o início da vida cristã e a graça preservadora para a sua consumação. Destes pontos de vista da necessidade da graça divina evoluiu gradativamente a teoria da predestinação. Com Santo Agostinho o sistema dos decretos divinos reduzia-se a uma forma de fatalismo. João Calvino, com a sua firmeza de caráter e capacidade extraordinária, foi quem sistematizou as doutrinas de Agostinho num conjunto logicamente ordenado.

Contra algumas das ideias da graça sustentadas por Santo Agostinho e Calvino os arminianos opuseram-se com todo o vigor. Tanto os arminianos como os calvinistas admitem a depravação da natureza humana e insistem em que o homem está incapacitado para se salvar a si próprio. Assim ambos engrandecem a graça de Deus na salvação. Entretanto, os arminianos sustentam que o estado natural do homem é, em certo sentido, um estado de graça. Com respeito a isto, João Wesley declarou: "Considerando que todas as almas dos homens estão por natureza mortas no pecado, isto não excusa a ninguém, uma vez que não há indivíduo que esteja num mero estado de natureza; não há homem, a não ser que tenha ofendido ao Espírito, que esteja inteiramente destituído da graça de Deus. Nenhum homem vivente

carece do que se chama comumente a consciência natural; o que se denomina de maneira mais própria como a graça preventiva” (Wesley, *Sermão: Realizando a Nossa Salvação*).

Esta graça preveniente é inclusiva, abraçando todos os desejos humanos para com Deus, todas as chamadas do Pai, todas as convicções do Espírito Santo. Se cedermos a estes impulsos para Deus, eles aumentarão cada vez mais. Se os homens desprezarem tais impulsos, a sua realidade tende a apagar-se na consciência.

O arminianismo também sustenta a verdade da cooperação entre a graça divina e a vontade humana. O Espírito opera com o concurso humano e por meio dele. Nesta cooperação, contudo, dá-se sempre à graça divina preeminência especial. O Arminianismo insiste em que a salvação é toda por meio da graça. Cada movimento da alma para Deus é iniciado pela graça; todavia, há, ao mesmo tempo, um reconhecimento de que o homem possui o livre arbítrio. A vontade do homem decide em última análise se a graça divina que lhe foi oferecida é aceita ou rejeitada.

Ao apresentar a relação entre a graça livre e a ação pessoal, o arminianismo sustenta que a graça é exercida sobre todo o ser humano e não sobre algum elemento particular ou faculdade do ser. A graça não opera somente no intelecto, nos sentimentos ou na vontade, mas sobre a pessoa ou o ser central que está debaixo ou por trás de todos estes afetos e atributos. Dessa maneira é preservada a crença legítima da unidade da pessoa humana. A posição arminiana é, portanto, correta do ponto de vista psicológico. A graça preveniente opera na personalidade unificada e integrada do indivíduo. Esta pessoa é considerada como um agente livre e responsável, todavia escravizada pelo pecado e dominada por uma “tendência para o pecado”. Precisa-se da graça para despertar a alma para a realidade e fazer que o coração siga a verdade. Em tudo isto há uma cooperação contí-

nua entre a graça e a vontade humana, até que a graça preveniente se una com a graça salvadora.

III. O ARREPENDIMENTO

A. *A Importância do Arrependimento.*

A doutrina do arrependimento é fundamental no sistema cristão e deve ser estudada cuidadosamente à luz da Palavra de Deus. Cristo disse de Si mesmo: *não vim chamar justos, e, sim, pecadores (ao arrependimento)* (Mat. 9:13). Tanto João Batista como Jesus pregaram o arrependimento como base de entrada no reino de Deus (Mat. 3:2-8; 4:17). Deus procura conduzir o homem ao arrependimento por meio das Suas admoestações (Rom. 2:4; II Tim. 2:25; Apoc. 2:5, 16) e por meio dos Seus juízos (Apoc. 9:20, 21; 16:9). O arrependimento constituiu tema importante da pregação da Igreja Cristã primitiva. Registra-se que Paulo testificava *tanto a judeus como a gregos o arrependimento para com Deus e a fé em nosso Senhor Jesus (Cristo)* (Actos 20:21). Pedro afirmou: *Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada; pelo contrário, ele é longânimo para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento* (II Ped. 3:9).

Como as condições da salvação, o arrependimento para com Deus e a fé no nosso Senhor Jesus Cristo estão sempre unidos. Ambos precedem da graça preveniente, com uma diferença: a fé que salva é o instrumento bem como a condição da salvação. A fé, portanto, vem da graça e segue ao arrependimento. É por esta razão que se declara frequentemente que a fé é a condição única da salvação e que o arrependimento é a condição da fé. Ambos são preparatórios para o estado de salvação, mas somente a fé salvadora é o ponto de transição pelo qual a convicção passa à salvação.

B. *A Natureza do Arrependimento.*

Dois termos gregos traduzem-se por “arrepender-se” no Novo Testamento. Um deles denota a alma recordando as suas próprias ações, e isto de tal maneira que produz tristeza ao recordá-las e um desejo de correção. É, propriamente falando, uma transformação da mente e inclui o todo daquela alteração respeitante aos pontos de vista, caráter e conduta que se efetua pelo “poder do Evangelho”. A segunda palavra traduzida como “arrepender-se” relaciona-se mais propriamente à contrição e significa uma transformação da mente num estado de tristeza. O doutor Field sugere que as duas palavras podem tomar-se como significando “reflexão posterior” e “preocupação posterior”. Pela primeira indica-se uma transformação ou alteração da mente que implica o retorno a pontos de vista certos, sentimentos rectos, e conduta correta; o segundo como resultante de algo que se admite como defeituoso (Field, *Manual de Teologia Cristã*, pp. 193-194). Pode-se verificar que o arrependimento abrange toda a personalidade do homem: transformação da mente, pia tristeza e resolução de corrigir-se.

C. *Definições Representativas do Arrependimento.*

Entre as muitas definições do arrependimento selecionamos algumas por serem representativas. João Wesley diz: “Por arrependimento quero dizer convicção de pecado, produzindo desejos reais e decisão sincera de correção”. De acordo com Watson, “o arrependimento evangélico é uma santa tristeza efetuada no coração do pecador pela Palavra e pelo Espírito de Deus, por meio da qual, ante a consciência do próprio pecado como ofensivo a Deus, e que contamina e põe em perigo a sua própria alma, e ante a percepção da misericórdia de Deus em Cristo, com tristeza e ódio para com todos os pecados de que tem consciência, lança-os diante de Deus como o seu Salvador e Senhor”. O doutor Pope declara

que “o arrependimento é uma convicção do pecado efetuada divinamente, resultado da aplicação pelo Espírito Santo da lei condenatória à consciência ou ao coração. Confirma-se pela submissão à sentença judicial, que é a essência da confissão verdadeira; e pelo esforço sincero de corrigir-se, que deseja fazer restituições à lei transgredida. Daí, concluir-se que provém necessariamente de Deus e a Ele retorna: sendo o Espírito Santo, pelo uso desta lei, o Agente que produz a transformação divina preliminar”. Finalmente, o doutor Nevin diz: “O arrependimento genuíno consiste no quebrantamento completo do coração pelo pecado e do pecado”.

D. *Os Elementos Divino e Humano no Arrependimento.*

Dois fatores são incluídos no arrependimento genuíno—o divino e o humano. Supor-se que o arrependimento é um acto puramente humano, consumado pelo simples exercício das faculdades do pecador, é presunção diante de Deus. Mas considerá-lo como obra somente de Deus é cair na indiferença ou no desespero. Precisa-se de compreensão correta deste assunto a fim de evitar cair em qualquer dos extremos. Diz-se que Deus é o autor do arrependimento mas Ele não se arrepende no nosso lugar; Ele dá-nos o arrependimento (Actos 4:31; 11:18) no sentido de torná-lo possível. A ênfase extrema do elemento divino do arrependimento leva a uma interpretação curiosa das passagens bíblicas que tratam da sua necessidade. O doutor William Evans, mestre proeminente da Bíblia e do Calvinismo, declara que a razão por que os homens são universalmente chamados ao arrependimento é para lhes revelar a sua própria incapacidade de fazê-lo.

O arrependimento é, de facto, o resultado da obra graciosa de Deus sobre as almas dos homens. A bondade de Deus leva ao arrependimento (Rom. 2:4). O meio pelo qual se efetua é a aplicação divinamente operada da lei

santa. O primeiro efeito da obra do Espírito Santo é a contrição ou tristeza santa pelo pecado. Assim o verdadeiro arrependimento não é mera tristeza pelo pecado, separada do seu abandono, que Paulo classifica de *tristeza do mundo* (II Cor. 7:10); nem é uma reforma separada da tristeza santa. Inclui nova consciência moral do pecado na qual o pecador se identifica com os pensamentos de Deus sobre ele. Odeia o pecado e no íntimo do próprio ser aborrece-o. Enquanto certos pecados podem estar em foco na consciência, o verdadeiro arrependimento inclui aborrecimento de todo o pecado como contrário ao Deus santo. O arrependimento caracteriza-se por um sentimento de incapacidade completa diante da lei de Deus e pela aceitação dos justos juízos impostos como consequência da transgressão dessa lei.

Não se deve esquecer que o arrependimento é um acto do próprio pecador em resposta à convicção e aos apelos do Espírito. É verdade que o poder lhe é dado por Deus, mas o acto é necessariamente o seu próprio. Deus, pelo Espírito, aplica a verdade ao coração do pecador, descobre-lhe à mente o número e a gravidade dos pecados que cometeu e a possibilidade da ira eterna que virá como castigo. Em vista desta revelação e da graça que lhe se conferiu ordena-se-lhe que se arrependa e se volte para Deus. Ele bem pode aceitar a verdade ou reagir contra ela, mas se não se arrepender é porque não quer. Resumindo: o arrependimento genuíno abrange a convicção de que pecamos e de que somos culpáveis diante de Deus; dá-nos contrição ou um coração "contrito e humilhado" por causa do pecado; produz confissão do pecado; e implica reforma, conversão do pecado para Deus e produção de frutos dignos do arrependimento.

E. *O Estado de Penitência.*

O arrependimento é um acto, a penitência é um estado da alma proveniente daquele acto. É aquela atitude que pertence a toda pessoa recuperada do pecado e, como tal, não somente existirá em todos os estágios subsequentes da vida, mas terá um lugar no céu. O verdadeiro arrependimento tem como consequência transformação duradoura de toda a personalidade que passou por uma revolução interior. Como homem natural, era espiritualmente cego, mas agora vê as verdades que nunca antes lhe tinham penetrado a mente. As coisas são vistas sob nova luz, em nova perspectiva. O que antes amava, agora aborrece e ama agora o que antes aborrecia. Houve tempo em que estava preso pelas trevas e pelo pecado, mas agora está livre de todo o grilhão e capacitado a agir na esfera espiritual. O verdadeiro arrependimento realiza uma modificação na mente que, seguida pelo acto de fé salvadora, leva a alma ao estado de salvação inicial. A continuação da penitência como estado torna possível receber os benefícios que se seguem e manter comunhão permanente com Deus.

F. *A Necessidade do Arrependimento.*

O arrependimento é essencial à salvação. De Cristo, a nossa mais elevada autoridade no assunto, temos as importantes palavras: *Se... não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis* (Lucas 13:3). Isto não é um requisito arbitrário; resulta da própria natureza do pecado. O pecado é rebelião contra Deus. Não pode haver salvação, portanto, sem renúncia do pecado e de Satanás. O pecado é tão inconsistente com a felicidade como com a santidade. Enquanto não houver profundo sentimento da hediondez do pecado e renúncia completa a tudo isto, a alma carece de preparação para os exercícios espirituais ou para o gozo santo. É verdade que o arrependimento é amargo, mas a lembrança da taça

amarga dará para sempre aos remidos oportunidade de louvor.

IV. A FÉ SALVADORA

O arrependimento leva imediatamente à fé salvadora que é ao mesmo tempo a condição e o instrumento da salvação. A fé forma o elo que liga a graça preveniente e o estado inicial de salvação. A expressão “fé salvadora”, contudo, é usada em sentido particular e deve ser distinguida do princípio de fé em geral como pertence à natureza humana e da certeza de fé que é o fluxo da vida cristã.

A. *A Natureza da Fé em Geral.*

Fé é aquele princípio da natureza humana que aceita o invisível como existente e que admite como conhecimento o que se recebe por evidência ou por autoridade. Este princípio geral da fé, quando se dirige ao Evangelho e se exerce sob a graça proveniente do Espírito, chama-se fé salvadora. A ideia cristã da fé tem as suas raízes no Antigo Testamento e foi modificada pelo uso grego e romano. A palavra hebraica traduzida por “fé”, na sua forma simples, significa: “sustentar-se, suportar, manter”. Na forma passiva significa: “ser firme, estável e fiel”. No âmago da sua significação encontra-se a ideia de descansar em Jeová. É assim que Oehler define o conceito de fé do Antigo Testamento: “o acto de fazer que o coração se firme, se certifique e se mantenha seguro em Jeová”. A palavra grega significa “confiar” ou “ser persuadido” de que o seu objeto, seja uma pessoa ou uma coisa, é digno de confiança. Vários são os termos latinos que se traduzem por “fé”. Significam: “crer”, “confiar” e “ter confiança em outra pessoa”. De todos os variados termos usados para expressar fé, é evidente que o elemento primário é a confiança. Os teólogos antigos definiram-na amiúdo como o assenti-

mento da mente, o consentimento da vontade, o recostar-se ou reclinar-se, que em todo o caso indicava o elemento de confiança. Mas o significado compreensivo da fé deve ser sempre o de confiança—aquilo que sustenta as nossas esperanças e nunca nos decepciona. Opõe-se, portanto, a tudo o que é falso, desprovido de realidade, ilusório, vazio e inútil.

A fé implica um reconhecimento prévio do seu objeto. Isto refere-se ao elemento intelectual ou assentimento da mente. É neste sentido de “crença” que o conhecimento deve ser considerado como antecedente à fé, embora o seja somente em actos específicos. Para que uma proposição mereça crédito, deve ser expressa ou implícita, trazendo consigo suficiente evidência, real ou suposta. A fé também age na vida emotiva e evolutiva na medida em que o facto ou proposição crida é julgada importante. Se se chegar a falsos juízos por não se distinguir entre a evidência real e a suposta, os elementos emotivo e volitivo da mente são por vezes mais inclinados a mover-se pelos falsos juízos do que pelos verdadeiros. Aqui é que se encontra o engano do pecado e do coração humano. Só a graça pode despertar a mente à visão da verdade como patenteada em Jesus. Paulo escreveu: *não atentando nós nas cousas que se vêem, mas nas que se não vêem; porque as que se vêem são temporais, e as que se não vêem são eternas* (II Cor. 4:18).

Há também graus na fé. Isto deve-se não só à apreensão limitada da verdade, mas também aos vários graus de força da própria fé. O nosso Senhor Jesus Cristo disse aos discípulos, *homens de pequena fé* (Mat. 6:30); mas disse à mulher cananéia: *Ó mulher, grande é a tua fé!* (Mat. 15:28). Paulo fala do *débil na fé* (Rom. 14:1); e aos tessalonicenses disse: *A vossa fé cresce sobremaneira* (II Tess. 1:3). Bom seria que orássemos com os discípulos dizendo: *Aumenta-nos a fé* (Lucas 17:5).

B. *A Natureza da Fé Salvadora.*

Pela expressão “fé salvadora” não pretendemos enunciar uma espécie diferente de fé, mas a mesma fé considerada como condição e instrumento para a salvação. Vimos que o elemento principal da fé é confiança; donde se conclui que a fé salvadora é confiança pessoal na Pessoa do Salvador. A causa eficiente desta fé é a operação do Espírito Santo e a causa instrumental é a revelação da verdade referente à necessidade e à possibilidade da salvação. Com respeito à fé salvadora João Wesley declarou: “A fé é uma evidência divina e uma convicção não só de que “Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo”, mas ainda de que o próprio Cristo me amou e Se deu a Si mesmo por mim”. Watson declara que “a fé em Cristo, que no Novo Testamento se liga à salvação, é claramente desta natureza, isto é, combina o assentimento com a certeza, a crença com a confiança”. O doutor Pope também testemunha sobre este duplo aspecto da fé: “A fé como instrumento de apropriação da salvação é uma crença divinamente operada no registro acerca de Cristo e confiança na Sua Pessoa como Salvador pessoal, estas duas coisas sendo uma e a mesma” (Pope, *Compêndio de Teologia Cristã*, p. 376).

A fé salvadora consiste de um elemento divino e outro humano. É “uma evidência e convicção divinas”, ou “uma crença divinamente efetuada”. Com respeito à relação entre os elementos divino e humano na fé, temos excelente declaração do Dr. Adam Clarke: “Não é a fé um dom de Deus? Sim, pelo que se refere à graça que a produz, mas a graça ou o poder para crer e o acto de crer são duas coisas diferentes. Sem a graça ou o poder para crer nenhum homem jamais creu, nem pode crer, mas com esse poder o acto de fé é próprio do homem. Deus nunca crê em lugar do homem, como tão pouco nunca se arrepende por ele. O penitente, por meio desta graça capacitadora, crê por si mesmo. Não crê necessária

ou impulsivamente quando tem este poder. A faculdade para crer pode estar presente muito antes de ser exercitada, doutra forma como justificar as advertências solenes que encontramos na Palavra de Deus? E porque as ameaças contra os que não crêem? Não é isto uma prova de que tais pessoas têm o poder mas não o usam? Não crêem e, portanto, não são confirmadas. Este é o verdadeiro estado do caso: Deus dá o poder, o homem usa o poder e traz glória a Deus. Sem o poder ninguém pode crer, com ele todos podem” (Clarke, *Teologia Cristã*, pp. 135, 136. Também, *Comentário*, Heb. 11:1).

A fé salvadora é o acto do ser total do homem sob a influência do Espírito Santo. Não é meramente o assentimento da mente à verdade nem um sentimento a brotar de emoções; tampouco é apenas o consentimento da vontade à obrigação moral. A fé verdadeira é o acto do homem no seu todo. É o acto mais elevado da sua vida—até que reúna todo o seu ser e, num certo sentido, saia de si mesmo e se aproprie dos méritos de Cristo. É por esta razão que as Escrituras declaram, *com o coração se crê para justiça* (Rom. 10:10). Aqui toma-se o coração como o centro da personalidade, abrangendo-lhe todas as faculdades. A fé salvadora é, pois, muito mais do que mero assentimento da mente à verdade; é mais do que o simples consentimento da vontade a operar mera reforma exterior; e é mais do que um estado confortável das emoções. A fé salvadora deve incluir tudo isto. É uma confiança inabalável em Deus. É a aceitação da oferta propiciatória de Cristo que se alça para a salvação de judeus e de gentios. É uma confiança firme nos méritos do sangue da expiação. Esta confiança firme e inabalável na obra expiatória de Jesus Cristo deve ser sempre o exercício culminante da fé salvadora.

A fé salvadora baseia-se na verdade revelada na Palavra de Deus. É por isso que Paulo define o Evangelho como “o poder de Deus para a salvação de todo

aquele que crê” (Rom. 1:16). O nosso Senhor Jesus Cristo pôs o fundamento da fé na verdade revelada quando disse: *Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da sua palavra* (João 17:20). São João diz do seu próprio Evangelho que *Estes, porém, foram registados para que creiais que Jesus é o Cristo o Filho de Deus, e para que, crendo tenhais vida em seu nome* (João 20:31). Paulo declara também que Deus nos escolheu para a salvação *pela santificação do Espírito e fé na verdade* (II Tess. 2:13); e ainda, *a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo* (Rom. 10:17). Através da Sua providência e da Sua graça Deus dá à humanidade a base da fé salvadora na Sua palavra imutável e eterna. Dá também as influências graciosas do Espírito Santo para despertar, convencer e guiar a alma para Cristo. Uma crença firme na revelação cristã fará que a alma confie em Cristo, que é o objeto daquela revelação. Assim o ideal adequado e último da fé é uma Pessoa Divina e por meio de confiança pessoal no nosso Senhor Jesus Cristo fortalece-se-nos a crença na Sua palavra.

A fé salvadora está vitalmente relacionada às boas obras. Esta relação expressa-se atinadamente por João Wesley como se segue: “Embora as boas obras, que são frutos da fé e acompanham a justificação, não possam tirar os nossos pecados e resistir à severidade do juízo de Deus, contudo são agradáveis a Deus em Cristo e resultam de uma fé viva e verdadeira no sentido de que por elas pode conhecer-se a fé como a árvore é conhecida pelo fruto”. As boas obras agradáveis a Deus executam-se de acordo com a Sua vontade, efetuadas por meio da ajuda da graça divina e feitas para a Sua glória.

Paulo ensina que a fé por parte do homem não deve ser considerada como obra meritória, mas como condição da salvação. Daí é que se afirma que o homem só pode ser salvo pela fé: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus*

(Efé. 2:8). A salvação é e sempre foi pela graça através da fé. O acto de fé pelo qual o homem é salvo torna-se a lei do seu ser como salvo e, por isso, as boas obras nascem do princípio da fé viva.

C. *A Fé como Dom da Vida Cristã.*

A fé salvadora é aquele acto pelo qual a graça proveniente do Espírito Santo passa a toda a vida regenerada do crente. Assim a fé que salva se transforma em lei para o nosso ser. O acto inicial torna-se a atitude permanente do homem regenerado. *Ora, como recebestes a Cristo Jesus, o Senhor, assim andai nele, nele radicados e edificados, e confirmados na fé, tal como fostes instruídos, crescendo em ações de graça* (Col. 2:6, 7). Esta fé torna-se a *lei do Espírito da vida em Cristo Jesus* (Rom. 8:2). Paulo menciona a fé como o sétimo fruto do Espírito Santo (Gál. 5:22) e cataloga-a como um dos dons do Espírito (I Cor. 12:9). Como fruto, é uma qualidade da vida regenerada e, portanto, um resultado gracioso e privilégio duradouro dos crentes. Como dom é especialmente outorgado pelo Espírito para o benefício daqueles a quem é dado (I Cor. 12:7).

A fé como a lei da vida cristã está em contínua atividade. Opera através do amor (Gál. 5:6) e purifica o coração. De outra maneira há o perigo de que a fé se torne mero assentimento formal às condições da salvação. Contra isto nos admoestou Tiago dizendo: *Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem... Queres, pois, ficar certo, ó homem insensato, de que a fé sem as obras é inoperante? Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta* (Tiago 2:19, 20, 26). A verdadeira fé é, portanto, aquela que produz frutos, é operante.

V. A CONVERSÃO

Conversão é o termo usado para designar o processo pelo qual a alma se volta do pecado para a salvação. No uso comum o termo é usado de maneira indistinta para exprimir o estado inicial de salvação que abrange a justificação, a regeneração e a adoção. Nas Sagradas Escrituras, entretanto, a conversão geralmente se refere ao acto humano de afastar-se do pecado. Assim o nosso Senhor Jesus Cristo cita o profeta Isaías: *para que não vejam com os olhos nem entendam com o coração, e se convertam e sejam por mim curados* (João 12:40). Também disse: *Se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus* (Mat. 18:3). A Pedro disse: *Tu, pois, quando te converteres, fortalece os teus irmãos* (Lucas 22:32). Tiago declarou: *Meus irmãos, se algum entre vós se desviar da verdade, e alguém o converter, sabe que aquele que converte o pecador do seu caminho errado, salvará da morte a alma dele, e cobrirá multidão de pecados* (Tiago 5:19, 20).

Na teologia calvinista “a conversão é o lado ou aspecto humano daquela transformação fundamental e espiritual que, considerada no plano divino, chamamos regeneração”. Mas sustentando como eles que a regeneração é uma chamada efetiva por decreto de Deus, os homens são primeiramente regenerados e depois capacitados para voltar para Deus. O doutor Pope, eminente teólogo arminiano, define a conversão de maneira semelhante: “O processo pelo qual a alma se afasta do pecado para Deus, com o fim de ser aceita por meio da fé em Cristo”. Embora estas definições sejam parecidas, senão idênticas, há grande diferença entre calvinistas e arminianos com respeito à conversão. Os calvinistas afirmam que o homem é regenerado por decreto absoluto e depois se volta para Deus. Os arminianos afirmam que por meio da graça, dada de maneira preveni-

ente, o homem se volta para Deus e *depois* é regenerado. Esta é a posição bíblica.

QUESTIONÁRIO

1. Diga a diferença entre a chamada universal e a chamada imediata do Espírito Santo.

2. Em colunas paralelas e em forma de esquema, mostre os pontos de contraste entre os calvinistas e os arminianos sobre a predestinação e a eleição.

3. Analise a chamada do Evangelho nos seus vários elementos, explicando cada um deles em palavras próprias.

4. Que é a graça? Que é a graça preveniente? Mostre algumas passagens bíblicas que as descrevam.

5. Mostre o contraste dos conceitos calvinista e arminiano sobre a graça.

6. Que pontos dignos de recomendação se evidenciam no conceito arminiano?

7. Que evidência bíblica pode ser citada em favor da opinião de que o arrependimento é de importância vital?

8. Mostre os vários elementos incluídos na ideia bíblica do arrependimento.

9. Discuta o lugar relativo dos elementos divino e humano no arrependimento.

10. Dê a diferença entre arrependimento e penitência.

11. Mostre as ideias essenciais incluídas na Escritura a respeito da fé. Que ideia parece ser de importância principal?

12. Defina com atenção a fé salvadora. Como se distingue da fé em geral?

13. Descreva a importância relativa dos elementos divino e humano na fé salvadora.

14. Como se relaciona a fé salvadora com a palavra de Deus?

15. Discuta a relação entre a fé e as obras.

16. Que significa a afirmação de que a fé é um fruto do Espírito?

17. Qual é o conceito bíblico da conversão?

18. Em que diferem as opiniões calvinista e arminiana sobre a conversão?

CAPÍTULO XVI

A JUSTIFICAÇÃO, A REGENERAÇÃO E A ADOÇÃO

“A justificação é uma doutrina capital da teologia cristã. Todas as denominações evangélicas estão de acordo nisto. Martinho Lutero qualificou-a como o “artigo da firmeza ou da decadência de uma Igreja. Estende a sua influência vital através de todo o campo da teologia; corre por toda a experiência cristã e opera em todo o campo da piedade prática!” É um elo da cadeia que leva à completa e plena reconciliação a Deus. Deixa-a de lado e todo o sistema cristão será prejudicado e incompleto. A justificação, a regeneração, e a adoção exibem relação de mútua interdependência. Uma não pode existir sem as outras e, não obstante isso, não se confundem. São doutrinas distintas, mas não separadas.”

—Bispo Jonathan Weaver.

I. A JUSTIFICAÇÃO

Na citação acima mencionada, o bispo Weaver acentuou firmemente a importância vital da doutrina da justificação na teologia cristã. Acrescentaremos uma observação mais ao assunto, feita pelo bispo Merrill: “Aqui a vida, o Espírito e o poder de Deus entram em contato eficiente com as consciências despertadas e os corações penitentes, trazendo as palpitações de uma nova vida e a irradiação de um novo dia à alma perdida na obscuridade e no pecado. Destruindo-se este elo da cadeia, tudo desaparecerá. O nome de Cristo, se conservado, perderá o encanto. O Seu sangue será privado da eficácia meritória e o Seu espírito será reduzido a mero sentimento ou disposição, sem poder para avivar a alma a uma vida de rectidão. Aliada a este deslocamento de Cristo virá a exaltação das virtudes mundanas, chegará a diminuição da torpeza do pecado ao ponto em que a presença da culpa deixará de alarmar e a necessidade de humilhação se transformará em mero sonho. Então a pompa do culto ocupará o lugar do desejo interno de salvação e os cultos do santuário serão dirigidos para agradar os sentidos, para ministrar aos gostos estéticos e para alimentar e nutrir a vaidade do coração, sem

perturbar as emoções ou comover as profundidades da alma a ansiar por Deus e pela pureza”.

A. *Definições da Justificação.*

O doutor Bunting deu uma definição esplêndida da justificação como se segue: “Justificar um pecador é considerá-lo como relativamente justo. É tratá-lo como se assim o fosse, sem fazer caso da falta de rectidão anterior, absolvendo-o, libertando-o e pondo-o acima dos vários castigos penais e, especialmente, da ira de Deus e do perigo da morte eterna que merecia pela sua vida injusta passada. É aceitá-lo como se fosse justo e admiti-lo ao estado, aos privilégios e às recompensas da justiça”. O *Manual* dá-nos a seguinte declaração definitiva: “Cremos que a justificação é aquele acto gracioso e judicial de Deus, pelo qual Ele concede pleno perdão de toda a culpa, a remissão completa da pena pelos pecados cometidos e a aceitação como justo a todos aqueles que crêem em Jesus Cristo e O recebem como Senhor e Salvador” (Artigo IX). Podemos condensar da seguinte maneira os vários aspectos da verdade com respeito a esta grande doutrina: A justificação é aquele acto judicial ou declarativo de Deus pelo qual considera os que, com fé, aceitam a oferta propiciatória de Jesus Cristo, como absolvidos dos pecados, libertados da pena e aceitos como justos diante de Deus.

B. *A Natureza da Justificação.*

A ideia de justificação apresenta-se nas Escrituras sob termos tais como justiça, justificação, não-imputação do pecado e imputação da justiça—tendo todos estes termos substancialmente o mesmo sentido, embora com alguns traços de diferença. Entre as passagens mais importantes encontram-se as seguintes: (1) *Tomai, pois, irmãos, conhecimento de que se vos anuncia remissão de pecados por intermédio deste; e por meio dele todo o que crê é justificado de todas as cousas das quais vós*

não pudestes ser justificados pela lei de Moisés (Actos 13:38-39). (2) Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus (Rom. 3:24-26). (3) Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça. E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras: Bem-aventurados aqueles cujas iniquidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado (Rom. 4:5-8). Estas passagens ilustram a variedade de termos pelos quais as Sagradas Escrituras apresentam o conceito da justificação.

1. *A Justificação Evangélica.* As Escrituras empregam o termo justificação com pelo menos três significados diferentes. *Primeiro*, aplica-se ao que é pessoalmente recto ou justo e contra quem não há acusação alguma. Esta é a *justificação pessoal* (Mat. 11:19; Lucas 7:29; Rom. 2:13). *Segundo*, é aplicado àquele contra o qual se fez acusação mas não se sustentou. É a justificação legal (Deut. 25:1). *Terceiro*, é aplicado ao que é acusado, culpado e condenado. Como pode ser tal pessoa justificada? Apenas num sentido—o de perdão. Pelo acto de Deus os seus pecados são perdoados por causa de Cristo, as suas culpas são canceladas, o seu castigo remitido e é aceito diante de Deus como justo. É, portanto, declarado justo, não por ficção legal, mas por ação judicial e permanece na mesma relação com Deus como se nunca houvera pecado. Esta é a justificação *evangélica*, apenas possível pela redenção feita por Cristo.

Deve ressaltar-se que a justificação evangélica é a remissão dos pecados como acto de misericórdia. Não é

exercício da prerrogativa divina à parte da lei, mas de acordo com a lei. Nisto distingue-se do mero perdão.

2. *A Justificação é Tanto Acto Como Estado.* A justificação é um acto de Deus pelo qual os homens são declarados justos ou rectos; e é um estado do homem ao qual ele chega como consequência desta declaração. Mas seja como acto ou como estado, a palavra nunca se usa no sentido rigoroso de fazer os homens santos ou justos, mas no sentido de *declará-los* ou *pronunciá-los* livres de toda a culpa e, portanto, justos.

3. *A Justificação é Uma Transformação Relativa.* A justificação não é a obra de Deus pela qual somos feitos *realmente justos e rectos*. Não podemos fazer melhor do que citar João Wesley sobre este assunto: “Que é ser justificado? Que é a justificação? É evidente, das observações já feitas, que a justificação não consiste em tornar o indivíduo realmente justo ou recto. Isto é a *santificação*; que é, na verdade, o fruto imediato da justificação mas, não obstante, é um dom distinto de Deus e de natureza totalmente diferente. A primeira implica no que Deus faz *por nós* através do Filho; a outra indica o que Deus faz *em nós* pelo Espírito. Assim, embora o termo justificado ou justificação apareça algumas raras vezes com o sentido tão amplo que inclui também a santificação, no entanto, no uso geral, distingue-se um do outro, tanto em Paulo como nos demais escritores” (Wesley, *Sermão Sobre a Justificação Pela Fé*).

4. *A Justificação e A Santificação.* Ao considerar a justificação como transformação relativa, o que queremos dizer é que é uma modificação *real* de *relação* para com Deus, enquanto que a santificação é uma mudança da natureza moral do indivíduo. A relação do pecador para com Deus é de condenação; quando é justificado esta relação é transformada através do perdão em aceitação ou justificação. É evidente que se a transfor-

mação interna precede a externa, teríamos, então, a santidade ou justiça interna nos que estavam em estado de condenação diante de Deus. Assim, o protestantismo sempre tem ensinado que o primeiro acto de Deus na salvação do homem deve ser a justificação, ou a mudança do estado de condenação para o de justiça. Na experiência cristã, a transformação relativa e externa e a transformação moral e interna ocorrem simultaneamente e nada mais são do que dois aspectos da mesma experiência. Mas, pelo menos no pensamento, a justificação deve vir primeiro.

Deixar de estabelecer diferença entre a justificação e a santificação é um dos erros da teologia católica romana. Nos seus Decretos Tridentinos (1547 a.D.) declarou: “A justificação não é mera remissão de pecados, mas também a santificação e renovação do homem interior por meio da aceitação voluntária da graça e dos dons da graça”. O resultado desta doutrina reflete-se em outras duas declarações do Concílio de Trento, uma que nega ser instantânea a justificação e outra que lhe nega a certeza. Assim a justificação torna-se num processo pelo qual alguém progride cada vez mais na justificação. Não obstante, “ninguém afirma com confiança e certeza que os seus pecados são remitidos”. A justificação, neste aspecto errôneo, torna-se em processo gradual da infusão da justiça. Não causa surpresa, pois, que este Concílio tenha tomado posição contrária às Escrituras dando-lhe forma de anátema: “Se alguém diz que a fé justificadora não é outra coisa senão a confiança na misericórdia divina remetindo o pecado por causa de Cristo, ou que esta fé é a única coisa pela qual somos justificados, que ele seja anátema”.

5. *A Justificação é Tanto um Acto Judicial Como Soberano.* Vimos que a justificação e o perdão estão muito relacionados. Estritamente falando a justificação é algo mais do que simples perdão. A justificação é, essencialmente, um acto *judicial*. Deus não justifica os

pecadores apenas pelo Seu próprio bom agrado mas por causa da justiça de Cristo: *sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus* (Rom. 3:24). Assim, pois, o pecador é justificado pelo acto judicial de Deus.

Mas a justificação também abrange o perdão dos pecados. Ainda que só Deus como *Juiz* possa declarar justificado o pecador, somente Ele como *Soberano* pode perdoar. Assim do ponto de vista negativo a justificação é o perdão dos pecados; do lado positivo é a aceitação do crente como justo. Deus atua na obra da justificação no Seu carácter de *Soberano* e de *Juiz*. Perdoa os pecados pela Sua graça soberana e por um acto judicial remite a pena e declara justo o culpado.

6. *A Justificação é Pessoal, Inclusiva e Instantânea.* A justificação é o acto em que Deus transforma a relação do pecador de condenação sob a lei para a de justiça em Cristo. Esta obra é instantânea no sentido de que é uma decisão definida e imediata, resultado da fé, e não uma sentença que se estende através dos anos, nem uma infusão gradativa de justiça. No momento em que o penitente genuíno crê no Senhor Jesus Cristo, neste mesmo momento é justificado. É um acto pessoal no sentido de que é experimentado apenas pelos que o buscam pela oração e pela fé e que o obtêm. É inclusivo no sentido de que é a remissão de todos os pecados do passado em razão da tolerância de Deus.

C. *A Base da Justificação.*

A base da fé justificadora é a obra medianeira de Jesus Cristo. Explicitamente falando o plano evangélico de justificar o pecador fundamenta-se em três questões principais: *primeira*, a completa satisfação da justiça divina pelo sacrifício propiciatório de Cristo como representante do homem; *segunda*, a honra divina colocada sobre o mérito de Cristo em virtude da Sua obra redentora; *terceira*, a união destas duas obras num

regime justo e gracioso pelo qual é possível para Deus, como Soberano e Juiz, demonstrar misericórdia no perdão dos pecados em termos consistentes com a Sua justiça. A única base da justificação, pois, é a obra propiciatória de Cristo recebida pela fé.

O método do protestantismo ortodoxo no esforço de relacionar a obra de Cristo com a justificação do crente é conhecido pelo nome de imputação. Também aqui encontramos pronunciadas diferenças entre o pensamento calvinista e o arminiano. Em geral a opinião calvinista é que a rectidão de Cristo, tanto na Sua maneira de operar como no Seu sofrimento, nos é imputada, isto é, é considerada como se fosse “a nossa própria obra e o nosso próprio sofrimento”. Assim os escolhidos são considerados legalmente como justos, como se eles mesmos tivessem obedecido perfeitamente a lei de Deus. Portanto, os eleitos são justos por substituição. As tendências antinomianas deste tipo de teologia são muito subtis e perigosas. Com toda justiça faz distinção entre a condição do crente, legalmente, e o seu “estado” ou condição espiritual; mas com demasiada frequência tem estabelecido tal separação entre os dois, ressaltando de modo especial a “condição”, que passa por alto e minimiza a obra interna do Espírito Santo na aplicação atual da justiça.

O arminianismo afirma que a imputação sempre vem acompanhada da santificação interna. Diz que a justificação, a regeneração, a adoção e a santificação inicial são bênçãos concomitantes e todas elas se resumem numa palavra de sentido mais amplo, a conversão.

O antinomianismo que faz que a alma confie na justiça imputada de Cristo, sem a aplicação interna da justiça pelo Espírito Santo, é perigosa perversão da verdade de Deus. Somente quando Cristo se nos torna sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção, é que descansamos seguramente na graça de Deus.

Qual é, então, a verdadeira posição bíblica respeitante à imputação? É a imputação da fé para a rectidão. Este é o único ponto de vista em pleno acordo com as Escrituras e com o grande postulado da Reforma de que somos justificados somente pela fé. *Por meio dele todo o que crê é justificado de todas as cousas* (Actos 13:39). *Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça* (Rom. 4:3). *Pelo que isso lhe foi também imputado para justiça* (Rom. 4:22); e *também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus nosso Senhor* (Rom. 4:24). *Porque o fim da lei é Cristo para justiça (justificação) de todo aquele que crê* (Rom. 10:4).

Das passagens acima citadas conclui-se claramente que (1) o que se imputa por justiça é a própria fé como acto pessoal do crente e não como o objeto daquela fé. (2) A fé é a condição da justiça. Não constitui uma justiça pessoal, o que faria da fé uma forma subtil da obra meritória, mas é simplesmente a condição da justiça. (3) A fé que justifica não é a fé em geral, mas uma fé particular na obra propiciatória de Cristo. *Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus; a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé* (Rom. 3:24-25).

II. A REGENERAÇÃO

A filiação cristã, que inclui tanto a regeneração como a adoção, está vitalmente relacionada com a justificação pela fé. Todavia, há pontos de diferença significativos entre ambas. A necessidade de justificação repousa no facto da culpabilidade e da pena, ao passo que a da regeneração está na depravação moral da natureza humana depois da queda. Aquela cancela a culpa e tira a pena, esta renova a natureza moral e

restabelece os privilégios da filiação divina. Contudo, a justificação, a regeneração, a adoção e a santificação inicial são concomitantes na experiência pessoal, isto é, são inseparáveis e ocorrem ao mesmo tempo.

A. *A Natureza da Regeneração.*

O termo *regeneração* tal como é usado nas Sagradas Escrituras significa literalmente “ser outra vez”. Portanto, deve entender-se como uma reprodução ou restauração. O termo é por regra aplicado à transformação moral que se retrata nas seguintes expressões bíblicas: *nascer de novo* (João 3:3, 5, 7); *nascido de Deus* (João 1:13; I João 3:9; 4:7; 5:1, 4, 18); *nascido do Espírito* (João 3:5, 6); *vivificados* (Efé. 2:1, 5); e *passou da morte para a vida* (João 5:24; I João 3:14). Jesus, no colóquio com Nicodemos, usou palavras semelhantes quando insistiu na necessidade de um nascimento “do alto”. Paulo refere-se à mesma experiência em declarações como as que seguem: *se alguém está em Cristo, é nova criatura* (II Cor. 5:17). *E a vós outros, que estáveis mortos pelas vossas transgressões, e pela incircuncisão da vossa carne, vos deu vida juntamente com ele, perdando todos os nossos delitos* (Col. 2:13). Tanto João como Paulo ressaltam o facto de que a regeneração depende da fé. Assim *a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus; a saber: aos que crêem no seu nome* (João 1:12).

Paulo indica que os homens são salvos *mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo* (Tito 3:5). Neste caso o “lavar regenerador” é uma alusão ao rito do batismo; embora num sentido mais limitado o “lavar” possa referir-se ao rito e “regenerador” à renovação espiritual simbolizada pelo rito. A “renovação do Espírito Santo” deve ser considerada como forma inclusiva, referindo-se num sentido à obra básica da regeneração e, noutro, à obra subsequente da inteira santificação. Pelo que se relaciona com a regeneração,

esta renovação restaura a imagem moral de Deus na qual o homem foi primitivamente criado. Mas é algo mais do que isto. É também a renovação do propósito original da vida do homem na sua inteira devoção a Deus. Daí Paulo exorta-nos a que nos revistamos *do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade* (Efé 4:24); e em outra ocasião *vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou* (Col. 3:10). Torna-se aqui evidente que o homem é “renovado” ou criado de novo na regeneração e que o conhecimento, a justiça e a santidade subsequentes constituem o fim para o qual foi renovado.

B. *Definições da Regeneração.*

Talvez nos ajudem a ter ideia clara deste assunto importante algumas definições típicas. João Wesley define a regeneração como “aquela grande transformação que Deus opera na alma quando a vivifica; quando a ressuscita da morte do pecado para a vida da justiça. É a mudança efetuada na alma toda pelo Espírito Todo-Poderoso de Deus, quando é criada de novo em Jesus Cristo; quando é renovada de acordo com a imagem de Deus em justiça e verdadeira santidade” (Wesley, *Sermão Sobre o Novo Nascimento*). De acordo com Watson, “a regeneração é aquela transformação poderosa no homem, efetuada pelo Espírito Santo, pela qual o domínio que o pecado tinha sobre ele no estado natural e que o indivíduo deplora e contra o qual luta no estado penitente é quebrantado e abolido; de maneira que, com plena decisão da vontade e energia dos afetos retilíneos, serve a Deus livremente e lhe cumpre os mandamentos” (Watson, *Institutas Teológicas*, II, 267). Se se desejar definição mais simples, a que se segue assume caráter definitivo: A regeneração é a comunicação de vida, pelo Espírito Santo, à alma sucumbida nos seus delitos e pecados.

C. *As Operações de Deus na Regeneração.*

O nosso Senhor Jesus Cristo indicou que há um elemento de mistério em conexão com a natureza exata do novo nascimento, ao dizer: *O vento sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito* (João 3:8). Não obstante, será bom considerar esta experiência graciosa examinando os termos bíblicos que representam a operação de Deus na alma. O termo primordial e mais simples é o que se refere à “geração”. João indica que *todo aquele que ama ao que o gerou, também ama ao que dele é nascido* (I João 5:1). Pedro usa a expressão *nos regenerou* (I Ped. 1:3), ao passo que Tiago declara que *segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade* (Tiago 1:18). Estreitamente relacionadas, senão idênticas ao termo “gerado”, encontram-se as expressões “nascido de novo” e “nascido do alto”. A declaração enfática de Cristo foi: *se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus* (João 3:3, 6, 7). A regeneração é, pois, aquela comunicação de vida espiritual às almas dos homens que faz deles indivíduos distintos no reino espiritual. A qualidade moral deste novo nascimento é ressaltada por Jesus nas palavras *o que é nascido da carne, é carne; e o que é nascido do Espírito, é espírito* (João 3:6). O “novo nascimento” traz consigo, portanto, a ideia de uma comunicação de vida e é o resultado daquela atuação divina pela qual as almas dos homens são restauradas à comunhão de Deus.

Um segundo termo usado com referência à regeneração é “vivificar” ou “reviver”. *O filho vivifica aqueles a quem quer* (João 5:21); e *nos deu vida juntamente com Cristo* (Efé. 2:5). Esta ideia de vivificação espiritual ou ressurreição põe a vida nova em contraste com o estado anterior de pecado e de morte. Paulo afirma isto quando diz: *Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados* (Efé. 2:1); e *a vós outros, que estáveis mortos pelas vossas transgressões, e pela incircuncisão*

da vossa carne, vos deu vida juntamente com ele, perdoando todos os nossos delitos (Col. 2:13). A regeneração é, pois, uma vivificação espiritual pela qual as almas dos homens mortos em delitos e pecados são ressuscitadas para andar em nova vida. É a introdução a uma nova vida na qual há novos gostos, novos desejos e novo caráter.

Um terceiro termo apresenta a obra da regeneração como “uma criação” ou “acto de criar”. *Se alguém está em Cristo, é nova criatura* (II Cor. 5:17); e *somos feita dele, criados em Cristo Jesus para boas obras* (Efé. 2:10). Como “nascimento do alto” a regeneração deve ser considerada a participação da vida do Cristo glorificado. Paulo afirma que *como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida* (Rom. 6:4). Como nova criatura o homem é restaurado à imagem original com que foi criado. Cristo é o grande modelo e o homem *se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou* (Col. 3:10-11).

D. *Erros Respeitantes à Regeneração.*

Sem discussão prolongada, é benéfico que assinalemos certos erros respeitantes à regeneração.

A regeneração não é batismo com água. O batismo é o sinal exterior de uma graça interior e, por isto mesmo, não pode ser considerado como regeneração. Pedro diz-nos que o batismo não é *a remoção da imundícia da carne, mas a indagação de uma boa consciência para com Deus* (I Ped. 3:21); e esta boa consciência não pode ser obtida sem a renovação espiritual interior. A identificação do batismo com a regeneração, comumente chamada “regeneração batismal”, tem tido longa história na Igreja, impossível de desenvolver-se detalhadamente neste estudo. Basta dizer-se que a regeneração e a adoção foram confundidas no pensamento e o batismo foi considerado como o acto consumidor da apropriação

do Cristianismo e o selo da adoção positiva na família de Deus. Sendo o batismo tão estreitamente relacionado com a adoção e a regeneração, veio a ser erroneamente considerado como o instrumento pelo qual se efetuou a transformação interior.

A regeneração não é mera obra humana. Através dos séculos sustentaram-se vários pontos de vista respeitantes à regeneração que ressaltam de forma errada o elemento humano. O pelagianismo, heresia na Igreja primitiva, considerava a regeneração como acto da vontade humana. Dizia que se obtinha a regeneração através da iluminação do intelecto pela verdade e por simples imitação de Cristo e da Sua vida. Uma forma mais moderna desta tendência racionalista afirma que a regeneração se efetua apenas pelo poder da verdade. O erro destas opiniões encontra-se na negação da ação imediata do Espírito Santo, o único capaz de efetuar o novo nascimento.

A regeneração não se efetua incondicionalmente pelo Espírito Santo sem os passos preparatórios e a cooperação do homem. O Calvinismo ensina falsamente que a regeneração é o primeiro passo na salvação e que se efetua sem a cooperação humana. O homem é meramente passivo. É o mesmo que negar a graça preveniente, a influência graciosa do Espírito Santo exercida sobre o coração antes da regeneração. Mas não há nada mais claro nas Sagradas Escrituras do que o facto de ninguém poder ser filho de Deus pela graça regeneradora sem que antes tenha recebido a graça preveniente por meio do arrependimento da fé e da busca de Deus (cf. João 1:12; Gál. 3:26; Actos 3:19). A opinião calvinista deve ser também rejeitada, porquanto faz que a regeneração anteceda a fé, o arrependimento e a conversão. Assim, conforme esta doutrina, a pessoa regenerada que se não tenha arrependido não é perdoada e assim deve ser considerada pecadora. Uma terceira objeção a esta doutrina calvinista de regeneração é a sua ênfase à

passividade completa do homem. Entretanto, nas Sagradas Escrituras, manda-se-nos buscar, pedir, arrepender, abrir o coração e receber a Cristo. Estes são requisitos que não podem ser cumpridos sem a cooperação da ação humana; e sem eles não haverá regeneração. Negar estas condições humanas é afirmar uma vez mais a doutrina da eleição incondicional, que carece de fundamento bíblico. Uma objeção final contra os calvinistas sobre a regeneração é deduzida de considerações práticas. Se os homens têm certeza de que não há condições a preencher para se receber a regeneração, acabam por se entregar à indiferença ou ao desespero. É apenas quando os homens se tornam sensíveis à presença do Espírito Santo e à necessidade de obediência às Suas influências despertadoras e condenatórias que se têm promovido avivamentos e se tem realizado a obra de salvação. Portanto, somos exortados a buscar o Senhor enquanto pode ser achado e a chamá-Lo enquanto está perto.

E. *Sumário do Ensino Sobre a Regeneração.*

No esquema seguinte faremos um sumário de certas verdades fundamentais sobre a doutrina básica da regeneração, apresentando a posição bíblica quanto ao assunto.

1. A regeneração é uma transformação moral efetuada nos corações dos homens pelo Espírito Santo. É uma mudança radical na natureza moral e espiritual dos homens. Tanto o corpo como a mente são influenciados por esta mudança moral, mas o homem possui ainda as suas faculdades naturais do corpo, do intelecto, do sentimento e da vontade. Estas faculdades, contudo, recebem nova direção sob a gloriosa transformação espiritual realizada no próprio centro da sua personalidade.

2. Esta transformação radical realiza-se pela ação eficiente do Espírito Santo. É um acto de Deus. É um novo nascimento. Embora haja condições que o homem deve cumprir antes da atuação do Divino Espírito, estas condições nada mais fazem do que guiar a alma para Deus. É, porém, o Espírito Santo, pela sua onipotência, que infunde a nova vida na alma morta em delitos e pecados. É por meio desta infusão de vida que é transformada a natureza moral e espiritual.

3. A regeneração é uma obra completa e, portanto, perfeita na sua natureza. Embora seja concomitante com a justificação e a adoção, é distinta delas. A justificação é uma obra que Deus faz por nós no perdão dos nossos pecados e na modificação da relação que com Ele temos; a regeneração é a restauração da nossa natureza caída através do revestimento de vida sobre a base desta nova relação; enquanto que a adoção é a restauração dos privilégios de filiação, em virtude do novo nascimento. A necessidade da justificação encontra-se no facto da culpabilidade; a da regeneração encontra-se na depravação; a da adoção está na perda de privilégio. Todas estas três, embora distintas em natureza e perfeitas em espécie, são outorgadas pelo mesmo acto de fé e ocorrem ao mesmo tempo na experiência pessoal.

4. A regeneração realiza-se por meio da Palavra como o seu instrumento. Não é só o poder da verdade o que regenera nem tampouco a ação do Espírito Santo separada e independente da verdade. Que o Espírito usa a verdade como instrumento tanto na regeneração como na santificação, vem claramente nas Sagradas Escrituras (cf. Actos 16:14; Efé. 6:17; I Ped. 1:23). Com respeito a esta relação, o doutor Daniel Fiske escreveu: "Ao regenerar o homem, Deus, em alguns pontos, opera direta e imediatamente na alma, em outros age em ligação com a verdade e por meio dela. Não os regenera apenas pela verdade, mas também não o faz sem a

verdade. As Suas influências mediatas e imediatas não podem distinguir-se pela consciência nem podem as Suas respectivas esferas determinar-se corretamente pela razão”.

5. A regeneração relaciona-se com a santificação. A vida conferida na regeneração é santa. É por isto que João Wesley falou dela como a porta de entrada para a santificação. Ligada à regeneração, deve haver distinção entre a santificação inicial e a inteira santificação. Aquela acompanha a justificação, a regeneração e a adoção, enquanto esta é subsequente. A distinção resulta do facto de que a culpa, que como condenação pelo pecado é removida pela justificação, implica também um aspecto de impureza que só pode ser retirada pela purificação. Por isso o wesleyanismo sempre sustentou que a santificação começa na regeneração, mas limita a “santificação inicial” à obra de limpeza da contaminação da culpabilidade e da depravação adquirida ou necessariamente resultante dos actos pecaminosos. Assim, a inteira santificação vem depois disto e, no aspecto de purificação, é uma limpeza do coração do pecado original ou depravação herdada. A distinção, portanto, baseia-se no duplo carácter do pecado—como acto e como estado. Os que afirmam a doutrina da inteira santificação algumas vezes assumem uma posição com respeito à regeneração que logicamente se lhe opõe. Consideram a regeneração como uma “transformação do coração” que nada mais é do que a renovação da vida antiga. Esta renovação é considerada completa, por isso não há necessidade de graça subsequente. Mas este é um conceito errôneo da obra da regeneração. Não é renovar a vida antiga; é implantar vida nova. A regeneração, portanto, quebranta o poder do pecado cancelado e faz que o prisioneiro fique livre, mas não destroi a condição interna do pecado original. “O que se passou”, diz o doutor Raymond, “não foi a remoção completa do que se chama carne ou a sua fraqueza, nem a remoção total da

mente carnal, mas o revestimento de poder para conquistá-la, para não a seguir, mas para andar no Espírito e assim vencer a carne e viver no Espírito de maneira a manter-se constantemente livre da condenação. O que aconteceu foi o livramento do poder reinante do pecado original ou inato; a libertação da escravidão; aquele que o Filho liberta está verdadeiramente livre; é uma concessão feita pela graça e pelo poder de Deus pelos quais o homem recebe a faculdade de obediência voluntária” (Raymond, *Teologia Sistemática*, II, p. 358).

6. A regeneração torna possível à humanidade conhecimento pessoal de Deus. A alma regenerada transforma-se fundamentalmente em qualidade moral e espiritual, transformação que é a base da nova relação pessoal. A vida comunicada pelo Espírito é uma reprodução da vida de Cristo. A sua qualidade é da mesma natureza de Deus. Assim, apenas quando o homem participa da natureza divina é que verifica, por meio da experiência, a craveira do Ser que é Deus. Apenas através do caráter e da qualidade desta vida doada na regeneração pode o indivíduo ter conhecimento positivo e vital de Deus.

7. A regeneração está relacionada vitalmente com a revelação de Deus em Cristo. Jesus Cristo é a revelação suprema de Deus. Nele a verdade de Deus torna-se visível como se fosse projetada para benefício nosso na tela da humanidade. Ele pode ser considerado Mestre, Profeta ou Revelador, mas é Algo mais do que tudo isto; é a nossa própria vida (Col. 3:4). É por isto que os homens perdem o verdadeiro conceito do evangelho quando o consideram somente como um sistema de ideias em vez de uma série de forças espirituais. É realmente um sistema de verdades mas é, acima de tudo, verdade que gera vida nova. O sistema doutrinal nada mais é do que o esforço para expressar esta realidade de maneira sistemática e unificada. Uma vez

que Cristo é a suprema revelação de Deus, é evidente que a verdade permanece externa e separada do homem no plano experimental até que Cristo seja revelado nele como a esperança da glória. Isto explica o facto de que o homem não regenerado fracassa frequentemente em aceitar a revelação de Cristo tal como se apresenta nas Sagradas Escrituras. Com ele é puramente um assunto de investigação intelectual, mas Cristo não pode ser compreendido senão quando nos tornamos como Ele espiritualmente. Assim, pois, estes racionalistas fecharam as veredas espirituais de aproximação à verdade e isolaram-se desta afirmação interna que só vem através do novo nascimento. Por isto Paulo declara que *“se o nosso evangelho ainda está encoberto, é para os que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus (II Cor. 4:3-4).*

8. A regeneração está também relacionada ao poder capacitador do Espírito Santo. Ele não só reproduz a vida de Cristo no regenerado como o Revelador, mas também como o Agente da graça capacitadora. A vida concedida na regeneração não só se manifesta numa nova luz, mas num *poder novo*. É um novo princípio espiritual para o homem. É uma transformação ética. É uma vitalização da verdade. Eleva todo o processo do nível da teoria para o da realidade. Não é só um novo alvo posto para que o homem o alcance, mas é também conferido um poder para o libertar das cadeias do pecado e fazê-lo triunfar sempre em Cristo Jesus. Esta nova vida é dedicada a Deus na santificação e precisa agora avançar para o objetivo da inteira santificação em que o coração é purificado de todo o pecado pelo batismo com o Espírito Santo.

III. A ADOÇÃO

A. *O Significado de Adoção.*

A adoção é o acto declaratório de Deus pelo qual, depois de termos sido justificados pela fé em Cristo Jesus, somos recebidos na família de Deus e reinstalados nos privilégios da filiação. A adoção ocorre ao mesmo tempo que a justificação e a regeneração, mas na ordem do pensamento é logicamente a última colocada. A justificação tira a nossa culpa, a regeneração transforma o nosso coração e a adoção recebe-nos de facto na família de Deus.

Paulo usa ocasionalmente o termo adoção num sentido mais amplo do que o que temos indicado. Assim é que fala da eleição especial de Israel “a quem pertence a adoção” (Rom. 9:4). Também se refere ao propósito central da encarnação como culminando na nossa adoção como filhos (Gál. 4:5). Finalmente, usa o termo para a realização completa da restauração do homem ao seu estado original: *aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo* (Rom. 8:23). Apesar destas variações, Paulo usa normalmente o termo para exprimir os privilégios aos quais a regeneração introduz os crentes sob as condições do Novo Testamento.

B. *Os Benefícios da Adoção.*

As bênçãos que acompanham a adoção na família de Deus são muitas e dignas de desejar-se. Podem ser condensadas da seguinte maneira: (1) O privilégio da filiação. Tornamo-nos *filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus* (Gál. 3:26); *Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo* (Rom. 8:17). *De sorte que já não és escravo, porém filho; e, sendo filho, também herdeiro por Deus* (Gál. 4:7). O reino dos céus tem sido descrito como “um parlamento de imperadores, uma comunidade de reis. Todo o humilde santo nesse reino é co-herdeiro com

Cristo e tem uma posição de honra, um cetro de poder, um trono de majestade e uma coroa de glória". (2) A confiança filial para com Deus. *Porque não recebestes o espírito de escravidão para viverdes outra vez atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai* (Rom. 8:15). O Espírito da adoção traz libertação da cadeia do pecado. Remove-se a condenação, as trevas espirituais são desfeitas e a aprovação de Deus estampada na alma. (3) Direito de propriedade em tudo que Cristo tem e é. *Tudo é vosso... e vós de Cristo, e Cristo de Deus* (I Cor. 3:21, 23). (4) Direito e título à herança eterna. Pedro fala de uma herança *incorruptível, sem mácula, imarcescível* (I Ped. 1:4). Chama-se um *reino* (Lucas 12:32); uma *pátria superior* (Heb. 11:16); uma *coroa da vida* (Tiago 1:12); e um *eterno peso de glória* (II Cor. 4:17). O doutor Dick diz: "Tudo que Deus é na atualidade para os anjos e para os santos glorificados e o que será para eles por toda a eternidade, os filhos adotados de Deus podem esperá-lo com justiça. Ainda neste mundo quão felizes se sentem por ter o penhor desta herança. Como é divina a paz que manifesta a sua influência dentro das almas. Quão puro e inspirador é o gozo que em certos momentos lhes inunda o coração. A que alturas são arrebatadas acima das dores e dos prazeres da vida enquanto nas contemplações da fé antecipam a mansão futura nas regiões mais sublimes do universo! Mas isto é somente um penhor, um sinal".

C. *A Evidência da Adoção.*

A doutrina do penhor ou do testemunho do Espírito é uma das mais preciosas do Evangelho. Como no caso do novo nascimento, é possível que não compreendamos as operações do Espírito, mas podemos conhecer os factos. É ao glorioso facto da religião experimental que dirigiremos a nossa atenção no estudo que segue.

IV. O TESTEMUNHO DO ESPÍRITO

A. *A Base Bíblica da Doutrina.*

Por “testemunho do Espírito” queremos dizer aquela evidência interna de aceitação por Deus que o Espírito Santo revela diretamente à consciência do crente. As Sagradas Escrituras dão-nos muitas ilustrações de homens que gozaram do testemunho do Espírito. No Antigo Testamento temos a história de Abel (Heb. 11:4); Enoque (Heb. 11:5); de Jó (Jó 19:25); de Davi (Sal. 32:5; 103:1, 3, 12); de Isaías (Isa. 6:7); e de Daniel (Dan. 9:23). O Novo Testamento também está cheio de referências a esta doutrina (cf. Actos 2:46; 8:39; 16:34). Como textos que sustentam esta doutrina mencionaremos os seguintes: *O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus* (Rom. 8:16); *Recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai* (Rom. 8:15); *Enviou Deus aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai* (Gál. 4:6); *Aquele que crê no Filho de Deus tem em si o testemunho* (I João 5:10). Estas passagens ensinam claramente que o Espírito testifica das relações dos crentes com Deus.

B. *O Testemunho Duplo do Espírito.*

O texto clássico sobre este assunto encontra-se em Romanos 8:16: *O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.* É evidente que aqui encontramos um testemunho duplo: o do Espírito Santo e o do nosso espírito. Rotula-se comumente o primeiro como o testemunho direto, o segundo como o indireto. A passagem traduz-se algumas vezes como “dar testemunho a” em lugar de “dar testemunho com” o nosso espírito. Isto, porém, não modifica o sentido mas dá mais força àquela posição. A própria construção do versículo tal como se lê no grego implica um testemunho conjunto do Espírito Santo e do nosso espírito.

1. *O Testemunho do Espírito Divino.* João Wesley, que foi em grande parte responsável pelo avivamento moderno da ênfase ao testemunho do Espírito, afirmou que “este testemunho é uma impressão interna na alma, por meio da qual o Espírito de Deus testifica diretamente ao meu espírito que eu sou filho de Deus; que Jesus Cristo me amou e Se deu a Si mesmo por mim e que todos os meus pecados foram apagados e que eu, eu mesmo, estou reconciliado com Deus”. O valor da certeza absoluta em assuntos de tão vital importância como a salvação eterna da alma nunca será demasiadamente ressaltado. Aqui temos de ter a mais elevada forma de testemunho. Se não há testemunho direto do Espírito Santo, então tudo se reduz a mera inferência. Mas Deus não deixou o Seu povo nas trevas. Deu-nos do Seu Espírito para que saibamos as coisas que se nos dão gratuitamente por Deus. Por isso Wesley exortou o povo a “não descansar em nenhum suposto fruto do Espírito sem o testemunho”. É possível que haja sinais de gozo, de paz e de amor e isto não é um estado de alucinação mas realmente de Deus, muito antes de termos o testemunho em nós mesmos, antes do Espírito Santo testificar com os nossos espíritos que temos redenção no sangue de Jesus, o perdão dos nossos pecados. Se somos sábios, “continua Wesley”, devemos clamar continuamente a Deus até que o Seu Espírito brade no nosso coração: “Aba, Pai!” Este é o privilégio de todos os filhos de Deus e sem ele não podemos estar seguros de que somos os Seus filhos. Sem isto não conseguiremos ter paz firme, nem evitar as perplexidades da dúvida e dos temores; mas quando recebemos o Espírito de adoção esta “paz que excede todo o entendimento” guardará os nossos corações e as nossas mentes em Cristo Jesus” (Wesley, *Sermões*, II, p. 100).

2. *O Testemunho do Nosso Próprio Espírito.* Este é o testemunho indireto do Espírito e consiste no senso de que individualmente possuímos o caráter de filhos de

Deus. Wesley sustentou que “é quase o mesmo que o testemunho de uma boa consciência para com Deus; e é o resultado da razão e reflexão sobre o que sentimos na nossa própria alma. Estritamente falando, é uma conclusão derivada em parte da Palavra de Deus e em parte da nossa própria experiência. A Palavra de Deus diz que todo o que tem o fruto do Espírito é filho de Deus; a experiência ou senso interior diz-me que tenho o fruto do Espírito, logo concluo racionalmente que sou filho de Deus. Agora, como este testemunho procede do Espírito de Deus e está baseado no que Ele opera em nós, chama-se algumas vezes de testemunho indireto do Espírito, para distingui-lo do outro que é mais propriamente direto” (Wesley, *Sermão XI*).

Este testemunho indireto é confirmatório antes que fundamental. “Uma vez que o testemunho do Espírito deve preceder ao amor de Deus e a toda a santidade (em nós), segue-se que deve preceder ao nosso senso interior ou ao testemunho do nosso espírito a respeito deles”. O amor filial resulta do conhecimento das relações filiais e o testemunho direto do Espírito deve, portanto, preceder ao indireto. Mas o indireto não é de menos importância. É tão indispensável como o primeiro visto que por ele o testemunho direto do Espírito é totalmente confirmado. E continua dizendo Wesley: “Como poderei ter certeza de que não me engano com a voz do Espírito? Pelo testemunho do meu próprio espírito; pela resposta de uma boa consciência para com Deus. Por este meio conhecerei que não estou sofrendo de uma alucinação e que não enganei a minha própria alma. Alistam-se os frutos imediatos do Espírito a governar o coração: o amor, o gozo, a paz, as entranhas de misericórdia, a humildade da mente, a bondade, a mansidão, a longanimidade. Os frutos externos são fazer o bem a todos os homens e obedecer a todos os mandamentos de Deus” (Wesley, *Obras*, I, p. 92). Podemos dizer, então, que estes dois testemunhos, quando se tomam juntos,

estabelecem a certeza da salvação. Um não pode existir sem o outro; reunidos fornecem-nos a maior evidência.

C. *O Privilégio Comum dos Crentes.*

Tratamos cuidadosamente dos fundamentos bíblicos da nossa crença no testemunho do Espírito Santo. Demonstramos que esse testemunho está intimamente ligado com o espírito de adoção; que é, na realidade, essencial ao amor filial; e, portanto, que é parte da salvação comum tanto como a própria adoção. Portanto, podemos dizer sem medo de errar que o testemunho do Espírito é o privilégio comum de todos os crentes. Estreitamente relacionada com isto encontra-se a questão se o testemunho do Espírito Santo pode manter-se no estado de gozo ininterrupto ou não. Como facto de observação, é bem sabido que há diferenças grandes nas experiências espirituais dos crentes. Consequentemente, devemos esperar que a certeza da filiação varie de acordo com ela. O doutor J. Glenn Gould estabelece diferença entre o testemunho do próprio coração do buscador, o testemunho da Palavra de Deus e a iluminação interna do Espírito Santo. Mostra que enquanto os dois primeiros podem permanecer constantes, a clareza deste último varia às vezes na consciência (Gould, *O Ministério do Espírito*, pp. 8-17). João Wesley analisou todo o assunto com a sua característica perspicácia espiritual no sermão intitulado "O Estado de Deserto". Deve-se recordar que as Escrituras apresentam o ideal de *forte convicção do entendimento* (Col. 2:2); a *plena certeza da esperança* (Heb. 6:11); e a *plena certeza de fé* (Heb. 10:22). Estes referem-se a uma perfeita persuasão da verdade tal como está em Cristo, o cumprimento da promessa de uma herança celeste e a confiança inteira no sangue de Cristo. Destas passagens concluímos que a plena certeza do entendimento, da fé e da esperança é privilégio de todo cristão e que nenhum deve falhar na soberana vocação em Cristo Jesus.

É não somente maravilhosa mas ainda graciosa provisão no plano da redenção humana que possamos conhecer, para além de toda a dúvida, que somos filhos de Deus por adoção. Saber que o nosso nome está escrito nos céus é de valor supremo, segundo disse o próprio Cristo (Lucas 10:17-20). Todo cristão pode ter este conhecimento, com a mesma certeza que a pessoa tem de se achar viva. Sempre que o Espírito Santo der testemunho ao espírito do homem de que ele é filho de Deus e adotado na Sua família, esse alguém sabe que o seu nome está escrito no livro da vida.

QUESTIONÁRIO

1. Quais são alguns dos vários termos pelos quais se apresenta na Bíblia a ideia da justificação?
2. Explique as diferenças entre a justificação pessoal, legal e evangélica.
3. Faça a distinção entre justificação como acto e justificação como estado.
4. Que significa ser a justificação uma transformação relativa?
5. Faça uma distinção cuidadosa entre a justificação e a santificação. Porque é necessária tal distinção?
6. Indique a diferença entre os aspectos judicial e soberano da justificação.
7. Explique o fundamento da justificação.
8. Faça contraste entre as opiniões calvinista e arminiana sobre a imputação.
9. De acordo com as Escrituras, qual será a opinião verdadeira na pergunta número oito?
10. Faça uma distinção cuidadosa entre a justificação e a regeneração.
11. Cite algumas passagens bíblicas que revelem a natureza da regeneração sob diversos símbolos.
12. Que termos bíblicos representam a obra de Deus na regeneração?
13. Indique alguns erros mais comuns sobre a regeneração. Como refutá-los pelas Escrituras?
14. Mostre claramente a relação da regeneração com a Palavra, com a santificação e com a revelação de Deus em Cristo.
15. Qual é o significado de adoção?
16. Quais são os benefícios mais importantes da adoção?
17. Que se entende por testemunho duplo do Espírito?
18. Dê uma prova que confirme ser a certeza plena da fé privilégio constante do cristão.

CAPÍTULO XVII

A INTEIRA SANTIFICAÇÃO OU PERFEIÇÃO CRISTÃ

“A santidade pulsa na profecia, ressoa na lei, murmura nas narrações, sussurra nas promessas, suplica nas orações, irradia na poesia, vibra nos salmos, fala nos símbolos, resplandece nas imagens, articula-se na linguagem e arde no espírito de todo o sistema, desde o alfa até o ômega, desde o princípio até o fim. Santidade! Santidade necessitada! Santidade requerida! Santidade oferecida! Santidade possível! Asantidade, dever presente, privilégio atual, gozo de cada dia, é o progresso e a consumação deste maravilhoso tema! É a verdade brilhando por toda a parte, transbordando em toda a revelação. É a verdade gloriosa que irradia, e sussurra, e canta, e brada em toda a sua história. É biografia, e poesia, e profecia, e preceito, e promessa, e oração. É a grande verdade central de todo o sistema. O surpreendente é que nem todos vêem, que alguém se levanta para questionar, uma verdade tão conspícua, tão gloriosa e tão cheia de consolo.”

—Bispo Foster.

Perfeição cristã e inteira santificação são expressões que traduzem a plenitude da salvação do pecado, ou a inteireza da vida cristã. Outros termos usados amiúdo com semelhante propósito são, “plena salvação”, “santidade”, “amor perfeito”, “batismo com o Espírito Santo” e “segunda bênção”. Em adição ao significado comum, cada um destes termos tem ênfase própria. “Perfeição cristã” ressalta a inteireza do caráter cristão e a posse dos dons espirituais. “Inteira santificação” destaca a limpeza de todo o pecado, incluindo a mente carnal ou o pecado inerente. “Salvação completa” lembra que o sacrificio do nosso Senhor Jesus Cristo é perfeitamente adequado para todo o problema do pecado. “Amor perfeito”, expressão usada entre os metodistas primitivos, ressalta o espírito e a têmpera da vida moral dos inteiramente santificados. Implica libertação completa do egoísmo, devoção total a Deus e amor desinteressado para com todos os homens. A expressão “batismo com o Espírito Santo” ressalta os meios de graça pelos quais o coração pode ser purificado de todo o pecado e repleto do amor divino. “Segunda bênção” (“propriamente falando”) é expressão usada com discriminação por João Wesley para acentuar o facto de que a inteira santifica-

ção é uma segunda e distinta obra da graça divina, subsequente à regeneração. O termo "santidade" refere-se mais particularmente ao estado ou condição do santificado do que à experiência pela qual se torna santo. Descreve um estado de pureza moral e espiritual ou de saúde completa da alma em que o Espírito e a imagem de Deus são possuídos com a exclusão de todo o pecado. Uma vez que as verdades espirituais só podem ser discernidas por meios espirituais, a obra gloriosa da graça divina, à qual se referem os termos acima mencionados, só pode ser compreendida e apreciada completamente através da experiência pessoal.

A inteira santificação tem sido chamada "a ideia central do sistema cristão e o feito culminante do caráter humano". Todo o sistema levítico do Antigo Testamento coloca-se sob pesado tributo para revelar à mente e ao coração as riquezas desta graça. Os termos usados abrangem o altar e os seus sacrifícios, o sacerdócio, o ritual com as suas aspersões e lavagens, as cerimônias de apresentação e dedicação, a unção e a confirmação, as festas e os jejuns. Tudo isto aponta para a norma de piedade no Novo Testamento—a perfeição cristã.

Ainda que a inteira santificação seja doutrina fundamental do Cristianismo e de vasta importância para a Igreja, há poucos temas teológicos com maior variedade de opiniões. Todos os cristãos evangélicos afirmam que é uma doutrina bíblica, que inclui libertação do pecado, que se atualiza através dos méritos da morte de Cristo e que é a herança dos que já são crentes. Contudo, há muita diferença entre a sua natureza exata e o tempo em que é recebida. Por exemplo, há aqueles que afirmam que esta experiência é concomitante com a regeneração e que se completa naquele acto. Outros consideram-na como crescimento gradativo, estendendo-se através de toda a vida. Outros ainda afirmam que é recebida na hora da morte. A opinião que consideramos ser a posição bíblica é a de

que a santificação começa na regeneração, mas se completa como obra instantânea do Espírito Santo depois da regeneração. Isto é o que se conhece, a maior parte das vezes, como sendo a opinião wesleyana.

I. TRATAMENTO HISTÓRICO DA DOCTRINA DA INTEIRA SANTIFICAÇÃO

Antes de começar a nossa análise da doutrina da inteira santificação é bom dar uma ideia do fundamento histórico do assunto. Esta doutrina vem desde os dias apostólicos como tradição sagrada e ininterrupta. Vários períodos da era cristã se caracterizaram por diferenças em terminologia mas em tempo algum foi eclipsada esta gloriosa verdade da perfeição cristã.

A. *O Testemunho dos Pais Apostólicos.*

As últimas palavras de Inácio antes do martírio foram: “Dou-te graças, Senhor, porque condescendestes em honrar-me com um perfeito amor para Contigo”. Policarpo, falando sobre a fé, a esperança e o amor, diz: “Se qualquer homem cumpriu estas virtudes, praticou a lei da justiça, porque aquele que tem amor está separado de todo o pecado”. Clemente de Roma declara: “Os que foram aperfeiçoados no amor, pela graça de Deus alcançam o lugar dos piedosos na comunhão daqueles que, através de todos os tempos, serviram a glória de Deus em perfeição”.

B. *O Ensino dos Pais Posteriores da Igreja.*

Algumas vezes Santo Agostinho se elevou a alturas sublimes no conceito que sustentou sobre a graça mas outras vezes pareceu pairar aquém da verdade plena das suas posições. Declara ele: “Ninguém se atreveria a dizer que Deus não pode destruir o pecado original nos membros e tornar-se de tal maneira presente na alma que, completamente abolida a velha natureza, seja

possível que aqui se viva como se fosse a vida eterna no céu”. Não obstante, acreditava que a concupiscência maligna permanece por toda a vida natural. À parte disto, ensinou plena libertação de todo o pecado nesta vida. Macário o egípcio (300-391 d.C.) escreveu uma série de homilias em referência à experiência cristã em que a ideia do amor perfeito ocupa lugar proeminente. Diz: “Da mesma forma os cristãos, ainda que tentados no exterior, no seu interior estão cheios da natureza divina e nada lhes acontece. Se alguém alcança este ponto terá o perfeito amor de Cristo e a plenitude da divindade” (*Homilia V*). “Em razão do amor superabundante e da doçura dos mistérios ocultos, a pessoa chega a tal grau de perfeição que se torna pura e livre do pecado. E aquele que é rico em graça a todo tempo, de dia e de noite, continua num estado perfeito, livre e puro” (*Homilia XIV*).

C. *A Doutrina dos Místicos.*

Os místicos, a despeito dos seus numerosos erros e extravagâncias, serviram para preservar a religião evangélica durante a Idade Média. A sua contribuição a esta parte da teologia foi peculiarmente viva, no sentido de que a ideia central de todo o misticismo é a inteira consagração a Deus. Isto exigiu santidade interna de coração, separação da criatura, e perfeita união com Deus, centro e fonte da santidade e da perfeição. Os seus métodos imemoriais—o caminho da purificação, o caminho da iluminação e o caminho da união—, correspondem respectivamente às doutrinas evangélicas da purificação do pecado, da consagração do Espírito e do estado de santidade em abstração do eu e das coisas terrenas, em comunhão com Deus (cf. Pope, *Compêndio de Teologia Cristã*, III, 75).

D. *A Doutrina Católica Romana.*

A doutrina católica romana concernente à santificação é eclética e assumiu várias formas através do tempo. Um bom fundamento da doutrina encontra-se nos Decretos Tridentinos que afirmam que, negativamente, não há óbice à inteira conformidade quanto à lei e, positivamente, que é necessária satisfação completa para a salvação. Dá-se também ênfase ao poder do Redentor “que apaga o pecado, como o perdoa”. Entretanto, diz-se que a purificação do indivíduo se faz de maneira dupla. Para uns, consegue-se nesta vida; para outros, só na vida futura. Assim surgiu a ideia do purgatório para prover esta purificação depois da morte. Na prática, portanto, a Igreja Católica Romana falha em que não reconhece o poder atual do sangue expiador de Cristo para a purificação completa, plena, presente.

E. *Opiniões Calvinistas Sobre a Santificação.*

Como vimos, os Reformadores, especialmente os Calvinistas, tenderam a adotar à justificação certas teorias da imputação. As mesmas teorias foram erroneamente aplicadas à santificação. Uma vez que Cristo é o nosso substituto, os Reformadores afirmam que não só se proveu dessa maneira para os crentes a plena justificação, mas também a inteira santificação, aplicando-se-lhes como dom do pacto da graça. Mas há aqui ênfase ao que Cristo fez *por* nós, em detrimento do que Ele efetuou *em* nós pelo Espírito. Assim, apegaram-se à crença na imputação do nosso pecado a Cristo, e a nós da Sua justiça para a justificação e também para a nossa santificação, na medida em que se applicava ao cancelamento da culpa. Mas o pecado não pode ser tirado por imputação; por isso foi preciso ao sistema calvinista negar que o pecado é de facto obliterado. Não é imputado, portanto, não lançado à conta do crente. Assim ele é santificado por imputação, isto é, pela sua “posição” em Cristo, embora no referente ao seu “estado” atual

possua ainda a mente carnal ou o pecado inerente que a imputação não pode tirar. O pecado não é abolido como princípio ou poder, em vez disso, a justiça de Cristo imputa-se como substituta e o pecado inerente esconde-se debaixo do manto dessa justiça imputada. Aqui está o fundamento da teoria de “posição e estado” que ocupa lugar importante em algumas das teorias modernas da santificação. A posição do crente é em Cristo, é por imputação. O estado atual é aquele em que o pecado é reprimido, não podendo dominar. A santificação é o processo de trazer o princípio do pecado em sujeição à vida de justiça. A santificação, portanto, de acordo com esta teoria, é somente progressiva, enquanto a alma habita no corpo, completando-se apenas na hora da morte. A sutileza de uma doutrina que afirma que o homem pode ser santificado instantaneamente por um estado imputado de posição mas não santificado de facto pela comunicação de justiça e verdadeira santidade, faz que o erro seja mais perigoso. Tudo aquilo que paira aquém da purificação atual de todo o pecado ou da morte do homem antigo é anti-wesleyano e também anti-bíblico.

F. *A Doutrina do Arminianismo e do Wesleyanismo.*

Os arminianos primitivos escreveram muito sobre a perfeição cristã e as suas declarações contêm os germens do que mais tarde se conheceu como wesleyanismo. Por exemplo, Armínio definiu a santidade da maneira seguinte: “A santificação é um acto gracioso de Deus pelo qual purifica o homem, que é pecador mas ainda é crente, da ignorância, do pecado inerente com as suas concupiscências e desejos, pondo dentro dele o espírito do conhecimento, da justiça e da santidade. Consiste na morte do homem antigo e na vivificação do homem novo”.

O movimento wesleyano, que resultou na organização da Igreja Metodista, marca um avivamento da

doutrina e da experiência da inteira santificação no século XVIII. Wesley recebeu algo da sua inspiração de certos grupos espirituais do tempo da Reforma, tais como os pietistas e os morávios, ainda que não estivesse de acordo com o Conde Zinzendorf na sua doutrina da imputação e também rejeitasse a ideia de que a purificação ou a santificação se realiza na conversão. Entretanto, o ímpeto principal veio do estudo das próprias Escrituras. Wesley diz-nos: “Em 1729, meu irmão Carlos e eu, ao ler a Bíblia e verificar que não podíamos ser salvos sem a santidade, buscamo-la e fizemos que os outros a buscassem. Em 1737, vimos que a santidade se obtém pela fé. Em 1738, verificamos que os homens são justificados antes de serem santificados mas, mesmo assim, ainda buscávamos a santidade—santidade interna e externa. Deus, então, deu-nos a tarefa de levantar um povo santo”. Dois anos antes da sua morte Wesley escreveu: “Esta doutrina é o grande depósito que Deus confiou aos chamados metodistas e parece que para a sua propagação nos levantou”. João Wesley foi o fundador do Metodismo e os seus *Sermões e Notas*, juntamente com os seus *Vinte e Cinco Artigos*, formam as normas da sua doutrina. Carlos Wesley foi o hinólogo do movimento e João Fletcher, membro da Igreja Anglicana, foi seu principal defensor. Durante o século XIX, deu-se à doutrina e à experiência de santidade novo alento pelas grandes reuniões campestres de âmbito nacional nos Estados Unidos. A Conexão Wesleyana Metodista foi organizada em 1843, a Igreja Metodista Livre em 1860, a Associação Nacional para a Promoção da Santidade em 1866. A fim de promover e conservar a verdade da santidade, o último período do século viu a organização da Igreja do Nazareno pelo Doutor Phineas F. Bresee, a Associação Pentecostal de Igrejas do Leste e grande número de movimentos de santidade no sul dos Estados Unidos. Estas combinaram-se mais tarde num corpo conhecido como a Igreja do Nazareno. Este período foi

testemunha também da combinação de certos números de grupos no que agora se conhece como a Igreja de Santidade dos Peregrinos. Estas igrejas têm procurado conservar a doutrina e a experiência da inteira santificação como uma segunda obra definida da graça, subsequente à regeneração; e têm-se oposto persistentemente a todos os diversos grupos fanáticos que têm obscurecido a verdade pura e trazido má reputação à doutrina e à experiência da salvação completa.

G. *Outros Pontos de Vista Modernos Sobre a Santificação.*

Entre os desenvolvimentos mais recentes com respeito à doutrina da inteira santificação, além do Wesleyanismo, apontaremos os seguintes: (1) A Posição de Oberlin; (2) A Teoria dos Irmãos de Plymouth; e (3) A Teoria de Keswick.

1. A posição de Oberlin é representada pelo Presidente Asa Mahan, Charles G. Finney e o Presidente Fairchild. De acordo com esta teoria, há uma simplicidade de ação moral que faz que o pecado consista somente num acto da vontade. Em consequência é impossível que o pecado e a virtude existam simultaneamente no mesmo coração ao mesmo tempo. Aceita uma só definição do pecado, a saber: "O pecado é a transgressão da lei". Destes pontos de vista básicos, resultam logicamente várias opiniões errôneas. Nega-se que o pecado original seja um estado ou uma condição. No seu lugar aceita-se uma teoria alternativa de carácter moral. Há também confusão entre consagração e santificação. Ensina-se que a santificação consiste num aprofundamento tal da consagração que impede qualquer alteração posterior da vontade. Finalmente, faz-se da santificação assunto de crescimento e desenvolvimento. É assim que Fairchild assegura: "O crescimento e a confirmação do crente, o desenvolvimento das graças do Evangelho no cristão, é o que se chama santificação".

2. Os Irmãos de Plymouth originaram-se quase simultaneamente em Dublin, Irlanda e Plymouth, Inglaterra. Em geral as suas opiniões teológicas baseiam-se nas teorias da imputação extrema do ultra-calvinismo. Consideram o pecado como condenado na cruz de Cristo e, em consequência, afirmam que o pecado—passado, presente e futuro, por este mesmo acto foi tirado—não provisionalmente nem atualmente mas pela própria imputação dos pecados a Cristo. Tendo sido tirados pela imputação a Cristo, os homens já não são mais responsáveis nem pelo seu estado de pecado nem pelos seus actos pecaminosos. Santidade e rectidão só podem ser imputadas, jamais comunicadas. Neste sistema a fé torna-se não a condição da salvação pessoal, mas simplesmente o reconhecimento do que foi feito por Cristo na cruz. A justificação, de igual modo, não é um acto na mente de Deus pelo qual o pecador é perdoado mas uma transação completa no Calvário feita séculos atrás, apenas agora reconhecida e aceita. A regeneração é considerada não como comunicação de vida à alma, mas em algum sentido como a criação de uma nova personalidade que existe juntamente com a velha, permanecendo ambas as naturezas imutáveis até a morte. A pessoa, ou aquilo que no homem diz “Eu”, pode colocar-se sob a direção do “novo homem” ou do “antigo homem” sem detrimento algum da sua relação com Cristo, com exceção de que neste último caso se interrompe a comunhão. Quaisquer que sejam as obras do “antigo homem”, o crente não é responsável por elas—foram condenadas há muito tempo na cruz.

O crente não somente se torna justo em Cristo, mas também santo. O mesmo acto, considerado como justiça, é justificação; considerado como santidade, é santificação. Um dos seus próprios escritores define a posição da seguinte maneira: “Aquele que é o nosso Grande Sumo Sacerdote diante de Deus é puro e sem mancha. Deus vê-O como tal e Ele representa-nos, nós que somos o

Seu povo, e somos aceitos Nele. A Sua santidade é nossa por imputação. Permanecendo Nele somos, à vista de Deus, santos e puros como Ele. Deus olha para o nosso representante e vê-nos n'Ele. Estamos completos naquele que é o nosso Cabeça glorioso e sem mancha". A santidade e a justiça do indivíduo são apenas imputadas e não efetuadas pelo Espírito Santo. O pecado continua até a morte, mas isto de modo algum afeta a "posição" do crente. Em contraste, a posição wesleyana e bíblica é que os homens podem gozar de santidade comunicada, isto é, que se podem tornar presentemente santos de coração. Nenhum homem está "em Cristo" enquanto não estiver limpo do pecado pelo Espírito Santo. A simples afirmação intelectual de que um homem está "em Cristo" não prova que realmente esteja. Não é surpresa, pois, que os que seguem tais doutrinas de imputação da santidade sejam particularmente hostis à teoria wesleyana.

3. O movimento Keswick começou em 1874 e foi fundado para a "promoção da santidade bíblica ou prática". Tem-se tornado notório mercê do avultado número de evangelistas nacionalmente conhecidos e conta com muitos crentes sinceros e zelosos. Crêem na situação de perdição da raça humana e são zelosos nos esforços para a salvação dos homens. Insistem no abandono de todo o pecado conhecido e numa consagração definida e completa a Cristo. Realçam a necessidade da apropriação do poder de Deus mediante a fé e por meio de Cristo, tanto para a vida santa como para o serviço cristão. Esta capacidade para o serviço é conhecida como batismo com o Espírito Santo e é geralmente considerada como subsequente à conversão. Não é, contudo, em sentido estrito, obra da graça, posto que não há purificação do pecado ingênito. Este é considerado como parte da humilhação do crente, contaminando, em certo sentido, as suas melhores obras. Implica contínua supressão e continuará existindo até que a

morte liberte da contaminação. A força do Espírito opõe-se de alguma maneira à mente carnal e ajuda o crente a reprimir-lhe as manifestações. O poder do pecado é apenas quebrado. Em nenhum sentido é inteira santificação como os wesleyanos definem este termo. Está mais relacionada com a ideia da santidade posicional ensinada pelos Irmãos de Plymouth. O crente é santo na sua "posição", mas não no seu "estado". A santidade é assim questão de imputação, não de comunicação. Rejeita-se a limpeza atual de todo o pecado por não estar em harmonia com os seus princípios gerais. A "posição" é eterna, donde, como a teoria de Plymouth, resulta logicamente na doutrina conhecida pelo nome de "segurança eterna".

II. A BASE BÍBLICA DA INTEIRA SANTIFICAÇÃO

Um estudo cuidadoso das Sagradas Escrituras é a melhor apologia da doutrina e experiência da inteira santificação. O limite de espaço exige que reduzamos a número diminuto as nossas citações de textos mais eminentes relacionados a este tema importante.

A. *A Santidade é a Norma Neotestamentária da Experiência Cristã.*

Notaremos aqui aquelas passagens que se referem à vontade de Deus, às Suas promessas e aos Seus mandamentos.

1. *É a Vontade de Deus que O Seu Povo Seja Santo. Por esta razão não vos torneis insensatos, mas procurai compreender qual a vontade do Senhor. E não vos embriagueis com vinho, no qual há dissolução, mas enchei-vos do Espírito* (Efé. 5:17-18). Refere-se isto ao dom prometido do Espírito Santo que os discípulos receberam no Pentecoste e do qual se disse que ficaram *cheios do Espírito Santo*. A conclusão é que os discípulos já tinham certa medida do Espírito antes mesmo do

Pentecoste, porém que era necessária uma limpeza para o enchimento completo do Espírito Santo. *Pois esta é a vontade de Deus, a vossa santificação* (I Tess. 4:3). Neste caso a santidade ou “santificação” está em contraste com o mau uso do corpo. A vontade de Deus é que o Seu povo seja limpo de toda a imundícia, tanto da alma como do corpo. *Nessa vontade é que temos sido santificados* (Heb. 10:10). O grande acto da expiação encontra o fim supremo na santificação do Seu povo. O sangue de Jesus Cristo não só proporciona o fundamento da nossa justificação mas também o meio da nossa santificação.

2. *Deus Prometeu Santificar o Seu Povo. Vinde, pois, e arrazoemos, diz o Senhor; ainda que os vossos pecados sejam como a escarlate, eles se tornarão brancos como a neve; ainda que sejam vermelhos como o carmesim, se tornarão como a lã* (Isa. 1:18). O escarlate é conhecido como uma das tintas para tingir com cores mais indeléveis e usa-se aqui para designar a mancha do pecado na alma. A culpa do pecado atual e a poluição do pecado original podem ser limpas apenas pelo sangue de Jesus Cristo. *Então aspergirei água pura sobre vós, e ficareis purificados; de todas as vossas imundícias e de todos os vossos ídolos vos purificarei* (Eze. 36:25). A obra do Espírito Santo representa-se aqui pelo símbolo da água como agente de limpeza. *Porque ele é como o fogo do ourives e como a potassa dos lavandeiros. Assentar-se-á, como derretedor e purificador de prata; purificará os filhos de Levi, e os refinará como ouro e como prata; eles trarão ao Senhor justas ofertas* (Mal. 3:2-3). Cristo é apresentado aqui pelos profetas como o Grande Refinador do Seu povo. São os filhos de Levi os que vão ser purificados e o fim desta limpeza é capacitá-los a fazer uma oferta justa. *Eu vos batizo com água, para arrependimento; mas aquele que vem depois de mim., vos batizará com o Espírito Santo e com fogo. A sua pá ele a tem na mão, e limpará completamente a sua*

eira; recolherá o seu trigo no celeiro, mas queimará a palha em fogo inextinguível (Mat. 3:11-12). É evidente que esta passagem mostra que o batismo com o Espírito Santo efetua uma limpeza interna e espiritual mais profunda que o batismo de João. Este é para a remissão dos pecados, enquanto aquele é para tirar o princípio do pecado. A separação não é entre o joio e o trigo, mas entre o trigo e a palha ou aquilo que por natureza se apega ao trigo. Esta palha não é o pecador, mas o princípio do pecado que se apega às almas dos regenerados e que é removido pelo batismo purificador de Cristo.

3. *Deus Manda que o Seu Povo Seja Santo.* Estes mandamentos abrangem os três termos comumente aplicados à inteira santificação—santidade, perfeição e amor perfeito. *Sede santos, porque eu sou santo* (I Ped. 1:16). Deus requer que o Seu povo seja santo e isto é ressaltado pelo preceito e pelo exemplo. A santidade evangélica é positiva e real, não meramente típica ou cerimonial. Há um aspecto relativo da santidade, mas nunca está separado do que se efetua internamente pelo Espírito. A santidade em Deus é absoluta e no homem é derivada, mas a qualidade é a mesma em Deus e no homem. *Quando atingiu Abrão a idade de noventa e nove anos, apareceu-lhe o Senhor, e disse-lhe: Eu sou o Deus Todo-poderoso: anda na minha presença, e sê perfeito* (Gên. 17:1). *Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste* (Mat. 5:48). Esta é a perfeição de amor que vem da purificação de todos os inimigos da alma que se lhe opõem. *Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força* (Marcos 12:30). O amor mencionado aqui não é meramente o amor natural humano ou amizade, mas o amor santo, criado e posto nos corações humanos pelo Espírito Santo (Rom. 5:5).

B. *A Inteira Santificação Como uma Segunda Obra da Graça.*

Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus que apresenteis os vossos corpos por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus (Rom. 12:1-2). É claro que esta exortação foi dirigida a pessoas que já eram crentes; que o apelo às misericórdias de Deus de nada valeria aos que ainda não tivessem experimentado esta graça perdoadora; que o sacrifício deveria apresentar-se santo, como santificado inicialmente pela purificação da culpa e da depravação adquirida; e que deveria ser aceitável, isto é, os que a apresentassem deveriam ser justificados. Entretanto, no segundo versículo admite-se que permaneceu no coração dos crentes a inclinação para o mundanismo ou a tendência para o pecado; que esta tendência de conformar-se com o mundo teria que ser removida por uma transformação posterior ou renovação da mente; que, por isto mesmo, provariam ou experimentariam a perfeita, boa e aceitável vontade de Deus. *Tendo, pois, ó amados, tais promessas, purifiquemo-nos de toda impureza, tanto da carne, como do espírito, aperfeiçoando a nossa santidade no temor de Deus (II Cor. 7:1).* A santidade já iniciada na regeneração deve ser consumada pela purificação de uma só vez do pecado inato. Isto leva a alma ao estado de santidade aperfeiçoada. *Por isso, pondo de parte os princípios elementares da doutrina de Cristo, deixemo-nos levar para o que é perfeito (Heb. 6:1).* O significado aqui, de acordo com o doutor Adam Clarke, é o de “ser arrastado imediatamente à experiência”.

C. *Tempos Gramaticais no Novo Testamento Grego.*

O doutor Daniel Steele, no seu livro *Milestone Papers*, tem um capítulo excelente (o quinto) sobre este assunto interessante e importante. Mostra o contraste entre o emprego do tempo presente, como “escrevo”, ou do imperfeito denotando a mesma continuidade no passado, como “escrevia”, com o tempo aoristo que no indicativo expressa ocorrência momentânea de ação em tempo passado, como “escrevi”. Em todos os demais modos o aoristo carece de tempo, o que se conhece como “singularidade de acto”. Quando, portanto, se emprega o tempo no presente, denota-se ação contínua; usado no aoristo não se faz referência ao tempo. Em português não há tempo semelhante na conjugação verbal. Uma compreensão clara disto ajudar-nos-á na interpretação de textos importantes. Damos, em seguida, alguns exemplos em forma de esquema.

1. *Santifica-os* (aoristo imperativo, uma vez por todas) *na verdade;... E a favor deles eu me santifico* (tempo presente—estou santificando ou consagrando) *a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade* (ou verdadeiramente santificados) (João 17:17, 19).

2. *Purificando-lhes* (aoristo—instantaneamente) *pela fé os corações* (Actos 15:9).

3. *Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus que apresenteis* (aoristo—acto único que não precisa de ser repetido) *os vossos corpos por sacrifício vivo* (Rom. 12:1).

4. *Mas aquele que nos confirma* (presente—que continuamente está confirmando) *convosco em Cristo, e nos ungiu* (aoristo, como um acto único definido), *é Deus, que também nos selou* (aoristo) *e nos deu* (aoristo—deu-nos como um único acto definido) *o penhor do Espírito em nossos corações* (II Cor. 1:21-22). Aqui a

confirmação é constante ou contínua, enquanto a unção, a selagem e o penhor do Espírito são actos momentâneos e completos da experiência una da inteira santificação.

5. *E os que são de Cristo Jesus crucificaram* (aoristo—acto completo, definido, único) *a carne* (a mente carnal ou o princípio do pecado), *com as suas paixões e concupiscências* (Gál. 5:24).

6. *Em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido* (aoristo), *fostes selados* (aoristo) *com o Santo Espírito da promessa* (Efé. 1:13). Neste caso tanto o crer como o selar são actos definidos e completos.

7. *O mesmo Deus da paz vos santifique* (aoristo) *em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo, sejam conservados* (I Tess. 5:23).

8. *Jesus, para santificar* (aoristo) *o povo, pelo seu próprio sangue, sofreu* (aoristo) *fora da porta* (Heb. 13:12).

9. *Se confessarmos* (tempo presente) *os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar* (aoristo) *os pecados e nos purificar* (aoristo) *de toda injustiça* (I João 1:9). Aqui tanto o perdão como a purificação são considerados como actos completos e, do ponto de vista gramatical, não há razão para se crer numa santificação gradual mais do que numa justificação gradual.

III. O SIGNIFICADO E O ESCOPO DA SANTIFICAÇÃO

O estudo analítico das palavras do Novo Testamento grego referentes à verdade da santificação constitui um dos métodos mais frutíferos de consideração do assunto. O escopo do nosso estudo não nos permite análise detalhada deste aspecto do tema, senão apenas declarar que o estudo cuidadoso da palavra grega *hagios*

(ἄγιος) santo, e os seus derivados, revela dois factos fundamentais. *Primeiro*, a ideia de santificação inclui afastamento, separação ou consagração; *segundo*, indica limpeza ou purificação do pecado. Esta última ênfase é particularmente importante no Novo Testamento. Este duplo significado, consagração e purificação, precisa de ser mantido em mente para que a norma de santidade do Novo Testamento seja corretamente compreendida. Estes dois conceitos têm base bíblica clara, de cuja autoridade não há dúvida alguma (cf. Wiley, *A Teologia Cristã*, II, pp. 304-305).

A. *Definições da Inteira Santificação.*

Creemos que a inteira santificação é aquele acto de Deus, subsequente à regeneração, pelo qual os crentes são libertados do pecado original, ou depravação, e levados a um estado de inteira devoção a Deus e à santa obediência do amor tornado perfeito. É operada pelo batismo com o Espírito Santo e compreende, numa só experiência, a purificação do coração e a permanente presença íntima do Espírito Santo dando ao crente poder para uma vida santa e para serviço. A inteira santificação é garantida pelo sangue de Jesus e realiza-se instantaneamente pela fé, precedida pela inteira consagração; e desta obra e estado de graça o Espírito Santo testifica. Seguem-se algumas definições desta experiência:

Doutor E. F. Walker—"A santificação, no sentido próprio, é uma obra da graça, efetuada instantaneamente na pessoa do crente, depois da regeneração, administrada por Jesus Cristo por meio do batismo com o Espírito Santo, purificando-o de todo o pecado e aperfeiçoando-o no amor divino".

João Wesley—"A santificação, no sentido próprio, é a libertação instantânea de todo o pecado e inclui um poder instantâneo, dado nesse momento, para permanecer sempre unido a Deus".

Doutor J. W. Goodwin—"A santificação é uma obra divina da graça, purificando o coração do crente do pecado habitante. É subsequente à regeneração, assegurada pelo sangue expiador de Cristo, efetuada pelo batismo com o Espírito Santo, condicionada à consagração completa a Deus, recebida pela fé, incluindo o revestimento instantâneo para o serviço".

Doutor D. Shelby Corlett—"Ser santificado é, nem mais nem menos, que a remoção completa do coração de tudo que é inimizado para com Deus e que não é nem pode ser sujeito à Sua lei; e isto capacita a vida para ser completamente dedicada a Deus. Não importa quão perfeita seja a consagração, nenhum cristão é verdadeiramente santificado por Cristo antes de ter o coração purificado pelo Seu sangue. Esta é uma experiência definida, uma poderosa obra da graça, efetuada por Deus em resposta à fé que existe no cristão consagrado em Cristo o Santificador. A experiência marca uma segunda crise definida na vida espiritual, é a perfeição de uma relação espiritual com Deus, a purificação de todo o pecado no momento em que o Pai opera dentro de nós a consagração que Ele deseja. A consagração a Deus—santificação—inclui também a plenitude consciente do Espírito Santo a habitar dentro de nós como o poder do nosso amor, capacitando-nos a viver em comunhão com Cristo e em plena obediência a Ele, dando-nos gloriosa vitória nos muitos conflitos da vida. A santidade como consagração a Deus inclui a subordinação de todos os demais fins a um só—a aceitação alegre e a execução feliz da vontade de Deus" (D. Shelby Corlett, *A Santidade—o Propósito Central da Redenção*, pp. 22-23).

B. *A Justificação e a Santificação.*

A natureza da santificação é revelada por uma série de contrastes entre ela e a justificação. Seguem-se algumas destas distinções:

1. A justificação, num sentido amplo, refere-se à obra total de Cristo efetuada “por nós”; a santificação é a obra total efetuada “em nós” pelo Espírito Santo.

2. A justificação é um acto judicial na mente de Deus; a santificação, uma transformação espiritual realizada nos corações humanos.

3. A justificação é uma transformação relativa, isto é, uma mudança de relação do estado da condenação para o estado de favor, a santificação é uma mudança interna do pecado para a santidade.

4. A justificação dá-nos a remissão dos pecados atuais; a santificação, no seu sentido completo, limpa do coração o pecado original ou a depravação herdada.

5. A justificação remove a culpabilidade do pecado, a santificação destroi-lhe o poder.

6. A justificação torna possível a adoção na família de Deus; a santificação restaura a imagem de Deus.

7. A justificação dá-nos o direito de entrada no céu; a santificação torna-nos aptos para o céu.

8. A justificação logicamente precede a santificação que, no seu estado inicial, lhe é concomitante.

9. A justificação é um acto completo e instantâneo e, por conseguinte, não se realiza aos poucos ou gradativamente; a santificação é marcada por progresso, no sentido de que a santificação parcial ou inicial ocorre no tempo da justificação e a inteira santificação vem depois. Tanto a santificação inicial como a inteira, contudo, são actos instantâneos no nosso coração pelo Espírito Santo.

C. *A Existência do Pecado no Indivíduo Regenerado.*

Tem sido doutrina uniforme na Igreja que o pecado original continua existindo durante a nova vida do regenerado, pelo menos até que seja erradicado pelo batismo com o Espírito Santo. Tal como se declara nos

“Trinta e Nove Artigos”: “Esta infecção da natureza permanece nos que são regenerados”. João Wesley apresentou a sua opinião sobre o assunto num sermão intitulado “O Pecado nos Crentes”. Diz em parte: “Por pecado entendo aqui o pecado interior; qualquer temperamento, paixão ou afeto pecaminoso, tal como o orgulho, a vontade do *eu*, o amor do mundo, em qualquer espécie ou grau; tais como a concupiscência, a ira, o ressentimento, qualquer disposição contrária à mente de Cristo... É o homem justificado ou regenerado liberto de todo o pecado tão logo é justificado? Não foi então libertado de todo o pecado de maneira que não há pecado no seu coração? Não posso afirmar tal coisa; não posso crê-lo; porque Paulo afirma o contrário. Fala aos crentes em geral quando diz: “*A carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si* (Gál. 5:17). Nada há mais expressivo do que isto. O apóstolo aqui afirma diretamente que a carne, a natureza decaída, se opõe ao Espírito, mesmo nos crentes; que até nos regenerados há dois princípios contrários um ao outro” (Wesley, “O Pecado nos Crentes”). “As Escrituras afirmam que permanece no homem, depois da conversão, o que se chama a *carne, carnalidade, ira*—predisposição herdada—chamada por alguns *tendência para o mal*, que, porém, é algo mais; o apóstolo chama-o *o corpo do pecado*” (Doutor P. F. Bresee, *Sermões*, 46). A condição do regenerado anterior à inteira santificação é, num sentido modificado, um estado de confusão. Há no coração do crente tanto a graça como o pecado inato, mas não há, nem pode haver, mistura nem fusão destes elementos antagônicos. Existem no coração sem mistura ou composição. De outra maneira teríamos santidade adulterada.

D. *A Inteira Santificação é Subsequente à Regeneração.*

A regeneração, considerada em si mesma, é uma obra perfeita. É a comunicação de vida divina e, como

operação do Espírito, é completa em si mesma. Mas a regeneração é só uma parte da graça alcançada na Nova Aliança. Só neste sentido é que se pode dizer que é incompleta. A regeneração é também o princípio da santificação, mas apenas no sentido de que a vida conferida no novo nascimento é uma vida santa. Mas não devemos inferir disto que a mera expansão desta nova vida pelo simples crescimento fará que a alma atinja a inteira santificação. Esta é um acto de purificação e, a não ser que o pecado inerente seja removido, não pode haver plenitude de vida, nem perfeição de amor. Em sentido estrito a regeneração não é purificação. A santificação inicial acompanha a regeneração, mas esta é a comunicação de vida, ao passo que aquela é a extinção da culpa e da depravação adquirida. É verdade que uma vida de amor moral é comum a ambos os estados mas as duas obras são separadas e distintas e, conseqüentemente, a inteira santificação é algo mais do que o toque final na regeneração.

1. Porque não é a redenção compreendida numa só obra de graça? Porque há necessidade de duas obras distintas? É-nos impossível dizer o por que Deus faz certas coisas ou por que não as faz. A Sua palavra, contudo, revela claramente que Ele não justifica e santifica inteiramente por uma única obra de graça. Sem dúvida o pecador não percebe a sua necessidade da santificação. A sua culpa e condenação ocupam-lhe de início a atenção e só mais tarde percebe essa necessidade de purificação posterior. A justificação e a santificação tratam de fases diferentes do pecado; aquela com os pecados cometidos, ou o pecado como acto; esta com o pecado herdado, ou o pecado como princípio ou natureza. Parece impossível descobrir plenamente a condição última sem ter experimentado a anterior. Ademais, estas obras do Espírito são, num sentido, diametralmente opostas: uma a comunicação de vida, a outra uma crucificação ou morte. Finalmente, a experiência da

inteira santificação obtém-se pela fé, que só pode ser exercitada depois de cumpridas certas condições, inclusive a consagração total. Tais condições não as podem cumprir a pessoa que não tenha sido antes regenerada.

2. Quanto tempo deve transcorrer entre a regeneração e a inteira santificação? Isto depende exclusivamente da experiência do indivíduo. Lutero Lee diz: "Esta obra progressiva pode acelerar-se e consumir-se em qualquer momento, quando a inteligência compreende claramente os defeitos do estado presente e se exercita a fé a compreender o poder e a vontade de Deus de santificar-nos inteiramente, e de fazê-lo hoje mesmo" (Lee, *Rudimentos da Teologia*, p. 214).

E. *Os Meios e Agências Divinamente Apontados na Santificação.*

Podemos apreciar adequadamente a natureza da inteira santificação só quando levamos em conta os meios e as agências que Deus emprega para estampar de novo a Sua imagem nos corações dos homens.

1. A causa originadora é o amor de Deus. *Nisto consiste o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou, e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados* (I João 4:10).

2. A causa meritória ou adquiridora é o sangue de Jesus Cristo. *Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado* (I João 1:7).

3. A causa eficiente ou agência é o Espírito Santo. *Somos salvos mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo* (Tito 3:5); diz-se que somos eleitos *em santificação do Espírito* (I Ped. 1:2); e somos escolhidos para a salvação *pela santificação do Espírito e fé na verdade* (II Tess. 2:13).

4. A causa instrumental é a verdade. *Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade* (João 17:17). O Espírito Santo é o Espírito da verdade e opera através da instrumentalidade da verdade. Donde Pedro afirma: *tendo purificado as vossas almas, pela vossa obediência à verdade* (I Ped. 1:22); e João declara que *aquele... que guarda a sua palavra, nele verdadeiramente tem sido aperfeiçoado o amor de Deus. Nisto sabemos que estamos nele* (I João 2:5).

5. A causa condicional é a fé. *E não estabeleceu distinção alguma entre nós e eles, purificando-lhes pela fé os corações* (Actos 15:9); *a fim de que recebam eles remissão de pecados e herança entre os que são santificados pela fé em mim* (Actos 26:18). Quando, portanto, falamos de santificação como algo efetuado pelo Pai, ou pelo Filho, ou pelo Espírito Santo, quer falemos dela como sendo pelo sangue, através da verdade ou pela fé, referimo-nos meramente às diferentes causas que entram nesta gloriosa experiência.

F. *A Santificação Gradativa ou Progressiva.*

A palavra progressiva, da maneira como usada em ligação com a santificação, deve ser claramente definida. Significa simplesmente o aspecto temporal da obra da graça no coração, realizando-se por estágios sucessivos. Cada um destes estágios ou passos está marcado por uma aproximação gradativa e por uma consumação instantânea. Todos os estados juntos marcam o alcance completo da graça santificadora. Já mencionamos a santificação "inicial" que se realiza simultaneamente com a regeneração e a justificação. Nesta purificação inicial são removidas do pecador a culpa e a depravação adquirida. Uma vez que a experiência que tira a poluição e santifica se chama propriamente "santificação", esta primeira purificação chama-se santificação "parcial". Não se refere à purificação do pecado original ou da depravação herdada. Não somente isto, mas também

há uma obra preparatória ou gradual efetuada pelo Espírito Santo antes da inteira santificação. Esta consiste em tristeza santa pelo pecado interior, em renúncia do pecado herdado e em aversão à mente carnal. Isto nunca se dá sem o poder convincente e iluminador do Espírito Santo. Quando um Filho de Deus, por meio do Espírito, renuncia plenamente ao pecado inato e confia no sangue da purificação, neste mesmo instante, pela simples fé em Cristo, pode ser inteiramente santificado. João Wesley descreve esta preparação gradual para a crise da inteira santificação com as seguintes palavras: “Um homem pode estar moribundo durante algum tempo; porém, não está morto, propriamente falando, até o instante em que a alma se separa do corpo; e nesse instante passa para a eternidade. Da mesma maneira, alguém pode estar morrendo para o pecado durante algum tempo; porém, não está morto ao pecado até o momento em que este se separa da alma, e neste instante passa a usufruir uma vida plena de amor” (Wesley, *Factos Claros Sobre a Perfeição Cristã*, p. 51). As Escrituras Sagradas confirmam claramente a ideia da preparação gradual e da consumação instantânea da inteira santificação. Paulo diz: *Foi crucificado com ele o nosso antigo homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado* (Rom. 6:6). A crucificação como um meio da morte tende para a morte e nela tem o seu objetivo. O “homem antigo” deve estar na cruz até que morra; e quando o pecado expira, nesse momento a alma é inteiramente santificada e vive a vida plena do amor perfeito.

Há ainda um terceiro aspecto em que a santificação é progressiva. Embora a inteira santificação seja um acto instantaneamente completo e definido, é também processo contínuo. Com isto queremos dizer que somos limpos de todo o pecado somente quando, pela fé, somos trazidos à relação correta com o sangue expiador de

Jesus Cristo; e apenas enquanto houver relação contínua com o sangue expiador pela fé é que haverá purificação contínua, no sentido de preservação no estado de pureza e de santidade. Foi com este pensamento na mente que o doutor Adam Clarke afirmou: “Requer-se o mesmo mérito e energia para preservar a santidade na alma de um homem como para produzi-la”. Tanto o aspecto instantâneo como o contínuo da santificação são apresentados pelo Apóstolo João como se segue: *Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado* (I João 1:7). Aqui há um acto definido e instantâneo pelo qual a alma é purificada de todo o pecado e uma santificação progressiva pela qual os que andam na luz são recipientes dos méritos contínuos do sangue expiador. As mesmas verdades são ensinadas em I Pedro 1:2, *eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersion do sangue de Jesus Cristo*. Aqui fica bem claro que a salvação é através da santificação do Espírito; que a santificação como um acto instantâneo limpa de todo o pecado e leva o crente à obediência, interna e externamente; e que, vivendo nessa obediência, o eleito pode viver constantemente sob a aspersion do sangue expiador e santificador. É importante recordar que só somos purificados pelo sangue redentor quando estamos em relação correta para com Jesus Cristo e que somos continuamente purificados, ou mantidos limpos, somente enquanto se mantiver esta relação apropriada. Somos santificados por Cristo, não separados d’Ele, mas n’Ele e com Ele; não só pelo sangue da purificação, mas sob a aspersion desse mesmo sangue. A fé é o elo vital de união com Cristo; e os puros de coração vivem n’Ele apenas por uma fé contínua. Se esta ligação deixa de existir, a vida espiritual cessa imediatamente.

QUESTIONÁRIO

1. Mostre a ênfase especial de cada um dos termos usados comumente com respeito à experiência da inteira santificação.
2. Condense por palavras suas as doutrinas seguidas por católicos romanos e calvinistas quanto à santificação.
3. Qual é a teoria wesleyana e arminiana da santificação?
4. Explique as teorias de Oberlin e Keswick a respeito da santificação.
5. Resuma os grupos de passagens do Novo Testamento que revelam a santidade como a vontade, a promessa e o mandamento de Deus.
6. Demonstre com citações bíblicas que a inteira santificação é uma segunda obra da graça.
7. Estude cuidadosamente a seção "Tempos Gramaticais do Novo Testamento Grego" e, depois, dê um resumo, por palavras suas, da importância do estudo.
8. Quais são os cinco pontos mais importantes de contraste entre a justificação e a santificação? Mostre as razões.
9. Como se relaciona a inteira santificação com a regeneração?
10. Quais são as cinco agências ou "causas" gerais empregadas por Deus na santificação?
11. Em que respeito se pode considerar com justiça a santificação como progressiva? Em que sentido é instantânea?

CAPÍTULO XVIII

A INTEIRA SANTIFICAÇÃO OU A PERFEIÇÃO CRISTÃ (CONTINUAÇÃO)

“Chamamos perfeitas àquelas coisas que de nada carecem para o alcance do fim para que foram instituídas. Por isto mesmo, pode-se dizer que o homem que corresponde ao fim para que foi criado é perfeito; e como Deus exige que todo o ser humano O ame com todo o coração, alma e inteligência e com toda a força e ao próximo como a si mesmo, aquele que assim procede é perfeito—cumpre o fim para o qual Deus o fez.”

—Dr. Adam Clarke.

“Que é perfeição cristã? Amar a Deus de todo o nosso coração, mente, alma e força. Isto quer dizer que na alma não permanece qualquer disposição má, coisa alguma contrária ao amor; e que todos os pensamentos, palavras e ações estão governados por amor puro.”

—João Wesley.

No capítulo que acabamos de estudar, consideramos a doutrina da inteira santificação quanto (1) à sua base histórica; (2) ao seu fundamento bíblico; (3) ao seu significado e alcance; e (4) à sua natureza como obra completa e progressiva. Neste capítulo concluiremos a nossa análise desta grande verdade e trataremos com mais ou menos extensão a expressão correlativa “perfeição cristã”.

I. A INTEIRA SANTIFICAÇÃO

A. *A Inteira Santificação Como Purificação do Pecado.*

Como vimos, a inteira santificação é o designativo aplicado à plenitude da redenção ou à purificação do coração de todo o pecado. O verbo “santificar” deriva do latim “sanctus” (santo) e “facere” (fazer). Quando se usa no modo imperativo significa literalmente “tornar santo”. No grego temos o mesmo significado do verbo “hagiázdo”, que se forma de “hágios” (santo), com o sentido de “tornar santo”. O primeiro elemento básico, pois, na inteira santificação é a purificação do coração do crente da depravação herdada, inata.

O pecado original deve ser considerado em duplo aspecto. É o pecado comum que mancha a raça humana, de um modo geral, e é uma parte desta herança geral individualizada nas pessoas que formam esta mesma humanidade. No primeiro caso, ou seja o pecado no sentido genérico, não se extingue senão na consumação dos tempos quando todas as coisas serão restauradas. Até este tempo algo da pena permanece sem remoção, da mesma forma que fica algo da possibilidade da tentação ou da susceptibilidade ao pecado, essencial ao estado de provação. Mas no segundo sentido a mente carnal, ou o pecado que habita no íntimo da alma—o princípio no homem que tem afinidade atual com a transgressão—fica abolido pela purificação do Espírito de santidade e a alma se mantém pura pela Sua presença permanente.

O alcance da purificação, de acordo com as Escrituras, inclui a remoção completa de todo o pecado. O pecado deve ser purificado completamente, purgado, extirpado, desarraigado e crucificado; não reprimido, suprimido, oposto ou anulado, no sentido em que estes termos são usados. Deve ser destruído; e qualquer teoria que admita um lugar para o pecado inato, não importa quais as provisões tomadas para a sua regulamentação, carece de fundo bíblico. Um estudo dos termos gregos usados nestes casos esclarecerá bem o assunto.

1. Um dos termos mais comuns é *katharidzo*, que significa “tornar limpo” ou limpar em geral, tanto interna como externamente; consagrar por meio da purificação; ou libertar do contaminação do pecado. “É a mesma palavra de que derivamos *catártico*. Literalmente quer dizer purgar, purificar, remover a imundícia e eliminar tudo aquilo que é estranho. Não é nada mais, nem menos que a limpeza presente da natureza do homem do “vírus” da disposição de pecar” (Doutor H. V. Miller, *Quando Ele Vier*). Alguns dos textos mais importantes nos quais se usa esta palavra são os seguin-

tes: *E não estabeleceu distinção alguma entre nós e eles, purificando-lhes pela fé os corações* (Actos 15:9). *Tendo, pois, ó amados, tais promessas, purifiquemo-nos de toda impureza, tanto da carne, como do espírito, aperfeiçoando a nossa santidade no temor de Deus* (II Cor. 7:1). *O qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade, e purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras* (Tito 2:14). *Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado* (I João 1:7).

2. Outro termo importante é *katargeo*, que significa anular, abolir, dar fim, fazer cessar. *Para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado* (Rom. 6:6).

3. Um termo forte é *akrizoo*, que significa desenraizar, arrancar pela raiz e, portanto, desarraigar. A palavra “desarraigar” aparece no texto original, embora não seja usada em algumas versões vernáculas. É encontrada na expressão do nosso Senhor Jesus Cristo aos discípulos: *Toda planta que meu Pai celestial não plantou, será arrancada* (Mat. 15:13). Isto é explicado por João no sentido de que o nosso Senhor veio *para destruir as obras do diabo* (I João 3:8); (cf. Mat. 13:29; Lucas 17:6; Judas 12).

4. Mas talvez o mais incisivo dos termos usados em ligação com este assunto seja *stauroo*, que, de acordo com Thayer, significa “crucificar a carne, destruir-lhe o poder completamente (a natureza da figura implica que uma dor intensa acompanha a destruição)”. É usado em Gálatas 5:24—*E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne, com as suas paixões e concupiscências*.

5. Estreitamente relacionada com o termo anterior encontra-se a palavra *thanatoo*, que significa subjugar, mortificar, matar, destruir, extinguir. *Assim, meus irmãos, também vós morrestes relativamente à lei, por*

meio do corpo de Cristo (Rom. 7:4); *Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; mas, se pelo Espírito mortificardes os feitos do corpo, certamente vivereis* (Rom. 8:13). Um estudo cuidadoso destes termos convencerá a todo o estudante sincero de que as Sagradas Escrituras ensinam a limpeza completa do coração do pecado inato—a destruição total da mente carnal. “A santificação vai além de mera contradição aos hábitos maus ou à conduta pecaminosa. Atinge não somente os nossos costumes e os nossos ideais, mas penetra no fundamento mais íntimo dos maus afetos. Exige a morte de toda afeição pecaminosa, de todo sentimento interno mau e pede a absorção da nossa vontade pela divina. Esta é uma gloriosa exigência mas muito custosa e, portanto, não muito popular. A santificação pede a morte não somente dos actos pecaminosos mas até dos desejos pecaminosos, dos apetites maus e dos afetos impuros. Chega até ao centro do carácter humano para destruir a carnalidade” (Doutor R. T. Williams, *A Santificação*, pp. 30, 31).

B. *A Inteira Santificação como Consagração Positiva a Deus.*

A obra da santificação inclui não somente separação do pecado, mas dedicação a Deus. Esta consagração positiva, entretanto, é algo mais do que a consagração humana da alma a Deus. Representa também a aceitação da oferta pelo Espírito Santo e, portanto, uma capacitação divina. É uma posse divina e a fonte e energia desta consagração espiritual é o amor santo. O Espírito de Deus é capaz, como santificador, não só de encher a alma com amor mas de despertar o amor que corresponde. Por isto Paulo declara que *o amor de Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado* (Rom. 5:5); enquanto Pedro, tratando do mesmo assunto em perspectiva oposta, diz: *Tendo purificado as vossas almas, pela vossa obediência*

à verdade, tendo em vista o amor fraternal não fingido, amai-vos de coração uns aos outros ardentemente (I Ped. 1:22). O primeiro exprime a outorga positiva do amor divino—concedido pelo Espírito Santo, portanto, amor santo; o segundo é a espécie de purificação que tira do coração tudo o que é contrário ao fluxo do amor perfeito. Considerada do ponto de vista negativo, a inteira santificação é a purificação de todo o pecado, ao passo que do lado positivo é a plenitude do amor divino.

A santidade consiste na unidade profunda e básica da pureza e do amor perfeito. A santidade no homem é o mesmo que a santidade em Deus quanto à qualidade, com apenas esta diferença: aquela é derivada, esta é absoluta. Tal unidade de pureza e de amor expressa-se melhor nas palavras do apóstolo respeitantes a Jesus: *Amaste a justiça e odiaste a iniquidade* (Heb. 1:9). A pureza e o amor combinam-se numa natureza básica no profundo da personalidade do homem. Encontra expressão não tanto numa virtude particular, ou na combinação de virtudes, mas na fuga da alma pura ao pecado e no amor pela retidão.

“A santidade é o reajuste da nossa natureza total, em que ficam subjogados os apetites e propensões inferiores e são restauradas à sua supremacia as faculdades intelectuais e morais superiores; e Cristo reina na alma completamente renovada”. Encontra-se aqui a verdadeira integração da personalidade!

C. *Os Elementos Divino e Humano na Inteira Santificação.*

Caracterizamos a inteira santificação negativamente no sentido de que é purificação do pecado, e positivamente como consagração plena a Deus. Notamos também que a santidade abrange ambas no próprio centro da personalidade humana e encontra expressão no ódio espontâneo e inerente à iniquidade, bem como no amor pela justiça. Isto, quando considerada a inteira santifi-

cação pelo lado humano. Como a caracterizaremos, considerada pelo lado divino, isto é, como operação divina? É o dom ou o batismo do Espírito Santo. “Este dom purifica o coração. Isto significa a destruição do corpo do pecado, a remoção da mente carnal. Significa mais ainda: é algo que ultrapassa a limpeza da casa. A casa limpa-se, purifica-se, antes de receber o Hóspede. É purificada para que Ele habite nela... Nem mesmo a capacitação celestial—separada da personalidade habitante—confere ao homem poder, seja para a vida cristã, seja para o serviço. Tornar o homem sem culpa e puro—para o qual Deus fez provisão—não é suficiente. Se ficasse assim, seria presa fácil do diabo e do mundo e completamente incapaz de fazer a obra de trazer homens e mulheres a Deus. Permanecemos firmes pela fé, que é a lealdade de coração a Deus, um desejo intenso, o contínuo olhar para o Seu rosto; mas isto não seria suficiente, que Deus somente conceda a tal coração a presença divina, enchendo-o de Si mesmo. Guarda-o. Atua nele e através dele. Torna-o templo e base das Suas operações. A Bíblia insiste em que devemos ter santidade de coração, mas não podemos confiar num coração santo; apenas podemos confiar naquele que mora dentro de tal coração” (Doutor P. F. Bresee, *Sermões*, pp. 7, 8, 27). A inteira santificação abrange tanto a limpeza do coração do pecado como a presença permanente do Espírito Santo capacitando o crente para a vida e para o serviço. Aqui a experiência da inteira santificação é distinta da justificação e da regeneração que a precede; e, de igual sorte, preservada da teoria errônea da terceira bênção que considera a inteira santificação apenas como limpeza do coração do pecado, seguida pelo batismo com o Espírito Santo como obra adicional de poder. O batismo com o Espírito Santo é, portanto, “o batismo com Deus. É o queimar da palha, mas é também a revelação em nós e a manifestação para nós da personalidade divina enchendo todo o nosso ser”.

II. A PERFEIÇÃO CRISTÃ

No sentido crítico, a perfeição cristã representa o aspecto mais positivo da experiência una, conhecida teologicamente como a inteira santificação ou perfeição cristã. A inteira santificação, como designativo, aplica-se ao lado da purificação do pecado ou ao facto de tornar santo; enquanto a perfeição cristã ressalta a norma do privilégio garantido ao crente pela obra expiatória de Jesus Cristo.

A. *Conceitos Errôneos com Respeito à Perfeição Cristã.*

Há numerosos conceitos errôneos respeitantes à perfeição cristã que devem ser desfeitos antes de se receber entendimento correto e próprio sobre esta obra do Espírito Santo. A expressão parece implicar uma norma de excelência que os que estão corretamente informados jamais postulam. Se se compreende corretamente, não pode haver objeção, nem contra a doutrina nem contra a experiência.

1. A perfeição cristã não é perfeição *absoluta*. Esta pertence somente a Deus. Neste sentido, *bom só existe um* (Mat. 19:17). Toda e qualquer outra bondade é derivada. Assim, só Deus é perfeito; mas as Suas criaturas podem também ser perfeitas no sentido relativo, de acordo com a sua natureza e a sua qualidade.

2. Não é a perfeição *angélica*. Os santos anjos são seres que jamais caíram e, portanto, retêm as suas faculdades nativas tais como receberam. Não cometem erros, como acontece ao homem no seu estado atual de debilidade e fraqueza. Têm uma perfeição impossível de ser alcançada pela humanidade.

3. Não é a perfeição *adâmica*. O homem foi feito um pouco menor do que os anjos e, sem dúvida, no seu estado original possuía uma perfeição desconhecida ao

homem na sua presente condição de existência no mundo.

4. Não é perfeição de *conhecimento*. Não só foi pervertida a vontade do homem e alienados os seus afetos na queda, mas até o seu intelecto ficou obscurecido. Por isso, deste entendimento defeituoso emanam opiniões errôneas com respeito a muitos assuntos, levando, por sua vez, a falsos juízos e a inclinações erradas dos afetos.

5. Não é imunidade da tentação ou da susceptibilidade ao pecado. Estas são essenciais a um estado de provação. O nosso Senhor Jesus Cristo foi tentado da mesma forma em que nós somos e, todavia, não cometeu pecado.

B. *Implicações da Doutrina da Perfeição Cristã.*

1. Esta perfeição é *evangélica* em oposição à perfeição legal. *Pois a lei nunca aperfeiçoou cousa alguma e, por outro lado, se introduz esperança superior, pela qual nos chegamos a Deus* (Heb. 7:19). A perfeição cristã é da graça, no sentido de que Jesus Cristo traz ao Seu povo a perfeição sob o regime presente. A expressão "perfeição sem pecado" nunca foi usada por Wesley dada a sua ambiguidade. Os que são justificados são salvos dos pecados; os que são santificados inteiramente são purificados de todo o pecado; mas os que são desta maneira justificados e santificados formam ainda parte de uma raça que se encontra sob a maldição do pecado original e sofrerão a consequência do mesmo até o fim desta dispensação. O termo perfeição, contudo, é próprio, pois pela graça do nosso Senhor Jesus Cristo o pecado é apagado da alma e o amor perfeito de Deus é vazado copiosamente no coração pelo Espírito Santo.

2. Perfeição cristã é uma expressão *relativa*. É uma perfeição que, quando considerada em relação à perfeição absoluta de Deus, nunca pode ser alcançada, nem

nesta nem na vida futura; mas quando considerada com respeito ao regime presente, marca uma finalidade no sentido de que significa libertação da natureza espiritual da poluição do pecado. É verdade que este espírito remido e perfeito habita num corpo que pertence à raça pecadora, mas pode ser elevado da obscuridade para a luz enquanto o corpo permanece nas mesmas condições em que se encontrava antes do seu espírito ser redimido. Consequentemente, está ainda eivado de fraquezas no sentido de que a alma permanece sob a influência das coisas materiais e ficará assim até que a criatura seja revestida da incorrupção e da imortalidade.

3. A perfeição cristã é probatória. É um estado que se encontra sempre sob a lei ética e, por isso, deve ser constantemente vigiado e mantido pela graça divina. Enquanto vivemos nesta terra, não importa quão profunda seja a nossa consagração ou quão fervorosa a vida religiosa, há fontes de perigo dentro de nós. Na nossa natureza, como elementos essenciais dela, temos os apetites, os afetos e as paixões sem as quais não estaríamos em condições de conservar o atual estado de existência. São inocentes em si mesmos, devendo estar sempre sob o domínio da razão, da consciência e da graça divina. O perigo e o mal estão na perversão, para fins maus, das faculdades que Deus nos deu. Arguir que a perfeição cristã destrói ou desarraiga elementos essenciais da natureza humana, ou crer que um homem ou uma mulher não podem gozar da perfeição do espírito enquanto permanecerem estes elementos humanos, é deixar de compreender completamente a natureza desta experiência. O que a perfeição cristã faz é proporcionar graça para regular estas tendências, afetos e paixões, e sujeitá-los às leis mais elevadas da natureza humana.

4. A perfeição cristã é *mediada*. Não é um triunfo de esforço humano, mas uma obra operada no coração pelo

Espírito Santo em resposta à fé simples no sangue de Jesus. Somos guardados pela Sua intercessão permanente. *Não peço que os tires do mundo; e, sim, que os guardes do mal* (João 17:15).

C. O Conceito Fundamental da Perfeição Cristã.

A plenitude do privilégio do crente em Cristo reflete-se na norma do Novo Testamento de amor como o cumprimento da lei (Mat. 22:40; Gál. 5:14). *Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor. Nas suas mentes imprimirei as minhas leis, também sobre os seus corações as inscreverei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo* (Heb. 8:10). *Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei nos seus corações as minhas leis, e sobre as suas mentes as inscreverei. Acrescenta: Também de nenhum modo me lembrarei dos seus pecados e das suas iniquidades, para sempre. Ora, onde há remissão destes, já não há oferta pelo pecado* (Heb. 10:16-18). O ponto que deve ser ressaltado nestas passagens é o de que a vida plena de amor, tornado perfeito no coração pela ação do Espírito Santo, constitui a própria essência do Novo Pacto de Deus para com o Seu povo. O amor puro reina supremo, não obstruído pelos antagonismos do pecado. O amor é a base de toda a atividade. O crente, tendo entrado na plenitude da nova aliança, faz pela própria natureza as coisas contidas na lei, donde se conclui que a lei lhe está escrita no coração. *Nisto é em nós aperfeiçoado o amor, para que no dia do juízo mantenhamos confiança; pois, segundo ele é, também nós somos neste mundo. No amor não existe medo; antes, o perfeito amor lança fora o medo. Ora, o medo produz tormento; logo, aquele que teme não é aperfeiçoado no amor* (I João 4:17-18).

Paulo desenvolve a ideia da perfeição cristã em conexão com o alcance da maturidade espiritual (Heb. 5:12-14; 6:1). Em contraste com a condição de infância

espiritual (Gál. 4:1-2), o adulto cristão ou o “perfeito” submeteu-se ao batismo com o Espírito Santo (Mat. 3:11-12; Actos 1:5) que lhe purifica o coração de todo o pecado existente (Actos 15:9) e o enche com o amor divino (Rom. 5:5). Naquele instante vive a vida plena de amor. Nele o amor torna-se perfeito e se realizam as condições do novo pacto. A lei de Deus está-lhe escrita no coração.

Concluimos que as Sagradas Escrituras ensinam claramente que a perfeição cristã pode ser obtida nesta vida; que esta perfeição consiste apenas numa vida de amor perfeito ou em amar a Deus com todo o coração, com toda a alma, com toda a mente e com todas as forças; que esta perfeição de amor não tem referência ao grau ou quantidade, mas à pureza ou qualidade; que este estado de amor perfeito é consequência da purificação do coração de todo o pecado, de maneira que o amor permanece sendo único e supremo; que esta purificação se recebe instantaneamente pelo batismo com o Espírito Santo; e que o estado resultante de amor perfeito é considerado como a maturidade na graça, dado que o crente entra na plenitude do privilégio sob o novo pacto.

D. *Distinções Importantes Sobre a Perfeição Cristã.*

É necessário notar algumas distinções importantes com respeito à perfeição cristã, a fim de preservar a doutrina de objeções errôneas que algumas vezes se dirigem contra ela.

1. Deve distinguir-se cuidadosamente entre a pureza e a maturidade. A pureza é o resultado da purificação da contaminação do pecado; a maturidade é o resultado do crescimento na graça. A pureza é operada num acto instantâneo. A maturidade é gradativa e progressiva, sempre indefinida e relativa. Quando, portanto, falamos do amor perfeito, fazemos referência somente à sua qualidade como algo que não se mistura com o pecado, nunca ao seu grau ou quantidade. O doutor J. B.

Chapman faz o seguinte comentário em torno desta distinção essencial: “Pureza e maturidade. Estas duas palavras são parecidas no som (em inglês são “purity” e “maturity”, n.t.), mas muito diferentes no significado. A pureza pode ser encontrada nos primeiros instantes após a alma alcançar o perdão e a paz com Deus. Mas a maturidade exige tempo, crescimento, prova e desenvolvimento. O cristão puro pode muito bem ser débil porque não se dá ênfase ao tamanho ou à força, mas só à ausência do mal e à presença do bem elementar. A pureza obtém-se como uma crise, a maturidade vem por um processo. Alguém pode-se tornar puro num abrir e fechar de olhos; é de duvidar-se que alguém neste mundo consiga tornar-se realmente maduro. O crescimento continua por toda a vida e, pelo que sabemos, poderá continuar por toda a eternidade... mais fé, mais esperança, mais amor e mais paciência fazem-nos pensar que em algum tempo indefinido não teremos qualquer dos opostos a estas qualidades. Mas o crescimento não é um processo de purificação. Crescimento é adição, purificação é subtração; e ainda que alguém possa aproximar-se da santidade por um processo tão gradativo, deve haver um último momento em que o pecado existe e um primeiro instante em que desaparece de todo, e isto significa que, na realidade, a santificação deve ser instantânea. Neste ou noutro dado momento, todo o cristão é livre do pecado ou não é livre dele. Não pode haver qualquer sentido em que o homem chega a ser santo e ao mesmo tempo continua contaminado” (J. B. Chapman, *A Santidade Como Centro da Experiência Cristã*, pp. 23, 24).

2. Deve fazer-se distinção entre fraquezas e pecados. O pecado, no sentido em que se usa aqui, é a transgressão voluntária de uma lei conhecida. As fraquezas são transgressões involuntárias da lei divina, conhecida ou desconhecida, resultado da ignorância ou debilidade da parte do homem decaído. São inseparáveis da morta-

lidade. O amor perfeito não traz perfeição de conhecimento, donde é compatível com os juízos errôneos e os actos errados. As fraquezas trazem humilhação e dor mas não culpa e condenação. Ambos, contudo, necessitam do sangue da aspersão. Sob os ritos levíticos da purificação, os erros e as fraquezas só eram removidos pela aspersão de sangue (Heb. 9:7); enquanto o pecado sempre exigia uma oferta especial. É por esta razão que mantemos que não só há um acto definido de purificação do pecado mas também uma contínua aspersão do sangue pelas nossas transgressões involuntárias. As Escrituras levam em consideração esta distinção entre pecados e fraquezas. Judas diz: *Ora, aquele que é poderoso para vos guardar de tropeços (sem pecado) e para vos apresentar com exultação, imaculados (sem mancha ou sem culpa) diante da sua glória* (Judas 24). Nesta vida podemos ser guardados do pecado, mas apenas no estado glorificado seremos apresentados irrepreensíveis.

3. A tentação é compatível com o mais elevado grau de perfeição evangélica. Jesus foi santo, sem mancha, sem contaminação e separado de pecadores, mas foi tentado de todas as maneiras como nós somos, embora sem pecar. A tentação parece estar incluída na ideia de provação. Nenhuma tentação, nem sugestão para o mal se transforma em pecado enquanto não for aceita ou acolhida pela mente. Enquanto a alma mantiver a sua integridade, permanece sem contaminação, não importa quão severa ou grave seja a tentação.

Muitas vezes formula-se a questão quanto à diferença entre as tentações dos que são inteiramente santificados e dos que não o são. A diferença está nisto: nos não inteiramente santificados a tentação suscita a corrupção natural do coração que já é inclinado para o pecado, enquanto que nos inteiramente santificados a tentação vem somente de fora e o tentador não encontra aliado servil dentro do coração. Isto não quer dizer que o

cristão inteiramente santificado não possa ceder à tentação e ao pecado. Ainda é humano e está num período de provação. O caminho real de Satanás para o coração do homem sempre tem sido através dos desejos naturais e dos apetites humanos. Ele busca perverter estes para conseguir meios ilegítimos. A libertação do pecado inerente serve para fortalecer os baluartes da alma na hora da tentação e é um requisito indispensável para a vida de vitória constante sobre o pecado e Satanás. *Bem-aventurado o homem que suporta com perseverança a provação; porque, depois de ter sido aprovado, receberá a coroa da vida, a qual o Senhor prometeu aos que o amam* (Tiago 1:12; Heb. 12:11).

E. *A Perfeição Cristã—Experiência Atual.*

A perfeição cristã, tal como vimos, não é nada mais nada menos do que um coração esvaziado de todo o pecado e ocupado inteiramente pelo amor puro para com Deus e para com o homem. Como tal, é um estado que não só pode ser alcançado nesta vida, mas é a experiência normal dos que vivem na plenitude do novo pacto. É o resultado de uma operação divina do Espírito Santo, prometida no Antigo Testamento e realizada no Novo pelo dom do Espírito como Paráclito ou Consolador. *O Senhor teu Deus circuncidará o teu coração, e o coração de tua descendência, para amares ao Senhor teu Deus de todo o coração e de toda a tua alma, para que vivas* (Deut. 30:6). *Eu vos batizo com água, declarou o precursor de Cristo, mas... Ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo. A sua pá ele a tem na mão, e limpará completamente a sua eira; recolherá o seu trigo no celeiro, mas queimará a palha em fogo inextinguível* (Mat. 3:11-12). Que estas passagens das Sagradas Escrituras se referem a uma limpeza espiritual fica confirmado neste escrito de Pedro: *E não estabeleceu distinção alguma entre nós e eles, purificando-lhes pela fé os corações* (Actos 15:9). Com referência à maneira de

se realizar esta obra as Escrituras também são muito claras: é pela simples fé no sangue expiador de Jesus Cristo. Este sangue não só é a única base do que o Salvador comprou para nós, mas a ocasião daquilo que o Espírito opera dentro de nós.

Quais são as condições para se receber a experiência da inteira santificação ou da perfeição cristã?

1. A consciência do pecado inato, a fome e a sede da conformidade total com a imagem de Cristo. Catharine Booth declarou: "Deus nunca proveu este dom para qualquer alma humana que não tenha chegado ao ponto de dar tudo para recebê-la". R. A. Torrey afirmou: "Ninguém jamais recebeu esta bênção enquanto sentiu que podia viver sem ela". Inclui também cândida confissão desta necessidade. Isto reflete-se na declaração ulterior do doutor Torrey que diz: "Não posso dar mais um passo no serviço cristão até que saiba que sou batizado com o Espírito Santo".

2. A convicção firme na luz das provisões bíblicas de que não é somente um privilégio, mas também um dever ser-se limpo de todo o pecado.

3. A submissão perfeita da alma diante de Deus, conhecida comumente como consagração. "Examina-te e consagra-te, reexamina-te e consagra-te outra vez até que todo o teu eu seja posto no altar". Esta não é a consagração de algo mau mas a oferta a Deus, incondicionalmente, daquilo que é bom. É inclusiva. Como o C. W. Ruth indicou, esta consagração inclui "tudo que temos e esperamos ter; tudo o que somos e esperamos ser; tudo o que sabemos e o que não sabemos, com a promessa de um "sim" eterno a toda a vontade de Deus, por todo o futuro. Não é consagração para uma obra, ou entrega para certa chamada, mas consagração a Deus. Não é simplesmente um desejo de consagrar-se ou assentimento à consagração, mas a entrega incondicional e irrevogável de tudo a Deus, agora e por toda a

eternidade”. Não é um acto da sensibilidade mas da vontade. É dedicação voluntária, sem reservas, irrevogável, iluminada e inclusiva à consecução específica da santidade do coração.

4. Um acto simples de fé em Cristo—plena confiança n’Ele pelas bênçãos prometidas. “A voz de Deus para a tua alma é: Crê e sê salvo. A fé é a condição, a condição única da santificação, tal como é na justificação. Ninguém é santificado até que creia; e cada homem, ao crer, é santificado” (Wesley, *Obras*, II, p. 224). “Mas qual é aquela fé pela qual somos santificados, salvos do pecado e aperfeiçoados no amor? Esta fé é uma evidência ou convicção divina de que (1) Deus prometeu esta santificação nas Sagradas Escrituras. (2) É uma evidência ou convicção divina de que o que Deus prometeu pode cumprir. (3) É uma evidência ou convicção divina de que pode e quer fazê-lo agora mesmo. (4) A esta confiança deve-se acrescentar mais uma coisa—a evidência ou convicção de que Deus o faz” (Wesley, *Sermões*, I, p. 390).

F. *Evidências da Perfeição Cristã.*

É o testemunho uniforme dos que crêem e ensinam a doutrina “wesleyana” da perfeição cristã que o Espírito dá testemunho desta obra da graça no coração, da mesma forma que dá testemunho da filiação cristã. De acordo com Wesley: “Ninguém deve crer que a obra está feita até que se tenha acrescentado o testemunho do Espírito confirmando a inteira santificação tão claramente como a justificação... Sabemos por meio do testemunho e do fruto do Espírito” (Wesley, *Relato Singelo da Perfeição Cristã*, pp. 79, 118). Narrações bíblicas da santificação de indivíduos ou grupos não deixam dúvida alguma de que os que a receberam souberam com absoluta certeza que o Espírito tinha vindo no Seu poder santificador. O ensino todo da Escritura revela que os homens podem conhecer com

certeza as realidades da salvação. Embora as Escrituras ressaltem o testemunho do Espírito quanto à filiação cristã (Capítulo XVII, Seção IV), é evidente que a alma santificada pode saber pelo testemunho do seu próprio espírito e do Espírito Santo que o sangue de Jesus Cristo a purificou de todo o pecado. Temos aqui o testemunho da consciência, do qual não podemos duvidar como não sujeitamos à dúvida a nossa própria existência. Acrescenta-se a isto a evidência direta e positiva do testemunho do Espírito Santo. Agrega-se mais a tudo o testemunho direto de uma vida contínua de vitória através do poder do Espírito que habita e do êxito crescente em produzir os frutos do Espírito (Gál. 5:22-23).

QUESTIONÁRIO

1. Discuta a inteira santificação como limpeza do pecado. Qual é a base bíblica para se crer no desarraigamento da natureza carnal?
2. Que significará o chamado positivo da inteira santificação?
3. Analise a inteira santificação nos seus elementos ou fases divinas e humanas.
4. Quais são alguns dos conceitos errôneos sobre a perfeição cristã?
5. Que queremos dizer quando afirmamos que a perfeição cristã é evangélica, relativa, probatória e mediata?
6. Dê um sumário da opinião respeitante ao conceito fundamental da perfeição cristã.
7. Explique e avalie as distinções importantes que se devem fazer da perfeição cristã.
8. Que evidência bíblica temos de que a perfeição cristã pode ser obtida como experiência atual?
9. Que se deve aconselhar ao que busca a perfeição cristã, a fim de que a receba como uma experiência?
10. Como chegamos a saber que possuímos a perfeição cristã?

PARTE VI

A ÉTICA CRISTÃ E AS INSTITUIÇÕES

Sinopse

A fé e as obras, os aspectos subjetivo e objetivo da vida cristã, a experiência da inteira santificação e a vida de santidade: estes pares podem ser comparados aos dois remos de um bote. Ambos são essenciais a todo o progresso proficiente. A experiência cristã interna e a vida santa externa são necessárias, se é que vamos progredir na vida espiritual. É razoável e bíblico esperar que a experiência da perfeição cristã efetuada no crente pelo Espírito Santo seja exemplificada constantemente por uma vida santa e uma conversação piedosa.

É a esta vida de santidade que daremos a nossa primeira atenção nesta parte. Qual é a natureza da liberdade cristã? Que parte toma a consciência em dirigir a conduta? Que deveres temos para com Deus? Para conosco? Para com o próximo? Estas e outras perguntas relacionadas serão respondidas ao examinarmos a ação da experiência da pureza de coração na vida do crente.

Quando estudamos as nossas obrigações cristãs, logo vemos que algumas delas são de caráter social. Há deveres para com a família, para com o estado e para com a Igreja. Isto leva-nos a estudar cada uma destas instituições, dadas e ordenadas por Deus.

Destas instituições, a Igreja é de interesse especial para nós cristãos. A sua natureza expressa-se sob dois símbolos significativos: o Corpo de Cristo e o templo do Espírito Santo. A sua organização, ministério e culto constituem pontos de ênfase especial. Finalmente, a nossa atenção é dirigida para os sacramentos da Igreja: o batismo cristão e a Ceia do Senhor.

É você membro da Sua Igreja? Forma você parte do Corpo de Cristo? Então peça a Deus que lhe dê visão da necessidade do mundo, tal como Ele a tem; receba as verdadeiras realidades espirituais como se tivesse a mente d'Ele; sinta as pulsações do mundo como no Seu próprio coração; e sirva para suprir a necessidade, como se você tivesse as mãos e os pés d'Ele. "Agora vós sois o corpo de Cristo e membros uns dos outros".

PARTE VI

A ÉTICA CRISTÃ E AS INSTITUIÇÕES

Capítulo XIX. *A Vida de Santidade*

- I. OS PRINCÍPIOS DA ÉTICA CRISTÃ
 - A. Fontes da Ética Cristã.
 - B. A Base Bíblica da Ética.
 - C. A Perfeição Cristã e a Ética.
 - D. A Lei da Liberdade.
 - E. A Lei do Amor.
 - F. A Consciência como Reguladora da Experiência e da Conduta Cristãs.

- II. DEVERES PARA COM DEUS
 - A. As Virtudes Teístas.
 - B. A Reverência como Dever Fundamental para com Deus.
 - C. O Dever e as Formas de Oração.
 - D. O Dever Supremo da Adoração.

- III. DEVERES PARA CONSIGO MESMO
 - A. A Santidade do Corpo.
 - B. A Cultura da Mente.
 - C. O Desenvolvimento da Vida Espiritual.

- IV. DEVERES PARA COM O PRÓXIMO
 - A. Transgressões do Amor Fraternal.
 - B. O Conceito Cristão dos Direitos do Homem.
 - C. Deveres Para com a Família.
 1. Deveres dos Esposos.
 2. Deveres dos Pais e dos Filhos.
 - D. O Dever do Homem Para com o Estado.

Capítulo XX. *A Igreja Cristã*

- I. A NATUREZA DA IGREJA CRISTÃ
 - A. A Igreja como Corpo de Cristo.
 - B. A Igreja como o Templo do Espírito Santo.
 - C. A Fundação da Igreja Cristã.
 - D. Características e Atributos da Igreja.
 - E. A Organização da Igreja Cristã.
 - F. Condições para Ser Membro da Igreja.
 - G. A Função da Igreja.
 - H. O Ministério Cristão.

- II. A ADORAÇÃO E OS MEIOS DA GRAÇA
 - A. A Adoração na Igreja Cristã Primitiva.
 - B. Os Aspectos Individuais e Sociais da Adoração.
 - C. A Ordem e As Formas de Adoração.
 - D. O Sábado como Um Meio da Graça.
 - E. Outros Meios da Graça.

- III. OS SACRAMENTOS
 - A. A Natureza de Um Sacramento.
 - B. O Batismo.
 - 1. A Instituição do Batismo Cristão.
 - 2. O Desenvolvimento da Doutrina na Igreja.
 - 3. Sumário das Opiniões Básicas Concernentes à Natureza do Batismo.
 - 4. A Natureza e o Propósito do Batismo Cristão.
 - 5. O Modo do Batismo.
 - 6. Os Candidatos ao Batismo.
 - C. A Ceia do Senhor.
 - 1. A Instituição da Ceia do Senhor.
 - 2. Terminologia.
 - 3. A Natureza da Ceia do Senhor.
 - 4. A Administração da Ceia do Senhor.

CAPÍTULO XIX

A VIDA DE SANTIDADE

“Que evidências indicam progresso na santidade? (1) Conforto e deleite sempre crescentes nas Sagradas Escrituras. (2) Interesse crescente na oração e no espírito de oração. (3) Crescente desejo de que os demais sejam santificados. (4) Senso mais profundo do valor do tempo. (5) Menor desejo de ouvir, ver e saber das coisas por mera curiosidade. (6) Oposição cada vez maior ao exagero das fraquezas e faltas dos outros, ao falar sobre o seu caráter. (7) Disposição mais acentuada de falar com liberdade aos que não gozam da religião e aos que apenas a professam formalmente. (8) Mais desejo de gloriar-se nas provações por causa de Cristo e sofrer, se necessário, pelo Seu nome. (9) Crescente sensibilidade de consciência e desejo de ser mais escrupulosamente consciencioso. (10) Menor influência causada por mudanças de lugar e de circunstâncias. (11) Maior gozo pelo santo dia do Senhor e pelos cultos no santuário divino. (12) Amor crescente pelos meios da graça”.

—Rev. J. A. Wood.

Depois de consideradas a doutrina e a experiência da perfeição cristã, nada mais próprio do que dar alguma atenção aos seus aspectos práticos ou éticos. Um coração santo é condição fundamental e necessária para uma vida santa. Como as Escrituras declaram: *Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas* (Efé. 2:10).

A maior parte dos teólogos dedica certa atenção ao assunto da ética, embora esta se encontre, em vasta extensão, fora do campo normal da teologia. A teologia esforça-se para responder à pergunta: “Que devemos crer?” A ética busca responder à pergunta: “Que devemos fazer?” O nosso propósito, portanto, não consiste em examinar detalhadamente o terreno geral da ética, mas estudar de maneira mais imediata a vida de santidade com relação à doutrina e à experiência da inteira santificação.

I. OS PRINCÍPIOS DA ÉTICA CRISTÃ

A. Fontes da Ética Cristã.

Como no caso da teologia, as fontes da ética cristã são duplas em caráter. Deus revelou-Se em dois tipos de

lei—natural e positiva. A lei natural é a que Deus escreveu no coração de todos os homens, ou seja, a que a luz da razão nos ensina como bem ou mal. É o que escreve o apóstolo Paulo aos pagãos em contraste com os judeus, dizendo: *Não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada nos seus corações, testemunhando-lhes também a consciência, e os seus pensamentos mutuamente acusando-se ou defendendo-se* (Rom. 2:14-15). São lei para si mesmos porque sabem por si o que é bom e o que é mau por meio da razão, que é para eles o arauto da lei divina. Tanto a história como a experiência nos ensinam que todas as nações reconhecem certos princípios comuns de moralidade que não podem ser explicados inteiramente sobre a base da educação. Estes refletem certa medida da revelação divina. Tais máximas universais de conduta têm a sua fonte comum na razão natural que é a Luz que ilumina a todos os homens que vêm ao mundo (João 1:9).

Muito mais importante como base da ética cristã é a lei positiva que depende da livre vontade de Deus e só pode ser conhecida através de revelação especial. Sozinha, a natureza não pode fornecer uma base adequada para a ética, assim como ela não pode para a teologia. A revelação cristã, culminando na vida perfeita do nosso Senhor Jesus Cristo, torna-se o fundamento da ética cristã. As Suas palavras, as Suas obras e o Seu espírito transformam-se na norma de conduta de toda a vida cristã. As Suas palavras proporcionam-nos o conhecimento da vontade divina; as Suas ações são a confirmação da verdade; e o Seu espírito é o poder pelo qual as Suas palavras se manifestam em obras.

B. *A Base Bíblica da Ética.*

Tendo indicado ser a revelação cristã a base da ética, é necessário que se façam algumas observações. Escuta-se geralmente a seguinte pergunta: Derivam-se

as fontes da ética cristã somente do Novo Testamento ou devem ser também considerados os livros do Antigo em relação ao assunto? Este tópico foi considerado previamente em outro lugar (Capítulo IV, Seção III B) e é suficiente que digamos aqui que o Antigo Testamento tanto quanto aplicável à vida cristã, mantém autoridade sobre o homem. Contudo, certas partes, especialmente os tipos e figuras das melhores coisas futuras, tiveram o seu perfeito cumprimento na pessoa de Jesus Cristo, enquanto outras, de natureza cerimonial ou política, foram ab-rogadas por pertencer apenas ao regime mosaico. Mas com relação à lei moral de Moisés, cuja substância se encontra no Decálogo, não foi anulada. Pelo contrário, o nosso Senhor Jesus Cristo referiu-se-lhe como tendo autoridade permanente, sem necessitar de reforma especial. *Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus* (Mat. 5:17-19).

O ensino ético dos evangelhos centraliza-se na ideia do reino, acesso ao qual depende só do arrependimento e da fé. A aceitação da chamada de Deus inclui a subordinação de todas as demais coisas: *Buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino* (Mat. 6:33). O sermão da montanha tem sido chamado a Carta Magna do Reino. Aqui a verdadeira interioridade da natureza do reino espelha-se numa atitude do Espírito—de pensamento, sentimento e vontade, que encontra a sua expressão mais elevada em palavras e obras. A descrição que Jesus dá não é de certos actos mas de determinado tipo de carácter. A verdadeira fonte da obediência encontra-se no

amor divino. Quando lhe perguntaram qual era o maior mandamento, respondeu: *Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração... e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas* (Mat. 22:37-40). Os filhos do reino devem ser prudentes como as serpentes e simplices como as pombas (Mat. 10:16). Não devem resistir ao perverso (Mat. 5:39), mas temer só ao que *depois de matar, tem poder para lançar no inferno* (Lucas 12:5). De acordo com Cristo, a prova suprema do amor é esta: *dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos* (João 15:13). Em conexão estreita com isto encontra-se a aplicação prática: *Pois quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; quem perder a vida por minha causa, esse a salvará* (Lucas 9:24).

C. A Perfeição Cristã e a Ética.

No nosso exame da inteira santificação ou da perfeição cristã como a norma da experiência do Novo Testamento, verificamos que era uma purificação do coração do pecado a fim de efetuar dedicação plena de todo o ser a Jesus Cristo. A graça deve expressar-se primeiramente na experiência cristã. Da comunicação desta nova vida e amor formar-se-ão novas normas para a vida diária. A doutrina nem sempre se demonstrará na experiência, mas a experiência, se for conservada, sempre há de ser demonstrada na conduta cristã. Toda a doutrina tem não só a sua fase experimental mas também a sua expressão ética. Deus é uma pessoa, o homem é uma pessoa, e por isto as suas relações são éticas. Sendo nota dominante da perfeição cristã a de devoção integral a Deus, esta devoção torna-se princípio fundamental da ética cristã. A pessoa inteiramente santificada não mais vive para si mesma, vive pelo princípio expresso por Paulo: *Portanto, quer comais,*

quer bebais, ou façais outra cousa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus (I Cor. 10:31).

D. *A Lei da Liberdade.*

Por meio do nosso Senhor Jesus Cristo a vida do cristão caracteriza-se por gloriosa liberdade. Tiago descreve esta nova condição como a *lei perfeita, lei da liberdade* (Tiago 1:25). Paulo refere-se-lhe como a *lei do Espírito da vida em Cristo Jesus* que nos livra *da lei do pecado e da morte* (Rom. 8:2). A lei externa cessa de ser a lei do pecado e da morte porque a consciência dos pecados é tirada na justificação; e a lei interna da vida pelo Espírito Santo proporciona o motivo e a força da obediência. Isto é o facto fundamental do Novo Pacto: *Nas suas mentes imprimirei as minhas leis, também sobre os seus corações as inscreverei* (Heb. 8:10). Embora a esta lei interior do crente seja sobrenatural, é, em certo sentido, realmente a restauração da lei da razão e mais do que restauração. O Espírito divino no coração dos regenerados procura operar a obediência à lei da justiça. Daí o crente desenvolver a vida espiritual de acordo com a sua própria nova natureza e não por meio de compulsão externa. É a regra do Espírito de Deus num eu renovado de acordo com a ideia original do Criador respeitante ao homem. Os homens estão desta maneira na sua nova natureza, sob a autoridade do Espírito Santo e têm a alma em sujeição. Tornam-se lei para si mesmos, *não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo* (I Cor. 9:21). *Assim a lei não se anula, mas se firma por meio da fé* (Rom. 3:31).

Somos libertados da lei do pecado e da morte mas não da lei da santidade e da vida. Embora esteja escrita no coração, todavia é uma lei e, portanto, necessita da dignidade de uma norma externa de acordo com a lei interna da vida. O facto fundamental, então, na ética cristã, é a lei da vida pela qual o homem está libertado da compulsão externa e recebe a liberdade de desenvol-

ver-se conforme a nova lei da sua natureza. Assim guarda a lei pela operação da sua natureza interna que está agora em harmonia com aquela lei. Noutras palavras, *faz* o que é recto porque quer fazê-lo e não porque é forçado. A nota principal desta nova natureza interna é o amor; assim, o amor é o cumprimento da lei.

E. *A Lei do Amor.*

A motivação básica da rectidão na conduta cristã é a lei do amor. A perfeição cristã é a purificação do coração de tudo que é contrário ao amor puro. O amor tanto é o princípio como o poder da consagração perfeita a Deus. A caridade ou o amor divino, que tem a sua fonte na natureza de Deus e que é conferida à alma individual pelo Espírito Santo através de Cristo, transforma-se, no seu significado ético total, na substância de toda a obrigação—seja para com Deus ou para com o homem. O amor é a coroa de todas as graças, a soma total da bondade interior, o vínculo de perfeição que une e santifica as energias da alma e o poder propulsor da rectidão. O doutor Pope diz: “É um amor que não esquece nenhum preceito, nenhuma proibição; que cumpre todo o dever. É perfeito na obediência passiva assim como na obediência ativa. “Nunca falha”; assegura toda graça adaptada ao tempo ou digna da eternidade. Portanto, é natural que o termo perfeito seja reservado para esta graça. A paciência deve “ter sua obra perfeita”; mas só o amor em si mesmo é perfeito e dá perfeição ao que o possui” (Pope, *Compêndio de Teologia Cristã*, III, p. 177).

F. *A Consciência como Reguladora da Experiência e da Conduta Cristãs.*

A consciência é um fator regulador na experiência e na conduta cristãs. Paulo, falando da consciência como parte integrante da experiência religiosa vital, declarou: *Ora, o intuito da presente admoestação visa o amor que*

procede de coração puro e de consciência boa e de fé sem hipocrisia (I Tim. 1:5). Aqui o apóstolo analisa a experiência cristã como se segue: Um manancial de caridade ou amor divino, fluindo de um coração puro, regulado por uma boa consciência e mantida cristalina, viva e abundante, como resultado de fé não fingida.

Para compreender melhor a natureza da consciência, precisamos recordar que o homem é um ser moral em virtude de ser uma pessoa. Devemos também estar lembrados de que o espírito, como agente diretor do ser complexo do homem, é unidade e, conseqüentemente, não se divide em partes. Assim, por exemplo, tanto o intelecto como as emoções estão provavelmente presentes, até certo ponto, em toda atividade. Não obstante, enquanto a pessoa opera como unidade, pode predominar em dado momento uma forma de atividade, como a emoção, de tal maneira que se distinga e se defina. Por isso podemos definir o intelecto como a alma pensando e a vontade como a alma escolhendo. Assim, também, se restringirmos a nossa definição da consciência a certos modos de auto-atividade, não implicamos em que toda pessoa não seja ativa, mas somente no facto de que são predominantes algumas funções particulares da natureza moral. Portanto, podemos definir a consciência como "o *eu* a julgar da própria conformidade ou falta de conformidade, em caráter e conduta, com a lei moral, isto é, como certo ou errado, com o sentimento ou impulso que leva a obedecer o juízo recto" (Robbins, *A Ética da Vida Cristã*, p. 79). Assim definida, a consciência pode ser comparada a um juiz que preside a um tribunal a decidir se este desejo, este afeto, este propósito, esta obra estão de acordo com a lei moral e, portanto, são ações rectas. Sobre este juízo baseia-se o sentimento correspondente que impele a ação de acordo com a decisão ou se opõe a qualquer obra que não esteja em harmonia com ela.

A consciência, assim definida, deriva a sua autoridade da lei de Deus que se encontra primariamente na natureza e na constituição do homem. A sua autoridade é interna. Se estivessem os homens no seu estado normal, como antes da queda, as decisões da consciência sempre estariam de acordo com a lei da razão, sendo infalivelmente rectas. Mas o homem não está no seu estado normal. A lei do seu ser está obscurecida e pervertida como consciência do pecado original. Assim, embora a consciência sempre faça as suas decisões de acordo com a lei, esta, porém, obscurecida e pervertida, fará que tais decisões sejam errôneas. Por esta razão Deus deu ao homem uma lei externa como "traslado" da sua própria vida interior verdadeira e esta lei encontra-se na Palavra de Deus.

Até este ponto da nossa discussão da consciência, ressaltaram-se dois fatores: o impulso interno para fazer o que é recto e o juízo moral quanto ao que constitui o que é recto. Aquele é propriamente a consciência. Diz: "busca o que é recto para fazê-lo". O juízo moral não é, estritamente falando, uma parte da consciência, mas a norma da sua operação. Uma vez que este juízo moral só é verdadeiro na extensão em que é iluminado pela Palavra de Deus, somos levados à convicção de que na vida cristã as Escrituras são a única regra de fé e prática. A consciência, no sentido mais amplo do termo, isto é, a envolver o processo moral total, está sujeita à educação e ao desenvolvimento. Donde falam as Escrituras de uma boa e pura consciência ou de uma consciência má ou contaminada.

Uma boa consciência é a iluminada pelo Espírito da verdade, fazendo as suas decisões sempre de acordo com a santa Palavra de Deus. A consciência pode distinguir-se como pura (I Tim. 3:9; II Tim. 1:3); má (Heb. 10:22); contaminada (Tito 1:15); débil (I Cor. 8:7); e cauterizada (I Tim. 4:2). A estes termos acrescentam-se por vezes outros que a descrevem como vacilante ou

firme, mórbida ou sadia, iluminada ou obscura, quando se faz referência ao estado da consciência.

II. DEVERES PARA COM DEUS

A ética prática envolve a aplicação de princípios morais à regulação da conduta humana. Na nossa discussão do tema observamos o seguinte esquema: (1) A Ética Teísta ou Deveres para com Deus; (2) A Ética Individual ou Deveres para Consigo Mesmo; e (3) A Ética Social ou Deveres para com o Próximo.

Rigorosamente falando, toda a obrigação tem de ser para com Deus como Governador Moral; e todos os deveres, portanto, são deveres para com Ele. Os deveres para consigo mesmo vêm em seguida como essenciais à formação do caráter cristão. Finalmente, há a regulação da conduta externa do homem para com os demais, como tendo a sua fonte no caráter do indivíduo e dele dimanando.

A. *As Virtudes Teístas.*

As virtudes teístas são a fé, a esperança e a caridade ou o amor. Estas ocupam o primeiro lugar na vida cristã e delas dependem todas as demais virtudes. Por meio delas unimo-nos de facto a Deus—a Deus como verdade por meio da fé; a Deus como fiel por meio da esperança; e a Deus como o bem supremo por meio do amor.

Consideradas do ponto de vista ético, podemos analisar brevemente estas três virtudes cardiais como se segue: (1) A fé é um acto e, a um tempo, um hábito em que é o repousar consciente nos méritos de outro. Os pecados contra a fé são a infidelidade, a heresia, e a apostasia. A infidelidade é deslealdade para com Deus; a heresia é deslealdade à verdade ou a persistência no erro; enquanto a apostasia é o abandono da religião. (2) A esperança é aquela virtude divina que proporciona o motivo pelo qual confiamos com segura confiança na

Palavra de Deus e almejamos alcançar tudo o que Ele nos prometeu. A esperança pode ser considerada ou como acto ou como estado. Relaciona-se com o futuro e implica a expectativa dos objetos desejados. Os pecados contra a esperança são o desespero, por um lado, e a presunção ou falsa confiança, por outro. O desespero é o abandono de toda a esperança de salvação. A presunção é abusar da bondade de Deus para se incorrer no pecado. (3) A caridade ou o amor divino é a virtude pela qual nos damos inteiramente a Deus como o bem soberano. É uma virtude divinamente infundida, cujo motivo se encontra na bondade de Deus; seu objeto é tanto Deus como o nosso próximo. É aquele afeto com que se deseja ao próximo o bem e o que é bom.

B. *A Reverência Como Dever Fundamental para com Deus.*

A reverência tem sido definida como “profundo respeito misturado com temor e afeto”, ou como “síntese de amor e de temor”. Como tal, a reverência é o dever supremo do homem, a criatura, para com Deus, o Criador. É o sentimento do que emana toda a adoração. Quando a reverência se expressa silenciosamente é conhecida como adoração e leva consigo a ideia de homenagem ou devoção pessoal. O louvor é a expressão audível que exalta as perfeições divinas. A ação de graças é a gratidão expressa pelas misericórdias de Deus. O dever do espírito devoto é oferecer a Deus a adoração da criatura, a homenagem do súdito e o louvor do adorador.

Na enumeração que São Paulo faz das obras da carne são mencionadas duas que violam o dever da reverência. São elas a idolatria e a feitiçaria. A idolatria é comumente definida como prestar honras divinas a ídolos, imagens ou outros objetos criados. Pode também consistir numa admiração, veneração ou amor excessivos por qualquer pessoa ou coisa. Assim é que a cobiça é

considerada como idolatria (Col. 3:5). A feitiçaria é a prática dos actos do adivinhador ou adivinhadora, geralmente tidos como a consequência de intercâmbio com satanás. A injunção proíbe todo o encanto, necromancia, espiritismo ou todas aquelas artes consideradas magia negra.

C. *O Dever e as Formas de Oração.*

A oração é um dever obrigatório a todos os homens como expressão da sua dependência do Criador. O que o sentido habitual de reverência é para a adoração e para o louvor, o espírito de dependência o é para a oração. O doutor Wakefield define a oração como “a oferta dos nossos desejos a Deus através da mediação de Jesus Cristo, sob a influência do Espírito Santo, com disposições apropriadas para com tudo que é agradável à Sua vontade”. Para ser aceitável, a oração deve ser oferecida a Deus através de Cristo e no Espírito. Também tem que ser oferecida pelas coisas agradáveis à vontade de Deus e as petições devem ser apresentadas com fé nas Suas promessas.

Há considerável número de formas ou tipos diferentes de oração que se incluem sob o dever geral da oração.

1. A oração ejaculatória é um termo aplicado àquelas “aspirações secretas e frequentes no coração para com Deus, com vistas às bênçãos gerais ou particulares pelas quais podemos expressar a nossa dependência habitual de Deus e os nossos desejos e perigos enquanto estamos entregues aos afazeres comuns da vida”. Denota uma atitude devocional da mente e do coração em que se mantém um espírito constante de oração. Inclui todas aquelas expressões extemporâneas e repentinas de oração e louvor que fluem de um coração acostumado a seguir as instruções de Paulo: *Regozijai-vos sempre. Orai sem cessar e em tudo dai graças* (I Tess. 5:16-18). Esta forma de oração foi

sustentada pelos pais da Igreja como evidência distintiva da piedade genuína, mas há necessidade de vigiar o hábito a fim de não cair no formalismo ou familiaridade excessiva que daria a impressão de irreverência.

2. A oração particular é expressamente recomendada pelo nosso Senhor nas palavras *Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto, e, fechada a porta, orarás a teu Pai que está em secreto; e teu Pai que vê em secreto, te recompensará* (Mat. 6:6). O dever da oração particular ressalta-se ainda mais pelo exemplo do nosso Senhor e os Seus apóstolos. O exercício estrito da oração particular tem sido sempre considerado como uma das marcas mais evidentes da piedade genuína e da sinceridade cristã.

3. A oração social ou familiar é resultado da natureza da própria estrutura social. A oração da família é básica em todo o sistema da adoração cristã. A adoração nos tempos patriarcais foi na maioria doméstica; e o ofício sagrado do pai ou chefe da casa passou do Judaísmo para o Cristianismo. A adoração cristã primitiva limitava-se a princípio, na maioria das vezes, à família e só de maneira gradativa tomou significado mais amplo. Daí a adoração familiar tornou-se fator essencial nos cultos públicos, por inculcar um espírito de devoção e por treinar nas formas de adoração. Os pais devem concluir, portanto, que não têm obrigação de alimentar e vestir os seus filhos ou de educá-los para uma profissão honesta, se é que vão concluir que não têm obrigação de proporcionar-lhes a educação religiosa apropriada. "De todas estas considerações", diz o doutor Ralston, "concluimos que a oração familiar, embora não seja ordenada por preceito direto, é um dever tão manifesto à luz dos princípios gerais do Evangelho, do caráter do cristão, da constituição da família, dos benefícios que fornece e das promessas gerais de Deus,

que deve ser obrigatório para todo o crente que é chefe de família” (Ralston, *Elementos da Divindade*, p. 780).

4. A oração pública inclui todo o ramo de adoração pública, como a oração, o louvor, a leitura da Palavra de Deus, a entoação de salmos, hinos e cânticos espirituais. A oração pública fez parte da adoração judaica, pelo menos desde o tempo de Esdras, e foi praticada nas sinagogas. O nosso Senhor frequentemente assistiu e participou destes cultos e, procedendo assim, deu a Sua aprovação à prática da oração pública. Este dever também se encontra baseado na declaração expressa das Escrituras. Paulo diz: *Antes de tudo, pois, exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graças, em favor de todos os homens* (II Tim. 2:1); e diz mais: *Quero, portanto, que os varões orem em todo lugar, levantando mãos santas, sem ira e sem animosidade* (I Tim. 2:8). A adoração pública é designada para beneficiar a todo o adorador individual, para manter vivo o senso de dependência para com Deus como o doador de todo o dom perfeito e para expressar publicamente a grata recordação de toda a bênção material e espiritual.

D. *O Dever Supremo da Adoração.*

A integração de todos os aspectos da devoção constitui o culto divino. Este é o dever supremo do homem. Inclui a oferta ativa a Deus do tributo que Ele merece, junto com a súplica de benefícios Seus. A adoração funde a meditação e a contemplação com a oração e estas, através do Espírito, fortalecem a alma para a obra da fé e a ação do amor. Como a adoração marca a consumação de todo o dever ético para com Deus, assim a finalidade de toda adoração é união espiritual com Ele. Este é o objetivo proposto à Igreja pelo nosso Senhor na Sua oração pontifical. Orou, dizendo: *A fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós;*

para que o mundo creia que tu me enviaste (João 17:21). Esta é uma união espiritual pessoal em que se preserva a identidade do indivíduo. É uma união de afeto, de maneira de pensar, de identidade de propósito. “A adoração é o reconhecimento de Cristo”, diz o bispo McIlvaine, “e a adscrição a Ele de tudo o que é belo, glorioso e desejável. É a tendência necessária de toda a adoração genuína assimilar o adorador à semelhança do Ser que é adorado”. Assim, a adoração pública e particular de Cristo se torna uma das agências principais na nossa redenção. Os pensamentos e sentimentos do coração exigem, para ser completos, expressão correspondente. A fé encontra essa expressão nos cultos de adoração da Igreja e nos deveres da vida cristã.

III. DEVERES PARA CONSIGO MESMO

A ética individual é aquela divisão da ética prática que trata da aplicação da lei moral à conduta do homem, na medida em que tem referência a si mesmo como agente moral individual. Esses deveres para consigo mesmo são essenciais na formação do caráter e, deste modo, são apenas inferiores aos deveres para com Deus.

A. *A Santidade do Corpo.*

Uma vez que a existência física do homem é essencial ao cumprimento da sua missão nesta vida, torna-se obrigação primária a conservação e o desenvolvimento de todas as potencialidades do seu ser. O cristianismo considera o corpo não como prisão da alma, mas como templo do Espírito Santo. Isto confere santidade ao corpo: e a preservação desta santidade torna-se o princípio norteador de tudo que respeite ao bem estar físico. Os deveres específicos pertencentes ao corpo são os que se seguem:

1. Deve haver preservação e desenvolvimento das faculdades do corpo. Isto torna-se dever elevado e santo, posto que a existência do homem no mundo depende do

organismo. Aquele que se descuida do seu físico põe em perigo toda a sua missão, o que o destroi, acaba com a sua missão. Por isto é que se proíbe estritamente o suicídio. Onde quer que haja uma consciência moralmente iluminada, os homens estão de acordo em que o suicídio é contrário ao fim para o qual se tem a vida. Assim também se proíbe a auto-mutilação. Isto abrange toda a lesão ou desmembramento que desfigure o corpo ou que impeça o funcionamento completo do organismo físico. O cristianismo opõe-se a todas as práticas ascéticas, tais como as que eram usadas pelos místicos da Idade Média e como se exibem ainda nos países pagãos da atualidade. Os jejuns e as auto-abnegações que o cristianismo pede dos homens visam ao fortalecimento do corpo, antes que ao seu enfraquecimento.

2. Deve haver cuidado e zelo do corpo por meio de exercício, de descanso, de sono e de recreio. Tanto o trabalho como o descanso são necessários para o bem estar do homem. O mundo não deve sustento a nenhum homem quando este pode ganhá-lo. A santidade dignifica o trabalho e fá-lo algo agradável, quer seja realizado com as mãos, com a cabeça, ou com o coração. Dignifica também o descanso e faz do domingo símbolo de “repouso espiritual da fé”. A tensão da mente e do corpo resultante da pressão e complexidade da vida industrial moderna ressalta a necessidade de períodos de férias e de recreio como fatores essenciais na preservação do corpo.

3. Os apetites e paixões do corpo devem ser subordinados aos interesses intelectuais e espirituais superiores do homem. Há quem entenda que a santidade implica a destruição ou a quase destruição dos apetites físicos e das emoções do prazer. Isto não está de acordo com as Escrituras. A santidade não destroi nada que seja essencial ao homem, quer no plano físico, quer no espiritual. Os apetites e paixões permanecem, mas são

libertados da contaminação do pecado. O facto é que a santidade nos habilita ao gozo máximo de todo o prazer e satisfação legítimos. Os primeiros discípulos *tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração* (Actos 2:46). Um dos apóstolos adverte-nos contra os *espíritos enganadores que proíbem o casamento, exigem abstinência de alimentos, que Deus criou para serem recebidos, com ações de graças, pelos fiéis e por quantos conhecem plenamente a verdade* (I Tim. 4:1, 3).

A santidade não provê necessariamente, de imediato, uma condição normal de apetites e paixões. Algumas vezes apetites pervertidos existem por tempo considerável nos que têm corações limpos mas ainda não têm qualquer luz respeitante a estes factos específicos. Não obstante, tanto os apetites naturais como os pervertidos se acham tão sujeitos ao poder de Deus que são corrigidos ou regulados pela fé. Todo o apetite é instinto e alheio à razão. Não indaga do bem nem do mal, simplesmente busca satisfação. Nunca se domina a si próprio, mas está sujeito a controle. Por isso Paulo diz: *Mas esmurro o meu corpo, e o reduzo a escravidão, para que, tendo pregado a outros, não venha eu mesmo a ser desqualificado* (I Cor. 9:27).

4. O cuidado do corpo exige veste apropriada não só para a proteção e o conforto, mas para a dignidade e a decência. A questão do vestuário não somente se prende ao bem estar do corpo, mas se torna expressão do carácter e do gosto estético do indivíduo. Por esta razão é objeto de advertência apostólica (cf. I Tim. 2:9-10; I Ped. 3:3-4). As admoestações bíblicas com respeito ao adorno indicam que um gosto refinado é o que deve prevalecer em tais assuntos; que a veste deve ser apropriada à idade, à ocasião e à posição na vida; que a modéstia e a sensatez devem governar a escolha do adorno apropriado; e que toda a peça de vestuário deve acentuar a modéstia e a beleza do que a usa. O apóstolo frisa que os ornamentos de ouro, pérola e outros ador-

nos caros não estão em harmonia com o espírito de bondade e de modéstia característico do verdadeiro cristão. Em suma, adverte-se aos crentes que se vistam de tal maneira que os objectos usados não chamem demasiadamente a atenção, seja em razão da simplicidade excêntrica seja pelo preço muito elevado. O adorno deve sempre contribuir para a efetividade pessoal, social e espiritual do crente consagrado e santificado.

5. O corpo deve ser conservado santo. Fazer que o corpo seja impuro por devotá-lo a um serviço pecaminoso é pecado. Entregá-lo aos seus próprios apetites, quer sejam naturais ou anormais, é também pecado. Daí São Paulo afirmar: *Pois esta é a vontade de Deus, a vossa santificação; que vos abstenhais da prostituição, que cada um de vós saiba possuir o próprio corpo, em santificação e honra* (I Tess. 4:3-4). Durante esta vida o corpo deve ser objeto de cuidado santificado; a verdadeira santidade é sempre consistente com a atenção superior que lhe é dada. A razão mais importante para a santidade do corpo está no facto de que é o templo do Espírito Santo. É lugar da habitação de Deus. *Acaso não sabeis que o vosso corpo é o santuário do Espírito Santo que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo* (I Cor. 6:19-20). Portanto, tudo o que tende a prejudicar o corpo ou a destruir-lhe a santidade como templo do Espírito Santo é proibido pelo ensinamento e pela prática cristãos.

B. A Cultura da Mente.

A palavra "mente", tal como se usa aqui, refere-se geralmente à vida interior, isto é, a vida da alma, em contraste com a vida física do corpo. O nosso Senhor indicou no Seu mandamento a necessidade de desenvolver todas as faculdades da mente: *Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua*

alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força (Marcos 12:30). Aqui o “coração” refere-se ao ser mais íntimo do homem, a sede de todos os afetos; o amor da “alma” refere-se ao calor do sentimento que se lhe liga; o “entendimento” relaciona-se com as faculdades intelectuais através das quais se entende e se interpreta o amor; e a “força” significa a devoção total a Deus de todas as faculdades da personalidade assim desenvolvidas. O amor do coração é purificador, o da alma enriquecedor, e o da mente é interpretativo. O primeiro tem o seu objetivo em Deus como o Bem Supremo; o segundo, em Deus como a Suprema Beleza, manifesta na ordem e harmonia; o terceiro, em Deus como a Verdade ou Realidade Suprema.

1. O desenvolvimento do intelecto é essencial à vida cristã útil. O desejo de conhecer é humano e dado por Deus e na experiência cristã este desejo é muito intensificado. A ignorância não faz parte da santidade. Cristo é a verdade e, por isto, os Seus seguidores tornam-se “discípulos” ou alunos. Quem não ama a verdade—seja científica, filosófica ou qualquer outra—nutre pouca apreciação pelas obras maravilhosas de Deus. Quem não tem desejo ardente para com a verdade espiritual pode pôr seriamente em dúvida toda a invocação do dom do Consolador prometido que se declara expressamente ser o Espírito da Verdade. O intelecto e o entendimento dão visão à alma. Daí, só pela ampliação dos horizontes intelectuais e pelo discernimento espiritual da verdade é que pode haver enriquecimento da natureza afetiva e o aprofundamento da vida espiritual. A amplitude de compreensão também contribui para a estabilidade do caráter. A indecisão e a falta de estabilidade são frequentemente conseqüências de estreiteza de visão. Os horizontes intelectuais amplos são essenciais à continuidade de propósitos. Paulo reconheceu esta verdade quando escreveu: *Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós eterno peso de glória, acima*

de toda comparação, não atentando nós nas cousas que se vêem, mas nas que se não vêem; porque as que se vêem são temporais, e as que se não vêem são eternas (II Cor. 4:17-18).

2. O aspecto emotivo ou sentimental da vida interior do homem está intimamente relacionado com o intelecto e com a vontade. Na experiência religiosa a percepção de nova verdade ou de verdade familiar em novos aspectos resulta em experiências emocionais ou sensíveis. Tais experiências emocionais geralmente são um composto de elementos divinos e humanos. Verdades vistas e compreendidas através da ajuda do Espírito Santo dão um fulgor de emoção. Quando aquela verdade se torna familiar, este fulgor de emoção pode apagar-se ou desvanecer-se na consciência. O resultado do fluxo e refluxo da experiência emocional tem sido por vezes motivo de dificuldade para os crentes jovens inexperientes. Muitos têm procurado imprudentemente a emoção religiosa como tal. O fator essencial, sem dúvida, no desenvolvimento da vida emocional do crente é esquadrihar a Palavra de Deus para encontrar novas verdades ou pedir a direção do Espírito Santo em referência aos aspectos mais profundos da verdade já conhecida. A emoção separada da verdade leva ao fanatismo perigoso, mas a verdade que dá origem à forte emoção se torna um poder supremo na vida de santidade. O homem que impulsiona outros é o que a si mesmo se sente impulsionado pela verdade. Agir impelido por princípio é digno, mas agir por princípio inflamado é o grande privilégio de todo cristão neotestamentário. Embora a emoção tenha o seu lugar importante e legítimo na experiência cristã, deve recordar-se que a fé na Palavra eterna de Deus é central e básica. Pode-se ter certeza cristã constante apesar do fluxo e refluxo das experiências emocionais.

3. A natureza moral requer desenvolvimento. Aqui referimo-nos primariamente ao desenvolvimento da vontade com a sua obrigação e responsabilidades. É apenas por escolhas corretas que o caráter moral se forma; e a conduta é inteiramente dependente do caráter moral. Os impulsos da alma devem ser sujeitos à vontade e subordinados ao bem mais elevado. Normas corretas derivam-se, em última análise, da Palavra de Deus. Podem ser aprendidas de um mestre, do estudo das Escrituras ou de obras que tratam do assunto, da observância de práticas sociais corretas ou dos exemplos de homens bons. Mas têm de ser *aprendidas*—não se podem conseguir de outra maneira. É dever de cada indivíduo, portanto, cultivar as mais altas normas da vida ética e observar conscienciosamente toda a regra de obrigação moral. Esta disciplina da vontade realiza-se apenas através de escolhas controladas. O homem aprende a fazer fazendo e ganha habilidade pela constância na ação. No começo, o dever pode exigir muita auto-abnegação. Deve haver esforço vigoroso e vigilância eterna. Contudo, em cada dever cumprido ganha-se nova força de acordo com a lei do hábito. A senda da verdade torna-se, então, mais fácil e menos pesada. A disciplina, quer pelo indivíduo, quer pelos outros, é imensamente importante. Sem ela não se pode desenvolver aquela fortaleza de propósito e aquela rigidez de caráter que convêm ao verdadeiro soldado da cruz.

4. O homem tem uma natureza estética que também exige cultivo. O intelecto, as emoções e a vontade não somente devem receber atenção adequada, mas ainda o caráter cristão exige que sejam desenvolvidos em tal proporção que resultem numa personalidade bem equilibrada, harmoniosa e integrada. Por isto o Salmista orou: *Ensina-me, Senhor, o teu caminho, e andarei na tua verdade; dispõe-me o coração para só temer o teu nome* (Salmo 86:11). Deus revela-Se através da beleza do mundo: *Glória e majestade estão diante dele, força e*

formosura no seu santuário. Ordena-se-nos a adorar ao Senhor, na beleza da sua santidade (Salmo 96:6, 9). O belo e o sublime, quer na natureza, quer nas obras de arte, são destinados por Deus a elevar e enobrecer a alma. A insensibilidade ao belo indica desenvolvimento incompleto. O crente deve cultivar um gosto sempre pronto para discernir a beleza, correto em julgá-lo, universal no sentido de reconhecê-la e apreciá-la onde quer que a encontre.

C. *O Desenvolvimento da Vida Espiritual.*

As Escrituras abundam em mandamentos, instruções, injunções e exortações com respeito ao desenvolvimento da vida espiritual. *Antes, cresci na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo* (II Ped. 3:18). *Por isso mesmo, vós, reunindo toda a vossa diligência, associai com a vossa fé a virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio; com o domínio próprio, a perseverança; com a perseverança, a piedade; com a piedade, a fraternidade; com a fraternidade, o amor. Porque estas cousas existindo em vós e em vós aumentando, fazem que não sejais nem inativos, nem infrutuosos no pleno conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo* (II Ped. 1:5-8). Paulo exorta-nos: *Andai no Espírito, e jamais satisfareis à concupiscência da carne* (Gál. 5:16). Através da presença habitante do Espírito Santo e da devida diligência dada aos meios da graça, a alma não só é preservada em santidade, mas é guiada a um desenvolvimento mais profundo da graça e da verdade.

A literatura devocional dentro e fora das Escrituras é uma ajuda de valor inestimável no desenvolvimento da vida espiritual. Na literatura inspirada, tal como os Salmos, temos o registro do trato de Deus com as almas dos homens por meio do qual receberam a faculdade de expressar as emoções mais profundas e as aspirações mais elevadas da vida. À literatura reconhecidamente

devocional da Bíblia podem-se acrescentar os vãos espirituais dos profetas antigos, as palavras plenas de graça que saíram dos lábios do nosso próprio Senhor, e as declarações inspiradas dos Seus santos apóstolos. Tudo isto capacita a alma a entrar em comunhão mais profunda com o Senhor através do Espírito.

Falta-nos espaço para discutir amplamente o campo extenso da literatura devocional fora das Escrituras. Nasceu das amplas e ricas experiências de homens que têm entrado profundamente no conhecimento de Deus. Mencionando apenas alguns clássicos entre as obras que têm servido para desenvolver a vida espiritual dos leitores, incluiremos as seguintes: Tomás A Kempis, *A Imitação de Cristo*; Francisco de Sales, *Introdução à Vida Devota*; Madame Guyon, *Método de Oração*; Bunyan, *A Graça Abundante* e *O Peregrino*; o bispo Jeremy Taylor, *O Viver Santo* e *O Morrer Santo*; João Wesley, *Reflexões Espirituais* e *Relato Simples da Perfeição Cristã*; e o Dr. Thomas C. Upham, *Princípios da Vida Interior*.

IV. DEVERES PARA COM O PRÓXIMO

Assim como Cristo condensou a primeira tábua da lei num dever amplo e compreensivo de amor para com Deus, da mesma forma fez com a segunda tábua, resumindo-a no compreensivo dever do amor ao próximo (Mat. 22:37-40). Este amor que o crente nutre para com o próximo é dado pelo Espírito Santo e somente é aperfeiçoado quando o coração é purificado de todo o pecado. Este amor cristão não quer dizer que devemos amar todos os homens da mesma forma sem reparos ao seu caráter ou à relação que temos com eles. É-nos mandado amar a todos os homens com o amor de boa vontade e amar aos necessitados e angustiados com o amor de piedade (Rom. 12:20). Os que são membros da família de Deus devem ser amados com o amor de

complacência. Os crentes estão sob obrigações mútuas que se não estendem aos demais indivíduos (João 13:34-35). O novo mandamento de Cristo exige o amor do caráter ou o amor do cristão como cristão e baseia-se no Seu divino exemplo como Redentor.

A. *Transgressões do Amor Fraternal.*

Paulo declara que as paixões e emoções que violam a lei do amor devem ser banidas: *Longe de vós toda a amargura, e cólera, e ira, e gritaria, e blasfêmias, e bem assim toda a malícia* (Efé. 4:31). Expressas ou não, tais emoções são contrárias ao espírito do amor fraternal. Toda a censura e palavras más devem ser evitadas (Efé. 4:29, 31; Tiago 4:11). Isto abrange também a crítica dura e desnecessária, a mentira e o engano (Col. 3:9; Apoc. 21:8, 27). Um espírito que não perdoa é transgressão séria da lei do amor (Mat. 6:15). A vingança, também, é proibida por mandamento expresse. Embora seja legal e próprio que os que cometem ofensas contra a sociedade sejam castigados pelas autoridades legitimamente constituídas, a vingança privada não é permitida (Rom. 12:17, 19).

B. *O Conceito Cristão dos Direitos do Homem.*

O amor fraternal não só tem as suas proibições, mas também o devido respeito aos direitos e privilégios dos outros. Estes condensam-se geralmente nos direitos à vida, à liberdade e à propriedade. O homem tem o direito de viver e isto inclui tudo que o Mestre resumiu quando disse: *Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância* (João 10:10). Daí a sociedade ter a obrigação de prover para o indivíduo os meios de conseguir alimento, vestuário e abrigo adequados; e também a oportunidade para as vantagens culturais do desenvolvimento espiritual e intelectual.

O homem tem direito à liberdade pessoal. Consiste essa liberdade na ausência de compulsão ou de restrição

e aplica-se tanto à mente como ao corpo. “A liberdade da pessoa”, diz o doutor Wakefield, “consiste na isenção da vontade arbitrária de outras pessoas ou no privilégio de fazer como queremos, de maneira a não ferir os direitos de outros”. Tal liberdade pessoal, garantida pelas leis de um grupo social, abrange a liberdade da palavra, da imprensa e da adoração a Deus conforme à consciência de cada um.

O homem também tem o direito à propriedade privada. Tem grande valor este direito e a sua transgressão é condenada com justiça. É segurada pelo mandamento divino: *Não furtarás* (Êx. 20:15). Paulo declara, expressamente, *que nesta matéria, ninguém ofenda nem defraude a seu irmão, porque o Senhor, contra todas estas cousas, como antes vos avisamos e testificamos claramente, é o vingador* (I Tess. 4:6). Toda a forma de desonestidade, como roubo, assalto e fraude são transgressões do princípio da justiça e são expressamente proibidas por mandamento divino. O cristianismo reconhece e aprova inegavelmente a instituição da propriedade privada.

C. *Deveres Para Com a Família.*

A família é uma instituição social estabelecida por Deus para perpetuar a raça e capacitar todo o indivíduo a incrementar a sua própria personalidade e utilidade. O casamento é a mais antiga forma de relação humana e a fonte e alicerce de todas as outras. É, antes de tudo, uma instituição divina (Gên. 2:18). Uma vez que a essência do contrato matrimonial é o voto mútuo tomado diante de Deus e na presença de testemunhas, não deve ser realizado imprudentemente mas “reverente e discretamente, e com temor de Deus”. A cerimônia deve ser feita por um ministro de Cristo porque só ele está autorizado a representar a lei de Deus, receber e registrar os votos feitos na presença divina. O casamento é também um contrato civil e contribui de várias

maneiras para a paz e para a ordem pública. O estado, portanto, determina com justiça quais casamentos são legais e prescreve certas regras a este respeito.

O matrimônio é a união de um homem e uma mulher. Opõe-se à poligamia e a toda forma de promiscuidade. A autoridade suprema para esta posição encontra-se nas palavras do próprio Cristo quando disse: *Não tendes lido que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher, e que disse: Por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne? De modo que já não são mais dois, porém uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem* (Mat. 19:4-6).

O matrimônio é uma instituição de cunho permanente e só se pode desfazer naturalmente pela morte de um dos cônjuges. Há, entretanto, processos não naturais pelos quais se pode dissolver a relação matrimonial. É dissolvido pelo adultério (Mat. 5:32). O protestantismo, de modo quase unânime, tem admitido que Paulo prescreve que o abandono premeditado é também razão para que se desfaça o vínculo conjugal (I Cor. 7:15), embora tal deserção provavelmente implicasse o adultério. Parece claro que o Evangelho não justifica o divórcio a não ser à base exclusiva do adultério. É somente através da permanência que pode o matrimônio contribuir com aqueles valores morais e espirituais por que o instituiu Deus.

1. *Deveres dos Esposos.* O estado do matrimônio exige antes de mais nada o dever do afeto mútuo. Isto requer que o esposo e a esposa tenham mutuamente a mesma consideração que lhes provê a base do pacto matrimonial. Onde este princípio é devidamente cumprido, o afeto mútuo aumenta com os anos, aprofunda-se e torna-se mais forte, enquanto os esposos cuidam de ser menos egoístas e de sacrificar-se mutuamente para o bem estar do outro e amar-se mais um ao outro. Não há maior norma da relação matrimonial concebível do que

a que se encontra nas Sagradas Escrituras. Tão santa e exaltada é esta relação que Paulo a menciona nos seus ensinamentos com respeito à relação entre Cristo e a Sua Igreja (Efé. 5:22-23). Esta afeição mútua entre o esposo e a esposa exige fidelidade estrita ao contrato do matrimônio e proíbe tudo aquilo que tenda a diminuir este afeto mútuo. Além deste dever básico do esposo e da esposa, há outras obrigações de cooperação mútua e divisão de responsabilidades. Para que a relação matrimonial e a família consigam o seu objetivo mais elevado, os esposos devem reconhecer o seu propósito comum e trabalhar unidos para uma causa comum. Nunca devem deixar de buscar pensamentos, interesses e gozos comuns. Ao mesmo tempo, deve haver divisão de responsabilidade e de trabalho, se é que a família pretende ter êxito no que Deus lhe atribuiu (cf. Efé. 5:22-23; Col. 3:18-19; I Ped. 1:7; I Tim. 5:8).

2. *Deveres dos Pais e dos Filhos.* Os deveres dos pais para com os filhos envolvem, antes de tudo, o afeto paternal na sua feição mais pura e desinteressada. Disto depende o caráter e o destino dos filhos. Ademais, há o cuidado e a preparação dos filhos. Isto abrange a nutrição apropriada do corpo, a provisão de um meio ambiente físico sadio; a educação da mente de acordo com os dons e a capacidade de cada filho; e o desenvolvimento de normas morais elevadas. Ordena-se aos pais criar os filhos *na disciplina e na admoestação do Senhor* (Efé. 6:4). A importância desta preparação inicial é declarada em Provérbios 22:6: *Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for antigo não se desviará dele.* Nesta preparação, para que seja realmente eficaz, é imperativo levar-se a criança, desde tenra idade, ao conhecimento de Jesus Cristo como o seu Salvador pessoal. Finalmente, os pais devem aos filhos o dever do governo da família. Tal autoridade deve adaptar-se ao grau de desenvolvimento da criança e, embora tenha de ser firme, sempre deve ser adminis-

trada no espírito de Cristo. É o que está implícito nas palavras de Paulo, *E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira* (Efê. 6:4); e *Pais, não irriteis os vossos filhos, para que não fiquem desanimados* (Col. 3:21).

Os deveres dos filhos para com os pais podem ser resumidos em dois títulos gerais: obediência e reverência. Com relação à obediência, o mandamento bíblico é: *Filhos, obedeei a vossos pais no Senhor, pois isto é justo* (Efê. 6:1); e *Filhos, em tudo obedeei a vossos pais; pois fazê-lo é grato diante do Senhor* (Co. 3:20). É dever do filho submeter-se alegremente ao ensino e à orientação que a sabedoria superior dos pais possa ditar. Os pais são os oficiais que Deus constituiu para administrar o governo das respectivas famílias; e obedecer-lhes no exercício da sua autoridade é obedecer a Deus. Como outros governantes, é possível que os pais abusem do poder, mas em tal caso os filhos só devem obedecer aos pais "no Senhor". No que diz respeito à reverência como dever para com os pais, ela abrange o respeito para com todos os superiores e, especialmente, para com os pais: *Honra a teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá* (Êx. 20:12). Paulo chama a isto o *primeiro mandamento com promessa* (Efê. 6:2). A palavra *honra* tal como se usa no texto, abrange a obediência, o afeto e a gratidão. Aqui é que se manifesta de modo especial o espírito do cristianismo.

D. *O Dever do Homem para com o Estado.*

O estado é a segunda das instituições sociais ordenadas por Deus para o benefício do homem. O fim principal do estado é prover ao homem uma esfera ampla de atividade social. Uma vez que a natureza moral do homem se encontra em desordem, o seu desenvolvimento desregulado deve, necessariamente, levar à interferência injusta com os direitos do próximo. O governo civil, portanto, tem o propósito de proteger os

cidadãos de toda a violência e de garantir para cada indivíduo o gozo tranquilo de todos os direitos, na mais ampla medida das suas possibilidades. O estado deve, pela própria natureza do caso, exercer autoridade no governo da conduta pública; e isto ele faz por meio de leis baseadas na imutabilidade do direito. A pena deve ser usada na imposição da lei, se preciso for. A culpa deve ser perigosa e o crime deve ser coisa séria mesmo para o criminoso. É importante notar que a soberania da autoridade civil se fundamenta no próprio estado e não no rei ou governador, quem quer que sejam eles. Estabelece-se isto pelo facto de que o estado existiu antes dos governadores, que são apenas instrumentos do governo.

Entre os deveres do homem para com o estado encontram-se os seguintes: (1) Oração pelos que governam: *Antes de tudo, pois, exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graça, em favor de todos os homens, em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade, para que vivamos vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito* (I Tim. 2:1-2). (2) Obediência aos que têm autoridade. *Lembra-lhes que se sujeitem aos que governam, às autoridades; sejam obedientes, estejam prontos para toda boa obra, não difamem a ninguém; nem sejam altercadores, mas cordatos, dando provas de toda cortesia, para com todos os homens* (Tito 3:1-2). (3) Os cristãos devem estar sujeitos ao governo por causa da consciência. *É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência* (Rom. 13:5). (4) Deve sustentar-se o governo. *Por esse motivo também pagais tributos: porque são ministros de Deus, atendendo constantemente a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra* (Rom. 13:6-7). As obrigações que o homem tem para

com o governo são resultados do facto de que ele é ordenado por Deus. *Todo o homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por Ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade, resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação* (Rom. 13:1-2). Assim, os que governam ou outros agentes do governo devem aplicar as penas da lei. *Porque os magistrados não são para temor quando se faz o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem, e terás louvor dela; visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal* (Rom. 13:3-4). Paulo aplica o princípio do amor às questões do estado, da mesma forma que o faz em relação à vida social e doméstica. Condensa toda a questão nestas palavras: *A ninguém fiquéis devendo cousa alguma, exceto o amor com que vos ameis uns aos outros: pois quem ama ao próximo, tem cumprido a lei* (Rom. 13:8).

Em conclusão, deve-se notar que as Escrituras ensinam claramente que nenhuma autoridade humana é ilimitada. As seguintes observações com respeito a este aspecto da autoridade do estado citam-se numa discussão excelente do assunto, feita pelo doutor Charles Hodge. “Os princípios que limitam a autoridade do governo civil e dos seus agentes são simples e óbvios. O primeiro é que os governos e magistrados têm autoridade somente dentro das suas esferas legítimas. Uma vez que o governo civil foi instituído para a proteção da vida e da propriedade, para a preservação da ordem, para o castigo dos que fazem o mal e para o louvor dos que fazem o bem, apenas se pode envolver nos actos externos do homem. Nada tem a ver com as opiniões, quer sejam científicas, quer sejam religiosas ou filosóficas... O

magistrado não pode entrar nas nossas famílias e assumir a autoridade paterna, nem nas nossas igrejas para ensinar como ministro. Considerado o magistrado fora do seu raio de ação, desaparece o seu poder como tal. Uma segunda limitação também está clara. Nenhuma autoridade humana pode obrigar um homem a desobedecer a Deus. Se todo o poder é de Deus, não pode ser legítimo se é usado contra Deus. Quando os apóstolos receberam a proibição de pregar o Evangelho, recusaram a obedecer... Quando deve o governo civil ser ou não obedecido é questão que só ao indivíduo compete decidir. É assunto de julgamento privado. Todo o homem deve responder por si mesmo diante de Deus e assim deve julgar por si mesmo se um dado acto é pecaminoso ou não... Quando um governo deixa de corresponder ao propósito para o qual Deus o ordenou, o povo tem o direito de modificá-lo. Um pai que vergonhosamente abusa do poder pode ser privado, com todo o direito, da autoridade que exerce sobre os filhos” (Hodge, *Teologia Sistemática*, III, pp. 357-360).

QUESTIONÁRIO

1. Que justificação pode ser oferecida para o estudo da ética cristã numa obra de teologia cristã?
2. Enumere e discuta ligeiramente cada uma das fontes da ética cristã.
3. Em que sentido especial é a perfeição cristã uma experiência relacionada com a ética?
4. Que se quer dizer com a lei da liberdade?
5. Em que sentido está o cristão sob a lei?
6. Que é a consciência? Como se relaciona com a natureza total do homem?
7. Está a consciência sujeita à educação ou desenvolvimento? Explique.
8. Quais são as virtudes teístas?
9. Porque se considera a reverência como dever fundamental para com Deus?
10. Enumere e explique por palavras suas as quatro formas básicas de oração.
11. Que é a adoração? Por que é ela o dever supremo do homem para com Deus?
12. Porque formam os deveres para consigo mesmo o segundo grupo dos deveres éticos considerados?
13. Qual é a verdadeira opinião cristã sobre o corpo do homem? Quais são os nossos deveres neste sentido?
14. Que razões cristãs podem ser dadas para o desenvolvimento do intelecto, da conservação da vida emotiva e da força da vontade?
15. Que sugestão específica pode ser dada para o desenvolvimento da vida espiritual?
16. Condense em palavras suas a opinião cristã sobre os direitos do homem.
17. Qual é o ensinamento cristão sobre a natureza do matrimónio?
18. Quais são os deveres cristãos de esposos para com as esposas, e vice-versa?
19. Quais são os deveres cristãos dos pais para com os filhos, e vice-versa?
20. Explique cuidadosamente as opiniões geralmente aceites entre os cristãos sobre as obrigações que o indivíduo tem para com o estado. Quando deixa de existir a obrigação e até que grau nos compromete?

CAPÍTULO XX

A IGREJA CRISTÃ

“De acordo com a lei natural de integração social e apoiada naquela comunidade messiânica intermediária que Jesus organizou, inspirou e comissionou antes da ascensão ao céu, levanta-se, pela vinda do Seu Espírito, outra ‘comunhão escolhida’, diferente em espécie de qualquer outra organização, seja social, civil ou religiosa; uma constituição espiritual da qual o Filho encarnado, o Deus-homem glorificado é o Cabeça e de que os indivíduos nascidos pelo Espírito são os membros”.

—Doutor Emmanuel V. Gerhart.

I. A NATUREZA DA IGREJA CRISTÃ

A palavra “igreja”, tal como se encontra no Novo Testamento, vem do grego *ecclesia* e na sua acepção mais simples significa assembleia ou corpo de “chamados para fora”. A Igreja Cristã é, portanto, a assembleia dos chamados para fora, composta de filhos divinamente adotados de Deus. Cristo é o seu Cabeça glorioso. D’Ele recebe a sua vida através do Espírito Santo e, como tal, desempenha dupla função—como instituto de adoração e como depositária da fé. A Igreja é também o *Corpo de Cristo*, constituindo assim uma extensão mística da Sua natureza. Em consequência, compõe-se somente dos que se tornaram participantes desta natureza. A relação entre Cristo e a Igreja é vital, viva e orgânica. A Igreja não é meramente uma organização. É um organismo vivo.

A. A Igreja Como o Corpo de Cristo.

A Igreja é a criação do Espírito Santo. O Espírito, administrando a vida de Cristo, faz-nos membros do Seu corpo espiritual. Ministrando na Sua própria personalidade como Terceira Pessoa da Trindade, o Espírito Santo habita no templo assim construído. A Igreja, portanto, não é meramente uma criação independente do Espírito, mas uma ampliação da vida encarnada de Cristo.

Como corpo de Cristo, é ressaltado o aspecto ativo ou evangelístico da Igreja. Sob este símbolo damos atenção à unidade, ao crescimento e aos diversos tipos de ministério da Igreja. A unidade da Igreja é a unidade do Espírito. Consiste em algo mais do que meros vínculos naturais, quer sejam de família, de nação ou de raça. Nenhum vínculo de relação externa é capaz de expressar a unidade interna dos membros da Igreja ou a sua unidade inteira de vida, facto que levou o nosso Senhor a fazer dela uma ilustração da Sua própria unidade com o Pai. Orou para que *todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós* (João 17:21). Assim o nosso Senhor não encontrou qualquer união, excepto aquela existente na vida divina, com a qual expressasse o Seu pensamento. Deviam ser um através do Espírito Santo. Sendo o Espírito o vínculo de união na Trindade, também se torna a fonte de união na Igreja, unindo os membros uns aos outros, todos ao Cabeça exaltado e a Si mesmo. A ilustração mais perfeita de Paulo a respeito da unidade da Igreja é, como a do seu Mestre, modelada na Trindade. Dá-nos uma trindade de trindades—um corpo, um espírito, uma esperança; *um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos* (Efé. 4:5-6).

Crescimento é o segundo aspecto deste organismo, o corpo de Cristo. Este crescimento é por meio da verdade como é administrada pelo Espírito Santo. Donde Paulo diz: *Mas, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é o Cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado, pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor* (Efé. 4:15-16). Aqui vê-se que o crescimento espiritual do indivíduo deve ser interpretado não em função de uma progressiva independência

de ação, mas de uma cooperação mais profunda e alegre com os outros membros do corpo. Note também que o crescimento do corpo é por meio de contribuições individuais desses membros.

O terceiro aspecto importante em relação ao corpo de Cristo encontra-se nos diversos tipos do Seu ministério. Paulo diz-nos que o Cristo ascendido deu apóstolos e profetas como o ministério fundamental, e evangelistas, pastores e mestres como o ministério de instrução ou de proclamação. O propósito de tudo isto é o *aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo*; e a meta de realização é *até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo* (Efé. 4:12-13).

B. *A Igreja Como o Templo do Espírito Santo.*

O segundo símbolo pelo qual se representa a Igreja espiritual de Jesus Cristo é o de um templo. Paulo refere-se a isto em Efésios 2:21-22: *No qual todo edifício, bem ajustado, cresce para santuário dedicado ao Senhor, no qual também vós juntamente estais sendo edificados para habitação de Deus no Espírito*. Pedro usa a mesma figura de linguagem, de maneira semelhante. Diz: *Também vós mesmos, como pedras que vivem, sois edificados casa espiritual para serdes sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por intermédio de Jesus Cristo* (I Ped. 2:5). É sob o símbolo de um templo que a Igreja se apresenta como instituto de adoração. Discutiremos agora o objeto da adoração, os meios da graça e os sacramentos.

C. *A Fundação da Igreja Cristã.*

A Igreja Cristã está relacionada historicamente com a judaica—algumas vezes chamada a *congregação no deserto* (Actos 7:38). Quando o nosso Senhor, no começo

do Seu ministério, proclamou que o reino dos céus estava às portas, por meio desta expressão relacionou a Sua própria obra com a teocracia judaica, no que se refere ao seu espírito interno, embora não à sua forma externa. A Igreja do Antigo Testamento foi a primeira representação da *ecclesia* ou dos “chamados para fora”. Foi uma comunidade do Espírito. Embora se manifestasse através de leis sociais e naturais, era, contudo, uma organização sobrenatural. Como tal fez uma contribuição direta e positiva à Igreja Cristã porque cultivou e fez amadurecer a religião que deveria redundar finalmente no reino de Deus; e foi a comunidade que deu Cristo ao mundo.

O segundo passo na preparação da Igreja foi a formação do “pequeno rebanho” pelo próprio Senhor. Este ocupava posição intermediária entre o regime mosaico e o Pentecoste. Dois estágios são evidentes na formação desta comunidade intermediária. O primeiro compreendia o grupo de discípulos que cercavam João Batista como o precursor de Jesus. O segundo incluiu o grupo que acompanhava o próprio Jesus. Este era composto dos Doze, dos Setenta e de um número indefinido de judeus devotos—mais ou menos quinhentas pessoas. Acreditavam estes que Jesus era o Cristo e fundiram-se numa organização informal, pelo seu amor para com o Mestre e pela fé nas Suas palavras. Assim tornaram-se espiritualmente capazes de receber o dom do Espírito Santo no dia do Pentecoste e formaram o verdadeiro núcleo da Igreja Cristã.

O Pentecoste foi o nascimento da Igreja. Os discípulos preparados, em obediência ao mandamento do seu Senhor, estavam reunidos com um só pensamento em Jerusalém quando, de repente, o Espírito Santo desceu sobre eles, fazendo da comunidade intermediária, no mais verdadeiro sentido da palavra, “o novo templo do Deus Trino”. O Pentecoste representa o princípio da plenitude do Espírito e da plenitude da Nova Aliança em

que a lei de Deus está escrita nos corações pelo Espírito. O Pentecoste pôs a comunidade cristã sob a jurisdição do Espírito Santo, que representa o Cabeça invisível do corpo agora visível.

D. *Características e Atributos da Igreja.*

Com o termo “atributos” referimo-nos àquelas características da Igreja que se apresentam nas Sagradas Escrituras. Pela palavra “características” queremos dizer aqueles atributos transformados em provas pelas quais se conhece a verdadeira Igreja. Nos credos mais antigos, como o Apostólico e o Niceno, são mencionadas quatro características. Estas sugerem-se pelas palavras unidade, santo, católico e apostólico. Examinemos brevemente cada uma delas.

A Igreja possui, a um tempo, unidade e diversidade. Há um corpo, um Espírito, uma esperança, um Senhor, uma fé e um batismo. Mas esta unidade é pluralizada. As Escrituras não mencionam em parte alguma uma unidade visível ou externa. Não há nem sequer a sugestão de uniformidade. O Novo Testamento nunca fala da igreja de uma província, mas sempre das igrejas. A unidade é a do Espírito. A diversidade abrange tudo que não esteja fora de harmonia com esta unidade espiritual.

O termo “santo” é aplicado tanto ao corpo de Cristo como aos seus membros. Em ambos os casos significa estar separado do mundo e dedicado a Deus. No caso do indivíduo, tem de haver, por necessidade, uma obra preliminar de purificação espiritual a fim de promover esta dedicação total. A organização própria é considerada como santa, em virtude da relação com o propósito ou o fim para o qual existe. Entretanto, esta Igreja santa pode incluir os que não são individualmente santos. Isto é evidente nas epístolas apostólicas que, embora dirigidas aos “santos”, contêm bastante censura daquilo que é ímpio.

A ideia de catolicidade abrangia no começo somente a universalidade da Igreja em desígnio e destino. O termo foi usado em contraste com o conceito judaico da Igreja como algo local e nacional. Mais tarde o termo “católico” foi apropriado pela Igreja Romana que considerou todos os demais grupos, incluindo a Igreja Ortodoxa ou Oriental, como pairando fora do âmbito da única e exclusiva Igreja Católica. Relacionada com a ideia de catolicidade está a distinção entre a igreja visível e a invisível. Por igreja invisível compreendemos o corpo místico de Cristo animado pelo Seu Espírito Santo. O termo católico pode ser aplicado tanto à igreja invisível como à visível. Se aplicado à invisível, frequentemente é considerado como incluindo não só os que agora vivem, mas os cristãos de todas as épocas—passado, presente e futuro. O termo “católico”, tal como se aplica à igreja visível, abrange a todos aqueles grupos particulares ou organizações que compõem o corpo total de crentes professos em Jesus Cristo. O Catolicismo Romano, embora tecnicamente creia numa igreja invisível, exalta de tal maneira o aspecto visível que suprime quase totalmente a sua invisibilidade. Daí, fazer da *exclusividade* uma característica da Igreja visível em lugar da invisível. Sustenta, portanto, que não pode haver salvação fora da Igreja Romana. O erro oposto encontra-se entre as organizações menores que ressaltam a igreja invisível em detrimento e exclusão de toda a organização externa.

Outro aspecto da universalidade é o que considera a Igreja como militante e triunfante. A Igreja militante é o corpo que está em contínua luta contra os principados e potestades do mal. A triunfante é o corpo de crentes que, tendo passado pela morte, estão agora no Paraíso com Cristo esperando o estado mais perfeito no qual entrará a Igreja no fim dos tempos.

A Igreja é também apostólica e confessional. É apostólica no sentido de que está edificada *sobre o*

fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular (Efé. 2:20). É confessional porque exige dos que nela são membros, uma profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador e Senhor. *Porque com o coração se crê para justiça, e com a boca se confessa a respeito da salvação* (Rom. 10:10). A doutrina católica romana sobre o caráter apostólico da igreja inclui dois erros: a teoria que fundiu a autoridade apostólica dos doze com a de Pedro; e o desenvolvimento da chamada sucessão apostólica que resultou no papado. Em contraste, o protestantismo ressaltou a crença nas Sagradas Escrituras, em lugar da autoridade viva apostólica. “A Igreja é apostólica porquanto é ainda governada pela autoridade apostólica viva através dos escritos dos apóstolos, sendo aquela autoridade a norma de apelação em todas as confissões que sustentam o Cabeça” (Pope, *Compêndio de Teologia Cristã*, III, p. 285).

E. *A Organização da Igreja Cristã.*

Nada se ensina mais claramente nas Escrituras do que o facto de uma organização externa da Igreja. Isto demonstra-se por tais factos como os tempos declarados de reunião; um ministério regularmente constituído conhecido por bispos, anciãos ou presbíteros e diáconos; eleições formais; um sistema financeiro para o sustento local do ministério e para os interesses gerais de caridade; autoridade disciplinar da parte dos ministros e igrejas; e costumes e ordenanças comuns.

Há três opiniões gerais com respeito à organização da Igreja. A primeira ensina que ela é exclusivamente um corpo espiritual e não precisa de organização externa. A segunda coloca-se no extremo oposto e afirma que as Escrituras nos dão um plano formal de organização para a Igreja. Mas mesmo entre os que sustentam esta posição há muita controvérsia com respeito à forma de governo prescrito. Há uma terceira e mediatória

teoria que afirma que o Novo Testamento oferece princípios gerais de organização, mas não prescreve nenhuma forma específica de governo eclesiástico. Esta é a posição geralmente aceita pelas igrejas protestantes.

Em geral há cinco tipos principais de organização ou formas de governo eclesiástico sustentados pelos cristãos. Referem-se principalmente à autoridade jurídica da Igreja visível. A Igreja Católica Romana afirma que a autoridade suprema e final se encontra no papa e é, portanto, um papado. No extremo oposto, as Igrejas Congregacionais opinam que a autoridade se encontra nas congregações separadas, por isso tidas por independentes. Entre estes extremos encontram-se as posições medianas: os Episcopais que dizem que a autoridade reside numa ordem superior do ministério; os Presbiterianos que sustentam que está no ministério e nos leigos, juntamente; e os Metodistas que afirmam que a autoridade repousa principalmente nos anciãos da igreja. Estes cinco tipos podem ser reduzidos a três—o Episcopal, no qual a autoridade está no ministério; o Congregacional, que a coloca sobre a congregação; e o Presbiteriano, que a coloca tanto nos ministros como nos leigos. Diz o Bispo Weaver: “É nossa opinião que a forma de governo no Novo Testamento não foi exclusivamente Episcopal, nem Presbiteriana, nem Congregacional, mas sim uma combinação de elementos de todos eles. De um exame cuidadoso de toda a questão, concluímos que está mais em harmonia com a prática e os escritos dos apóstolos dizer-se que a autoridade da Igreja visível está no ministério e nos leigos, juntamente”.

De acordo com a teoria Católica Romana (papal), a Igreja é considerada como a organização total e visível através do mundo e, assim, os grupos locais não são igrejas no verdadeiro sentido da palavra, mas apenas partes da única Igreja. No outro extremo está o congregacionalismo ou independentismo que mantém estritamente a autonomia da igreja local e nega o título a

quaisquer organizações hierárquicas. De acordo com esta opinião, só o grupo local é a Igreja, sendo a Igreja universal apenas um termo geral para expressar a totalidade das igrejas, cada uma delas perfeita em si mesma e inteiramente independente.

As igrejas apostólicas foram associações inteiramente voluntárias. Os que se uniram a elas fizeram-no livre e espontaneamente. Nenhuma provisão havia quanto a uma cabeça visível da suposta Igreja visível. O governo foi provido às igrejas conforme iam sendo fundadas, suscitando dentro delas mesmas pessoas a quem os apóstolos ordenaram como ministros. A única unidade de que os apóstolos falam é a da Igreja como um todo em Cristo, o seu Cabeça invisível. Esta unidade é a de fé e caridade fervorosas por meio do Espírito nela habitante. Apenas pelos fins do segundo século é que se fundaram associações maiores de igrejas. Entretanto, nos tempos apostólicos as igrejas locais não eram completamente independentes. Os apóstolos e evangelistas exerciam certo domínio e supervisão geral sobre elas. Parece, portanto, que o tipo de organização estabelecido pelos apóstolos foi uma forma de sistema associativo em que as igrejas locais retinham elevado grau de domínio sobre os seus próprios negócios, embora sujeitas, num sentido geral, a um governo comum.

F. *Condições para Ser Membro da Igreja.*

Ainda que consideremos a Igreja como organização visível e voluntária, contudo insistimos no elemento divino e invisível e, portanto, fazemos da regeneração a condição básica de se ser membro. Uma vez que a Igreja é a fraternidade e comunhão dos crentes, o único requisito essencial para admissão à organização visível é a confissão de fé no Senhor Jesus Cristo. Esta confissão tem sido interpretada pelo protestantismo como uma "experiência e vida cristãs conscientes". As várias denominações têm adotado, por regra, uma forma de

pacto, incluindo geralmente declarações comuns de crença e prática, às quais o candidato tem de estar disposto a conformar-se. É dever de todo o cristão não só professar a fé em Cristo publicamente, mas estabelecer comunhão com o corpo de crentes da comunidade e tomar sobre si as responsabilidades de membro da igreja.

G. *A Função da Igreja.*

Como Cristo assumiu um corpo e veio ao mundo revelar a Deus e remir os homens, assim a Igreja, como o Seu corpo, existe no mundo para a propagação do evangelho. É a esfera da operação do Espírito e encontra a sua função mais elevada na grande comissão dada à Igreja pelo próprio Cristo: *Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado. E eis que eu estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos* (Mat. 28:19-20).

H. *O Ministério Cristão.*

Católicos Romanos e Protestantes sustentam opiniões diferentes com respeito ao ministério cristão. Os Católicos Romanos aceitam um ministério sacerdotal; os Protestantes um ministério profético ou de pregação. Na Igreja primitiva os ministros eram conhecidos ora como bispos, ora como presbíteros, ora como anciãos. O conceito do Antigo Testamento sobre o sacerdócio teve pouca influência na noção eclesiástica do officio. Os sacrifícios foram abolidos e não podia haver sacerdócio sem sacrifícios. Consequentemente, toda a congregação considerava-se um corpo de sacerdotes para oferecer sacrifícios espirituais por Jesus Cristo, o seu único grande Sumo-sacerdote. Gradativamente, entretanto, surgiu uma distinção sem base nas Escrituras entre os clérigos e os leigos, aqueles passando a ser

conhecidos como *sacerdotes*, aos quais pertencia função propriamente sacerdotal. Este desenvolvimento na Igreja Católica Romana levou à oferenda sacerdotal do sacrifício *em favor do povo*, em vez do sacrifício *pelo povo*. Com a vinda da Reforma, deu-se novo relevo à ideia do sacerdócio universal dos crentes e tornou-se desde então característica dominante do Protestantismo. Como tal, ensina a igualdade essencial de todos os verdadeiros crentes e a sua relação direta com Cristo por meio do Espírito Santo. Assim preserva-se a verdadeira dignidade do cristão e a santidade da adoração corporativa.

Uma vez que a Igreja é uma instituição divinamente outorgada, isto é, é a vontade de Deus que os homens se organizem em sociedades para a edificação mútua e a adoração divina, assim é a vontade de Deus que se indiquem pessoas para perfazer os deveres e administrar os sacramentos da Igreja. Este propósito de Deus na seleção dos que são os líderes na Sua obra é evidente na dispensação mosaica, na chamada dos Doze e dos Setenta pelo nosso Senhor, e na experiência da Igreja primitiva (cf. Marcos 3:14; Lucas 6:13; 10:1; Actos 9:15; 27:16-18; 14:23). Uma vez que é a vontade de Deus que as igrejas sejam formadas, é também a Sua vontade que pessoas particulares sejam convocadas para servir na qualidade de ministros destas mesmas igrejas.

Paulo enumera as seguintes classes no ministério do Novo Testamento, outorgadas à Igreja pelo nosso Senhor assunto: *E Ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres* (Efé. 4:11). Do prosseguimento do estudo das epístolas de Paulo sabemos também da existência de bispos, presbíteros ou anciãos e diáconos. Alguns destes termos pertencem à mesma pessoa, isto é, a pessoa pode ser designada algumas vezes por um, outras vezes por outro destes títulos oficiais. Os cinco ofícios mencionados por Paulo podem ser resumidos em dois grupos principais: o ministério

extraordinário e transicional e o ministério regular e permanente.

O ministério extraordinário e transicional abrange os apóstolos, os profetas e os evangelistas. A Igreja foi fundada por um grupo de homens especialmente escolhidos e qualificados para esse fim. O seu ministério foi transicional, continuando a administração extraordinária do Espírito Santo sob o antigo regime e levando-a à consumação total no serviço da nova ordem. Os *apóstolos* eram obreiros que tinham sido comissionados pelo nosso Senhor em pessoa, escolhidos para dar testemunho dos Seus milagres e da Sua ressurreição. A fim de estabelecer o fundamento da Igreja em doutrina e prática, foram capacitados com o dom da inspiração e receberam credenciais que consistiam no poder de fazer milagres. Os *profetas* eram os que em alguns casos prediziam o futuro (Actos 11:28; 21:10-11). Mas o termo geralmente se refere àquele grupo de mestres extraordinários que se levantaram com o fim de estabelecer as igrejas na verdade, até o tempo em que ele pudesse ficar sob instrutores idôneos e permanentes. Falavam sob a inspiração imediata do Espírito Santo, mas só em alguns casos se preservaram as suas revelações. Foi a esta classe que se prometeu a vinda do Espírito Santo (Actos 2:18). O dom profético foi exercido tanto por homens como por mulheres (cf. Actos 21:9; I Cor. 14:24-25, 29-33, 37). É no sentido de um ministério inaugural apenas que a ordem foi transitória. Como proclamação da verdade, permanece na Igreja na forma do ministério regular. Os *evangelistas* eram assistentes dos apóstolos e perfaziam os ofícios apostólicos de pregar e fundar igrejas. O seu poder era-lhes delegado pelos apóstolos, sob cuja vigilância cumpriam os deveres. Timóteo e Tito são representantes desta espécie de evangelistas. Foi-lhes outorgada a autoridade de ordenar presbíteros na Igreja, mas uma vez que não tinham autoridade para ordenar seus próprios sucessores, este ofício deve ser

considerado como temporário. Deixou de existir quando terminou o apostolado do qual dependia. Como veio a ser usado na Igreja em tempos posteriores, o termo aplicou-se primeiro aos escritores dos evangelhos e depois ao ministério irregular dotado com o mandamento de proclamar o evangelho aos não convertidos.

O ministério regular e permanente foi estabelecido para cuidar da Igreja quando cessasse a supervisão apostólica. Mencionam-se duas classes de ofícios: o pastorado, respeitante especialmente à supervisão espiritual da Igreja, e o diaconato, dedicado à administração de assuntos temporais. Os que ocupavam o ofício de pastores eram conhecidos com os nomes de anciãos ou presbíteros e bispos; os que serviam na segunda classe eram chamados diáconos.

O ofício do pastorado tem dupla função—administrativa e instrutiva. Daí os escolhidos para esta posição terem sido conhecidos como “pastores e mestres”. Uma vez que o termo pastor implica os deveres de instrução e de governo e que os anciãos ou bispos eram ordenados nas várias igrejas pelos apóstolos ou evangelistas, é evidente que eram eles os pastores aos quais Paulo se refere na Epístola aos Efésios. Nos tempos apostólicos parece que as igrejas maiores tinham vários presbíteros ou anciãos como nas igrejas de Jerusalém (Actos 15:4) e Éfeso (Actos 20:17). Tem-se discutido muito sobre se os termos bispo e presbítero se referem ao mesmo ofício ou se o bispo representava uma ordem superior de ministério com mais autoridade e poder para governar tanto os presbíteros como o povo. É verdade que bem cedo surgiu distinção entre os dois termos, mas parece não haver autoridade bíblica para tal distinção de poderes.

Os diáconos eram investidos na administração dos assuntos temporais da Igreja (Actos 6:1-16). Os requisitos dos diáconos e das suas esposas são dados por Paulo em I Timóteo 3:8-13. Mulheres cristãs foram investidas

neste ofício (Rom. 16:1) e a palavra “mulheres” é traduzida algumas vezes como “diaconisas” (I Tim. 3:11). Nos tempos modernos a palavra “ministro”, que é equivalente a “diácono”, passou a ser usada comumente em lugar da palavra ancião ou presbítero. Por esta razão o diácono, em algumas igrejas, é apenas um presbítero em fase de experiência—um primeiro passo para a ordenação como presbítero.

As Escrituras ensinam claramente que a Igreja primitiva ordenava anciãos ou presbíteros por meio de uma separação formal para o ofício e para a obra do ministério. Há numerosas referências que indicam que os anciãos eram separados pela imposição das mãos. É evidente também que a autoridade de ordenação pertencia ao corpo de anciãos e que todos os candidatos deveriam ser julgados como dignos ou indignos do ofício somente por aqueles que tinham sido eles mesmos ordenados. A ordenação, não obstante, não faz do presbítero oficial de uma igreja particular. Isto só pode ser feito quando é eleito pela igreja e aceita voluntariamente esta eleição. De maneira que o presbítero é uma ordem do ministério da qual podem ser eleitos os pastores, mas somente depois de eleitos é que são pastores de igrejas particulares. Realmente há muitos e variados ofícios na igreja, mas somente uma ordem de ministério—a dos presbíteros.

A igreja por meio dos seus ministros exerce três formas de poder administrativo. *Primeira*, há a administração das leis de ordem e de governo. Tais leis são, por necessidade, bíblicas e de caráter espiritual. *Segunda*, há as funções didáticas da igreja. Isto abrange a conservação e a defesa da verdade a ela confiada, a pregação da Palavra e a instrução da juventude em questões espirituais. *Finalmente*, dos ministros exige-se o exercício da disciplina correta da congregação. Isto não abrange o uso da autoridade ou castigo civis mas

limita-se à censura, suspensão e expulsão do quadro de membros da igreja.

II. A ADORAÇÃO E OS MEIOS DA GRAÇA

Voltamos agora a nossa atenção para a adoração e para as ordenanças da Igreja. Ao fazê-lo, consideramos o segundo símbolo significativo sob o qual a Igreja é descrita por Paulo, isto é, o templo do Espírito Santo. Com esta nova consideração trataremos também de outro aspecto do ministério—a sua direção profética.

A. *A Adoração na Igreja Cristã Primitiva.*

Na Igreja Cristã anterior ao ano 100 d.C. o culto de adoração consistia na *Eucaristia* ou Ceia do Senhor, precedida pelo *agape* ou festa de amor, seguido pela “liturgia do Espírito Santo”. Parece provável que no começo o *agape* tenha sido uma verdadeira refeição que as pessoas tomavam até saciar a fome; em seguida, tendo-se separado certas porções do pão e do vinho, eram comidos solenemente como a Eucaristia. Houve, contudo, bem cedo, certos abusos associados com este *agape* (I Cor. 11:20-22) e, ao que parece, no fim o *agape* veio a fundir-se na Eucaristia. É por esta razão que a adoração primitiva era comumente considerada dupla—o culto da eucaristia e a adoração livre.

A primeira parte do culto incluía a leitura das Sagradas Escrituras e a oração, assim como a consagração e distribuição dos elementos. O sermão também fazia parte do culto, da mesma forma que os salmos, hinos e cânticos espirituais. As cartas dos apóstolos eram lidas durante o *agape*, ou logo antes do culto de comunhão.

A segunda parte, ou a assim chamada “adoração livre”, mantinha lugar especial no culto cristão. Depois da Eucaristia, pessoas inspiradas começavam a falar diante da assembleia e a manifestar a presença do

Espírito Santo que as inspirava. O exercício do dom profético parece ter estado frequentemente em evidência.

B. *Os Aspectos Individuais e Sociais da Adoração.*

A adoração cristã é tanto individual como social. A adoração na sua própria natureza é profundamente pessoal, mas é também o acto de uma pessoa essencialmente social. As primeiras palavras do “Pai nosso” recordam a todo o adorador estas relações sociais. É como “nosso” Pai, não “meu” Pai, que ele chega à presença divina. Não importa quão solitário possa parecer o adorador, não obstante, forma parte da família de Deus. A adoração corporativa ressalta a unidade da Igreja. Exalta o corpo de Cristo, em vez da ação livre antes que a ação livre dos seus muitos membros. Refreia o egoísmo religioso, derruba barreiras devocionais e confere os benefícios disciplinares e confortadores da vida em família. Por isto a adoração corporativa é muito importante, seja qual for a sua forma externa ou maneira de expressão.

Por outro lado, a adoração individual é básica. Há um verdadeiro segredo de adoração que pertence a todo o filho de Deus. As vidas secretas e pessoais de oração e devoção não representam egoísmo espiritual. É o carácter desta devoção pessoal que fortalece a adoração corporativa. É essencial estabelecer-se um equilíbrio entre os aspectos social e individual da adoração. Separados um do outro, a forma corporativa ou sacramental da adoração tende para o ritualismo—com catedral, altares e sacerdote; enquanto que a adoração individual, quando não governada propriamente, resulta com frequência nas formas mais extremas do fanatismo. A simplicidade de adoração tal como se encontra na Igreja apostólica exhibia tanto a fase sacramental com a sua ênfase sobre a unidade, quanto o aspecto profético

com a sua liberdade, entusiasmo, espontaneidade pessoal e intensas exigências éticas.

C. *A Ordem e as Formas de Adoração.*

A ordem da adoração divina tem referência aos princípios segundo os quais deve ser conduzida. Estes princípios são expressos claramente nas Sagradas Escrituras. A adoração deve ser oferecida ao Deus Trino. É este um princípio fundamental. Toda a espécie de adoração que se dirija a um membro da Trindade deve ser oferecida a todos—ou a Um na unidade dos outros Dois. A adoração deve ser mediatorial—“sacrifícios espirituais, aceitáveis a Deus por meio de Jesus Cristo”. Finalmente, a adoração deve ser espiritual, isto é, deve ser inspirada pelo Espírito Santo para que seja agradável a Deus. *Deus é espírito; e importa que os seus adoradores o adorem em espírito e em verdade* (João 4:24). O fundamento de toda a verdadeira adoração é o toque de Deus sobre a alma do indivíduo.

As formas de adoração ficam sob a responsabilidade da igreja, contanto que se conformem com as Escrituras. O horário dos cultos também é por ela determinado, mas não deve infringir os direitos da família ou do indivíduo. A igreja pode marcar ocasiões especiais para a oração e o jejum, para a pregação e para a ação de graças. As leis da decência e da ordem exigem que os cultos públicos estejam bem regulamentados. Digna de louvor é a espontaneidade resultante da presença do Espírito numa união fresca, mas todo o capricho pessoal deve ser banido por estar em desarmonia com a dignidade do culto divino. Os cultos públicos também devem caracterizar-se por sua simplicidade. Um ritual elaborado que distraia a alma da sua única e verdadeira função de adoração espiritual resulta em prejuízo, mas um espírito descuidado e indiferente mata qualquer forma de adoração espiritual.

D. *O Sábado Como um Meio da Graça.*

A instituição do Sábado (dia do repouso) é considerada uma das ordenanças permanentes e divinas da Igreja. Introduzido no tempo da criação do homem, o sábado pertence à humanidade, geral e perpetuamente. O seu desígnio original foi o descanso do trabalho físico e, com ele, o desígnio espiritual de que o homem, cessando todas as demais ocupações, pudesse ter comunhão com o Criador. Uma compreensão correta do sábado como instituição deve considerá-lo como um período de descanso depois de seis dias de trabalho. Consiste de duas partes: o *descanso santo* e o *dia* em que se observa este descanso. A primeira parte pertence à lei moral e, como instituição perpétua, é obrigatória a todos os homens. A segunda parte, o dia em que deve ser observado, é puramente positivo e pode ser alterado por autoridade divina, sem alterar a substância da instituição.

Quando o nosso Senhor disse que “o sábado foi feito por causa do homem”, referia-se à sua instituição primitiva como uma lei universal e não meramente aos sábados judaicos como um dispositivo da lei de Moisés. Pertence a toda a humanidade, faz parte da lei moral como expressa nos Dez Mandamentos e nunca foi ab-rogado. É tão obrigatório para os cristãos como o foi para os judeus. Aquele que nega a obrigação do sábado, nega todo o Decálogo. Os cristãos observam o sábado tão genuinamente quanto os judeus, mas celebram-no num outro dia.

Quando Jesus declarou que o “Filho do homem é senhor também do sábado”, sem dúvida quis dizer que Ele tinha poder para modificar o dia em que se deveria observá-lo. As Escrituras indicam claramente que o sábado tem sido celebrado em dias diferentes. A primeira menção do sábado faz-se em Gênesis 2:2-3. Aqui, na instituição do sábado, declara-se distintamente ser um dia de santo descanso depois de seis dias de trabalho.

Além disto, neste caso, é considerado um memorial da criação. É evidente que o sétimo dia de Deus não podia ser o do homem. “O sétimo dia que Deus abençoou e santificou no Éden”, diz o doutor Whitelaw, “foi o primeiro dia da vida humana e não o sétimo; e é certo que Deus não descansou dos Seus trabalhos no sétimo dia do homem, mas no primeiro”. Donde o primeiro dia de Adão e, dali por diante todo o oitavo dia, foi o seu sábado—uma referência muito semelhante à aparição do nosso Senhor no primeiro e oitavo dias.

A menção seguinte ao sábado é em referência à dádiva do maná (Êx. 16:14-31). Aqui diz-se que o dia vinte e dois do segundo mês foi o primeiro dia de sábado celebrado no Deserto de Sim. Não há dúvida alguma que o sábado como descanso santo foi restabelecido nesta ocasião; que se celebrou no mesmo dia que o sábado patriarcal, tem sido matéria de controvérsia. O doutor W. H. Rogers opina: “A única modificação do sábado por autoridade de Deus está, para os judeus, entre a dádiva do maná e a ressurreição de Cristo. O primeiro dia da semana, mas sempre o sétimo dia depois de seis dias de trabalho, foi o dia do descanso santo desde Adão até Moisés. O sabatismo foi separado da idolatria alterando-o do domingo para o sábado, entre o povo escolhido, *por suas gerações*, mil e quinhentos anos (cf. Êx. 31:13-14; Eze. 20:1). Na ressurreição de Cristo esta peculiaridade da modificação excepcional expirou por estatuto limitativo, restaurando-se o dispositivo divino para toda a humanidade que requeria a guarda do sábado do primeiro dia como tinha sido o caso durante os primeiros dois mil e quinhentos anos da história humana. Com a vinda do “último Adão” (Cristo), o sábado foi restaurado ao dia original em que foi celebrado pelo primeiro Adão.

Que o sábado cristão ou “o dia do Senhor” foi restaurado, ou ao menos mudado para o primeiro dia, tem sido o ensino da Igreja desde os tempos apostólicos.

Jesus deu a Sua aprovação ao primeiro dia da semana reunindo-Se com os Seus discípulos naquele dia. A ressurreição realizou-se no primeiro dia da semana (João 20:1). A Sua primeira reunião com os discípulos foi na noite do dia da ressurreição (João 20:19); e a segunda foi na noite do oitavo dia. Os apóstolos autorizaram a mudança, sem dúvida em virtude das instruções não escritas de Jesus durante os quarenta dias (cf. Actos 1:2). Vinte e cinco anos mais tarde Paulo reunia-se com os discípulos no primeiro dia da semana (Actos 20:7), e deu instruções respeitantes à coleta das oferendas no primeiro dia da semana (I Cor. 16:1-2). João refere-se ao sábado como o *Dia do Senhor* (Apoc. 1:10), no fim do primeiro século da era cristã. Muitos dos pais apostólicos primitivos, alguns dos quais estiveram associados com os apóstolos, indicam claramente que o primeiro dia da semana era o Dia do Senhor, separado dos outros dias, porque era o dia da ressurreição. Era um dia santo—um sábado santo.

De várias citações bíblicas referentes ao sábado como dia de santo descanso (Êx. 20:9-11; Deut. 5:12-15), compreendemos que o dia deve ser separado para a adoração de Deus e dedicado aos interesses espirituais da humanidade. Por esta razão, toda a obra profana é proibida, com exceção da que se conhece comumente como obra de necessidade ou de misericórdia (Isaías 58:13). É paralização do trabalho, quer do corpo, quer da mente, a fim de conseguir tempo para as coisas espirituais. O nosso Senhor dá-nos duas declarações significativas com respeito ao sábado. A primeira refere-se à santidade do dia: *Deus é espírito; e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade* (João 4:24). Aqui pode-se ver o verdadeiro caráter intrínseco do sábado—um descanso espiritual da alma, de que emana aquela adoração que é em Espírito e em verdade. A segunda declaração de Cristo refere-se aos interesses do homem: *E acrescentou: O sábado foi*

estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado; de sorte que o Filho do homem é senhor também do sábado (Marcos 2:27-28). Aqui ensina-se claramente que as coisas que pertencem ao bem-estar supremo do homem, isto é, os seus interesses espirituais, devem ser permitidos no dia do sábado; e este é um critério seguro e genuíno quanto à espécie e extensão da atividade profana neste dia de descanso santo.

E. *Outros Meios da Graça.*

Os outros meios da graça são os canais divinamente designados por Deus através dos quais as influências do Espírito Santo são comunicadas à alma humana. Neste aspecto o protestantismo encontra-se em posição intermédia entre a doutrina católica romana, que afirma terem as ordenanças poder em si mesmas para conferir graça, e a posição abstrata dos místicos, que tende a ab-rogar todos os meios externos.

A Palavra de Deus é um dos meios universais da graça. A suficiência das Escrituras é afirmada por toda a parte, tanto no Antigo como no Novo Testamentos. A Palavra de Deus é a “espada do Espírito”—o instrumento pelo qual opera para converter e santificar as almas dos homens. Os cristãos são gerados *pelo evangelho* (I Cor. 4:15), *Pois fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente* (I Ped. 1:23) e santificados *na verdade* (João 17:17). Paulo faz da Palavra um meio da graça por relacioná-la com a fé: *a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo* (Rom. 10:17). Firmada seguramente na base da Palavra de Deus a fé abre a porta de acesso a Deus e toma posse das bênçãos adquiridas. É por meio da Palavra de Deus pregada que se administra a graça aos ouvintes. É importante que esta pregação seja *em demonstração do Espírito e de poder* (I Cor. 2:4), porque à parte da

operação do Espírito sobre os corações humanos a Palavra carece de poder. Deriva a sua eficácia como um meio da graça apenas quando se transforma em instrumento do Espírito. Para ser completamente efetiva, a Palavra deve ser pregada para a “doutrina” ou instrução nas verdades do Evangelho; para a “repreensão” de negligência ou fracasso; para a “correção de tendências errôneas; e para a “educação” na justiça ou na arte de viver santamente (II Tim. 3:16).

A oração combinada com a Palavra de Deus é também um meio universal da graça. Quando as promessas da Palavra divina são pleiteadas na oração, tornam-se efetivas na vida espiritual do cristão. A oração é definida por Watson como “o oferecimento dos nossos desejos a Deus através da mediação de Jesus Cristo sob a influência do Espírito Santo e com disposições apropriadas pelas coisas agradáveis à Sua vontade”. Assim, para ser aceitável diante de Deus, a oração deve ser oferecida pela mediação de Jesus Cristo; deve ser apresentada num espírito de fé e humildade; e deve estar de acordo com a vontade de Deus. Os elementos de uma oração bem ordenada incluem *adoração*, que adscrive a Deus as perfeições próprias da Sua natureza e que deve ser expressa em profunda devoção, reverência, confiança e afeto; *ação de graças*, ou o derramamento da alma em gratidão; *confissão*, ou penitência, submissão e humildade; profunda *súplica*, ou prolongada e sincera busca de Deus em dependência de bênçãos necessárias; e *intercessão*, ou petição pelo próximo com o desejo sincero do seu bem estar espiritual (cf. I Tim. 2:1). A oração é uma obrigação, um dever de todos os homens em privado, em família e em público. Se negligenciada ou omitida, não haverá progresso nas coisas espirituais.

Tanto nas Escrituras como nos credos a comunhão dos crentes é representada como sendo um meio da graça. “Os privilégios e bênçãos que gozamos quando

nos unimos à Igreja de Jesus Cristo, são muito sagrados e preciosos. Existe nela tão santa comunhão como não pode ser conhecida de outra forma. Existe tal amparo mútuo com cuidado vigilante e conselhos fraternais como pode ser encontrado somente na Igreja. Há o piedoso cuidado dos pastores, com os ensinamentos da Palavra; e a inspiração proveitosa do culto social. E há cooperação no serviço, realizando aquilo que doutra forma seria impossível” (*Manual*, p. 277). (Cf. Heb. 3:13; 13:17; Gál. 6:1).

III. OS SACRAMENTOS

A. *A Natureza de Um Sacramento.*

O termo “sacramento” como usado na teologia, significa um sinal externo e visível de uma graça interna e espiritual que nos é outorgada, ordenado pelo próprio Cristo como meio para se receber essa graça e como um penhor que nos torna seguros dela. No conceito dos cristãos primitivos os sacramentos eram ritos religiosos que implicavam na mais sagrada obrigação de lealdade à Igreja e a Cristo.

A Igreja Católica Romana afirma que há sete sacramentos: o batismo, a Ceia do Senhor, a confirmação, a ordem, a extrema unção, a penitência e o matrimônio. As igrejas protestantes reduzem-nos a dois: o batismo e a Ceia do Senhor. É essencial, portanto, compreender as características de um verdadeiro sacramento. De acordo com o doutor A. A. Hodge, tais características incluem o seguinte: (1) Um sacramento é uma ordenança instituída imediatamente por Cristo. (2) Um sacramento sempre consiste de dois elementos: um sinal externo, visível, e uma graça espiritual interna de que o sinal é a representação. (3) Em todo o sacramento o sinal está sacramentalmente unido à graça que ele representa, e desta união deriva o uso bíblico de adscrever ao sinal o que é verdadeiro daquilo que ele

mesmo simboliza. (4) Os sacramentos são destinados a representar, selar e aplicar aos crentes os benefícios de Cristo e da nova aliança. (5) São destinados a ser penhores da nossa fidelidade a Cristo, obrigando-nos ao Seu serviço e, ao mesmo tempo, credenciais da nossa confissão cristã, marcando visivelmente o corpo dos que professam e distinguindo-os do mundo.

Há três opiniões gerais respeitantes à maneira como o poder divino se une ao sinal visível e externo do sacramento. (1) A teoria Católica Romana ou sacramentária sustenta que os sacramentos contêm a graça que significam; e quando são administrados conferem, necessariamente, essa graça, à parte e independentemente da fé do comungante. (2) A teoria racionalista afirma que os sacramentos são puramente simbólicos e que todo o poder que deles emana é apenas resultado da sua influência moral na mente. (3) A teoria intermediária, geralmente aceita pelas igrejas protestantes, considera os sacramentos tanto como sinais bem como selos: sinais, como representando em ação e por símbolos as bênçãos da aliança; e selos como penhor da fidelidade de Deus ao conferí-los. A ênfase demasiada aos sacramentos como sinais, isto é, como representações visíveis e simbólicas dos benefícios da redenção, tende à opinião racionalista; enquanto a ênfase indevida nos sacramentos como selos tende para a posição sacramentária. O verdadeiro ponto de vista protestante, ou intermediário, evita as deficiências do racionalismo, por um lado, e os excessos do Catolicismo Romano, por outro.

B. *O Batismo.*

“Cremos que o batismo cristão, ordenado pelo nosso Senhor, é um sacramento que significa a aceitação dos benefícios da expiação de Jesus Cristo; e é para ser administrado aos crentes e declarativo da sua fé em Jesus Cristo como seu Salvador e do seu pleno propósito de andar obedientemente em santidade e justiça.

“Sendo o batismo símbolo da nova aliança, as crianças poderão ser batizadas quando os pais ou tutores o pedirem, os quais ficarão na obrigação de lhes assegurar o necessário ensino cristão.

“O batismo pode ser administrado por aspensão, afusão ou imersão, segundo o desejo do candidato” (*Manual*).

1. *A Instituição do Batismo Cristão*. O doutor Pope define de maneira concisa o batismo como “O direito ordenado pelo nosso Senhor como o sinal de admissão à Igreja e o selo de união com Ele mesmo e participação nas bênçãos da aliança cristã”. A prática do batismo com água como ordenança sagrada não foi primeiro introduzida por Cristo, pois já era conhecida de longa data pelos judeus como rito religioso. Por meio deste rito os prosélitos eram iniciados na religião judaica, tornando-se assim participantes dos benefícios da aliança. Um segundo passo no desenvolvimento da ordenança foi o batismo de João. Era “para o arrependimento”, como preparação para Cristo e a Nova Aliança. O terceiro passo foi o batismo cristão que professa a chegada de Jesus como o Messias e também o Espírito Santo sob cuja dispensação deverá ser administrado. Depois do dia de Pentecoste o rito do batismo foi observado como uma ordenança indispensável, relacionada à conversão, não havendo exemplo registrado de conversão a que não viesse ligado o batismo. Assim Pedro, no seu sermão pentecostal, exorta todos os crentes a serem batizados *em nome de Jesus Cristo* (Actos 2:38), e *os que lhe aceitaram a palavra foram batizados* (Actos 2:41). Nos tempos apostólicos posteriores o batismo foi considerado como cerimônia que substituiu o rito judaico da circuncisão.

2. *O Desenvolvimento da Doutrina na Igreja*. Desde cedo recebeu grande importância o rito do batismo—não como sinal e selo de todas as bênçãos cristãs, mas no

sentido de que foi considerado o meio de comunicação pelo qual eram distribuídas estas bênçãos. Mais tarde, nos fins da era ante-nicena, o batismo foi universalmente considerado como o rito de admissão na Igreja; e uma vez que se sustentava que não podia haver salvação fora da Igreja, o batismo tornou-se associado à regeneração. No começo considerava-se apenas como o acto consumativo na apropriação do cristianismo—o selo da adoção positiva na família de Deus. Nos meados do segundo século, entretanto, já era considerado como cerimônia que operava a remissão completa de todos os pecados passados e, em consequência, falava-se dele como “o instrumento da regeneração e da iluminação”. Não obstante, os pais da Igreja desta época conservavam ainda a crença antiga de que o batismo só era eficaz quando aliado a uma correta disposição e propósito internos, por parte do candidato.

Nos períodos niceno e pós-niceno cristalizaram-se ainda mais certos pontos de vista sustentados no período primitivo. Prevaleceu universalmente a ideia de que a vida divina habitava no ser corporativo da Igreja e de que esta vida podia ser transmitida aos membros apenas através da instrumentalidade dos sacramentos. O batismo, portanto, passou a ser considerado essencial à salvação. Ambrósio (c. 397) compreendia que João 3:5 significava que “Ninguém pode subir ao reino dos céus senão pelo sacramento do batismo; realmente, não excetua ninguém, nem as crianças nem aquele que por causa de circunstâncias não pôde recebê-lo”. As opiniões mais amadurecidas de Agostinho quanto ao batismo envolviam duas proposições: primeira, que o rito trazia em si não só o perdão dos pecados atuais, mas também do pecado original; e, segunda, que no batismo de crianças a Igreja proporcionava fé substituta e o Espírito Santo infundia na criança inconsciente o germe de uma nova vida, de modo que a regeneração era efetuada no coração antes da conversão consciente da criança.

3. *Sumário das Opiniões Básicas Concernentes à Natureza do Batismo.* As opiniões católico-romanas referentes ao batismo podem ser resumidas levando-se em conta certos conceitos de Tomás de Aquino. O batismo era considerado como capaz de imprimir na alma, por meio da regeneração, um caráter indelével. Pelo lado negativo, o batismo era considerado como elemento para limpar todo o pecado passado, atual e original; e pelo lado positivo, era o meio de incorporar em Cristo o recipiente e de lhe conferir todos os dons e graças da nova vida. Na questão do batismo de crianças, sustentava-se que estas não crêem mediante acto próprio mas pela fé da Igreja na qual são batizadas. O conceito básico na doutrina católica-romana, à qual os protestantes objetaram mais tarde, foi a tese de que a mera administração do batismo salvava a pessoa batizada.

Os reformadores protestantes, como sugerido acima, opuseram-se terminantemente a certas opiniões católicas referentes ao batismo. Notava-se isto particularmente na insistência protestante de que era necessária a fé por parte do candidato, a fim de fazer que a cerimônia fosse um meio da graça. Partindo deste ponto, desenvolveram-se certas diferenças entre os protestantes. A posição Luterana, exposta na Confissão de Augsburgo, afirma que o batismo é um testemunho perpétuo de que o perdão dos pecados e a renovação do Espírito Santo pertencem especialmente aos batizados—sendo a fé a causa operadora desta condição. Os luteranos consideraram geralmente o batismo como essencial à salvação, uma vez que por meio desta cerimônia, por determinação divina, as bênçãos da remissão e da regeneração são comunicadas através da fé e da Palavra.

As Igrejas Reformadas começaram com a ideia de que a salvação não depende de qualquer obra ou cerimônia externa. Para elas o batismo era somente o sinal de iniciação que marca o seguidor de Cristo. Zwínglio não

atribuia ao batismo qualquer poder santificador *per se*, mas somente à fé. Desta maneira, repudiou a todo o mistério e considerou os sacramentos em parte como actos de confissão e em parte como sinais comemorativos. Calvino adotou os princípios de Zwínglio mas ao desenvolvê-los, aproximou-se mais do conceito luterano. Para ele não eram somente memoriais, mas também símbolos da graça—isto é, eram acompanhados de um dom invisível de graça. Esta posição reformada, mediada através dos Trinta e Nove artigos da Igreja Anglicana, tornou-se essencialmente a doutrina metodista. O Metodismo afirma que o batismo é tanto sinal como selo e, portanto, não vai sem a sua graça concomitante ao recipiente que satisfaz as condições da aliança. A doutrina batista difere do cristianismo em geral em dois pontos—afirma que o batismo como rito pertence unicamente aos adultos, para exprimir-lhes a fé; e que o único modo válido é o do batismo por imersão em água.

4. *A Natureza e o Propósito do Batismo Cristão.* O batismo cristão é um sacramento solene que significa a aceitação dos benefícios da expiação de Jesus Cristo e é uma promessa com o propósito pleno de obediência em santidade e em justiça. Por mandato expresso do nosso Senhor (Mat. 28:19-20) e pela prática apostólica (Actos 2:38, 41; 8:12), entendemos que o batismo é uma obrigação universal e perpétua. Deve ser observado solene e estritamente. Sendo um rito iniciatório, deve ser administrado apenas uma vez. Estabelece uma aliança permanente e, por isso, não deve ser repetido.

O batismo é um sinal e selo da aliança da graça. Como sinal ele representa a purificação espiritual. O nosso Senhor declarou: *Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus* (João 3:5). Aqui, evidentemente, o sinal é o batismo externo com água e a coisa significada é a obra interna do Espírito. Como sinal, o batismo não só simboliza a regeneração

mas também o batismo com o Espírito Santo que é o evento peculiar desta dispensação. O batismo é também um selo. Da parte de Deus o selo é a afirmação visível de fidelidade à Sua aliança—uma cerimônia perpétua à qual o Seu povo pode sempre apelar. Da parte do homem o selo é aquele acto pelo qual ele se une, como parte, na aliança e promete fidelidade em todas as coisas. É também o sinal de uma transação consumada. O doutor Shedd diz: “É como o selo oficial num documento legal. A presença do selo inspira confiança na genuinidade do título de escritura; a ausência permite que surjam dúvidas e temores. Não obstante, é o próprio documento e não o selo que estabelece a propriedade” (Shedd, *Teologia Dogmática*, II, p. 574).

5. *O Modo do Batismo.* Este assunto tem sido causa de longa e séria controvérsia. Certos grupos, como os batistas, afirmam que a imersão é o único modo válido do batismo, enquanto outros, a grande maioria da Igreja em todas as épocas, sempre sustentaram que pode ser administrado por afusão ou aspersão. A questão não está em se é válida ou não a imersão, mas se é ou não o único modo autorizado pelas Escrituras. A Igreja em geral não tem encontrado evidências suficientes que afirmassem ser a imersão o modo exclusivo do batismo.

Os imersionistas insistem em que a palavra grega *baptízein* (βαπτίζειν) sempre significa “submergir” ou “mergulhar”. É um facto bem compreendido, contudo, que a maioria dos lexicógrafos lhe dão um significado mais amplo, incluindo “submergir, tingir, temperar, banhar, imbuir”. Os escritores clássicos usaram em algumas ocasiões o termo para significar nada mais do que humedecer, tingir e aspergir. A palavra é usada claramente nas Escrituras com outros significados além de imersão. *Não comem sem se aspergirem (batizarem)* (Marcos 7:4). Aqui se faz referência ao lavamento das mãos. Paulo declara que os israelitas foram batizados em Moisés, na nuvem e no mar (I Cor. 10:1-2), usando

a palavra batizar com referência à passagem por entre as águas, acobertados pela nuvem. Insistir em que a imersão é o único meio válido do batismo, como consequência do uso da palavra *baptízein* (βαπτίζειν) nas Escrituras, não parece receber apoio dos factos.

O estudo das circunstâncias que envolvem os batismos registrados nas Escrituras deixa também claro que o batismo nem sempre significa imersão. Por exemplo, no caso do batismo de Saulo (Actos 9:18), diz-se que se levantou e foi batizado—literalmente foi batizado enquanto estava de pé. No caso do batismo de Cornélio e seus amigos, é evidente que foram batizados em casa; e a implicação é que foi necessário trazer a água para o batismo (Actos 10:47-48). Por último, o batismo do carcereiro com toda a sua família naquela noite parece ter sido realizado no cárcere e não se pode afirmar com certeza que tenha sido administrado por imersão (Actos 16:31-33). Falta-nos espaço para fazer uma análise de outros episódios bíblicos (Mat. 3:5-6; 3:16; Actos 3:38-39) onde a força dos argumentos imersionistas se firma na preposição usada. Bastará dizer que as preposições sobre as quais dependem as conclusões são de facto usadas nas Escrituras com uma variedade considerável de significado; e basear um argumento numa tradução única não parece estribar-se em exegese sã.

Finalmente, o simbolismo do sepultamento tem sido argumento preferido dos imersionistas e baseia-se em passagens semelhantes a esta: *Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida* (Rom. 6:4). O argumento pró-imersão está inteiramente nas palavras *sepultados juntamente com ele*—COM ou NO—*batismo* (Col. 2:12). Pressupõe-se que o apóstolo se refere aqui ao batismo com água e, portanto, define o modo do batismo. Exame cuidadoso de todo o contexto,

entretanto, revela que Paulo não se estava referindo nem ao batismo com água, nem ao modo. Em toda a passagem está falando de morte, sepultura, ressurreição e vida espirituais. Todo o argumento demonstra que se refere à obra do Espírito Santo. É de todo impossível que o batismo com água realize a extraordinária transformação moral de que fala o apóstolo (cf. Wakefield, *Teologia Cristã*, p. 582).

6. *Os Candidatos ao Batismo.* Todos os que crêem no Senhor Jesus Cristo e foram regenerados são candidatos dignos do batismo cristão. Estabelece-se isto pela declaração direta de Jesus Cristo, *Quem crer e for batizado será salvo* (Marcos 16:16). Mas além dos crentes adultos, a Igreja sempre esteve de acordo em que as crianças também são candidatos próprios para o batismo. Esta posição foi objetada pelos Anabatistas do período da Reforma e os seus seguidores ainda lhe são contrários.

A história do batismo de crianças revela que a prática tem existido na Igreja desde os tempos primitivos. Esta conclusão é apoiada pelo testemunho dos pais da igreja dos séculos primeiro e segundo da era cristã. Agostinho, no século quarto, diz que “toda a Igreja pratica o batismo de crianças. Não foi instituído pelos concílios, mas sempre esteve em uso”. E, “não me lembro de ter lido de pessoa alguma, quer católica ou herege, que tenha mantido que o batismo deve ser negado às crianças”. Evidentemente, esta prática vem-nos desde o tempo dos apóstolos.

A base bíblica principal em apoio da prática do batismo de crianças envolve uma análise dos ensinamentos de Paulo sobre a relação que a Igreja tem com a aliança de Abraão. Basta dizer que a Igreja Cristã é a continuação desta aliança no seu desenvolvimento universal e no seu mais elevado grau. O rito iniciatório da circuncisão passou com os ritos e cerimônias peculiares ao Antigo Testamento (cf. Col. 2:10-12). A circunci-

são era obrigatória sob a fase antigo-testamentária da aliança e serviu como recordação e confirmação constantes da mesma. No Novo Testamento o batismo é uma ordenança de caráter comparável. Esta fase do assunto em causa é bem resumida por Wakefield da seguinte maneira: “Temos mostrado que a aliança de Abraão foi a aliança geral da graça; que as crianças estavam incluídas nesta aliança e eram admitidas na igreja visível por meio da circuncisão; que o cristianismo é uma continuação, sob nova forma, da aliança de graça que a circuncisão representava na antiga dispensação. Destas premissas necessariamente se conclui que, em vista dos filhos de pais crentes sob o Antigo Testamento serem candidatos próprios para a circuncisão, os filhos pequenos de cristãos são candidatos próprios para o batismo” (Wakefield, *Teologia Cristã*, pp. 569-570).

A isso pode-se acrescentar o facto de que em três ocasiões diferentes se diz que uma família toda foi batizada (Actos 16:15; 16:33; I Cor. 1:16). Ainda que não haja prova positiva, podemos considerar os incidentes acima referidos como evidência presuntiva, no sentido de que havia crianças nas famílias daqueles que foram batizados. Ademais, temos dos próprios lábios do nosso Senhor a afirmação de que as crianças pertencem ao reino de Deus (Marcos 10:4); e, se assim for, têm o direito de ser reconhecidas como um testemunho da fé dos pais nas palavras do seu Senhor. Sustentamos, portanto, que há apoio para o batismo de crianças e que os argumentos que acabamos de dar são respostas suficientes às objeções ocasionalmente levantadas a este batismo.

C. *A Ceia do Senhor.*

1. *A Instituição da Ceia do Senhor.* As circunstâncias sob as quais foi instituído este sacramento foram solenes e impressivas. Era a noite da traição e Jesus e os Seus discípulos celebravam juntos a páscoa. *Enquanto*

*comiam, tomou Jesus um pão e, abençoando-o, o partiu e o deu aos discípulos, dizendo: Tomai, comei; isto é o meu corpo. A seguir tomou um cálice e, tendo dado graças, o deu aos discípulos, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da <nova> aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados (Mat. 26:26-28; cf. Marcos 14:22-24; Lucas 22:19-20). Em adição a este relato histórico, Paulo dá-nos uma interpretação doutrinal em I Coríntios 10:16-17: *Porventura o cálice da bênção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão* (Cf. também I Cor. 11:23-28).*

Assim como o batismo substituiu a circuncisão, a Ceia do Senhor substituiu a Páscoa. Sob a antiga aliança a Páscoa foi o tipo eminente do sacrifício redentor do nosso Senhor que através dos tempos tinha representado a fé e a esperança do povo antigo. E uma vez que o próprio Cristo, como a verdadeira Páscoa, estava para cumprir o símbolo do Antigo Testamento, era necessário um novo rito para que se comemorasse esta libertação espiritual e lhe confirmasse os benefícios. Que a Ceia do Senhor era para ser permanente evidencia-se no facto de que Paulo recebeu do Senhor o mandato que estabelecia a necessidade de estabelecê-la em todas as igrejas que ele fundou (I Cor. 11:23).

2. *Terminologia.* Durante a idade apostólica houve amplo número de termos usados para expressar o significado da Ceia do Senhor dos quais pelo menos cinco se encontram no Novo Testamento. (1) Foi chamada a Eucaristia ("dar graças"), referindo-se ao facto de haver Jesus Cristo tomado o cálice e dado graças. O sentido apropriado deste termo explica a sua popularidade. Como tal é solene ação de graças pelas bênçãos da redenção. (2) Foi também conhecida como a

Comunhão. Paulo ressalta esta comunhão de uns com os outros como inseparável da comunhão com Cristo (I Cor. 10:16). (3) Foi considerada como festa memorial, uma comemoração da morte de Cristo. Isto estava estritamente associado à morte redentora de Cristo e à esperança da Sua segunda vinda. *Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha* (I Cor. 11:26). (4) Foi considerada como um sacrifício—não no sentido de uma repetição do sacrifício de Cristo, que foi feito uma vez por todas (Heb. 9:25-26), mas o repasto comunitário era chamado sacrifício no sentido de ser uma oferta de ação de graças ou um “sacrifício de louvor” (Heb. 13:15; cf. Fil. 2:17; 4:18); e também porque era acompanhada de dádivas de caridade para os pobres. (5) Foi chamado a presença ou o mistério. O primeiro título implicava a ideia de Cristo como um hospedeiro à mesa e origina-se da narrativa de Emaús onde a presença de Cristo se tornou conhecida no momento do partir do pão. O termo *mistério* ressalta o alimento sagrado como canal de graça e de poder. São João é aqui a testemunha principal. Cristo é o “pão da vida” (João 6:53). Entretanto, convém notar-se que o apóstolo está tratando de conceitos espirituais.

3. *A Natureza da Ceia do Senhor.* Sustentam-se vários pontos divergentes sobre a natureza da Ceia do Senhor. Resultam em grande medida da interpretação dada às palavras: *Isto é o meu corpo e isto é o meu sangue* (Mat. 26:26-28). As interpretações divergentes dão-nos (1) A doutrina Católica-Romana da transubstanciação; (2) A doutrina Luterana da consubstanciação; (3) A doutrina Zwingliana de comemoração; e (4) A doutrina Calvinista dos Sinais e Selos.

A doutrina da transubstanciação como a sustentam os Católicos Romanos, envolve a interpretação das palavras “isto é o meu corpo” e “isto é o meu sangue” no sentido mais literal possível. Acreditam que quando

o nosso Senhor pronunciou estas palavras, transformou o pão e o vinho no Seu próprio corpo e no Seu próprio sangue, passando-os assim às mãos dos apóstolos. Desde esta ocasião afirma-se que os sacerdotes, através da sucessão apostólica, têm a faculdade de fazer transformação semelhante por meio da oração de consagração e do pronunciamento das mesmas palavras. Os acidentes do pão e do vinho permanecem, isto é, o pão tem o mesmo sabor do pão e o vinho continua com o seu próprio sabor; mas a substância que fundamenta estes acidentes é considerada transformada, de maneira que o pão já não é pão mas sim o corpo de Cristo e o vinho não é mais vinho mas o sangue de Cristo. Uma vez que o sangue está no corpo, os leigos recebem só o pão e o sacerdote o vinho. Há várias consequências importantes relacionadas a esta doutrina. (1) O pão e o vinho transformados no corpo e no sangue de Cristo são apresentados pelo sacerdote a Deus, como sacrifício. Ainda que seja diferente dos outros porque não há derramamento de sangue, é todavia considerado como oferta propiciatória genuína pelos pecados tanto dos vivos como dos mortos. (2) Este corpo e sangue contêm a graça que significam e, portanto, conferem-na *ex opere operato*, isto é, têm valor intrínseco em si mesmos e esta graça comunica-se a todos pela simples participação no sacramento. Não há necessidade de qualquer disposição especial por parte do recipiente, nem sequer de fé, posto que o sacramento opera imediatamente sobre todos os que não o obstruem por pecado mortal. (3) Transformado o pão no corpo de Cristo, toda a porção não usada se guarda sacrossantemente como a "hóstia reservada". (4) Uma vez que a divindade de Cristo foi unida ao corpo, considera-se altamente recomendável adorar os elementos sobre o altar e, além disso, levá-los de um lugar para outro para que recebam a homenagem de todos quantos se acercarem deles. Contra esta doutrina destituída de base bíblica os protestantes não só levantaram objeção

mas revoltaram-se, e daí ser mais simples e bíblica a doutrina da Reforma.

A doutrina da consubstanciação foi adotada por Lutero com respeito à presença de Cristo no sacramento. Ainda que protestando contra a doutrina romana da transubstanciação, não obstante Lutero sentia a necessidade de conservar de maneira objetiva o significado salvífico da ordenança. Aceitou, portanto, as palavras da instituição no seu sentido literal, mas negou que os elementos fossem transformados pela consagração. Sustentou que o pão e o vinho permaneceram na mesma, mas que neles, com eles e sob eles o corpo e o sangue de Cristo estavam presentes no sacramento, para todos os participantes e não somente para os crentes. Com o pão e o vinho, portanto, o corpo e o sangue de Cristo são literalmente recebidos por todos os comungantes. Uma vez que a presença de Cristo está apenas no uso dos elementos, o que sobra não é senão pão e vinho. É também pelo uso que a bênção é dada aos que participam em fé.

A doutrina da Ceia do Senhor como rito comemorativo foi expressa por Zwínglio, o reformador suíço e contemporâneo de Lutero. Rejeitou a interpretação literal das palavras da instituição como ensinou Lutero, afirmando em contraposição que quando Jesus disse *Isto é o meu corpo, isto é o meu sangue*, empregou uma figura comum de linguagem na qual se põe o sinal no lugar da coisa simbolizada. Em vez dos elementos representarem a presença real, são antes os sinais do sangue e do corpo ausentes de Cristo. A Ceia do Senhor, portanto, deve ser considerada somente como uma comemoração religiosa da morte de Cristo, com este acréscimo, que é naturalmente adaptada para produzir emoções e reflexões valiosas e fortalecer os propósitos da vontade. Este ponto de vista foge aos erros das duas teorias acima mencionadas, mas ainda carece da verdade total.

A última teoria a ser mencionada é a dos Reformadores como ensinada por João Calvino. Esta é uma posição intermediária, entre Lutero e Zwínglio, sendo agora a doutrina geralmente aceita nas igrejas Reformadas. Calvino rejeitou tanto a transubstanciação como a consubstanciação. Ensinou que o corpo e o sangue não estavam presentes local mas apenas espiritualmente nos elementos. Esta doutrina está expressa na primeira Confissão Helvética, como se segue: “O pão e o vinho são símbolos santos, verdadeiros, através dos quais o Senhor apresenta e oferece a verdadeira comunhão do corpo e do sangue de Cristo para a alimentação e a nutrição da vida eterna e espiritual”.

A doutrina que sustentamos é bem sintetizada pelo doutor Ralston na seguinte declaração: “Concluimos que nesta ordenança, (1) Não se efetua transformação alguma dos elementos; o pão e o vinho não são literalmente o corpo e o sangue de Cristo. (2) O corpo e o sangue de Cristo não estão literalmente presentes nos elementos, nem são recebidos pelos comungantes. (3) Mas os elementos são sinais, ou símbolos, do corpo e do sangue de Cristo, servindo de memorial dos Seus sofrimentos na cruz e de ajuda à fé dos que participam. (4) Os elementos também possuem caráter sacramental, sendo um selo divinamente firmado da aliança da redenção. Como o sangue do Cordeiro Pascoal servia de selo dessa aliança no Antigo Testamento, norteador a fé israelita para com o Redentor prometido, nada mais correto do que, como a antiga dispensação estava para ser suplantada pela nova, o selo da aliança devesse também ser transformado; daí, na conclusão da última páscoa autorizada, instituiu-se a Ceia do Senhor como um memorial perpétuo e um selo permanente da misericórdia e da graça da aliança de Deus, até que o Salvador apareça a segunda vez, sem pecado, para salvação” (Ralston, *Elementos de Divindade*, p. 997). Observar-se-á que o que aqui se menciona está em

perfeito acordo com o artigo XIV do *Manual*, assim como com as declarações de crença do protestantismo em geral.

4. *A Administração da Ceia do Senhor.* É bom fazerem-se algumas observações respeitantes à administração da Ceia do Senhor. (1) Os elementos são o pão e o vinho. Ainda que certos grupos usem o pão com levedura e o vinho fermentado, as nossas regras especiais declaram que “somente vinho não fermentado e pão ázimo devem ser usados no sacramento da Ceia do Senhor. Em áreas mundiais onde possa causar dificuldades especiais à fé, a assembleia distrital pode requerer permissão da Junta de Superintendentes Gerais para usar pão normal”. (2) As ações sacramentais também são simbólicas. São: (a) A oração de consagração que inclui a ação de graças a Deus, a preparação dos corações dos comungantes e a consagração dos elementos; e (b) o partir do pão. Isto é significativo como representando o corpo quebrantado de Cristo. Não é essencial, contudo, que seja partido no momento de ser servido. É costume geral passá-lo já partido aos que participam na celebração. O cálice deve também ser servido como emblema do Seu sangue derramado. (3) A Ceia do Senhor é para todo o Seu povo. Daí o convite: “Que todos os que com verdadeiro arrependimento abandonaram os seus pecados e creram em Cristo para a salvação, se aproximem e tomem destes símbolos e, pela fé, participem da vida de Jesus Cristo para o conforto e alegria da sua alma. Recordemos que este é o memorial da morte e paixão de nosso Senhor; é também um testemunho da Sua segunda vinda. Não nos esqueçamos de que somos um, numa só mesa com o Senhor”. (4) A Ceia do Senhor deve ser observada com fidelidade e regularidade até que Ele venha de novo. É tanto um privilégio como um dever que os cristãos participem desta ordenança. “Se é verdade que há uma condenação peculiar para os que participam *indignamente*, segue-se,

então, que há uma bênção especial para os que dignamente dela participarem; portanto, torna-se dever de todo o ministro explicar a obrigação e demonstrar as vantagens deste sacramento e diligentemente promover a sua observância regular por parte dos que dão evidência satisfatória de arrependimento para com Deus e de fé no nosso Senhor Jesus Cristo" (Wakefield, *Teologia Cristã*, p. 596).

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o significado da palavra "Igreja"?
2. Explique o que está implícito no uso do símbolo "Corpo de Cristo", quando nos referimos à Igreja.
3. Que aspectos da Igreja se ressaltam no uso da expressão "templo do Espírito Santo"?
4. Defina os vários passos na formação da Igreja Cristã.
5. Que queremos dizer com a expressão "Notas e Atributos" da Igreja?
6. Explique cuidadosamente as quatro "notas" regra geral consideradas em relação à Igreja.
7. Quais são as cinco opiniões básicas concernentes à fonte última de autoridade na Igreja?
8. Descreva as características da organização da Igreja Apostólica Primitiva.
9. Quais eram os vários tipos de ministério na Igreja Apostólica? Descreva cada um deles.
10. Quais eram as funções dos ministros na Igreja primitiva?
11. Descreva por palavras suas a natureza da adoração na Igreja cristã primitiva.
12. Que queremos dizer com os aspectos sociais e individuais da adoração?
13. Quais são as características da verdadeira adoração? Quais são permanentes e prescritas? Quais são opcionais e mutáveis?
14. Descreva o propósito essencial e o valor do Sábado como um genuíno meio da graça.
15. Assinale os passos principais no desenvolvimento do Sábado como instituição.
16. Porque observa a Igreja Cristã o primeiro dia da semana como o Sábado?
17. Que princípios devem dirigir a nossa conduta na observação adequada do "Dia do Senhor"?
18. Indique a função da Palavra de Deus como um meio da graça genuína.
19. Quais são os elementos essenciais da oração bem ordenada?
20. Em que sentido é o companheirismo cristão um meio da graça?
21. Explique os elementos que caracterizam o verdadeiro sacramento.
22. Descreva os três pontos de vista básicos sobre a maneira de união do poder divino com o selo visível do sacramento.
23. Foi o batismo um novo rito criado no princípio da Igreja Cristã? Explique.
24. Indique algumas das doutrinas mais importantes em relação ao batismo. Que aceitavam os pais da Igreja?
25. Explique as teorias básicas respeitantes à natureza e função do batismo sustentadas pela Igreja Católica Romana e pelos grupos protestantes mais destacados.
26. Explique a verdadeira natureza do batismo como sinal e como selo.

27. Categorize a evidência respeitante ao modo do batismo. Qual é a posição assumida nesta obra?

28. Quem são os candidatos legítimos ao batismo cristão?

29. Descreva as circunstâncias sob as quais se instituiu a Ceia do Senhor.

30. Explique o valor e significado de cada um dos vários termos usados em conexão com a Ceia do Senhor.

31. Explique cuidadosamente um dos pontos de vista seguintes respeitantes à natureza da Ceia do Senhor: consubstanciação, transubstanciação, comemoração, sinais e selos.

32. Qual é o ponto de vista aceito pela Igreja do Nazareno respeitante à Ceia do Senhor? Porquê?

33. Que pontos devem ser sempre observados na administração da Ceia do Senhor?

PARTE VII

A DOCTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS

Sinopse

Na nossa unidade final estudaremos a Escatologia, ou seja a doutrina das últimas coisas. Esta verdade está intimamente relacionada com todas as demais doutrinas que já temos considerado. É, por assim dizer, o produto ou fruto maduro do desenvolvimento e do progresso cristãos através dos tempos. No ensinamento cristão respeitante às últimas coisas vemos o propósito último e final de Deus sendo realizado. Os desígnios de Deus, propostos na Sua mente antes da fundação do mundo, são aqui trazidos à fruição e conclusão.

A Escatologia está também relacionada, e de maneira particular, ao officio e obra do nosso Senhor Jesus Cristo. É n'Ele que a antiga criação e a nova, remidas do domínio e da mancha do pecado, chegam à plenitude completa. A Sua Segunda Vinda é, portanto, a doutrina central desta seção do nosso estudo. Depois de uma breve consideração do significado cristão da morte e do ensinamento bíblico respeitante ao estado intermediário, estudaremos com algum detalhe o assunto do retorno pessoal do nosso Senhor. Em ligação com isto, sugerimos, sem dogmatismo, o que parece ser o ensinamento bíblico sobre a ordem dos acontecimentos do "Dia do Senhor". A nossa atenção dirigir-se-á depois para os momentos e acontecimentos que marcarão o fim desta era—o juízo, a entrada dos bons e dos maus no lugar próprio onde passarão a eternidade, e a consumação final de todas as coisas.

De acordo com a lei da reserva profética, há muitos aspectos dos acontecimentos futuros que não podem ser plenamente conhecidos. Como consequência disto, inteligentes e santos eruditos bíblicos têm muitas vezes divergido na interpretação de certos pontos da Escatologia. Um espírito de reverente humildade deve caracterizar bem a todos nós ao longo do estudo destes eventos proféticos.

Por outro lado, há muitos *factos* que se nos apresentam com clareza e certeza notáveis. Cristo virá outra vez e a Sua vinda pode estar próxima! Todos comparecerão ante o trono de Cristo para prestar conta da sua vida. Cada um encontrará a sua morada eterna na glória do céu ou nos tormentos do inferno! Estas são realidades duras que devem assenhorar-se de cada um de nós e incitar-nos à santidade do coração e ao serviço fiel a Cristo. *Por isso ficai também vós apercebidos; porque à hora em que não cuidais, o Filho do homem virá* (Mat. 24:44).

PARTE VII

A DOCTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS

Capítulo XXI. *A Segunda Vinda de Cristo*

- I. A MORTE E A IMORTALIDADE
 - A. O Conceito Cristão da Morte.
 - B. A Imortalidade do Homem.
 - C. A Vitória Cristã Através de Cristo.
- II. O ESTADO INTERMEDIÁRIO
 - A. Terminologia.
 - B. Conceitos Diversos Concernentes ao Estado Intermediário.
- III. A VOLTA PESSOAL DO NOSSO SENHOR
 - A. Cristo Voltará em Pessoa.
 - B. O Sinal da Sua Vinda.
 - C. A Maneira da Sua Vinda.
 - D. O Propósito da Sua Vinda.
 - E. O Dia do Senhor.
 - F. A Segunda Vinda e as Teorias Sobre o Milênio.
 - G. O Primeiro e O Segundo Adventos de Cristo.
- IV. A ORDEM DOS ACONTECIMENTOS DO DIA DO SENHOR
 - A. O Arrebatamento e a Revelação.
 - B. O Julgamento de Investigação.
 - C. A Destruição dos Ímpios.
 - D. A Queda do Anticristo e a Prisão de Satanás.
 - E. O Estabelecimento do Reino.
 - F. A Regeneração da Terra.
 - G. A Consumação Final.

Capítulo XXII. *A Ressurreição, O Juízo e a
Consumação Final*

- I. A RESSURREIÇÃO
 - A. O Ensino Bíblico Sobre a Ressurreição.
 - B. A Natureza do Corpo Ressuscitado.
 - C. A Ressurreição Geral.
- II. O JUÍZO FINAL
 - A. O Facto do Juízo Geral.
 - B. A Pessoa do Juiz.
 - C. Os Princípios do Juízo.
 - D. O Propósito do Juízo Geral.
 - E. A Cena do Juízo Final.
- III. O ESTADO FUTURO DOS IMPENITENTES
 - A. Os Termos Bíblicos que Denotam o Lugar de Castigo.
 - B. A Doutrina do Castigo Eterno tal como é Ensinada nas Escrituras.
- IV. A BEM-AVENTURANÇA ETERNA DOS SANTOS
 - A. O Céu é Tanto um Lugar Como um Estado.
 - B. A Bem-Aventura dos Santos.
 - C. As Ocupações do Céu.
 - D. A Duração Infinita do Céu.
- V. A CONSUMAÇÃO FINAL
 - A. O Escopo da Consumação Final.
 - B. O Novo Céu e a Nova Terra.

CAPÍTULO XXI

A SEGUNDA VINDA DE JESUS CRISTO

Mas a respeito daquele dia ou da hora ninguém sabe; nem os anjos no céu, nem o Filho, senão somente o Pai. Estai de sobreaviso, vigiai (e orai); porque não sabeis quando será o tempo. É como se um homem que, ausentando-se do país, deixa a sua casa, dá autoridade aos seus servos, a cada um a sua obrigação, e ao porteiro ordena que vigie. Vigiai, pois, porque não sabeis quando virá o dono da casa; se à tarde, se à meia noite, se ao cantar do galo, se pela manhã; para que, vindo ele inesperadamente, não vos ache dormindo. O que, porém, vos digo, digo a todos: Vigiai!

—Nosso Senhor Jesus Cristo (Marcos 13:32-37).

Voltamos a nossa atenção nesta última parte do estudo para a Escatologia ou a Doutrina das Últimas Coisas. Todas as doutrinas do cristianismo apontam para uma consumação final e todas convergem para uma gloriosa esperança—a Segunda Vinda do nosso Senhor. Precedendo este acontecimento, consideraremos suscintamente os assuntos da morte e do estado intermediário; continuando com a ressurreição e o juízo final. A palavra de Deus constitui a nossa única fonte de informação sobre estes acontecimentos vitais e importantes do futuro.

I. A MORTE E A IMORTALIDADE

A. O Conceito Cristão da Morte.

No sistema cristão, o conceito de “morte” aparece muitas vezes ligado a várias interpretações. A morte no sentido físico, como separação da alma do corpo, é considerada como o último acontecimento na história probatória do homem. Como notamos em conexão com o nosso estudo da queda, a morte deve ser interpretada também como pena imposta à raça humana por causa do pecado; e as Escrituras também consideram a morte como espiritual e eterna. A morte nunca significa aniquilação. No sentido físico, a morte refere-se simplesmente à separação da alma do corpo, não à terminação da existência. No sentido espiritual a morte refere-se

à separação tanto da alma como do corpo de Deus; e quando é considerado o elemento adicional de “morte eterna”, esta separação vem a ser final e irrevogável.

As Escrituras ensinam que *assim como por um só homem entrou o pecado no mundo e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram* (Rom. 5:12). Portanto a morte é a recompensa do pecado: a morte física, espiritual e eterna. Mas as Escrituras ensinam com igual clareza que a morte como pena é abolida em Cristo. *Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só acto de justiça veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida* (Rom. 5:18). Portanto, a morte como pena, considerada física ou espiritualmente, é abolida por Cristo, de duas maneiras: provisionalmente, para todos os homens, porque Ele provou a morte por todo o homem (Heb. 2:9); e atualmente para todos os que estão em Cristo. *Quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus* (João 3:36). Esta abolição é tanto condicional, porquanto depende da fé em Cristo, como gradual. Esperamos com ansiedade o dia em que todo o vestígio da morte será removido do universo criado por Deus. É assim que a morte física ainda está unida ao propósito divino quanto ao destino da humanidade, porque *aos homens está ordenado morrerem uma só vez* (Heb. 9:27). Ademais, para o cristão a morte faz parte da disciplina probatória e é santificada como uma base de comunhão com Cristo. A morte física para o cristão está agora transfigurada em simples partida desta vida para a outra (cf. II Cor. 5:1-4). É a porta pela qual se entra à presença de Cristo.

B. *A Imortalidade do Homem.*

A vida do homem jamais cessa de existir. A sepultura é apenas o túnel pelo qual se passa para chegar à

vida do além. A natureza desta existência futura é determinada pelo caráter pessoal; e este, por sua vez, pela atitude da alma para com a obra expiatória de Jesus Cristo. Para o crente é a vida eterna; para o incrédulo é a morte eterna.

Além da convicção fundamental possuída intuitivamente pelos homens normais respeitante ao facto da imortalidade, existem certos argumentos que a apoiam. O argumento psicológico é baseado na natureza da alma como essência imaterial, invisível e, portanto, indestrutível. O argumento teleológico sustenta que a alma humana não cumpre nem pode cumprir a sua finalidade neste mundo, mas precisa de outro mundo e de existência contínua para alcançar a sua consumação plena de bem-aventurança. Finalmente, o argumento moral, como se apresenta nos seus aspectos social e individual, sustenta que o homem nem sempre recebe justiça neste mundo. Assim, a mera aniquilação não permitiria graus de castigo correspondentes a diferentes graus de culpabilidade.

No Antigo e Novo Testamentos temos o único ensinamento autorizado sobre a imortalidade do homem. Nenhum escritor hebreu, inspirado ou não, jamais duvidou da imortalidade da alma. O espírito do homem distingue-se do dos animais e a convicção de uma vida além-túmulo para o homem é representada com clareza (cf. Ecle. 3:21; Jó 19:25-26; Salmo 90:10). O Novo Testamento está cheio de ensinamentos sobre o facto da imortalidade do homem. O nosso Senhor declarou: *Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma* (Mat. 10:28). De tudo isto é evidente que a alma e o corpo não são idênticos e que ao matar o corpo não se mata a alma. Este argumento das palavras do nosso Senhor é concludente (cf. Lucas 12:4-5; Mat. 17:3; 22:31-32; Lucas 16:22-23; 23:43, 46; Actos 7:59).

C. *A Vitória Cristã Através de Cristo.*

A ressurreição do nosso Senhor Jesus Cristo não foi apenas o Seu triunfo pessoal sobre a morte mas também o triunfo do Seu próprio povo (Heb. 2:14-15). Por meio da Sua vitória tornou-Se o autor da vida para todos os crentes. A morte, portanto, que no fim será tragada pela vida, é agora um inimigo conquistado. Este facto, por si próprio, basta para tornar necessária no cristão uma atitude diferente para com a morte. Para o crente a morte já não é um evento anormal. Em certo sentido, é um nascimento, não um nascimento espiritual para o reino de Deus, mas um rebento de vida para o reino de além-terra, um nascimento no reino da glória. *Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou Cristo Jesus dentre os mortos, vivificará também os vossos corpos mortais, por meio de seu Espírito que em vós habita* (Rom. 8:11).

II. O ESTADO INTERMEDIÁRIO

Voltamo-nos agora à questão da existência consciente da alma entre a morte e a ressurreição do corpo. Todos os que aceitam os ensinamentos das Escrituras como a Palavra de Deus, aceitam também o facto de um estado intermediário, mas há considerável diferença de opinião sobre a natureza deste estado.

A. *Terminologia.*

Parece útil uma compreensão de três termos ao analisarmos os ensinamentos das Escrituras concernentes ao estado intermediário. *Sheol* é um termo hebraico que às vezes significa indefinidamente tumba, ou lugar ou estado dos mortos; e outras vezes definidamente, um lugar ou estado dos mortos em que existe o elemento de miséria ou castigo, mas nunca um lugar ou estado de felicidade ou de bem-aventurança depois da morte.

Hades é uma palavra grega que significa o mundo invisível dos espíritos idos. Foi usada pelos autores da Septuaginta para traduzir a palavra hebraica *Sheol*, como no Salmo 16:10 e em Actos 2:27. A palavra *Hades* é usada apenas onze vezes no Novo Testamento e, com exceção de quatro, todas são traduzidas por inferno e, evidentemente, representa sempre o mundo invisível como sob o domínio de satanás e como em oposição ao reino de Cristo. A terceira palavra, *paraíso*, significa um parque ou jardim de prazer. Foi usada pelos tradutores da Septuaginta para significar o jardim do Éden (Gên. 2:8). Aparece apenas três vezes no Novo Testamento (Lucas 23:43; II Cor. 12:4; Apoc. 2:7), e o contexto demonstra que está em relação com o “terceiro céu”, num dos exemplos, e nos outros com o “jardim de Deus” no qual cresce a árvore da vida—referindo-se necessariamente todas estas passagens a uma vida que se segue à morte física.

B. *Conceitos Diversos Concernentes ao Estado Intermediário.*

A crença comum entre o povo hebreu parece ter sido de que todas as almas desciam depois da morte para o Sheol, um lugar sombrio, subterrâneo, no qual os habitantes eram sombras existindo num estado de carência de força e poder, como num sonho. Em outras ocasiões representa-se o Sheol dividido em duas partes—o paraíso, lugar de glória positiva, e a Geena, lugar de tormento positivo. No paraíso, ou seio de Abraão, estavam os judeus, ou pelo menos os que tinham sido fiéis à lei, e na Geena estavam os gentios.

Desde o tempo de Gregório o Grande os Católicos Romanos têm sustentado a doutrina do purgatório como um lugar intermediário. Considera-se a morada intermediária dos que morrem em paz com a Igreja mas que ainda necessitam de purificação ulterior antes de entrar no estado final do céu. É um estado de sofrimento com

a finalidade de receber expiação e purificação. Quanto à duração e intensidade deste sofrimento a medida será o grau de culpabilidade e impureza de cada um. Não há limite definido ou conhecido com respeito à continuidade da alma no purgatório, a não ser o dia do juízo. Afirma-se que as almas neste lugar podem receber ajuda por meio das orações dos santos e especialmente pelo sacrifício da missa. Afirma-se também que as autoridades da igreja podem, a seu critério, remitir inteira ou parcialmente a pena dos pecados pelos quais estas almas estão em tal lugar de sofrimento. Esta doutrina errônea resulta da crença da Igreja Católica Romana de que a expiação de Cristo se nos aplica somente pelo que se refere ao pecado original e à exposição à morte eterna. Isto é, Cristo livra-nos da culpabilidade, não da possibilidade do castigo. Por todo o pecado cometido depois do batismo o ofensor deve dar satisfação completa pela penitência ou pela prática de boas obras. Esta satisfação tem de ser realizada nesta vida, se a alma vai entrar no céu; caso contrário, esta purificação tem de ser completada no purgatório.

O protestantismo retém a ideia de um estado intermediário, mas rejeita geralmente a ideia de um lugar intermediário. Sustenta-se que na hora da morte as almas dos justos vão imediatamente para a presença de Cristo e de Deus. Estar ausente do corpo é estar presente com o Senhor (II Cor. 5:6). Estas almas existem num estado de consciência e a sua relação moral e espiritual com Cristo é contínua e ininterrupta (Rom. 8:38). É um estado de bem-aventurança e de repouso (Apoc. 14:13). Este não é o estado final dos crentes. O homem é corpo bem como espírito e no seu estado de separação do corpo existe um elemento de imperfeição que só se completará na ressurreição final. As almas dos maus são banidas da presença de Deus, onde elas também existem num estado de consciência. Esta condição é de sofrimento e de inquietude. Também não

é um estado final, pois os maus também ressuscitarão mas para a vergonha e a rejeição eternas. O julgamento selar-lhes-á a condição eterna.

As Escrituras deixam indefinida a questão se há um lugar intermediário, da mesma forma que há um estado intermediário. Algumas passagens, como por exemplo o episódio do rico e Lázaro (Lucas 16:19-31), e as palavras de Cristo ao ladrão na cruz, *Hoje estarás comigo no Paraíso*, parecem apoiar um lugar intermediário. Outros textos, como as palavras de Estêvão, *Senhor Jesus, recebe o meu espírito* (Actos 7:59), e a declaração de Paulo, *deixar o corpo e habitar com o Senhor* (II Cor. 5:8), ensinam claramente um estado intermediário, embora não necessariamente um lugar. É crença geral da Igreja que durante o estado intermediário as pessoas estão incompletas conquanto suas almas e corpos estão separados, mas esta condição incompleta deve-se ao estado ou condição e não ao lugar. Isto é, o justo e o ímpio vão ao seu lugar de permanência final, mas não entram ainda no seu estado eterno. Isto apenas acontecerá no dia do juízo.

Quanto a se o estado intermediário dos remidos é caracterizado por progresso, desenvolvimento e atividade, a palavra de Deus parece dar resposta afirmativa. No Apocalipse lê-se que os espíritos remidos *são eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá* (Apoc. 14:4), e que tendo lavado e alvejado as suas vestes no sangue do Cordeiro *o servem de dia e de noite no seu santuário* (Apoc. 7:15). Há um exemplo no qual se revela com clareza um desenvolvimento rápido no estado intermediário. João, depois de ter ouvido o mensageiro de Deus, diz: *Prostrei-me ante os seus pés para adorá-lo. Ele, porém, me disse: Vê, não faças isso; sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus; adora a Deus* (Apoc. 19:10). Tão transformado era o mensageiro que João não o reconheceu como um mártir, mas supôs que fosse um ser divino que devia ser

adorado. Portanto, não seria errôneo que acreditássemos, baseados na autoridade das Escrituras, que o estado intermediário será um de progresso na justiça, para os santos, e na maldade para os réprobos.

III. A VOLTA PESSOAL DO NOSSO SENHOR

Ao tratar do assunto da segunda vinda do nosso Senhor, entramos num dos pontos mais delicados e controversos da teologia. O assunto é um que periodicamente tem despertado interesse e agitado a Igreja, especialmente durante os períodos nos quais o homem sente mais necessidade da ajuda de Deus. Em tempo de desastre, de guerra, de pestes ou perseguições, a esperança da Sua vinda tem sempre ocupado as mentes humanas.

A glória do cristianismo encontra a sua mais alta expressão no retorno e no reinado do Deus-homem que como o Cristo ou o Ungido, Criador e Redentor, Se estabelecerá a Si mesmo numa ordem mundial perfeita—o reino de Deus num novo céu e numa nova terra onde habita a justiça.

A. *Cristo Voltará em Pessoa.*

A teologia moderna está frequentemente muito inclinada a negar o retorno pessoal e visível do nosso Senhor e, em vez disso, aceitar como substituto do facto apenas a crença na Sua presença espiritual. Não obstante, as Escrituras ensinam claramente que assim como Cristo veio uma vez ao mundo para efetuar a redenção do homem, também virá outra vez com o propósito de receber para Si mesmo a Igreja remida. Declara-se isto expressamente nas palavras: *Assim também Cristo, tendo-Se oferecido uma vez para sempre para tirar os pecados de muitos, aparecerá segunda vez, sem pecado, aos que o aguardam para a salvação* (Heb. 9:28). Esta segunda vinda será pessoal, visível e gloriosa. *Eis que*

vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o traspassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre Ele. Certamente. Amém (Apoc. 1:7). A Sua vinda não será apenas perceptível aos olhos da fé, mas à vista do céu e da terra—o terror dos Seus inimigos e a consolação do Seu povo. Confirma-se isto no incidente presenciado no Monte da Ascensão. *Ditas estas palavras, foi Jesus elevado às alturas, à vista deles, e uma nuvem o encobriu dos seus olhos. E, estando eles com os olhos fitos no céu, enquanto Jesus subia, eis que dois varões vestidos de branco se puseram ao lado deles, e lhes perguntaram: Varões galileus, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu, assim virá do modo como o vistes subir* (Actos 1:9-11). De acordo com o doutor Whedon, “Esta passagem é uma prova inamovível da segunda vinda atual e pessoal de Cristo. O mesmo Jesus visível e pessoal que subiu é o que virá. A vinda será da mesma forma como foi a ascensão”.

Nenhum testemunho sobre a segunda vinda é mais importante do que o dado pelo próprio Jesus. Numa solene advertência aos judeus, disse: *Eis que a vossa casa vos ficará deserta. Declaro-vos, pois, que desde agora já não me vereis, até que venhais a dizer: Bendito o que vem em nome do Senhor* (Mat. 23:38-39). Entretanto, a declaração culminante é a que fez diante do sumo sacerdote: *Desde agora vereis o filho do homem assentado à direita do Todo-poderoso, e vindo sobre as nuvens do céu* (Mat. 26:34).

Tendo por fundamento estas declarações claras do próprio Mestre, não é de surpreender que para os cristãos primitivos a segunda vinda fosse *a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus* (Tito 2:13). Paulo afirma que *a nossa pátria está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo, o qual transformará o nosso corpo de humilhação, para ser*

igual ao corpo da sua glória, segundo a eficácia do poder que ele tem de até subordinar a si todas as cousas (Fil. 3:20-21). Pedro exorta-nos, dizendo: *Por isso, cingindo o vosso entendimento, sede sóbrios e esperai inteiramente na graça que vos está sendo trazida na revelação de Jesus Cristo* (I Ped. 1:13). Tiago faz uma exortação semelhante: *Sede, pois, irmãos, pacientes, até a vinda do Senhor... fortalecei os vossos corações, pois a vinda do Senhor está próxima* (Tiago 5:7-8). Talvez o texto preferido de todos seja o de João: *Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, eu vo-lo teria dito. Pois vou preparar-vos lugar. E quando eu for, e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou estejais vós também* (João 14:1-3). Nestas declarações claras de Cristo e dos Seus apóstolos temos evidências amplas do facto da segunda vinda pessoal e gloriosa de Cristo.

B. *O Sinal da Sua Vinda.*

Na Sua resposta à pergunta dos Seus discípulos, *Que sinal haverá da tua vinda e da consumação do século?* (Mat. 24:3), o nosso Senhor predisse três espécies de acontecimentos que marcarão a época da Sua segunda vinda. *Primeiro*, haverá distúrbios no mundo físico, grandes revoluções políticas e desintegração social. *Porque se levantará nação contra nação, reino contra reino, e haverá fomes e terremotos em vários lugares* (Mat. 24:7). O nosso Senhor declara que estes são *o princípio das dores* (Mat. 24:8). Das palavras *mas ainda não é o fim* (Mat. 24:6), podemos concluir que este princípio de dores precederá a segunda vinda por espaço considerável de tempo. Mas o nosso Senhor prediz as sombras mais escuras de uma maior tribulação à medida que se aproximar o fim dos tempos. Apresenta-a com advertências e admoestações de grande relevo (Mat.

24:15-20) e conclui dizendo: *Porque nesse tempo haverá grande tribulação, como desde o princípio do mundo até agora não tem havido, e nem haverá jamais. Não tivessem aqueles dias sido abreviados, e ninguém seria salvo; mas por causa dos escolhidos tais dias serão abreviados* (Mat. 24:21-22). Segundo, o Evangelho será pregado em todo o mundo antes da segunda vinda. Pregar o Evangelho e dar testemunho de Cristo é o dever supremo da Igreja nesta época (Actos 1:7-8). Por isso é que nos diz que *será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então virá o fim* (Mat. 24:14). Finalmente, o nosso Senhor prediz que a época da Sua segunda vinda será caracterizada por apostasia ou deserção por causa do engano do pecado. *Nesse tempo, muitos hão de se escandalizar, trair e odiar uns aos outros; levantar-se-ão muitos falsos profetas e enganarão a muitos. E, por se multiplicar a iniquidade, o amor se esfriará de quase todos* (Mat. 24:10-12). O nosso Senhor parece indicar também que enquanto a tribulação se aprofunda no fim dos tempos, assim também aumentará o engano do pecado. *Então se alguém vos disser: Eis aqui o Cristo! ou: Ei-lo ali! não acrediteis; porque surgirão falsos cristos e falsos profetas operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos. Vede que vo-lo tenho predito* (Mat. 24:23-25). Paulo também revela que no curso de uma grande apostasia nos últimos dias, haverá também a revelação do “homem do pecado” que com ímpia presunção tomará o lugar de Deus e exigirá para si a honra da adoração divina. *Ninguém de nenhum modo vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia, e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus, ou objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus* (I Tess. 2:3-4).

O aumento da maldade que acaba de ser descrito não implica um declínio gradativo e necessário do reinado de Cristo. Este não ensina, nem a Igreja crê, que o Seu reinado declinará. O nosso Senhor ensina que a mesma estação da ceifa que amadurece o trigo, amadurece também o joio; que há, pois, um progresso na maldade bem como na justiça, e que o trigo e o joio crescerão juntos—não se diz que um crescerá e o outro diminuirá. Mas o verdadeiro motivo para o evangelismo, como se encontra na Igreja, não está na glória do êxito externo, mas no sentido profundo de obediência a uma confiança e a um amor fervoroso para com o seu Senhor. Ao aproximar-se o fim do mundo, podemos esperar um aumento na justiça e na maldade; e a Igreja deve preparar-se para uma luta agressiva e constante contra o pecado, até que Jesus venha.

C. *A Maneira da Sua Vinda.*

Aqui de novo os discursos do nosso Senhor devem ser a fonte da nossa autoridade respeitante a este evento escatológico. Tendo advertido contra a sedução dos falsos cristos e dos falsos profetas, instrui os Seus discípulos sobre a maneira da Sua vinda com estas palavras: *Portanto, se vos disserem: Eis que ele está no deserto! não saiais: Ei-lo no interior da casa! não acrediteis. Porque assim como o relâmpago sai do oriente e se mostra até no ocidente, assim há de ser a vinda do Filho do homem* (Mat. 24:26-27). Indica também que haverá distúrbios de natureza cataclísmica no universo físico imediatamente antes ou no momento da Sua vinda. *Logo em seguida à tribulação daqueles dias, o sol escurecerá, a lua não dará a sua claridade, as estrelas cairão do firmamento e os poderes dos céus serão abalados. Então aparecerá no céu o sinal do Filho do homem; todos os povos da terra se lamentarão e verão o Filho do homem vindo sobre as nuvens do céu com poder e muita glória. E ele enviará os seus anjos,*

com grande clangor de trombeta, os quais reunirão os seus escolhidos, dos quatro ventos, de uma a outra extremidade dos céus (Mat. 24:29-31).

O nosso Senhor ensina também que a Sua vinda em certa medida será inesperada. O tempo da segunda vinda está revestido de mistério. *Mas, a respeito daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai (Mat. 24:36).* Instrui os Seus discípulos, portanto, a dar a máxima atenção à vigilância e obediência às coisas do reino. *Portanto, vigiai, porque não sabeis em que dia vem o vosso Senhor (Mat. 24:42); e ainda, Por isso ficai também vós apercebidos; porque, à hora em que não cuidais, o Filho do homem virá (Mat. 24:44).* Declara, ademais, que na hora da Sua segunda vinda o mundo estará seguindo o seu curso normal, esquecido do grande evento que virá rapidamente, sem aviso especial. *Pois assim como foi nos dias de Noé, também será a vinda do Filho do homem. Porquanto, assim como nos dias anteriores ao dilúvio, comiam e bebiam, casavam e davam-se em casamento, até ao dia em que Noé entrou na arca, e não o perceberam, senão quando veio o dilúvio e os levou a todos, assim será também a vinda do Filho do homem (Mat. 24:37-39).* Em consequência, podemos crer confiantemente que a segunda vinda será uma aparição gloriosa e repentina do nosso Senhor, irrompendo sobre o curso normal do mundo como um evento cataclísmico inesperado. Aos justos, que por meio da fé na Sua palavra se prepararam e Lhe esperam o retorno, esta aparição será recebida com gozo supremo. Para os maus que desprezaram as Suas palavras, dizendo: *Onde está a promessa da sua vinda?*, será um tempo de consternação e de condenação.

D. *O Propósito da Sua Vinda.*

O nosso Senhor apresenta o propósito da Sua vinda em duas parábolas familiares, a das dez virgens e a dos talentos. A verdade proeminente ressaltada em ambas as

parábolas é a de uma vinda para julgamento no qual os justos serão recompensados e os maus castigados. Logo após a segunda parábola, o nosso Senhor claramente articula o propósito da Sua vinda nos seguintes termos: *Quando vier o Filho do homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas em sua presença, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos à esquerda; então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo* (Mat. 25:31-34). Depois disto apresenta em cores vivas a cena do julgamento na qual Ele pronuncia a sentença sobre os que estão à esquerda, dizendo: *Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos* (Mat. 25:41); e conclui com estas palavras solenes: *E irão estes para o castigo eterno, porém os justos para a vida eterna* (Mat. 25:46). Destas palavras do nosso Senhor sobre a segunda vinda como diretamente relacionada ao julgamento não pode haver o menor apelo.

Paulo põe a segunda vinda em estreita relação com o tempo da ressurreição, fazendo da ressurreição dos justos algo que precede imediatamente o arrebatamento dos santos vivos. *Pois se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também Deus, mediante Jesus, trará juntamente em sua companhia os que dormem. Ora, ainda vos declaramos, por palavra do Senhor, isto: nós, os vivos, os que ficarmos até à vinda do Senhor, de modo algum precederemos os que dormem. Porquanto o Senhor mesmo, dada a sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus, descerá dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; depois nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com*

o Senhor (I Tess. 4:14-17). Aqui é evidente que a vinda de Jesus *com* os santos (os mortos em Cristo cujas almas já se foram encontrar com Ele) e a vinda de Jesus *para* os santos (os que vivem e permanecem), devem estar associadas não somente com o mesmo evento, mas ainda devem ser consideradas também como indicando a ordem dos acontecimentos neste evento.

Não apenas Paulo apresenta a segunda vinda como relacionada de perto com a ressurreição, mas põe-na Pedro em relação com o tempo da consumação final da presente ordem: *Virá, entretanto, como ladrão, o dia do Senhor, no qual os céus passarão com estrepitoso estrondo e os elementos se desfarão abrasados; também a terra e as obras que nela existem serão atingidas. Visto que todas essas cousas hão de ser assim desfeitas, deveis ser tais como os que vivem em santo procedimento e piedade* (II Ped. 3:10-11).

Como evento a segunda vinda de Cristo estará, portanto, associada, no tempo, à ressurreição, ao julgamento e à consumação final. Estes e outros assuntos relacionados são conhecidos nas Escrituras como o “Dia do Senhor”.

E. *O Dia do Senhor.*

Como indicado no nosso estudo dos dias da criação, a exegese hebraica mais antiga nunca considerou os dias do Gênesis como dias solares, mas como períodos de duração indefinida. A palavra “dia” é usada frequentemente neste mesmo sentido no Novo Testamento. Assim, o nosso Senhor diz: *Porque assim como o relâmpago, fuzilando, brilha de uma à outra extremidade do céu, assim será no seu dia o Filho do homem* (Lucas 17:24). Pedro fala do *dia do Senhor* (II Ped. 3:10, 12, 13); e Paulo menciona tanto o *dia do Senhor* (I Tess. 5:2, 4, 5), como o *dia de Cristo* (II Tess. 2:1, 2). Este dia do Senhor está associado geralmente, se não sempre, à ideia do juízo. Podemos crer confiantemente, portanto,

que o dia do Senhor é um período de tempo acompanhado de eventos inaugurais, intermediários e finais. Paulo considera este dia em relação com o evento inaugural, a vinda de Cristo; ao passo que Pedro o considera como a realização última e triunfante de Cristo. É um período transicional no qual um tempo ou ocasião é precedida por outros tempos ou ocasiões. Por esta razão é por vezes difícil distinguir os eventos preparatórios da consumação final a que conduzem. Antes de voltar a nossa atenção para a ordem dos eventos neste dia do Senhor¹ é bom examinarmos o conceito do milênio.

F. *A Segunda Vinda e as Teorias Sobre o Milênio.*

O retorno pessoal de Jesus Cristo foi bem cedo associado à ideia de um milênio ou de um reinado de Cristo sobre a terra por um período de mil anos. Os que abraçaram esta doutrina foram conhecidos como quiliastas. Desde a morte dos apóstolos até ao tempo de Orígenes, o quilianismo ou premilenismo foi a fé dominante na Igreja. Esta doutrina assegurava que as Escrituras nos ensinam a esperar um milênio ou um reino universal da justiça sobre a terra; e que esta época milenial será introduzida pelo regresso pessoal e visível do nosso Senhor Jesus. Contudo, no começo do século V, Agostinho decidiu o destino do quilianismo por número considerável de séculos ao ensinar que a Igreja era o reino de Deus sobre a terra. Tais questões tornaram-se insignificantes quando a Igreja ganhou a proteção do estado e as doutrinas do quilianismo não receberam mais proeminência até o tempo da Reforma.

Somente breve menção pode ser aqui feita dos vários tipos do milenismo que têm sido ensinados desde que no

¹ Na Bíblia em português, atribuiu-se tanto a Pedro como a Paulo a frase "dia do Senhor". E é assim no grego. O doutor Wiley usava a versão inglesa designada King James.

século XVI renasceu o interesse sobre o assunto. Para conveniência de análise podem ser divididos em dois grupos: as teorias literalistas e as teorias espiritualistas. Aquelas abrangem em geral as teorias premilenistas de todos os tipos. Podem ser agrupadas em dois tipos gerais. *Primeiro*, há aquelas que consideram a Igreja como completa e, portanto, identificam pelo que se refere ao tempo, a segunda vinda de Cristo com o arrebatamento e a revelação, a primeira ressurreição e a conflagração, situando todos estes eventos antes do milênio. Esta opinião é considerada comumente como a Teoria Adventista. *Segundo*, há aquelas teorias premilenistas que consideram a Igreja como incompleta quando da segunda vinda. Estas teorias separam o arrebatamento e a revelação por um lado, e a conflagração por outro, colocando o milênio entre estes dois pontos finais. Tem sido frequentemente chamada a Teoria de Keswick. A objeção principal a este tipo de premilenismo centraliza-se em grande parte na ênfase à continuidade da obra de salvação durante o milênio. O fundamento desta objeção encontra-se naquelas passagens que parecem indicar que quando Cristo vier cessará a intercessão e começará o julgamento (Heb. 7:25; 9:12, 24-28). Sustentam alguns que “quando o advento chegar a intercessão terminará; terminando esta, cessará também a salvação. Quando Cristo aparecer pela segunda vez a nós, deixará de se apresentar diante de Deus por nós” (Brown, *A Segunda Vinda de Cristo*, p. 112).

As teorias espiritualistas do milênio são de dois tipos. Os católicos romanos sustentam uma doutrina que é essencialmente a mantida por Santo Agostinho, isto é, que o reino de Cristo se refere à época da Igreja e a todo o período de tempo entre o primeiro e o segundo adventos de Cristo. O milênio identifica-se assim com toda a dispensação do Evangelho. O segundo tipo de teoria espiritualista é conhecido comumente como pós-milenismo. É assim chamado porque ensina que o segundo advento se segue e não antecede o milênio.

Com referência ao retorno visível e pessoal do nosso Senhor os pós-milenistas afirmam-no com tanto empenho e atribuem-lhe tanta importância como os pré-milenistas. O milênio é considerado como um reino de justiça no futuro. Neste período a Igreja florescerá e a santidade triunfará por mil anos. O mundo gozará de bem-aventurança paradisíaca enquanto os mártires e os santos no céu simpatizarão com a sua alegria. O triunfo na terra será universal (Raymond, *Teologia Sistemática*, II, pp. 493-494).

Do que se disse é evidente que o pré-milenismo e o pós-milenismo representam extremos opostos de pensamento e um método de consideração totalmente diferente. O milênio como os pós-milenistas o concebem, é a idade florescente da Igreja—um tempo em que a justiça reinará e a paz se estenderá através de todo o mundo. Esta condição será o resultado dos métodos presentes de evangelização, a que se adicionará “a prisão de Satanás” ou os juízos restritivos de Deus. Ainda que os justos estejam em ascendência, o milênio é, contudo, uma condição mista de santos e pecadores—todos na carne. Salienta-se aqui uma passagem, Apoc. 20:1-11, que tem sido interpretada de diferentes maneiras pelos pré-milenistas e pós-milenistas. Estes interpretam a declaração apocalíptica como meramente simbólica ou figurada, de maneira que o reino de Cristo é considerado como puramente espiritual. Além disso, a primeira ressurreição é tida como espiritual e a segunda somente como literal e física. Os pré-milenistas, por outro lado, interpretam esta passagem, em ambos os pontos, no sentido literal.

É útil recordar-se que o milênio é um período de transição entre a ordem temporal presente e a ordem eterna vindoura. É a este duplo aspecto que se deve tanta confusão. Sendo um período de transição, o milênio aponta em ambas as direções e une em si mesmo duas ordens inteiramente diferentes. Marca a

transição do natural para o espiritual, do temporal para o eterno, do imanente para o transcendente e da graça para a glória.

G. *O Primeiro e o Segundo Adventos de Cristo.*

Há certos pontos interessantes de contraste entre o primeiro e o segundo adventos de Cristo que merecem ser estudados. No primeiro advento Ele veio como um servo que ministra; no segundo *se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas em sua presença* (Mat. 25:31-32). O Seu primeiro advento foi em humilhação. Foi desprezado e rejeitado pelos homens (Isa. 53:3). *Veio para o que era seu, e os seus não o receberam* (João 1:11). Mas a Sua segunda vinda será governada pela lei da exaltação e não da humilhação. O Seu segundo advento será, portanto, marcado pelo facto de que o povo se levantará com gozo e sairá ao Seu encontro no ar, e com uma companhia inumerável de anjos formando o cortejo do glorioso Noivo no Seu regresso à terra. A finalidade do primeiro advento foi a libertação do homem da culpa, do poder e da condição do pecado por meio do Seu sacrificio sacerdotal pelo pecado. O segundo será para remover as consequências do pecado por meio de "toda a autoridade" que Lhe foi dada como nosso glorioso Rei.

IV. A ORDEM DOS EVENTOS DO DIA DO SENHOR

De acordo com a lei de reserva profética, há o suficiente nas Escrituras para proporcionar à Igreja uma esperança gloriosa; mas os eventos do futuro jamais poderão ser completamente desvendados até que a profecia se faça história e os contemplemos com clareza na sua relação histórica. O nosso propósito em considerar a ordem dos eventos do dia do Senhor não é o de falar com tal grau de dogmatismo que leve a excluir o pensamento sincero dos estudantes da Bíblia que

afirmam posições diferentes. Tornou-se já evidente ao leitor que há grande variedade de opiniões referentes a estes assuntos. O material que apresentamos é mais sugestivo do que dogmático e esperamos que sirva para estimular o leitor a estudo e a investigação posteriores.

A. *O Arrebatamento e a Revelação.*

A segunda vinda de Cristo é o evento inaugural do dia do Senhor. Será acompanhada pela ressurreição dos justos e pelo arrebatamento dos vivos, sendo ambos os grupos dos santos arrebatados nas nuvens ao encontro do Senhor. Faz-se aqui distinção entre o arrebatamento e a revelação. O arrebatamento consiste na elevação do povo de Deus à reunião nos ares. A revelação é o retorno de Cristo à terra acompanhado pelo cortejo de santos e anjos. Com respeito à relação do arrebatamento e da revelação há opiniões variadas. Alguns identificam-nas afirmando que quando Ele vier todo olho o verá, os santos levantar-se-ão em gozo para recebê-lo e *todas as tribos da terra se lamentarão sobre Ele* (Apoc. 1:7). Outros estabelecem separação entre o arrebatamento e a revelação, sustentando que o arrebatamento é secreto e conhecido só pelos santos; que somente a revelação é visível ao mundo. Com referência ao tempo entre os dois, a maioria dos escritores sustenta que será um período de três anos e meio. Durante este período os santos assistirão à ceia das bodas do Cordeiro nos lugares celestiais, ao passo que a terra passará por um período de tribulação sem paralelo, ocasião em que o Anticristo assumirá autoridade total. O facto geral do arrebatamento e da revelação é claramente bíblico, os detalhes já mencionados devem ser assunto de opinião individual.

B. *O Julgamento de Investigação.*

Imediatamente após o regresso de Cristo começará o julgamento de investigação. Para isto temos as pró-

prias declarações do nosso Senhor (Mat. 25:31-34; 19:28). Que este julgamento se relaciona com as nações vivas no tempo da segunda vinda é evidente da Sua parábola do semeador (Mat. 13:41-43). Os pós-milenistas identificam o julgamento descrito em Mateus 25:31-46 como o julgamento geral do último dia. Alguns pré-milenistas fazem o mesmo, ao passo que outros o aplicam, tal como se disse acima, às nações existentes sobre a terra no tempo da segunda vinda de Cristo.

C. *A Destruição dos Ímpios.*

Estreitamente relacionada com o julgamento de investigação encontra-se a destruição dos ímpios. Em acréscimo às passagens anteriormente citadas, Paulo dá-nos a seguinte declaração: *E' a vós outros que sois atribulados, alívio juntamente conosco, quando do céu se manifestar o Senhor Jesus com os anjos do seu poder, em chama de fogo, tomando vingança contra os que não conhecem a Deus e contra os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus. Estes sofrerão penalidade de eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder, quando vier para ser glorificado nos seus santos e ser admirado em todos os que creram, naquele dia (porquanto foi crido entre vós o nosso testemunho) (II Tess. 1:7-10).*

D. *A Queda do Anticristo e a Prisão de Satanás.*

Incluído na destruição dos ímpios no tempo do segundo advento está o Anticristo, a quem Paulo chama "o iníquo". *Então será de facto revelado o iníquo, a quem o Senhor Jesus matará com o sopro de sua boca, e o destruirá, pela manifestação de sua vinda. Ora, o aparecimento do iníquo é segundo a eficácia de Satanás, com todo poder, e sinais e prodígios da mentira (II Tess. 2:8-9).* Satanás também há de ser preso, *para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil*

anos. Depois disto é necessário que ele seja solto por um pouco de tempo (Apoc. 20:3).

E. O Estabelecimento do Reino.

A Igreja Militante, no seu pleno sentido neotestamentário, começou com o dia de Pentecoste e será triunfante com o arrebatamento dos santos na vinda do Senhor. A Igreja, em algum sentido, será identificada com o reino. Num sentido místico, *o reino de Deus está dentro em vós* (Lucas 17:21). Neste sentido estamos agora no reino de Deus o Espírito Santo. O reino de Deus o Filho sucederá a este, quando o reino místico interno encontrar expressão na glória externa. Jesus, havendo vencido o mundo, encontra-se sentado no trono do Seu Pai esperando o tempo em que voltará e se assentará no trono da Sua glória (Mat. 25:31).

F. A Regeneração da Terra.

É um facto significativo que o nosso Senhor associa a regeneração ao Seu reino vindouro. *Em verdade vos digo que vós os que me seguistes, quando, na regeneração, o Filho do homem se assentar no trono da sua glória, também vos assentareis em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel* (Mat. 19:28). Esta declaração é muito sugestiva quando consideramos que a regeneração, no sentido de “um nascimento do alto”, representa os resultados espirituais que vêm da graça de Deus considerada pessoalmente; e que aqui se refere à redenção divina da terra que, ao aparecer o nosso Senhor, certamente será liberta da servidão da corrupção (Actos 3:19-21). Assim a maldição do pecado será tirada da terra. Resultarão muitas transformações cuja natureza não pode ser plenamente conhecida, mas o profeta Isaías tem sugerido muitos aspectos interessantes desta restauração. Entre tais inovações encontram-se: uma incrementada fertilidade da terra (Isa. 55:13), com grandes porções da terra até agora desabita-

das tornando-se habitações de beleza e glória (Isa. 35:1, 2, 6, 7); uma restauração milagrosa de animais silvestres aos seus instintos normais (Isa. 11:6-9); um aumento na duração da vida (Isa. 65:20-23); e certas possíveis transformações nos céus astronômicos, na sua relação com a terra (Isa. 30:26). As passagens que acabamos de citar estão cheias de intenso significado espiritual e têm sido fonte de gozo e fortaleza para multidões do povo santo de Deus. Conquanto seja isto verdadeiro, não proíbe necessariamente a convicção do seu cumprimento literal; nem lhe distrai do seu sentido espiritual, mas antes o aumenta.

G. *A Consumação Final.*

A consumação final ou destruição do mundo marca o fim do período transicional e introduz os novos céus e a nova terra da ordem eterna. É o evento final do "dia do Senhor". Assim como no princípio deste período se encontra o arrebatamento com a sua ressurreição dos justos e a translação dos santos vivos, seguido pelo julgamento de investigação das nações vivas, da mesma forma o dia encerra-se com uma apostasia que se segue ao reinado de mil anos, a ressurreição dos ímpios mortos, a destruição dos céus e da terra pelo fogo e o juízo final com as suas recompensas e castigos.

São Pedro descreve nas seguintes palavras o processo pelo qual a terra será renovada: *Ora, os céus que agora existem, e a terra, pela mesma palavra têm sido entesourados para o fogo, estando reservados para o dia do juízo e destruição dos homens ímpios* (II Ped. 3:7). Acrescenta ainda que *os céus passarão com estrepitoso estrondo e os elementos se desfarão abrasados; também a terra e as obras que nela existem serão atingidas* (II Ped. 3:10); e mais: *Esperando e apressando a vinda do dia de Deus, por causa do qual os céus incendiados serão desfeitos e os elementos abrasados se derreterão* (II Ped. 3:12). Pedro não pretende ensinar nestas passagens a

aniquilação do mundo pelo seu batismo de fogo. Antes, a palavra “desfeito” indica a ideia de libertar o mundo da escravidão da corrupção, de maneira que venha a ser o que originalmente lhe foi pretendido ser. Da mesma forma que o corpo do homem se desfaz pela morte e se torna sujeito à decomposição, de que se levantará em glória e poder imortal e incorruptível, assim esta terra como habitação do homem será desfeita, mas depois aparecerá, numa ressurreição comparável, os novos céus e a nova terra onde habita a justiça (II Ped. 3:13). *E então virá o fim, quando Ele entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder. Porque convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos seus pés. O último inimigo a ser destruído é a morte. Porque todas as cousas sujeitou debaixo dos seus pés. E quando diz que todas as cousas lhe estão sujeitas, certamente exclui aquele que tudo lhe subordinou. Quando, porém, todas as cousas lhe estiverem sujeitas, então o próprio Filho também se sujeitará àquele que todas as cousas lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos (I Cor. 15:24-28).*

QUESTIONÁRIO

1. Em que sentido triplo deve ser considerada a morte como pena pelo pecado?
2. Explique os efeitos da expiação de Cristo em referência à pena do pecado.
3. Explique o uso dos termos seguintes em referência ao estudo do estado intermediário: Sheol, Hades, Paraíso.
4. Condense a base bíblica da nossa crença na imortalidade do homem.
5. Resuma por palavras suas as opiniões contrárias sobre o estado intermediário sustentadas (1) pelos protestantes em geral e (2) pelos católicos romanos.
6. Porque crêm alguns cristãos no estado intermediário e outros negam a existência de um lugar intermediário?
7. Que evidência bíblica proporciona base para a crença de que Cristo virá outra vez em pessoa à terra?
8. Faça um esboço dos sinais que indicarão a proximidade da segunda vinda de Cristo.
9. Resuma o ensinamento bíblico que descreve a maneira da segunda vinda.
10. Por que voltará Cristo?
11. Que quer dizer a Bíblia com a expressão "o dia do Senhor"?
12. Num pequeno parágrafo descreva cada uma das teorias seguintes sobre a segunda vinda: a Adventista; a de Keswick; a Católica Romana; a pós-milenal.
13. Mostre os pontos principais de contraste entre as teorias pré-milenal e pós-milenal.
14. Faça uma lista de declarações paralelas que contraste a primeira e a segunda vindas.
15. Porque é impossível opinar dogmaticamente ao considerar a ordem dos eventos do dia do Senhor?
16. Que significa 1) o arrebatamento? 2) a revelação? 3) o julgamento de investigação?
17. Descreva a natureza da consumação final em relação à terra.
18. Resuma a ordem dos eventos do dia do Senhor da maneira como se lê no texto. Aprova esta ordem? Porquê? Que modificação sugeriria? Porquê?

CAPÍTULO XXII

A RESSURREIÇÃO, O JUÍZO E A CONSUMAÇÃO FINAL

“Os membros do reino consumado, participando da glória que o Mediador tem com o Pai, desenvolvem e completam com verdade crescente a tríplice função da vida eterna: declará-Lo, servi-Lo e reinar com Ele na comunhão transcendental de amor com o Pai, no Filho, por meio do Espírito Santo.

“O céu dos santos não será, portanto, um reino de sombras, sem substância e indeterminado, mas um reino real e substancial em que as faculdades e funções da personalidade humana estarão ativas no gozo da justa liberdade. Como acontece com as capacidades da alma, as faculdades do corpo serão comensuráveis com a lei e a vocação da vida eterna. *São estes os que vêm da grande tribulação, lavaram suas vestiduras, e as alvejaram no sangue do Cordeiro, razão por que se acham diante do trono de Deus e o servem de dia e de noite no seu santuário; e aquele que se assenta no trono estenderá sobre eles o seu tabernáculo. Jamais terão fome, nunca mais terão sede, não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum, pois o Cordeiro que se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima (Apoc. 7:14-17)*”.

—Dr. Emanuel V. Gerhart.

I. A RESSURREIÇÃO

A ressurreição que se segue como efeito imediato da segunda vinda de Cristo é uma verdade distintiva e elementar do sistema cristão. O termo ressurreição significa levantar-se outra vez, isto é, um surgimento daquilo que estava sepultado. Significa também restauração à vida daquilo que estava morto. Visto que a alma não morre com o corpo, ela não pode ser o sujeito da ressurreição. Por isso é o corpo do homem que é ressuscitado.

A. O Ensino Bíblico Sobre a Ressurreição.

O ensino bíblico sobre a ressurreição aparece no Antigo Testamento, embora menos explícito do que no Novo. O facto da ressurreição foi pressuposto em toda a economia do Antigo Testamento e faz-se distinção entre a imortalidade da alma e a ressurreição do corpo. O Salmista, por exemplo, fala da esperança da redenção do Hades, ao indicar que Deus *remirá a minha alma do*

poder da morte, pois ele me tomará para si (Salmo 49:15). O profeta Isaías refere-se à ressurreição do indivíduo quando dirige à Igreja uma bela profecia: *Os vossos mortos e também o meu cadáver viverão e ressuscitarão; despertai e exultai, os que habitais no pó, porque o teu orvalho, ó Deus, será como o orvalho de vida, e a terra dará à luz os seus mortos* (Isa. 26:19). Aqui os mortos são chamados “vossos” (falando a Deus) porque dormiram n’Ele, as suas almas encontram-se em segurança debaixo da Sua proteção. No livro de Daniel encontramos a doutrina da ressurreição ensinada de maneira ainda mais explícita. *Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno* (Dan. 12:2).

O Novo Testamento está saturado da verdade da ressurreição mas aqui ela se apresenta de maneira mais sublime. Paulo fala do *aparecimento de nosso Salvador Cristo Jesus, o qual não só destruiu a morte, como trouxe à luz a vida e a imortalidade, mediante o evangelho* (II Tim. 1:10). Somente através do evangelho é que o conceito cristão da ressurreição e da destruição completa da morte encontra a sua expressão mais sublime. O testemunho básico do Novo Testamento está nas palavras do próprio Jesus Cristo. *Não vos maravilheis disto, porque vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo* (João 5:28-29). O anúncio evangélico, portanto, abrange a ideia da ressurreição do homem na sua totalidade e da raça humana para uma existência eterna.

Cristo também associa a ressurreição à Sua própria pessoa e obra. Diz ele, *Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que vive e crê em mim, não morrerá, eternamente* (João 11:25-26). Isto é verdade porque Nele há vida e poder, *Porque assim como o Pai tem vida em si mesmo,*

também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo (João 5:26). Paulo mostra que a ressurreição de Cristo será o modelo para a ressurreição dos corpos dos santos: *O qual transformará o nosso corpo de humilhação, para ser igual ao corpo da sua glória* (Fil. 3:21). O fundamento e a condição secretos da ressurreição dos crentes é a união com o Cristo ressuscitado como a fonte de vida tanto para a alma como para o corpo.

Enquanto a ressurreição dos justos é para a vida eterna, a dos ímpios é para a condenação e vergonha eternas. Paulo, portanto, fala da sua *esperança em Deus, como também estes a têm, de que haverá ressurreição, tanto de justos como de injustos* (Actos 24:15); e São João testifica que viu *os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono... Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras* (Apoc. 20:12-13).

B. *A Natureza do Corpo Ressuscitado.*

Falando do corpo, Paulo escreve: *Semeia-se o corpo na corrupção, ressuscita na incorrupção. Semeia-se em desonra, ressuscita em glória. Semeia-se em fraqueza, ressuscita em poder. Semeia-se corpo natural, ressuscita corpo espiritual. Se há corpo natural, há também corpo espiritual* (I Cor. 15:42-44). Nesta passagem o pronome reflexivo “se” é usado em referência tanto ao corpo “natural” como ao corpo “espiritual”. Por isso a Igreja assegura que o corpo ressuscitará e, em alguns aspectos essenciais não muito claros, será depois da ressurreição o mesmo que fora antes.

Com referência à natureza do corpo ressuscitado e aperfeiçoado, pouco sabemos. Contudo, o nosso Senhor declarou: *Os filhos deste mundo casam-se e dão-se em casamento; mas os que são havidos por dignos de alcançar a era vindoura e a ressurreição dentre os mortos, não casam nem se dão em casamento. Pois não*

podem mais morrer, porque são iguais aos anjos, e são filhos de Deus, sendo filhos da ressurreição (Lucas 20:34-36); e Paulo declara que *carne e sangue não podem herdar o reino de Deus, nem a corrupção herdar a incorrupção* (I Cor. 15:50).

Das passagens bíblicas acima citadas parece claro que o corpo ressuscitado estará livre de decomposição, dissolução e morte, assim como de tudo o que tende para a morte, enfermidade, dor e sofrimento. O corpo novo será imortal no sentido amplo da palavra. Formosura e glória além do alcance da inteligência humana serão, sem dúvida, características dos corpos gloriosos dos remidos, pois a promessa é de que *quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque havemos de vê-lo como ele é* (I João 3:2). É também possível que no corpo ressuscitado venham a residir faculdades e capacidades novas e elevadas e, sem dúvida, todas que existem agora serão consideravelmente aumentadas. Em resumo, podemos dizer que o corpo ressuscitado será de tal natureza que se adaptará perfeitamente ao novo ambiente em que viverão os remidos. Neste sentido será um corpo espiritual, em vez de um corpo natural e, assim, perfeitamente adaptado a uma forma de viver espiritual.

C. *A Ressurreição Geral.*

A expressão “ressurreição geral” refere-se à crença comumente sustentada na Igreja de que na segunda vinda de Cristo todos os mortos, justos e injustos, se levantarão ao mesmo tempo, sendo imediatamente levados ao juízo. O nosso próprio credo declara esta crença na seguinte expressão: “Cremos na ressurreição dos mortos: que tanto os corpos dos justos como dos injustos serão ressuscitados e unidos com os seus espíritos—os que tiverem feito o bem, sairão para a ressurreição da vida; e os que tiverem feito o mal, para ressurreição da condenação” (*Manual*, par. 16). O ponto

de vista que a ressurreição dos justos e dos maus é simultânea baseia-se na declaração do nosso Senhor que *vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo* (João 5:28-29).

Ainda que a ideia de uma ressurreição simultânea dos justos e dos maus seja opinião geral tanto dos teólogos arminianos como dos reformados, alguns estudiosos da Bíblia sustentam uma ressurreição tanto dos justos como dos maus sem ver os dois eventos como simultâneos. Isto é essencial ao conceito pré-milenial do segundo advento. Não podemos entrar nos argumentos detalhados que sustentam este ponto de vista. Entretanto, um estudo das frases “dos” ou “dentre os mortos”, como são usadas em passagens tais como Lucas 20:35-36; Marcos 12:25; Apocalipse 20:5-6; Actos 4:1-2; e Filipenses 3:11, sugere acentuadamente que as ressurreições mencionadas são “dentre os mortos”. Isto equivale a dizer que parece estar estabelecida uma distinção entre a ressurreição dos justos e a dos maus. Aqueles, como seguidores de Cristo, são considerados dignos da ressurreição como êxodo da companhia dos mortos. É evidente que os que não fazem esta distinção entre as duas ressurreições, devem manter posição pós-milenial ou simplesmente amilenial.

II. O JUÍZO FINAL

A. *O Facto do Juízo Geral.*

Pela expressão juízo final entendemos um juízo geral de todos os justos e de todos os maus numa assembléia pública de vastas dimensões. Isto tem sido negado por alguns que pensam ocorrer o juízo de todo o homem na altura da morte, e por outros que julgam que somente os maus serão julgados no último dia. As Escrituras, entretanto, ensinam claramente haver um

dia ou período de juízo que há de associar-se estreitamente com a conflagração no fim do mundo. *Os céus que agora existem, e a terra, pela mesma palavra têm sido entesourados para fogo, estando reservados para o dia do juízo e destruição dos homens ímpios* (II Ped. 3:7). Declara-se expressamente que *estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça* (Actos 17:31). Também refere-se-lhe como *o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus* (Rom. 2:5); *o dia em que Deus, por meio de Jesus Cristo, julgará os segredos dos homens* (Rom. 2:16); *o dia de juízo* (II Ped. 2:9); *o grande dia* (Judas 6); e *o grande dia da ira* (Apoc. 6:17). Estas passagens provam claramente três coisas: haverá um juízo geral; terá lugar em tempo determinado; e este grande e terrível dia está no futuro.

Com respeito à duração do juízo, o uso indefinido do termo “dia” não nos permite declarar nem mesmo a sua provável duração. Os pais antigos acreditavam geralmente que o período do juízo seria de mil anos (cf. II Ped. 3:8). Outros têm sugerido que, considerando o número de pessoas incluídas e o alcance dos interrogatórios que serão feitos, seria necessário um tempo mais longo. No outro extremo, há a opinião dos que crêem que será suficiente apenas pequeno espaço de tempo para que Deus cumpra a finalidade do julgamento.

Qualquer que venha a ser a duração do tempo, ensina claramente a palavra de Deus o facto do juízo. Em Apocalipse 20:11-13, 15, encontramos uma predição incontestável e clara de um juízo geral em que todos os mortos e todos os vivos serão reunidos. Que tanto os justos como os maus estarão presentes sabe-se pelo facto de que as pessoas cujos nomes se acham escritos no livro da vida serão salvas e aquelas cujos nomes não se encontrarem ali serão lançadas no lago de fogo.

B. *A Pessoa do Juiz.*

Somente Deus é competente para exercer o officio de juiz nesta última assembléia. Somente Ele é infinitamente sábio e apenas por Ele são conhecidos os segredos mais íntimos da vida dos homens. Não só lhes entende as ações, mas também lhes compreende os pensamentos mais íntimos e os motivos mais escondidos—até mesmo a sua própria natureza. Mas este juízo não é por Deus como Deus: *o Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo o julgamento, a fim de que todos honrem o Filho, do modo por que honram o Pai* (João 5:22-23). A razão disto é que o Filho não somente é divino mas também humano e a Sua relação para com a humanidade o qualifica de modo especial para este officio. Paulo pregou aos atenienses que Deus *há de julgar o mundo com justiça por meio de um varão que destinou* (Actos 17:31). Conclui-se daí que o juízo há de ser exercido peculiarmente por Cristo como homem: *Ele é quem foi constituído por Deus Juiz de vivos e de mortos* (Actos 10:42). O juízo do mundo apresenta-se como o último acto mediatório de Cristo. Depois da execução da sentença final, quando forem outorgadas as recompensas dos justos e as penas dos maus forem determinadas, Ele entregará o reino mediatório ao Pai para que Deus seja tudo em todos (I Cor. 15:24-28).

C. *Os Princípios do Juízo.*

Paulo enumera assim os princípios do juízo: *Dará a vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade; mas ira e indignação aos facciosos que desobedecem à verdade, e obedecem à injustiça. Tribulação e angústia virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, do judeu primeiro, e também do grego; glória, porém, e honra e paz a todo aquele que pratica o bem; ao judeu primeiro e também ao grego. Porque para com Deus não há acepção de pessoas* (Rom. 2:7-11). Estudo cuidadoso

desta e de outras passagens relacionadas com o tema indica que a medida da verdade revelada aos homens será a norma pela qual serão julgados no último dia. O nosso Senhor mesmo declarou: *e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão* (Lucas 12:48).

Mais especificamente, o princípio precedente quanto ao juízo significa que os pagãos serão julgados de acordo com a lei da natureza, ou a lei dada originalmente ao homem como a regra da sua conduta. Certa porção desta lei tem sido preservada entre eles, em parte pela tradição e em parte pela razão; e ainda que os vestígios dela estejam em alguns casos obliterados e em outros muito obscurecidos e confusos, não obstante permanece o suficiente para que sejam havidos como responsáveis e ela constitua fundamento de prova judicial (cf. Rom. 2:14-15). Os judeus serão julgados pela lei de Moisés e pelos ensinamentos dos profetas. As próprias palavras do nosso Senhor serão a norma para a Sua geração—*A própria palavra que tenho proferido, essa o julgará no último dia* (João 12:48). Os cristãos, de modo geral, serão julgados pelas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos—especialmente o Evangelho, visto conferir ao homem privilégios superiores. Se o gentio que peca contra a luz da natureza é justamente castigável; e se o que desprezou a lei de Moisés *sem nenhuma misericórdia morre... de quanto mais severo castigo julgais vós será considerado digno aquele que calcou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança com o qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça?* (Heb. 10:29).

D. O Propósito do Juízo Geral.

A fim de se compreender o propósito do juízo geral, deve considerar-se a sua relação para com Deus, Jesus Cristo e o homem. Primeiro, o juízo proporcionará campo digno para a demonstração dos atributos de Deus. A Sua justiça, fidelidade, sabedoria, onipotência e outros atributos serão sancionados e atestados por

milhares de homens e de anjos. De novo, aparecerá então a glória da obra de Cristo—não somente como juiz, mas também como Senhor e Rei. Como Senhor o Seu domínio apresenta-se agora como universal, e como Rei que tem reinado no coração do Seu povo, recebe-o agora no Seu gozo e convida-o a participar da Sua glória. Finalmente, com respeito ao homem, o juízo é necessário por várias razões. (1) A condição dos justos neste mundo é com frequência tal que sem as recompensas do futuro a justiça e a equidade de Deus não podem ser vindicadas. (2) Somente no juízo pode ser avaliada a influência total da vida humana—seja para o bem, seja para o mal. Os homens são criaturas sociais e também responsáveis pela sua influência sobre outros. Esta influência continua num círculo cada vez mais amplo mesmo depois da morte do indivíduo. Só no juízo final pode esta influência ser estimada, quer para o bem, quer para o mal. (3) O juízo é necessário a fim de que o verdadeiro caráter do homem se torne manifesto. *Importa que todos nós compareçamos (ou ser tornado manifesto) perante o tribunal de Cristo para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo* (II Cor. 5:10). Assim, no juízo Deus discrimina os justos e os maus e separa-os uns dos outros a fim de que Ele possa desvendar ou manifestar o seu verdadeiro caráter.

E. *A Cena do Juízo Final.*

As Escrituras descrevem o juízo final como cena de solenidade e grandeza espantosas. São João escreve a respeito do mesmo: *Vi um grande trono branco e aquele que nele se assenta, de cuja presença fugiram a terra e o céu, e não se achou lugar para eles. Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono. Então se abriram livros. Ainda outro livro, o livro da vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito*

nos livros. Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras. Então a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago do fogo. Esta é a segunda morte, o lago do fogo. E, se alguém não foi achado inscrito no livro da vida, esse foi lançado para dentro do lago do fogo (Apoc. 20:11-15).

III. O ESTADO FUTURO DOS IMPENITENTES

O juízo geral não somente torna possível a bem-aventurança eterna dos santos, mas também faz necessária a sentença de castigo eterno sobre os finalmente impenitentes e os maus. A consideração deste assunto leva-nos a um dos tópicos mais solenes em todo o âmbito da teologia cristã. “Esta consideração deve suprimir o trivial, deve inspirar precaução e despertar todo o interesse. Nada poderia ser mais artificial e ofensivo do que fazer desta doutrina assunto de zombaria ou tema de declamação veemente e vingativa. Não deixe que ninguém trate do assunto a não ser que, com a devida solenidade, o faça como uma nota de alarme aos ouvidos de homens culpáveis, com o único propósito de impelí-los a refugiar-se em Cristo” (Lowrey, *Teologia Positiva*, p. 269).

A. *Os Termos Bíblicos que Denotam o Lugar de Castigo.*

Há três palavras que se traduzem por “inferno” pela versão de Almeida revista e atualizada no Brasil—Hades, Tártaro e Geena. O Hades refere-se ao lugar dos mortos. As distinções entre o lugar e o estado já foram discutidas (Cap. XXI, seção II).

O Tártaro é mencionado apenas em II Pedro 2:4: *Ora, se Deus não poupou a anjos quando pecaram, antes, precipitando-os no inferno (tártaro), os entregou*

a abismos de trevas, reservando-os para juízo. Podemos, portanto, considerar o Hades como o estado intermediário dos homens maus; e o tártaro como o dos anjos maus. Geena compõe-se de duas palavras hebraicas, *Ge* e *Hinnom*, e significa “o vale de Hinnom”. No Novo Testamento chama-se *Geena* e é mencionada doze vezes. Onze destas referências estão em declarações do próprio Jesus Cristo. Nos doze casos a palavra refere-se à tortura e ao castigo no mundo futuro. Em Mateus 18:9 esta palavra associa-se ao castigo imposto no juízo; e no verso anterior usam-se as palavras *fogo eterno* como o seu equivalente. Em Marcos 9:43-44, Jesus diz: *É melhor entrares maneta na vida do que, tendo as duas mãos, ires para o inferno, para o fogo inextinguível (onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga).* Em Lucas 12:5, as palavras de Cristo são: *Temei aquele que depois da matar, tem poder para lançar no inferno (geena).* A palavra “inferno”, portanto, no sentido de geena, refere-se ao lugar para o castigo final dos anjos maus e dos homens impenitentes, depois do dia de juízo.

B. *A Doutrina do Castigo Eterno Tal Como é Ensinada nas Escrituras.*

A simples consideração das palavras do nosso Senhor, sem qualquer anotação ou comentário, deveria convencer o leitor sincero de que Ele ensinou a doutrina do castigo futuro. Note com atenção o seguinte: *Mandará o Filho do homem os seus anjos que ajuntarão do seu reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade, e os lançarão na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes (Mat. 13:41-42). Então o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos... E irão estes para o castigo eterno, porém os justos para a vida eterna (Mat. 25:41, 46); E, se tua mão te faz tropeçar, corta-a; pois é melhor entrares maneta na vida do que, tendo as duas mãos,*

ires para o inferno, para o fogo inextinguível (onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga) (Marcos 9:43-44); e, *Não vos maravilheis disto, porque vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo* (João 5:28-29). A verdade solene ensinada nestas passagens é que os que rejeitam a Cristo e a salvação oferecida por Seu intermédio morrerão em seus pecados e serão para sempre separados de Deus. Esta vida presente é uma de provação e depois o homem receberá as consequências eternas.

Qual será a natureza do castigo eterno? Os termos usados nas Escrituras para expressar a ideia do castigo futuro devem ser, por necessidade, ao menos em parte figurativos. Só quando a comparamos ao que está ao nosso alcance mental, podemos entender, mesmo em medida limitada, esta verdade solene. Chama-se a *segunda morte* (cf. Apoc. 21:8; 20:14-15). O temor da morte sujeitou à escravidão toda a raça humana (Heb. 2:15). Está rodeada de terror e de tristeza e é a origem de temores tormentosos. A segunda morte é também aquela corrupção espiritual de que a morte física é a figura. Separado das influências restritivas e mitigantes da graça presentes na vida, o pecador fica eternamente exposto à corrupção da sua própria alma. O nosso Senhor fala do castigo futuro como *trevas exteriores* e associa-as com *o choro e ranger de dentes* (cf. Mat. 8:12; 22:13; 25:30). O doutor Wakefield fala destas trevas, comparando-as “a meia noite profunda da tumba, distendendo-se de era em era, sem jamais surgir o dia que a encerra”. O estado eterno dos ímpios é também descrito como um estado de *castigo positivo*. O nosso Senhor diz-nos que os ímpios serão lançados *na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes* (Mat. 13:42); ao passo que Paulo fala do nosso Senhor como sendo manifestado *do céu... com os anjos do seu poder, em*

chama de fogo, tomando vingança contra os que não conhecem a Deus e contra os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus (II Tess. 1:7-8). Esforços têm sido feitos no sentido de amenizar a severidade destas passagens, alegando-se que o sentido é puramente figurativo. Mas a figura nunca descreve totalmente a realidade e a conclusão razoável é, portanto, que o fogo do castigo futuro, se não é literal, será infinitamente mais intolerável. Finalmente, o castigo futuro é descrito como *separação de Deus*. Esta é a forma mais terrível de castigo concebível diante da qual a morte, o fogo eterno e o negror das trevas nada são. Deus é o autor de todo o dom perfeito e bom e a perda de Deus é a perda de todo o bem. As palavras *Apartai-vos de mim, malditos* (Mat. 25:41) indicam uma perda de luz e amor, de amizade, de beleza e de canto—a perda da própria esperança. Ser banido da presença de Deus é ficar separado para sempre do céu e de todo o bem. Tais são as representações solenes que o Espírito Santo quis fazer sobre o estado dos finalmente impenitentes e a natureza do seu castigo.

É eterno o castigo futuro? Uma vez que esta pergunta tem sido respondida em sentido negativo por alguns, uma consideração cuidadosa do assunto torna necessário um estudo da palavra grega *aiônios*, que nas Escrituras se traduz por “eterno” ou “eternal”. Numa ou noutra forma esta palavra é usada em cada uma das passagens seguintes: *Portanto, se a tua mão ou o teu pé te faz tropeçar, corta-o, e lança-o fora de ti; melhor é entrares na vida manco ou aleijado, do que, tendo duas mãos ou dois pés, seres lançado no fogo eterno* (Mat. 18:8). Marcos usa a mesma passagem mas acrescenta estas palavras: *Para o fogo inextinguível, (onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga)* (Marcos 9:43-44). Também diz: *Mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não tem perdão para sempre, visto que é réu de pecado eterno* (Marcos 3:29). João diz, *Quem*

crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus (João 3:36). Na descrição da cena do juízo que se encontra em Mateus 25:31-46, Jesus diz aos que estão à sua esquerda: *Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos; e a cena termina com as palavras, e irão estes para o castigo eterno, porém os justos para a vida eterna.* Se com estas declarações o nosso Senhor não quer dizer castigo eterno, que significado se lhes pode dar? Tenho visto, diz o doutor Adam Clarke, “as melhores coisas que foram escritas a favor da redenção final dos espíritos condenados, mas nunca vi uma resposta ao argumento contra esta doutrina, extraída deste versículo (Mateus 25:46), que não fosse uma vergonha para a crítica e a erudição sadias”.

As objeções feitas ao castigo eterno são geralmente no sentido de que não está em proporção ao pecado e que Deus é misericordioso demais para infligir às Suas criaturas castigo eterno. Estas duas objeções representam uma falha em reconhecer o facto de que o pecado é um mal infinito. Uma apreciação correta da seriedade do pecado só pode ser obtida quando tentamos apreender o alcance do amor de Deus em dar o próprio Filho para redimir o homem. Somente assim nos tornamos conscientes do facto de que o castigo de duração ilimitada não está fora de proporção para os que voluntária e finalmente rejeitam Aquele que sofreu—*o justo pelos injustos, para conduzir-vos a Deus* (I Ped. 3:18).

IV. A BEM-AVENTURANÇA ETERNA DOS SANTOS

As Escrituras têm mais a dizer sobre a bem-aventurança eterna dos santos do que a respeito do estado final dos réprobos; mas sendo o assunto menos controverso, tem geralmente ocupado menos espaço na teolo-

gia. A graça de Deus que adverte o mau contra o dia da ira também garante ao justo a bem-aventurança eterna.

A. *O Céu é Tanto um Lugar como um Estado.*

Que o céu é um estado de bem-aventurança eterna é coisa aceita por todos. Mas o céu é também um lugar. É a morada dos justos no seu estado final de glorificação. O nosso Senhor declarou: *Na casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, eu vo-lo teria dito. Pois vou preparar-vos lugar. E quando eu for, e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou estejais vós também* (João 14:2-3). As Escrituras falam do “terceiro” céu onde Deus habita; e Paulo escreve declarando ter sido arrebatado até este mais alto céu. Entretanto, não há motivo para se pensar que a alma tenha que caminhar grandes distâncias, espacialmente, para entrar no céu. Não se deve conceber a distância em termos de espaço físico, mas de condições mudadas. O céu está logo detrás do véu, que tantas vezes apenas “intervém tenuamente”, como assinalando o que para nós é invisível e o que está além da visão mortal. A palavra “apocalipse” significa um desvendamento; e na morte os justos passam através deste véu à visão beatífica de Cristo. Isto para a alma remida é o céu, a habitação eterna dos remidos de todas as épocas.

B. *A Bem-Aventurança dos Santos.*

Ainda que a natureza da felicidade futura não possa ser conhecida neste mundo, as Escrituras dão-nos muitas amostras sobre o que Deus preparou para os que O amam. O céu será um lugar de onde serão banidos para sempre todo o pecado e toda a injustiça. *Nela nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira* (Apoc. 21:27). Nada imundo entrará na habitação dos benditos, nem os santos jamais sentirão a influência sinistra de Satanás

ou de homens iníquos. Será um lugar de onde são removidas todas as consequências penais do pecado. *E lhes enxugará dos olhos toda a lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras cousas passaram* (Apoc. 21:4). O céu será um lugar onde os santos gozarão a posse de todo o bem positivo. *Nela estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão, contemplarão a sua face, e nas suas frentes está o nome dele. Então já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos* (Apoc. 22:3-5). Assim o céu será a resposta perfeita a todo o desejo santo. Para os cansados, é descanso eterno; para os tristes, é um lugar onde Deus enxugará toda a lágrima; para os que sofrem, não haverá mais dor; para os erros e as faltas de um serviço sincero mas imperfeito, o trono de Deus estará ali e os Seus servos servi-Lo-ão—toda a obra sendo feita na Sua presença e sob a aprovação do Seu sorriso; para os que estão perplexos e confusos pelas incertezas e desapontamentos da vida, promete-se que não haverá ali mais noite; porque o Senhor Deus lhes dá luz, e reinarão com Ele para sempre.

Outra fonte de bem-aventurança para os santos será a comunhão de uns com os outros e com o seu Senhor. Podemos estar certos de que será preservada inviolável a personalidade distinta de cada santo redimido; e os instintos sociais que os caracterizaram aqui não serão removidos mas intensificados (Heb. 12:22-23; Mat. 8:11). Ademais, a inferência clara das Escrituras é que os santos reconhecerão e se misturarão com os que amaram aqui na terra e que como eles foram salvos pelo sangue do Cordeiro. *Então conhecerei*, diz São Paulo, *como também sou conhecido* (I Cor. 13:12). Dado que a memória permanece e o tema do nosso cântico é a redenção, podemos estar seguros de que também guardaremos o conhecimento de pessoas, lugares e

circunstâncias relacionadas com a nossa salvação (cf. I Tess. 2:19). Mas o melhor de tudo é a promessa que sem véu ofuscante *contemplarão a sua face, e nas suas frentes está o nome dele* (Apoc. 22:4); e João, numa asseveração igualmente sublime exclama: *Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque havemos de vê-lo como ele é. E a si mesmo purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como ele é puro* (I João 3:2-3).

C. *As Ocupações do Céu.*

Embora seja o céu um lugar de descanso, não devemos supor que será um lugar de inatividade. Podemos muito bem supor que tais atividades serão principalmente espirituais. Deus, *que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo* (Efé. 1:3), capacitará as almas dos remidos a estender-se constantemente na plenitude oceânica do amor divino. De forma incessante, novas vistas da graça divina e visões frescas da Sua adorável Pessoa, enriquecer-lhes-ão as mentes e os corações maravilhados. As suas faculdades intelectuais serão aumentadas e purificadas. “Ante eles estender-se-á todo o círculo da criação”, diz o doutor Graham; “o sistema da providência, o caráter e os atributos de Deus. A Sua sabedoria, o Seu amor, e o Seu poder descobrir-se-lhes-ão nos mistérios da natureza e da providência, que hoje se acham escondidos dos olhos humanos... as alegrias da mente devem ser grande parte da bem-aventurança do céu. A razão liberada e incrementada sem dúvida se deleitará em dar-se conta das leis do universo material e da sabedoria suprema que as ordenou, da elevação e do progresso dos vários reinos e impérios, nações e raças, que constituem o domínio de Deus; em traçar a sabedoria, o amor e a bondade do Criador em cada departamento de ser, desde o inseto na terra até o serafim diante do trono divino.

Oh! que belo campo para o intelecto humano!” (Graham, *Aos Efésios*, p. 72).

D. *A Duração Sem Fim do Céu.*

A excelência suprema do céu é que o seu gozo nunca terminará. Chama-se o céu *a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é o arquiteto e edificador* (Heb. 11:10); chama-se *uma pátria superior, isto é, celestial* (Heb. 11:16); e fala-se dela como *um reinado inabalável* (Heb. 12:28). A palavra eternidade ou algumas das suas formas, associa-se frequentemente com o céu. É uma *casa...eterna, nos céus* (II Cor. 5:1); *eterna glória* (I Ped. 5:10); *tabernáculos eternos* (Lucas 16:9); e o *reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo* (II Ped. 1:11). Quando os santos entrarem naquela glória eterna, entram numa vida que nunca terminará e da qual se pode dizer com referência a eles, como também no caso do próprio Deus, que os seus anos “não terão fim”.

V. A CONSUMAÇÃO FINAL

A. *O Escopo da Consumação Final.*

A consumação final marca o término da história do mundo atual. No seu lugar haverá um novo céu e uma nova terra onde habita a justiça—destinados por toda a eternidade para ser a sede do reino de Deus na sua perfeição e beleza. Neste reino triunfante Cristo deixará a obra mediadora da salvação do pecado, porque o último inimigo terá sido vencido para sempre. Contudo, não deixará de ser o Exaltado porque ainda será o Primogênito de muitos irmãos, a nossa fonte de água viva e a nossa luz eterna. Será para sempre a causa mediata da nossa vida e luz eternas, da nossa santidade e felicidade, mesmo quando entregar o reino ao Pai.

A consumação final terminará o estágio de provação do indivíduo—sendo as consequências últimas o futuro castigo dos ímpios e a bem-aventurança eterna dos

santos. Também marca a perfeição da Igreja. O céu não será habitado apenas por inumerável multidão de remidos, mas pela Igreja como unidade orgânica. A Igreja será a mais preciosa jóia dos céus. Por isso João fala da Igreja como a Esposa do Cordeiro, que ele descreve pelo simbolismo de uma cidade santa—a Nova Jerusalém, vinda do céu da parte de Deus (Apoc. 21:2, 9, 10). Nenhum símbolo expressa melhor a complexidade da organização social. No mundo presente, através dos desajustamentos de uma estrutura social imperfeita, a cidade se torna a sede do pecado e da iniquidade, da miséria e da penúria, da dor e do sofrimento. Mas na cidade de Deus a organização será tão perfeita, no tocante à relação do indivíduo com a ordem social, que *a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras cousas passaram* (Apoc. 21:4). A Igreja militante na terra vem a ser triunfante no céu, mas nunca perderá a sua identidade. E quando a Igreja tiver alcançado esta perfeição, e todo o inimigo for subjugado e a própria morte deixar de existir, então o reino mediador como uma agência da salvação deve necessariamente deixar de existir e ser absorvido no reino bendito e sem fim de Deus Pai, Deus Filho, e Deus Espírito Santo.

A consumação final inclui também no seu escopo o universo físico. Haverá um novo céu e uma nova terra. Nisto concentraremos a nossa atenção na nossa última seção.

B. O Novo Céu e a Nova Terra.

Tanto o Antigo como o Novo Testamentos apontam para uma nova criação, quando os céus e a terra atuais, envelhecidos, serão dobrados como uma veste antiquada. *Em tempos remotos lançaste os fundamentos da terra; e os céus são obras das tuas mãos. Eles perecerão, mas tu permaneces; todos eles envelhecerão como um vestido; como roupa os mudarás, e serão mudados*

(Salmo 102:25-26, cf. Heb. 1:10-12). O profeta Isaías torna-se eloquente quando contempla a nova criação: *Pois eis que eu crio novos céus e nova terra; e não haverá lembrança das cousas passadas, jamais haverá memória delas. Mas vós folgareis e exultareis perpetuamente no que eu crio; porque eis que crio para Jerusalém alegria, e para o seu povo regozijo* (Isa. 65:17-18, cf. Isa. 34:4; 51:6). No Novo Testamento Pedro formula um quadro gráfico das transformações que se realizarão e da nova ordem que emergirá. Escreve: *Virá, entretanto, como ladrão, o dia do Senhor, no qual os céus passarão com estrepitoso estrondo e os elementos se desfarão abrasados; também a terra e as obras que nela existem serão atingidas... Nós, porém, segundo a sua promessa, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita justiça* (II Ped. 3:10, 13). Assim, as Escrituras ensinam que Deus em alguma altura no futuro libertará certas forças que agora estão em reserva e as usará para a purificação daquilo que tem sido contaminado pelo pecado. Deus destroi apenas para criar algo mais belo; e sobre as ruínas da terra, que se encontra sob maldição, ele erguerá outra que florescerá com esplendor imarcescível.

A grande consumação marca a restauração da harmonia e da ordem do universo. Foi a isto, sem dúvida, que Pedro se referiu quando disse que os céus deveriam receber ou reter a Cristo *até aos tempos da restauração de todas as cousas, de que Deus falou por boca dos seus santos profetas desde a antiguidade* (Actos 3:21). Isto, é claro, não implica que todos os homens finalmente se voltarão para Deus e serão salvos. O nosso estudo da duração do castigo futuro revela claramente o contrário. Os até ao fim impenitentes estão desesperada e eternamente perdidos. Enquanto a cortina desta época presente se recolhe pouco a pouco, a Palavra de Deus diz: *Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo; o justo continue na*

prática da justiça, e o santo continue a santificar-se (Apoc. 22:11).

A consumação das épocas marca o fim glorioso do reino de Deus. Então o reino terá um novo início em novos céus e nova terra feitos um só. Aquele reino será eterno *porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos (Apoc. 22:5).* Mas até que chegue aquele dia glorioso e terrível, quando os destinos dos homens serão decididos para a felicidade ou a desdita, para a vida eterna ou a morte eterna, soa claro e forte o convite do amor divino: *O Espírito e a noiva dizem: Vem. Aquele que ouve diga: Vem. Aquele que tem sede, venha, e quem quiser receba de graça a água da vida (Apoc. 22:17).*

QUESTIONÁRIO

1. Ensina-se a doutrina da ressurreição no Antigo Testamento?
2. Como se relaciona o conceito cristão da ressurreição com a Pessoa e a obra de Cristo?
3. Resuma cuidadosamente o ensinamento bíblico concernente à natureza dos corpos de santos ressuscitados.
4. Ensina a Bíblia que são simultâneas as ressurreições dos ímpios e dos justos? Dê razões e evidências bíblicas apoiando a sua resposta.
5. Que ensinam as Escrituras quanto à natureza e duração do juízo geral?
6. Quem há de ser o juiz final de todos os homens? Porquê?
7. Descreva cuidadosamente as bases sobre as quais os homens serão julgados. Serão os princípios aplicados a todos igualmente? Porquê?
8. Onde é que se encontram os propósitos do juízo geral?
9. Analise cuidadosamente e defina o significado essencial de cada um dos termos descritivos usados nas Escrituras para denotar o lugar de castigo dos ímpios.
10. Faça um sumário das passagens mais importantes do Novo Testamento que declaram a natureza do castigo futuro dos ímpios.
11. Qual é a base para o ensinamento cristão de que o castigo futuro será eterno?
12. Que objeções se fazem à doutrina cristã do castigo eterno? Que resposta se pode dar a cada uma?
13. É o céu um lugar em vez de um estado? Explique com justificação bíblica.
14. Que factores constituirão as fontes da bem-aventurança dos santos nos céus?
15. Quais as atividades dos santos no céu?
16. Indique o alcance da consumação final.
17. Que quer dizer a expressão "novos céus e nova terra"? Aponete as suas características.
18. Como se relaciona a consumação final com a ideia do reino de Deus?

ÍNDICE GERAL

-A-

- Abel, 253, 281, 334.
Abelardo, 39, 261.
Abraão, 253, 281, 282.
Absolutos, Atributos de Deus, 105-111.
Adão, 180, 183, 187, 202, 203, 205, 206, 217, 223.
Adília, 196.
Adoção, 332-333; Significado, 332; Benefícios, 332-333; Evidência de, 333.
Adocionismo, 220.
Adonai, 100.
Adversário, 192.
Ágape, 430.
Agência Livre, 188-191.
Agostinho, 39, 43, 94, 108, 201, 260, 299, 341, 441, 446, 475.
Aion, Criação, 165, 166.
Akrizoo, 367.
Alexandrinos, 74, 157.
Alford, Dean, 240.
Aliança de Abraão, 446.
Alma, 160, 177-180, 460, 461.
Alquimia, 209.
Ambrósio, 441.
Amor Cristão (O), 406-407.
Amor de Deus (O), 122-125.
Amor, Deus como Espírito é Amor, 102.
Amor Perfeito, 339.
Anciãos, 425-430.
Andover (Escola de Teologia), 267.
Aniquilamento, 498-499.
Anjos (Os), Ensino das Escrituras, 166-167; Natureza de, 166-167; Atributos de, 167; Ministério de, 167; Apostasia de, 167, 168.
Anomia, 197.
Anselmo, 39, 94-95, 260-261.
Anticristo, Ensino das Escrituras, 191-194.
Antiga Escola de Teologia, (A), 43-44.
Antiguidade do Antigo Testamento, 68-71.
Antinomianismo, 320.
Antitrinitárias (Teorias), 142-144.
Antropologia (Doutrina do Homem), 148, 152; Criação do Homem, 173-175; Origem da Mulher, 175; Unidade da Raça, 177; Natureza do Homem, 176-183.
Aoristo (Tempo Gramatical), 353-355.
Apocalipse de Pedro, 73.
Apócrifa, 67, 74-75.
Apolinarianismo, 219.
Apolinário, 219, 223.
Apostólicos, Pais, 341.
Apóstolos, Credo de, 36.
Apóstolos, Definição e Comissão, 426-427.
Aquino, São Tomás de, 39, 262, 263.
Arbitrio, (Livre), 188-191, 195, 294-297.
Arcajos, 167.
Argumentos Confirmatórios da Existência de Deus, 90-97.
Arianismo, 37, 143, 219.
Ário, 37, 143, 219.
Aristóteles, 20.
Arminiana, Teologia: Dogmática, 115-117, 270, 271, 293, 294-296, 297-301, 312, 320.
Arminianismo, 42, 271, 293, 294-295, 320, 344-346, 488.
Armínio, Tiago, 263, 344.
Arqueologia, 79-82.
Arrebatamento, (O), 478.
Arrependimento, (O), 301-305; Importância, 301; Natureza, 302; Definições Representativas, 302-303; Elementos Divino e Humano, 303-304; O Estado de Penitência, 305; Necessidade do, 305.
Artigos, Igreja Anglicana, 201.
Árvore da Vida (A), 186.
Árvore do Conhecimento, 186-187.
Ascensão de Cristo, 244.
Ascetismo, 399.
Asebeia, 197.
Aspectos Legais da Expição, 251-254.
Assentar-Se à Destra, 245.
Associação Nacional para a Promoção de Santidade, 345.
Associação Pentecostal de Igrejas, 345.
Atanasiano, Credo, 38.
Atanásio, 38, 94, 260.

Atéismo, 88-91, 97-98, 306-307.
Atos de Paulo, 73.
Atributos de Deus; Absolutos, 105-110;
Relativos, 111-118; Morais, 118-128;
Relação à Criação, 154-155.
Atributos Relativos ou Causais, 111-118.
Augsburgo, Confissão de, 442.
Autenticidade das Escrituras, 79-82.

-B-

Banks, 95.
Batismo, com Água, 439-447; Instituição do, 440; Desenvolvimento da Doutrina, 440-441; Modos de, 444-446; Candidatos a, 446-447.
Batismo com o Espírito, 275, 290-291, 339.
Batismo Infantil, 440-441.
Batista, João, 216, 440.
Belial, 192.
Bem-aventurança Eterna dos Santos, 497-500.
Benefícios da Expição, 271-272.
Bíblia; Fonte Primária da Teologia, 33-34; Contraste entre os Pontos de Vista Protestante e Católico Romano, 33-34, 41-43; A Palavra de Deus, 48-52; Sua Relação à Natureza e a Cristo, 49-50; Divisão do Antigo Testamento, 68; Desenvolvimento do Antigo Testamento, 68-71; Relação do Antigo Testamento ao Novo Testamento, 76-78; Integridade da, 81, 82.
Bicknell, 74.
Bispos, 426-429.
Blair, 110.
Boas Obras, 310, 311.
Boaventura, 262.
Bresee, Dr. Phineas F., 358, 370.
Brown, David, 475.
Bruce, A.B., 266.
Bruzaria, 394-395.
Bunting, 315.
Bunyan, João, 406.
Bushnell, Horace, 267.

-C-

Caim, 253, 281.
Calcedónia; Concílio de, 221.
Calvinismo, 115-117, 271, 293-294, 312, 320, 326-327, 343-344.
Calvino, João, 293, 299, 443, 452.

Calvino, Referências às Institutas da Religião Cristã, 40, 44, 293-294.
Campbell, John McLeod, 267.
Canon, das Sagradas Escrituras, 67-68; do Antigo Testamento, 68-71; Novo Testamento, 72-75; Como Regra de Fé, 75-82.
Cânones Alexandrinos, 74-75.
Cânones, Primitivos, 72-73.
Características de Igreja, 420-422.
Caridade, 406-408.
Carlyle, 46, 195-196.
Carnal (A Mente), 289.
Carne, (A), 203-207, 357-358, 365-366.
Cartago, Sínodo de, 74.
Casamento e a Família (O), 408-411.
Castigo Eterno, 494-497.
Catálogos das Escrituras, 72-73.
Catequética, 28.
Católico, 420-422.
Causal, Relação de Deus ao Universo, 154, 168-172.
Ceia do Senhor, 448-454; Instituição da, 447-448; Terminologia, 448-449; Natureza da, 449-452; Administração da, 453-454.
Céu, Um Lugar e Estado, 498; A Bem-Aventurança dos Santos, 498-499; Ocupações de, 500-501; Duração de, 501.
Chamada Efetiva, 300.
Chapman, Dr. James, 375-376.
Circuncisão de Cristo, 215.
Ciro, 295.
Clarke, Adam, 129, 159, 187, 235, 309, 352, 363, 365, 497.
Clarke, William Newton, 25, 88, 117, 123, 146.
Comemoração, 449-452.
Communicatio Idiomatum, 238.
Compaixão, 406-407.
Comunhão (A), 448-449.
Comunidade Intermediária, 420.
Concepção, Sobrenatural, de Cristo, 214, 215.
Concílios: de Niceia, 221; de Constantinopla, 221; de Calcedónia, 221; de Trento, 262.
Concupiscência Maligna, 342.
Condicional, Benefícios da Expição, 273-274.
Condições para a Membresia na Igreja, 424-425.
Condições para se Obter a Perfeição

Cristá, 378-379.
 Confirmação, 438.
 Congregacional (Forma de Governo), 431.
 Consagração (A), 379-380.
 Consciência (A), 46-47.
 Conservação (A), 167-170.
 Constantinopla, Concílio de, 221.
 Consubstanciação (A), 451.
 Consumação Final, 485, 501-504; Escopo, 501-502; O Novo Céu e a Nova Terra, 502-503.
 Contingência (A), 115-117.
 Contrição (A), 301-305.
 Conversão, Teológica, 312.
 Convicção, 296, 297.
 Corlett, Dr. D. Shelby, 356.
 Cornélio, (batismo de), 445.
 Corpo, 398-401.
 Corpo de Cristo, Símbolo da Igreja, 416-418.
 Corrupta, Natureza do Homem, 200-207, 357-358, 365-368.
 Cosmogonia, Mosaica, 157.
 Cosmologia, Natureza de, 152-153; Teorias da Criação, 153-154; Relação de Deus à Criação, 154-155; Hino da Criação, 156-157; Cosmogonia Mosaica, 157-158; Ordem da Criação, 159-164; Fim da Criação, 164-165.
 Cosmológico, Argumento, 91-92.
 Credo, 36-37; Apóstólico, 36; Niceno, 37; Atanasiano, 38.
 Criação (A), 148.
 Criação, Períodos da, 161-162.
 Criação, Teorias da, Física ou Materialística, 153; Emanação ou Panteísta, 153; Evolução Natural, 154; Criação Contínua, 154.
 Criacionismo, 179.
 Criptista, Teoria, 238.
 Criptistas (Os), 238.
 Crisóroas, 39.
 Cristo, Fonte da Teologia Cristá, 33, 48, 55-56.
 Cristologia Calcedoniana, 232-234.
 Cristologia, Introdução, 213; Pessoa de Cristo, 213-234; Estados e Ofícios de Cristo, 235-249; Expição, 250-274; Desenvolvimento da Cristologia na Igreja, 218-220.
 Crucificação (A), 235, 246-247, 254-255.
 Culpa, 198-199.
 Cur Deus Homo, 260.

Curtis, Olin A., 263, 268.

-D-

Dádiva Livre, 204-205, 300.
 Dádivas do Espírito, 289-290.
 Dana, 163.
 Daniel, 334.
 Davi, 334.
 Dawson, 163.
 Decálogo, 387.
 Decretos Tridentinos (Os), 318, 343.
 Depotenciação, (Teorias de), 238.
 Depravação (A), 200-207.
 Depravação Herdada, 204-205.
 Depravação Total, 204-206.
 Descensus ad Inferos, 241.
 Descida a Hades, 241-242.
 Desenvolvimento da Teologia Sistemática, 38-44.
 Desígnio (Argumento de), 93-94.
 Despertamento, 296.
 Destruição dos Ímpios, 479.
 Deus, Bondade de, 118.
 Deus, Definições de, 96-97.
 Deus, Natureza de, 97-102; Nomes de, 99-100; Espírito, 100-102; Vida, 101-102; Luz, 101-102; Amor, 102.
 Deveres: para com Deus, 393-398; para consigo Mesmo, 398-406; para com o Próximo, 406-414.
 Devocionais (Escritores), 406.
 Dez Mandamentos (Os), 433-434.
 Dia do Senhor (Escatologia), 477-478, 480-482.
 Diabo (O), (Ver Satanás).
 Diaconado, 426-429.
 Diaconisas, 429.
 Diáconos, 429.
 Dias da Criação, 158.
 Dick, 112, 120, 333.
 Dickie, 267.
 Dicotomia, 177.
 Dinâmica: Teoria da Inspiração, 61-62.
 Direito à Vida, Liberdade e Propriedade, 407-408.
 Direitos de Propriedade, 407-408.
 Dispensação do Espírito Santo, 284-291; O Espírito Santo e o Pentecoste, 284-286; Ofícios do Espírito Santo, 286-289; Espírito Santo e a Igreja, 290; Espírito Santo e o Mundo, 290-291.
 Distinções na Santidade, 375-378.

Ditado, Teoria da Inspiração, 60-62.
 Divina (Essência e Perfeições), 103, 144-147.
 Divina (Presciência) (A), 115-117.
 Divindade de Cristo (A), 133-137, 225-228.
 Divórcio (O), 408-410.
 Docetismo, 218.
 Docetistas, 218.
 Dogmática Luterana, 41-43, 442.
 Dogmática Reformada, 41-43, 442-443.
 Doutrina Cristã, Razões para seu Estudo, 17-19.
 Doutrina do Pai, 88-128; Existência, 88-97; Natureza, 97-102; Classificação de Atributos, 103-105; Atributos Absolutos, 105-111; Atributos Relativos, 111-118; Atributos Morais, 118-127.
 Drummond, Henry, 200.
 Duns Scotus, 262.

-E-

Ebionismo, (O), 218.
 Ebionistas, (Os) 218.
 Ebrard, 239.
 Ecclesia, 416, 419.
 Econômica (Trindade), 145-146.
 Éden, Jardim do, 186-187.
 Edwards, Jonathan, 43.
 Ejaculatória, (Oração Espontânea), 395.
 Eleição, 294-296.
 Elixir da Vida, 209.
 Eloim, 99.
 Encarnação (A): 228-234; Natureza de, 228-230; A Pessoa Única, 230-232; As Duas Naturezas, 232-234; Relação com o Espírito Santo, 282-283.
 Enfermidade, 206-207, 377.
 Enoque, 334.
 Ensino dos Doze, 73.
 Episcopal, Forma de Governo Eclesiástico, 423.
 Epístola de Barnabé, 73.
 Escatologia, 456-504; Morte e Imortalidade, 459-461; O Estado Intermediário, 463-466; O Retorno Pessoal de Cristo, 466-482; Ordem de Eventos do Dia do Senhor, 477-482; A Ressurreição, 484-488; O Juízo Final, 488-493; O Estado Futuro dos Impenitentes, 493-497; A Bem-Aventura Eterna dos Santos, 497-501; A Consumação Final, 501-504.

Escolas de Teologia, 43-44.
 Espírito, Deus como Espírito, 106-108.
 Espírito, Nascimento do, 275, 288-289, 321-332.
 Espírito Santo (O): Pessoa e Obra, Personalidade, 137-140; Revelação Progressiva, 280-284; Dispensação de, 284-291; No Regime Preparatório, 281-282; Relação à Encarnação, 282-283; Relação ao Ministério Terreno de Cristo, 283-284; Relação ao Pentecoste, 284-286; Fruto do Espírito, 287; Dons do Espírito, 287-289; Relação à Igreja, 290; Relação ao Mundo, 290-291; Relação à Obra da Salvação, 288-289
 Esquema das Partes, Parte I, 14-16; Parte II, 85-87; Parte III, 149-151; Parte IV, 210-212; Parte V, 276-279; Parte VI, 383-384; Parte VII, 457-458.
 Estado Intermediário, 462-466; Terminologia, 462-463; Conceitos Diversos Concernentes a, 463-465.
 Estado, ou Governo Civil (O), 411-414.
 Estado Primitivo do Homem, 178.
 Estados e Ofícios de Cristo, 235-248; O Estado de Humilhação, 235-241; O Estado de Exaltação, 241-244; Os Ofícios de Cristo, 245-248.
 Estágios da Humilhação de Cristo, 236-238.
 Estágios na Operação do Espírito Santo, 280-284.
 Estéticas, 404-405.
 Eterna Bem-aventurança dos Santos, 497-501.
 Eternidade, Atributo de Deus, 108-109.
 Ética Prática, 393.
 Ética, Ramo de Teologia Sistemática, 385-386.
 Ética, Teoria da Expição, 268-269.
 Éticas Cristãs, 382-414; Princípios de, 385-393; Deveres para com Deus, 393-398; Deveres para consigo Mesmo 398-406; Deveres para com o Próximo, 406-414
 Éticas Sociais, 406-414; Transgressões de Amor Fraternal, 407; Direitos do Homem, 407-408; Deveres para com a Família, 408-411; Deveres para com o Estado, 411-414.
 Éticas Teísticas, 393-398; Virtudes Teísticas, 393-394; Reverência, 394-395;

Oração, 395-397; Adoração, 397-398.
 Étnica, Teologia, 20.
 Eu Sou, Nome da Deidade, 99.
 Eucaristia, 430, 448-449.
 Eucarística, (Controvérsias sobre a), 449-453.
 Eusébio, 37.
 Eutiquianismo, 220.
 Eutíquio, 220.
 Eva, 187.
 Evangelho, Vocação ou Chamada, 292-297.
 Evangélica, Justificação, 316.
 Evangelistas, 427.
 Evans, William, 303.
 Evidências da Perfeição Cristã, 380-381.
 Evolução (A), Teoria da Criação: 154.
 Ex Opere Operato, 450.
 Exaltação de Cristo, 241-244; Descida a Hades, 241-242; Ressurreição, 242-244; Ascensão, 244-245; O Assentar-se à Destra, 245.
 Exegética, Teoria, 28.
 Existência de Deus, 88-97; A Idéia de Deus é Intuitiva, 89-90; Testemunho das Escrituras, 90; Argumentos que a Confirmam, 90-97.
 Existência de Pecado no Indivíduo Regenerado, 357-358.
 Experiência (A) Como Fonte de Teologia, 35.
 Expição: Base Bíblica e Histórica, 253-258; Profecia no Antigo Testamento, 254; Conceito de Sacrifício no Novo Testamento, 245-255; Causa Originadora, 255; Natureza Vicária, 255-256; Terminologia Bíblica, 256-259.
 Expição: Sua Natureza e Alcance; Definições, 251; Necessidade de, 251-252; Alcance Universal, 270-271; Benefícios Incondicionais, 271-273; Benefícios Condicionais, 273.
 Expição: Teorias, 259-269; Doutrina Patrística, 259-260; Teoria Anselmiana, 260-261; Abelardo, 261; Escolástica, 261-262; Católica Romana, 262-263; Satisfação Penal, 263-264; Governamental, 264-265; Influência Moral, 265-268; Ética, 268-269; Racial, 269.
 Expição Vicária (A), 255-256.

-F-

Fairchild, 346.

Família (A), 408-411.
 Fariseus (Os), 227.
 Fé Cristã (A), 51-52.
 Fé Salvadora, 306-312; Natureza da Fé em Geral, 306-307; Natureza da Fé Salvadora, 308-310; Fé como Dom da Vida Cristã, 311.
 Fé (A), 306-307; Fé como Dom, 311; Fé e Éticas, 382.
 Ferécides, 20.
 Fidelidade, 409.
 Field, Benjamim, 201, 302.
 Filho de Deus (O), Sua Divindade, 133-137, 214, 225-226.
 Filho do Homem (O), Humanidade de Cristo, 214, 221-225.
 Filiação, Privilégio dos Crentes, 321.
 Filiação Cristã, 321-338.
 Filial (Obediência), 411.
 Finney, Charles G., 346.
 Fiske, Daniel, 328.
 Fletcher, João, 43, 185.
 Fontes de Ética Cristã, 385-388.
 Fontes de Teologia, 33-38.
 Foster, Bispo Randolph S., 108-339.
 Francisco de Sales, 406.
 Fruto do Espírito, 287.
 Função da Igreja, 425.
 Funções Administrativas do Ministério, 426-429.
 Fundação da Igreja Cristã (A), 418-419.
 Fundamentos, 13.

-G-

Genético, Modo de Transmissão, 205-206.
 Gerhart, E.V., 416, 484.
 Gess, 239.
 Gill, João, 131.
 Glória, 147.
 Gnósticos (Os), 218.
 Goodwin, John W., 356.
 Gould, Dr. J. Glenn, 337.
 Governamental: Teoria da Expição, 263-264.
 Governo (O), 170-172.
 Graça, Os Seus Correlatos, 127-128, 297-298.
 Graça Preveniente (A), 292, 297-300, 325-326.
 Graham, 501.
 Grega (Igreja Católica), 41.
 Grócio, 263.

Grócio: Teoria da Expição, 263-264.
Guyon, Madame, 406.
Guyot, 163.

-H-

Hades ou Sheol, 463, 494-496.
Hagenbach, 32.
Hales, John, 178.
Hall, Frances, 123.
Hamartia, 185, 195.
Hamartiologia (A) (Doutrina do Pecado), 152, 185-207; A Queda do Homem, 186-191; Satanás e a Origem do Pecado, 191-195; Natureza e Pena do Pecado, 195-200; Pecado Original ou Depravação Herdada, 200-207.
Hammurabi, 80.
Hannah, 57.
Harris, Samuel, 46.
Helvéticas (Confissões), 452.
Heresias, Trinitárias, 37-38, 142-144; Cristológicas, 218-221, 265-266.
Herms, 73.
Hesfodo, 20.
Hilasmos, 257.
Hills, A.M., 116, 292.
Hino da Criação, 156-157.
Hipóstasis, 145, 146, 231.
Hipostática, 231.
Hipostática, União, 230-231.
Histórica, Teologia, 29-30.
Histórico, Argumento, 96-97.
Hodge, A.A., 263, 438.
Hodge, Carlos, 20, 30, 32, 414.
Homem, Doutrina do, (Ver Antropologia)
Homero, 20.
Humanidade de Cristo (A), 221-225; Sua Natureza Humana, 216; Sem Pecado, 223-224; Seus Sofrimentos, 224-225.
Humilhação de Cristo, 235-240; Estágios da, 236-237; Communicatio Idiomatum, 237; Teorias Primitivas sobre a Depotenciação, 238; Teorias Kenóticas Posteriores, 238-240.

-I-

Idolatria, 393, 394.
Igreja Católica Romana e Sua Doutrina, 41-42, 343, 420-424, 425-428, 436, 438-439, 442-443, 449-452, 463-464, 475-476.

Igreja Cristã (A): 382, 416-454; Natureza da, 416-430; Adoração e os Meios da Graça, 430-438; Os Sacramentos, 438-454.
Igreja de Santidade dos Peregrinos, 345-346.
Igreja do Nazareno, 345-346.
Iluminação, Teoria da Inspiração, 61.
Imagem (A) de Deus no Homem, 180-182; Imagem Natural, 180-181; Imagem Moral, 181-182.
Imagem Moral de Deus no Homem (A), 181-182.
Imensidade, Atributo de Deus, 109-110.
Imortalidade (A), 460-461.
Impenitentes, Futuro Estado dos, 493-494.
Importante, Distinção Entre Pureza e Maturidade, 375-378.
Imputação (A), 319-321.
Imutabilidade (A), Atributo de Deus, 110-111.
Inabilidade do Homem, 298-301, 303-304.
Inácio, 344.
Individuais, Éticas, 405-406; Santidade do Corpo, 398-401; Cultura da Mente, 401-405; Desenvolvimento da Vida Espiritual, 405-406.
Infalibilidade das Escrituras, 65.
Inferno: Terminologia e Ensino Escritural, 494; Duração do Castigo Futuro, 496; Objeções Respondidas, 497.
Infinitude, Atributo de Deus, 108.
Infinita, Definição de Deus, 98-99.
Inspiração das Escrituras, Definições, 57-66; Sua Relação à Revelação, 58; Possibilidade e Necessidade, 59-60; Teorias da, 60-62; Provas Bíblicas da, 62-63.
Inspiração Plenária, 62-66.
Instituição de Sacrifício, 253.
Instituições do Cristianismo, 382, 407-410, 411, 413, 416.
Integridade das Escrituras, 81-82.
Inteira Santificação: 275, 289, 329-330, 339-381; Terminologia, 339-340; Tratamento Histórico do Assunto, 341-349; Base Bíblica, 349-354; Significado e Escopo, 354-363; Purificação do Pecado, 365-368; Consagração Positiva a Deus, 368-369; Subsequente à Regeneração,

358-359; Aspecto Progressivo, 361-363.

Intercessão de Cristo (A), 273.

Intuição, Origem da Idéia de Deus, 88-90.

Intuição, Teoria da Inspiração, 60-62.

Investigação, Julgamento de, 478-479.

Ira, Pecaminosa, 407.

Irineu, 260.

Irmãos Plymouth, 347.

Irving, Edwards, 266.

Israel, 295.

-J-

Jâmnia, Concílio de, 71.

Javé, 99.

Jeová, 100.

Jeremias, 227.

Jerônimo, 75.

Jesus, (Veja Cristo; Cristologia)

Jó, 334.

João Batista, 301, 419.

João de Damasco, 39.

Judeu, Sábado, 433-436.

Juíz, Pessoa do Juíz, 490.

Juíz, Final, 488-493; O Facto, 488-489;

Pessoa do Juíz, 490; Princípios do

Juíz, 490-491; Propósito, 491-492; A

Cena do Juízo Final, 492-493.

Justiça de Deus (A), 125-126.

Justiça Original, 182-183.

Justificação, 314-321; Importância de, 314-315; Definições, 315; Natureza, 315-319; Evangélica, 316; Tanto um Ato Como um Estado, 317; Uma Transformação Relativa, 317; Sua Relação à Santificação, 317-318; Tanto um Ato Soberano como um Ato Judicial de Deus, 318-319; Pessoal, Inclusiva, e Instantânea 319; Base de, 319.

-K-

Kafar, 250.

Kapporeth ou Assento de Misericórdia, 257.

Katallasso, 258.

Katargeo, 367.

Katharidzo, 366-367.

Kennicott, 82.

Kenótica, Teoria, 238-240.

Kenotistas (Os), 238.

Keswick, O Movimento, 348.

Keswick: Teoria da Segunda Vinda, 475.

-L-

Laodicéia, 219.

Lee, Luther, 360.

Lei da Liberdade, 389-390.

Lei do Amor, 390.

Liber Sententiarum, 261.

Liberalísticas: Teorias Acerca do Milênio, 474-476.

Liberdade de Expressão, 407-408.

Liturgia, 28.

Liturgia do Espírito Santo, 430.

Livro Cristão (O), 49-51.

Loci Communes, 40.

Logos (O), 156, 228.

Lombard, Pedro, 39, 261.

Louvor (A), 430-432; Na Igreja Primitiva, 430; Aspectos Individuais e Sociais, 431; Ordem e Formas, 432.

Lowry, Asbury, 493.

Lugar Intermediário, 462-465.

Lutero, Martinho, 451.

Lutron, 257.

Luz, Deus Como Espírito é, 101.

-M-

Macário, o Egípcio, 342.

Mahan, Asa, 346.

Mal (O), 189-191.

Maná, Sábado Judeu e o Maná, 434.

Mandamentos (Ver Decálogo), 387, 433-434.

Manual da Igreja do Nazareno, 75, 97-98, 288, 315, 437-438, 440, 453, 487.

Manuscritos, 81-82.

Maria, Virgem, 214-215, 230, 233, 282.

Martensen, Bishop, 112, 124, 213, 239.

Maurice, F.D., 266.

McIlvaine, 398.

Mecânica, Teoria de Inspiração, 60-61.

Mediação, Escola de, 43.

Mediador, Cristo como Mediador, 230, 246-248

Meditação, 405-406.

Meios de Graça (Os), 430-454; Adoração, 430-431; O Sábado, 433-436; A Palavra de Deus, 436-438; Oração, 437; A Comunhão Cristã, 437-438; Os Sacramentos, 438-454.

Melancthon, Philipp, 40.

Memorial, Festa, 448-449, 451-452.
Méritória, Teoria de Anselmo, 260-261.
Merrill, Bispo, 314.
Messias (O), 235-236, 253-254.
Metodista Livre, 345.
Metodista, Posição Acerca do Batismo, 443-444
Metodistas (Artigos de Fé), 98.
Método Alegórico, 157.
Método Sintético de Organização em Teologia, 32.
Método Trinitário, 32.
Milagres (Os), Evidências de Inspiração, 53-54.
Milenial, Conceito Acerca do Reino, 165, 477-479.
Milênio (O), História da Teoria Milenial, 477-479.
Miley, John, 33, 44, 89, 183, 251, 265, 267.
Mill, J.S., 94.
Miller, Dr. H. V., 366.
Miller, Hugh, 163.
Ministério Extraordinário e Transicional da Igreja, 425-429.
Ministério Mediatório de Cristo, 245-248.
Ministério Regular e Permanente da Igreja, 428.
Misericórdia (A), 127.
Missa (A), 449-451.
Mistério (O), 449.
Misticismo (O), 52, 342.
Mitigação da Depravação Herdada, 204-205.
Modos de Batismo, 444-446.
Monergismo, 260, 293-296, 298-300.
Monofisitismo (O), 220.
Monoteletismo (O), 220.
Morais, Atributos de Deus, 118-128.
Moral, (O Argumento), 95-96.
Morávios, (Os), 345.
Morte, Devido ao Pecado, 198-200.
Morte e Imortalidade, 459-462; O Conceito Cristão da Morte, 459-460; A Vitória Cristã, 462.
Morte Espiritual (A), 199-200, 202-203, 204-205, 324-325, 484-486.
Mosaica, Cosmogonia, 157-164; Tipos de Interpretação, 157-158; Dias da Criação, 158; Criação Primária e Criação Secundária, 158-159; Ordem da Criação, 159-163; Criação Secundária, 160-161; Períodos da Criação, 161-

163; Teoria da Restauração, 163-164; Fim da Criação, 164-165.
Movimento Pietístico (O), 345.
Muratório, Canon, 72.

-N-

Natural, Evolução, 154.
Natureza (A), como Fonte de Teologia, 34-35.
Natureza de um Sacramento, 438-439.
Natureza do Homem (A), 176-183.
Nestorianismo (O), 219-220, 233-234.
Nestório, 219.
Nevin, 303.
Niceia, Primeiro Concílio Ecumênico, 221.
Niceno, Texto do Credo, 37-38.
Nicodemos, 322.
Noé, 253.
Nomes de Deus (Os), 99-100.
Nova Escola, 43.
Nova Teologia, 267-268.

-O-

Obediência de Cristo (A), 217.
Oberlin, Escola de Teologia, 346.
Oehler, 306.
Ofício Real de Cristo, 247-248.
Ofícios de Cristo (Os), 245; Como Profeta, 246; Como Sacerdote, 246-247; Como Rei, 247-248.
Ofícios do Espírito Santo, 286-289.
Ofícios na Igreja, 422-429.
Onipotência (A), 113-114.
Onipresença (A), 112-113.
Onisciência (A), 114-117.
Ontológico, O Argumento, 94-95.
Oração, Dever e Formas de, 395-397.
Oração Pública, 437.
Ordenação de Ministros, 428-429.
Orfeu, 20.
Organização da Igreja, 422-424.
Origem da Alma (A), 178-180.
Origem do Pecado (A), 185-195.
Owen, John, 139.

-P-

Paciência (A), 403-406.
Pai, Doutrina de, 88-128.
Pais e Filhos, 410-411.
Paixão (A), (Vida Emotiva), 403.

Paixão de Cristo (A), 217-218.
 Palestras Tensas sobre Santidade, 352.
 Paley, William, 106.
 Panteísta, Teoria da Criação, 153.
 Papado (O), 421-422.
 Parábasis, 196.
 Paracleto (O), 286.
 Paraíso (O), 462-463.
 Páscoa e a Ceia do Senhor (A), 449-452.
 Pastor (O), 427-429.
 Pastorado (O), 427-429.
 Pecado, Aspecto Duplo do, 195-198, 357-360, 365-368.
 Pecado, Doutrina do (Ver Hamartiologia)
 Pecado, Origem do, 185-195.
 Pecado Original (O), 200-207.
 Peck, Jesse T., 448 em Inglês.
 Pedra do Filósofo, 209.
 Pelagianismo (O), 326.
 Pelágio, 260.
 Pena, Natureza da Pena e da Culpa, 199-200.
 Penitência (A), 304-305.
 Pentateuco Samaritano, 80.
 Pentecostes (O): Sua Relação ao Espírito Santo, 284-286; Sua Relação à Fundação da Igreja, 419.
 Perdão (O), 317-318.
 Perfeição Cristã (A), 275, 339-381 (especialmente 371-381); Conceitos Errôneos de, 371-372; Implicações da Doutrina, 372-374; Conceito Fundamental, 374-375; Distinguições Importantes, 375-378; e a Ética, 382-387; Experiência, 378-380; Evidências de, 380-381.
 Perfeição, Um Atributo, 111.
 Perseverança Final no Sistema Calvinista, 298-300.
 Personalidade de Deus (A), 145-147.
 Personalidade do Espírito Santo (A), 137-140.
 Pessoa de Cristo, Como Subsistência ou Hipóstasis (A), 230-234.
 Poderes da Mente, 401-405.
 Polêmica, (A), 30.
 Policarpo, 341.
 Pond, Enoque, 81.
 Pope, William Burton, 21, 32, 44, 43, 55, 71, 116, 120, 146, 152, 166, 280, 302, 308, 312, 342, 390, 422, 440.
 Porter, Thomas C., 157.
 Pós-milennialistas (Os), 476.
 Pré-existência, 179, 225-226.

Pré-requisitos do Contrato Matrimonial, 408-409.
 Predestinação (A), 293-296.
 Predicado (O), 103.
 Preliminares: Estados da Graça, 292-313; A Vocação do Evangelho ou Chamamento, 292-297; A Graça Preveniente, 297-301; Arrependimento, 301-305; A Fé Salvadora, 306-311; A Conversão, 312.
 Preparatório: Regime do Espírito Santo, 281-282.
 Presbiteriano, Forma de Governo Eclesiástico, 423.
 Presbiteros (Os), 426-429.
 Presciência (A), 114-116.
 Presença ou Mistério (A), 449.
 Preservação (A), 170.
 Princípios da Ética Cristã, 385-393.
 Princípios do Juízo, 490-491.
 Princípios Introdutórios, 39.
 Profecia como Credencial da Revelação (A), 54-55.
 Profético: Ofício de Cristo (O), 246.
 Propiciação (A), 257.
 Propósito do Juízo (O), 491-492.
 Protestante: Conceito Acerca do Sacramento, 438-439, 442-443.
 Protestante, (A Escola), 293.
 Protestantismo (O), 41-42.
 Provação do Homem Como Necessária (A), 187-188.
 Provas da Existência de Deus, 89-97.
 Providência (A), 168-170.
 Purgatório (O), 463-465
 Purificação do Pecado (A), 365-368.

-Q-

Qualidade de Filho, Privilégio dos Crentes, 321-323.
 Quatro Livros de Sentenças, 39.
 Queda do Homem (A), 185-191.
 Querubim, 167.
 Quiliasmo, 474.
 Quilistas, 474.

-R-

Racial: Teoria da Expição, 269.
 Racionalista, Escola, 43.
 Ralston, T. N., 33, 44, 146, 250, 397, 452.
 Ramsay, Sir William, 163.

- Raymond, Dr. Miner, 44, 198, 272-273, 330, 476.
- Realidades da Fé Cristã, 13.
- Reatus Culpae, Reatus Poenae, 463-464.
- Recompensas (As), 472, 493-495.
- Reconciliação (A), 258.
- Redenção (A), 257-258.
- Regeneração da Terra (A), 480-481.
- Regeneração (A), 321-331; Natureza da, 322-323; Definição da, 323; Operação de Deus na 324-325; Erros Respeitantes a, 325-327; Sumário de Ensino Sobre a, 327-331.
- Regra de Fé, 66, 75, 78-82.
- Reino de Deus (O), 480.
- Reino de Satanás, 194.
- Religião, Relação da Teologia a, 26, 27.
- Ressurreição (A), 484-488; Ensino Bíblico, 484-486; Natureza do Corpo Ressuscitado, 486-487; A Ressurreição Geral, 487-488.
- Ressurreição de Cristo (A), 242-244.
- Revelação Especial: Definição, 48-49; Credenciais, 52-53.
- Revelação Geral, Definições, 45; através da Natureza, 45-46; na Natureza e na Constituição do Homem, 46-47; Na História, 47-48.
- Reverência (A), 394-395.
- Ritschl, Albrecht, 43.
- Robbins, 391.
- Rogers, W. H., 434.
- Ruth, C.W., 379.
- S-**
- Sábado (O), (Ver Dia de Descanso).
- Sabedoria de Deus (A), 117-118.
- Sabelianismo (O), 219.
- Sabélis, 142, 219.
- Sacramentalismo, 438-439.
- Sacramentos da Igreja Católica Romana (Os), 441.
- Sacramentos (Os), 438-454; Natureza, 438-439; Batismo, 439-447; A Ceia do Senhor, 447-454.
- Sacrifício, Instituição do: 253; da Lei, 253-254.
- Sacrifícios Primitivos (Os), 253.
- Salvação (A), 275.
- Salvação: Princípios da, 292-313; Vocaçao ou Chamada do Evangelho 292-297; Graça Preveniente, 297-301; Arrependimento, 301-305; Fé
- Salvadora, 306-311; Conversão, 312.
- Santidade (A), 119-121, 339-340.
- Santidade do Corpo (A), 398-401.
- Santidade Primitiva, 182-183.
- Santificação, Significado e o Escopo, 354-363.
- Sarx, 202-204, 205-207, 367-368.
- Satanás, 168, 191-194; Origem, 191; Como Anticristo, 191-192; Relação a Cristo, 192-193; Reinado, 186, 479-480.
- Satisfação (A), 261-262.
- Satisfação Penal: Teoria da, 263-264.
- Schleiermacher, 43, 266.
- Scientia, 115.
- Scotistas (Os), 262.
- Scotus, Duns, 262.
- Segunda Bênção (A), 339.
- Segunda Vinda (A), 466-482; Volta Pessoal, 466-468; Sinal de Sua Vinda, 468-470; Maneira de Sua Vinda, 470-471; Propósito, 471-473; O Dia do Senhor, 473-474; Relação às Teorias Sobre o Milênio, 474-476; Comparação com o Seu Primeiro Advento, 477.
- Sêlo com o Espírito Santo, 290, 332-333, 378-380.
- Senhor, (Ver Cristo; Nomes de Deus), Sessão de Cristo, (Ver Assentar-se à Destra)
- Setenta, 79, 82.
- Sétimo Dia(O), 433-436.
- Shedd, W. G. T., 443-444.
- Sheldon, Henry C., 44.
- Sheol (O), 241, 463.
- Simplicidade no Vestir, 400-401.
- Sinais da Vinda de Cristo, 468-470.
- Sinais e Sêlos, 438-439, 452-453.
- Sinais Inaugurais no Pentecoste, 284-286.
- Sinergismo, 298-300, 302-304, 308-309.
- Sínodo de Cartago (O), 74.
- Sistemas e Métodos, 22-23, 32-33.
- Smith, Henry B., 22, 23-24, 124.
- Socinianismo (O), 220, 261, 266, 267.
- Socfnio, Fausto, 220, 266.
- Socfnio, Lélio, 220, 266.
- Solvente Universal(O), 209.
- Stauuro, 367.
- Steele, Daniel, 353.
- Strong, Augustus H., 25, 33, 58, 59, 177, 198, 263, 266, 268.
- Subordinação de Cristo, 217-219.

Summa Theologica, 39.
Summers, Thomas O., 44, 251.
Supererrogação (A), 262.

-T-

Targuns, 82.
Tártaro, 496.
Taylor, Jeremy, 406.
Teleológico, Argumento, 93-94.
Temperança (A), 398-401.
Templo, Igreja como Templo do Espírito Santo, 418.
Tentação (A), 186-189; de Cristo, 216-217; Sua Relação à Perfeição Cristã, 375-376.
Teologia, 20-44; Definições, 20-21; Natureza e Escopo, 21; Um Estudo da Realidade, 21-22; Sistemas, 22-23; Requisitos Qualitativos para Seu Estudo, 23-24; Relação à Religião, 26; Relação à Revelação, 26-27; Relação à Igreja, 27; Divisões Principais, 27-29; Sua Natureza Científica, 30-31; Métodos de Organização e Apresentação, 32-33; A Bíblia como Fonte, 33; A Natureza como Fonte, 34-35; A Experiência como Fonte, 35; Os Credos como Fontes, 36-38; Desenvolvimento Histórico, 38-44
Teologia Prática, 28.
Teologia Sistemática, 28.
Teólogos Americanos, 43.
Teoria Adventista do Milênio, 475.
Teoria Comercial, 261.
Teoria da Santificação, de Zinzendorf, 345.
Teoria Exemplo da Expição, 264-266.
Teoria Mística da Expição, 266.
Terminologia Bíblica Aplicada à Expição, 256-259.
Terminologia de Teologia, 19-20.
Termos Utilizados para Expressar a Idéia de Santidade, 339-340, 355-356.
Testemunho do Espírito Santo (O), 56-57, 334, 338; Base Bíblica, 334; Testemunho Duplo, 334-336; Privilégio Comum dos Crentes, 337-338; Testemunho de Nosso Próprio Espírito, 335-336.
Thanatos, 367-368.
Theotokos, 233.
Thomas a Kempis, 406.
Tipos de Organização da Igreja, 422-424.

Tomasius, 239.
Tomistas (Os), 262.
Torrey, R. A., 379.
Traducianismo, 180.
Transgressão (A), 196.
Transubstanciação (A), 451.
Trento: Cânones e Decretos do Concílio, 262-263, 318.
Tricotomia (A), 177.
Trindade (A), 129-147; Prefigurações no Antigo Testamento, 131-132; O Filho e o Espírito no Novo Testamento, 132; Doutrina Evangélica, 144-147; Relação à Criação, 154-156.
Trinta e Nove Artigos (Os), 98, 144, 357-358, 443.
Trisagion, 132.
Trinidade de Deus, (A), 130-132, 145-146.

-U-

Unção com o Espírito, 296, 368-369.
Unidade da Raça (A), 176.
Unidade de Deus (A), 106-108, 130, 144.
Unio Mystica, 262.
Unitarianismo (O), 267.
Universalidade da Ideia de Deus, 88-89.
Upham, Thomas C., 406.
Usher, 178.

-V-

Van Oosterzee, 115.
Verdade como um Atributo de Deus (A), 126-127.
Veste, 400-401.
Vícios Intelectuais, 402-405.
Vida de Santidade (A), 385-414.
Vida, Deus como Espírito é Vida, 101.
Vida Espiritual e Seu Desenvolvimento (A), 405-406.
Vinte e Cinco Artigos de Metodismo (Os), 98.
Vitória Cristã, 462.

-W-

Wakefield, 20, 117, 119-120, 145, 171, 395, 408, 447, 454, 495.
Walker, Edward F., 355.
Wardlaw, Ralph, 120.
Watson, Richard, 44, 106, 251, 255, 265, 302, 308, 323.

Weaver, Bispo Jonathan, 17, 96, 103,
109, 136-137, 314, 423.
Wesley, Charles, 344-345.
Wesley, John, 43, 144, 183, 198, 263,
299, 300, 302, 308, 310, 317, 323, 335,
337, 339, 345, 355, 362, 365, 380.
Wesleyana, Metodista, 345-346.
Westminster, Catecismo, 98.
Westminster, Confissão, 188.
Whedon, Daniel, 467.
Whitehead, 43, 44.
Whitelaw, 434.
Williams, Dr. R. T., 368.
Winchell, 163.
Wood, J. A., 385.

-Z-

Zinzendorf, Conde, 345.
Zwingli, Ulrich, 442, 451.

Impresso nas oficinas da
Associação Religiosa
Imprensa da Fé
São Paulo, SP